RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE

Breda Transportes e Turismo Rio Ltda.

ANEXO III

Decisões administrativas individualizadas

As 41 decisões de verificação de créditos, em volume único

PROCESSO	nº 0944624-33.2025.8.19.0001
JUÍZO	6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital / RJ
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL	Gomes de Mattos Advogados Associados

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Decisões administrativas de verificação de créditos

Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001 - 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
41 decisões, 36 com discriminativo de cálculos, data-base de 5 de setembro de 2025

SUMÁRIO

Pleito	Credor	Decisão	Cálculo
001	Estefani Alves de Assis, Stefani de Oliveira Assis, Luane...	3	16
002	Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994	35	43
003	Alexandre de Amorim Pessôa, advogado, OAB/RJ 81.029	50	-
004	Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994 (crédito ...	59	73
005	Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994 (crédito ...	75	85
006	Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994 (crédito ...	103	113
007	Carlos Henrique Pereira Cortês	133	144
008	Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira, Rubson Gonça...	150	164
009	Célia Regina Santos da Silva, Suellen Santos da Silva e T...	171	184
010	Jorge Luiz Gonçalves da Costa	202	216
011	Monique Ribeiro Lemos da Silva, João Vitor Lemos da Silva...	218	232
012	Assis Pedro da Silva Junior	252	260
013	Luisa Licinio Bresciani	263	-
014	Isaías da Silva	269	279
015	Paulo Roberto Maximiano Rabello	286	-
016	Light - Serviços de Eletricidade S.A.	293	-
017	Danielle Alves da Costa Gomes	300	308
018	José Orisvaldo Brito da Silva, advogado	312	319
019	Irani Cândido Ferreira (credora) e José Orisvaldo Brito d...	323	330
020	José Orisvaldo Brito da Silva, advogado (crédito de Irani...	332	339
021	José Moura Nunes (credor) e José Orisvaldo Brito da Silva...	341	354
022	José Orisvaldo Brito da Silva, advogado (crédito de José ...	367	375
023	Francisco Xavier Lemos	388	396
024	Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A.	402	410
025	Márcio Luis Marcelino Soares	416	422
026	Antonio Fernandes Advogados (sociedade de advogados)	424	431
027	Ricardo Marques dos Santos	434	442
028	Oscar Luiz de Lima e Cirne Neto (perito judicial)	444	453
029	José Cosme França Rosa	458	465
030	Leny Francisco Maranhão e Luiz Alberto Maranhão de Jesus	470	481
031	Mario Gomes Filho, advogado (honorários no crédito de Len...	493	501
032	Mario Gomes Filho, advogado (honorários no processo nº 00...	513	522
033	Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	526	533
034	Cláudio de Oliveira Silva	536	546
035	Edmilson José da Silva	552	560
036	Eduardo Costa de Lima	566	574

Pleito	Credor	Decisão	Cálculo
037	Germana Santos de Aguiar e Márcio Augusto Santos de Aguiar	576	585
038	Márcio Teixeira de Souza	590	597
039	Paulo Roberto de Souza	599	-
040	Tatiane Cândido Pinheiro	605	614
041	Aldaires de Oliveira Silva	618	628

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	001
Data do protocolo	15/07/2026 (divergência de valor) e 16/07/2026 (pedido de reclassificação)
Nome / Razão social do credor	Estefani Alves de Assis, Stefani de Oliveira Assis, Luane de Oliveira Assis, Clodoaldo de Oliveira Assis e Maicom de Oliveira Assis
CPF / CNPJ	808.566.407-00; 149.653.007-18; 167.434.307-81; 095.126.037-56; 120.032.437-47
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Advogado(a) / OAB	Alexandre de Amorim Pessôa, OAB/RJ 81.029
Origem do crédito	Indenização por ato ilícito, atropelamento com vítima fatal (15/09/2007), proc. 0011004-06.2008.8.19.0210, 2ª Vara Cível da Capital, Regional da Leopoldina
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 2.696.660,93	R$ 4.697.542,07 (parcelas individualizadas somam R$ 5.167.296,26, com honorários embutidos)	R$ 4.295.739,43
Data-base da atualização	10/09/2021	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [X] III [ ] IV

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

Os credores, viúvo e filhos de vítima de atropelamento fatal causado por veículo da Recuperanda, apresentaram divergência para (i) majorar o crédito listado de R$ 2.696.660,93, que estava com data-base de 10/09/2021, para R$ 4.697.542,07, atualizado até 05/09/2025, individualizado entre os cinco credores, e (ii) reclassificar o crédito da Classe III (quirografária) para a Classe I, invocando a natureza alimentar do pensionamento (REsp 1.799.041/PR).

A Recuperanda concordou parcialmente: apurou R$ 4.302.476,58 em memória própria, decotando os honorários sucumbenciais embutidos nas parcelas individuais e refazendo o pensionamento pelos percentuais do acórdão, e silenciou sobre a reclassificação, concluindo pela manutenção da Classe III.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito tem origem em indenização por ato ilícito, decorrente do atropelamento, em 15/09/2007, da esposa e mãe dos credores por coletivo de propriedade da Recuperanda, quando a vítima atravessava sobre a faixa de pedestres. A obrigação foi reconhecida por sentença da 2ª Vara Cível da Regional da Leopoldina no processo nº 0011004-06.2008.8.19.0210, parcialmente reformada por acórdão da 3ª Câmara Cível do TJRJ publicado em 28/01/2011, com trânsito em julgado certificado após o não conhecimento do recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.

A condenação compreende pensionamento mensal, redistribuído pelo acórdão à razão de 50% em favor do primeiro credor e 50% rateados entre a segunda e a terceira credoras, indenização por dano moral, fixada em R$ 51.000,00 para o primeiro credor e R$ 102.000,00 para cada um dos demais, e dano material de R$ 830,00 relativo às despesas de funeral. Os cálculos do contador judicial datam de 24/05/2013 e foram homologados em 04/11/2013 e o juízo de origem, por meio do ofício nº 267/2025, atualizou a execução para fins de penhora no rosto dos autos.

A instrução atendeu aos requisitos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005. A Administração Judicial, no exercício do dever de verificação previsto no art. 7º da mesma lei, conferiu a documentação apresentada, o título judicial transitado em julgado, os cálculos homologados, as planilhas de atualização e a memória de cálculo apresentada pela Recuperanda, e apurou os valores devidos de forma técnica e fundamentada.[12]

[1] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.
[2] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(b) Valor e data-base.

Os credores pretendem R$ 4.697.542,07, atualizados até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, observando os critérios de correção do TJRJ, UFIR-RJ e juros de 1% ao mês até 29/08/2024 e, a partir de 30/08/2024, IPCA e taxa legal, na forma da Lei nº 14.905/2024. As parcelas individualizadas requeridas somam, porém, R$ 5.167.296,26, o que revela a inclusão pro rata dos honorários sucumbenciais de 10%, verba que não lhes pertence.

Dois ajustes se impõem.

Primeiro, os honorários sucumbenciais constituem direito autônomo do advogado, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 do Estatuto da Advocacia, e são objeto de habilitação própria apresentada pelo patrono dos credores, Alexandre de Amorim Pessôa, na habilitação 003, razão pela qual não podem compor o crédito dos titulares da indenização.

Segundo a planilha dos credores adota, para cada uma das duas filhas beneficiárias, cota de pensionamento equivalente ao dobro da que o título lhes conferiu.

Convém demonstrar o ponto, porque dele decorre a maior parte da diferença entre o pretendido e o devido. O acórdão de fls. 366, relatado pelo Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, fixou a base do pensionamento em R$ 1.173,33, correspondentes a dois terços dos R$ 1.760,00 que a vítima auferia como diarista, e repartiu essa base em duas metades.

Ao primeiro credor destinou metade, consignando que “50% do valor da pensão deve ser para ele revertido”. Quanto à outra metade, restringiu-a às filhas menores à época, registrando que “somente STEFANI DE OLIVEIRA ASSIS e LUANE DE OLIVEIRA ASSIS enquadram-se em tal circunstância, já que contavam com 15 e 12 anos respectivamente, devendo, em consequência, receber os 50% restantes igualmente”, e concluiu, no dispositivo, pelo pagamento de “50% em favor do 1º Autor e 50% rateados entre os 2º e 3º Apelantes”.

Rateados entre as duas, portanto, os 50% restantes correspondem a 25% da base para cada filha, ou R$ 293,33. É o que a memória da Recuperanda aplica. A planilha dos credores, diversamente, atribui a cada filha 50% da base, R$ 586,66.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A consequência aritmética é o teste definitivo da questão, e dispensa qualquer juízo de interpretação. Somando-se as cotas mês a mês, a memória da Recuperanda fecha sempre em 100% da pensão devida: 50% ao primeiro credor mais 25% para cada filha, no período de 2007 a 2016; 75% ao primeiro credor mais 25% por cento à filha remanescente, de 2016 a 2019; 100% ao primeiro credor, de 2019 a 2025.

A planilha dos credores, ao contrário, totaliza 150% no primeiro período e 125% no segundo. Vale dizer: entre 2007 e 2016 ela faria a Recuperanda pagar R$ 586,66 multiplicados por três, isto é, R$ 1.759,98 por mês — a renda integral da vítima, R$ 1.760,00 —, quando o acórdão concedeu dois terços dela.

A confirmação vem de documento que os próprios credores juntaram. O cálculo elaborado pelo Capital Central de Cálculos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 24/05/2013, utiliza exatamente R$ 293,33 por filha e R$ 586,66 para o primeiro credor, e traz bloco intitulado, textualmente, “PENSIONAMENTO DO 2º AUTOR REVERTIDO AO 1º AUTOR (FLS. 366)” — a mesma reversão de cotas que ambos os cálculos hoje aplicam, e que, portanto, não é objeto de controvérsia.

Esse cálculo foi homologado em 04/11/2013 pelo Juiz Andre Felipe Alves da Costa Tredinnick, nos termos seguintes: “Considerando a ausência de impugnação, HOMOLOGO os cálculos indicados as fls. 524/531”, folhas que conferem com a numeração manuscrita do documento juntado pelo próprio credor. O total então apurado foi de R$ 1.335.241,70, sendo R$ 1.000.525,18 de principal e juros, R$ 234.664,00 de capital mantenedor e R$ 100.052,52 de honorários.

O que se tem, em síntese, é uma planilha que contraria cálculo oficial produzido pela contadoria do próprio tribunal, homologado por decisão judicial sem impugnação e trazido aos autos desta habilitação pelos próprios credores. Não há aqui divergência de critério a dirimir, e sim erro de percentual a corrigir.

Expurgados esses excessos, a Administração Judicial não se limitou a acolher a memória da Recuperanda. Procedeu a apuração própria, a partir do cálculo oficial produzido no feito de origem e dos fatores publicados pela Corregedoria Geral da Justiça deste Tribunal, e apurou o crédito em R$ 4.295.739,43, com data-base em

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

05/09/2025, em observância ao art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. É esse o valor que se reconhece.[3]

A apuração partiu do cálculo elaborado pelo Capital Central de Cálculos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 24/05/2013, que discrimina principal de R$ 612.433,73 e juros de mora de R$ 388.091,45, somando os R$ 1.000.525,18 nele impressos. Dele se aproveitaram as rubricas de dano moral e de sepultamento. O pensionamento foi recalculado por inteiro, de 15/09/2007 a 05/09/2025, porque a folha oficial computa parcelas apenas de maio de 2008 a abril de 2013, enquanto a condenação é de prestação mensal vencida e vincenda. O recálculo integral evita a lacuna do período não computado e a dupla contagem do período já computado.

A correção monetária observou a UFIR-RJ até 29/08/2024 e o IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça emitida em 01/09/2025, na qual o mês da data-base corresponde ao fator 1,0000. Os juros de mora foram contados de forma simples, à razão de 1% ao mês, até 29/08/2024, e pela taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. Sobre os juros já vencidos incidiu correção monetária, mas não juros novos, em observância à vedação do anatocismo consagrada no enunciado 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Apuraram-se exclusivamente as parcelas vencidas até setembro de 2025, sem inclusão de vincendas, e o capital garantidor do art. 533 do Código de Processo Civil, de R$ 234.664,00, permanece fora do crédito concursal por constituir garantia de prestação futura, e não parcela vencida.

Não incidem a multa e os honorários de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015. O cumprimento da sentença, no feito de origem, submete-se ao art. 475-J do Código de Processo Civil de 1973, vigente ao tempo do título, e a Administração Judicial não acresce essas rubricas ao crédito.

A apuração própria confirma a memória da Recuperanda e afasta a dos credores. A Recuperanda, adotando os mesmos índices e os percentuais de rateio fixados no acórdão, apura R$ 4.302.476,58, e esta Administração Judicial apura R$ 4.295.739,43. A diferença é de R$ 6.737,15, equivalente a 0,16% do crédito, e decorre de convenção de contagem, principalmente da data de vencimento atribuída a cada

[3] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

parcela de pensionamento. Duas apurações conduzidas de forma independente, que convergem nessa ordem de grandeza, confirmam o critério empregado. A planilha dos credores afasta-se em R$ 401.802,64, equivalente a 8,55%, e a distância se explica pelos dois vícios já demonstrados, a inclusão de verba honorária que não lhes pertence e a duplicação das cotas de pensionamento.

Os honorários advocatícios sucumbenciais de 10%, apurados por esta Administração Judicial em R$ 429.573,94, não integram o crédito dos credores por dois fundamentos autônomos. O primeiro é a ausência de legitimidade, porque a verba constitui direito autônomo do advogado, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 da Lei nº 8.906/94, e não pode ser pleiteada pela parte em nome próprio.

O segundo é a vedação à duplicidade: a mesma verba é objeto de habilitação própria apresentada pelo patrono dos credores, de modo que sua inclusão também nesta rubrica geraria dupla contagem no quadro-geral. Registre-se que as parcelas individualizadas requeridas pelos credores somam R$ 5.167.296,26, montante que excede em R$ 864.819,68 o principal apurado, diferença correspondente precisamente aos honorários embutidos pro rata em cada parcela.

(c) Classificação.

O crédito compreende parcelas de naturezas distintas, a saber, o pensionamento mensal devido ao primeiro credor e à segunda e à terceira credoras, e as verbas de dano moral e de dano material, estas devidas a todos os cinco credores, que não admitem classificação uniforme.

As parcelas de pensionamento ostentam natureza alimentar, pois se destinam à subsistência dos beneficiários, e recebem, para fins concursais, o tratamento conferido aos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005. As verbas reparatórias permanecem na Classe III, na forma do art. 41, III, da mesma lei.[4]

[4] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A retificação da classificação independe de provocação do credor. A classe não decorre da vontade das partes nem da declaração do devedor, mas da lei, tratando-se de matéria de ordem pública, ligada à observância da par conditio creditorum e à própria higidez da deliberação assemblear, cujo quórum se apura por classe, na forma do art. 45 da Lei nº 11.101/2005.

Ao administrador judicial incumbe, no exercício do *munus* público de que investido, elaborar a relação de credores e consolidar o quadro-geral, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, o que lhe impõe conferir a cada crédito o valor e a classe que a lei determina, e não reproduzir a classificação indicada pelo devedor ou pelo habilitante. Identificada a desconformidade, o art. 19 da mesma lei confere-lhe legitimidade autônoma para requerer a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, configurando-se, na espécie, erro essencial na classificação originária.

Por se tratar de matéria de ordem pública, o reconhecimento não se sujeita à preclusão nem se limita aos pedidos formulados pelas partes, não caracterizando julgamento extra petita nem reformatio in pejus a alteração da classe, na forma do art. 15, II, da Lei nº 11.101/2005.

Aplicada essa distinção às rubricas apuradas, o crédito fica assim segregado: pensionamento de R$ 992.999,56 na Classe I e verbas de dano moral e material de R$ 3.302.739,87 na Classe III, com o rateio individual discriminado na alínea (f). Os créditos do quarto e do quinto credores permanecem integralmente na Classe III, porque o acórdão destinou o pensionamento ao primeiro credor e às duas primeiras filhas, não os contemplando.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[5]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador de todas as parcelas, pensionamento, dano moral e dano material, é o ato ilícito ocorrido em 15/09/2007, o atropelamento que vitimou a esposa e mãe dos credores, muito anterior ao marco acima referido. As parcelas de pensionamento vincendas decorrem do mesmo fato gerador e integram o crédito concursal, devendo seu tratamento, por estimativa, reserva ou previsão no plano, ser definido nos encaminhamentos desta verificação.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação de credores constava o crédito de R$ 2.696.660,93, na Classe III, com base em cálculo de 10/09/2021, individualizado entre os cinco credores. Os divergentes pretendem R$ 4.697.542,07, com as ressalvas de composição já apontadas, e a reclassificação para a Classe I.

[5] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Reconhece-se R$ 4.295.739,43, com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, com classificação mista, pensionamento na Classe I e demais parcelas na Classe III.

A majoração frente à relação inicial decorre da atualização imposta pelo art. 9º, II, e a diferença frente ao pretendido decorre do decote dos honorários de terceiro, da adequação do pensionamento aos percentuais do título e da apuração própria desta Administração Judicial, tudo em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Estefani Alves de Assis, Stefani de Oliveira Assis, Luane de Oliveira Assis, Clodoaldo de Oliveira Assis e Maicom de Oliveira Assis, para reconhecer o crédito total de R$ 4.295.739,43, com data-base em 05/09/2025, de natureza concursal, individualizado por credor e segregado por classe, nos termos dos arts. 41, I e III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, na forma seguinte.

I. Estefani Alves de Assis, CPF nº 808.566.407-00: R$ 592.668,04 na Classe I e R$ 369.681,46 na Classe III, totalizando R$ 962.349,50.
II. Stefani de Oliveira Assis, CPF nº 149.653.007-18: R$ 185.058,54 na Classe I e R$ 733.264,60 na Classe III, totalizando R$ 918.323,14.
III. Luane de Oliveira Assis, CPF nº 167.434.307-81: R$ 215.272,98 na Classe I e R$ 733.264,60 na Classe III, totalizando R$ 948.537,58.
IV. Clodoaldo de Oliveira Assis, CPF nº 095.126.037-56: R$ 733.264,60, integralmente na Classe III.
V. Maicom de Oliveira Assis, CPF nº 120.032.437-47: R$ 733.264,60, integralmente na Classe III.

Totalizam-se R$ 992.999,56 na Classe I e R$ 3.302.739,87 na Classe III. Não integram o crédito ora reconhecido os honorários advocatícios sucumbenciais, apurados em R$ 429.573,94, na forma da alínea (b), objeto de habilitação própria apresentada pelo patrono dos credores.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 4.295.739,43
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação de credores com o rateio por credor e por classe do quadro da alínea (f); (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações; (iv) conferência aritmética final da memória; (v) os honorários são reconhecidos na habilitação própria apresentada pelo patrono.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE** a divergência de crédito apresentada por **Estefani Alves de Assis, Stefani de Oliveira Assis, Luane de Oliveira Assis, Clodoaldo de Oliveira Assis e Maicom de Oliveira Assis**, para reconhecer o crédito no valor de **R$ 4.295.739,43**, a ser incluído na **Classe I**

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

para o pensionamento (R$ 992.999,56) e III para danos morais e materiais **(R$ 3.302.739,87)**, individualizados por credor, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[6]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[6] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

AJ GOMES DE MATTOS · DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL					
Processo 0011004-06.2008.8.19.0210 · 2ª Vara Cível da Regional da Leopoldina · Estefani Alves de Assis e outros × Breda Transportes e Turismo Rio Ltda.					
Habilitação 001 (credores) e 003 (patrono) · data-base 05/09/2025 · apurado em 02/09/2026					

CRITÉRIO ADOTADO					
Correção monetária					até 29/08/2024: UFIR-RJ · de 30/08/2024 em diante: IPCA (Lei nº 14.905/2024). A UFIR foi descontinuada como indexador legal, e por isso não corre até 2025.
Juros de mora					até 29/08/2024: simples, 1% ao mês · de 30/08/2024 em diante: taxa legal do art. 406 do Código Civil
Alcance					somente as pensões VENCIDAS até setembro de 2025. Nenhuma parcela vincenda foi incluída.
IPCA acumulado de set/2024 a ago/2025	5,1305%				composto
Taxa legal acumulada de set/2024 a 05/09/2025	7,1462%				simples; setembro de 2025 pro rata de 5/30

I. DO CÁLCULO DO CONTADOR — as rubricas que NÃO são pensão					
Rubrica	**Principal**	**Juros**	**Total**		**Observação**
Danos materiais — sepultamento, 1º autor	R$ 547,01	R$ 373,12	R$ 920,13		
Danos materiais — sepultamento, 2ª autora	R$ 136,75	R$ 93,28	R$ 230,03		
Danos materiais — sepultamento, 3ª autora	R$ 136,75	R$ 93,28	R$ 230,03		
Danos materiais — sepultamento, 4º autor	R$ 136,75	R$ 93,28	R$ 230,03		
Danos materiais — sepultamento, 5º autor	R$ 136,75	R$ 93,28	R$ 230,03		
Danos morais — 1º autor (R$ 51.000,00, arbitrados no acórdão de 11/01/2011)	R$ 57.482,48	R$ 39.208,80	R$ 96.691,28		
Danos morais — 2ª autora (R$ 102.000,00)	R$ 114.964,97	R$ 78.417,61	R$ 193.382,58		
Danos morais — 3ª autora (R$ 102.000,00)	R$ 114.964,97	R$ 78.417,61	R$ 193.382,58		
Danos morais — 4º autor (R$ 102.000,00)	R$ 114.964,97	R$ 78.417,61	R$ 193.382,58		
Danos morais — 5º autor (R$ 102.000,00)	R$ 114.964,97	R$ 78.417,61	R$ 193.382,58		
SOMA	**R$ 518.436,37**	**R$ 353.625,48**	**R$ 872.061,85**		
(as 4 rubricas de PENSÃO da folha, que este cálculo substitui)	R$ 93.997,36	R$ 34.465,97	R$ 128.463,33		A folha do Contador só computa pensão de 05/2008 a 04/2013. Foram retiradas daqui e a pensão foi recalculada integralmente no capítulo III, para não haver dupla contagem.
conferência: soma das 14 rubricas	R$ 612.433,73	R$ 388.091,45	R$ 1.000.525,18		confere com o PRINCIPAL + JUROS de R$ 1.000.525,18 impresso na folha

II. ATUALIZAÇÃO DAS RUBRICAS NÃO-PENSÃO ATÉ 05/09/2025					
Item	**Valor**				**Fundamento**
Fator oficial do mês do cálculo do Contador — 05/2013	2,0384359678				Tabela de Fatores de Correção Monetária da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ, do cível, EMITIDA EM 01/09/2025. Fundamento: art. 1º do Provimento CGJ nº 03/93 e art. 1º do Decreto Estadual nº 27.518/2000.
Fator oficial do mês da data-base — 09/2025	1,0000000000				é o mês de referência da tabela, e por isso vale 1,0000: os demais meses se leem direto, sem divisão.
FATOR DE CORREÇÃO APLICADO	2,0384359678				leitura direta da tabela oficial. Ela já encadeia a UFIR-RJ até 29/08/2024, o IPCA-E proporcional de 2024 e o IPCA da Lei nº 14.905/2024 — não é preciso reconstruir a cadeia.
Principal corrigido	R$ 1.056.799,34				
Juros vencidos, corrigidos	R$ 720.842,90				corrigem-se e NÃO geram juros novos — Súmula 121 do STF
Percentual dos juros novos	144,3129%				1% ao mês de 24/05/2013 a 29/08/2024 mais a taxa legal
Juros novos, só sobre o principal corrigido	R$ 1.525.097,63				
SUBTOTAL I — sepultamento e danos morais	**R$ 3.302.739,87**				

III. PENSÃO INTEGRAL RECALCULADA — 15/09/2007 a 05/09/2025					
Titular	**Nominal**	**Corrigido**	**Juros**	**Parcelas**	**Cotas e período**
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	R$ 178.559,75	R$ 288.007,31	R$ 304.660,73	217	50% de 09/2007 a 09/2016 · 75% de 10/2016 a 10/2019 · 100% de 11/2019 a 09/2025
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	R$ 31.836,08	R$ 70.145,44	R$ 114.913,09	109	25% de 09/2007 a 09/2016
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	R$ 42.689,29	R$ 86.428,30	R$ 128.844,68	146	25% de 09/2007 a 10/2019
SOMA	**R$ 253.085,12**	**R$ 444.581,05**	**R$ 548.418,51**	**472**	**a soma das cotas é 100% em todo o período**
SUBTOTAL II — pensão vencida, corrigida e com juros	**R$ 992.999,56**				

IV. CONSOLIDAÇÃO					
Item	**Valor**				**Fundamento**
Subtotal I — sepultamento e danos morais	R$ 3.302.739,87				
Subtotal II — pensão vencida até 09/2025	R$ 992.999,56				
CONDENAÇÃO ATUALIZADA EM 05/09/2025	**R$ 4.295.739,43**				
Honorários sucumbenciais de 10%	R$ 429.573,94				fixados na sentença e mantidos no acórdão, que afastou a sucumbência recíproca; o STJ não conheceu o agravo
Multa do art. 523, § 1º, do CPC/2015	R$ 0,00				NÃO SE APLICA — à época o cumprimento era regido pelo art. 475-J do CPC/73
Honorários do art. 523, § 1º, do CPC/2015	R$ 0,00				NÃO SE APLICA, pelo mesmo fundamento
TOTAL DO CRÉDITO EM 05/09/2025	**R$ 4.725.313,37**				

aos credores — habilitação 001	R$ 4.295.739,43				
ao patrono — habilitação 003	R$ 429.573,94				
Capital mantenedor do art. 533 do CPC	R$ 234.664,00				FORA do crédito concursal: é garantia de prestação futura. Consta da folha do Contador e fica registrado para conhecimento.

V. COMPARATIVO					
Apuração	**Total**				**Nota**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL — este discriminativo	R$ 4.725.313,37				rateio da pensão somando 100%;
Parte credora — planilha até 28/02/2025	R$ 4.797.874,05				pensões vencidas de R$ 1.294.401,60. O rateio dela atribui 50% a CADA um dos três autores, somando 150% da pensão — ver a aba de notas.
Contador Judicial — total geral em 24/05/2013	R$ 1.335.241,70				inclui capital mantenedor de R$ 234.664,00 e honorários de R$ 100.052,52

PENSÃO VENCIDA, MÊS A MÊS, POR TITULAR								
15/09/2007 a 05/09/2025 · pensão mensal integral de R$ 1.173,32, fixa · correção pela UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA depois · juros de 1% ao mês até 29/08/2024 e taxa legal depois								
Titular	Vencimento	Cota	Fator da tabela of	Fator até 09/2025	Nominal	Corrigido	% juros	Juros
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2007	50%	2,80405830	2,80405830	R$ 312,89	R$ 877,35	214,0462%	R$ 1.877,93
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2007	50%	2,80405830	2,80405830	R$ 586,66	R$ 1.645,03	213,0462%	R$ 3.504,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2007	50%	2,80405830	2,80405830	R$ 586,66	R$ 1.645,03	212,0129%	R$ 3.487,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2007	50%	2,80405830	2,80405830	R$ 586,66	R$ 1.645,03	211,0129%	R$ 3.471,22
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	209,9796%	R$ 3.309,87
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	208,9462%	R$ 3.293,58
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	207,9796%	R$ 3.278,35
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	206,9462%	R$ 3.262,06
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	205,9462%	R$ 3.246,30
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	204,9129%	R$ 3.230,01
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	203,9129%	R$ 3.214,24
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	202,8796%	R$ 3.197,96
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	201,8462%	R$ 3.181,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	200,8462%	R$ 3.165,91
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	199,8129%	R$ 3.149,62
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2008	50%	2,68687699	2,68687699	R$ 586,66	R$ 1.576,28	198,8129%	R$ 3.133,85
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	197,7796%	R$ 2.938,29
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	196,7462%	R$ 2.922,94
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	195,8129%	R$ 2.909,07
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	194,7796%	R$ 2.893,72
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	193,7796%	R$ 2.878,86
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	192,7462%	R$ 2.863,51
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	191,7462%	R$ 2.848,65
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	190,7129%	R$ 2.833,30
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	189,6796%	R$ 2.817,95
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	188,6796%	R$ 2.803,10
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	187,6462%	R$ 2.787,74
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2009	50%	2,53236630	2,53236630	R$ 586,66	R$ 1.485,64	186,6462%	R$ 2.772,89
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	185,6129%	R$ 2.646,73
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	184,5796%	R$ 2.632,00
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	183,6462%	R$ 2.618,69
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	182,6129%	R$ 2.603,95
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	181,6129%	R$ 2.589,69
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	180,5796%	R$ 2.574,96
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	179,5796%	R$ 2.560,70
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	178,5462%	R$ 2.545,96
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	177,5129%	R$ 2.531,23
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	176,5129%	R$ 2.516,97
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	175,4796%	R$ 2.502,24
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2010	50%	2,43060992	2,43060992	R$ 586,66	R$ 1.425,94	174,4796%	R$ 2.487,98
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	173,4462%	R$ 2.337,83
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	172,4129%	R$ 2.323,91
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	171,4796%	R$ 2.311,33
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	170,4462%	R$ 2.297,40
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	169,4462%	R$ 2.283,92
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	168,4129%	R$ 2.269,99
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	167,4129%	R$ 2.256,51
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	166,3796%	R$ 2.242,58
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	165,3462%	R$ 2.228,66
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	164,3462%	R$ 2.215,18
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	163,3129%	R$ 2.201,25
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2011	50%	2,29753653	2,29753653	R$ 586,66	R$ 1.347,87	162,3129%	R$ 2.187,77
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	161,2796%	R$ 2.040,08
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	160,2462%	R$ 2.027,01
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	159,2796%	R$ 2.014,78
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	158,2462%	R$ 2.001,71
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	157,2462%	R$ 1.989,06
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	156,2129%	R$ 1.975,99

1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	155,2129%	R$ 1.963,34
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	154,1796%	R$ 1.950,27
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	153,1462%	R$ 1.937,20
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	152,1462%	R$ 1.924,55
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	151,1129%	R$ 1.911,48
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2012	50%	2,15616210	2,15616210	R$ 586,66	R$ 1.264,93	150,1129%	R$ 1.898,83
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	149,0796%	R$ 1.782,80
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	148,0462%	R$ 1.770,44
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	147,1129%	R$ 1.759,28
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	146,0796%	R$ 1.746,92
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	145,0796%	R$ 1.734,96
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	144,0462%	R$ 1.722,60
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	143,0462%	R$ 1.710,65
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	142,0129%	R$ 1.698,29
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	140,9796%	R$ 1.685,93
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	139,9796%	R$ 1.673,97
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	138,9462%	R$ 1.661,61
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2013	50%	2,03843597	2,03843597	R$ 586,66	R$ 1.195,87	137,9462%	R$ 1.649,66
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	136,9129%	R$ 1.546,86
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	135,8796%	R$ 1.535,19
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	134,9462%	R$ 1.524,64
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	133,9129%	R$ 1.512,97
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	132,9129%	R$ 1.501,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	131,8796%	R$ 1.490,00
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	130,8796%	R$ 1.478,70
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	129,8462%	R$ 1.467,02
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	128,8129%	R$ 1.455,35
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	127,8129%	R$ 1.444,05
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	126,7796%	R$ 1.432,37
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2014	50%	1,92584305	1,92584305	R$ 586,66	R$ 1.129,82	125,7796%	R$ 1.421,08
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	124,7462%	R$ 1.323,86
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	123,7129%	R$ 1.312,89
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	122,7796%	R$ 1.302,99
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	121,7462%	R$ 1.292,02
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	120,7462%	R$ 1.281,41
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	119,7129%	R$ 1.270,44
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	118,7129%	R$ 1.259,83
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	117,6796%	R$ 1.248,86
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	116,6462%	R$ 1.237,90
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	115,6462%	R$ 1.227,28
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	114,6129%	R$ 1.216,32
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2015	50%	1,80895313	1,80895313	R$ 586,66	R$ 1.061,24	113,6129%	R$ 1.205,71
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	112,5796%	R$ 1.079,18
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	111,5462%	R$ 1.069,27
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	110,5796%	R$ 1.060,01
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	109,5462%	R$ 1.050,10
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	108,5462%	R$ 1.040,51
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	107,5129%	R$ 1.030,61
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	106,5129%	R$ 1.021,02
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	105,4796%	R$ 1.011,12
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2016	50%	1,63398061	1,63398061	R$ 586,66	R$ 958,59	104,4462%	R$ 1.001,21
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2016	75%	1,63398061	1,63398061	R$ 879,99	R$ 1.437,89	103,4462%	R$ 1.487,44
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2016	75%	1,63398061	1,63398061	R$ 879,99	R$ 1.437,89	102,4129%	R$ 1.472,58
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2016	75%	1,63398061	1,63398061	R$ 879,99	R$ 1.437,89	101,4129%	R$ 1.458,20
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	100,3796%	R$ 1.354,21
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	99,3462%	R$ 1.340,27
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	98,4129%	R$ 1.327,68
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	97,3796%	R$ 1.313,74
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	96,3796%	R$ 1.300,25
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	95,3462%	R$ 1.286,31
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	94,3462%	R$ 1.272,82

1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	93,3129%	R$ 1.258,88
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	92,2796%	R$ 1.244,94
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	91,2796%	R$ 1.231,45
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	90,2462%	R$ 1.217,51
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2017	75%	1,53307916	1,53307916	R$ 879,99	R$ 1.349,09	89,2462%	R$ 1.204,02
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	88,2129%	R$ 1.156,11
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	87,1796%	R$ 1.142,57
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	86,2462%	R$ 1.130,34
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	85,2129%	R$ 1.116,80
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	84,2129%	R$ 1.103,69
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	83,1796%	R$ 1.090,15
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	82,1796%	R$ 1.077,04
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	81,1462%	R$ 1.063,50
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	80,1129%	R$ 1.049,96
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	79,1129%	R$ 1.036,85
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	78,0796%	R$ 1.023,31
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2018	75%	1,48932876	1,48932876	R$ 879,99	R$ 1.310,59	77,0796%	R$ 1.010,20
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	76,0462%	R$ 959,60
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	75,0129%	R$ 946,56
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	74,0796%	R$ 934,78
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	73,0462%	R$ 921,74
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	72,0462%	R$ 909,13
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	71,0129%	R$ 896,09
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	70,0129%	R$ 883,47
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	68,9796%	R$ 870,43
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	67,9462%	R$ 857,39
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2019	75%	1,43395399	1,43395399	R$ 879,99	R$ 1.261,87	66,9462%	R$ 844,77
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2019	100%	1,43395399	1,43395399	R$ 1.173,32	R$ 1.682,49	65,9129%	R$ 1.108,98
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2019	100%	1,43395399	1,43395399	R$ 1.173,32	R$ 1.682,49	64,9129%	R$ 1.092,15
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	63,8796%	R$ 1.034,28
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	62,8462%	R$ 1.017,55
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	61,8796%	R$ 1.001,90
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	60,8462%	R$ 985,17
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	59,8462%	R$ 968,98
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	58,8129%	R$ 952,25
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	57,8129%	R$ 936,06
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	56,7796%	R$ 919,33
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	55,7462%	R$ 902,60
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	54,7462%	R$ 886,40
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	53,7129%	R$ 869,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2020	100%	1,37994374	1,37994374	R$ 1.173,32	R$ 1.619,12	52,7129%	R$ 853,48
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	51,6796%	R$ 802,81
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	50,6462%	R$ 786,76
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	49,7129%	R$ 772,26
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	48,6796%	R$ 756,21
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	47,6796%	R$ 740,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	46,6462%	R$ 724,62
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	45,6462%	R$ 709,09
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	44,6129%	R$ 693,03
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	43,5796%	R$ 676,98
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	42,5796%	R$ 661,45
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	41,5462%	R$ 645,39
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2021	100%	1,32396837	1,32396837	R$ 1.173,32	R$ 1.553,44	40,5462%	R$ 629,86
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	39,5129%	R$ 555,87
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	38,4796%	R$ 541,33
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	37,5462%	R$ 528,20
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	36,5129%	R$ 513,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	35,5129%	R$ 499,60
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	34,4796%	R$ 485,06
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	33,4796%	R$ 470,99
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	32,4462%	R$ 456,46

1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	31,4129%	R$ 441,92
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	30,4129%	R$ 427,85
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	29,3796%	R$ 413,31
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2022	100%	1,19899792	1,19899792	R$ 1.173,32	R$ 1.406,81	28,3796%	R$ 399,25
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	27,3462%	R$ 363,28
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	26,3129%	R$ 349,55
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	25,3796%	R$ 337,15
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	24,3462%	R$ 323,42
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	23,3462%	R$ 310,14
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	22,3129%	R$ 296,41
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	21,3129%	R$ 283,13
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	20,2796%	R$ 269,40
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	19,2462%	R$ 255,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	18,2462%	R$ 242,39
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	17,2129%	R$ 228,66
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2023	100%	1,13219784	1,13219784	R$ 1.173,32	R$ 1.328,43	16,2129%	R$ 215,38
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2024	100%	1,08119366	1,08119366	R$ 1.173,32	R$ 1.268,59	15,1796%	R$ 192,57
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2024	100%	1,07784418	1,07784418	R$ 1.173,32	R$ 1.264,66	14,1462%	R$ 178,90
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2024	100%	1,06950228	1,06950228	R$ 1.173,32	R$ 1.254,87	13,1796%	R$ 165,39
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2024	100%	1,06566885	1,06566885	R$ 1.173,32	R$ 1.250,37	12,1462%	R$ 151,87
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2024	100%	1,06345112	1,06345112	R$ 1.173,32	R$ 1.247,77	11,1462%	R$ 139,08
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2024	100%	1,05879179	1,05879179	R$ 1.173,32	R$ 1.242,30	10,1129%	R$ 125,63
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2024	100%	1,05467171	1,05467171	R$ 1.173,32	R$ 1.237,47	9,1129%	R$ 112,77
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2024	100%	1,05150684	1,05150684	R$ 1.173,32	R$ 1.233,75	8,0796%	R$ 99,68
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2024	100%	1,04952719	1,04952719	R$ 1.173,32	R$ 1.231,43	6,4700%	R$ 79,67
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/10/2024	100%	1,04815931	1,04815931	R$ 1.173,32	R$ 1.229,83	5,7658%	R$ 70,91
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/11/2024	100%	1,04252380	1,04252380	R$ 1.173,32	R$ 1.223,21	5,3799%	R$ 65,81
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/12/2024	100%	1,03609445	1,03609445	R$ 1.173,32	R$ 1.215,67	5,2080%	R$ 63,31
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/01/2025	100%	1,03258330	1,03258330	R$ 1.173,32	R$ 1.211,55	4,6185%	R$ 55,96
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/02/2025	100%	1,03145434	1,03145434	R$ 1.173,32	R$ 1.210,23	3,7163%	R$ 44,98
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/03/2025	100%	1,01892161	1,01892161	R$ 1.173,32	R$ 1.195,52	3,7163%	R$ 44,43
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/04/2025	100%	1,01244479	1,01244479	R$ 1.173,32	R$ 1.187,92	3,3943%	R$ 40,32
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/05/2025	100%	1,00811722	1,00811722	R$ 1.173,32	R$ 1.182,84	2,7711%	R$ 32,78
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/06/2025	100%	1,00450478	1,00450478	R$ 1.173,32	R$ 1.178,61	1,9952%	R$ 23,52
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/07/2025	100%	1,00189935	1,00189935	R$ 1.173,32	R$ 1.175,55	1,1603%	R$ 13,64
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/08/2025	100%	0,99859545	0,99859545	R$ 1.173,32	R$ 1.171,67	0,2177%	R$ 2,55
1º autor — Estefani Alves de Assis (viúva)	01/09/2025	100%	1,00000000	1,00000000	R$ 195,55	R$ 195,55	0,0000%	R$ 0,00
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2007	25%	2,80405830	2,80405830	R$ 156,44	R$ 438,67	214,0462%	R$ 938,97
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2007	25%	2,80405830	2,80405830	R$ 293,33	R$ 822,51	213,0462%	R$ 1.752,34
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2007	25%	2,80405830	2,80405830	R$ 293,33	R$ 822,51	212,0129%	R$ 1.743,84
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2007	25%	2,80405830	2,80405830	R$ 293,33	R$ 822,51	211,0129%	R$ 1.735,61
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	209,9796%	R$ 1.654,94
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	208,9462%	R$ 1.646,79
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	207,9796%	R$ 1.639,17
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	206,9462%	R$ 1.631,03
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	205,9462%	R$ 1.623,15
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	204,9129%	R$ 1.615,00
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	203,9129%	R$ 1.607,12
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	202,8796%	R$ 1.598,98
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	201,8462%	R$ 1.590,83
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	200,8462%	R$ 1.582,95
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	199,8129%	R$ 1.574,81
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	198,8129%	R$ 1.566,93
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	197,7796%	R$ 1.469,14
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	196,7462%	R$ 1.461,47
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	195,8129%	R$ 1.454,54
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	194,7796%	R$ 1.446,86
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	193,7796%	R$ 1.439,43
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	192,7462%	R$ 1.431,76
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	191,7462%	R$ 1.424,33
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	190,7129%	R$ 1.416,65

2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	189,6796%	R$ 1.408,98
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	188,6796%	R$ 1.401,55
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	187,6462%	R$ 1.393,87
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	186,6462%	R$ 1.386,44
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	185,6129%	R$ 1.323,37
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	184,5796%	R$ 1.316,00
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	183,6462%	R$ 1.309,34
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	182,6129%	R$ 1.301,98
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	181,6129%	R$ 1.294,85
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	180,5796%	R$ 1.287,48
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	179,5796%	R$ 1.280,35
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	178,5462%	R$ 1.272,98
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	177,5129%	R$ 1.265,62
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	176,5129%	R$ 1.258,49
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	175,4796%	R$ 1.251,12
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	174,4796%	R$ 1.243,99
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	173,4462%	R$ 1.168,92
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	172,4129%	R$ 1.161,95
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	171,4796%	R$ 1.155,66
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	170,4462%	R$ 1.148,70
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	169,4462%	R$ 1.141,96
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	168,4129%	R$ 1.135,00
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	167,4129%	R$ 1.128,26
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	166,3796%	R$ 1.121,29
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	165,3462%	R$ 1.114,33
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	164,3462%	R$ 1.107,59
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	163,3129%	R$ 1.100,62
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	162,3129%	R$ 1.093,89
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	161,2796%	R$ 1.020,04
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	160,2462%	R$ 1.013,50
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	159,2796%	R$ 1.007,39
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	158,2462%	R$ 1.000,86
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	157,2462%	R$ 994,53
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	156,2129%	R$ 987,99
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	155,2129%	R$ 981,67
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	154,1796%	R$ 975,13
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	153,1462%	R$ 968,60
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	152,1462%	R$ 962,27
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	151,1129%	R$ 955,74
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	150,1129%	R$ 949,41
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	149,0796%	R$ 891,40
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	148,0462%	R$ 885,22
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	147,1129%	R$ 879,64
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	146,0796%	R$ 873,46
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	145,0796%	R$ 867,48
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	144,0462%	R$ 861,30
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	143,0462%	R$ 855,32
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	142,0129%	R$ 849,14
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	140,9796%	R$ 842,97
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	139,9796%	R$ 836,99
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	138,9462%	R$ 830,81
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	137,9462%	R$ 824,83
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	136,9129%	R$ 773,43
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	135,8796%	R$ 767,59
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	134,9462%	R$ 762,32
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	133,9129%	R$ 756,48
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	132,9129%	R$ 750,83
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	131,8796%	R$ 745,00
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	130,8796%	R$ 739,35
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	129,8462%	R$ 733,51
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	128,8129%	R$ 727,67

2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	127,8129%	R$ 722,02
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	126,7796%	R$ 716,19
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	125,7796%	R$ 710,54
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	124,7462%	R$ 661,93
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	123,7129%	R$ 656,45
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	122,7796%	R$ 651,49
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	121,7462%	R$ 646,01
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	120,7462%	R$ 640,70
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	119,7129%	R$ 635,22
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	118,7129%	R$ 629,91
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	117,6796%	R$ 624,43
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	116,6462%	R$ 618,95
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/10/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	115,6462%	R$ 613,64
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/11/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	114,6129%	R$ 608,16
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/12/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	113,6129%	R$ 602,85
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/01/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	112,5796%	R$ 539,59
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/02/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	111,5462%	R$ 534,64
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/03/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	110,5796%	R$ 530,00
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/04/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	109,5462%	R$ 525,05
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/05/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	108,5462%	R$ 520,26
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/06/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	107,5129%	R$ 515,30
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/07/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	106,5129%	R$ 510,51
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/08/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	105,4796%	R$ 505,56
2ª autora — Stefani de Oliveira Assis	01/09/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	104,4462%	R$ 500,61
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2007	25%	2,80405830	2,80405830	R$ 156,44	R$ 438,67	214,0462%	R$ 938,97
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2007	25%	2,80405830	2,80405830	R$ 293,33	R$ 822,51	213,0462%	R$ 1.752,34
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2007	25%	2,80405830	2,80405830	R$ 293,33	R$ 822,51	212,0129%	R$ 1.743,84
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2007	25%	2,80405830	2,80405830	R$ 293,33	R$ 822,51	211,0129%	R$ 1.735,61
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	209,9796%	R$ 1.654,94
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	208,9462%	R$ 1.646,79
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	207,9796%	R$ 1.639,17
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	206,9462%	R$ 1.631,03
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	205,9462%	R$ 1.623,15
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	204,9129%	R$ 1.615,00
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	203,9129%	R$ 1.607,12
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	202,8796%	R$ 1.598,98
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	201,8462%	R$ 1.590,83
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	200,8462%	R$ 1.582,95
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	199,8129%	R$ 1.574,81
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2008	25%	2,68687699	2,68687699	R$ 293,33	R$ 788,14	198,8129%	R$ 1.566,93
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	197,7796%	R$ 1.469,14
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	196,7462%	R$ 1.461,47
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	195,8129%	R$ 1.454,54
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	194,7796%	R$ 1.446,86
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	193,7796%	R$ 1.439,43
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	192,7462%	R$ 1.431,76
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	191,7462%	R$ 1.424,33
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	190,7129%	R$ 1.416,65
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	189,6796%	R$ 1.408,98
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	188,6796%	R$ 1.401,55
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	187,6462%	R$ 1.393,87
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2009	25%	2,53236630	2,53236630	R$ 293,33	R$ 742,82	186,6462%	R$ 1.386,44
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	185,6129%	R$ 1.323,37
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	184,5796%	R$ 1.316,00
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	183,6462%	R$ 1.309,34
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	182,6129%	R$ 1.301,98
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	181,6129%	R$ 1.294,85
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	180,5796%	R$ 1.287,48
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	179,5796%	R$ 1.280,35
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	178,5462%	R$ 1.272,98
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	177,5129%	R$ 1.265,62

3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	176,5129%	R$ 1.258,49
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	175,4796%	R$ 1.251,12
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2010	25%	2,43060992	2,43060992	R$ 293,33	R$ 712,97	174,4796%	R$ 1.243,99
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	173,4462%	R$ 1.168,92
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	172,4129%	R$ 1.161,95
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	171,4796%	R$ 1.155,66
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	170,4462%	R$ 1.148,70
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	169,4462%	R$ 1.141,96
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	168,4129%	R$ 1.135,00
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	167,4129%	R$ 1.128,26
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	166,3796%	R$ 1.121,29
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	165,3462%	R$ 1.114,33
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	164,3462%	R$ 1.107,59
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	163,3129%	R$ 1.100,62
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2011	25%	2,29753653	2,29753653	R$ 293,33	R$ 673,94	162,3129%	R$ 1.093,89
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	161,2796%	R$ 1.020,04
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	160,2462%	R$ 1.013,50
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	159,2796%	R$ 1.007,39
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	158,2462%	R$ 1.000,86
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	157,2462%	R$ 994,53
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	156,2129%	R$ 987,99
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	155,2129%	R$ 981,67
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	154,1796%	R$ 975,13
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	153,1462%	R$ 968,60
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	152,1462%	R$ 962,27
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	151,1129%	R$ 955,74
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2012	25%	2,15616210	2,15616210	R$ 293,33	R$ 632,47	150,1129%	R$ 949,41
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	149,0796%	R$ 891,40
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	148,0462%	R$ 885,22
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	147,1129%	R$ 879,64
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	146,0796%	R$ 873,46
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	145,0796%	R$ 867,48
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	144,0462%	R$ 861,30
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	143,0462%	R$ 855,32
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	142,0129%	R$ 849,14
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	140,9796%	R$ 842,97
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	139,9796%	R$ 836,99
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	138,9462%	R$ 830,81
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2013	25%	2,03843597	2,03843597	R$ 293,33	R$ 597,93	137,9462%	R$ 824,83
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	136,9129%	R$ 773,43
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	135,8796%	R$ 767,59
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	134,9462%	R$ 762,32
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	133,9129%	R$ 756,48
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	132,9129%	R$ 750,83
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	131,8796%	R$ 745,00
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	130,8796%	R$ 739,35
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	129,8462%	R$ 733,51
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	128,8129%	R$ 727,67
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	127,8129%	R$ 722,02
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	126,7796%	R$ 716,19
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2014	25%	1,92584305	1,92584305	R$ 293,33	R$ 564,91	125,7796%	R$ 710,54
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	124,7462%	R$ 661,93
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	123,7129%	R$ 656,45
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	122,7796%	R$ 651,49
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	121,7462%	R$ 646,01
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	120,7462%	R$ 640,70
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	119,7129%	R$ 635,22
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	118,7129%	R$ 629,91
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	117,6796%	R$ 624,43
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	116,6462%	R$ 618,95
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	115,6462%	R$ 613,64

3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	114,6129%	R$ 608,16
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2015	25%	1,80895313	1,80895313	R$ 293,33	R$ 530,62	113,6129%	R$ 602,85
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	112,5796%	R$ 539,59
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	111,5462%	R$ 534,64
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	110,5796%	R$ 530,00
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	109,5462%	R$ 525,05
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	108,5462%	R$ 520,26
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	107,5129%	R$ 515,30
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	106,5129%	R$ 510,51
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	105,4796%	R$ 505,56
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	104,4462%	R$ 500,61
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	103,4462%	R$ 495,81
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	102,4129%	R$ 490,86
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2016	25%	1,63398061	1,63398061	R$ 293,33	R$ 479,30	101,4129%	R$ 486,07
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	100,3796%	R$ 451,40
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	99,3462%	R$ 446,76
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	98,4129%	R$ 442,56
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	97,3796%	R$ 437,91
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	96,3796%	R$ 433,42
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	95,3462%	R$ 428,77
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	94,3462%	R$ 424,27
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	93,3129%	R$ 419,63
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	92,2796%	R$ 414,98
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	91,2796%	R$ 410,48
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	90,2462%	R$ 405,84
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2017	25%	1,53307916	1,53307916	R$ 293,33	R$ 449,70	89,2462%	R$ 401,34
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	88,2129%	R$ 385,37
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	87,1796%	R$ 380,86
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	86,2462%	R$ 376,78
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	85,2129%	R$ 372,27
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	84,2129%	R$ 367,90
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	83,1796%	R$ 363,38
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	82,1796%	R$ 359,01
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	81,1462%	R$ 354,50
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	80,1129%	R$ 349,99
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	79,1129%	R$ 345,62
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/11/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	78,0796%	R$ 341,10
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/12/2018	25%	1,48932876	1,48932876	R$ 293,33	R$ 436,86	77,0796%	R$ 336,73
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/01/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	76,0462%	R$ 319,87
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/02/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	75,0129%	R$ 315,52
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/03/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	74,0796%	R$ 311,59
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/04/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	73,0462%	R$ 307,25
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/05/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	72,0462%	R$ 303,04
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/06/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	71,0129%	R$ 298,70
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/07/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	70,0129%	R$ 294,49
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/08/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	68,9796%	R$ 290,14
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/09/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	67,9462%	R$ 285,80
3ª autora — Luane de Oliveira Assis	01/10/2019	25%	1,43395399	1,43395399	R$ 293,33	R$ 420,62	66,9462%	R$ 281,59
TOTAL — 472 parcelas					**R$ 253.085,12**	**R$ 444.581,05**		**R$ 548.418,51**

ÍNDICES E FATORES OFICIAIS — JANEIRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2026

Tabela de consulta, para reaproveitar nos demais casos. O FATOR entre dois meses é o quociente: fator do mês de origem dividido pelo fator do mês de destino.

FONTE OFICIAL: Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ — Fatores de Correção Monetária. Fundamento: art. 1º do Provimento CGJ nº 03/93 e art. 1º do Decreto Estadual nº 27.518/2000, que elegem a UFIR-RJ como índice oficial de correção de débitos judiciais. A tabela do cível usada é a EMITIDA EM 01/09/2025, o mês da data-base: setembro de 2025 v

Mês	FATOR OFICIAL — cível, se	FATOR OFICIAL — UFIR ano	Salário mínimo	IPCA %	Taxa legal %	Observação
jan/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 136,00	0,6200%		
fev/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 136,00	0,1300%		
mar/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 136,00	0,2200%		
abr/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 136,00	0,4200%		
mai/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 151,00	0,0100%		
jun/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 151,00	0,2300%		
jul/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 151,00	1,6100%		
ago/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 151,00	1,3100%		
set/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 151,00	0,2300%		
out/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 151,00	0,1400%		
nov/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 151,00	0,3200%		
dez/2000	4,6101870125	4,6615919600	R$ 151,00	0,5900%		
jan/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 151,00	0,5700%		
fev/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 151,00	0,4600%		
mar/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 151,00	0,3800%		
abr/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	0,5800%		
mai/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	0,4100%		
jun/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	0,5200%		
jul/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	1,3300%		
ago/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	0,7000%		
set/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	0,2800%		
out/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	0,8300%		
nov/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	0,7100%		
dez/2001	4,3478684747	4,3963484900	R$ 180,00	0,6500%		
jan/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 180,00	0,5200%		
fev/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 180,00	0,3600%		
mar/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 180,00	0,6000%		
abr/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	0,8000%		
mai/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	0,2100%		
jun/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	0,4200%		
jul/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	1,1900%		
ago/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	0,6500%		
set/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	0,7200%		
out/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	1,3100%		
nov/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	3,0200%		
dez/2002	4,0442704040	4,0893652100	R$ 200,00	2,1000%		
jan/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 200,00	2,2500%		
fev/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 200,00	1,5700%		
mar/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 200,00	1,2300%		
abr/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	0,9700%		
mai/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	0,6100%		
jun/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	-0,1500%		
jul/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	0,2000%		
ago/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	0,3400%		
set/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	0,7800%		
out/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	0,2900%		
nov/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	0,3400%		
dez/2003	3,6113810365	3,6516490000	R$ 240,00	0,5200%		
jan/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 240,00	0,7600%		
fev/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 240,00	0,6100%		
mar/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 240,00	0,4700%		
abr/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 240,00	0,3700%		
mai/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 260,00	0,5100%		
jun/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 260,00	0,7100%		
jul/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 260,00	0,9100%		
ago/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 260,00	0,6900%		

set/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 260,00	0,3300%		
out/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 260,00	0,4400%		
nov/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 260,00	0,6900%		
dez/2004	3,2871214152	3,3237737900	R$ 260,00	0,8600%		
jan/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 260,00	0,5800%		
fev/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 260,00	0,5900%		
mar/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 260,00	0,6100%		
abr/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 260,00	0,8700%		
mai/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 300,00	0,4900%		
jun/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 300,00	-0,0200%		
jul/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 300,00	0,2500%		
ago/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 300,00	0,1700%		
set/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 300,00	0,3500%		
out/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 300,00	0,7500%		
nov/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 300,00	0,5500%		
dez/2005	3,0567013521	3,0907844700	R$ 300,00	0,3600%		
jan/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 300,00	0,5900%		
fev/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 300,00	0,4100%		
mar/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 300,00	0,4300%		
abr/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 300,00	0,2100%		
mai/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 350,00	0,1000%		
jun/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 350,00	-0,2100%		
jul/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 350,00	0,1900%		
ago/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 350,00	0,0500%		
set/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 350,00	0,2100%		
out/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 350,00	0,3300%		
nov/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 350,00	0,3100%		
dez/2006	2,8870645009	2,9192561200	R$ 350,00	0,4800%		
jan/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 350,00	0,4400%		
fev/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 350,00	0,4400%		
mar/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 350,00	0,3700%		
abr/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,2500%		
mai/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,2800%		
jun/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,2800%		
jul/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,2400%		
ago/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,4700%		
set/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,1800%		
out/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,3000%		
nov/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,3800%		
dez/2007	2,8040583024	2,8353243800	R$ 380,00	0,7400%		
jan/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 380,00	0,5400%		
fev/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 380,00	0,4900%		
mar/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,4800%		
abr/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,5500%		
mai/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,7900%		
jun/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,7400%		
jul/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,5300%		
ago/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,2800%		
set/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,2600%		
out/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,4500%		
nov/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,3600%		
dez/2008	2,6868769854	2,7168364600	R$ 415,00	0,2800%		
jan/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 415,00	0,4800%		
fev/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,5500%		
mar/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,2000%		
abr/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,4800%		
mai/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,4700%		
jun/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,3600%		
jul/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,2400%		
ago/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,1500%		
set/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,2400%		

out/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,2800%		
nov/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,4100%		
dez/2009	2,5323663019	2,5606029300	R$ 465,00	0,3700%		
jan/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,7500%		
fev/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,7800%		
mar/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,5200%		
abr/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,5700%		
mai/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,4300%		
jun/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,0000%		
jul/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,0100%		
ago/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,0400%		
set/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,4500%		
out/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,7500%		
nov/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,8300%		
dez/2010	2,4306099192	2,4577119400	R$ 510,00	0,6300%		
jan/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 540,00	0,8300%		
fev/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,8000%		
mar/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,7900%		
abr/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,7700%		
mai/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,4700%		
jun/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,1500%		
jul/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,1600%		
ago/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,3700%		
set/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,5300%		
out/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,4300%		
nov/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,5200%		
dez/2011	2,2975365305	2,3231547400	R$ 545,00	0,5000%		
jan/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,5600%		
fev/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,4500%		
mar/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,2100%		
abr/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,6400%		
mai/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,3600%		
jun/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,0800%		
jul/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,4300%		
ago/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,4100%		
set/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,5700%		
out/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,5900%		
nov/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,6000%		
dez/2012	2,1561620956	2,1802039400	R$ 622,00	0,7900%		
jan/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,8600%		
fev/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,6000%		
mar/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,4700%		
abr/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,5500%		
mai/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,3700%		
jun/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,2600%		
jul/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,0300%		
ago/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,2400%		
set/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,3500%		
out/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,5700%		
nov/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,5400%		
dez/2013	2,0384359678	2,0611651300	R$ 678,00	0,9200%		
jan/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,5500%		
fev/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,6900%		
mar/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,9200%		
abr/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,6700%		
mai/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,4600%		
jun/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,4000%		
jul/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,0100%		
ago/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,2500%		
set/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,5700%		
out/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,4200%		

nov/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,5100%		
dez/2014	1,9258430495	1,9473167700	R$ 724,00	0,7800%		
jan/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	1,2400%		
fev/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	1,2200%		
mar/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	1,3200%		
abr/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	0,7100%		
mai/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	0,7400%		
jun/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	0,7900%		
jul/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	0,6200%		
ago/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	0,2200%		
set/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	0,5400%		
out/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	0,8200%		
nov/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	1,0100%		
dez/2015	1,8089531325	1,8291234900	R$ 788,00	0,9600%		
jan/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	1,2700%		
fev/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,9000%		
mar/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,4300%		
abr/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,6100%		
mai/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,7800%		
jun/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,3500%		
jul/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,5200%		
ago/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,4400%		
set/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,0800%		
out/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,2600%		
nov/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,1800%		
dez/2016	1,6339806149	1,6521999800	R$ 880,00	0,3000%		
jan/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,3800%		
fev/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,3300%		
mar/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,2500%		
abr/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,1400%		
mai/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,3100%		
jun/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	-0,2300%		
jul/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,2400%		
ago/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,1900%		
set/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,1600%		
out/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,4200%		
nov/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,2800%		
dez/2017	1,5330791587	1,5501734400	R$ 937,00	0,4400%		
jan/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,2900%		
fev/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,3200%		
mar/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,0900%		
abr/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,2200%		
mai/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,4000%		
jun/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	1,2600%		
jul/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,3300%		
ago/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	-0,0900%		
set/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,4800%		
out/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,4500%		
nov/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	-0,2100%		
dez/2018	1,4893287592	1,5059352100	R$ 954,00	0,1500%		
jan/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,3200%		
fev/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,4300%		
mar/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,7500%		
abr/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,5700%		
mai/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,1300%		
jun/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,0100%		
jul/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,1900%		
ago/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,1100%		
set/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	-0,0400%		
out/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,1000%		
nov/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	0,5100%		

dez/2019	1,4339539914	1,4499430000	R$ 998,00	1,1500%		
jan/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.039,00	0,2100%		
fev/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	0,2500%		
mar/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	0,0700%		
abr/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	-0,3100%		
mai/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	-0,3800%		
jun/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	0,2600%		
jul/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	0,3600%		
ago/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	0,2400%		
set/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	0,6400%		
out/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	0,8600%		
nov/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	0,8900%		
dez/2020	1,3799437412	1,3953305200	R$ 1.045,00	1,3500%		
jan/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,2500%		
fev/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,8600%		
mar/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,9300%		
abr/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,3100%		
mai/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,8300%		
jun/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,5300%		
jul/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,9600%		
ago/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,8700%		
set/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	1,1600%		
out/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	1,2500%		
nov/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,9500%		
dez/2021	1,3239683696	1,3387310100	R$ 1.100,00	0,7300%		
jan/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	0,5400%		
fev/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	1,0100%		
mar/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	1,6200%		
abr/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	1,0600%		
mai/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	0,4700%		
jun/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	0,6700%		
jul/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	-0,6800%		
ago/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	-0,3600%		
set/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	-0,2900%		
out/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	0,5900%		
nov/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	0,4100%		
dez/2022	1,1989979225	1,2123671000	R$ 1.212,00	0,6200%		
jan/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.302,00	0,5300%		
fev/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.302,00	0,8400%		
mar/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.302,00	0,7100%		
abr/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.302,00	0,6100%		
mai/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.320,00	0,2300%		
jun/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.320,00	-0,0800%		
jul/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.320,00	0,1200%		
ago/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.320,00	0,2300%		
set/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.320,00	0,2600%		
out/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.320,00	0,2400%		
nov/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.320,00	0,2800%		
dez/2023	1,1321978352	1,1448221700	R$ 1.320,00	0,5600%		
jan/2024	1,0811936600	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,4200%		
fev/2024	1,0778441800	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,8300%		
mar/2024	1,0695022800	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,1600%		
abr/2024	1,0656688500	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,3800%		
mai/2024	1,0634511200	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,4600%		
jun/2024	1,0587917900	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,2100%		
jul/2024	1,0546717100	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,3800%		
ago/2024	1,0515068400	1,0932492900	R$ 1.412,00	-0,0200%	0,6053%	último mês da UFIR-RJ — a Lei 14.905/2024 vige de 30/08/2024
set/2024	1,0495271900	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,4400%	0,6762%	primeiro mês do IPCA e da taxa legal
out/2024	1,0481593100	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,5600%	0,7042%	
nov/2024	1,0425238000	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,3900%	0,3859%	
dez/2024	1,0360944500	1,0932492900	R$ 1.412,00	0,5200%	0,1719%	

jan/2025	1,0325833000	1,0441188900	R$ 1.518,00	0,1600%	0,5894%	
fev/2025	1,0314543400	1,0441188900	R$ 1.518,00	1,3100%	0,9022%	
mar/2025	1,0189216100	1,0441188900	R$ 1.518,00	0,5600%	0,0000%	
abr/2025	1,0124447900	1,0441188900	R$ 1.518,00	0,4300%	0,3220%	
mai/2025	1,0081172200	1,0441188900	R$ 1.518,00	0,2600%	0,6232%	
jun/2025	1,0045047800	1,0441188900	R$ 1.518,00	0,2400%	0,7760%	
jul/2025	1,0018993500	1,0441188900	R$ 1.518,00	0,2600%	0,8349%	
ago/2025	0,9985954500	1,0441188900	R$ 1.518,00	-0,1100%	0,9426%	
set/2025	1,0000000000	1,0441188900	R$ 1.518,00	0,4800%	1,3060%	data-base da recuperação judicial da Breda (05/09/2025)
out/2025		1,0441188900	R$ 1.518,00	0,0900%	0,7364%	
nov/2025		1,0441188900	R$ 1.518,00	0,1800%	1,0938%	
dez/2025		1,0441188900	R$ 1.518,00	0,3300%	0,8510%	
jan/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00	0,3300%	0,9675%	
fev/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00	0,7000%	0,9622%	
mar/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00	0,8800%	0,1557%	
abr/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00	0,6700%	0,7687%	
mai/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00	0,5800%	0,1983%	
jun/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00	0,1600%	0,4506%	
jul/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00	0,0700%	0,7066%	
ago/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00		1,1545%	
set/2026		1,0000000000	R$ 1.621,00		1,4991%	

ale 1,0000 e todos os demais meses se leem direto, sem divisão. A tabela da UFIR anual é a de 26/12/2025. As séries de IPCA, taxa legal e salário mínimo vêm do IBGE, do art. 406 do Código Civil e da legislação do salário mínimo.

NOTAS METODOLÓGICAS E DIVERGÊNCIAS APURADAS

1. ARQUITETURA DO CÁLCULO

A folha do Contador Judicial (Capital Central de Cálculos, Regional da Leopoldina, 24/05/2013) é o cálculo oficial, e as suas 14 rubricas somam os R$ 1.000.525,18 nela impressos. Mas ela computa pensão apenas de 05/2008 a 04/2013. Por isso este discriminativo toma dela só o que NÃO é pensão — sepultamento e danos morais — e recalcula a pensão integralm

2. O QUE FALTAVA NA FOLHA OFICIAL

Duas lacunas, não uma. No começo: a condenação é 'a contar da data do evento', 15/09/2007, e a folha só principia a pensão em 01/05/2008 — faltavam sete meses e meio. No fim: a folha para em 30/04/2013 e a data-base é 05/09/2025 — faltavam mais de doze anos. A pensão recalculada monta R$ 992.999,56, contra R$ 538.378,73 que as quatro rubricas de pen

3. O ÍNDICE, E POR QUE A UFIR PARA EM 29/08/2024

A UFIR-RJ foi aplicada até 29/08/2024, e de 30/08/2024 em diante o IPCA, na forma da Lei nº 14.905/2024 — a UFIR deixou de ser o indexador legal. Manter a UFIR até 2025 subestimaria o crédito, porque a tabela é anual e só se move em janeiro. É o mesmo critério que a planilha da parte credora declara na coluna 'ÍNDICE DE CORREÇÃO LEI 14.905/24', e os fatores

4. OS JUROS NÃO INCIDEM SOBRE JUROS

Nas rubricas não-pensão, a base do Contador não é um principal: R$ 353.625,48 dos R$ 872.061,85 são juros já vencidos. A correção incide sobre o débito todo, porque repõe o valor da moeda; os juros novos incidem só sobre o principal corrigido. Vedação do anatocismo, Súmula 121 do STF. Na pensão a questão não se põe: cada parcela carrega os seus juros um

5. O ART. 523 NÃO SE APLICA

A multa e os honorários de 10% do art. 523, § 1º, do CPC/2015 não incidem: à época o cumprimento de sentença era regido pelo art. 475-J do CPC/73. Se aplicados, acresceriam duas parcelas de R$ 472.531,34, ou R$ 945.062,67 no total, que este discriminativo deliberadamente não inclui.

6. O ERRO DO CREDOR — o rateio da pensão soma 150%

O acórdão fixou 50% do pensionamento ao 1º autor e 50% RATEADOS entre o 2º e o 3º — ou seja, 50% para a viúva e 25% para cada filho, somando 100%. A planilha da parte credora, porém, lança 50% da pensão integral para CADA UM dos três autores desde set/2007: 150% do total. E em abr/2016 os três aparecem a 75% ao mesmo tempo, o que soma 225%. Daí

7. O RATEIO ADOTADO, E DE ONDE VEIO

Viúva 50% de 15/09/2007 a set/2016, 75% de out/2016 a out/2019 e 100% de nov/2019 em diante. Stefani 25% até set/2016. Luane 25% até out/2019. A soma é 100% em todo o período. Os termos finais das cotas dos filhos vieram da própria planilha da parte, que encerra o demonstrativo de Stefani em set/2016 e o de Luane em out/2019 — datas que a AJ adota porq

8. DADOS QUE A PLANILHA DA PARTE FORNECEU E FORAM ADOTADOS

Nascimento da vítima em 20/05/1959 e termo final do pensionamento aos 70 anos em 20/05/2029 — posterior à data-base, de modo que todas as parcelas do período são devidas. Pensão mensal integral de R$ 1.173,32, valor FIXO, não indexado ao salário mínimo: é o que a folha do Contador pratica e o que ambos os credores adotam. A primeira parcela é proporc

9. ALCANCE — SÓ AS VENCIDAS

Foram apuradas exclusivamente as pensões vencidas até setembro de 2025. Nenhuma parcela vincenda entrou, embora o direito siga até 20/05/2029. O capital mantenedor de R$ 234.664,00 do art. 533 do CPC também ficou fora, por ser garantia de prestação futura.

10. RASTREABILIDADE

Base: '06 - CALCULO-JUDICIAL-CONTADOR.pdf', 8 páginas, imagem pura, lido por OCR e conferido rubrica por rubrica contra os totais impressos. Conferência: '10 - CALCULO-ATUALIZADO-ATE-28-02-205.pdf', da parte credora. Índices: séries históricas oficiais, na aba 'Índices oficiais'. Sentença, acórdão e decisão do STJ conferidos pelo TecJustiça em 02/09/2026

ıue correspondem ao momento em que cada um completou 25 anos. A folha do Contador confirma a mecânica ao trazer rubrica de 'PENSIONAMENTO DO 2º AUTOR REVERTIDO AO 1º AUTOR (FLS. 366)'.

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	002
Data do protocolo	14/07/2026
Nome / Razão social do credor	Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994
CPF / CNPJ	697.396.847-34
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria (OAB/RJ 56.994)
Origem do crédito	Honorários advocatícios sucumbenciais fixados no proc. 0038154-

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	85.2014.8.19.0004 (ação indenizatória de Fátima Ap. Gonçalves da Costa Moreira e outros)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	— (crédito não constava)	R$ 159.248,57 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e sete centavos)	R$ 162.686,30 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta centavos)
Data-base da atualização	—	04/09/2025 (cálculo da Divisão de Cálculos Judiciais)	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante, advogado dos autores na ação indenizatória do processo nº 0038154-85.2014.8.19.0004, requer a inclusão de crédito de R$ 159.248,57 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), a título de honorários advocatícios sucumbenciais, não arrolado na relação de credores, apurado pelo contador do juízo de origem e atualizado em observância ao art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

A Recuperanda examinou os cálculos e não se opôs à inclusão integral.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito corresponde aos honorários advocatícios sucumbenciais fixados em favor do habilitante na ação indenizatória movida por Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira e outros contra a Recuperanda, processo nº 0038154-85.2014.8.19.0004, com condenação transitada em julgado.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A verba corresponde a 10% do valor da condenação, na forma fixada pelo v. acórdão. O habilitante a quantificou pelo cálculo da Divisão de Cálculos Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ, assinado em 8 de setembro de 2025, cujas parcelas de honorários somam R$ 159.248,57.

Aquele cálculo, porém, não conta com decisão homologatória, e esta Administração Judicial apurou a condenação por conta própria no pleito 008, formulado pelos credores do principal, cujo discriminativo e memorial integram a documentação angariada nos dois pleitos.

A instrução atendeu aos requisitos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação apresentada, sentença, acórdãos, início da execução e cálculo judicial, apurando os valores de forma técnica e fundamentada, parcela por parcela.[1]

(b) Valor e data-base.

A condenação apurada por esta Administração Judicial no pleito 008 importa R$ 1.626.863,00, com data-base em 5 de setembro de 2025, data do pedido recuperacional, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005. Os 10% fixados no v. acórdão perfazem, por consequência, R$ 162.686,30 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).

A verba honorária é acessória, e a sua extensão acompanha necessariamente a do principal. Apurada a condenação em cifra superior à do cálculo que o habilitante adotou, os honorários seguem a mesma sorte, e o crédito ora reconhecido supera em R$ 3.437,73 o valor pretendido.

O reconhecimento em cifra superior à pretendida não configura excesso. A verificação de créditos é atribuição legal desta Administração Judicial, e o artigo 7º, parágrafo 1º, da Lei nº 11.101/2005 impõe a esta Administração Judicial apurar o valor devido, e não homologar o que as partes requerem ou aceitam.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Ao administrador judicial incumbe elaborar a relação de credores e consolidar o quadro-geral, nos termos dos artigos 22, inciso I, alínea e, e 18 da mesma lei, o que lhe impõe conferir a cada crédito o valor que a lei e o título determinam.

Fixar a verba em montante inferior ao devido apenas porque o habilitante pediu menos transferiria para ele o ônus de nova habilitação, agora retardatária, com as restrições do artigo 10 daquela lei.

Especificamente quanto ao credor que postula menos do que lhe é devido por adotar cálculo defeituoso, a Quarta Turma[2] daquela Corte decidiu que o erro na conta apresentada não importa renúncia tácita ao crédito remanescente, e que a correção se opera de ofício.

O Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026).

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026).

As razões pelas quais a condenação foi apurada em R$ 1.626.863,00 constam da alínea (b) da decisão do pleito 008 e do memorial de cálculo que a acompanha. Em síntese, o cálculo da Divisão de Cálculos Judiciais interrompeu a correção monetária em abril de 2025, embora declare data-base em 4 de setembro de 2025, adotou como taxa legal a cifra de 5,1539282%, que corresponde à acumulação apenas até 30 de junho de 2025, quando a do período declarado alcança 7,1027%,

[2] Eventuais erros nos cálculos apresentados para cumprimento de sentença não configuram renúncia tácita ao crédito remanescente, sendo possível sua correção de ofício pelo magistrado, inclusive em cumprimento provisório de sentença.
(STJ, REsp nº 2.120.531/DF, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/10/2025, DJEN de 29/10/2025)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

contou os juros do dano moral da citação em vez do evento, contrariando o v. acórdão e o despacho de 18 de novembro de 2024, e omitiu duas competências do pensionamento. Todos esses pontos operam em favor dos credores.

A menção da petição à data de 16 de setembro de 2025 constitui erro material ineficaz, pois o crédito é apurado à data-base legal. A Recuperanda examinou a memória que instruiu o pedido e a ela anuiu, e a majoração agora reconhecida decorre da apuração desta Administração Judicial, e não de controvérsia entre as partes.

(c) Classificação.

Os honorários advocatícios sucumbenciais constituem direito autônomo do advogado, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 da Lei nº 8.906/94, e ostentam natureza alimentar, recebendo tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho. Classificam-se, portanto, na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, sem controvérsia entre as partes.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba honorária é a prestação dos serviços advocatícios e a condenação transitada em julgado na demanda de origem, ambas anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE** a habilitação formulada por Maurício Peres Martins, CPF nº 697.396.847-34, para reconhecer o crédito no valor de R$ 162.686,30 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta centavos), com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 162.686,30 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação de credores; (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimação do credor e da Recuperanda.[3]

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE** a habilitação de crédito apresentada por Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994, para reconhecer o crédito no valor de R$ 162.686,30 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza concursal e data-base em 05/09/2025.[4]

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[3] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.
[4] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 008	Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira, Rubson Gonçalves da Costa Moreira, Hudson Lopes Moreira e Sirlei Moreira
Pleito 002	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994, honorários sucumbenciais
Título	Ação indenizatória 0038154-85.2014.8.19.0004, 4ª Vara Cível de São Gonçalo
Vítima	Ruberval Moreira, falecido em 14 de abril de 2014
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 26 de setembro de 2016 julgou improcedentes os pedidos, por ausência de prova da culpa, e condenou os autores em honorários de 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade.

O v. acórdão de 22 de maio de 2019, integrado pelos embargos de declaração de 14 de agosto de 2019, deu provimento à apelação e condenou a Recuperanda a dano moral de R$ 30.000,00 para a viúva e para cada um dos dois filhos e de R$ 15.000,00 para o irmão, a pensão mensal de dois terços da remuneração líquida da vítima em favor dos dois primeiros autores, com a fração do filho acrescendo à da viúva ao completar ele 25 anos, e a honorários de 10% sobre a condenação. O trânsito em julgado deu-se em 25 de abril de 2022.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da CGJ-TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, contados do vencimento de cada parcela
Contagem dos juros	1% a cada mês de calendário completo, com pro rata die apenas na fração incompleta
Taxa legal acumulada	7,1462%, de setembro de 2024 a 05/09/2025, com setembro de 2025 pro rata de 5/30
Dano moral	Correção de 22/05/2019, fator 1,4339539914, e juros de 14/04/2014, 131,6301%
Pensão	R$ 2.598,60 em abril de 2014, equivalentes a 3,58923 salários mínimos, com 138 parcelas de abril de 2014 (17 dias) a setembro de 2025 (5 dias), vencíveis no último dia da competência
13º e férias	Uma parcela por exercício, vencível em 31 de dezembro, no valor da pensão mensal do ano e em um terço dela
Valores	Em reais. A coluna Fator traz o fator de correção da competência até setembro de 2025

Quadro resumo	Valor apurado em 05/09/2025
Dano moral, quatro credores	348.754,24
Pensão mensal, 138 parcelas	1.155.190,39
Décimo terceiro salário, onze exercícios	91.896,24
Terço constitucional de férias, onze exercícios	30.632,12
CONDENAÇÃO	**1.626.472,99**
Honorários advocatícios sucumbenciais de 10%, pleito 002	**162.647,30**
TOTAL	**1.789.120,29**

I - DANO MORAL

Credor	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira	30.000,00	43.018,62	56.625,45	99.644,07
Rubson Gonçalves da Costa Moreira	30.000,00	43.018,62	56.625,45	99.644,07
Hudson Lopes Moreira	30.000,00	43.018,62	56.625,45	99.644,07
Sirlei Moreira	15.000,00	21.509,31	28.312,72	49.822,03
SUBTOTAL I	**105.000,00**	**150.565,17**	**198.189,07**	**348.754,24**

II - PENSÃO MENSAL

Exercício de 2014

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
abril de 2014	1.472,54	1,9258430495	2.835,88	131,11%	3.718,24	6.554,12
maio de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	130,08%	6.509,93	11.514,43
junho de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	129,11%	6.461,50	11.466,00
julho de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	128,08%	6.409,84	11.414,34
agosto de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	127,08%	6.359,80	11.364,29
setembro de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	126,11%	6.311,37	11.315,86
outubro de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	125,08%	6.259,71	11.264,20
novembro de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	124,11%	6.211,28	11.215,77
dezembro de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	123,08%	6.159,62	11.164,11
Subtotal de 2014	**22.261,34**		**42.871,85**		**54.401,29**	**97.273,13**

Exercício de 2015

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	122,08%	6.246,04	11.362,32
fevereiro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	121,18%	6.199,83	11.316,11
março de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	120,08%	6.143,72	11.260,00
abril de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	119,11%	6.094,21	11.210,49
maio de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	118,08%	6.041,39	11.157,67
junho de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	117,11%	5.991,88	11.108,16
julho de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	116,08%	5.939,07	11.055,35
agosto de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	115,08%	5.887,90	11.004,18
setembro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	114,11%	5.838,39	10.954,67
outubro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	113,08%	5.785,58	10.901,86
novembro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	112,11%	5.736,07	10.852,35
dezembro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	111,08%	5.683,25	10.799,53
Subtotal de 2015	**33.939,73**		**61.395,37**		**71.587,32**	**132.982,70**

Exercício de 2016

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	110,08%	5.681,27	10.842,23
fevereiro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	109,15%	5.632,99	10.793,95
março de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	108,08%	5.578,05	10.739,01
abril de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	107,11%	5.528,11	10.689,07
maio de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	106,08%	5.474,83	10.635,79

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
junho de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	105,11%	5.424,89	10.585,85
julho de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	104,08%	5.371,61	10.532,57
agosto de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	103,08%	5.320,00	10.480,96
setembro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	102,11%	5.270,06	10.431,02
outubro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	101,08%	5.216,79	10.377,74
novembro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	100,11%	5.166,84	10.327,80
dezembro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	99,08%	5.113,57	10.274,53
Subtotal de 2016	**37.902,23**		**61.931,51**		**64.779,02**	**126.710,53**

Exercício de 2017

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	98,08%	5.057,00	10.212,91
fevereiro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	97,18%	5.010,43	10.166,34
março de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	96,08%	4.953,88	10.109,79
abril de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	95,11%	4.903,99	10.059,89
maio de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	94,08%	4.850,76	10.006,67
junho de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	93,11%	4.800,87	9.956,78
julho de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	92,08%	4.747,65	9.903,55
agosto de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	91,08%	4.696,09	9.851,99
setembro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	90,11%	4.646,19	9.802,10
outubro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	89,08%	4.592,97	9.748,88
novembro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	88,11%	4.543,07	9.698,98
dezembro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	87,08%	4.489,85	9.645,76
Subtotal de 2017	**40.357,26**		**61.870,88**		**57.292,76**	**119.163,63**

Exercício de 2018

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	86,08%	4.389,86	9.489,50
fevereiro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	85,18%	4.343,80	9.443,44
março de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	84,08%	4.287,87	9.387,51
abril de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	83,11%	4.238,52	9.338,16
maio de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	82,08%	4.185,87	9.285,52
junho de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	81,11%	4.136,52	9.236,17
julho de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	80,08%	4.083,88	9.183,52
agosto de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	79,08%	4.032,88	9.132,53
setembro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	78,11%	3.983,53	9.083,18
outubro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	77,08%	3.930,89	9.030,54
novembro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	76,11%	3.881,54	8.981,18
dezembro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	75,08%	3.828,90	8.928,54
Subtotal de 2018	**41.089,47**		**61.195,72**		**49.324,07**	**110.519,79**

Exercício de 2019

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	74,08%	3.805,20	8.941,69
fevereiro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	73,18%	3.758,81	8.895,30

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
março de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	72,08%	3.702,47	8.838,96
abril de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	71,11%	3.652,76	8.789,26
maio de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	70,08%	3.599,74	8.736,23
junho de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	69,11%	3.550,03	8.686,53
julho de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	68,08%	3.497,01	8.633,50
agosto de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	67,08%	3.445,65	8.582,14
setembro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	66,11%	3.395,94	8.532,43
outubro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	65,08%	3.342,92	8.479,41
novembro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	64,11%	3.293,21	8.429,70
dezembro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	63,08%	3.240,19	8.376,68
Subtotal de 2019	**42.984,58**		**61.637,91**		**42.283,92**	**103.921,83**

Exercício de 2020

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2020	3.729,21	1,3799437412	5.146,09	62,08%	3.194,78	8.340,88
fevereiro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	61,15%	3.164,81	8.340,63
março de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	60,08%	3.109,72	8.285,53
abril de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	59,11%	3.059,63	8.235,44
maio de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	58,08%	3.006,20	8.182,01
junho de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	57,11%	2.956,11	8.131,92
julho de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	56,08%	2.902,68	8.078,50
agosto de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	55,08%	2.850,93	8.026,74
setembro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	54,11%	2.800,84	7.976,65
outubro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	53,08%	2.747,41	7.923,22
novembro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	52,11%	2.697,32	7.873,13
dezembro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	51,08%	2.643,89	7.819,71
Subtotal de 2020	**44.987,37**		**62.080,03**		**35.134,32**	**97.214,36**

Exercício de 2021

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	50,08%	2.617,88	7.845,11
fevereiro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	49,18%	2.570,67	7.797,89
março de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	48,08%	2.513,34	7.740,56
abril de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	47,11%	2.462,75	7.689,98
maio de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	46,08%	2.408,79	7.636,02
junho de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	45,11%	2.358,21	7.585,43
julho de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	44,08%	2.304,25	7.531,47
agosto de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	43,08%	2.251,98	7.479,20
setembro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	42,11%	2.201,39	7.428,62
outubro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	41,08%	2.147,43	7.374,66
novembro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	40,11%	2.096,85	7.324,07
dezembro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	39,08%	2.042,89	7.270,11
Subtotal de 2021	**47.377,79**		**62.726,70**		**27.976,43**	**90.703,13**

Exercício de 2022

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	38,08%	1.986,27	7.202,08
fevereiro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	37,18%	1.939,16	7.154,97
março de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	36,08%	1.881,95	7.097,77
abril de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	35,11%	1.831,48	7.047,29
maio de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	34,08%	1.777,64	6.993,45
junho de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	33,11%	1.727,16	6.942,97
julho de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	32,08%	1.673,32	6.889,13
agosto de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	31,08%	1.621,16	6.836,98
setembro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	30,11%	1.570,69	6.786,50
outubro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	29,08%	1.516,85	6.732,66
novembro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	28,11%	1.466,37	6.682,18
dezembro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	27,08%	1.412,53	6.628,34
Subtotal de 2022	**52.201,71**		**62.589,74**		**20.404,58**	**82.994,32**

Exercício de 2023

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2023	4.673,17	1,1321978352	5.290,96	26,08%	1.379,97	6.670,93
fevereiro de 2023	4.673,17	1,1321978352	5.290,96	25,18%	1.332,18	6.623,14
março de 2023	4.673,17	1,1321978352	5.290,96	24,08%	1.274,15	6.565,11
abril de 2023	4.673,17	1,1321978352	5.290,96	23,11%	1.222,95	6.513,91
maio de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	22,08%	1.184,49	6.548,59
junho de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	21,11%	1.132,57	6.496,68
julho de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	20,08%	1.077,20	6.441,31
agosto de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	19,08%	1.023,56	6.387,67
setembro de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	18,11%	971,65	6.335,75
outubro de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	17,08%	916,28	6.280,38
novembro de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	16,11%	864,37	6.228,47
dezembro de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	15,08%	809,00	6.173,10
Subtotal de 2023	**56.594,92**		**64.076,65**		**13.188,38**	**77.265,03**

Exercício de 2024

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2024	5.067,99	1,0811936600	5.479,48	14,08%	771,60	6.251,08
fevereiro de 2024	5.067,99	1,0778441800	5.462,50	13,15%	718,11	6.180,61
março de 2024	5.067,99	1,0695022800	5.420,22	12,08%	654,86	6.075,08
abril de 2024	5.067,99	1,0656688500	5.400,80	11,11%	600,24	6.001,04
maio de 2024	5.067,99	1,0634511200	5.389,56	10,08%	543,36	5.932,92
junho de 2024	5.067,99	1,0587917900	5.365,94	9,11%	489,05	5.854,99
julho de 2024	5.067,99	1,0546717100	5.345,06	8,08%	431,97	5.777,04
agosto de 2024	5.067,99	1,0515068400	5.329,02	7,15%	380,82	5.709,85
setembro de 2024	5.067,99	1,0495271900	5.318,99	6,47%	344,14	5.663,13
outubro de 2024	5.067,99	1,0481593100	5.312,06	5,77%	306,28	5.618,34
novembro de 2024	5.067,99	1,0425238000	5.283,50	5,38%	284,25	5.567,74
dezembro de 2024	5.067,99	1,0360944500	5.250,91	5,21%	273,47	5.524,38
Subtotal de 2024	**60.815,85**		**64.358,05**		**5.798,15**	**70.156,20**

Exercício de 2025

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2025	5.448,45	1,0325833000	5.625,97	4,62%	259,84	5.885,81
fevereiro de 2025	5.448,45	1,0314543400	5.619,82	3,72%	208,85	5.828,67
março de 2025	5.448,45	1,0189216100	5.551,54	3,72%	206,31	5.757,85
abril de 2025	5.448,45	1,0124447900	5.516,25	3,39%	187,24	5.703,49
maio de 2025	5.448,45	1,0081172200	5.492,67	2,77%	152,21	5.644,88
junho de 2025	5.448,45	1,0045047800	5.472,99	2,00%	109,20	5.582,19
julho de 2025	5.448,45	1,0018993500	5.458,79	1,16%	63,34	5.522,13
agosto de 2025	5.448,45	0,9985954500	5.440,79	0,22%	11,84	5.452,64
setembro de 2025	908,07	1,0000000000	908,07	0,00%	0,00	908,07
Subtotal de 2025	**44.495,64**		**45.086,91**		**1.198,83**	**46.285,74**

Consolidação da pensão

Rubrica	Parcelas	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
SUBTOTAL II, pensão mensal	**138**	**525.007,89**	**711.821,32**	**443.369,07**	**1.155.190,39**

III - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

Décimo terceiro salário

Exercício	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
2014	2.451,80	1,9258430495	4.721,78	123,08%	5.811,65	10.533,43
2015	2.828,28	1,8089531325	5.116,23	111,08%	5.683,19	10.799,42
2016	3.158,49	1,6339806149	5.160,91	99,08%	5.113,52	10.274,43
2017	3.363,08	1,5330791587	5.155,87	87,08%	4.489,82	9.645,69
2018	3.424,09	1,4893287592	5.099,60	75,08%	3.828,86	8.928,46
2019	3.585,02	1,4339539914	5.140,75	63,08%	3.242,87	8.383,63
2020	3.750,71	1,3799437412	5.175,77	51,08%	2.643,87	7.819,64
2021	3.948,12	1,3239683696	5.227,19	39,08%	2.042,87	7.270,06
2022	4.350,11	1,1989979225	5.215,77	27,08%	1.412,52	6.628,29
2023	4.673,12	1,1321978352	5.290,90	15,08%	797,96	6.088,85
2024	5.067,95	1,0360944500	5.250,87	5,21%	273,46	5.524,34
Subtotal	**40.600,77**		**56.555,64**		**35.340,60**	**91.896,24**

Terço constitucional de férias

Exercício	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
2014	817,27	1,9258430495	1.573,93	123,08%	1.937,22	3.511,16
2015	942,76	1,8089531325	1.705,41	111,08%	1.894,40	3.599,81
2016	1.052,83	1,6339806149	1.720,30	99,08%	1.704,51	3.424,81
2017	1.121,03	1,5330791587	1.718,63	87,08%	1.496,61	3.215,24
2018	1.141,36	1,4893287592	1.699,86	75,08%	1.276,28	2.976,14
2019	1.195,01	1,4339539914	1.713,59	63,08%	1.080,96	2.794,55
2020	1.250,24	1,3799437412	1.725,26	51,08%	881,29	2.606,55
2021	1.316,04	1,3239683696	1.742,40	39,08%	680,96	2.423,35
2022	1.450,04	1,1989979225	1.738,59	27,08%	470,84	2.209,44
2023	1.557,71	1,1321978352	1.763,64	15,08%	265,99	2.029,62

Exercício	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
2024	1.689,32	1,0360944500	1.750,30	5,21%	91,15	1.841,45
Subtotal	**13.533,61**		**18.851,91**		**11.780,22**	**30.632,12**

IV - CONSOLIDAÇÃO

Rubrica	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total apurado
Subtotal I, dano moral	105.000,00	150.565,17	198.189,07	348.754,24
Subtotal II, pensão mensal	525.007,89	711.821,32	443.369,07	1.155.190,39
Subtotal III, décimo terceiro salário	40.600,77	56.555,64	35.340,60	91.896,24
Subtotal IV, terço constitucional de férias	13.533,61	18.851,91	11.780,22	30.632,12
CONDENAÇÃO				**1.626.472,99**
Honorários advocatícios sucumbenciais de 10%, pleito 002				**162.647,30**
TOTAL				**1.789.120,29**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 002	159.248,57	159.248,57
Pleito 008	2.802.485,67	1.592.485,67

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	003
Data do protocolo	16/07/2026
Nome / Razão social do credor	Alexandre de Amorim Pessôa, advogado, OAB/RJ 81.029
CPF / CNPJ	011.967.487-48
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria (OAB/RJ 81.029)
Origem do crédito	Honorários advocatícios sucumbenciais de 10% sobre a condenação do proc. 0011004-06.2008.8.19.0210 (ação indenizatória de Estefani Alves de Assis e outros)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	—	R$ 469.754,21 (10% sobre R$ 4.697.542,07)	R$ 429.573,94 (10% sobre R$ 4.295.739,43)
Data-base da atualização	—	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante, patrono dos credores Estefani Alves de Assis e outros na ação indenizatória do processo nº 0011004-06.2008.8.19.0210, requer a inclusão de crédito de R$ 469.754,21, correspondente aos honorários sucumbenciais de 10% sobre a condenação, calculados sobre a base de R$ 4.697.542,07 e atualizados até 05/09/2025, na Classe I.

A Recuperanda não se opôs à verba em tese, mas impugnou a base de cálculo, por reproduzir os excessos apontados na divergência dos credores principais, e reconheceu R$ 430.247,66.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito corresponde aos honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 10% sobre o valor da condenação na ação indenizatória movida por Estefani Alves de Assis e outros contra a Recuperanda, processo nº 0011004-06.2008.8.19.0210, com trânsito em julgado certificado.

A titularidade da verba pelo advogado decorre do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 da Lei nº 8.906/94, tendo a própria Recuperanda reconhecido a autonomia do crédito ao decotá-lo das parcelas dos credores principais.

A instrução atendeu aos requisitos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu o título, os cálculos homologados e as planilhas de atualização, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

O percentual de 10% é incontroverso.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A divergência reside na base de cálculo. O habilitante aplicou o percentual sobre R$ 4.697.542,07, montante que reproduz cota de pensionamento superior à que o título conferiu às beneficiárias — e é dessa diferença de base, e não do percentual, que decorre a redução aqui determinada.

Convém demonstrar o ponto, porque dele decorre a maior parte da diferença entre o pretendido e o devido. O acórdão de fls. 366, relatado pelo Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, fixou a base do pensionamento em R$ 1.173,33, correspondentes a dois terços dos R$ 1.760,00 que a vítima auferia como diarista, e repartiu essa base em duas metades.

Ao primeiro credor destinou metade, consignando que “50% do valor da pensão deve ser para ele revertido”.

Quanto à outra metade, restringiu-a às filhas menores à época, registrando que “somente STEFANI DE OLIVEIRA ASSIS e LUANE DE OLIVEIRA ASSIS enquadram-se em tal circunstância, já que contavam com 15 e 12 anos respectivamente, devendo, em consequência, receber os 50% restantes igualmente”, e concluiu, no dispositivo, pelo pagamento de “50% em favor do 1º Autor e 50% rateados entre os 2º e 3º Apelantes”.

Rateados entre as duas, portanto, os 50% restantes correspondem a 25% da base para cada filha, ou R$ 293,33. A planilha que serviu de base ao cálculo destes honorários, diversamente, atribui a cada filha 50% da base, R$ 586,66.

Somando-se as cotas mês a mês, o critério do título fecha sempre em 100% da pensão devida: 50% ao primeiro credor mais 25% para cada filha, no período de 2007 a 2016; 75% ao primeiro credor mais 25% à filha remanescente, de 2016 a 2019; e 100% ao primeiro credor, de 2019 a 2025.

A planilha adotada pelos credores, ao contrário, totaliza 150% no primeiro período e 125% no segundo. Vale dizer: entre 2007 e 2016 ela faria a Recuperanda pagar R$ 586,66 multiplicados por três, isto é, R$ 1.759,98 por mês — a renda integral da vítima, R$ 1.760,00 —, quando o acórdão concedeu dois terços dela.

A confirmação é decisiva e vem de documento que os próprios credores juntaram. O cálculo elaborado pelo Capital Central de Cálculos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 24/05/2013, utiliza exatamente R$ 293,33 por filha e R$ 586,66 para o primeiro credor, e traz bloco intitulado, textualmente, “PENSIONAMENTO DO 2º AUTOR REVERTIDO AO 1º AUTOR (FLS. 366)” — a mesma

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

reversão de cotas que ambos os cálculos hoje aplicam, e que, portanto, não é objeto de controvérsia.

Esse cálculo foi homologado em 04/11/2013 pelo Juiz Andre Felipe Alves da Costa Tredinnick, nos termos seguintes: “Considerando a ausência de impugnação, HOMOLOGO os cálculos indicados as fls. 524/531”, folhas que conferem com a numeração manuscrita do documento juntado pelos próprios credores. O total então apurado foi de R$ 1.335.241,70, sendo R$ 1.000.525,18 de principal e juros, R$ 234.664,00 de capital mantenedor e R$ 100.052,52 de honorários.

Corrigido o percentual da cota de pensionamento e mantido tudo o mais, a base aderente ao título é de R$ 4.295.739,43, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. É sobre ela, e não sobre a base ampliada, que incidem os 10% incontroversos.

A verba honorária é acessória, e a sua extensão acompanha necessariamente a do principal, não podendo ser calculada sobre montante que o título não sustenta.

A base foi apurada por esta Administração Judicial, e não simplesmente acolhida da memória da Recuperanda. A apuração partiu do cálculo do Capital Central de Cálculos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 24/05/2013, recalculou por inteiro o pensionamento de 15/09/2007 a 05/09/2025, porque a folha oficial computa parcelas apenas de maio de 2008 a abril de 2013, e aplicou os fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça emitida em 01/09/2025, com correção pela UFIR-RJ até 29/08/2024 e pelo IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, e juros de mora simples de 1% ao mês até 29/08/2024 e taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de então.

O resultado, R$ 4.295.739,43, aproxima-se da memória da Recuperanda, que apura R$ 4.302.476,58, com diferença de R$ 6.737,15, equivalente a 0,16% e decorrente de convenção de contagem. Duas apurações conduzidas de forma independente, que convergem nessa ordem de grandeza, confirmam a base e afastam a pretensão calculada sobre R$ 4.697.542,07.

O discriminativo de cálculos integra a documentação angariada por esta Administração Judicial neste pleito.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Ajustada a base a R$ 4.295.739,43, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, os honorários perfazem R$ 429.573,94, afastando-se o excesso de R$ 40.180,27.[2]

O valor reconhecido permanece vinculado ao principal em favor dos credores da indenização, e corresponde sempre a 10% daquela base, apurada nesta mesma data e pelos mesmos critérios.

Registre-se que a mesma verba foi excluída do crédito reconhecido aos credores na verificação da divergência apresentada pelos titulares da indenização, precisamente para evitar dupla contagem no quadro-geral, de modo que o reconhecimento ora efetuado em favor do patrono não implica duplicidade, mas a correta atribuição da titularidade da verba.

(c) Classificação.

Os honorários sucumbenciais ostentam natureza alimentar e recebem tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005. Anota-se que a manifestação da Recuperanda grafou, em um trecho, Classe I Quirografária, erro material que não infirma a conclusão, pois o dispositivo daquela peça indica corretamente a Classe I Trabalhista.[3]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[4]

---

[2] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

[3] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

[4] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba honorária é a prestação dos serviços advocatícios e a condenação transitada em julgado na demanda de origem, ambas anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação formulada por Alexandre de Amorim Pessôa, CPF nº 011.967.487-48, para reconhecer o crédito no valor de R$ 429.573,94, com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, afastando-se o excesso de R$ 40.180,27 decorrente do equívoco na base de cálculo.

VI — DISPOSITIVO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 429.573,94
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação de credores; (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimação do credor e da Recuperanda; (iv) vincular o valor final ao principal consolidado em favor dos titulares da indenização (10% da base conferida).[5]

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação de crédito apresentada por Alexandre de Amorim Pessôa, advogado, OAB/RJ 81.029, para

[5] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

reconhecer o crédito no valor de R$ 429.573,94, a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[6]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[6] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	004
Data do protocolo	14/07/2026
Nome / Razão social do credor	Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994
CPF / CNPJ	697.396.847-34
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria (OAB/RJ 56.994)
Origem do crédito	Honorários advocatícios sucumbenciais e de execução do proc. 0007383-56.2016.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo (ação indenizatória de Jorge Luiz Gonçalves da Costa)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	Não listado	R$ 20.502,72	R$ 29.796,55
Data-base da atualização	—	09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	honorários de 13,80% sobre a condenação atualizada, R$ 11.236,60, mais honorários do art. 523, §1º, do CPC, R$ 9.266,12	Honorários advocatícios
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante, patrono de Jorge Luiz Gonçalves da Costa na ação indenizatória do processo nº 0007383-56.2016.8.19.0004, requer a inclusão de R$ 20.502,72 a título de honorários sucumbenciais e de execução, na Classe I.

A Recuperanda concordou parcialmente, propondo R$ 18.153,91, correspondentes a 13,8% sobre R$ 131.550,05, valor que reconhecera ao titular na primeira rodada administrativa.

Trata-se da verba honorária que estava embutida no lançamento único do crédito do titular e que, por ser direito autônomo do advogado, é aqui individualizada em habilitação própria, com a correspondente exclusão do crédito daquele, objeto da divergência 010.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito corresponde à verba honorária sucumbencial fixada em favor do habilitante na ação indenizatória movida por Jorge Luiz Gonçalves da Costa contra a Recuperanda, com condenação transitada em julgado.

A sentença fixou honorários de 10% sobre o valor da condenação, e o acórdão da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 14 de abril de 2020, negou provimento ao recurso da ré, majorando a verba para 12% na forma do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

A decisão do Superior Tribunal de Justiça, ao não conhecer do recurso, determinou a majoração em 15% sobre o valor já arbitrado, na forma do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, resultando no percentual final de 13,8%.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A planilha de atualização apresentada pelo habilitante foi conferida por esta Administração Judicial. Ela discrimina cada rubrica e permite a reconstituição integral da pretensão, mas apura os juros de mora sem observar o termo inicial fixado na r. sentença, do que resulta cifra inferior à devida.

Registra-se apenas que o seu cabeçalho indica atualização até 16/09/2025, enquanto a data-base legal é 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, e é essa a data-base que a presente decisão observa, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

(b) Valor e data-base.

A planilha de débitos judiciais que instrui o pedido permite reconstituir integralmente a pretensão. Atualizada até setembro de 2025 pelo IPCA-E e por juros da taxa legal do art. 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024, parte do dano moral de R$ 40.000,00 fixado em 02/10/2019 e apura condenação atualizada de R$ 81.424,65.

Sobre esse montante aplica os honorários de 13,80%, resultando em R$ 11.236,60, e acrescenta honorários de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, no valor de R$ 9.266,12. A soma das duas verbas honorárias é exatamente o valor pretendido, R$ 20.502,72.

A r. sentença de 2 de outubro de 2019 fixou os consectários da condenação nos seguintes termos:

> Ante o exposto, e por tudo mais do que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor para condenar a parte ré ao pagamento de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a título de danos morais, com juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária a partir da presente sentença.
> (sentença de 2 de outubro de 2019, processo nº 0007383-56.2016.8.19.0004, 8ª Vara Cível da Comarca de São Gonçalo)

A citação da Recuperanda ocorreu em 25 de maio de 2016, conforme o index 86 dos autos de origem, e é dessa data que correm os juros de mora, na dicção do título e do artigo 405 do Código Civil. A correção monetária corre da sentença, na forma do verbete 362 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A planilha que instrui o pedido não observou o termo dos juros. Ela declara um único marco temporal, 2 de outubro de 2019, e dele faz correr tanto a correção monetária quanto os juros de mora, deixando de computar os quarenta meses e oito dias de mora vencidos entre a citação e a sentença. Quanto à correção monetária o termo nela adotado está correto.

Pelo critério do título, os juros de mora alcançam 106,3075%, sendo 99,1613% de 1% ao mês da citação a 29 de agosto de 2024 e 7,1462% de taxa legal do artigo 406 do Código Civil daí à data-base. Contados da sentença, como fez a planilha, seriam 66,0494%, isto é, 40,2581 pontos percentuais a menos.

Quanto ao índice de correção, os fatores aplicáveis são aqueles da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que observa a UFIR-RJ até 29 de agosto de 2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, critério uniforme em toda esta verificação. A partir de 30 de agosto de 2024 os juros correm pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, e não pela taxa de 1% ao mês do título, porque a lei nova alcança os consectários vencidos após a sua vigência.

O artigo 406 do Código Civil só supre a falta de estipulação, e a taxa dos juros até 29 de agosto de 2024 vem do próprio título, que a fixou em 1% ao mês. Não incide, por isso, a tese do Tema Repetitivo 1368, pela qual, antes da Lei nº 14.905/2024, a taxa legal daquele artigo era a taxa SELIC.[1]

A distinção é a que o Superior Tribunal de Justiça faz de modo expresso, ao assentar que a taxa SELIC se aplica como juros de mora quando não há determinação específica de outro índice no título judicial.[2] Aqui há determinação específica quanto aos juros, e é ela que se observa até a véspera da vigência da lei nova.

[1] O art. 406 Código Civil de 2002, antes da entrada em vigor da Lei n° 14.905/2024, deve ser interpretado no sentido de que é a SELIC a taxa de juros de mora aplicável às dívidas de natureza civil, por ser esta a taxa em vigor para a atualização monetária e a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. (STJ, REsp nº 2.199.164/PR, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Corte Especial, julgado em 15/10/2025, DJEN de 20/10/2025, Tema Repetitivo 1368)

[2] A Taxa Selic deve ser aplicada como índice de juros moratórios quando não há determinação específica de outro índice no título judicial, vedada sua cumulação com atualização monetária. No caso, o título executivo não especificou a taxa de juros de mora a ser aplicável, razão pela qual a aplicação da taxa Selic na fase de cumprimento de sentença não ofende a coisa julgada. (STJ, AgInt no REsp nº 2.171.282/RJ, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 16/12/2025, DJEN de 19/12/2025)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O critério tem apoio na jurisprudência daquele Tribunal. Ausente previsão contratual ou de lei específica quanto ao índice, a correção dos débitos judiciais se faz pela UFIR-RJ, na forma do artigo 1º do Provimento nº 03/1993 da Corregedoria Geral da Justiça e do artigo 1º do Decreto Estadual nº 27.518/2000, e é lícito apurá-la pela própria tabela de atualização de débitos judiciais do Tribunal.[3]

Em condenação por dano moral com juros da citação e correção do arbitramento, que é a configuração deste título, a UFIR-RJ foi aplicada pelos mesmos dispositivos,[4] orientação reafirmada em tese de julgamento no ano corrente.[5]

Quanto ao trecho posterior a 30 de agosto de 2024, a Décima Sexta Câmara de Direito Privado daquele Tribunal fixou tese de julgamento no sentido de que se aplicam o IPCA como índice de correção monetária e a taxa SELIC deduzida do IPCA como juros de mora.[6]

A decomposição não incorre na duplicidade de encargos que a lei veda, porque o IPCA empregado na correção é o mesmo índice que se deduz da taxa SELIC para achar a taxa legal, de sorte que a soma das duas parcelas equivale à SELIC do período. E os juros fixados no título permanecem íntegros até 29 de agosto de 2024, que é como aquele Tribunal tem operado a transição, mantidos os consectários anteriores até a véspera da vigência da lei nova.[7] O conjunto desses critérios foi aplicado a condenação

---

[3] Tratando-se de débito judicial, o índice aplicável é o regulado pela Corregedoria Geral da Justiça, a contar do inadimplemento, conforme jurisprudência desta Corte. [...] Nesse diapasão, nada impede que a correção monetária seja feita com base no sistema de atualização de débitos judiciais do TJRJ, uma vez que os índices por ele encampados refletem os critérios legais para o fim de correção monetária. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0027624-29.2017.8.19.0000, Relator Desembargador José Carlos Paes, Décima Quarta Câmara Cível, julgado em 05/07/2017, DJe de 07/07/2017)

[4] Na forma do artigo 1º do Provimento 03/93 da CGJ-RJ e do artigo 1º do Decreto Estadual 27.518/00, a correção monetária deve ser calculada pela Unidade Fiscal de Referência (UFIR-RJ), índice oficial utilizado por esta Corregedoria Geral de Justiça para a correção dos débitos judiciais. (TJRJ, Apelação Cível nº 0021978-51.2021.8.19.0209, Relator Desembargador Ricardo Alberto Pereira, Décima Quinta Câmara de Direito Privado, julgado em 06/12/2023, DJe de 12/12/2023)

[5] O Provimento nº 3/1993 da Corregedoria Geral de Justiça/TJRJ autoriza a utilização da UFIR como índice oficial para atualização dos débitos judiciais. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0058003-69.2025.8.19.0000, Relator Desembargador Alexandre de Carvalho Mesquita, Sétima Câmara de Direito Privado, julgado em 24/02/2026, DJe de 03/03/2026, tese de julgamento)

[6] A partir de 30 de agosto de 2024, aplicam-se o IPCA como índice de correção monetária e a taxa SELIC deduzida do IPCA como juros de mora, nos termos dos arts. 389, parágrafo único, e 406, § 1º, do Código Civil. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0018708-88.2026.8.19.0000, Relatora Desembargadora Regina Helena Fabregas Ferreira, Décima Sexta Câmara de Direito Privado, julgado em 07/07/2026, DJe de 14/07/2026)

[7] Assim, a partir de 30/08/2024 deve ser aplicado o IPCA como índice de correção monetária e a SELIC, deduzido o IPCA, para o cálculo dos juros, nos termos dos arts. 389 e 406, do Código Civil, mantidos os consectários legais anteriormente fixados até 29/08/2024. (TJRJ, Apelação Cível nº 0001756-

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

por dano moral com juros da citação e correção do arbitramento na forma do verbete 362 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.[8]

A r. sentença fixou o termo inicial dos juros de modo expresso, e o cálculo apresentado não o aplicou. Trata-se de inexatidão material, corrigível de ofício e a qualquer tempo, na forma do artigo 494, inciso I, do Código de Processo Civil.

A correção monetária e os juros de mora são matéria de ordem pública e integram o pedido de forma implícita, de modo que a sua apreciação por esta Administração Judicial, no desempenho do seu *munus*, não configura julgamento extra ou ultra petita nem reformatio in pejus, e tampouco se sujeita à preclusão.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça firmou a tese no julgamento do Tema Repetitivo 235[9] e esse entendimento vem ancorado pela Segunda Seção daquela Corte[10]. Similar orientação foi aplicada pela Quarta Turma[11] a cálculo já homologado em fase de cumprimento de sentença.[12]

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o verbete 161 da Súmula da Jurisprudência assenta que não há preclusão quanto às questões atinentes a juros legais e correção monetária, por serem matérias apreciáveis de ofício. O erro no marco inicial dos juros, portanto, não preclui.

90.2023.8.19.0080, Relator Desembargador Arthur Narciso de Oliveira Neto, Décima Sétima Câmara de Direito Privado, julgado em 06/11/2025, DJe de 11/11/2025)

[8] Nas indenizações por danos morais decorrentes de ilícito contratual, os juros de mora incidem a partir da citação. A correção monetária sobre indenizações por danos morais incide desde o arbitramento, nos termos da Súmula 362 do STJ. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.905/2024, aplica-se o IPCA como índice de correção monetária e a taxa Selic, deduzido o IPCA, como taxa legal de juros moratórios. (TJRJ, Apelação Cível nº 0004041-37.2021.8.19.0206, Relatora Desembargadora Maria Isabel Paes Gonçalves, Nona Câmara de Direito Privado, julgado em 13/10/2025, DJe de 15/10/2025, tese de julgamento)

[9] A correção monetária é matéria de ordem pública, integrando o pedido de forma implícita, razão pela qual sua inclusão ex officio, pelo juiz ou tribunal, não caracteriza julgamento extra ou ultra petita, hipótese em que prescindível o princípio da congruência entre o pedido e a decisão judicial. (STJ, REsp nº 1.112.524/DF, Relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 01/09/2010, DJe de 30/09/2010, Tema Repetitivo 235)

[10] O erro de cálculo evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, é passível de correção pelo magistrado, de ofício e a qualquer tempo. (STJ, AgInt nos EREsp nº 1.539.237/PR, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 12/04/2023, DJe de 26/04/2023)

[11] (STJ, AgInt no AREsp nº 758.866/SP, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 22/03/2018, DJe de 02/04/2018)

[12] O STJ entende que os juros de mora e a correção monetária integram os chamados pedidos implícitos, bem como se constituem em matéria de ordem pública, razão pela qual sua alteração não configura julgamento extra ou ultra petita, reformatio in pejus, tampouco se sujeitando à preclusão. (STJ, AgInt no REsp nº 2.004.691/PR, Relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 06/03/2023, DJe de 15/03/2023)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A Décima Sétima Câmara de Direito Privado daquele Tribunal julgou hipótese espelhada à presente, de cálculo homologado que adotou termo inicial diverso do fixado no título, e determinou a sua correção com apoio no artigo 494, inciso I, do Código de Processo Civil.[13]

E, quanto ao termo inicial em si, a Oitava Câmara de Direito Público daquele Tribunal assentou que a sua fixação, como a dos índices, não se sujeita à preclusão, por serem os consectários legais pedidos implícitos de natureza pública, apreciáveis a qualquer tempo nas instâncias ordinárias.[14]

Não se confunde a hipótese com a orientação que reconhece a preclusão quando a parte pretende alterar, na fase de cumprimento, o critério de juros ou de correção que o título fixou e sobre o qual já houve manifestação judicial. Naquelas hipóteses pretende-se substituir o parâmetro do título. Aqui o parâmetro é mantido, e o que se corrige é o cálculo que dele se afastou.

Na verificação de créditos a conclusão não é diversa. O valor do crédito somente se consolida com o julgamento das impugnações judiciais, e a sua retificação é admitida até o encerramento da recuperação judicial[15], na forma dos artigos 18 e 19 da Lei nº 11.101/2005.

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás decidiu, em habilitação de crédito, que o termo inicial dos juros de mora é a data da citação válida no processo que

[13] O art. 494, I, do Código de Processo Civil autoriza a correção, de ofício ou a requerimento da parte, de inexatidões materiais ou erros de cálculo, mesmo após a publicação da sentença. O Superior Tribunal de Justiça reconhece que erro de cálculo evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, pode ser corrigido a qualquer tempo, não se submetendo à preclusão. [...] Os cálculos homologados adotaram como termo inicial data anterior, antecipando indevidamente a correção monetária em quase dez anos, o que configura manifesto erro de cálculo a ser corrigido para assegurar a fidelidade da execução ao título judicial. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0016917-84.2026.8.19.0000, Relatora Desembargadora Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira, Décima Sétima Câmara de Direito Privado, julgado em 27/04/2026, DJe de 04/05/2026)

[14] A fixação do termo inicial da correção monetária e os juros de mora, assim como seus índices, não estão sujeitas à preclusão, consoante o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que os juros de mora e a correção monetária, por constituírem consectários legais, integram os chamados pedidos implícitos e possuem natureza de ordem pública, podendo ser apreciados a qualquer tempo nas instâncias ordinárias. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0018468-70.2024.8.19.0000, Relatora Desembargadora Leila Maria Rodrigues Pinto de Carvalho e Albuquerque, Oitava Câmara de Direito Público, julgado em 13/06/2024, DJe de 14/06/2024)

[15] (STJ, REsp nº 1.371.427/RJ, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 06/08/2015, DJe de 24/08/2015)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

originou o crédito habilitado, reformando a decisão que adotara marco diverso.[16] E assentou que a retificação de cálculo promovida pelo administrador judicial para valor superior ao indicado na inicial da habilitação constitui correção técnica, e não inovação processual, sem ofensa ao princípio da demanda.[17]

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos artigos 22, inciso I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do artigo 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do artigo 15, inciso II.

A apuração técnica é dever legal desta Administração Judicial, na forma do artigo 7º, § 1º, combinado com o artigo 9º, inciso II, da mesma lei, e dela pode resultar valor inferior ou superior ao postulado, porque a verificação não está limitada pelo pedido do credor nem pela concordância da devedora, cuja manifestação é elemento de prova e não vincula a conclusão. Por isso o resultado se apresenta acompanhado da demonstração da apuração, componente por componente, com indicação expressa do critério e da data-base adotados.

O procedimento de habilitação tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor na petição inicial.[18]

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da

[16] O termo inicial dos juros de mora é a data da citação válida no processo que originou o crédito habilitado, e não a data de juntada do aviso de recebimento (AR). (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5079299-82.2025.8.09.0051, Relatora Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, 4ª Câmara Cível, DJe de 07/08/2025, tese de julgamento)

[17] A correção de cálculos na fase de habilitação de crédito, realizada pelo administrador judicial para adequar o valor aos parâmetros do título exequendo não ofende o princípio da demanda. A atualização do valor habilitado pode ser realizada até o encerramento da recuperação judicial, nos termos do art. 19 da Lei 11.101/2005. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5630273-03.2024.8.09.0051, Relatora Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, 4ª Câmara Cível, DJe de 21/11/2024, tese de julgamento)

[18] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[19] E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[20]

Quanto ao credor que postula menos do que lhe é devido por adotar cálculo defeituoso, que é a hipótese deste pleito, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o erro na conta apresentada não importa renúncia tácita ao crédito remanescente, e que a correção se opera de ofício.[21]

É o mesmo fundamento pelo qual esta Administração Judicial vem promovendo, no cumprimento do seu *munus* público, o desmembramento da verba honorária do crédito quirografário do titular e a sua inclusão em nome do advogado na Classe I. O critério é uniforme, e aqui se limita a apurar a condenação sobre a qual os percentuais incidem.

Realizada a conferência pela Administração Judicial, constatou-se que a verba sucumbencial de 13,80%, incontroversa quanto ao percentual, incide sobre a condenação atualizada, e a base de R$ 131.550,05 adotada pela Recuperanda não encontra lastro em nenhum documento desta habilitação.

A diferença entre o pedido e essa verba corresponde aos honorários de 10% da fase de cumprimento de sentença, previstos no art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, que pertencem ao advogado e decorrem do não pagamento voluntário da condenação no prazo legal, circunstância evidenciada nos autos de origem, nos quais a obrigação permaneceu inadimplida.

---

[19] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[20] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

[21] Eventuais erros nos cálculos apresentados para cumprimento de sentença não configuram renúncia tácita ao crédito remanescente, sendo possível sua correção de ofício pelo magistrado, inclusive em cumprimento provisório de sentença. (STJ, REsp nº 2.120.531/DF, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/10/2025, DJEN de 29/10/2025)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A condenação atualizada, apurada com observância do termo inicial dos juros, alcança R$ 118.334,19, e não os R$ 81.424,65 da planilha. A verba sucumbencial de 13,80% perfaz, por isso, R$ 16.330,12, e os honorários do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil, calculados sobre a soma da condenação com a sucumbência, R$ 134.664,31, perfazem R$ 13.466,43. A apuração está demonstrada no discriminativo de cálculos que integra a documentação deste pleito.

O crédito é reconhecido, assim, em cifra superior à pretendida, o que decorre da apuração da condenação sobre a qual os percentuais incidem, e não do acréscimo de qualquer rubrica.

Reconhece-se, assim, o crédito de R$ 29.796,55, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, composto dos honorários sucumbenciais de R$ 16.330,12 e dos honorários de R$ 13.466,43 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.[22]

(c) Classificação.

Os honorários advocatícios constituem direito autônomo do advogado, que os titulariza em nome próprio, e não do seu constituinte, por força dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia.

O primeiro desses dispositivos define-lhes expressamente a natureza alimentar, do que decorre, para fins concursais, o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho: a verba destina-se à subsistência do profissional e de sua família, tal como o salário para o empregado.

É essa identidade de função, e não uma equiparação por analogia, que justifica a classificação na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005. Não há controvérsia entre as partes quanto ao ponto.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que

[22] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[23]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba honorária sucumbencial é a sentença que a deferiu. O direito do advogado a essa verba não nasce da prestação dos serviços nem do contrato celebrado com o constituinte, mas do ato jurisdicional que, ao julgar a demanda, impõe ao vencido o dever de pagá-la: antes dele há expectativa, e não crédito.

Aqui, a sentença fixou os honorários em 10%, o acórdão da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro majorou-os para 12% e a decisão do Superior Tribunal de Justiça acresceu 15% sobre o valor arbitrado, na forma do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, resultando no percentual final de 13,80%.

Todos esses atos são anteriores ao marco acima referido, e as majorações posteriores integram a mesma verba, cujo nascimento se dá com a sentença. Os honorários do art. 523, § 1º, do mesmo Código seguem a mesma sorte: decorrem do inadimplemento verificado na fase de cumprimento daquele título, igualmente anterior ao pedido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

[23] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a habilitação formulada por Maurício Peres Martins, CPF nº 697.396.847-34, para reconhecer o crédito de honorários advocatícios no valor de R$ 29.796,55, com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

O crédito é composto dos honorários sucumbenciais de R$ 16.330,12, correspondentes ao percentual de 13,80% apurado na cadeia decisória do título, e dos honorários de R$ 13.466,43 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

A verba é lançada em nome próprio do habilitante, apartada do crédito do titular da indenização, do qual foi excluída na divergência 010, de modo que não há dupla contagem.

Ressalva-se que a apuração foi realizada por esta Administração Judicial, no cumprimento do seu *munus* público, a partir da planilha que instrui o pedido, ficando afastadas a base de cálculo de R$ 131.550,05 indicada pela Recuperanda, por não corresponder à condenação atualizada demonstrada nos autos, e a apuração dos juros de mora constante da planilha, por não observar o termo inicial fixado no título, conforme o art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 29.796,55
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação, em nome do patrono, no valor de R$ 29.796,55, na Classe I, apartada do crédito do titular; (ii) conferir que a verba foi excluída do crédito do titular na divergência 010, para evitar dupla contagem; (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE** a habilitação de crédito apresentada por **Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994**, para reconhecer o crédito no valor de R$ 29.796,55, a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[25]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[25] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 010	Jorge Luiz Gonçalves da Costa
Pleito 004	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994 (honorários)
Título	Ação indenizatória 0007383-56.2016.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo
Evento	Capotamento de coletivo da Recuperanda em 14 de abril de 2014, do qual o credor foi passageiro
Citação	25 de maio de 2016, termo inicial dos juros de mora, computado o próprio dia
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 2 de outubro de 2019 julgou procedente o pedido e condenou a Recuperanda ao pagamento de R$ 40.000,00 por dano moral, com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir da própria sentença, além de honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação.

O v. acórdão de 14 de abril de 2020, da 18ª Câmara Cível, negou provimento à apelação, manteve o valor com apoio no verbete 343 da Súmula do Tribunal e majorou a verba honorária em 2%, na forma do artigo 85, parágrafo 11, do Código de Processo Civil. O Superior Tribunal de Justiça, no AREsp 1.925.726/RJ, não conheceu do recurso e determinou nova majoração, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, o que fixa os honorários em 13,80%. O cumprimento de sentença teve início pelo despacho de 16 de fevereiro de 2023, com intimação para pagamento na forma do artigo 523 do Código de Processo Civil.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da CGJ-TJRJ emitida em 01/09/2025
Termo da correção	2 de outubro de 2019, data do arbitramento, na forma da Súmula 362 do STJ
Juros de mora	1% ao mês, simples, da citação em 25/05/2016, computado o próprio dia, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, contados por mês de calendário completo com pro rata die na fração incompleta
Fator de correção	1,4339539914, de outubro de 2019 a setembro de 2025
Juros de mora totais	106,3075%, dos quais 99,1290% a 1% ao mês e 7,1462% de taxa legal
Honorários sucumbenciais	13,80%, sendo 10% na sentença, majorados em 2% pelo acórdão e em 15% sobre o já arbitrado pelo STJ
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, ambos sobre a soma do dano moral com os honorários de sucumbência apurada à data-base
Valores	Em reais

Quadro resumo	Titular	Valor apurado em 05/09/2025
Dano moral, corrigido e com juros de mora	credor	118.334,19
Multa do artigo 523 do CPC, 10%	credor	13.466,43
PLEITO 010, CLASSE III		**131.800,62**
Honorários sucumbenciais de 13,80%	patrono	16.330,12
Honorários do artigo 523 do CPC, 10%	patrono	13.466,43
PLEITO 004, CLASSE I		**29.796,55**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**161.597,17**

I - DANO MORAL

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
Dano moral arbitrado na sentença	40.000,00	1,4339539914	57.358,16	106,31%	60.976,03	118.334,19
SUBTOTAL I	**40.000,00**		**57.358,16**		**60.976,03**	**118.334,19**

II - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Rubrica	Origem	Percentual	Base	Total
Honorários fixados na sentença	artigo 85, parágrafo 2º	10%		
Majoração pelo acórdão	artigo 85, parágrafo 11	+2%		
Majoração pelo Superior Tribunal de Justiça	15% sobre o arbitrado	×1,15		
SUBTOTAL II — honorários sucumbenciais		**13,80%**	**118.334,19**	**16.330,12**

III - MULTA E HONORÁRIOS DO ARTIGO 523 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Dano moral apurado			118.334,19	
Honorários de sucumbência			16.330,12	
Base do artigo 523			**134.664,31**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	134.664,31	13.466,43	credor
Honorários da fase de cumprimento	10%	134.664,31	13.466,43	patrono
SUBTOTAL III — artigo 523			**26.932,86**	

IV - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO

Pleito	Credor	Rubricas	Total	Classe
010	Jorge Luiz Gonçalves da Costa	Dano moral e multa do artigo 523	131.800,62	III
004	Maurício Peres Martins	Honorários de sucumbência e do artigo 523	29.796,55	I
TOTAL			**161.597,17**	

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 004	20.502,72	18.153,91
Pleito 010	90.650,77	não manifestada

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	005
Data do protocolo	14/07/2026 (e-mail)
Nome / Razão social do credor	Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994
CPF / CNPJ	697.396.847-34
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria (OAB/RJ 56.994)
Origem do crédito	Honorários advocatícios sucumbenciais e de execução do proc. 0034779-76.2014.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo (ação indenizatória de Célia Regina Santos da Silva e outras)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	— (crédito não constava)	R$ 424.668,68 (honorários de 10%, R$202.223,18, mais honorários do art. 523, §1º, do CPC, R$ 222.445,50)	R$ 489.398,06
Data-base da atualização	—	09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante, patrono de Célia Regina Santos da Silva e outras na ação indenizatória do processo nº 0034779-76.2014.8.19.0004, requer a inclusão de R$ 424.668,68 a título de honorários sucumbenciais e de execução, atualizados até 05/09/2025, na Classe I.

A Recuperanda examinou os cálculos, verificou a observância do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e não se opôs à inclusão integral.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito corresponde à verba honorária sucumbencial e de execução devida ao habilitante em razão de sua atuação na ação indenizatória movida por Célia Regina Santos da Silva e outras contra a Recuperanda, com condenação transitada em julgado e execução iniciada antes do pedido recuperacional.

A verba tem lastro no cálculo da Divisão de Cálculos de São Gonçalo, de 23/05/2023, que consigna honorários de R$ 157.144,40, correspondentes a 10% do principal com juros ali apurado, complementado pela verba da fase de execução e pela atualização até a data do pedido.

O percentual, todavia, não é o de 10% fixado na r. sentença. O v. acórdão de 8 de maio de 2019 negou provimento ao recurso da ré, e o Superior Tribunal de Justiça, ao não conhecer do agravo em recurso especial, determinou a majoração da verba em 15% sobre o valor já arbitrado, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, o que fixa os honorários em 11,50%.[1]

[1] Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A instrução atendeu aos requisitos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação apresentada, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[2]

(b) Valor e data-base.

A planilha de débitos judiciais que instrui o pedido permite decompor a pretensão. Atualizada até setembro de 2025 pelo IPCA-E e por juros da taxa legal, ela parte do principal com juros de R$ 1.571.443,96 apurado pela Contadoria em 23/05/2023, alcança R$ 2.022.231,82, e sobre esse montante aplica honorários de 10%, no valor de R$ 202.223,18, acrescentando ainda honorários de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, no valor de R$ 222.445,50.

A soma dessas duas verbas é exatamente o valor pretendido, R$ 424.668,68.

A verba sucumbencial pretendida, de R$ 202.223,18, corresponde a 10% da condenação apurada na planilha, e não ao percentual de 11,50% fixado na cadeia decisória do título.

Os R$ 222.445,50 restantes correspondem, na planilha, aos honorários de 10% da fase de cumprimento de sentença, previstos no art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, que igualmente pertencem ao advogado e decorrem do não pagamento voluntário da condenação no prazo legal.

Essa circunstância está evidenciada nos autos de origem, nos quais a obrigação, definitivamente constituída, permaneceu inadimplida e ensejou o prosseguimento da execução.[3]

Os critérios de atualização são os que esta Administração Judicial aplica a todo o quadro de credores. A correção monetária segue a UFIR-RJ até 29 de agosto de

---

do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil. (STJ, AREsp nº 1.653.816/RJ, Ministro João Otávio de Noronha, Presidente, decisão de 14/02/2020)

[2] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[3] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça emitida em 1º de setembro de 2025.

Os juros de mora são simples, de 1% ao mês até 29 de agosto de 2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30 de agosto de 2024, contados do vencimento de cada parcela, por mês de calendário completo com pro rata die na fração.

Os juros não incidem sobre juros já vencidos. Sobre o montante apurado pela Divisão de Cálculos em 23 de maio de 2023 a correção monetária incide no todo, pelo fator de 1,1321978352, e os juros novos, de 22,3398%, apenas sobre o principal corrigido, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

O cálculo da Divisão de Cálculos de São Gonçalo computou as competências de pensionamento até maio de 2023, e a planilha que instrui o pleito não avançou sobre as vencidas depois, limitando-se a atualizar por índice o total daquela data.

Entre junho de 2023 e a data-base venceram, porém, trinta e duas competências, a saber, vinte e oito pensões mensais, dois décimos terceiros e dois terços constitucionais de férias, que esta Administração Judicial apurou, no cumprimento do seu *munus* público, parcela por parcela, no valor de R$ 197.831,79. O extrato mês a mês de cada uma acompanha o discriminativo de cálculos.

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos artigos 22, inciso I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do artigo 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do artigo 15, inciso II.

A apuração técnica é dever legal desta Administração Judicial, na forma do artigo 7º, § 1º, combinado com o artigo 9º, inciso II, da mesma lei, e dela pode resultar valor inferior ou superior ao postulado, porque a verificação não está limitada pelo pedido do credor nem pela concordância da devedora, cuja manifestação é elemento de prova e não vincula a conclusão.

Por isso o resultado se apresenta acompanhado da demonstração da apuração, componente por componente, com indicação expressa do critério e da data-base adotados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O procedimento de habilitação tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor na petição inicial.[4]

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[5]

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[6]

Quanto ao credor que postula menos do que lhe é devido por adotar cálculo incompleto, que é a hipótese destes pleitos, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o erro na conta apresentada não importa renúncia tácita ao crédito remanescente, e que a correção se opera de ofício.[7]

A multa e os honorários do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil integram o crédito porque o prazo de pagamento voluntário se esgotou muito antes do pedido de recuperação judicial. A intimação para pagamento foi determinada em 4 de dezembro de 2023, com a advertência expressa de que o não pagamento acresceria

[4] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

[5] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[6] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

[7] Eventuais erros nos cálculos apresentados para cumprimento de sentença não configuram renúncia tácita ao crédito remanescente, sendo possível sua correção de ofício pelo magistrado, inclusive em cumprimento provisório de sentença. (STJ, REsp nº 2.120.531/DF, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/10/2025, DJEN de 29/10/2025)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

multa de 10% e honorários de 10%, e o prazo correu sem pagamento no início de 2024, vinte meses antes de 5 de setembro de 2025.

A distinção importa. Afasta-se a incidência desses encargos quando o prazo de pagamento voluntário corre já sob a recuperação judicial, porque então a devedora não pode pagar fora do plano. Não é o caso, e o Tribunal de Justiça de São Paulo assentou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta encargos anteriores ao seu ajuizamento.[8]

A mesma Corte consignou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta a multa e os honorários devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal.[9]

Aplicados esses critérios, a condenação alcança R$ 2.160.697,83, dos quais R$ 1.391.844,66 de verbas alimentares e R$ 768.853,17 de dano moral. Sobre ela incidem os honorários de sucumbência de 11,50%, de R$ 248.480,25, e a soma da condenação com essa verba, R$ 2.409.178,08, é a base dos honorários da fase de cumprimento, de 10%, no valor de R$ 240.917,81.

Reconhece-se, assim, o crédito de R$ 489.398,06, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, composto dos honorários sucumbenciais de R$ 248.480,25 e dos honorários de R$ 240.917,81 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

O crédito é reconhecido, assim, em cifra superior à pretendida, o que decorre da apuração da condenação sobre a qual os percentuais incidem e do percentual efetivamente fixado na cadeia decisória, e não do acréscimo de qualquer rubrica nova.

(c) Classificação.

[8] No cumprimento de sentença, as executadas foram intimadas em 08/10/2018, e não tendo pago a dívida, passou a incidir multa e honorários advocatícios, por força do art. 523, § 1º, CPC, fato que ocorreu muito antes do pedido de recuperação judicial, em 15/08/2019. [...] Assim, sobre o débito, incidem os encargos previstos no art. 523, §1º, do CPC, uma vez que são anteriores ao ajuizamento da recuperação judicial. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2108111-10.2024.8.26.0000, Relator Desembargador Sérgio Shimura, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 09/01/2025, DJe de 09/01/2025)

[9] Não pagamento do crédito dentro do prazo para cumprimento voluntário da condenação. Posterior pedido de recuperação judicial não afasta a incidência da multa e dos honorários do art. 523, §1º, do CPC, devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2075653-71.2023.8.26.0000, Relator Desembargador Azuma Nishi, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 12/06/2023, DJe de 12/06/2023)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Os honorários advocatícios, sucumbenciais e de execução, constituem direito autônomo do advogado, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 da Lei nº 8.906/94, ostentam natureza alimentar e recebem tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.[10]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[11]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba honorária, sucumbencial e de execução, é a prestação dos serviços advocatícios e a condenação transitada em julgado na demanda de origem, com execução iniciada antes do pedido recuperacional, tudo anterior

[10] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[11] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

ao marco acima referido. Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a habilitação formulada por Maurício Peres Martins, CPF nº 697.396.847-34, para reconhecer o crédito de honorários advocatícios no valor de R$ 489.398,06, com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

O crédito é composto dos honorários sucumbenciais de R$ 248.480,25 e dos honorários de R$ 240.917,81 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

Ressalva-se que a apuração foi realizada por esta Administração Judicial, no cumprimento do seu *munus* público, com as competências que os cálculos anteriores não computaram e com o percentual de honorários da cadeia decisória, em observância ao dever de verificação do art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 489.398,06
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação, no valor de R$ 489.398,06, na Classe I; (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE** a habilitação de crédito apresentada por Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994, para reconhecer o crédito no valor de R$ 489.398,06, a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[13]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[13] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 009	Célia Regina Santos da Silva, esposa; Suellen Santos da Silva, filha; e Thiellen da Silva Souza, neta
Pleito 005	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994 (honorários)
Título	Ação indenizatória 0034779-76.2014.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo
Vítima	Nélio Ferreira da Silva, nascido em 21/07/1958 e falecido em 14/04/2014, passageiro de coletivo da Recuperanda
Termo da pensão	21 de julho de 2028, data em que a vítima completaria 70 anos
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 18 de setembro de 2018 julgou o pedido procedente em parte e condenou a Recuperanda à pensão mensal de dois terços do salário da vítima, convertida em salários mínimos na data de cada pagamento e acrescida de férias e décimo terceiro, em favor da 1ª autora, até a data em que a vítima completaria 70 anos, descontado o seguro DPVAT, além de dano moral de R$ 80.000,00 à 1ª e à 2ª autoras e de R$ 40.000,00 à 3ª, e de honorários de dez por cento.

O v. acórdão de 8 de maio de 2019, da 10ª Câmara Cível, negou provimento ao recurso da ré e deu parcial provimento ao das autoras para majorar o dano moral a R$ 120.000,00, R$ 100.000,00 e R$ 40.000,00, mantida no mais a sentença, e consignou que a pensão é devida tão somente à primeira autora. O Superior Tribunal de Justiça, no AREsp 1.653.816/RJ, não conheceu do agravo da Recuperanda e majorou os honorários em quinze por cento sobre o já arbitrado, o que os fixa em 11,50%. A Contadoria do Juízo apurou o crédito em 23 de maio de 2023, com competências de pensão até maio daquele ano.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da CGJ-TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, contados do vencimento de cada parcela, por mês de calendário completo com pro rata die na fração. A correção incide sobre o todo, e os juros posteriores a 23/05/2023 apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do STF
Pensão mensal	4,0556 salários mínimos, dois terços do salário de R$ 4.404,44 de abril de 2014
Atualização de 05/2023 à data-base	fator de correção de 1,1321978352 e juros de 22,3398%
Honorários sucumbenciais	11,50%, sendo 10% na sentença e 15% sobre o já arbitrado pelo STJ
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação com os honorários de sucumbência. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Verbas alimentares da 1ª autora, deduzido o DPVAT	I	1.391.844,66
Dano moral das três autoras	III	768.853,17
Multa do artigo 523, das credoras	III	240.917,81
PLEITO 009, das credoras	**I e III**	**2.401.615,64**
PLEITO 005, do patrono, honorários de 11,50% e do artigo 523	**I**	**489.398,06**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**2.891.013,70**

I - VERBAS ALIMENTARES DA PRIMEIRA AUTORA — CLASSE I

Rubrica	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Pensões, até 05/2023		637.849,85	491.343,49	1.129.193,34
Décimo terceiro, até 05/2023		55.809,74	39.925,59	95.735,34
Férias, até 05/2023		17.626,87	13.181,74	30.808,62
Pensões, de 06/2023 a 09/2025	156.469,10	166.093,61	15.583,66	181.677,26
Décimo terceiro, de 06/2023 a 09/2025	11.079,90	11.994,30	1.223,12	13.217,42
Férias, de 06/2023 a 09/2025	2.462,12	2.665,32	271,80	2.937,11
Dedução do seguro DPVAT		-34.962,53	-26.761,90	-61.724,43
SUBTOTAL I				**1.391.844,66**

Pensões apuradas pela Administração Judicial — exercício de 2023, salário mínimo de R$ 1.320,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	21,1140%	1.279,74	7.340,84
julho de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	20,0817%	1.217,17	7.278,27
agosto de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	19,0817%	1.156,56	7.217,66
setembro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	18,1140%	1.097,91	7.159,00
outubro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	17,0817%	1.035,34	7.096,44
novembro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	16,1140%	976,68	7.037,78
dezembro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	15,0817%	914,12	6.975,22
SUBTOTAL DE 2023 (7)	**37.473,74**		**42.427,69**		**7.677,51**	**50.105,21**

Pensões apuradas pela Administração Judicial — exercício de 2024, salário mínimo de R$ 1.412,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	5.726,51	1,0811936600	6.191,46	14,0817%	871,86	7.063,33
fevereiro de 2024	5.726,51	1,0778441800	6.172,28	13,1462%	811,42	6.983,70
março de 2024	5.726,51	1,0695022800	6.124,51	12,0817%	739,95	6.864,46
abril de 2024	5.726,51	1,0656688500	6.102,56	11,1140%	678,24	6.780,80
maio de 2024	5.726,51	1,0634511200	6.089,86	10,0817%	613,96	6.703,82
junho de 2024	5.726,51	1,0587917900	6.063,18	9,1140%	552,60	6.615,77
julho de 2024	5.726,51	1,0546717100	6.039,59	8,0817%	488,10	6.527,69
agosto de 2024	5.726,51	1,0515068400	6.021,46	7,1462%	430,31	6.451,77
setembro de 2024	5.726,51	1,0495271900	6.010,13	6,4700%	388,85	6.398,98
outubro de 2024	5.726,51	1,0481593100	6.002,29	5,7658%	346,08	6.348,37
novembro de 2024	5.726,51	1,0425238000	5.970,02	5,3799%	321,18	6.291,20
dezembro de 2024	5.726,51	1,0360944500	5.933,20	5,2080%	309,00	6.242,20
SUBTOTAL DE 2024 (12)	**68.718,09**		**72.720,54**		**6.551,54**	**79.272,09**

Pensões apuradas pela Administração Judicial — exercício de 2025, salário mínimo de R$ 1.518,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	6.156,40	1,0325833000	6.357,00	4,6185%	293,60	6.650,60
fevereiro de 2025	6.156,40	1,0314543400	6.350,05	3,7163%	235,99	6.586,03
março de 2025	6.156,40	1,0189216100	6.272,89	3,7163%	233,12	6.506,01
abril de 2025	6.156,40	1,0124447900	6.233,02	3,3943%	211,57	6.444,59
maio de 2025	6.156,40	1,0081172200	6.206,37	2,7711%	171,99	6.378,36
junho de 2025	6.156,40	1,0045047800	6.184,13	1,9952%	123,38	6.307,52
julho de 2025	6.156,40	1,0018993500	6.168,09	1,1603%	71,57	6.239,66
agosto de 2025	6.156,40	0,9985954500	6.147,75	0,2177%	13,38	6.161,14
setembro de 2025, pro rata de 5 dias	1.026,07	1,0000000000	1.026,07	0,0000%	0,00	1.026,07
SUBTOTAL DE 2025 (9)	**50.277,27**		**50.945,37**		**1.354,60**	**52.299,97**

Décimo terceiro e férias apurados pela Administração Judicial, vencíveis em 31 de dezembro de cada exercício

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Décimo terceiro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	15,0817%	914,12	6.975,22
Décimo terceiro de 2024	5.726,51	1,0360944500	5.933,20	5,2080%	309,00	6.242,20
Férias de 2023	1.189,61	1,1321978352	1.346,87	15,0817%	203,13	1.550,00
Férias de 2024	1.272,52	1,0360944500	1.318,45	5,2080%	68,66	1.387,11
SUBTOTAL	**13.542,02**		**14.659,62**		**1.494,91**	**16.154,53**

Consolidação das competências apuradas pela Administração Judicial

Rubrica	Parcelas	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Pensões	28	156.469,10	166.093,61	15.583,66	181.677,26
Décimo terceiro	2	11.079,90	11.994,30	1.223,12	13.217,42
Férias	2	2.462,12	2.665,32	271,80	2.937,11
TOTAL APURADO POR ESTA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, DEVIDO À 1ª AUTORA	**32**	**170.011,13**	**180.753,23**	**17.078,57**	**197.831,79**

II - DANO MORAL — CLASSE III

Credora	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Célia Regina Santos da Silva	120.000,00	178.719,45	141.491,77	320.211,23
Suellen Santos da Silva	100.000,00	148.932,88	171.525,66	320.458,54
Thiellen da Silva Souza	40.000,00	59.573,15	68.610,25	128.183,40
SUBTOTAL II	**260.000,00**			**768.853,17**

III - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Subtotal I, verbas alimentares			1.391.844,66	1ª autora
Subtotal II, dano moral			768.853,17	as três autoras

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
CONDENAÇÃO			**2.160.697,83**	
Honorários sucumbenciais	11,50%	2.160.697,83	248.480,25	patrono
Base do artigo 523			**2.409.178,08**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	2.409.178,08	240.917,81	credoras
Honorários da fase de cumprimento	10%	2.409.178,08	240.917,81	patrono

IV - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO E POR CLASSE

Pleito	Titular	Classe I	Classe III	Total
009	Célia Regina, Suellen e Thiellen	1.391.844,66	1.009.770,98	2.401.615,64
005	Maurício Peres Martins	489.398,06		489.398,06
TOTAL		**1.881.242,72**	**1.009.770,98**	**2.891.013,70**

V - INDIVIDUALIZAÇÃO POR CREDORA NO PLEITO 009

Credora	Verbas alimentares	Dano moral	Multa do art. 523	Total	Classes
Célia Regina Santos da Silva	1.391.844,66	320.211,23	190.894,23	1.902.950,12	I e III
Suellen Santos da Silva	—	320.458,54	35.731,13	356.189,67	III
Thiellen da Silva Souza	—	128.183,40	14.292,45	142.475,85	III
TOTAL	**1.391.844,66**	**768.853,17**	**240.917,81**	**2.401.615,64**	

VI - EXTRATO DA CORREÇÃO E DOS JUROS, MÊS A MÊS, DAS PARCELAS APURADAS PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Pensão de junho de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0323%	55,26	5.408,65
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0323%	108,79	5.462,19
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	3,0000%	160,60	5.513,99
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	4,0323%	215,86	5.569,25
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	5,0000%	267,67	5.621,06
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	6,0323%	322,93	5.676,32
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	7,0333%	394,28	6.000,22
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	8,0000%	449,87	6.073,22
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	9,0323%	511,88	6.179,09
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	10,0000%	568,76	6.256,36
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	11,0323%	628,78	6.328,24
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	12,0000%	686,95	6.411,49
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	13,0323%	748,95	6.495,86
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	13,9677%	805,13	6.569,33
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	14,6440%	845,70	6.620,78
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	15,3482%	887,53	6.670,14
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	15,7341%	914,76	6.728,63
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	15,9060%	930,49	6.780,44
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	16,4954%	968,26	6.838,10
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	17,3976%	1.022,33	6.898,60
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	17,3976%	1.034,91	6.983,45
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	17,7196%	1.060,80	7.047,40
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	18,3428%	1.102,82	7.115,12
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	19,1188%	1.153,61	7.187,53
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	19,9537%	1.207,12	7.256,73
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	20,8963%	1.268,33	7.337,95
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**21,1140%**	**1.279,74**	**7.340,84**

Pensão de julho de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0000%	53,53	5.406,93
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0000%	107,07	5.460,46
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	3,0000%	160,60	5.513,99
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	4,0000%	214,14	5.567,53
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	5,0000%	267,67	5.621,06
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	6,0000%	336,36	5.942,29
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	7,0000%	393,63	6.016,99
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	8,0000%	453,38	6.120,59
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	9,0000%	511,88	6.199,48

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	10,0000%	569,95	6.269,41
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	11,0000%	629,70	6.354,24
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	12,0000%	689,63	6.436,53
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	12,9355%	745,63	6.509,83
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	13,6117%	786,09	6.561,16
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	14,3160%	827,84	6.610,45
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	14,7018%	854,75	6.668,62
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	14,8737%	870,11	6.720,05
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	15,4632%	907,66	6.777,50
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	16,3654%	961,67	6.837,94
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	16,3654%	973,50	6.922,04
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	16,6874%	999,00	6.985,60
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	17,3106%	1.040,76	7.053,06
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	18,0865%	1.091,33	7.125,24
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	18,9214%	1.144,67	7.194,28
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	19,8640%	1.205,67	7.275,30
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**20,0817%**	**1.217,17**	**7.278,27**

Pensão de agosto de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0000%	53,53	5.406,93
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0000%	107,07	5.460,46
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	3,0000%	160,60	5.513,99
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	4,0000%	214,14	5.567,53
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	5,0000%	280,30	5.886,23
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	6,0000%	337,40	5.960,75
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	7,0000%	396,71	6.063,92
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	8,0000%	455,01	6.142,61
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	9,0000%	512,95	6.212,41
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	10,0000%	572,45	6.297,00
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	11,0000%	632,16	6.379,07
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	11,9355%	687,99	6.452,19
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	12,6117%	728,34	6.503,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	13,3160%	770,01	6.552,62
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	13,7018%	796,61	6.610,48
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	13,8737%	811,61	6.661,56
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	14,4632%	848,97	6.718,81
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	15,3654%	902,91	6.779,18
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	15,3654%	914,02	6.862,56
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	15,6874%	939,14	6.925,74
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	16,3106%	980,64	6.992,93
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	17,0865%	1.030,99	7.064,90
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	17,9214%	1.084,18	7.133,78
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	18,8640%	1.144,98	7.214,60
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**19,0817%**	**1.156,56**	**7.217,66**

Pensão de setembro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0323%	55,26	5.408,65
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0000%	107,07	5.460,46
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	3,0323%	162,33	5.515,72
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	4,0333%	226,11	5.832,04
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	5,0000%	281,17	5.904,52
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	6,0323%	341,86	6.009,08
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	7,0000%	398,13	6.085,73
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	8,0323%	457,80	6.157,26
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	9,0000%	515,21	6.239,75
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	10,0323%	576,54	6.323,45
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	10,9677%	632,20	6.396,41
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	11,6440%	672,45	6.447,52
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	12,3482%	714,05	6.496,66
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	12,7341%	740,34	6.554,21
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	12,9060%	754,99	6.604,94
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	13,4954%	792,16	6.662,00
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	14,3976%	846,04	6.722,31
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	14,3976%	856,45	6.804,99
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	14,7196%	881,20	6.867,80
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	15,3428%	922,46	6.934,75
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	16,1188%	972,59	7.006,51
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	16,9537%	1.025,63	7.075,24
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	17,8963%	1.086,24	7.155,86
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**18,1140%**	**1.097,91**	**7.159,00**

Pensão de outubro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0000%	53,53	5.406,93
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0000%	107,07	5.460,46
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	3,0000%	168,18	5.774,11
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	4,0000%	224,93	5.848,29
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	5,0000%	283,36	5.950,58
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	6,0000%	341,26	6.028,86
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	7,0000%	398,96	6.098,42
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	8,0000%	457,96	6.182,51
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	9,0000%	517,22	6.264,13
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	9,9355%	572,70	6.336,90
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	10,6117%	612,83	6.387,91
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	11,3160%	654,36	6.436,97
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	11,7018%	680,33	6.494,20
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	11,8737%	694,61	6.544,56

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	12,4632%	731,57	6.601,41
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	13,3654%	785,39	6.661,65
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	13,3654%	795,05	6.743,59
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	13,6874%	819,41	6.806,00
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	14,3106%	860,39	6.872,69
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	15,0865%	910,31	6.944,23
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	15,9214%	963,18	7.012,79
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	16,8640%	1.023,58	7.093,21
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**17,0817%**	**1.035,34**	**7.096,44**

Pensão de novembro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0323%	55,26	5.408,65
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	2,0333%	113,99	5.719,92
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	3,0000%	168,70	5.792,05
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	4,0323%	228,52	5.895,73
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	5,0000%	284,38	5.971,98
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	6,0323%	343,81	6.043,27
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	7,0000%	400,72	6.125,26
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	8,0323%	461,61	6.208,51
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	8,9677%	516,92	6.281,12
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	9,6440%	556,95	6.332,02
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	10,3482%	598,40	6.381,01
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	10,7341%	624,07	6.437,94
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	10,9060%	638,00	6.487,94
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	11,4954%	674,76	6.544,60
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	12,3976%	728,52	6.604,78
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	12,3976%	737,48	6.686,02
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	12,7196%	761,47	6.748,07
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	13,3428%	802,21	6.814,51
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	14,1188%	851,92	6.885,83
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	14,9537%	904,64	6.954,25
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	15,8963%	964,85	7.034,47
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**16,1140%**	**976,68**	**7.037,78**

Pensão de dezembro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	1,0000%	56,06	5.661,99
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	2,0000%	112,47	5.735,82
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	3,0000%	170,02	5.837,23
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	4,0000%	227,50	5.915,10
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	5,0000%	284,97	5.984,43

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	6,0000%	343,47	6.068,02
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	7,0000%	402,28	6.149,19
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	7,9355%	457,42	6.221,62
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	8,6117%	497,33	6.272,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	9,3160%	538,71	6.321,32
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	9,7018%	564,05	6.377,92
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	9,8737%	577,61	6.427,56
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	10,4632%	614,17	6.484,01
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	11,3654%	667,86	6.544,12
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	11,3654%	676,07	6.624,62
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	11,6874%	699,67	6.686,27
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	12,3106%	740,15	6.752,44
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	13,0865%	789,63	6.823,55
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	13,9214%	842,19	6.891,80
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	14,8640%	902,19	6.971,82
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**15,0817%**	**914,12**	**6.975,22**

Pensão de janeiro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0031075735	5.744,30	1,0000%	57,44	5.801,75
março de 2024	0,7800%	1,0109316083	5.789,11	2,0000%	115,78	5.904,89
abril de 2024	0,3597%	1,0145681372	5.809,93	3,0000%	174,30	5.984,23
maio de 2024	0,2085%	1,0166839262	5.822,05	4,0000%	232,88	6.054,93
junho de 2024	0,4401%	1,0211579559	5.847,67	5,0000%	292,38	6.140,05
julho de 2024	0,3907%	1,0251471143	5.870,51	6,0000%	352,23	6.222,74
agosto de 2024	0,3010%	1,0282326456	5.888,18	6,9355%	408,37	6.296,56
setembro de 2024	0,1886%	1,0301721292	5.899,29	7,6117%	449,04	6.348,32
outubro de 2024	0,1305%	1,0315165354	5.906,99	8,3160%	491,22	6.398,21
novembro de 2024	0,5406%	1,0370925441	5.938,92	8,7018%	516,79	6.455,71
dezembro de 2024	0,6205%	1,0435280876	5.975,77	8,8737%	530,27	6.506,05
janeiro de 2025	0,3400%	1,0470764538	5.996,09	9,4632%	567,42	6.563,51
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0482225127	6.002,65	10,3654%	622,20	6.624,85
março de 2025	1,2300%	1,0611156436	6.076,49	10,3654%	629,85	6.706,34
abril de 2025	0,6397%	1,0679038212	6.115,36	10,6874%	653,57	6.768,93
maio de 2025	0,4293%	1,0724880386	6.141,61	11,3106%	694,65	6.836,26
junho de 2025	0,3596%	1,0763449627	6.163,70	12,0865%	744,98	6.908,67
julho de 2025	0,2600%	1,0791439879	6.179,73	12,9214%	798,51	6.978,23
agosto de 2025	0,3309%	1,0827143865	6.200,17	13,8640%	859,59	7.059,77
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0811936600**	**6.191,46**	**14,0817%**	**871,86**	**7.063,33**

Pensão de fevereiro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2024	0,7800%	1,0077997964	5.771,17	1,0645%	61,44	5.832,61
abril de 2024	0,3597%	1,0114250595	5.791,93	2,0333%	117,77	5.909,70
maio de 2024	0,2085%	1,0135342939	5.804,01	3,0645%	177,86	5.981,88
junho de 2024	0,4401%	1,0179944633	5.829,55	4,0333%	235,13	6.064,68
julho de 2024	0,3907%	1,0219712635	5.852,33	5,0645%	296,39	6.148,72
agosto de 2024	0,3010%	1,0250472360	5.869,94	6,0000%	352,20	6.222,14
setembro de 2024	0,1886%	1,0269807112	5.881,01	6,6762%	392,63	6.273,64
outubro de 2024	0,1305%	1,0283209525	5.888,69	7,3805%	434,61	6.323,30
novembro de 2024	0,5406%	1,0338796870	5.920,52	7,7663%	459,81	6.380,33
dezembro de 2024	0,6205%	1,0402952935	5.957,26	7,9383%	472,90	6.430,16
janeiro de 2025	0,3400%	1,0438326671	5.977,52	8,5277%	509,74	6.487,26
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0449751755	5.984,06	9,4299%	564,29	6.548,35
março de 2025	1,2300%	1,0578283642	6.057,66	9,4299%	571,23	6.628,89
abril de 2025	0,6397%	1,0645955124	6.096,41	9,7519%	594,51	6.690,93
maio de 2025	0,4293%	1,0691655282	6.122,58	10,3751%	635,22	6.757,81
junho de 2025	0,3596%	1,0730105037	6.144,60	11,1511%	685,19	6.829,79
julho de 2025	0,2600%	1,0758008576	6.160,58	11,9859%	738,40	6.898,98
agosto de 2025	0,3309%	1,0793601954	6.180,96	12,9286%	799,11	6.980,07
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0778441800**	**6.172,28**	**13,1462%**	**811,42**	**6.983,70**

Pensão de março de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
abril de 2024	0,3597%	1,0035972056	5.747,11	1,0000%	57,47	5.804,58
maio de 2024	0,2085%	1,0056901158	5.759,09	2,0000%	115,18	5.874,27
junho de 2024	0,4401%	1,0101157660	5.784,44	3,0000%	173,53	5.957,97
julho de 2024	0,3907%	1,0140617880	5.807,03	4,0000%	232,28	6.039,31
agosto de 2024	0,3010%	1,0171139543	5.824,51	4,9355%	287,47	6.111,98
setembro de 2024	0,1886%	1,0190324655	5.835,50	5,6117%	327,47	6.162,97
outubro de 2024	0,1305%	1,0203623340	5.843,11	6,3160%	369,05	6.212,16
novembro de 2024	0,5406%	1,0258780471	5.874,70	6,7018%	393,71	6.268,41
dezembro de 2024	0,6205%	1,0322440005	5.911,15	6,8737%	406,32	6.317,47
janeiro de 2025	0,3400%	1,0357539968	5.931,25	7,4632%	442,66	6.373,91
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0368876629	5.937,74	8,3654%	496,72	6.434,46
março de 2025	1,2300%	1,0496413753	6.010,78	8,3654%	502,82	6.513,60
abril de 2025	0,6397%	1,0563561496	6.049,23	8,6874%	525,52	6.574,75
maio de 2025	0,4293%	1,0608907960	6.075,20	9,3106%	565,63	6.640,83
junho de 2025	0,3596%	1,0647060136	6.097,05	10,0865%	614,98	6.712,03
julho de 2025	0,2600%	1,0674747718	6.112,90	10,9214%	667,62	6.780,52
agosto de 2025	0,3309%	1,0710065623	6.133,13	11,8640%	727,64	6.860,76
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0695022800**	**6.124,51**	**12,0817%**	**739,95**	**6.864,46**

Pensão de abril de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
maio de 2024	0,2085%	1,0020854085	5.738,45	1,0323%	59,24	5.797,68
junho de 2024	0,4401%	1,0064951958	5.763,70	2,0000%	115,27	5.878,98
julho de 2024	0,3907%	1,0104270740	5.786,22	3,0323%	175,45	5.961,67
agosto de 2024	0,3010%	1,0134683004	5.803,63	3,9677%	230,27	6.033,91
setembro de 2024	0,1886%	1,0153799350	5.814,58	4,6440%	270,03	6.084,61
outubro de 2024	0,1305%	1,0167050369	5.822,17	5,3482%	311,38	6.133,55
novembro de 2024	0,5406%	1,0222009800	5.853,64	5,7341%	335,65	6.189,29
dezembro de 2024	0,6205%	1,0285441158	5.889,97	5,9060%	347,86	6.237,83
janeiro de 2025	0,3400%	1,0320415312	5.909,99	6,4954%	383,88	6.293,87
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0331711339	5.916,46	7,3976%	437,68	6.354,14
março de 2025	1,2300%	1,0458791329	5.989,23	7,3976%	443,06	6.432,30
abril de 2025	0,6397%	1,0525698394	6.027,55	7,7196%	465,30	6.492,85
maio de 2025	0,4293%	1,0570882323	6.053,42	8,3428%	505,03	6.558,45
junho de 2025	0,3596%	1,0608897750	6.075,19	9,1188%	553,98	6.629,18
julho de 2025	0,2600%	1,0636486090	6.090,99	9,9537%	606,28	6.697,27
agosto de 2025	0,3309%	1,0671677404	6.111,14	10,8963%	665,89	6.777,03
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0656688500**	**6.102,56**	**11,1140%**	**678,24**	**6.780,80**

Pensão de maio de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
junho de 2024	0,4401%	1,0044006102	5.751,71	1,0000%	57,52	5.809,22
julho de 2024	0,3907%	1,0083243060	5.774,18	2,0000%	115,48	5.889,66
agosto de 2024	0,3010%	1,0113592033	5.791,56	2,9355%	170,01	5.961,57
setembro de 2024	0,1886%	1,0132668597	5.802,48	3,6117%	209,57	6.012,05
outubro de 2024	0,1305%	1,0145892040	5.810,05	4,3160%	250,76	6.060,81
novembro de 2024	0,5406%	1,0200737096	5.841,46	4,7018%	274,66	6.116,11
dezembro de 2024	0,6205%	1,0264036450	5.877,71	4,8737%	286,46	6.164,17
janeiro de 2025	0,3400%	1,0298937819	5.897,69	5,4632%	322,20	6.219,90
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0310210339	5.904,15	6,3654%	375,82	6.279,97
março de 2025	1,2300%	1,0437025867	5.976,77	6,3654%	380,44	6.357,21
abril de 2025	0,6397%	1,0503793693	6.015,01	6,6874%	402,24	6.417,25
maio de 2025	0,4293%	1,0548883591	6.040,83	7,3106%	441,62	6.482,44
junho de 2025	0,3596%	1,0586819905	6.062,55	8,0865%	490,25	6.552,80
julho de 2025	0,2600%	1,0614350833	6.078,32	8,9214%	542,27	6.620,59
agosto de 2025	0,3309%	1,0649468912	6.098,43	9,8640%	601,55	6.699,98
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0634511200**	**6.089,86**	**10,0817%**	**613,96**	**6.703,82**

Pensão de junho de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
julho de 2024	0,3907%	1,0039065047	5.748,88	1,0323%	59,34	5.808,22

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2024	0,3010%	1,0069281052	5.766,18	1,9677%	113,46	5.879,64
setembro de 2024	0,1886%	1,0088274035	5.777,06	2,6440%	152,74	5.929,80
outubro de 2024	0,1305%	1,0101439542	5.784,60	3,3482%	193,68	5.978,28
novembro de 2024	0,5406%	1,0156044303	5.815,87	3,7341%	217,17	6.033,04
dezembro de 2024	0,6205%	1,0219066322	5.851,96	3,9060%	228,58	6.080,53
janeiro de 2025	0,3400%	1,0253814777	5.871,85	4,4954%	263,97	6.135,82
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0265037908	5.878,28	5,3976%	317,29	6.195,57
março de 2025	1,2300%	1,0391297815	5.950,58	5,3976%	321,19	6.271,78
abril de 2025	0,6397%	1,0457773110	5.988,65	5,7196%	342,53	6.331,18
maio de 2025	0,4293%	1,0502665454	6.014,36	6,3428%	381,48	6.395,84
junho de 2025	0,3596%	1,0540435557	6.035,99	7,1188%	429,69	6.465,68
julho de 2025	0,2600%	1,0567845862	6.051,68	7,9537%	481,33	6.533,02
agosto de 2025	0,3309%	1,0602810077	6.071,71	8,8963%	540,16	6.611,86
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0587917900**	**6.063,18**	**9,1140%**	**552,60**	**6.615,77**

Pensão de julho de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
agosto de 2024	0,3010%	1,0030098425	5.743,74	0,9355%	53,73	5.797,47
setembro de 2024	0,1886%	1,0049017501	5.754,58	1,6117%	92,75	5.847,32
outubro de 2024	0,1305%	1,0062131777	5.762,09	2,3160%	133,45	5.895,53
novembro de 2024	0,5406%	1,0116524054	5.793,23	2,7018%	156,52	5.949,76
dezembro de 2024	0,6205%	1,0179300835	5.829,18	2,8737%	167,52	5.996,70
janeiro de 2025	0,3400%	1,0213914074	5.849,01	3,4632%	202,56	6.051,57
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0225093532	5.855,41	4,3654%	255,61	6.111,02
março de 2025	1,2300%	1,0350862124	5.927,43	4,3654%	258,76	6.186,18
abril de 2025	0,6397%	1,0417078743	5.965,35	4,6874%	279,62	6.244,96
maio de 2025	0,4293%	1,0461796397	5.990,96	5,3106%	318,15	6.309,11
junho de 2025	0,3596%	1,0499419525	6.012,50	6,0865%	365,95	6.378,45
julho de 2025	0,2600%	1,0526723168	6.028,14	6,9214%	417,23	6.445,37
agosto de 2025	0,3309%	1,0561551327	6.048,08	7,8640%	475,62	6.523,70
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0546717100**	**6.039,59**	**8,0817%**	**488,10**	**6.527,69**

Pensão de agosto de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
setembro de 2024	0,1886%	1,0018862303	5.737,31	0,6762%	38,80	5.776,11
outubro de 2024	0,1305%	1,0031937225	5.744,80	1,3805%	79,31	5.824,10
novembro de 2024	0,5406%	1,0086166282	5.775,85	1,7663%	102,02	5.877,87
dezembro de 2024	0,6205%	1,0148754682	5.811,69	1,9383%	112,65	5.924,34
janeiro de 2025	0,3400%	1,0183264052	5.831,45	2,5277%	147,40	5.978,85
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0194409963	5.837,84	3,4299%	200,23	6.038,07
março de 2025	1,2300%	1,0319801147	5.909,64	3,4299%	202,69	6.112,34
abril de 2025	0,6397%	1,0385819063	5.947,45	3,7519%	223,14	6.170,59

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2025	0,4293%	1,0430402528	5.972,98	4,3751%	261,32	6.234,30
junho de 2025	0,3596%	1,0467912756	5.994,46	5,1511%	308,78	6.303,24
julho de 2025	0,2600%	1,0495134466	6.010,05	5,9859%	359,76	6.369,80
agosto de 2025	0,3309%	1,0529858112	6.029,93	6,9286%	417,79	6.447,72
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0515068400**	**6.021,46**	**7,1462%**	**430,31**	**6.451,77**

Pensão de setembro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
outubro de 2024	0,1305%	1,0013050306	5.733,98	0,7042%	40,38	5.774,36
novembro de 2024	0,5406%	1,0067177267	5.764,98	1,0901%	62,84	5.827,82
dezembro de 2024	0,6205%	1,0129647833	5.800,75	1,2620%	73,21	5.873,96
janeiro de 2025	0,3400%	1,0164092234	5.820,47	1,8515%	107,76	5.928,24
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0175217160	5.826,85	2,7537%	160,45	5.987,30
março de 2025	1,2300%	1,0300372273	5.898,52	2,7537%	162,43	6.060,94
abril de 2025	0,6397%	1,0366265898	5.936,25	3,0756%	182,58	6.118,83
maio de 2025	0,4293%	1,0410765427	5.961,73	3,6988%	220,52	6.182,25
junho de 2025	0,3596%	1,0448205035	5.983,17	4,4748%	267,74	6.250,91
julho de 2025	0,2600%	1,0475375496	5.998,73	5,3097%	318,51	6.317,25
agosto de 2025	0,3309%	1,0510033768	6.018,58	6,2523%	376,30	6.394,88
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0495271900**	**6.010,13**	**6,4700%**	**388,85**	**6.398,98**

Pensão de outubro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
novembro de 2024	0,5406%	1,0054056416	5.757,46	0,3859%	22,22	5.779,68
dezembro de 2024	0,6205%	1,0116445562	5.793,19	0,5578%	32,31	5.825,50
janeiro de 2025	0,3400%	1,0150845070	5.812,89	1,1472%	66,69	5.879,58
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0161955497	5.819,25	2,0494%	119,26	5.938,51
março de 2025	1,2300%	1,0286947491	5.890,83	2,0494%	120,73	6.011,56
abril de 2025	0,6397%	1,0352755235	5.928,51	2,3714%	140,59	6.069,10
maio de 2025	0,4293%	1,0397196766	5.953,96	2,9946%	178,30	6.132,26
junho de 2025	0,3596%	1,0434587579	5.975,37	3,7706%	225,31	6.200,68
julho de 2025	0,2600%	1,0461722627	5.990,91	4,6055%	275,91	6.266,82
agosto de 2025	0,3309%	1,0496335728	6.010,73	5,5481%	333,48	6.344,21
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0481593100**	**6.002,29**	**5,7658%**	**346,08**	**6.348,37**

Pensão de novembro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
dezembro de 2024	0,6205%	1,0062053706	5.762,04	0,1719%	9,91	5.771,95
janeiro de 2025	0,3400%	1,0096268262	5.781,64	0,7614%	44,02	5.825,65

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0107318953	5.787,96	1,6636%	96,29	5.884,25
março de 2025	1,2300%	1,0231638919	5.859,16	1,6636%	97,47	5.956,63
abril de 2025	0,6397%	1,0297092842	5.896,64	1,9855%	117,08	6.013,72
maio de 2025	0,4293%	1,0341295430	5.921,95	2,6087%	154,49	6.076,44
junho de 2025	0,3596%	1,0378485207	5.943,25	3,3847%	201,16	6.144,41
julho de 2025	0,2600%	1,0405474362	5.958,70	4,2196%	251,43	6.210,14
agosto de 2025	0,3309%	1,0439901363	5.978,42	5,1622%	308,62	6.287,04
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0425238000**	**5.970,02**	**5,3799%**	**321,18**	**6.291,20**

Pensão de dezembro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	5.745,98	0,5894%	33,87	5.779,85
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	5.752,27	1,4916%	85,80	5.838,07
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	5.823,02	1,4916%	86,86	5.909,88
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	5.860,27	1,8136%	106,28	5.966,55
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	5.885,43	2,4368%	143,42	6.028,85
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	5.906,59	3,2128%	189,77	6.096,36
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	5.921,95	4,0477%	239,70	6.161,66
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	5.941,55	4,9903%	296,50	6.238,05
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**5.933,20**	**5,2080%**	**309,00**	**6.242,20**

Pensão de janeiro de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0010945322	6.163,14	0,9022%	55,60	6.218,74
março de 2025	1,2300%	1,0134079893	6.238,95	0,9022%	56,29	6.295,23
abril de 2025	0,6397%	1,0198909710	6.278,86	1,2242%	76,86	6.355,72
maio de 2025	0,4293%	1,0242690825	6.305,81	1,8474%	116,49	6.422,30
junho de 2025	0,3596%	1,0279525997	6.328,49	2,6234%	166,02	6.494,51
julho de 2025	0,2600%	1,0306257809	6.344,95	3,4582%	219,42	6.564,37
agosto de 2025	0,3309%	1,0340356548	6.365,94	4,4009%	280,16	6.646,09
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0325833000**	**6.357,00**	**4,6185%**	**293,60**	**6.650,60**

Pensão de fevereiro de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
março de 2025	1,2300%	1,0122999943	6.232,12	0,0000%	0,00	6.232,12
abril de 2025	0,6397%	1,0187758880	6.271,99	0,3220%	20,19	6.292,19
maio de 2025	0,4293%	1,0231492127	6.298,92	0,9452%	59,54	6.358,45
junho de 2025	0,3596%	1,0268287026	6.321,57	1,7212%	108,80	6.430,37
julho de 2025	0,2600%	1,0294989611	6.338,01	2,5560%	162,00	6.500,01

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2025	0,3309%	1,0329051069	6.358,98	3,4987%	222,48	6.581,46
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0314543400**	**6.350,05**	**3,7163%**	**235,99**	**6.586,03**

Pensão de março de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
abril de 2025	0,6397%	1,0063972081	6.195,78	0,3220%	19,95	6.215,73
maio de 2025	0,4293%	1,0107173946	6.222,38	0,9452%	58,81	6.281,19
junho de 2025	0,3596%	1,0143521766	6.244,76	1,7212%	107,48	6.352,24
julho de 2025	0,2600%	1,0169899901	6.261,00	2,5560%	160,03	6.421,03
agosto de 2025	0,3309%	1,0203547493	6.281,71	3,4987%	219,78	6.501,49
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0189216100**	**6.272,89**	**3,7163%**	**233,12**	**6.506,01**

Pensão de abril de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
maio de 2025	0,4293%	1,0042927250	6.182,83	0,6232%	38,53	6.221,36
junho de 2025	0,3596%	1,0079044024	6.205,06	1,3992%	86,82	6.291,88
julho de 2025	0,2600%	1,0105254485	6.221,20	2,2341%	138,99	6.360,19
agosto de 2025	0,3309%	1,0138688195	6.241,78	3,1767%	198,28	6.440,06
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0124447900**	**6.233,02**	**3,3943%**	**211,57**	**6.444,59**

Pensão de maio de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
junho de 2025	0,3596%	1,0035962397	6.178,54	0,7760%	47,94	6.226,49
julho de 2025	0,2600%	1,0062060825	6.194,61	1,6109%	99,79	6.294,39
agosto de 2025	0,3309%	1,0095351626	6.215,10	2,5535%	158,70	6.373,80
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0081172200**	**6.206,37**	**2,7711%**	**171,99**	**6.378,36**

Pensão de junho de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
julho de 2025	0,2600%	1,0026004908	6.172,41	0,8349%	51,53	6.223,94
agosto de 2025	0,3309%	1,0059176416	6.192,83	1,7775%	110,08	6.302,91
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0045047800**	**6.184,13**	**1,9952%**	**123,38**	**6.307,52**

Pensão de julho de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
agosto de 2025	0,3309%	1,0033085470	6.176,77	0,9426%	58,22	6.234,99
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0018993500**	**6.168,09**	**1,1603%**	**71,57**	**6.239,66**

Pensão de agosto de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
setembro de 2025	**-0,1405%**	**0,9985954500**	**6.147,75**	**0,2177%**	**13,38**	**6.161,14**

Pensão de setembro de 2025, pro rata de 5 dias — nominal de R$ 1.026,07

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2025	**0,0000%**	**1,0000000000**	**1.026,07**	**0,0000%**	**0,00**	**1.026,07**

Décimo terceiro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	1,0000%	56,06	5.661,99
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	2,0000%	112,47	5.735,82
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	3,0000%	170,02	5.837,23
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	4,0000%	227,50	5.915,10
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	5,0000%	284,97	5.984,43
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	6,0000%	343,47	6.068,02
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	7,0000%	402,28	6.149,19
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	7,9355%	457,42	6.221,62
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	8,6117%	497,33	6.272,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	9,3160%	538,71	6.321,32
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	9,7018%	564,05	6.377,92
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	9,8737%	577,61	6.427,56
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	10,4632%	614,17	6.484,01
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	11,3654%	667,86	6.544,12
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	11,3654%	676,07	6.624,62
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	11,6874%	699,67	6.686,27
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	12,3106%	740,15	6.752,44
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	13,0865%	789,63	6.823,55
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	13,9214%	842,19	6.891,80
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	14,8640%	902,19	6.971,82
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**15,0817%**	**914,12**	**6.975,22**

Décimo terceiro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	5.745,98	0,5894%	33,87	5.779,85
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	5.752,27	1,4916%	85,80	5.838,07
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	5.823,02	1,4916%	86,86	5.909,88
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	5.860,27	1,8136%	106,28	5.966,55
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	5.885,43	2,4368%	143,42	6.028,85
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	5.906,59	3,2128%	189,77	6.096,36
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	5.921,95	4,0477%	239,70	6.161,66
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	5.941,55	4,9903%	296,50	6.238,05
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**5.933,20**	**5,2080%**	**309,00**	**6.242,20**

Férias de 2023 — nominal de R$ 1.189,61

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	1.189,61	0,0000%	0,00	1.189,61
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	1.245,72	1,0000%	12,46	1.258,18
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	1.249,60	2,0000%	24,99	1.274,59
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	1.259,34	3,0000%	37,78	1.297,12
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	1.263,87	4,0000%	50,55	1.314,43
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	1.266,51	5,0000%	63,33	1.329,83
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	1.272,08	6,0000%	76,32	1.348,41
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	1.277,05	7,0000%	89,39	1.366,44
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	1.280,89	7,9355%	101,65	1.382,54
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	1.283,31	8,6117%	110,52	1.393,83
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	1.284,99	9,3160%	119,71	1.404,69
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	1.291,93	9,7018%	125,34	1.417,27
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	1.299,95	9,8737%	128,35	1.428,30
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	1.304,37	10,4632%	136,48	1.440,85
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	1.305,80	11,3654%	148,41	1.454,21
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	1.321,86	11,3654%	150,23	1.472,09
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	1.330,31	11,6874%	155,48	1.485,79
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	1.336,02	12,3106%	164,47	1.500,50
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	1.340,83	13,0865%	175,47	1.516,30
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	1.344,32	13,9214%	187,15	1.531,46
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	1.348,76	14,8640%	200,48	1.549,24
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**1.346,87**	**15,0817%**	**203,13**	**1.550,00**

Férias de 2024 — nominal de R$ 1.272,52

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	1.272,52	0,0000%	0,00	1.272,52
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	1.276,85	0,5894%	7,53	1.284,37
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	1.278,24	1,4916%	19,07	1.297,31
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	1.293,97	1,4916%	19,30	1.313,27
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	1.302,24	1,8136%	23,62	1.325,86

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	1.307,83	2,4368%	31,87	1.339,70
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	1.312,54	3,2128%	42,17	1.354,71
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	1.315,95	4,0477%	53,27	1.369,21
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	1.320,30	4,9903%	65,89	1.386,19
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**1.318,45**	**5,2080%**	**68,66**	**1.387,11**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 005	424.668,68	424.668,68
Pleito 009	3.381.767,63	2.192.127,63

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	006 — PRÉVIA (minuta não assinada, 20/08/2026)
Data do protocolo	14/07/2026 (e-mail)
Nome / Razão social do credor	Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994
CPF / CNPJ	697.396.847-34
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria (OAB/RJ 56.994)
Origem do crédito	Honorários advocatícios sucumbenciais e de execução do proc. 0034056-57.2014.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo (ação indenizatória de Monique Ribeiro Lemos da Silva e outros)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	—	R$ 316.808,10 (minuta)	R$ 355.817,27 (= honorários de 11,50% sobre a condenação, R$ 180.657,78, mais honorários de 10% do art. 523, §1º, do CPC, R$ 175.159,50)
Data-base da atualização	—	16/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante, patrono de Monique Ribeiro Lemos da Silva e outros na ação indenizatória do processo nº 0034056-57.2014.8.19.0004, requer a inclusão de R$ 316.808,10 a título de honorários sucumbenciais e de execução, na Classe I.

A Recuperanda apontou erro material: a memória de cálculo que instrui a própria habilitação demonstra R$ 150.861,00, atualizado até 05/09/2025, valor pelo qual concordou com a inclusão.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito corresponde à verba honorária fixada em favor do habilitante na ação indenizatória movida por Monique Ribeiro Lemos da Silva e outros contra a Recuperanda, com condenação transitada em julgado, tendo a sentença fixado honorários de 10% sobre o valor da condenação. A instrução compreende o título, o cálculo do contador judicial de 26/04/2023 e planilha de atualização, e a Administração Judicial conferiu a documentação, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.

A verba honorária corresponde a 11,50% da condenação, e não a 10%. A r. sentença de 24 de setembro de 2018 fixou 10% sobre o valor da condenação, e o Superior Tribunal de Justiça, ao não conhecer do agravo em recurso especial, determinou a majoração em 15% sobre o valor já arbitrado, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, com trânsito em julgado em 17 de março de 2020. O percentual resultante é de 11,50%, que é o que o Contador do Juízo empregou.[1]

[1] Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do agravo em recurso especial. Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(b) Valor e data-base.

Não há descompasso entre o pedido e a prova: o valor requerido na minuta é exatamente a soma das duas verbas honorárias que a planilha demonstra, e a divergência da Recuperanda decorre de ter considerado apenas uma delas.

O confronto analítico dos cálculos resolve a questão. A planilha de débitos judiciais que instrui a habilitação, atualizada até setembro de 2025, apura crédito principal com juros de R$ 1.288.391,55 acrescido dos juros da taxa legal, R$ 1.508.610,03 e sobre esse montante aplica os honorários sucumbenciais de 10% fixados na sentença, R$ 150.861,00.

Sobre a soma da condenação com a verba sucumbencial, R$ 1.659.471,03, aplica os honorários de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, R$ 165.947,10. A soma das duas verbas é R$ 316.808,10, precisamente o valor pretendido, ao centavo.

A Recuperanda reconheceu apenas a primeira parcela, R$ 150.861,00, e concluiu que o restante do pedido não teria respaldo documental. Nisso se equivocou: deixou de observar o art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, cuja verba honorária consta expressamente da mesma planilha que ela própria invocou para reduzir o crédito. Não se trata, portanto, de montante desprovido de prova, e sim de rubrica que a devedora não computou.

Ambas as verbas pertencem ao habilitante. Os honorários sucumbenciais e os do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil constituem direito autônomo do advogado, por força dos arts. 85, § 14, do mesmo Código e 23 do Estatuto da Advocacia. Os do art. 523 decorrem do não pagamento voluntário da condenação no prazo legal na fase de cumprimento de sentença, circunstância evidenciada nos autos de origem, nos quais a obrigação, definitivamente constituída, permaneceu inadimplida e ensejou o prosseguimento da execução. São, por isso, reconhecidos.

Os critérios de atualização são os que esta Administração Judicial aplica a todo o quadro de credores. A correção monetária segue a UFIR-RJ até 29 de agosto de

art. 85, § 11, do Código de Processo Civil. (STJ, AREsp nº 1.653.899/RJ, decisão da Presidência, com trânsito em julgado em 17/03/2020)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça emitida em 1º de setembro de 2025. Os juros de mora são simples, de 1% ao mês até 29 de agosto de 2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30 de agosto de 2024, contados do vencimento de cada parcela, por mês de calendário completo com pro rata die na fração.

Os juros não incidem sobre juros já vencidos. Sobre o montante apurado pelo Contador em 25 de abril de 2023 a correção monetária incide no todo, e os juros novos apenas sobre o principal corrigido, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A folha do Contador vale para o período que ela cobriu, e não se refaz o que o Juízo já fez. A apuração se compõe, por isso, de três partes, a saber, a folha trazida à data-base, as competências vencidas depois dela e a dedução do seguro obrigatório.

A folha do Contador encerra o pensionamento na competência de março de 2023, e o décimo terceiro e as férias no exercício de 2022, porque essa era a data do cálculo. Nem a planilha do credor nem a manifestação da Recuperanda avançaram sobre as parcelas vencidas depois.

De abril de 2023 à data-base venceram trinta e quatro competências, a saber, trinta pensões mensais, dois décimos terceiros e dois terços constitucionais de férias, que esta Administração Judicial apurou, no cumprimento do seu *munus* público, parcela por parcela, no valor de R$ 123.793,52. O extrato mês a mês de cada uma acompanha o discriminativo de cálculos.

O procedimento de habilitação tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor na petição inicial.[2]

[2] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[3]

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[4]

Quanto ao credor que postula menos do que lhe é devido por adotar cálculo incompleto, que é a hipótese destes pleitos, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o erro na conta apresentada não importa renúncia tácita ao crédito remanescente, e que a correção se opera de ofício.[5]

A multa e os honorários do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil integram o crédito porque o prazo de pagamento voluntário se esgotou antes do pedido de recuperação judicial, na fase de cumprimento que precedeu o cálculo do Contador.

A distinção importa. Afasta-se a incidência desses encargos quando o prazo de pagamento voluntário corre já sob a recuperação judicial, porque então a devedora não pode pagar fora do plano. Não é o caso, e o Tribunal de Justiça de São Paulo assentou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta encargos anteriores ao seu ajuizamento.[6]

---

[3] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[4] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

[5] Eventuais erros nos cálculos apresentados para cumprimento de sentença não configuram renúncia tácita ao crédito remanescente, sendo possível sua correção de ofício pelo magistrado, inclusive em cumprimento provisório de sentença. (STJ, REsp nº 2.120.531/DF, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/10/2025, DJEN de 29/10/2025)

[6] No cumprimento de sentença, as executadas foram intimadas em 08/10/2018, e não tendo pago a dívida, passou a incidir multa e honorários advocatícios, por força do art. 523, § 1º, CPC, fato que ocorreu muito antes do pedido de recuperação judicial, em 15/08/2019. [...] Assim, sobre o débito, incidem os encargos previstos no art. 523, §1º, do CPC, uma vez que são anteriores ao ajuizamento da recuperação judicial.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A mesma Corte consignou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta a multa e os honorários devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal.[7]

Aplicados esses critérios, a condenação alcança R$ 1.570.937,19, composta da folha do Contador trazida à data-base, R$ 1.506.874,00, das competências vencidas depois dela, R$ 123.793,52, e da dedução do seguro obrigatório, R$ 59.730,33. Sobre ela incidem os honorários de sucumbência de 11,50%, de R$ 180.657,78, e a soma da condenação com essa verba, R$ 1.751.594,96, é a base dos honorários da fase de cumprimento, de 10%, no valor de R$ 175.159,50.

Reconhece-se, assim, o crédito de R$ 355.817,27, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, composto dos honorários sucumbenciais de R$ 180.657,78 e dos honorários de R$ 175.159,50 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

O crédito é reconhecido, assim, em cifra superior à pretendida, o que decorre da apuração da condenação sobre a qual os percentuais incidem e do percentual efetivamente fixado na cadeia decisória, e não do acréscimo de qualquer rubrica nova.

Registra-se, para evitar confusão de rubricas, que a mesma planilha computa a multa de 10% do art. 523, § 1º, em valor idêntico ao dos honorários daquele dispositivo. A multa, diversamente, é sanção pelo inadimplemento e reverte ao exequente: pertence à titular da indenização, e não ao habilitante, integrando o crédito dela e não este. A verba honorária aqui reconhecida refere-se ao patrocínio da ação indenizatória de Monique Ribeiro Lemos da Silva e outros, cujo crédito principal foi apreciado na divergência 011.

(c) Classificação.

Os honorários sucumbenciais e de execução ostentam natureza alimentar e recebem tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho,

(TJSP, Agravo de Instrumento nº 2108111-10.2024.8.26.0000, Relator Desembargador Sérgio Shimura, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 09/01/2025, DJe de 09/01/2025)

[7] Não pagamento do crédito dentro do prazo para cumprimento voluntário da condenação. Posterior pedido de recuperação judicial não afasta a incidência da multa e dos honorários do art. 523, §1º, do CPC, devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2075653-71.2023.8.26.0000, Relator Desembargador Azuma Nishi, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 12/06/2023, DJe de 12/06/2023)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, sem controvérsia.[8]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[9]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba honorária sucumbencial é a sentença que a deferiu, e não a prestação dos serviços nem o contrato celebrado com a constituinte: é o ato jurisdicional que, ao julgar a demanda, impõe ao vencido o dever de pagá-la. Essa decisão, e o inadimplemento que fez incidir os honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil na fase de cumprimento, são anteriores ao marco acima referido.

---

[8] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[9] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a habilitação formulada por Maurício Peres Martins, CPF nº 697.396.847-34, para reconhecer o crédito de honorários advocatícios no valor de R$ 355.817,27, com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, composto dos honorários sucumbenciais de R$ 180.657,78, correspondentes a 11,50% da condenação apurada, e dos honorários de R$ 175.159,50 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

Afasta-se a redução proposta pela Recuperanda, que deixou de computar a segunda verba, constante da mesma planilha por ela invocada. Não integra este crédito a multa do art. 523, § 1º, de igual valor, por pertencer à titular da indenização.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 355.817,27
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação, no valor de R$ 355.817,27, na Classe I; (ii) conferir que a multa do art. 523, §1º, do CPC permanece no crédito dos titulares da indenização, sem duplicidade; (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.[10]

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE** a habilitação de crédito apresentada por Maurício Peres Martins, advogado, OAB/RJ 56.994, para reconhecer o crédito no valor de R$ 355.817,27, a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[10] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 011	Monique Ribeiro Lemos da Silva, esposa, e os filhos João Vitor Lemos da Silva e Dênis Lemos da Silva
Pleito 006	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994 (honorários)
Título	Ação indenizatória 0034056-57.2014.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo
Vítima	Falecida em 14 de abril de 2014, passageira de coletivo da Recuperanda
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 24 de setembro de 2018 condenou a Recuperanda a pensões mensais vencidas e vincendas de dois terços do salário do de cujus, convertido em salários mínimos na data de cada pagamento, acrescidas de férias e décimo terceiro e divididas entre os autores, devidas do acidente até a data em que a vítima completaria 70 anos quanto à 1ª autora e até os 25 anos de cada filho, com reversão da cota deles à mãe; a dano moral de R$ 80.000,00 para cada autor; a honorários de dez por cento; e ao desconto do seguro DPVAT.

O v. acórdão de 8 de maio de 2019, da 10ª Câmara Cível, negou provimento a ambos os recursos. O Superior Tribunal de Justiça, no AREsp 1.653.899/RJ, transitado em julgado em 17 de março de 2020, majorou os honorários em quinze por cento sobre o já arbitrado, o que os fixa em 11,50%.

A Contadoria do Juízo apurou o crédito em 25 de abril de 2023, com competências de pensão até março daquele ano e décimo terceiro e férias até o exercício de 2022. As 34 parcelas vencidas de abril de 2023 à data-base são apuradas neste discriminativo.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados do vencimento de cada parcela por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo e os juros posteriores apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Pensão mensal	2,3454 salários mínimos, dois terços do salário de R$ 2.547,08 de abril de 2014. A competência de setembro de 2025 entra pro rata de 5 dias, até a data-base
Décimo terceiro e férias	O décimo terceiro de cada exercício corresponde à pensão mensal daquele ano e as férias a um terço dele, na prática da folha do Contador. Ambos vencem em 31 de dezembro, e por isso os de 2025 ficam fora do concurso
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação com os honorários de sucumbência. A multa é da parte credora, na Classe III, e os honorários são do patrono, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Verbas alimentares, deduzido o seguro DPVAT	I	771.792,31
Dano moral dos três autores e multa do artigo 523	III	974.304,37
PLEITO 011, dos credores	**I e III**	**1.746.096,68**
PLEITO 006, do patrono, honorários de 11,50% e do artigo 523	**I**	**355.817,27**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**2.101.913,95**

I - O CÁLCULO DO CONTADOR JUDICIAL, TRAZIDO À DATA-BASE

Folha de 26 de abril de 2023, DCP da Comarca de São Gonçalo, com pensão até a competência de março de 2023

Rubrica	Valor em 25/04/2023	Fator	Valor em 05/09/2025
Verbas alimentares, principal	353.972,86	1,1321978352	400.767,31
Verbas alimentares, juros já vencidos	188.732,23	1,1321978352	213.682,22
Dano moral, principal, três parcelas de R$ 80.000,00	315.703,56	1,1321978352	357.438,89
Dano moral, juros já vencidos	316.650,66	1,1321978352	358.511,19
Juros de 23,2753% do período novo, sobre o principal corrigido	—	—	176.474,40
SUBT	**1.175.059,31**		**1.506.874,00**

II - OMPETÊNCIAS APURADAS PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Pensões do exercício de 2023 — salário mínimo de R$ 1.302,00 e de R$ 1.320,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2023	3.053,71	1,1321978352	3.457,40	23,1140%	799,14	4.256,55
maio de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	22,0817%	774,01	4.279,21
junho de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	21,1140%	740,09	4.245,29
julho de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	20,0817%	703,90	4.209,11
agosto de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	19,0817%	668,85	4.174,06
setembro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	18,1140%	634,93	4.140,13
outubro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	17,0817%	598,75	4.103,95
novembro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	16,1140%	564,83	4.070,03
dezembro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	15,0817%	528,64	4.033,85
SUBTOTAL DE 2023 (9)	**27.821,13**		**31.499,03**		**6.013,15**	**37.512,18**

Pensões do exercício de 2024 — salário mínimo de R$ 1.412,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	3.311,70	1,0811936600	3.580,59	14,0817%	504,21	4.084,80
fevereiro de 2024	3.311,70	1,0778441800	3.569,50	13,1462%	469,25	4.038,76
março de 2024	3.311,70	1,0695022800	3.541,88	12,0817%	427,92	3.969,79
abril de 2024	3.311,70	1,0656688500	3.529,18	11,1140%	392,23	3.921,41
maio de 2024	3.311,70	1,0634511200	3.521,84	10,0817%	355,06	3.876,90
junho de 2024	3.311,70	1,0587917900	3.506,41	9,1140%	319,57	3.825,98
julho de 2024	3.311,70	1,0546717100	3.492,76	8,0817%	282,27	3.775,04
agosto de 2024	3.311,70	1,0515068400	3.482,28	7,1462%	248,85	3.731,13
setembro de 2024	3.311,70	1,0495271900	3.475,72	6,4700%	224,88	3.700,60
outubro de 2024	3.311,70	1,0481593100	3.471,19	5,7658%	200,14	3.671,33
novembro de 2024	3.311,70	1,0425238000	3.452,53	5,3799%	185,74	3.638,27
dezembro de 2024	3.311,70	1,0360944500	3.431,24	5,2080%	178,70	3.609,94
SUBTOTAL DE 2024 (12)	**39.740,46**		**42.055,12**		**3.788,83**	**45.843,96**

Pensões do exercício de 2025 — salário mínimo de R$ 1.518,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	3.560,32	1,0325833000	3.676,32	4,6185%	169,79	3.846,12
fevereiro de 2025	3.560,32	1,0314543400	3.672,30	3,7163%	136,47	3.808,78
março de 2025	3.560,32	1,0189216100	3.627,68	3,7163%	134,82	3.762,50
abril de 2025	3.560,32	1,0124447900	3.604,62	3,3943%	122,35	3.726,98
maio de 2025	3.560,32	1,0081172200	3.589,22	2,7711%	99,46	3.688,68
junho de 2025	3.560,32	1,0045047800	3.576,36	1,9952%	71,35	3.647,71
julho de 2025	3.560,32	1,0018993500	3.567,08	1,1603%	41,39	3.608,47
agosto de 2025	3.560,32	0,9985954500	3.555,32	0,2177%	7,74	3.563,06
setembro de 2025, pro rata de 5 dias	593,39	1,0000000000	593,39	0,0000%	0,00	593,39
SUBTOTAL DE 2025 (9)	**29.075,92**		**29.462,29**		**783,38**	**30.245,67**

Décimo terceiro e um terço de férias, vencíveis em 31 de dezembro

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Décimo terceiro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	15,0817%	528,64	4.033,85
Décimo terceiro de 2024	3.311,70	1,0360944500	3.431,24	5,2080%	178,70	3.609,94
Um terço de férias de 2023	1.031,98	1,1321978352	1.168,40	15,0817%	176,21	1.344,62
Um terço de férias de 2024	1.103,90	1,0360944500	1.143,75	5,2080%	59,57	1.203,31
SUBTOTAL	**8.543,51**		**9.248,59**		**943,12**	**10.191,71**

Consolidação das competências apuradas pela Administração Judicial

Rubrica	Parcelas	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Pensões, de 04/2023 a 09/2025	30	96.637,52	103.016,45	10.585,36	113.601,80
Décimo terceiro, exercícios de 2023 e 2024	2	6.407,63	6.936,44	707,34	7.643,78
Um terço de férias, exercícios de 2023 e 2024	2	2.135,88	2.312,15	235,78	2.547,93
TOTAL APURADO POR ESTA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL	**34**	**105.181,03**	**112.265,03**	**11.528,48**	**123.793,52**

III - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Cálculo do Contador Judicial, atualizado			1.506.874,00	os credores
Competências apuradas pela Administração Judicial			123.793,52	1ª autora e filhos
Dedução do seguro DPVAT, atualizada			-59.730,33	
CONDENAÇÃO			**1.570.937,19**	
Honorários sucumbenciais	11,50%	1.570.937,19	180.657,78	patrono
Base do artigo 523			**1.751.594,96**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	1.751.594,96	175.159,50	os credores
Honorários da fase de cumprimento	10%	1.751.594,96	175.159,50	patrono

IV - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO E POR CLASSE

Pleito	Titular	Classe I	Classe III	Total
011	Monique, João Vitor e Dênis	771.792,31	974.304,37	1.746.096,68
006	Maurício Peres Martins	355.817,27	—	355.817,27
TOTAL		**1.127.609,58**	**974.304,37**	**2.101.913,95**

V - EXTRATO DA CORREÇÃO E DOS JUROS, MÊS A MÊS, DE CADA PARCELA APURADA PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Pensão de abril de 2023 — nominal de R$ 3.053,71

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	0,0000%	0,00	3.053,71
maio de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	1,0323%	31,52	3.085,23
junho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	2,0000%	61,07	3.114,79
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	3,0323%	92,60	3.146,31
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	4,0323%	123,13	3.176,84
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	5,0000%	152,69	3.206,40
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	6,0323%	184,21	3.237,92
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	7,0000%	213,76	3.267,47
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	8,0323%	245,28	3.298,99
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.197,77	9,0333%	288,86	3.486,63
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.207,70	10,0000%	320,77	3.528,47
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.232,72	11,0323%	356,64	3.589,37
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.244,35	12,0000%	389,32	3.633,67
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.251,12	13,0323%	423,69	3.674,81
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.265,42	14,0000%	457,16	3.722,58
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.278,18	15,0323%	492,78	3.770,97
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.288,05	15,9677%	525,03	3.813,07
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.294,25	16,6440%	548,29	3.842,54
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.298,55	17,3482%	572,24	3.870,79
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.316,38	17,7341%	588,13	3.904,51
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.336,96	17,9060%	597,52	3.934,48
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.348,31	18,4954%	619,28	3.967,59
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.351,97	19,3976%	650,20	4.002,17
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.393,20	19,3976%	658,20	4.051,40
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.414,91	19,7196%	673,41	4.088,31
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.429,57	20,3428%	697,67	4.127,24
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.441,90	21,1188%	726,89	4.168,79
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.450,85	21,9537%	757,59	4.208,44
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.462,27	22,8963%	792,73	4.255,00
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.457,40**	**23,1140%**	**799,14**	**4.256,55**

Pensão de maio de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
junho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0000%	30,96	3.126,89
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0000%	92,88	3.188,81
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	4,0000%	123,84	3.219,77
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	5,0000%	154,80	3.250,72
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	6,0000%	185,76	3.281,68
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	7,0000%	216,71	3.312,64

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	8,0000%	259,36	3.501,33
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	9,0000%	292,68	3.544,73
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	10,0000%	327,74	3.605,16
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	11,0000%	361,81	3.651,02
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	12,0000%	395,53	3.691,59
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	13,0000%	430,37	3.740,94
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	14,0000%	465,29	3.788,79
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	14,9355%	497,88	3.831,38
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	15,6117%	521,40	3.861,19
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	16,3160%	545,63	3.889,78
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	16,7018%	561,55	3.923,78
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	16,8737%	570,85	3.953,95
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	17,4632%	592,80	3.987,40
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	18,3654%	624,11	4.022,42
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	18,3654%	631,79	4.071,90
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	18,6874%	646,98	4.109,10
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	19,3106%	671,42	4.148,40
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	20,0865%	700,92	4.190,40
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	20,9214%	731,95	4.230,51
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	21,8640%	767,46	4.277,59
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**22,0817%**	**774,01**	**4.279,21**

Pensão de junho de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0323%	31,96	3.127,89
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0323%	62,92	3.158,85
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0000%	92,88	3.188,81
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	4,0323%	124,84	3.220,76
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	5,0000%	154,80	3.250,72
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	6,0323%	186,75	3.282,68
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	7,0333%	228,02	3.469,99
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	8,0000%	260,16	3.512,21
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	9,0323%	296,02	3.573,44
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	10,0000%	328,92	3.618,13
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	11,0323%	363,63	3.659,69
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	12,0000%	397,27	3.707,84
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	13,0323%	433,13	3.756,63
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	13,9677%	465,62	3.799,12
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	14,6440%	489,08	3.828,87
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	15,3482%	513,27	3.857,42
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	15,7341%	529,02	3.891,24
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	15,9060%	538,11	3.921,21
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	16,4954%	559,95	3.954,55
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	17,3976%	591,23	3.989,54
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	17,3976%	598,50	4.038,61

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	17,7196%	613,47	4.075,59
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	18,3428%	637,78	4.114,76
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	19,1188%	667,15	4.156,63
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	19,9537%	698,09	4.196,65
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	20,8963%	733,49	4.243,62
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**21,1140%**	**740,09**	**4.245,29**

Pensão de julho de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0000%	30,96	3.126,89
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0000%	92,88	3.188,81
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	4,0000%	123,84	3.219,77
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	5,0000%	154,80	3.250,72
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	6,0000%	194,52	3.436,49
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	7,0000%	227,64	3.479,69
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	8,0000%	262,19	3.539,61
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	9,0000%	296,03	3.585,23
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	10,0000%	329,61	3.625,67
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	11,0000%	364,16	3.674,73
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	12,0000%	398,82	3.722,32
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	12,9355%	431,20	3.764,71
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	13,6117%	454,60	3.794,40
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	14,3160%	478,75	3.822,90
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	14,7018%	494,31	3.856,54
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	14,8737%	503,19	3.886,28
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	15,4632%	524,91	3.919,51
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	16,3654%	556,15	3.954,46
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	16,3654%	562,99	4.003,10
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	16,6874%	577,74	4.039,85
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	17,3106%	601,88	4.078,86
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	18,0865%	631,13	4.120,61
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	18,9214%	661,98	4.160,53
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	19,8640%	697,25	4.207,39
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**20,0817%**	**703,90**	**4.209,11**

Pensão de agosto de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0000%	30,96	3.126,89
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0000%	92,88	3.188,81
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	4,0000%	123,84	3.219,77

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	5,0000%	162,10	3.404,07
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	6,0000%	195,12	3.447,17
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	7,0000%	229,42	3.506,83
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	8,0000%	263,14	3.552,34
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	9,0000%	296,65	3.592,71
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	10,0000%	331,06	3.641,63
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	11,0000%	365,59	3.689,09
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	11,9355%	397,87	3.731,37
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	12,6117%	421,20	3.761,00
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	13,3160%	445,31	3.789,46
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	13,7018%	460,69	3.822,91
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	13,8737%	469,36	3.852,45
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	14,4632%	490,97	3.885,56
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	15,3654%	522,16	3.920,47
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	15,3654%	528,59	3.968,70
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	15,6874%	543,11	4.005,23
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	16,3106%	567,11	4.044,09
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	17,0865%	596,23	4.085,72
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	17,9214%	626,99	4.125,55
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	18,8640%	662,15	4.172,29
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**19,0817%**	**668,85**	**4.174,06**

Pensão de setembro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0323%	31,96	3.127,89
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0323%	93,88	3.189,80
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	4,0333%	130,76	3.372,73
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	5,0000%	162,60	3.414,65
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	6,0323%	197,70	3.475,12
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	7,0000%	230,24	3.519,45
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	8,0323%	264,75	3.560,81
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	9,0000%	297,95	3.608,52
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	10,0323%	333,42	3.656,92
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	10,9677%	365,61	3.699,11
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	11,6440%	388,88	3.728,68
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	12,3482%	412,94	3.757,09
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	12,7341%	428,15	3.790,38
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	12,9060%	436,62	3.819,71
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	13,4954%	458,12	3.852,71
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	14,3976%	489,28	3.887,59
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	14,3976%	495,29	3.935,41
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	14,7196%	509,61	3.971,73
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	15,3428%	533,47	4.010,45
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	16,1188%	562,46	4.051,95

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	16,9537%	593,13	4.091,69
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	17,8963%	628,18	4.138,32
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**18,1140%**	**634,93**	**4.140,13**

Pensão de outubro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0000%	30,96	3.126,89
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	3,0000%	97,26	3.339,23
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	4,0000%	130,08	3.382,13
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	5,0000%	163,87	3.441,29
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	6,0000%	197,35	3.486,56
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	7,0000%	230,72	3.526,79
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	8,0000%	264,85	3.575,41
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	9,0000%	299,12	3.622,62
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	9,9355%	331,20	3.664,70
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	10,6117%	354,41	3.694,20
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	11,3160%	378,42	3.722,57
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	11,7018%	393,44	3.755,67
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	11,8737%	401,70	3.784,79
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	12,4632%	423,07	3.817,67
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	13,3654%	454,20	3.852,51
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	13,3654%	459,78	3.899,89
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	13,6874%	473,87	3.935,99
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	14,3106%	497,58	3.974,55
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	15,0865%	526,44	4.015,93
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	15,9214%	557,02	4.055,58
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	16,8640%	591,95	4.102,08
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**17,0817%**	**598,75**	**4.103,95**

Pensão de novembro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0323%	31,96	3.127,89
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	2,0333%	65,92	3.307,90
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	3,0000%	97,56	3.349,61
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	4,0323%	132,15	3.409,57
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	5,0000%	164,46	3.453,66
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	6,0323%	198,83	3.494,89
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	7,0000%	231,74	3.542,31
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	8,0323%	266,95	3.590,45
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	8,9677%	298,94	3.632,44
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	9,6440%	322,09	3.661,88

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	10,3482%	346,06	3.690,21
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	10,7341%	360,90	3.723,13
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	10,9060%	368,96	3.752,05
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	11,4954%	390,22	3.784,82
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	12,3976%	421,31	3.819,62
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	12,3976%	426,49	3.866,60
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	12,7196%	440,37	3.902,49
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	13,3428%	463,93	3.940,91
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	14,1188%	492,67	3.982,16
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	14,9537%	523,16	4.021,72
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	15,8963%	557,98	4.068,11
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**16,1140%**	**564,83**	**4.070,03**

Pensão de dezembro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	1,0000%	32,42	3.274,39
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	2,0000%	65,04	3.317,09
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	3,0000%	98,32	3.375,74
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	4,0000%	131,57	3.420,77
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	5,0000%	164,80	3.460,87
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	6,0000%	198,63	3.509,20
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	7,0000%	232,65	3.556,15
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	7,9355%	264,53	3.598,03
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	8,6117%	287,61	3.627,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	9,3160%	311,54	3.655,69
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	9,7018%	326,20	3.688,43
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	9,8737%	334,04	3.717,13
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	10,4632%	355,18	3.749,78
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	11,3654%	386,23	3.784,54
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	11,3654%	390,98	3.831,09
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	11,6874%	404,63	3.866,75
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	12,3106%	428,04	3.905,02
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	13,0865%	456,65	3.946,14
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	13,9214%	487,05	3.985,61
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	14,8640%	521,75	4.031,88
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**15,0817%**	**528,64**	**4.033,85**

Pensão de janeiro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0031075735	3.322,00	1,0000%	33,22	3.355,22
março de 2024	0,7800%	1,0109316083	3.347,91	2,0000%	66,96	3.414,87
abril de 2024	0,3597%	1,0145681372	3.359,95	3,0000%	100,80	3.460,75

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2024	0,2085%	1,0166839262	3.366,96	4,0000%	134,68	3.501,64
junho de 2024	0,4401%	1,0211579559	3.381,77	5,0000%	169,09	3.550,86
julho de 2024	0,3907%	1,0251471143	3.394,98	6,0000%	203,70	3.598,68
agosto de 2024	0,3010%	1,0282326456	3.405,20	6,9355%	236,17	3.641,37
setembro de 2024	0,1886%	1,0301721292	3.411,63	7,6117%	259,68	3.671,31
outubro de 2024	0,1305%	1,0315165354	3.416,08	8,3160%	284,08	3.700,16
novembro de 2024	0,5406%	1,0370925441	3.434,54	8,7018%	298,87	3.733,41
dezembro de 2024	0,6205%	1,0435280876	3.455,86	8,8737%	306,66	3.762,52
janeiro de 2025	0,3400%	1,0470764538	3.467,61	9,4632%	328,15	3.795,75
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0482225127	3.471,40	10,3654%	359,82	3.831,23
março de 2025	1,2300%	1,0611156436	3.514,10	10,3654%	364,25	3.878,35
abril de 2025	0,6397%	1,0679038212	3.536,58	10,6874%	377,97	3.914,55
maio de 2025	0,4293%	1,0724880386	3.551,76	11,3106%	401,72	3.953,49
junho de 2025	0,3596%	1,0763449627	3.564,54	12,0865%	430,83	3.995,37
julho de 2025	0,2600%	1,0791439879	3.573,81	12,9214%	461,79	4.035,59
agosto de 2025	0,3309%	1,0827143865	3.585,63	13,8640%	497,11	4.082,74
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0811936600**	**3.580,59**	**14,0817%**	**504,21**	**4.084,80**

Pensão de fevereiro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
março de 2024	0,7800%	1,0077997964	3.337,54	1,0645%	35,53	3.373,06
abril de 2024	0,3597%	1,0114250595	3.349,54	2,0333%	68,11	3.417,65
maio de 2024	0,2085%	1,0135342939	3.356,53	3,0645%	102,86	3.459,39
junho de 2024	0,4401%	1,0179944633	3.371,30	4,0333%	135,98	3.507,27
julho de 2024	0,3907%	1,0219712635	3.384,47	5,0645%	171,41	3.555,87
agosto de 2024	0,3010%	1,0250472360	3.394,65	6,0000%	203,68	3.598,33
setembro de 2024	0,1886%	1,0269807112	3.401,06	6,6762%	227,06	3.628,12
outubro de 2024	0,1305%	1,0283209525	3.405,50	7,3805%	251,34	3.656,84
novembro de 2024	0,5406%	1,0338796870	3.423,90	7,7663%	265,91	3.689,82
dezembro de 2024	0,6205%	1,0402952935	3.445,15	7,9383%	273,49	3.718,64
janeiro de 2025	0,3400%	1,0438326671	3.456,87	8,5277%	294,79	3.751,66
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0449751755	3.460,65	9,4299%	326,34	3.786,99
março de 2025	1,2300%	1,0578283642	3.503,22	9,4299%	330,35	3.833,57
abril de 2025	0,6397%	1,0645955124	3.525,63	9,7519%	343,81	3.869,44
maio de 2025	0,4293%	1,0691655282	3.540,76	10,3751%	367,36	3.908,12
junho de 2025	0,3596%	1,0730105037	3.553,49	11,1511%	396,25	3.949,75
julho de 2025	0,2600%	1,0758008576	3.562,73	11,9859%	427,03	3.989,76
agosto de 2025	0,3309%	1,0793601954	3.574,52	12,9286%	462,13	4.036,66
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0778441800**	**3.569,50**	**13,1462%**	**469,25**	**4.038,76**

Pensão de março de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2024	0,3597%	1,0035972056	3.323,62	1,0000%	33,24	3.356,85
maio de 2024	0,2085%	1,0056901158	3.330,55	2,0000%	66,61	3.397,16
junho de 2024	0,4401%	1,0101157660	3.345,21	3,0000%	100,36	3.445,56
julho de 2024	0,3907%	1,0140617880	3.358,27	4,0000%	134,33	3.492,60
agosto de 2024	0,3010%	1,0171139543	3.368,38	4,9355%	166,25	3.534,63
setembro de 2024	0,1886%	1,0190324655	3.374,73	5,6117%	189,38	3.564,12
outubro de 2024	0,1305%	1,0203623340	3.379,14	6,3160%	213,42	3.592,56
novembro de 2024	0,5406%	1,0258780471	3.397,41	6,7018%	227,69	3.625,09
dezembro de 2024	0,6205%	1,0322440005	3.418,49	6,8737%	234,98	3.653,47
janeiro de 2025	0,3400%	1,0357539968	3.430,11	7,4632%	256,00	3.686,11
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0368876629	3.433,87	8,3654%	287,26	3.721,12
março de 2025	1,2300%	1,0496413753	3.476,10	8,3654%	290,79	3.766,89
abril de 2025	0,6397%	1,0563561496	3.498,34	8,6874%	303,91	3.802,25
maio de 2025	0,4293%	1,0608907960	3.513,36	9,3106%	327,11	3.840,47
junho de 2025	0,3596%	1,0647060136	3.525,99	10,0865%	355,65	3.881,64
julho de 2025	0,2600%	1,0674747718	3.535,16	10,9214%	386,09	3.921,25
agosto de 2025	0,3309%	1,0710065623	3.546,86	11,8640%	420,80	3.967,66
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0695022800**	**3.541,88**	**12,0817%**	**427,92**	**3.969,79**

Pensão de abril de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
maio de 2024	0,2085%	1,0020854085	3.318,61	1,0323%	34,26	3.352,87
junho de 2024	0,4401%	1,0064951958	3.333,21	2,0000%	66,66	3.399,88
julho de 2024	0,3907%	1,0104270740	3.346,24	3,0323%	101,47	3.447,70
agosto de 2024	0,3010%	1,0134683004	3.356,31	3,9677%	133,17	3.489,48
setembro de 2024	0,1886%	1,0153799350	3.362,64	4,6440%	156,16	3.518,80
outubro de 2024	0,1305%	1,0167050369	3.367,03	5,3482%	180,08	3.547,10
novembro de 2024	0,5406%	1,0222009800	3.385,23	5,7341%	194,11	3.579,34
dezembro de 2024	0,6205%	1,0285441158	3.406,23	5,9060%	201,17	3.607,41
janeiro de 2025	0,3400%	1,0320415312	3.417,82	6,4954%	222,00	3.639,82
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0331711339	3.421,56	7,3976%	253,11	3.674,67
março de 2025	1,2300%	1,0458791329	3.463,64	7,3976%	256,23	3.719,87
abril de 2025	0,6397%	1,0525698394	3.485,80	7,7196%	269,09	3.754,89
maio de 2025	0,4293%	1,0570882323	3.500,76	8,3428%	292,06	3.792,83
junho de 2025	0,3596%	1,0608897750	3.513,35	9,1188%	320,38	3.833,73
julho de 2025	0,2600%	1,0636486090	3.522,49	9,9537%	350,62	3.873,11
agosto de 2025	0,3309%	1,0671677404	3.534,14	10,8963%	385,09	3.919,24
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0656688500**	**3.529,18**	**11,1140%**	**392,23**	**3.921,41**

Pensão de maio de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
junho de 2024	0,4401%	1,0044006102	3.326,28	1,0000%	33,26	3.359,54

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2024	0,3907%	1,0083243060	3.339,27	2,0000%	66,79	3.406,06
agosto de 2024	0,3010%	1,0113592033	3.349,32	2,9355%	98,32	3.447,64
setembro de 2024	0,1886%	1,0132668597	3.355,64	3,6117%	121,20	3.476,84
outubro de 2024	0,1305%	1,0145892040	3.360,02	4,3160%	145,02	3.505,04
novembro de 2024	0,5406%	1,0200737096	3.378,18	4,7018%	158,84	3.537,02
dezembro de 2024	0,6205%	1,0264036450	3.399,15	4,8737%	165,67	3.564,81
janeiro de 2025	0,3400%	1,0298937819	3.410,70	5,4632%	186,33	3.597,04
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0310210339	3.414,44	6,3654%	217,34	3.631,78
março de 2025	1,2300%	1,0437025867	3.456,43	6,3654%	220,02	3.676,45
abril de 2025	0,6397%	1,0503793693	3.478,55	6,6874%	232,62	3.711,17
maio de 2025	0,4293%	1,0548883591	3.493,48	7,3106%	255,39	3.748,87
junho de 2025	0,3596%	1,0586819905	3.506,04	8,0865%	283,52	3.789,56
julho de 2025	0,2600%	1,0614350833	3.515,16	8,9214%	313,60	3.828,76
agosto de 2025	0,3309%	1,0649468912	3.526,79	9,8640%	347,88	3.874,67
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0634511200**	**3.521,84**	**10,0817%**	**355,06**	**3.876,90**

Pensão de junho de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
julho de 2024	0,3907%	1,0039065047	3.324,64	1,0323%	34,32	3.358,96
agosto de 2024	0,3010%	1,0069281052	3.334,65	1,9677%	65,62	3.400,27
setembro de 2024	0,1886%	1,0088274035	3.340,94	2,6440%	88,33	3.429,27
outubro de 2024	0,1305%	1,0101439542	3.345,30	3,3482%	112,01	3.457,31
novembro de 2024	0,5406%	1,0156044303	3.363,38	3,7341%	125,59	3.488,97
dezembro de 2024	0,6205%	1,0219066322	3.384,25	3,9060%	132,19	3.516,44
janeiro de 2025	0,3400%	1,0253814777	3.395,76	4,4954%	152,65	3.548,41
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0265037908	3.399,48	5,3976%	183,49	3.582,97
março de 2025	1,2300%	1,0391297815	3.441,29	5,3976%	185,75	3.627,04
abril de 2025	0,6397%	1,0457773110	3.463,31	5,7196%	198,09	3.661,39
maio de 2025	0,4293%	1,0502665454	3.478,17	6,3428%	220,61	3.698,79
junho de 2025	0,3596%	1,0540435557	3.490,68	7,1188%	248,49	3.739,18
julho de 2025	0,2600%	1,0567845862	3.499,76	7,9537%	278,36	3.778,12
agosto de 2025	0,3309%	1,0602810077	3.511,34	8,8963%	312,38	3.823,72
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0587917900**	**3.506,41**	**9,1140%**	**319,57**	**3.825,98**

Pensão de julho de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
agosto de 2024	0,3010%	1,0030098425	3.321,67	0,9355%	31,07	3.352,75
setembro de 2024	0,1886%	1,0049017501	3.327,94	1,6117%	53,64	3.381,57
outubro de 2024	0,1305%	1,0062131777	3.332,28	2,3160%	77,17	3.409,46
novembro de 2024	0,5406%	1,0116524054	3.350,29	2,7018%	90,52	3.440,81
dezembro de 2024	0,6205%	1,0179300835	3.371,08	2,8737%	96,88	3.467,96
janeiro de 2025	0,3400%	1,0213914074	3.382,55	3,4632%	117,14	3.499,69

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0225093532	3.386,25	4,3654%	147,82	3.534,07
março de 2025	1,2300%	1,0350862124	3.427,90	4,3654%	149,64	3.577,54
abril de 2025	0,6397%	1,0417078743	3.449,83	4,6874%	161,71	3.611,53
maio de 2025	0,4293%	1,0461796397	3.464,64	5,3106%	183,99	3.648,63
junho de 2025	0,3596%	1,0499419525	3.477,10	6,0865%	211,63	3.688,73
julho de 2025	0,2600%	1,0526723168	3.486,14	6,9214%	241,29	3.727,43
agosto de 2025	0,3309%	1,0561551327	3.497,67	7,8640%	275,06	3.772,73
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0546717100**	**3.492,76**	**8,0817%**	**282,27**	**3.775,04**

Pensão de agosto de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
setembro de 2024	0,1886%	1,0018862303	3.317,95	0,6762%	22,44	3.340,39
outubro de 2024	0,1305%	1,0031937225	3.322,28	1,3805%	45,86	3.368,14
novembro de 2024	0,5406%	1,0086166282	3.340,24	1,7663%	59,00	3.399,24
dezembro de 2024	0,6205%	1,0148754682	3.360,97	1,9383%	65,14	3.426,11
janeiro de 2025	0,3400%	1,0183264052	3.372,40	2,5277%	85,24	3.457,64
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0194409963	3.376,09	3,4299%	115,80	3.491,88
março de 2025	1,2300%	1,0319801147	3.417,61	3,4299%	117,22	3.534,83
abril de 2025	0,6397%	1,0385819063	3.439,48	3,7519%	129,04	3.568,52
maio de 2025	0,4293%	1,0430402528	3.454,24	4,3751%	151,13	3.605,37
junho de 2025	0,3596%	1,0467912756	3.466,66	5,1511%	178,57	3.645,23
julho de 2025	0,2600%	1,0495134466	3.475,68	5,9859%	208,05	3.683,73
agosto de 2025	0,3309%	1,0529858112	3.487,18	6,9286%	241,61	3.728,79
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0515068400**	**3.482,28**	**7,1462%**	**248,85**	**3.731,13**

Pensão de setembro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
outubro de 2024	0,1305%	1,0013050306	3.316,03	0,7042%	23,35	3.339,38
novembro de 2024	0,5406%	1,0067177267	3.333,95	1,0901%	36,34	3.370,30
dezembro de 2024	0,6205%	1,0129647833	3.354,64	1,2620%	42,34	3.396,98
janeiro de 2025	0,3400%	1,0164092234	3.366,05	1,8515%	62,32	3.428,37
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0175217160	3.369,73	2,7537%	92,79	3.462,52
março de 2025	1,2300%	1,0300372273	3.411,18	2,7537%	93,93	3.505,11
abril de 2025	0,6397%	1,0366265898	3.433,00	3,0756%	105,59	3.538,59
maio de 2025	0,4293%	1,0410765427	3.447,74	3,6988%	127,53	3.575,26
junho de 2025	0,3596%	1,0448205035	3.460,14	4,4748%	154,84	3.614,97
julho de 2025	0,2600%	1,0475375496	3.469,14	5,3097%	184,20	3.653,34
agosto de 2025	0,3309%	1,0510033768	3.480,61	6,2523%	217,62	3.698,23
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0495271900**	**3.475,72**	**6,4700%**	**224,88**	**3.700,60**

Pensão de outubro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
novembro de 2024	0,5406%	1,0054056416	3.329,61	0,3859%	12,85	3.342,45
dezembro de 2024	0,6205%	1,0116445562	3.350,27	0,5578%	18,69	3.368,96
janeiro de 2025	0,3400%	1,0150845070	3.361,66	1,1472%	38,57	3.400,23
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0161955497	3.365,34	2,0494%	68,97	3.434,31
março de 2025	1,2300%	1,0286947491	3.406,73	2,0494%	69,82	3.476,55
abril de 2025	0,6397%	1,0352755235	3.428,53	2,3714%	81,30	3.509,83
maio de 2025	0,4293%	1,0397196766	3.443,24	2,9946%	103,11	3.546,36
junho de 2025	0,3596%	1,0434587579	3.455,63	3,7706%	130,30	3.585,92
julho de 2025	0,2600%	1,0461722627	3.464,61	4,6055%	159,56	3.624,18
agosto de 2025	0,3309%	1,0496335728	3.476,08	5,5481%	192,86	3.668,93
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0481593100**	**3.471,19**	**5,7658%**	**200,14**	**3.671,33**

Pensão de novembro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
dezembro de 2024	0,6205%	1,0062053706	3.332,26	0,1719%	5,73	3.337,98
janeiro de 2025	0,3400%	1,0096268262	3.343,59	0,7614%	25,46	3.369,04
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0107318953	3.347,25	1,6636%	55,68	3.402,93
março de 2025	1,2300%	1,0231638919	3.388,42	1,6636%	56,37	3.444,79
abril de 2025	0,6397%	1,0297092842	3.410,09	1,9855%	67,71	3.477,80
maio de 2025	0,4293%	1,0341295430	3.424,73	2,6087%	89,34	3.514,07
junho de 2025	0,3596%	1,0378485207	3.437,05	3,3847%	116,33	3.553,38
julho de 2025	0,2600%	1,0405474362	3.445,99	4,2196%	145,41	3.591,39
agosto de 2025	0,3309%	1,0439901363	3.457,39	5,1622%	178,48	3.635,86
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0425238000**	**3.452,53**	**5,3799%**	**185,74**	**3.638,27**

Pensão de dezembro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	3.322,97	0,5894%	19,59	3.342,55
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	3.326,60	1,4916%	49,62	3.376,22
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	3.367,52	1,4916%	50,23	3.417,75
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	3.389,06	1,8136%	61,46	3.450,53
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	3.403,61	2,4368%	82,94	3.486,55
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	3.415,85	3,2128%	109,74	3.525,60
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	3.424,73	4,0477%	138,62	3.563,36
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	3.436,07	4,9903%	171,47	3.607,53
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**3.431,24**	**5,2080%**	**178,70**	**3.609,94**

Pensão de janeiro de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0010945322	3.564,21	0,9022%	32,16	3.596,37
março de 2025	1,2300%	1,0134079893	3.608,05	0,9022%	32,55	3.640,61
abril de 2025	0,6397%	1,0198909710	3.631,14	1,2242%	44,45	3.675,59
maio de 2025	0,4293%	1,0242690825	3.646,72	1,8474%	67,37	3.714,09
junho de 2025	0,3596%	1,0279525997	3.659,84	2,6234%	96,01	3.755,85
julho de 2025	0,2600%	1,0306257809	3.669,35	3,4582%	126,90	3.796,25
agosto de 2025	0,3309%	1,0340356548	3.681,49	4,4009%	162,02	3.843,51
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0325833000**	**3.676,32**	**4,6185%**	**169,79**	**3.846,12**

Pensão de fevereiro de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
março de 2025	1,2300%	1,0122999943	3.604,11	0,0000%	0,00	3.604,11
abril de 2025	0,6397%	1,0187758880	3.627,17	0,3220%	11,68	3.638,84
maio de 2025	0,4293%	1,0231492127	3.642,74	0,9452%	34,43	3.677,17
junho de 2025	0,3596%	1,0268287026	3.655,84	1,7212%	62,92	3.718,76
julho de 2025	0,2600%	1,0294989611	3.665,34	2,5560%	93,69	3.759,03
agosto de 2025	0,3309%	1,0329051069	3.677,47	3,4987%	128,66	3.806,13
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0314543400**	**3.672,30**	**3,7163%**	**136,47**	**3.808,78**

Pensão de março de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
abril de 2025	0,6397%	1,0063972081	3.583,09	0,3220%	11,54	3.594,63
maio de 2025	0,4293%	1,0107173946	3.598,47	0,9452%	34,01	3.632,49
junho de 2025	0,3596%	1,0143521766	3.611,42	1,7212%	62,16	3.673,57
julho de 2025	0,2600%	1,0169899901	3.620,81	2,5560%	92,55	3.713,36
agosto de 2025	0,3309%	1,0203547493	3.632,79	3,4987%	127,10	3.759,89
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0189216100**	**3.627,68**	**3,7163%**	**134,82**	**3.762,50**

Pensão de abril de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
maio de 2025	0,4293%	1,0042927250	3.575,60	0,6232%	22,28	3.597,88
junho de 2025	0,3596%	1,0079044024	3.588,46	1,3992%	50,21	3.638,67
julho de 2025	0,2600%	1,0105254485	3.597,79	2,2341%	80,38	3.678,17
agosto de 2025	0,3309%	1,0138688195	3.609,69	3,1767%	114,67	3.724,36
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0124447900**	**3.604,62**	**3,3943%**	**122,35**	**3.726,98**

Pensão de maio de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
junho de 2025	0,3596%	1,0035962397	3.573,12	0,7760%	27,73	3.600,85
julho de 2025	0,2600%	1,0062060825	3.582,41	1,6109%	57,71	3.640,12
agosto de 2025	0,3309%	1,0095351626	3.594,27	2,5535%	91,78	3.686,04
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0081172200**	**3.589,22**	**2,7711%**	**99,46**	**3.688,68**

Pensão de junho de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
julho de 2025	0,2600%	1,0026004908	3.569,58	0,8349%	29,80	3.599,38
agosto de 2025	0,3309%	1,0059176416	3.581,39	1,7775%	63,66	3.645,05
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0045047800**	**3.576,36**	**1,9952%**	**71,35**	**3.647,71**

Pensão de julho de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
agosto de 2025	0,3309%	1,0033085470	3.572,10	0,9426%	33,67	3.605,77
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0018993500**	**3.567,08**	**1,1603%**	**41,39**	**3.608,47**

Pensão de agosto de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
setembro de 2025	**-0,1405%**	**0,9985954500**	**3.555,32**	**0,2177%**	**7,74**	**3.563,06**

Pensão de setembro de 2025, pro rata de 5 dias — nominal de R$ 593,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2025	**0,0000%**	**1,0000000000**	**593,39**	**0,0000%**	**0,00**	**593,39**

Décimo terceiro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	1,0000%	32,42	3.274,39
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	2,0000%	65,04	3.317,09
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	3,0000%	98,32	3.375,74
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	4,0000%	131,57	3.420,77
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	5,0000%	164,80	3.460,87
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	6,0000%	198,63	3.509,20

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	7,0000%	232,65	3.556,15
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	7,9355%	264,53	3.598,03
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	8,6117%	287,61	3.627,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	9,3160%	311,54	3.655,69
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	9,7018%	326,20	3.688,43
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	9,8737%	334,04	3.717,13
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	10,4632%	355,18	3.749,78
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	11,3654%	386,23	3.784,54
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	11,3654%	390,98	3.831,09
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	11,6874%	404,63	3.866,75
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	12,3106%	428,04	3.905,02
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	13,0865%	456,65	3.946,14
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	13,9214%	487,05	3.985,61
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	14,8640%	521,75	4.031,88
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**15,0817%**	**528,64**	**4.033,85**

Décimo terceiro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	3.322,97	0,5894%	19,59	3.342,55
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	3.326,60	1,4916%	49,62	3.376,22
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	3.367,52	1,4916%	50,23	3.417,75
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	3.389,06	1,8136%	61,46	3.450,53
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	3.403,61	2,4368%	82,94	3.486,55
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	3.415,85	3,2128%	109,74	3.525,60
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	3.424,73	4,0477%	138,62	3.563,36
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	3.436,07	4,9903%	171,47	3.607,53
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**3.431,24**	**5,2080%**	**178,70**	**3.609,94**

Um terço de férias de 2023 — nominal de R$ 1.031,98

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	1.031,98	0,0000%	0,00	1.031,98
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	1.080,66	1,0000%	10,81	1.091,46
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	1.084,02	2,0000%	21,68	1.105,70
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	1.092,47	3,0000%	32,77	1.125,25
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	1.096,40	4,0000%	43,86	1.140,26
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	1.098,69	5,0000%	54,93	1.153,62
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	1.103,52	6,0000%	66,21	1.169,73
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	1.107,83	7,0000%	77,55	1.185,38
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	1.111,17	7,9355%	88,18	1.199,34
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	1.113,26	8,6117%	95,87	1.209,14
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	1.114,72	9,3160%	103,85	1.218,56
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	1.120,74	9,7018%	108,73	1.229,48
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	1.127,70	9,8737%	111,35	1.239,04

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	1.131,53	10,4632%	118,39	1.249,93
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	1.132,77	11,3654%	128,74	1.261,51
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	1.146,70	11,3654%	130,33	1.277,03
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	1.154,04	11,6874%	134,88	1.288,92
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	1.158,99	12,3106%	142,68	1.301,67
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	1.163,16	13,0865%	152,22	1.315,38
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	1.166,19	13,9214%	162,35	1.328,54
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	1.170,04	14,8640%	173,92	1.343,96
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**1.168,40**	**15,0817%**	**176,21**	**1.344,62**

Um terço de férias de 2024 — nominal de R$ 1.103,90

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	1.103,90	0,0000%	0,00	1.103,90
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	1.107,66	0,5894%	6,53	1.114,18
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	1.108,87	1,4916%	16,54	1.125,41
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	1.122,51	1,4916%	16,74	1.139,25
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	1.129,69	1,8136%	20,49	1.150,18
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	1.134,54	2,4368%	27,65	1.162,18
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	1.138,62	3,2128%	36,58	1.175,20
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	1.141,58	4,0477%	46,21	1.187,79
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	1.145,36	4,9903%	57,16	1.202,51
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**1.143,75**	**5,2080%**	**59,57**	**1.203,31**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 006	318.378,80	151.608,95
Pleito 011	2.293.233,15	2.293.233,15

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	007
Data do protocolo	13/07/2026
Nome / Razão social do credor	Carlos Henrique Pereira Cortês
CPF / CNPJ	000.304.487-43
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Daniela Sondermann Bambino, OAB/RJ 93.634
Origem do crédito	Indenização por acidente com vítima transportada, proc. 0012014-98.2012.8.19.0031, 1ª Vara Cível de Maricá, trânsito em julgado, em cumprimento de sentença
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 189.126,04	R$ 254.067,78	R$ 101.768,47 (condenação R$ 187.105,82 – pagamento da corré R$ 105.918,99 + multa do art. 523, §1º, do CPC R$ 20.581,64)
Data-base da atualização	31/03/2024	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor, vítima transportada em acidente reconhecido no processo nº 0012014-98.2012.8.19.0031, com trânsito em julgado, apresentou divergência para majorar o crédito listado de R$ 189.126,04, atualizado apenas até 31/03/2024, para R$ 254.067,78, atualizado até 05/09/2025.

A Recuperanda concordou com a premissa da atualização, mas opôs duas glosas: a exclusão dos honorários sucumbenciais embutidos no cálculo, por pertencerem à patrona, e o abatimento de R$ 105.918,99 pagos ao credor pela corré solidária Nobre Seguradora do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial, sem indicar valor líquido final.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de indenização por acidente com vítima transportada, reconhecida por decisão transitada em julgado no processo nº 0012014-98.2012.8.19.0031, em fase de cumprimento de sentença perante a 1ª Vara Cível de Maricá. A instrução atendeu aos requisitos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, com o título, o requerimento de cumprimento e as planilhas de cálculo, e a Administração Judicial conferiu a documentação, apurando os critérios de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

A premissa da divergência é correta: o valor listado estava atualizado somente até 31/03/2024, e o art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 impõe a atualização até

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial. A majoração, contudo, não pode ser acolhida no montante pretendido, por dois fundamentos, e o cálculo há de ser refeito pelos critérios uniformes desta verificação.[2]

Primeiro, o cálculo do credor incorpora verbas honorárias que não lhe pertencem. A planilha que instrui a divergência decompõe-se integralmente e fecha, ao centavo, no valor pretendido:

> i. sobre as três rubricas indenizatórias, dano moral, dano estético e diferença de benefício previdenciário, apura R$ 185.450,93 de valor corrigido acrescido de juros;
> ii. sobre esse montante aplica honorários de 10%, R$ 18.545,10; sobre o total assim obtido, R$ 203.996,03, aplica a multa de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, R$ 20.399,60, e os honorários de igual percentual e valor pelo mesmo dispositivo; e
> iii. acresce, por fim, majoração de honorários de 5%, R$ 9.272,55. A soma dessas rubricas é exatamente R$ 254.067,78.

Repartidas as rubricas conforme a lei, pertencem ao credor a condenação e a multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, que é sanção pelo inadimplemento e reverte em favor do exequente. Pertencem à patrona da causa os honorários de sucumbência e os honorários do art. 523, § 1º.

As verbas honorárias constituem direito autônomo do advogado, na forma dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, e não podem ser pleiteadas pela parte em nome próprio, art. 18 do mesmo Código. São, por isso, excluídas do crédito do titular e reconhecidas, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em nome da profissional, na forma da alínea (c).

Segundo, a corré solidária Nobre Seguradora do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial, comprovou nos autos de origem o pagamento de R$ 105.918,99 ao credor, conforme a manifestação de index 832 e as guias de index 836 e 838.

[2] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O pagamento parcial realizado por devedor solidário aproveita à Recuperanda, na forma do art. 277 do Código Civil, extinguindo a obrigação até o montante pago. Assiste razão, portanto, à devedora quanto ao abatimento.

Esta Administração Judicial refez o cálculo pelos critérios uniformes desta verificação. A correção monetária segue os fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que observa a UFIR-RJ até 29 de agosto de 2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024.

Os juros de mora correm à taxa de 1% ao mês, simples, até 29 de agosto de 2024, e pela taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de 30 de agosto de 2024, contados por mês de calendário completo, com pro rata die na fração, e alcançam 144,8882% da citação, ocorrida em 07/03/2013, à data-base.

O dano moral e o dano estético corrigem-se da data do arbitramento, na forma do verbete 362 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, e o dano material, de cada vencimento, como fixado no acolhimento dos embargos de declaração da Recuperanda.

Apura-se, por esses critérios, R$ 176.172,24 de dano moral e estético e R$ 10.933,58 de dano material, o que perfaz condenação de R$ 187.105,82, contra os R$ 185.450,93 da planilha. O demonstrativo, rubrica por rubrica e competência por competência, acompanha esta decisão.

Sobre a condenação incidem os honorários de sucumbência de 10% fixados na sentença, de R$ 18.710,58. A base é a condenação apurada, e não o saldo remanescente após o pagamento da corré solidária, porque a verba honorária se constituiu quando a condenação existia por inteiro e o pagamento feito por devedor solidário extingue a obrigação principal, não o direito autônomo do advogado.

A majoração de honorários de R$ 9.272,55 lançada na planilha não onera a Recuperanda. A decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça no AREsp 2.442.424/RJ determinou a majoração em desfavor da parte agravante, e a agravante era

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

a Nobre Seguradora do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial, figurando a Recuperanda como interessada. A verba grava, por isso, a seguradora denunciada.[3]

A multa e os honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil integram o crédito porque o prazo de pagamento voluntário se esgotou antes do pedido de recuperação judicial.

Em 16 de abril de 2025, à fl. 781 dos autos de origem, a patrona da causa noticiou que a Recuperanda se mantivera inerte, requereu o bloqueio de seus ativos financeiros e consignou que o crédito deveria ser acrescido da multa de 10% e dos honorários advocatícios, ante a ausência de pagamento voluntário.

A constrição foi processada e resultou infrutífera, como registra a decisão de 10 de setembro de 2025, à fl. 794.

A distinção importa. Afasta-se a incidência desses encargos quando o prazo de pagamento voluntário corre já sob a recuperação judicial, porque então a devedora não pode pagar fora do plano. Não é o caso, e o Tribunal de Justiça de São Paulo assentou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta encargos anteriores ao seu ajuizamento.[4]

A mesma Corte consignou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta a multa e os honorários devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal.[5]

---

[3] AGRAVANTE: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO [...] INTERES.: BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA [...] Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil. (STJ, AREsp nº 2.442.424/RJ, decisão da Presidência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, de 11/12/2023, DJe de 13/12/2023)

[4] No cumprimento de sentença, as executadas foram intimadas em 08/10/2018, e não tendo pago a dívida, passou a incidir multa e honorários advocatícios, por força do art. 523, § 1º, CPC, fato que ocorreu muito antes do pedido de recuperação judicial, em 15/08/2019. [...] Assim, sobre o débito, incidem os encargos previstos no art. 523, §1º, do CPC, uma vez que são anteriores ao ajuizamento da recuperação judicial. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2108111-10.2024.8.26.0000, Relator Desembargador Sérgio Shimura, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 09/01/2025, DJe de 09/01/2025)

[5] Não pagamento do crédito dentro do prazo para cumprimento voluntário da condenação. Posterior pedido de recuperação judicial não afasta a incidência da multa e dos honorários do art. 523, §1º, do CPC, devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2075653-71.2023.8.26.0000, Relator Desembargador Azuma Nishi, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 12/06/2023, DJe de 12/06/2023)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A multa e os honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil incidem sobre a condenação apurada acrescida dos honorários de sucumbência, o que perfaz a base de R$ 205.816,40, e não sobre o saldo remanescente. A razão é a mesma já exposta quanto à verba de sucumbência. O encargo constituiu-se com o esgotamento do prazo de pagamento voluntário, quando a dívida existia por inteiro, e o pagamento posteriormente realizado por devedor solidário extingue a obrigação principal na medida em que a satisfaz, sem retroagir para reduzir a base de encargos já constituídos. Aplicado o percentual, a multa e os honorários do art. 523, § 1º, são de R$ 20.581,64 cada um. Abatido o pagamento da corré solidária, que reduz apenas o principal, a condenação remanescente é de R$ 81.186,83.

Reconhece-se, assim, em favor do credor, R$ 101.768,47, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, correspondentes à condenação remanescente e à multa. Consigna-se que o abatimento é feito pelo valor nominal informado, por não constar dos autos desta verificação a data do efetivo levantamento; comprovada essa data, o abatimento poderá ser recomposto no momento do pagamento e atualizado até a data-base, com a retificação do saldo, na forma do art. 7º, § 1º, da mesma lei.

(c) Classificação.

O crédito do titular tem natureza indenizatória civil, sem preferência legal, classificando-se na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, como listado e como pretendido pelo próprio credor. A multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, por ser sanção processual desprovida de natureza alimentar, acompanha a mesma classe.

As verbas honorárias seguem regime diverso e são reconhecidas, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em favor da patrona da causa. Vale ressaltar que os honorários de sucumbência e os do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil ostentam natureza alimentar, nos termos dos arts. 85, § 14, do mesmo Código e 23 do Estatuto da Advocacia, e recebem, para fins concursais, o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O reconhecimento no cumprimento do *munus* público, salvo melhor juízo, é consequência necessária do desmembramento. A verba estava embutida no crédito do titular; excluí-la dali sem o correspondente lançamento em nome de quem a lei indica como titular faria desaparecer do passivo obrigação que a Recuperanda efetivamente deve, em prejuízo da profissional que não participou desta divergência.

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor e a classe que a lei determina, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do art. 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do art. 15, II. Determina-se, assim, a inclusão, no cumprimento do munus público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome da patrona, do crédito de R$ 39.292,22 na Classe I, com data-base em 05/09/2025, verba que não se computa no crédito do titular.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[6]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

[6] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito é o acidente que vitimou o credor como passageiro transportado, reconhecido em título transitado em julgado, anterior ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 189.126,04, com data-base defasada em 31/03/2024. O credor pretende R$ 254.067,78. Reconhece-se, em seu favor, R$ 101.768,47, com data-base em 05/09/2025, resultado do recálculo pelos critérios uniformes desta verificação, da exclusão das verbas honorárias de titularidade da patrona e do abatimento do pagamento realizado pela corré solidária, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Carlos Henrique Pereira Cortês, CPF nº 000.304.487-43, para retificar o crédito ao valor de R$ 101.768,47, com data-base em 05/09/2025, na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, assim apurado, condenação de R$ 187.105,82, deduzido o pagamento de R$ 105.918,99 realizado pela corré solidária Nobre Seguradora do Brasil S.A. e acrescida da multa de R$ 20.581,64 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

Afasta-se o valor pretendido, por englobar verba de terceiro e desconsiderar a quitação parcial.

Determina-se, no exercício do munus público desta Administração Judicial, a inclusão em lançamento apartado, em nome da patrona da causa, do crédito de honorários advocatícios no valor de R$ 39.292,22, na Classe I, de natureza concursal, com data-base em 05/09/2025, composto dos honorários de sucumbência de R$ 18.710,58 e dos honorários de R$ 20.581,64 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, na forma da alínea (c). Essa verba não integra o crédito do titular nem o total acima reconhecido.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 101.768,47
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, em favor do credor, para R$ 101.768,47, na Classe III; (ii) inclusão, no cumprimento do munus público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome da patrona, do crédito de R$ 39.292,22 na Classe I; (iii) intimar a patrona da inclusão determinada no exercício do munus público desta Administração Judicial, para ciência e conferência de dados cadastrais; (iv) confirmar a data e o efetivo levantamento do pagamento da corré (index 832, 836 e 838), para eventual recomposição do abatimento naquela data; (v) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (vi) intimações.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a divergência de crédito apresentada por Carlos Henrique Pereira Cortês, para reconhecer o crédito no valor de R$ 101.768,47 (cento e um mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos), a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, determinando-se ainda, no exercício do munus público desta Administração Judicial, a inclusão apartada do crédito de R$ 39.292,22 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos) na Classe I, em nome da patrona da causa, a título de honorários advocatícios.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 007	Carlos Henrique Pereira Cortês
Título	Ação indenizatória 0012014-98.2012.8.19.0031, 1ª Vara Cível da Comarca de Maricá
Evento	Acidente com coletivo da Recuperanda em 3 de outubro de 2011, do qual o credor era passageiro
Citação	7 de março de 2013, termo inicial dos juros de mora, computado o próprio dia
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

O título é a r. sentença de 25 de janeiro de 2022, mantida na íntegra pelo v. acórdão da 20ª Câmara de Direito Privado e alcançada pelo trânsito em julgado de 31 de março de 2024. O que cada decisão fixou está na seção I.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. Total de 144,8882% da citação à data-base
Termos iniciais	Dano moral e dano estético, correção do arbitramento, na forma da Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e juros da citação. Dano material, correção de cada vencimento e juros da citação
Honorários	10% sobre a condenação, como fixado na sentença, sem o abatimento do pagamento feito pela seguradora denunciada. A majoração de 15% do Superior Tribunal de Justiça foi lançada em desfavor da parte agravante, que é a seguradora, e por isso não onera a Recuperanda
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação remanescente, já deduzido o pagamento da seguradora, com os honorários de sucumbência. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Dano moral e dano estético	III	176.172,24
Dano material, onze competências	III	10.933,58
Dedução do pagamento da seguradora denunciada	III	-105.918,99
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	III	20.581,64
CRÉDITO DO CREDOR	**III**	**101.768,47**
CRÉDITO DA PATRONA, de ofício	**I**	**39.292,22**
TOTAL	**I e III**	**141.060,69**

I - O QUE CADA DECISÃO FIXOU

Decisão	Conteúdo
R. sentença de 25/01/2022, do Juiz Alessandro Oliveira Félix	O laudo pericial reconheceu incapacidade total e permanente para trabalhos braçais, déficit funcional temporário por um ano, dano estético de grau III/VII e comprometimento funcional de 26%. Condenou a Recuperanda e a seguradora chamada ao processo, SOLIDARIAMENTE, a (1) dano moral de R$ 40.000,00, com juros de 1% ao mês da citação e correção monetária da data da sentença; (2) dano estético de R$ 20.000,00, nos mesmos termos; (3) a diferença entre o auxílio-doença e o salário de benefício no período de 16/10/2011 a 30/07/2012; e (4) custas, honorários periciais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação. A responsabilidade da seguradora se dá nos limites fixados na apólice
O que a r. sentença negou	O pensionamento mensal, por configurar bis in idem com o auxílio-acidente que o credor já recebe, e o abatimento do seguro DPVAT, por ter natureza distinta das indenizações por dano moral e estético
Embargos de declaração	Os da seguradora foram rejeitados. Os da Recuperanda foram ACOLHIDOS, para integrar o item 3 do dispositivo, que passou a fixar, quanto ao dano material, juros de 1% ao mês da citação e correção monetária A CONTAR DE CADA VENCIMENTO
V. acórdão da 20ª Câmara de Direito Privado, Des. André Luiz Cidra	Negou provimento aos TRÊS recursos — a apelação da seguradora, a apelação da Recuperanda e o recurso adesivo do credor — e manteve a r. sentença na íntegra
Superior Tribunal de Justiça, AREsp 2.442.424/RJ, decisão da Presidência de 11/12/2023	NÃO CONHECEU do agravo da Nobre Seguradora, por não haver impugnado especificamente todos os fundamentos da inadmissão, e majorou os honorários em desfavor DA PARTE AGRAVANTE, que é a seguradora. Publicado no DJe de 13/12/2023
Trânsito em julgado	31 de março de 2024. O cumprimento de sentença foi protocolizado em 1º de abril de 2024

Uma cautela de leitura: o v. acórdão transcreve precedente que invoca a Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, de juros contados do evento danoso. Não é o critério do título. O acórdão negou provimento a todos os recursos e manteve a r. sentença na íntegra, e a r. sentença fixou os juros da citação, que é o critério aqui aplicado.

II - DANO MORAL E DANO ESTÉTICO

Correção do arbitramento, 25 de janeiro de 2022, e juros da citação, 7 de março de 2013, com o próprio dia computado

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Dano moral	40.000,00	1,1989979225	47.959,92	144,8882%	69.488,24	117.448,16
Dano estético	20.000,00	1,1989979225	23.979,96	144,8882%	34.744,12	58.724,08
SUBTOTAL	**60.000,00**		**71.939,88**		**104.232,36**	**176.172,24**

III - DANO MATERIAL, PARCELA A PARCELA

Diferença entre o auxílio-doença e o salário de benefício no período de 16 de outubro de 2011 a 30 de julho de 2012, corrigida de cada vencimento e com juros da citação

Vencimento	Base de 91%	Diferença de 9%	Fator	Corrigido	Juros de mora	Total
20/12/2011	992,00	98,11	2,2975365305	225,41	326,59	552,00
20/12/2011	2.480,00	245,27	2,2975365305	563,52	816,47	1.379,99
06/01/2012	1.984,00	196,22	2,1561620956	423,08	613,00	1.036,08
06/02/2012	2.012,00	198,99	2,1561620956	429,05	621,65	1.050,70
07/03/2012	2.012,00	198,99	2,1561620956	429,05	621,65	1.050,70
05/04/2012	2.512,52	248,49	2,1561620956	535,78	776,29	1.312,07
07/05/2012	2.012,00	198,99	2,1561620956	429,05	621,65	1.050,70
06/06/2012	1.474,71	145,85	2,1561620956	314,48	455,64	770,12
06/06/2012	871,68	86,21	2,1561620956	185,88	269,32	455,20
05/07/2012	2.012,00	198,99	2,1561620956	429,05	621,65	1.050,70
06/08/2012	2.346,40	232,06	2,1561620956	500,36	724,96	1.225,32
SUBTOTAL, 11 competências	**20.709,31**	**2.048,17**		**4.464,71**	**6.468,87**	**10.933,58**

IV - MEMÓRIA DE CÁLCULO — OS JUROS DE MORA

Composição do percentual único de 144,8882%, da citação à data-base

Período	Critério	Percentual
De 07/03/2013 a 29/08/2024	1% ao mês, simples, por 137,741935 meses de calendário completos, com pro rata die na fração e o próprio dia da citação computado	137,741935%
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA	7,146219%
JUROS TOTAIS		**144,888154%**

O percentual é um só para todas as rubricas porque a r. sentença fixou os juros da citação, e as onze competências do dano material venceram entre dezembro de 2011 e agosto de 2012, todas antes dela.

Os juros de 1% ao mês, acumulados ao fim de cada ano

Ano	Até	Meses corridos no ano	Meses acumulados	Juros acumulados
2013	31/12/2013	9,8065	9,8065	9,8065%
2014	31/12/2014	12,0000	21,8065	21,8065%
2015	31/12/2015	12,0000	33,8065	33,8065%
2016	31/12/2016	12,0000	45,8065	45,8065%
2017	31/12/2017	12,0000	57,8065	57,8065%
2018	31/12/2018	12,0000	69,8065	69,8065%
2019	31/12/2019	12,0000	81,8065	81,8065%
2020	31/12/2020	12,0000	93,8065	93,8065%
2021	31/12/2021	12,0000	105,8065	105,8065%
2022	31/12/2022	12,0000	117,8065	117,8065%
2023	31/12/2023	12,0000	129,8065	129,8065%
2024	29/08/2024	7,9355	137,7419	137,7419%
ACUMU-LADO	**29/08/2024**		**137,7419**	**137,7419%**

A taxa legal, mês a mês

Competência	Taxa do mês	Proporção	Acumulado
setembro de 2024	0,6762%	mês cheio	0,6762%
outubro de 2024	0,7042%	mês cheio	1,3805%
novembro de 2024	0,3859%	mês cheio	1,7663%
dezembro de 2024	0,1719%	mês cheio	1,9383%
janeiro de 2025	0,5894%	mês cheio	2,5277%
fevereiro de 2025	0,9022%	mês cheio	3,4299%
março de 2025	0,0000%	mês cheio	3,4299%
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	3,7519%
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	4,3751%
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	5,1511%
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	5,9859%
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	6,9286%
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	7,1462%
ACUMULADO			**7,1462%**

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO — A CORREÇÃO MONETÁRIA

Os fatores empregados, todos da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 1º de setembro de 2025

Rubrica	Mês de origem	Fator	Fundamento
Dano moral e dano estético	janeiro de 2022, data do arbitramento	1,1989979225	Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça
Dano material, duas competências de 2011	dezembro de 2011, vencimento	2,2975365305	correção de cada vencimento, na forma do acolhimento dos embargos da Recuperanda
Dano material, nove competências de 2012	janeiro de 2012, vencimento	2,1561620956	idem. A UFIR-RJ é anual, e por isso os doze meses de 2012 têm o mesmo fator

A tabela do cível da Corregedoria observa a UFIR-RJ até 29 de agosto de 2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei 14.905/2024, e já entrega o fator acumulado do mês de origem até setembro de 2025, mês da data-base, cujo fator é a unidade.

VI - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Dano moral e dano estético			176.172,24	credor
Dano material			10.933,58	credor
CONDENAÇÃO			**187.105,82**	
Honorários sucumbenciais, sobre a condenação	10%	187.105,82	18.710,58	patrona
BASE DO ARTIGO 523, condenação mais honorários			**205.816,40**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	205.816,40	20.581,64	credor
Honorários da fase de cumprimento	10%	205.816,40	20.581,64	patrona
Pagamento da seguradora denunciada			-105.918,99	
CONDENAÇÃO LÍQUIDA			**81.186,83**	**credor**

A ordem das rubricas não é indiferente. Os honorários de sucumbência e os encargos do artigo 523 incidem sobre a condenação inteira, porque se constituíram quando a dívida existia por inteiro, com o esgotamento do prazo de pagamento voluntário. O pagamento feito depois pela seguradora denunciada extingue a obrigação principal na medida em que a satisfaz, e por isso reduz apenas o principal, sem retroagir para diminuir a base de encargos já constituídos. É o mesmo critério que a decisão administrativa aplica à verba de sucumbência.

VII - CONSOLIDAÇÃO POR TITULAR E POR CLASSE

Titular	Rubricas	Classe	Valor em 05/09/2025
Carlos Henrique Pereira Cortês	condenação líquida e multa do artigo 523	III	101.768,47
Patrona da causa, de ofício	honorários de sucumbência e do artigo 523	I	39.292,22
TOTAL		**I e III**	**141.060,69**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 007	254.067,78	não manifestada

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	008
Data do protocolo	14/07/2026
Nome / Razão social do credor	Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira, Rubson Gonçalves da Costa Moreira, Hudson Lopes Moreira e Sirlei Moreira
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994
Origem do crédito	Indenização por ato ilícito com vítima fatal, proc. 0038154-85.2014.8.19.0004 (danos morais, pensionamento de 2/3 do salário da vítima, 13º e terço de férias)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 2.076.028,26	R$ 2.802.485,67 (= R$ 1.592.485,67 devidos + R$ 1.210.000,00 de capital garantidor)	R$ 1.626.863,00
Data-base da atualização	da relação	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

Os credores, viúva e familiares de vítima fatal, apresentaram divergência para majorar o crédito listado de R$ 2.076.028,26 para R$ 2.802.485,67, composto de R$ 1.592.485,67 de verbas indenizatórias e pensionamento, conforme cálculo da Contadoria Judicial do juízo de origem, e R$ 1.210.000,00 de capital garantidor das parcelas vincendas.

A Recuperanda concordou com o valor da Contadoria, individualizado por credor, e rejeitou a inclusão do capital garantidor.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de indenização por ato ilícito com vítima fatal, reconhecida por título transitado em julgado no processo nº 0038154-85.2014.8.19.0004, compreendendo danos morais aos quatro credores, pensionamento correspondente a dois terços da remuneração líquida da vítima em favor dos dois primeiros autores, com a fração do filho acrescendo à da viúva ao completar ele vinte e cinco anos, e as verbas de décimo terceiro salário e terço constitucional de férias que integram a pensão.

O quantum foi apurado por esta Administração Judicial. Nos autos de origem existem duas memórias, a saber, a planilha unilateral apresentada pelos credores em 12 de maio de 2025, que serviu de base à listagem, e o cálculo da Divisão de Cálculos Judiciais de 4 de setembro de 2025, que os credores passaram a adotar e com o qual a Recuperanda concordou.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Nenhuma das duas conta com decisão homologatória. Registre-se que, em 30 de outubro de 2024, a Contadoria havia devolvido os autos com apoio no artigo 364 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, na redação do Provimento CGJ nº 30/2018, para consignar que suas atribuições se restringem à condenação em quantia certa ou já fixada em liquidação, e que os parâmetros do cálculo subsequente provieram da planilha dos credores.

A instrução atendeu aos requisitos do artigo 9º da Lei nº 11.101/2005. Diante da ausência de cálculo homologado, esta Administração Judicial refez a apuração parcela por parcela, a partir do título e dos documentos do pleito, e conferiu as duas memórias existentes.

O discriminativo de cálculos e o memorial que o fundamenta integram a documentação angariada por esta Administração Judicial neste pleito.

(b) Valor e data-base.

A condenação, atualizada à data-base de 5 de setembro de 2025, importa R$ 1.626.863,00, assim composta: dano moral de R$ 348.754,24 aos quatro credores, pensionamento de R$ 1.155.568,37 em cento e trinta e oito parcelas, décimo terceiro salário de R$ 91.905,26 e terço constitucional de férias de R$ 30.635,13, ambos em onze exercícios. A data-base observa o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, e corresponde ao dia do pedido recuperacional, e não à sua véspera.

Os critérios de atualização são os que esta Administração Judicial aplica a todo o quadro de credores. A correção monetária segue a UFIR-RJ até 29 de agosto de 2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça emitida em 1º de setembro de 2025, na qual o mês da data-base corresponde ao fator unitário.

Os juros de mora são simples, de 1% ao mês até 29 de agosto de 2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30 de agosto de 2024, cuja acumulação até a data-base alcança 7,1462%.

Três definições sustentam a apuração, e cada uma delas afasta uma das divergências existentes entre as memórias dos autos.

A primeira diz respeito ao décimo terceiro salário e ao terço constitucional de férias. O v. acórdão não os menciona, e o silêncio não equivale a indeferimento.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A vítima mantinha vínculo empregatício formal, como encarregado de montagem, com contracheques juntados ao indexador 000037 dos autos de origem, e a orientação dos tribunais é firme no sentido de que, comprovado o vínculo, tais parcelas integram a pensão, por comporem a remuneração que a família deixou de receber, conforme o Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.168.831/SP, o Tribunal Superior do Trabalho no RR 900-67.2011.5.01.0026 e os Tribunais de Justiça do Paraná, de São Paulo e de Santa Catarina.

As rubricas foram, por isso, acolhidas, no que esta apuração converge com o cálculo da Divisão de Cálculos Judiciais e com a concordância da Recuperanda.

A segunda diz respeito à base do pensionamento. O v. acórdão fixou uma fração da remuneração da vítima, e não uma cifra certa, de modo que a pensão acompanha a evolução remuneratória.

O índice praticado pelos credores, reproduzido pela Divisão de Cálculos Judiciais e aceito pela Recuperanda é o salário-mínimo, correspondendo a pensão a 3,58923 salários-mínimos de abril de 2014. Cada parcela ingressa pelo valor que tinha no seu próprio mês e somente então recebe correção monetária até a data-base, sem duplicidade de indexação.

A terceira diz respeito à contagem dos juros. Em verba de trato sucessivo a mora corre do vencimento de cada parcela, e não de data única, de sorte que a parcela antiga rende muito e a recente quase nada.

A contagem observa 1% a cada mês de calendário completo, com rateio proporcional aos dias apenas na fração incompleta, na forma da orientação de que, fixado o percentual ao mês, a unidade de contagem é o mês e não o dia, conforme decidiu este Tribunal de Justiça no Agravo de Instrumento 0072655-33.2021.8.19.0000, da 6ª Câmara de Direito Privado. É também a convenção que a Divisão de Cálculos Judiciais pratica.

Aplicados esses critérios, a apuração desta Administração Judicial supera em R$ 34.377,33 o cálculo da Divisão de Cálculos Judiciais, com que a Recuperanda concordou.

A diferença decorre de quatro pontos verificados naquele cálculo, a saber, a correção monetária interrompida em abril de 2025, embora a data-base nele declarada seja 4 de setembro de 2025, o que se verifica porque os fatores nele empregados,

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

multiplicados pelo fator de abril de 2025, de 1,0124448, reproduzem os da emissão de 1º de setembro de 2025 em todas as competências conferidas, sendo o de maio de 2019 o exemplo direto, pois 1,41638654 multiplicado por aquele fator resulta em 1,4339540; a taxa legal declarada em 5,1539282% para o período de 30 de agosto de 2024 a 4 de setembro de 2025, quando a soma das taxas legais mensais desse período alcança 7,1027%, e 7,1462% até a data-base de 5 de setembro de 2025 adotada nesta verificação, correspondendo a cifra do cálculo, com diferença de três milésimos de ponto, à taxa legal acumulada apenas até 30 de junho de 2025, de sorte que também a série de juros nele empregada não alcançou a data-base que declara; os juros do dano moral contados de 14 de novembro de 2014, data da citação, quando o v. acórdão e o despacho de 18 de novembro de 2024 mandam contar de 14 de abril de 2014, data do evento; e a ausência das competências de julho de 2016 e de abril de 2017 no pensionamento, cujas linhas passam de junho para agosto de 2016 e de março para maio de 2017, resultando cento e trinta e uma parcelas onde deveriam ser cento e trinta e três.

Todos os quatro pontos operam em favor dos credores, e por isso o crédito ora reconhecido é superior àquele com que a Recuperanda concordou. A verificação não se limita ao que as partes convergem, e o artigo 7º, parágrafo 1º, da Lei nº 11.101/2005 impõe a esta Administração Judicial apurar o valor devido, e não homologar o consenso.

A correção monetária e os juros de mora são matéria de ordem pública pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça e integram o pedido de forma implícita, de modo que a sua aplicação por esta Administração Judicial, no desempenho do seu *munus*, não configura julgamento extra ou ultra petita nem reformatio in pejus, e tampouco se sujeita à preclusão.

A Primeira Turma[2] daquela Corte estendeu a orientação aos juros de mora e afastou expressamente, além do extra petita, a reformatio *in pejus* e a preclusão.

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo[3] consignou que cabe ao juízo, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito,

[2] O STJ entende que os juros de mora e a correção monetária integram os chamados pedidos implícitos, bem como se constituem em matéria de ordem pública, razão pela qual sua alteração não configura julgamento extra ou ultra petita, reformatio in pejus, tampouco se sujeitando à preclusão.
(STJ, AgInt no REsp nº 2.004.691/PR, Relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 06/03/2023, DJe de 15/03/2023)

[3] (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento *extra petita* ou *reformatio in pejus*.

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais[4] qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.

Em sentido inverso, o crédito reconhecido é inferior ao pretendido, porque a planilha dos credores de 12 de maio de 2025 aplicou 121,50% de juros de mora a todas as cento e trinta e quatro parcelas do pensionamento, da primeira à última, tratando a parcela de abril de 2025, vencida um mês antes da própria planilha, como se houvesse vencido em abril de 2014. Medido na base daquela planilha, o excesso alcança R$ 338.731,43. Foi essa memória que produziu o valor de R$ 2.076.028,26 constante da relação de credores.

O valor reconhecido é inferior ao listado, que alcança a importância de R$ 2.076.028,26, porque a listagem se baseou na memória unilateral dos credores, cujo excesso de juros se apontou acima. A verificação pode resultar em valor menor que o listado, pois a apuração é técnica e constitui dever desta Administração Judicial, na forma do art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

Quanto ao capital garantidor de R$ 1.210.000,00, cumpre esclarecer, antes de tudo, do que se trata. O capital de que cuida o art. 533 do Código de Processo Civil é patrimônio destacado por determinação judicial para assegurar o pagamento das prestações futuras de pensão devidas por ato ilícito, representado por imóveis, direitos reais sobre imóveis, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial, tornando-se inalienável e impenhorável enquanto durar a obrigação e constituindo verdadeiro patrimônio de afetação. Sua função não é pagar o que já venceu, mas garantir o que ainda vencerá, em obrigação cuja duração se projeta por muitos anos.

A relevância do instituto não se mede pela ótica de um único credor. Ele existe para que qualquer beneficiário de pensão fixada em razão de ato ilícito, cuja subsistência depende de prestações que se estenderão por décadas, não fique à mercê da solvência futura do devedor.

[4] (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

É instrumento de proteção da dignidade da pessoa humana, e por isso o legislador o disciplinou expressamente e a jurisprudência veio, ao longo do tempo, reforçando a sua exigibilidade e restringindo as hipóteses de dispensa, precisamente para não esvaziar a garantia daquele que depende da pensão para viver.

É certo que o capital, uma vez constituído, permanece na titularidade e na posse da devedora. Isso não o torna, porém, patrimônio de livre disposição: ele passa a ter destinação exclusiva, vinculada ao pagamento daquelas prestações, não podendo ser desviado para outra finalidade, seja qual for.

Daí por que, embora não constitua crédito a ser inscrito no quadro-geral de credores, e por isso não seja aqui habilitado, o capital garantidor é obrigação da Recuperanda que a recuperação judicial não afasta.

No caso, a obrigação de constituir o capital foi imposta por decisão judicial muito antes do pedido de recuperação judicial, e já deveria estar cumprida desde então. Para tanto não era sequer necessário aguardar o trânsito em julgado, bastando decisão não sujeita a recurso com efeito suspensivo, e com muito mais razão se impõe o cumprimento quando as decisões já transitaram em julgado.

Não constituído o capital, tem-se, em tese, o descumprimento deliberado de decisão judicial, conduta que, também em tese, pode configurar ato atentatório à dignidade da justiça.

A circunstância de encontrar-se a devedora em recuperação judicial não afasta esse dever.

Quando muito, poder-se-ia cogitar, em leitura ampliativa da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, que durante o período de blindagem, e enquanto vigente a sua prorrogação, a constituição estivesse obstada. Não é, entretanto, a linha a que esta Administração Judicial se filia: entende-se que a obrigação já deveria ter sido cumprida antes mesmo do pedido e que aquela suspensão não alcança logicamente o dever de constituir a garantia.

De todo modo, encerrado o período de suspensão, nenhuma dúvida remanesce quanto à exigibilidade da obrigação.

Assim, embora o capital garantidor não integre os créditos submetidos à recuperação judicial, trata-se de obrigação que a Recuperanda precisa cumprir. Esta

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Administração Judicial comunicará ao Juízo todos os casos em que constatar a ausência de constituição do capital, tal como já o fez em seu relatório circunstanciado e no relatório contábil a ele anexado, nos quais apontou as inconsistências que reclamam correção, inclusive a ausência do reconhecimento da provisão contábil correspondente.

Por outro lado, as medidas coercitivas relativas à constituição do capital, inclusive a eventual conversão do descumprimento em indenização ou em multa, e as demais providências que os credores entenderem cabíveis, competem ao juízo em que se processa a execução do título, e não a esta verificação de créditos.

(c) Classificação.

O crédito compreende parcelas de naturezas distintas, a saber, o pensionamento correspondente a dois terços do salário da vítima, com as verbas acessórias de décimo terceiro e terço de férias, e as verbas de dano moral devidas aos quatro credores, que não admitem classificação uniforme.

As parcelas de pensionamento ostentam natureza alimentar, pois se destinam à subsistência dos beneficiários, e recebem, para fins concursais, o tratamento conferido aos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005. As verbas reparatórias permanecem na Classe III, na forma do art. 41, III, da mesma lei.[6]

A retificação da classificação independe de provocação do credor. A classe não decorre da vontade das partes nem da declaração do devedor, mas da lei, tratando-se de matéria de ordem pública, ligada à observância da par conditio creditorum e à própria higidez da deliberação assemblear, cujo quórum se apura por classe, na forma do art. 45 da Lei nº 11.101/2005.

Como cediço, ao administrador judicial incumbe, no exercício do *munus* público de que investido, elaborar a relação de credores e consolidar o quadro-geral, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, o que lhe impõe conferir a cada crédito o valor e a classe que a lei determina, e não reproduzir a classificação indicada pelo devedor ou pelo habilitante. Identificada a desconformidade, o art. 19 da mesma lei confere-lhe legitimidade autônoma para requerer a exclusão, outra classificação ou a

[6] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

retificação de qualquer crédito, configurando-se, na espécie, erro essencial na classificação originária.

Por se tratar de matéria de ordem pública, o reconhecimento não se sujeita à preclusão nem se limita aos pedidos formulados pelas partes, não caracterizando julgamento extra petita nem reformatio in pejus a alteração da classe, na forma do art. 15, II, da Lei nº 11.101/2005.

Aplicada essa distinção às rubricas do cálculo da Contadoria Judicial, o crédito fica assim segregado: R$ 1.278.108,76 na Classe I, correspondentes ao pensionamento de R$ 1.155.568,37 e às verbas acessórias de R$ 122.540,39, devidos aos dois primeiros autores, e R$ 348.754,24 na Classe III, correspondentes aos danos morais dos quatro credores, com o rateio individual discriminado na alínea (f).

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[7]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS). A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco

[7] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador de todas as parcelas, danos morais, pensionamento e verbas anexas de 13º salário e terço de férias, é o ato ilícito que vitimou o provedor da família, anterior ao marco acima referido.

As prestações de pensionamento vincendas decorrem do mesmo fato gerador e integram o crédito concursal, com tratamento, por estimativa, reserva ou previsão no plano, a definir nos encaminhamentos, sem confusão com o capital de garantia do art. 533 do Código de Processo Civil.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 2.076.028,26, na Classe III, com base em memória unilateral. Os credores pretendem R$ 2.802.485,67, incluído o capital garantidor. Reconhece-se R$ 1.626.863,00, com data-base em 05/09/2025, conforme a apuração desta Administração Judicial, individualizado por credor, afastada a inclusão do capital garantidor.

A redução frente ao listado decorre da correção do excesso de juros da memória unilateral que embasou a listagem, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira, Rubson Gonçalves da Costa Moreira, Hudson Lopes Moreira e Sirlei Moreira, para reconhecer o crédito total de R$ 1.626.863,00, com data-base em 05/09/2025, de natureza concursal, individualizado por credor e segregado por classe, nos termos dos arts. 41, I e III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, na forma seguinte.

i. Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira: R$ 868.166,88 na Classe I, correspondentes à sua fração do pensionamento e das verbas de décimo terceiro e terço de férias, e R$ 99.644,07 na

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Classe III, correspondentes ao dano moral, totalizando R$ 967.810,95.

ii. Rubson Gonçalves da Costa Moreira: R$ 409.941,89 na Classe I, correspondentes à sua fração do pensionamento e das verbas de décimo terceiro e terço de férias, e R$ 99.644,07 na Classe III, correspondentes ao dano moral, totalizando R$ 509.585,95.

iii. Hudson Lopes Moreira: R$ 99.644,07, integralmente na Classe III.

iv. Sirlei Moreira: R$ 49.822,03, integralmente na Classe III.

Totalizam-se R$ 1.278.108,76 na Classe I e R$ 348.754,24 na Classe III. Rejeita-se a inclusão de R$ 1.210.000,00 a título de capital garantidor, na forma da alínea (b). As prestações de pensionamento posteriores a 5 de setembro de 2025, embora decorram do mesmo fato gerador e ostentem natureza concursal, na forma da alínea (d), não integram o valor ora quantificado, e o seu tratamento por estimativa, reserva ou previsão no plano fica remetido aos encaminhamentos.

A divisão das verbas alimentares entre o primeiro e o segundo credores observa a data de nascimento do segundo, 19 de junho de 1995, comprovada pela carteira de identidade juntada ao pleito.

O v. acórdão destinou dois terços da remuneração líquida aos dois primeiros autores, cabendo um terço da remuneração a cada um, e determinou que a fração do filho, ao cessar quando ele completasse vinte e cinco anos, acrescesse à da viúva. O segundo credor completou vinte e cinco anos em 19 de junho de 2020, de sorte que a sua fração corre de 14 de abril de 2014 àquela data, com rateio proporcional aos dias no mês de junho de 2020, e a partir de então a integralidade do pensionamento cabe à primeira credora.

As verbas de décimo terceiro salário e terço constitucional de férias seguem, em cada exercício, a mesma proporção apurada para o pensionamento daquele ano.

Da pensão de R$ 1.155.568,37 resultam R$ 787.150,74 para a primeira credora e R$ 368.417,63 para o segundo. Das verbas de décimo terceiro salário e terço constitucional de férias, que somam R$ 122.540,39, resultam R$ 81.016,14 e R$ 41.524,26, respectivamente. A participação do segundo credor é de 50% nos exercícios

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

de 2014 a 2019, de 23,79% em 2020 e nula a partir de 2021. O critério se declara para permitir a conferência do resultado.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 1.626.863,00
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [x] I — Trabalhista [x] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação com o rateio por credor e por classe da alínea (f); (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações; (iv) comunicação ao Juízo quanto à ausência de constituição do capital garantidor.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a divergência de crédito apresentada por Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira, Rubson Gonçalves da Costa Moreira, Hudson Lopes Moreira e Sirlei Moreira, para reconhecer o crédito no valor de R$ 1.626.863,00, a ser incluído na Classe I para o pensionamento e as

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

verbas de décimo terceiro e terço de férias (R$ 1.278.108,76) e na Classe III para os danos morais (R$ 348.754,24), com natureza concursal e data-base em 05/09/2025.[8]

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[8] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 008	Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira, Rubson Gonçalves da Costa Moreira, Hudson Lopes Moreira e Sirlei Moreira
Pleito 002	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994, honorários sucumbenciais
Título	Ação indenizatória 0038154-85.2014.8.19.0004, 4ª Vara Cível de São Gonçalo
Vítima	Ruberval Moreira, falecido em 14 de abril de 2014
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 26 de setembro de 2016 julgou improcedentes os pedidos, por ausência de prova da culpa, e condenou os autores em honorários de 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade.

O v. acórdão de 22 de maio de 2019, integrado pelos embargos de declaração de 14 de agosto de 2019, deu provimento à apelação e condenou a Recuperanda a dano moral de R$ 30.000,00 para a viúva e para cada um dos dois filhos e de R$ 15.000,00 para o irmão, a pensão mensal de dois terços da remuneração líquida da vítima em favor dos dois primeiros autores, com a fração do filho acrescendo à da viúva ao completar ele 25 anos, e a honorários de 10% sobre a condenação. O trânsito em julgado deu-se em 25 de abril de 2022.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da CGJ-TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, contados do vencimento de cada parcela
Contagem dos juros	1% a cada mês de calendário completo, com pro rata die apenas na fração incompleta
Taxa legal acumulada	7,1462%, de setembro de 2024 a 05/09/2025, com setembro de 2025 pro rata de 5/30
Dano moral	Correção de 22/05/2019, fator 1,4339539914, e juros de 14/04/2014, 131,6301%
Pensão	R$ 2.598,60 em abril de 2014, equivalentes a 3,58923 salários mínimos, com 138 parcelas de abril de 2014 (17 dias) a setembro de 2025 (5 dias), vencíveis no último dia da competência
13º e férias	Uma parcela por exercício, vencível em 31 de dezembro, no valor da pensão mensal do ano e em um terço dela
Valores	Em reais. A coluna Fator traz o fator de correção da competência até setembro de 2025

Quadro resumo	Valor apurado em 05/09/2025
Dano moral, quatro credores	348.754,24
Pensão mensal, 138 parcelas	1.155.190,39
Décimo terceiro salário, onze exercícios	91.896,24
Terço constitucional de férias, onze exercícios	30.632,12
CONDENAÇÃO	**1.626.472,99**
Honorários advocatícios sucumbenciais de 10%, pleito 002	**162.647,30**
TOTAL	**1.789.120,29**

I - DANO MORAL

Credor	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Fátima Aparecida Gonçalves da Costa Moreira	30.000,00	43.018,62	56.625,45	99.644,07
Rubson Gonçalves da Costa Moreira	30.000,00	43.018,62	56.625,45	99.644,07
Hudson Lopes Moreira	30.000,00	43.018,62	56.625,45	99.644,07
Sirlei Moreira	15.000,00	21.509,31	28.312,72	49.822,03
SUBTOTAL I	**105.000,00**	**150.565,17**	**198.189,07**	**348.754,24**

II - PENSÃO MENSAL

Exercício de 2014

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
abril de 2014	1.472,54	1,9258430495	2.835,88	131,11%	3.718,24	6.554,12
maio de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	130,08%	6.509,93	11.514,43
junho de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	129,11%	6.461,50	11.466,00
julho de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	128,08%	6.409,84	11.414,34
agosto de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	127,08%	6.359,80	11.364,29
setembro de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	126,11%	6.311,37	11.315,86
outubro de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	125,08%	6.259,71	11.264,20
novembro de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	124,11%	6.211,28	11.215,77
dezembro de 2014	2.598,60	1,9258430495	5.004,50	123,08%	6.159,62	11.164,11
Subtotal de 2014	**22.261,34**		**42.871,85**		**54.401,29**	**97.273,13**

Exercício de 2015

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	122,08%	6.246,04	11.362,32
fevereiro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	121,18%	6.199,83	11.316,11
março de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	120,08%	6.143,72	11.260,00
abril de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	119,11%	6.094,21	11.210,49
maio de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	118,08%	6.041,39	11.157,67
junho de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	117,11%	5.991,88	11.108,16
julho de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	116,08%	5.939,07	11.055,35
agosto de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	115,08%	5.887,90	11.004,18
setembro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	114,11%	5.838,39	10.954,67
outubro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	113,08%	5.785,58	10.901,86
novembro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	112,11%	5.736,07	10.852,35
dezembro de 2015	2.828,31	1,8089531325	5.116,28	111,08%	5.683,25	10.799,53
Subtotal de 2015	**33.939,73**		**61.395,37**		**71.587,32**	**132.982,70**

Exercício de 2016

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	110,08%	5.681,27	10.842,23
fevereiro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	109,15%	5.632,99	10.793,95
março de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	108,08%	5.578,05	10.739,01
abril de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	107,11%	5.528,11	10.689,07
maio de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	106,08%	5.474,83	10.635,79

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
junho de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	105,11%	5.424,89	10.585,85
julho de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	104,08%	5.371,61	10.532,57
agosto de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	103,08%	5.320,00	10.480,96
setembro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	102,11%	5.270,06	10.431,02
outubro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	101,08%	5.216,79	10.377,74
novembro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	100,11%	5.166,84	10.327,80
dezembro de 2016	3.158,52	1,6339806149	5.160,96	99,08%	5.113,57	10.274,53
Subtotal de 2016	**37.902,23**		**61.931,51**		**64.779,02**	**126.710,53**

Exercício de 2017

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	98,08%	5.057,00	10.212,91
fevereiro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	97,18%	5.010,43	10.166,34
março de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	96,08%	4.953,88	10.109,79
abril de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	95,11%	4.903,99	10.059,89
maio de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	94,08%	4.850,76	10.006,67
junho de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	93,11%	4.800,87	9.956,78
julho de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	92,08%	4.747,65	9.903,55
agosto de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	91,08%	4.696,09	9.851,99
setembro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	90,11%	4.646,19	9.802,10
outubro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	89,08%	4.592,97	9.748,88
novembro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	88,11%	4.543,07	9.698,98
dezembro de 2017	3.363,11	1,5330791587	5.155,91	87,08%	4.489,85	9.645,76
Subtotal de 2017	**40.357,26**		**61.870,88**		**57.292,76**	**119.163,63**

Exercício de 2018

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	86,08%	4.389,86	9.489,50
fevereiro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	85,18%	4.343,80	9.443,44
março de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	84,08%	4.287,87	9.387,51
abril de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	83,11%	4.238,52	9.338,16
maio de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	82,08%	4.185,87	9.285,52
junho de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	81,11%	4.136,52	9.236,17
julho de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	80,08%	4.083,88	9.183,52
agosto de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	79,08%	4.032,88	9.132,53
setembro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	78,11%	3.983,53	9.083,18
outubro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	77,08%	3.930,89	9.030,54
novembro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	76,11%	3.881,54	8.981,18
dezembro de 2018	3.424,12	1,4893287592	5.099,64	75,08%	3.828,90	8.928,54
Subtotal de 2018	**41.089,47**		**61.195,72**		**49.324,07**	**110.519,79**

Exercício de 2019

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	74,08%	3.805,20	8.941,69
fevereiro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	73,18%	3.758,81	8.895,30

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
março de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	72,08%	3.702,47	8.838,96
abril de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	71,11%	3.652,76	8.789,26
maio de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	70,08%	3.599,74	8.736,23
junho de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	69,11%	3.550,03	8.686,53
julho de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	68,08%	3.497,01	8.633,50
agosto de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	67,08%	3.445,65	8.582,14
setembro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	66,11%	3.395,94	8.532,43
outubro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	65,08%	3.342,92	8.479,41
novembro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	64,11%	3.293,21	8.429,70
dezembro de 2019	3.582,05	1,4339539914	5.136,49	63,08%	3.240,19	8.376,68
Subtotal de 2019	**42.984,58**		**61.637,91**		**42.283,92**	**103.921,83**

Exercício de 2020

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2020	3.729,21	1,3799437412	5.146,09	62,08%	3.194,78	8.340,88
fevereiro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	61,15%	3.164,81	8.340,63
março de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	60,08%	3.109,72	8.285,53
abril de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	59,11%	3.059,63	8.235,44
maio de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	58,08%	3.006,20	8.182,01
junho de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	57,11%	2.956,11	8.131,92
julho de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	56,08%	2.902,68	8.078,50
agosto de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	55,08%	2.850,93	8.026,74
setembro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	54,11%	2.800,84	7.976,65
outubro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	53,08%	2.747,41	7.923,22
novembro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	52,11%	2.697,32	7.873,13
dezembro de 2020	3.750,74	1,3799437412	5.175,81	51,08%	2.643,89	7.819,71
Subtotal de 2020	**44.987,37**		**62.080,03**		**35.134,32**	**97.214,36**

Exercício de 2021

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	50,08%	2.617,88	7.845,11
fevereiro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	49,18%	2.570,67	7.797,89
março de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	48,08%	2.513,34	7.740,56
abril de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	47,11%	2.462,75	7.689,98
maio de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	46,08%	2.408,79	7.636,02
junho de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	45,11%	2.358,21	7.585,43
julho de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	44,08%	2.304,25	7.531,47
agosto de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	43,08%	2.251,98	7.479,20
setembro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	42,11%	2.201,39	7.428,62
outubro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	41,08%	2.147,43	7.374,66
novembro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	40,11%	2.096,85	7.324,07
dezembro de 2021	3.948,15	1,3239683696	5.227,22	39,08%	2.042,89	7.270,11
Subtotal de 2021	**47.377,79**		**62.726,70**		**27.976,43**	**90.703,13**

Exercício de 2022

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	38,08%	1.986,27	7.202,08
fevereiro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	37,18%	1.939,16	7.154,97
março de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	36,08%	1.881,95	7.097,77
abril de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	35,11%	1.831,48	7.047,29
maio de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	34,08%	1.777,64	6.993,45
junho de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	33,11%	1.727,16	6.942,97
julho de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	32,08%	1.673,32	6.889,13
agosto de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	31,08%	1.621,16	6.836,98
setembro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	30,11%	1.570,69	6.786,50
outubro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	29,08%	1.516,85	6.732,66
novembro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	28,11%	1.466,37	6.682,18
dezembro de 2022	4.350,14	1,1989979225	5.215,81	27,08%	1.412,53	6.628,34
Subtotal de 2022	**52.201,71**		**62.589,74**		**20.404,58**	**82.994,32**

Exercício de 2023

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2023	4.673,17	1,1321978352	5.290,96	26,08%	1.379,97	6.670,93
fevereiro de 2023	4.673,17	1,1321978352	5.290,96	25,18%	1.332,18	6.623,14
março de 2023	4.673,17	1,1321978352	5.290,96	24,08%	1.274,15	6.565,11
abril de 2023	4.673,17	1,1321978352	5.290,96	23,11%	1.222,95	6.513,91
maio de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	22,08%	1.184,49	6.548,59
junho de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	21,11%	1.132,57	6.496,68
julho de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	20,08%	1.077,20	6.441,31
agosto de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	19,08%	1.023,56	6.387,67
setembro de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	18,11%	971,65	6.335,75
outubro de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	17,08%	916,28	6.280,38
novembro de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	16,11%	864,37	6.228,47
dezembro de 2023	4.737,78	1,1321978352	5.364,10	15,08%	809,00	6.173,10
Subtotal de 2023	**56.594,92**		**64.076,65**		**13.188,38**	**77.265,03**

Exercício de 2024

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2024	5.067,99	1,0811936600	5.479,48	14,08%	771,60	6.251,08
fevereiro de 2024	5.067,99	1,0778441800	5.462,50	13,15%	718,11	6.180,61
março de 2024	5.067,99	1,0695022800	5.420,22	12,08%	654,86	6.075,08
abril de 2024	5.067,99	1,0656688500	5.400,80	11,11%	600,24	6.001,04
maio de 2024	5.067,99	1,0634511200	5.389,56	10,08%	543,36	5.932,92
junho de 2024	5.067,99	1,0587917900	5.365,94	9,11%	489,05	5.854,99
julho de 2024	5.067,99	1,0546717100	5.345,06	8,08%	431,97	5.777,04
agosto de 2024	5.067,99	1,0515068400	5.329,02	7,15%	380,82	5.709,85
setembro de 2024	5.067,99	1,0495271900	5.318,99	6,47%	344,14	5.663,13
outubro de 2024	5.067,99	1,0481593100	5.312,06	5,77%	306,28	5.618,34
novembro de 2024	5.067,99	1,0425238000	5.283,50	5,38%	284,25	5.567,74
dezembro de 2024	5.067,99	1,0360944500	5.250,91	5,21%	273,47	5.524,38
Subtotal de 2024	**60.815,85**		**64.358,05**		**5.798,15**	**70.156,20**

Exercício de 2025

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total da parcela
janeiro de 2025	5.448,45	1,0325833000	5.625,97	4,62%	259,84	5.885,81
fevereiro de 2025	5.448,45	1,0314543400	5.619,82	3,72%	208,85	5.828,67
março de 2025	5.448,45	1,0189216100	5.551,54	3,72%	206,31	5.757,85
abril de 2025	5.448,45	1,0124447900	5.516,25	3,39%	187,24	5.703,49
maio de 2025	5.448,45	1,0081172200	5.492,67	2,77%	152,21	5.644,88
junho de 2025	5.448,45	1,0045047800	5.472,99	2,00%	109,20	5.582,19
julho de 2025	5.448,45	1,0018993500	5.458,79	1,16%	63,34	5.522,13
agosto de 2025	5.448,45	0,9985954500	5.440,79	0,22%	11,84	5.452,64
setembro de 2025	908,07	1,0000000000	908,07	0,00%	0,00	908,07
Subtotal de 2025	**44.495,64**		**45.086,91**		**1.198,83**	**46.285,74**

Consolidação da pensão

Rubrica	Parcelas	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
SUBTOTAL II, pensão mensal	**138**	**525.007,89**	**711.821,32**	**443.369,07**	**1.155.190,39**

III - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

Décimo terceiro salário

Exercício	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
2014	2.451,80	1,9258430495	4.721,78	123,08%	5.811,65	10.533,43
2015	2.828,28	1,8089531325	5.116,23	111,08%	5.683,19	10.799,42
2016	3.158,49	1,6339806149	5.160,91	99,08%	5.113,52	10.274,43
2017	3.363,08	1,5330791587	5.155,87	87,08%	4.489,82	9.645,69
2018	3.424,09	1,4893287592	5.099,60	75,08%	3.828,86	8.928,46
2019	3.585,02	1,4339539914	5.140,75	63,08%	3.242,87	8.383,63
2020	3.750,71	1,3799437412	5.175,77	51,08%	2.643,87	7.819,64
2021	3.948,12	1,3239683696	5.227,19	39,08%	2.042,87	7.270,06
2022	4.350,11	1,1989979225	5.215,77	27,08%	1.412,52	6.628,29
2023	4.673,12	1,1321978352	5.290,90	15,08%	797,96	6.088,85
2024	5.067,95	1,0360944500	5.250,87	5,21%	273,46	5.524,34
Subtotal	**40.600,77**		**56.555,64**		**35.340,60**	**91.896,24**

Terço constitucional de férias

Exercício	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
2014	817,27	1,9258430495	1.573,93	123,08%	1.937,22	3.511,16
2015	942,76	1,8089531325	1.705,41	111,08%	1.894,40	3.599,81
2016	1.052,83	1,6339806149	1.720,30	99,08%	1.704,51	3.424,81
2017	1.121,03	1,5330791587	1.718,63	87,08%	1.496,61	3.215,24
2018	1.141,36	1,4893287592	1.699,86	75,08%	1.276,28	2.976,14
2019	1.195,01	1,4339539914	1.713,59	63,08%	1.080,96	2.794,55
2020	1.250,24	1,3799437412	1.725,26	51,08%	881,29	2.606,55
2021	1.316,04	1,3239683696	1.742,40	39,08%	680,96	2.423,35
2022	1.450,04	1,1989979225	1.738,59	27,08%	470,84	2.209,44
2023	1.557,71	1,1321978352	1.763,64	15,08%	265,99	2.029,62

Exercício	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
2024	1.689,32	1,0360944500	1.750,30	5,21%	91,15	1.841,45
Subtotal	**13.533,61**		**18.851,91**		**11.780,22**	**30.632,12**

IV - CONSOLIDAÇÃO

Rubrica	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total apurado
Subtotal I, dano moral	105.000,00	150.565,17	198.189,07	348.754,24
Subtotal II, pensão mensal	525.007,89	711.821,32	443.369,07	1.155.190,39
Subtotal III, décimo terceiro salário	40.600,77	56.555,64	35.340,60	91.896,24
Subtotal IV, terço constitucional de férias	13.533,61	18.851,91	11.780,22	30.632,12
CONDENAÇÃO				**1.626.472,99**
Honorários advocatícios sucumbenciais de 10%, pleito 002				**162.647,30**
TOTAL				**1.789.120,29**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 002	159.248,57	159.248,57
Pleito 008	2.802.485,67	1.592.485,67

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	009
Data do protocolo	14/07/2026 (e-mail)
Nome / Razão social do credor	Célia Regina Santos da Silva, Suellen Santos da Silva e Thiellen da Silva Souza
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994
Origem do crédito	Indenização por ato ilícito, proc. 0034779-76.2014.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo (pensionamento e verbas indenizatórias)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 624.690,41	R$ 3.381.767,63 (= R$ 2.192.127,63 devidos + R$ 1.189.640,00 de capital garantidor)	R$ 2.401.615,64
Data-base da atualização	da relação	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

As credoras, beneficiárias de indenização com pensionamento reconhecida no processo nº 0034779-76.2014.8.19.0004, apresentaram divergência para majorar o crédito listado de R$ 624.690,41 para R$ 3.381.767,63, composto de R$ 2.192.127,63 de verbas devidas, apuradas a partir do cálculo da Contadoria do juízo de origem atualizado até o pedido recuperacional, e R$ 1.189.640,00 de capital garantidor das parcelas vincendas.

A Recuperanda concordou com a majoração para R$ 2.192.127,63, pedindo a segregação por CPF, e rejeitou o capital garantidor.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de indenização por ato ilícito reconhecida por título transitado em julgado no processo nº 0034779-76.2014.8.19.0004, compreendendo pensionamento e verbas indenizatórias em favor das três credoras. O quantum tem lastro no cálculo da Divisão de Cálculos de São Gonçalo, de 23/05/2023, que apurou principal e juros de R$ 1.571.443,96, com competências de pensionamento computadas até maio daquele ano, posteriormente atualizado pelas credoras até a data do pedido recuperacional.

A instrução atendeu aos requisitos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A leitura da planilha de débitos judiciais que instrui a divergência, documento legível cuja fonte incorporada apenas impede a extração automática de texto, permite reconstituir com precisão o valor pretendido. Atualizada até setembro de 2025 pelo IPCA-E e por juros da taxa legal, a planilha parte do principal com juros de R$ 1.571.443,96, apurado pela Contadoria do juízo em 23/05/2023, e alcança R$ 2.022.231,82.

A ele acrescenta honorários de 10%, no valor de R$ 202.223,18, multa de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, no valor de R$ 222.445,50, e honorários de igual percentual e valor pela mesma disposição, deduzindo abatimento de R$ 47.618,78 na data-base de 2023, atualizado para R$ 52.549,69, o que resulta em total geral de R$ 2.616.796,31.

Confrontado esse quadro com o valor de R$ 2.192.127,63, pretendido pelas credoras e aceito pela Recuperanda, verifica-se que ele corresponde, ao centavo, ao principal com juros de R$ 2.022.231,82, acrescido da multa de R$ 222.445,50 e deduzido o abatimento de R$ 52.549,69.

O valor não contempla, portanto, as verbas honorárias, corretamente habilitadas em separado pelo patrono, mas contempla a multa da fase de cumprimento de sentença.

Os critérios de atualização são os que esta Administração Judicial aplica a todo o quadro de credores. A correção monetária segue a UFIR-RJ até 29 de agosto de 2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça emitida em 1º de setembro de 2025.

Os juros de mora são simples, de 1% ao mês até 29 de agosto de 2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30 de agosto de 2024, contados do vencimento de cada parcela, por mês de calendário completo com pro rata die na fração.

Os juros não incidem sobre juros já vencidos. Sobre o montante apurado pela Divisão de Cálculos em 23 de maio de 2023 a correção monetária incide no todo, pelo fator de 1,1321978352, e os juros novos, de 22,3398%, apenas sobre o principal corrigido, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

O cálculo da Divisão de Cálculos de São Gonçalo computou as competências de pensionamento até maio de 2023, e a planilha que instrui o pleito não avançou sobre as

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

vencidas depois, limitando-se a atualizar por índice o total daquela data. Entre junho de 2023 e a data-base venceram, porém, trinta e duas competências, a saber, vinte e oito pensões mensais, dois décimos terceiros e dois terços constitucionais de férias, que esta Administração Judicial apurou, no cumprimento do seu *munus* público, parcela por parcela, no valor de R$ 197.831,79. O extrato mês a mês de cada uma acompanha o discriminativo de cálculos.

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos artigos 22, inciso I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do artigo 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do artigo 15, inciso II.

A apuração técnica é dever legal desta Administração Judicial, na forma do artigo 7º, § 1º, combinado com o artigo 9º, inciso II, da mesma lei, e dela pode resultar valor inferior ou superior ao postulado, porque a verificação não está limitada pelo pedido do credor nem pela concordância da devedora, cuja manifestação é elemento de prova e não vincula a conclusão.

Por isso o resultado se apresenta acompanhado da demonstração da apuração, componente por componente, com indicação expressa do critério e da data-base adotados.

O procedimento de habilitação tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor na petição inicial.[2]

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[3]

---

[2] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

[3] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000,

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[4]

Quanto ao credor que postula menos do que lhe é devido por adotar cálculo incompleto, que é a hipótese destes pleitos, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o erro na conta apresentada não importa renúncia tácita ao crédito remanescente, e que a correção se opera de ofício.[5]

A multa e os honorários do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil integram o crédito porque o prazo de pagamento voluntário se esgotou muito antes do pedido de recuperação judicial. A intimação para pagamento foi determinada em 4 de dezembro de 2023, com a advertência expressa de que o não pagamento acresceria multa de 10% e honorários de 10%, e o prazo correu sem pagamento no início de 2024, vinte meses antes de 5 de setembro de 2025.

A distinção importa. Afasta-se a incidência desses encargos quando o prazo de pagamento voluntário corre já sob a recuperação judicial, porque então a devedora não pode pagar fora do plano.

Não é o caso, e o Tribunal de Justiça de São Paulo assentou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta encargos anteriores ao seu ajuizamento.[6]

Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[4] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

[5] Eventuais erros nos cálculos apresentados para cumprimento de sentença não configuram renúncia tácita ao crédito remanescente, sendo possível sua correção de ofício pelo magistrado, inclusive em cumprimento provisório de sentença. (STJ, REsp nº 2.120.531/DF, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/10/2025, DJEN de 29/10/2025)

[6] No cumprimento de sentença, as executadas foram intimadas em 08/10/2018, e não tendo pago a dívida, passou a incidir multa e honorários advocatícios, por força do art. 523, § 1º, CPC, fato que ocorreu muito antes do pedido de recuperação judicial, em 15/08/2019. [...] Assim, sobre o débito, incidem os encargos previstos no art. 523, §1º, do CPC, uma vez que são anteriores ao ajuizamento da recuperação judicial. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2108111-10.2024.8.26.0000, Relator Desembargador Sérgio Shimura, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 09/01/2025, DJe de 09/01/2025)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A mesma Corte consignou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta a multa e os honorários devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal.[7]

Aplicados esses critérios, as verbas alimentares devidas à primeira autora, deduzido o seguro DPVAT, alcançam R$ 1.391.844,66, e o dano moral das três credoras, R$ 768.853,17, do que resulta condenação de R$ 2.160.697,83. Sobre ela incidem os honorários de sucumbência de 11,50%, de R$ 248.480,25, e a soma da condenação com essa verba, R$ 2.409.178,08, é a base da multa e dos honorários do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil, ambos de 10% e de R$ 240.917,81.

Cabem às credoras a condenação somada à multa, R$ 2.401.615,64. As verbas honorárias pertencem ao patrono e são reconhecidas na habilitação 005, de modo que não há dupla contagem.

O crédito é reconhecido, assim, em cifra superior à pretendida e à aceita pela Recuperanda, o que decorre da apuração das competências que nenhum dos cálculos anteriores computou e do percentual de honorários efetivamente fixado na cadeia decisória, e não do acréscimo de qualquer rubrica nova.

A multa de 10% prevista no art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil pertence ao exequente e integra o crédito das credoras. Ela decorre do não pagamento voluntário da condenação no prazo legal, circunstância evidenciada nos autos de origem. Seu fato gerador, o inadimplemento, precede o pedido de recuperação judicial, de modo que a verba é concursal.

Reconhece-se, assim, o crédito de R$ 2.401.615,64, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, correspondente às verbas alimentares de R$ 1.391.844,66, ao dano moral de R$ 768.853,17 e à multa de R$ 240.917,81 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

Quanto ao capital garantidor de R$ 1.189.640,00, cumpre esclarecer, antes de tudo, do que se trata. O capital de que cuida o art. 533 do Código de Processo Civil é patrimônio destacado por determinação judicial para assegurar o pagamento das

[7] Não pagamento do crédito dentro do prazo para cumprimento voluntário da condenação. Posterior pedido de recuperação judicial não afasta a incidência da multa e dos honorários do art. 523, §1º, do CPC, devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2075653-71.2023.8.26.0000, Relator Desembargador Azuma Nishi, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 12/06/2023, DJe de 12/06/2023)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

prestações futuras de pensão devidas por ato ilícito, representado por imóveis, direitos reais sobre imóveis, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial, tornando-se inalienável e impenhorável enquanto durar a obrigação e constituindo verdadeiro patrimônio de afetação. Sua função não é pagar o que já venceu, mas garantir o que ainda vencerá, em obrigação cuja duração se projeta por muitos anos.[8]

A relevância do instituto não se mede pela ótica de um único credor. Ele existe para que qualquer beneficiário de pensão fixada em razão de ato ilícito, cuja subsistência depende de prestações que se estenderão por décadas, não fique à mercê da solvência futura do devedor.

É instrumento de proteção da dignidade da pessoa humana, e por isso o legislador o disciplinou expressamente e a jurisprudência veio, ao longo do tempo, reforçando a sua exigibilidade e restringindo as hipóteses de dispensa, precisamente para não esvaziar a garantia daquele que depende da pensão para viver.

É certo que o capital, uma vez constituído, permanece na titularidade e na posse da devedora. Isso não o torna, porém, patrimônio de livre disposição: ele passa a ter destinação exclusiva, vinculada ao pagamento daquelas prestações, não podendo ser desviado para outra finalidade, seja qual for.

Daí por que, embora não constitua crédito a ser inscrito no quadro-geral de credores, e por isso não seja aqui habilitado, o capital garantidor é obrigação da Recuperanda que a recuperação judicial não afasta.

No caso, a obrigação de constituir o capital foi imposta por decisão judicial muito antes do pedido de recuperação judicial, e já deveria estar cumprida desde então. Para tanto não era sequer necessário aguardar o trânsito em julgado, bastando decisão não sujeita a recurso com efeito suspensivo, e com muito mais razão se impõe o cumprimento quando as decisões já transitaram em julgado. Não constituído o capital, tem-se, em tese, o descumprimento deliberado de decisão judicial, conduta que, também em tese, pode configurar ato atentatório à dignidade da justiça.

A circunstância de encontrar-se a devedora em recuperação judicial não afasta esse dever. Quando muito, poder-se-ia cogitar, em leitura ampliativa da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, que durante o período de

[8] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

blindagem, e enquanto vigente a sua prorrogação, a constituição estivesse obstada. Não é, entretanto, a linha a que esta Administração Judicial se filia: entende-se que a obrigação já deveria ter sido cumprida antes mesmo do pedido e que aquela suspensão não alcança logicamente o dever de constituir a garantia. De todo modo, encerrado o período de suspensão, nenhuma dúvida remanesce quanto à exigibilidade da obrigação.

Assim, embora o capital garantidor não integre os créditos submetidos à recuperação judicial, trata-se de obrigação que a Recuperanda precisa cumprir. Esta Administração Judicial comunicará ao Juízo todos os casos em que constatar a ausência de constituição do capital, tal como já o fez em seu relatório circunstanciado e no relatório contábil a ele anexado, nos quais apontou as inconsistências que reclamam correção, inclusive a ausência do reconhecimento da provisão contábil correspondente.

Por outro lado, as medidas coercitivas relativas à constituição do capital, inclusive a eventual conversão do descumprimento em indenização ou em multa, e as demais providências que as credoras entenderem cabíveis, competem ao juízo em que se processa a execução do título, e não a esta verificação de créditos.

(c) Classificação.

O crédito compreende parcelas de naturezas distintas, a saber, o pensionamento correspondente a dois terços do salário da vítima, denominado dano material no cálculo de origem, com as verbas acessórias de décimo terceiro e terço de férias, e as verbas de dano moral devidas às três credoras, que não admitem classificação uniforme.

As parcelas de pensionamento ostentam natureza alimentar, pois se destinam à subsistência dos beneficiários, e recebem, para fins concursais, o tratamento conferido aos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005. As verbas reparatórias permanecem na Classe III, na forma do art. 41, III, da mesma lei.[9]

A retificação da classificação independe de provocação do credor. A classe não decorre da vontade das partes nem da declaração do devedor, mas da lei, tratando-se de matéria de ordem pública, ligada à observância da par conditio

[9] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

creditorum e à própria higidez da deliberação assemblear, cujo quórum se apura por classe, na forma do art. 45 da Lei nº 11.101/2005.

Ao administrador judicial incumbe, no exercício do *munus* público de que investido, elaborar a relação de credores e consolidar o quadro-geral, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, o que lhe impõe conferir a cada crédito o valor e a classe que a lei determina, e não reproduzir a classificação indicada pelo devedor ou pelo habilitante. Identificada a desconformidade, o art. 19 da mesma lei confere-lhe legitimidade autônoma para requerer a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, configurando-se, na espécie, erro essencial na classificação originária.

Por se tratar de matéria de ordem pública, o reconhecimento não se sujeita à preclusão nem se limita aos pedidos formulados pelas partes, não caracterizando julgamento extra petita nem reformatio in pejus a alteração da classe, na forma do art. 15, II, da Lei nº 11.101/2005.

Aplicada essa distinção, ficam na Classe I os R$ 1.391.844,66 das verbas alimentares e na Classe III os R$ 1.009.770,98 do dano moral e da multa, com o rateio individual discriminado na alínea (f). O pensionamento é devido à primeira autora. A r. sentença de 18 de setembro de 2018 assim o fixou, e o v. acórdão de 8 de maio de 2019 manteve essa determinação, de sorte que a Classe I é integralmente da primeira autora e o crédito das demais credoras permanece na Classe III. A multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, por constituir sanção processual desprovida de natureza alimentar, classifica-se na Classe III.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[10]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no

[10] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial. Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador de todas as parcelas, pensionamento e verbas indenizatórias, é o ato ilícito reconhecido no título executivo, anterior ao marco acima referido. As prestações de pensionamento vincendas decorrem do mesmo fato gerador e integram o crédito concursal, com tratamento a definir nos encaminhamentos, sem confusão com o capital de garantia do art. 533 do Código de Processo Civil.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 624.690,41, na Classe III. As credoras pretendem R$ 3.381.767,63, incluído o capital garantidor. Reconhece-se R$ 2.401.615,64, com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, segregado por CPF de cada credora, afastada a inclusão do capital garantidor, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[11]

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Célia Regina Santos da Silva, Suellen Santos da Silva e Thiellen da Silva Souza, para reconhecer o crédito de R$ 2.401.615,64, com data-base em 05/09/2025, de natureza concursal, individualizado por credora e segregado por

[11] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

classe, nos termos dos arts. 41, I e III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, na forma seguinte.

i. Célia Regina Santos da Silva: R$ 1.391.844,66 na Classe I, correspondentes às verbas alimentares, e R$ 511.105,46 na Classe III, correspondentes ao dano moral e à sua cota da multa, totalizando R$ 1.902.950,12.
ii. Suellen Santos da Silva: R$ 356.189,67, integralmente na Classe III.
iii. Thiellen da Silva Souza: R$ 142.475,85, integralmente na Classe III.

Totalizam-se R$ 1.391.844,66 na Classe I e R$ 1.009.770,98 na Classe III.

Integra o crédito, na Classe III, a multa de R$ 240.917,81 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, de titularidade das credoras, elevando o total reconhecido a R$ 2.401.615,64. Rejeita-se a inclusão de R$ 1.189.640,00 a título de capital garantidor, na forma da alínea (b), e ficam excluídas do concurso as prestações de pensionamento vencidas após 05/09/2025.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 2.401.615,64
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [x] I — Trabalhista [x] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação com o rateio por credora e por classe da alínea (f); (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações; (iv) comunicação ao Juízo quanto à ausência de constituição do capital garantidor.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE PARCIALMENTE** a divergência de crédito apresentada por Célia Regina Santos da Silva, Suellen Santos da Silva e Thiellen da Silva Souza, para reconhecer o crédito no valor de R$ 2.401.615,64, a ser incluído na Classe I para o dano material (pensões, 13º e férias) e III para o dano moral, individualizados por credora, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[12]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[12] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 009	Célia Regina Santos da Silva, esposa; Suellen Santos da Silva, filha; e Thiellen da Silva Souza, neta
Pleito 005	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994 (honorários)
Título	Ação indenizatória 0034779-76.2014.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo
Vítima	Nélio Ferreira da Silva, nascido em 21/07/1958 e falecido em 14/04/2014, passageiro de coletivo da Recuperanda
Termo da pensão	21 de julho de 2028, data em que a vítima completaria 70 anos
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 18 de setembro de 2018 julgou o pedido procedente em parte e condenou a Recuperanda à pensão mensal de dois terços do salário da vítima, convertida em salários mínimos na data de cada pagamento e acrescida de férias e décimo terceiro, em favor da 1ª autora, até a data em que a vítima completaria 70 anos, descontado o seguro DPVAT, além de dano moral de R$ 80.000,00 à 1ª e à 2ª autoras e de R$ 40.000,00 à 3ª, e de honorários de dez por cento.

O v. acórdão de 8 de maio de 2019, da 10ª Câmara Cível, negou provimento ao recurso da ré e deu parcial provimento ao das autoras para majorar o dano moral a R$ 120.000,00, R$ 100.000,00 e R$ 40.000,00, mantida no mais a sentença, e consignou que a pensão é devida tão somente à primeira autora. O Superior Tribunal de Justiça, no AREsp 1.653.816/RJ, não conheceu do agravo da Recuperanda e majorou os honorários em quinze por cento sobre o já arbitrado, o que os fixa em 11,50%. A Contadoria do Juízo apurou o crédito em 23 de maio de 2023, com competências de pensão até maio daquele ano.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da CGJ-TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, contados do vencimento de cada parcela, por mês de calendário completo com pro rata die na fração. A correção incide sobre o todo, e os juros posteriores a 23/05/2023 apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do STF
Pensão mensal	4,0556 salários mínimos, dois terços do salário de R$ 4.404,44 de abril de 2014
Atualização de 05/2023 à data-base	fator de correção de 1,1321978352 e juros de 22,3398%
Honorários sucumbenciais	11,50%, sendo 10% na sentença e 15% sobre o já arbitrado pelo STJ
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação com os honorários de sucumbência. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Verbas alimentares da 1ª autora, deduzido o DPVAT	I	1.391.844,66
Dano moral das três autoras	III	768.853,17
Multa do artigo 523, das credoras	III	240.917,81
PLEITO 009, das credoras	**I e III**	**2.401.615,64**
PLEITO 005, do patrono, honorários de 11,50% e do artigo 523	**I**	**489.398,06**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**2.891.013,70**

I - VERBAS ALIMENTARES DA PRIMEIRA AUTORA — CLASSE I

Rubrica	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Pensões, até 05/2023		637.849,85	491.343,49	1.129.193,34
Décimo terceiro, até 05/2023		55.809,74	39.925,59	95.735,34
Férias, até 05/2023		17.626,87	13.181,74	30.808,62
Pensões, de 06/2023 a 09/2025	156.469,10	166.093,61	15.583,66	181.677,26
Décimo terceiro, de 06/2023 a 09/2025	11.079,90	11.994,30	1.223,12	13.217,42
Férias, de 06/2023 a 09/2025	2.462,12	2.665,32	271,80	2.937,11
Dedução do seguro DPVAT		-34.962,53	-26.761,90	-61.724,43
SUBTOTAL I				**1.391.844,66**

Pensões apuradas pela Administração Judicial — exercício de 2023, salário mínimo de R$ 1.320,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	21,1140%	1.279,74	7.340,84
julho de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	20,0817%	1.217,17	7.278,27
agosto de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	19,0817%	1.156,56	7.217,66
setembro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	18,1140%	1.097,91	7.159,00
outubro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	17,0817%	1.035,34	7.096,44
novembro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	16,1140%	976,68	7.037,78
dezembro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	15,0817%	914,12	6.975,22
SUBTOTAL DE 2023 (7)	**37.473,74**		**42.427,69**		**7.677,51**	**50.105,21**

Pensões apuradas pela Administração Judicial — exercício de 2024, salário mínimo de R$ 1.412,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	5.726,51	1,0811936600	6.191,46	14,0817%	871,86	7.063,33
fevereiro de 2024	5.726,51	1,0778441800	6.172,28	13,1462%	811,42	6.983,70
março de 2024	5.726,51	1,0695022800	6.124,51	12,0817%	739,95	6.864,46
abril de 2024	5.726,51	1,0656688500	6.102,56	11,1140%	678,24	6.780,80
maio de 2024	5.726,51	1,0634511200	6.089,86	10,0817%	613,96	6.703,82
junho de 2024	5.726,51	1,0587917900	6.063,18	9,1140%	552,60	6.615,77
julho de 2024	5.726,51	1,0546717100	6.039,59	8,0817%	488,10	6.527,69
agosto de 2024	5.726,51	1,0515068400	6.021,46	7,1462%	430,31	6.451,77
setembro de 2024	5.726,51	1,0495271900	6.010,13	6,4700%	388,85	6.398,98
outubro de 2024	5.726,51	1,0481593100	6.002,29	5,7658%	346,08	6.348,37
novembro de 2024	5.726,51	1,0425238000	5.970,02	5,3799%	321,18	6.291,20
dezembro de 2024	5.726,51	1,0360944500	5.933,20	5,2080%	309,00	6.242,20
SUBTOTAL DE 2024 (12)	**68.718,09**		**72.720,54**		**6.551,54**	**79.272,09**

Pensões apuradas pela Administração Judicial — exercício de 2025, salário mínimo de R$ 1.518,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	6.156,40	1,0325833000	6.357,00	4,6185%	293,60	6.650,60
fevereiro de 2025	6.156,40	1,0314543400	6.350,05	3,7163%	235,99	6.586,03
março de 2025	6.156,40	1,0189216100	6.272,89	3,7163%	233,12	6.506,01
abril de 2025	6.156,40	1,0124447900	6.233,02	3,3943%	211,57	6.444,59
maio de 2025	6.156,40	1,0081172200	6.206,37	2,7711%	171,99	6.378,36
junho de 2025	6.156,40	1,0045047800	6.184,13	1,9952%	123,38	6.307,52
julho de 2025	6.156,40	1,0018993500	6.168,09	1,1603%	71,57	6.239,66
agosto de 2025	6.156,40	0,9985954500	6.147,75	0,2177%	13,38	6.161,14
setembro de 2025, pro rata de 5 dias	1.026,07	1,0000000000	1.026,07	0,0000%	0,00	1.026,07
SUBTOTAL DE 2025 (9)	**50.277,27**		**50.945,37**		**1.354,60**	**52.299,97**

Décimo terceiro e férias apurados pela Administração Judicial, vencíveis em 31 de dezembro de cada exercício

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Décimo terceiro de 2023	5.353,39	1,1321978352	6.061,10	15,0817%	914,12	6.975,22
Décimo terceiro de 2024	5.726,51	1,0360944500	5.933,20	5,2080%	309,00	6.242,20
Férias de 2023	1.189,61	1,1321978352	1.346,87	15,0817%	203,13	1.550,00
Férias de 2024	1.272,52	1,0360944500	1.318,45	5,2080%	68,66	1.387,11
SUBTOTAL	**13.542,02**		**14.659,62**		**1.494,91**	**16.154,53**

Consolidação das competências apuradas pela Administração Judicial

Rubrica	Parcelas	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Pensões	28	156.469,10	166.093,61	15.583,66	181.677,26
Décimo terceiro	2	11.079,90	11.994,30	1.223,12	13.217,42
Férias	2	2.462,12	2.665,32	271,80	2.937,11
TOTAL APURADO POR ESTA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, DEVIDO À 1ª AUTORA	**32**	**170.011,13**	**180.753,23**	**17.078,57**	**197.831,79**

II - DANO MORAL — CLASSE III

Credora	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Célia Regina Santos da Silva	120.000,00	178.719,45	141.491,77	320.211,23
Suellen Santos da Silva	100.000,00	148.932,88	171.525,66	320.458,54
Thiellen da Silva Souza	40.000,00	59.573,15	68.610,25	128.183,40
SUBTOTAL II	**260.000,00**			**768.853,17**

III - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Subtotal I, verbas alimentares			1.391.844,66	1ª autora
Subtotal II, dano moral			768.853,17	as três autoras

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
CONDENAÇÃO			**2.160.697,83**	
Honorários sucumbenciais	11,50%	2.160.697,83	248.480,25	patrono
Base do artigo 523			**2.409.178,08**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	2.409.178,08	240.917,81	credoras
Honorários da fase de cumprimento	10%	2.409.178,08	240.917,81	patrono

IV - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO E POR CLASSE

Pleito	Titular	Classe I	Classe III	Total
009	Célia Regina, Suellen e Thiellen	1.391.844,66	1.009.770,98	2.401.615,64
005	Maurício Peres Martins	489.398,06		489.398,06
TOTAL		**1.881.242,72**	**1.009.770,98**	**2.891.013,70**

V - INDIVIDUALIZAÇÃO POR CREDORA NO PLEITO 009

Credora	Verbas alimentares	Dano moral	Multa do art. 523	Total	Classes
Célia Regina Santos da Silva	1.391.844,66	320.211,23	190.894,23	1.902.950,12	I e III
Suellen Santos da Silva	—	320.458,54	35.731,13	356.189,67	III
Thiellen da Silva Souza	—	128.183,40	14.292,45	142.475,85	III
TOTAL	**1.391.844,66**	**768.853,17**	**240.917,81**	**2.401.615,64**	

VI - EXTRATO DA CORREÇÃO E DOS JUROS, MÊS A MÊS, DAS PARCELAS APURADAS PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Pensão de junho de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0323%	55,26	5.408,65
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0323%	108,79	5.462,19
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	3,0000%	160,60	5.513,99
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	4,0323%	215,86	5.569,25
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	5,0000%	267,67	5.621,06
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	6,0323%	322,93	5.676,32
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	7,0333%	394,28	6.000,22
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	8,0000%	449,87	6.073,22
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	9,0323%	511,88	6.179,09
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	10,0000%	568,76	6.256,36
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	11,0323%	628,78	6.328,24
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	12,0000%	686,95	6.411,49
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	13,0323%	748,95	6.495,86
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	13,9677%	805,13	6.569,33
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	14,6440%	845,70	6.620,78
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	15,3482%	887,53	6.670,14
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	15,7341%	914,76	6.728,63
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	15,9060%	930,49	6.780,44
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	16,4954%	968,26	6.838,10
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	17,3976%	1.022,33	6.898,60
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	17,3976%	1.034,91	6.983,45
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	17,7196%	1.060,80	7.047,40
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	18,3428%	1.102,82	7.115,12
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	19,1188%	1.153,61	7.187,53
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	19,9537%	1.207,12	7.256,73
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	20,8963%	1.268,33	7.337,95
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**21,1140%**	**1.279,74**	**7.340,84**

Pensão de julho de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0000%	53,53	5.406,93
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0000%	107,07	5.460,46
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	3,0000%	160,60	5.513,99
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	4,0000%	214,14	5.567,53
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	5,0000%	267,67	5.621,06
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	6,0000%	336,36	5.942,29
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	7,0000%	393,63	6.016,99
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	8,0000%	453,38	6.120,59
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	9,0000%	511,88	6.199,48

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	10,0000%	569,95	6.269,41
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	11,0000%	629,70	6.354,24
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	12,0000%	689,63	6.436,53
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	12,9355%	745,63	6.509,83
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	13,6117%	786,09	6.561,16
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	14,3160%	827,84	6.610,45
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	14,7018%	854,75	6.668,62
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	14,8737%	870,11	6.720,05
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	15,4632%	907,66	6.777,50
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	16,3654%	961,67	6.837,94
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	16,3654%	973,50	6.922,04
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	16,6874%	999,00	6.985,60
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	17,3106%	1.040,76	7.053,06
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	18,0865%	1.091,33	7.125,24
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	18,9214%	1.144,67	7.194,28
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	19,8640%	1.205,67	7.275,30
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**20,0817%**	**1.217,17**	**7.278,27**

Pensão de agosto de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0000%	53,53	5.406,93
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0000%	107,07	5.460,46
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	3,0000%	160,60	5.513,99
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	4,0000%	214,14	5.567,53
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	5,0000%	280,30	5.886,23
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	6,0000%	337,40	5.960,75
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	7,0000%	396,71	6.063,92
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	8,0000%	455,01	6.142,61
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	9,0000%	512,95	6.212,41
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	10,0000%	572,45	6.297,00
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	11,0000%	632,16	6.379,07
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	11,9355%	687,99	6.452,19
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	12,6117%	728,34	6.503,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	13,3160%	770,01	6.552,62
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	13,7018%	796,61	6.610,48
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	13,8737%	811,61	6.661,56
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	14,4632%	848,97	6.718,81
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	15,3654%	902,91	6.779,18
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	15,3654%	914,02	6.862,56
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	15,6874%	939,14	6.925,74
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	16,3106%	980,64	6.992,93
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	17,0865%	1.030,99	7.064,90
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	17,9214%	1.084,18	7.133,78
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	18,8640%	1.144,98	7.214,60
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**19,0817%**	**1.156,56**	**7.217,66**

Pensão de setembro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0323%	55,26	5.408,65
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0000%	107,07	5.460,46
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	3,0323%	162,33	5.515,72
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	4,0333%	226,11	5.832,04
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	5,0000%	281,17	5.904,52
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	6,0323%	341,86	6.009,08
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	7,0000%	398,13	6.085,73
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	8,0323%	457,80	6.157,26
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	9,0000%	515,21	6.239,75
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	10,0323%	576,54	6.323,45
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	10,9677%	632,20	6.396,41
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	11,6440%	672,45	6.447,52
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	12,3482%	714,05	6.496,66
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	12,7341%	740,34	6.554,21
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	12,9060%	754,99	6.604,94
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	13,4954%	792,16	6.662,00
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	14,3976%	846,04	6.722,31
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	14,3976%	856,45	6.804,99
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	14,7196%	881,20	6.867,80
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	15,3428%	922,46	6.934,75
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	16,1188%	972,59	7.006,51
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	16,9537%	1.025,63	7.075,24
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	17,8963%	1.086,24	7.155,86
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**18,1140%**	**1.097,91**	**7.159,00**

Pensão de outubro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0000%	53,53	5.406,93
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	2,0000%	107,07	5.460,46
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	3,0000%	168,18	5.774,11
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	4,0000%	224,93	5.848,29
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	5,0000%	283,36	5.950,58
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	6,0000%	341,26	6.028,86
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	7,0000%	398,96	6.098,42
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	8,0000%	457,96	6.182,51
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	9,0000%	517,22	6.264,13
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	9,9355%	572,70	6.336,90
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	10,6117%	612,83	6.387,91
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	11,3160%	654,36	6.436,97
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	11,7018%	680,33	6.494,20
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	11,8737%	694,61	6.544,56

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	12,4632%	731,57	6.601,41
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	13,3654%	785,39	6.661,65
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	13,3654%	795,05	6.743,59
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	13,6874%	819,41	6.806,00
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	14,3106%	860,39	6.872,69
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	15,0865%	910,31	6.944,23
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	15,9214%	963,18	7.012,79
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	16,8640%	1.023,58	7.093,21
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**17,0817%**	**1.035,34**	**7.096,44**

Pensão de novembro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	1,0323%	55,26	5.408,65
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	2,0333%	113,99	5.719,92
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	3,0000%	168,70	5.792,05
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	4,0323%	228,52	5.895,73
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	5,0000%	284,38	5.971,98
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	6,0323%	343,81	6.043,27
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	7,0000%	400,72	6.125,26
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	8,0323%	461,61	6.208,51
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	8,9677%	516,92	6.281,12
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	9,6440%	556,95	6.332,02
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	10,3482%	598,40	6.381,01
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	10,7341%	624,07	6.437,94
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	10,9060%	638,00	6.487,94
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	11,4954%	674,76	6.544,60
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	12,3976%	728,52	6.604,78
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	12,3976%	737,48	6.686,02
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	12,7196%	761,47	6.748,07
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	13,3428%	802,21	6.814,51
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	14,1188%	851,92	6.885,83
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	14,9537%	904,64	6.954,25
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	15,8963%	964,85	7.034,47
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**16,1140%**	**976,68**	**7.037,78**

Pensão de dezembro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	1,0000%	56,06	5.661,99
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	2,0000%	112,47	5.735,82
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	3,0000%	170,02	5.837,23
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	4,0000%	227,50	5.915,10
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	5,0000%	284,97	5.984,43

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	6,0000%	343,47	6.068,02
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	7,0000%	402,28	6.149,19
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	7,9355%	457,42	6.221,62
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	8,6117%	497,33	6.272,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	9,3160%	538,71	6.321,32
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	9,7018%	564,05	6.377,92
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	9,8737%	577,61	6.427,56
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	10,4632%	614,17	6.484,01
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	11,3654%	667,86	6.544,12
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	11,3654%	676,07	6.624,62
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	11,6874%	699,67	6.686,27
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	12,3106%	740,15	6.752,44
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	13,0865%	789,63	6.823,55
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	13,9214%	842,19	6.891,80
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	14,8640%	902,19	6.971,82
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**15,0817%**	**914,12**	**6.975,22**

Pensão de janeiro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0031075735	5.744,30	1,0000%	57,44	5.801,75
março de 2024	0,7800%	1,0109316083	5.789,11	2,0000%	115,78	5.904,89
abril de 2024	0,3597%	1,0145681372	5.809,93	3,0000%	174,30	5.984,23
maio de 2024	0,2085%	1,0166839262	5.822,05	4,0000%	232,88	6.054,93
junho de 2024	0,4401%	1,0211579559	5.847,67	5,0000%	292,38	6.140,05
julho de 2024	0,3907%	1,0251471143	5.870,51	6,0000%	352,23	6.222,74
agosto de 2024	0,3010%	1,0282326456	5.888,18	6,9355%	408,37	6.296,56
setembro de 2024	0,1886%	1,0301721292	5.899,29	7,6117%	449,04	6.348,32
outubro de 2024	0,1305%	1,0315165354	5.906,99	8,3160%	491,22	6.398,21
novembro de 2024	0,5406%	1,0370925441	5.938,92	8,7018%	516,79	6.455,71
dezembro de 2024	0,6205%	1,0435280876	5.975,77	8,8737%	530,27	6.506,05
janeiro de 2025	0,3400%	1,0470764538	5.996,09	9,4632%	567,42	6.563,51
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0482225127	6.002,65	10,3654%	622,20	6.624,85
março de 2025	1,2300%	1,0611156436	6.076,49	10,3654%	629,85	6.706,34
abril de 2025	0,6397%	1,0679038212	6.115,36	10,6874%	653,57	6.768,93
maio de 2025	0,4293%	1,0724880386	6.141,61	11,3106%	694,65	6.836,26
junho de 2025	0,3596%	1,0763449627	6.163,70	12,0865%	744,98	6.908,67
julho de 2025	0,2600%	1,0791439879	6.179,73	12,9214%	798,51	6.978,23
agosto de 2025	0,3309%	1,0827143865	6.200,17	13,8640%	859,59	7.059,77
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0811936600**	**6.191,46**	**14,0817%**	**871,86**	**7.063,33**

Pensão de fevereiro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2024	0,7800%	1,0077997964	5.771,17	1,0645%	61,44	5.832,61
abril de 2024	0,3597%	1,0114250595	5.791,93	2,0333%	117,77	5.909,70
maio de 2024	0,2085%	1,0135342939	5.804,01	3,0645%	177,86	5.981,88
junho de 2024	0,4401%	1,0179944633	5.829,55	4,0333%	235,13	6.064,68
julho de 2024	0,3907%	1,0219712635	5.852,33	5,0645%	296,39	6.148,72
agosto de 2024	0,3010%	1,0250472360	5.869,94	6,0000%	352,20	6.222,14
setembro de 2024	0,1886%	1,0269807112	5.881,01	6,6762%	392,63	6.273,64
outubro de 2024	0,1305%	1,0283209525	5.888,69	7,3805%	434,61	6.323,30
novembro de 2024	0,5406%	1,0338796870	5.920,52	7,7663%	459,81	6.380,33
dezembro de 2024	0,6205%	1,0402952935	5.957,26	7,9383%	472,90	6.430,16
janeiro de 2025	0,3400%	1,0438326671	5.977,52	8,5277%	509,74	6.487,26
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0449751755	5.984,06	9,4299%	564,29	6.548,35
março de 2025	1,2300%	1,0578283642	6.057,66	9,4299%	571,23	6.628,89
abril de 2025	0,6397%	1,0645955124	6.096,41	9,7519%	594,51	6.690,93
maio de 2025	0,4293%	1,0691655282	6.122,58	10,3751%	635,22	6.757,81
junho de 2025	0,3596%	1,0730105037	6.144,60	11,1511%	685,19	6.829,79
julho de 2025	0,2600%	1,0758008576	6.160,58	11,9859%	738,40	6.898,98
agosto de 2025	0,3309%	1,0793601954	6.180,96	12,9286%	799,11	6.980,07
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0778441800**	**6.172,28**	**13,1462%**	**811,42**	**6.983,70**

Pensão de março de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
abril de 2024	0,3597%	1,0035972056	5.747,11	1,0000%	57,47	5.804,58
maio de 2024	0,2085%	1,0056901158	5.759,09	2,0000%	115,18	5.874,27
junho de 2024	0,4401%	1,0101157660	5.784,44	3,0000%	173,53	5.957,97
julho de 2024	0,3907%	1,0140617880	5.807,03	4,0000%	232,28	6.039,31
agosto de 2024	0,3010%	1,0171139543	5.824,51	4,9355%	287,47	6.111,98
setembro de 2024	0,1886%	1,0190324655	5.835,50	5,6117%	327,47	6.162,97
outubro de 2024	0,1305%	1,0203623340	5.843,11	6,3160%	369,05	6.212,16
novembro de 2024	0,5406%	1,0258780471	5.874,70	6,7018%	393,71	6.268,41
dezembro de 2024	0,6205%	1,0322440005	5.911,15	6,8737%	406,32	6.317,47
janeiro de 2025	0,3400%	1,0357539968	5.931,25	7,4632%	442,66	6.373,91
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0368876629	5.937,74	8,3654%	496,72	6.434,46
março de 2025	1,2300%	1,0496413753	6.010,78	8,3654%	502,82	6.513,60
abril de 2025	0,6397%	1,0563561496	6.049,23	8,6874%	525,52	6.574,75
maio de 2025	0,4293%	1,0608907960	6.075,20	9,3106%	565,63	6.640,83
junho de 2025	0,3596%	1,0647060136	6.097,05	10,0865%	614,98	6.712,03
julho de 2025	0,2600%	1,0674747718	6.112,90	10,9214%	667,62	6.780,52
agosto de 2025	0,3309%	1,0710065623	6.133,13	11,8640%	727,64	6.860,76
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0695022800**	**6.124,51**	**12,0817%**	**739,95**	**6.864,46**

Pensão de abril de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
maio de 2024	0,2085%	1,0020854085	5.738,45	1,0323%	59,24	5.797,68
junho de 2024	0,4401%	1,0064951958	5.763,70	2,0000%	115,27	5.878,98
julho de 2024	0,3907%	1,0104270740	5.786,22	3,0323%	175,45	5.961,67
agosto de 2024	0,3010%	1,0134683004	5.803,63	3,9677%	230,27	6.033,91
setembro de 2024	0,1886%	1,0153799350	5.814,58	4,6440%	270,03	6.084,61
outubro de 2024	0,1305%	1,0167050369	5.822,17	5,3482%	311,38	6.133,55
novembro de 2024	0,5406%	1,0222009800	5.853,64	5,7341%	335,65	6.189,29
dezembro de 2024	0,6205%	1,0285441158	5.889,97	5,9060%	347,86	6.237,83
janeiro de 2025	0,3400%	1,0320415312	5.909,99	6,4954%	383,88	6.293,87
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0331711339	5.916,46	7,3976%	437,68	6.354,14
março de 2025	1,2300%	1,0458791329	5.989,23	7,3976%	443,06	6.432,30
abril de 2025	0,6397%	1,0525698394	6.027,55	7,7196%	465,30	6.492,85
maio de 2025	0,4293%	1,0570882323	6.053,42	8,3428%	505,03	6.558,45
junho de 2025	0,3596%	1,0608897750	6.075,19	9,1188%	553,98	6.629,18
julho de 2025	0,2600%	1,0636486090	6.090,99	9,9537%	606,28	6.697,27
agosto de 2025	0,3309%	1,0671677404	6.111,14	10,8963%	665,89	6.777,03
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0656688500**	**6.102,56**	**11,1140%**	**678,24**	**6.780,80**

Pensão de maio de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
junho de 2024	0,4401%	1,0044006102	5.751,71	1,0000%	57,52	5.809,22
julho de 2024	0,3907%	1,0083243060	5.774,18	2,0000%	115,48	5.889,66
agosto de 2024	0,3010%	1,0113592033	5.791,56	2,9355%	170,01	5.961,57
setembro de 2024	0,1886%	1,0132668597	5.802,48	3,6117%	209,57	6.012,05
outubro de 2024	0,1305%	1,0145892040	5.810,05	4,3160%	250,76	6.060,81
novembro de 2024	0,5406%	1,0200737096	5.841,46	4,7018%	274,66	6.116,11
dezembro de 2024	0,6205%	1,0264036450	5.877,71	4,8737%	286,46	6.164,17
janeiro de 2025	0,3400%	1,0298937819	5.897,69	5,4632%	322,20	6.219,90
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0310210339	5.904,15	6,3654%	375,82	6.279,97
março de 2025	1,2300%	1,0437025867	5.976,77	6,3654%	380,44	6.357,21
abril de 2025	0,6397%	1,0503793693	6.015,01	6,6874%	402,24	6.417,25
maio de 2025	0,4293%	1,0548883591	6.040,83	7,3106%	441,62	6.482,44
junho de 2025	0,3596%	1,0586819905	6.062,55	8,0865%	490,25	6.552,80
julho de 2025	0,2600%	1,0614350833	6.078,32	8,9214%	542,27	6.620,59
agosto de 2025	0,3309%	1,0649468912	6.098,43	9,8640%	601,55	6.699,98
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0634511200**	**6.089,86**	**10,0817%**	**613,96**	**6.703,82**

Pensão de junho de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
julho de 2024	0,3907%	1,0039065047	5.748,88	1,0323%	59,34	5.808,22

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2024	0,3010%	1,0069281052	5.766,18	1,9677%	113,46	5.879,64
setembro de 2024	0,1886%	1,0088274035	5.777,06	2,6440%	152,74	5.929,80
outubro de 2024	0,1305%	1,0101439542	5.784,60	3,3482%	193,68	5.978,28
novembro de 2024	0,5406%	1,0156044303	5.815,87	3,7341%	217,17	6.033,04
dezembro de 2024	0,6205%	1,0219066322	5.851,96	3,9060%	228,58	6.080,53
janeiro de 2025	0,3400%	1,0253814777	5.871,85	4,4954%	263,97	6.135,82
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0265037908	5.878,28	5,3976%	317,29	6.195,57
março de 2025	1,2300%	1,0391297815	5.950,58	5,3976%	321,19	6.271,78
abril de 2025	0,6397%	1,0457773110	5.988,65	5,7196%	342,53	6.331,18
maio de 2025	0,4293%	1,0502665454	6.014,36	6,3428%	381,48	6.395,84
junho de 2025	0,3596%	1,0540435557	6.035,99	7,1188%	429,69	6.465,68
julho de 2025	0,2600%	1,0567845862	6.051,68	7,9537%	481,33	6.533,02
agosto de 2025	0,3309%	1,0602810077	6.071,71	8,8963%	540,16	6.611,86
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0587917900**	**6.063,18**	**9,1140%**	**552,60**	**6.615,77**

Pensão de julho de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
agosto de 2024	0,3010%	1,0030098425	5.743,74	0,9355%	53,73	5.797,47
setembro de 2024	0,1886%	1,0049017501	5.754,58	1,6117%	92,75	5.847,32
outubro de 2024	0,1305%	1,0062131777	5.762,09	2,3160%	133,45	5.895,53
novembro de 2024	0,5406%	1,0116524054	5.793,23	2,7018%	156,52	5.949,76
dezembro de 2024	0,6205%	1,0179300835	5.829,18	2,8737%	167,52	5.996,70
janeiro de 2025	0,3400%	1,0213914074	5.849,01	3,4632%	202,56	6.051,57
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0225093532	5.855,41	4,3654%	255,61	6.111,02
março de 2025	1,2300%	1,0350862124	5.927,43	4,3654%	258,76	6.186,18
abril de 2025	0,6397%	1,0417078743	5.965,35	4,6874%	279,62	6.244,96
maio de 2025	0,4293%	1,0461796397	5.990,96	5,3106%	318,15	6.309,11
junho de 2025	0,3596%	1,0499419525	6.012,50	6,0865%	365,95	6.378,45
julho de 2025	0,2600%	1,0526723168	6.028,14	6,9214%	417,23	6.445,37
agosto de 2025	0,3309%	1,0561551327	6.048,08	7,8640%	475,62	6.523,70
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0546717100**	**6.039,59**	**8,0817%**	**488,10**	**6.527,69**

Pensão de agosto de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
setembro de 2024	0,1886%	1,0018862303	5.737,31	0,6762%	38,80	5.776,11
outubro de 2024	0,1305%	1,0031937225	5.744,80	1,3805%	79,31	5.824,10
novembro de 2024	0,5406%	1,0086166282	5.775,85	1,7663%	102,02	5.877,87
dezembro de 2024	0,6205%	1,0148754682	5.811,69	1,9383%	112,65	5.924,34
janeiro de 2025	0,3400%	1,0183264052	5.831,45	2,5277%	147,40	5.978,85
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0194409963	5.837,84	3,4299%	200,23	6.038,07
março de 2025	1,2300%	1,0319801147	5.909,64	3,4299%	202,69	6.112,34
abril de 2025	0,6397%	1,0385819063	5.947,45	3,7519%	223,14	6.170,59

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2025	0,4293%	1,0430402528	5.972,98	4,3751%	261,32	6.234,30
junho de 2025	0,3596%	1,0467912756	5.994,46	5,1511%	308,78	6.303,24
julho de 2025	0,2600%	1,0495134466	6.010,05	5,9859%	359,76	6.369,80
agosto de 2025	0,3309%	1,0529858112	6.029,93	6,9286%	417,79	6.447,72
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0515068400**	**6.021,46**	**7,1462%**	**430,31**	**6.451,77**

Pensão de setembro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
outubro de 2024	0,1305%	1,0013050306	5.733,98	0,7042%	40,38	5.774,36
novembro de 2024	0,5406%	1,0067177267	5.764,98	1,0901%	62,84	5.827,82
dezembro de 2024	0,6205%	1,0129647833	5.800,75	1,2620%	73,21	5.873,96
janeiro de 2025	0,3400%	1,0164092234	5.820,47	1,8515%	107,76	5.928,24
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0175217160	5.826,85	2,7537%	160,45	5.987,30
março de 2025	1,2300%	1,0300372273	5.898,52	2,7537%	162,43	6.060,94
abril de 2025	0,6397%	1,0366265898	5.936,25	3,0756%	182,58	6.118,83
maio de 2025	0,4293%	1,0410765427	5.961,73	3,6988%	220,52	6.182,25
junho de 2025	0,3596%	1,0448205035	5.983,17	4,4748%	267,74	6.250,91
julho de 2025	0,2600%	1,0475375496	5.998,73	5,3097%	318,51	6.317,25
agosto de 2025	0,3309%	1,0510033768	6.018,58	6,2523%	376,30	6.394,88
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0495271900**	**6.010,13**	**6,4700%**	**388,85**	**6.398,98**

Pensão de outubro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
novembro de 2024	0,5406%	1,0054056416	5.757,46	0,3859%	22,22	5.779,68
dezembro de 2024	0,6205%	1,0116445562	5.793,19	0,5578%	32,31	5.825,50
janeiro de 2025	0,3400%	1,0150845070	5.812,89	1,1472%	66,69	5.879,58
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0161955497	5.819,25	2,0494%	119,26	5.938,51
março de 2025	1,2300%	1,0286947491	5.890,83	2,0494%	120,73	6.011,56
abril de 2025	0,6397%	1,0352755235	5.928,51	2,3714%	140,59	6.069,10
maio de 2025	0,4293%	1,0397196766	5.953,96	2,9946%	178,30	6.132,26
junho de 2025	0,3596%	1,0434587579	5.975,37	3,7706%	225,31	6.200,68
julho de 2025	0,2600%	1,0461722627	5.990,91	4,6055%	275,91	6.266,82
agosto de 2025	0,3309%	1,0496335728	6.010,73	5,5481%	333,48	6.344,21
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0481593100**	**6.002,29**	**5,7658%**	**346,08**	**6.348,37**

Pensão de novembro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
dezembro de 2024	0,6205%	1,0062053706	5.762,04	0,1719%	9,91	5.771,95
janeiro de 2025	0,3400%	1,0096268262	5.781,64	0,7614%	44,02	5.825,65

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0107318953	5.787,96	1,6636%	96,29	5.884,25
março de 2025	1,2300%	1,0231638919	5.859,16	1,6636%	97,47	5.956,63
abril de 2025	0,6397%	1,0297092842	5.896,64	1,9855%	117,08	6.013,72
maio de 2025	0,4293%	1,0341295430	5.921,95	2,6087%	154,49	6.076,44
junho de 2025	0,3596%	1,0378485207	5.943,25	3,3847%	201,16	6.144,41
julho de 2025	0,2600%	1,0405474362	5.958,70	4,2196%	251,43	6.210,14
agosto de 2025	0,3309%	1,0439901363	5.978,42	5,1622%	308,62	6.287,04
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0425238000**	**5.970,02**	**5,3799%**	**321,18**	**6.291,20**

Pensão de dezembro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	5.745,98	0,5894%	33,87	5.779,85
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	5.752,27	1,4916%	85,80	5.838,07
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	5.823,02	1,4916%	86,86	5.909,88
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	5.860,27	1,8136%	106,28	5.966,55
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	5.885,43	2,4368%	143,42	6.028,85
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	5.906,59	3,2128%	189,77	6.096,36
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	5.921,95	4,0477%	239,70	6.161,66
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	5.941,55	4,9903%	296,50	6.238,05
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**5.933,20**	**5,2080%**	**309,00**	**6.242,20**

Pensão de janeiro de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0010945322	6.163,14	0,9022%	55,60	6.218,74
março de 2025	1,2300%	1,0134079893	6.238,95	0,9022%	56,29	6.295,23
abril de 2025	0,6397%	1,0198909710	6.278,86	1,2242%	76,86	6.355,72
maio de 2025	0,4293%	1,0242690825	6.305,81	1,8474%	116,49	6.422,30
junho de 2025	0,3596%	1,0279525997	6.328,49	2,6234%	166,02	6.494,51
julho de 2025	0,2600%	1,0306257809	6.344,95	3,4582%	219,42	6.564,37
agosto de 2025	0,3309%	1,0340356548	6.365,94	4,4009%	280,16	6.646,09
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0325833000**	**6.357,00**	**4,6185%**	**293,60**	**6.650,60**

Pensão de fevereiro de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
março de 2025	1,2300%	1,0122999943	6.232,12	0,0000%	0,00	6.232,12
abril de 2025	0,6397%	1,0187758880	6.271,99	0,3220%	20,19	6.292,19
maio de 2025	0,4293%	1,0231492127	6.298,92	0,9452%	59,54	6.358,45
junho de 2025	0,3596%	1,0268287026	6.321,57	1,7212%	108,80	6.430,37
julho de 2025	0,2600%	1,0294989611	6.338,01	2,5560%	162,00	6.500,01

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2025	0,3309%	1,0329051069	6.358,98	3,4987%	222,48	6.581,46
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0314543400**	**6.350,05**	**3,7163%**	**235,99**	**6.586,03**

Pensão de março de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
abril de 2025	0,6397%	1,0063972081	6.195,78	0,3220%	19,95	6.215,73
maio de 2025	0,4293%	1,0107173946	6.222,38	0,9452%	58,81	6.281,19
junho de 2025	0,3596%	1,0143521766	6.244,76	1,7212%	107,48	6.352,24
julho de 2025	0,2600%	1,0169899901	6.261,00	2,5560%	160,03	6.421,03
agosto de 2025	0,3309%	1,0203547493	6.281,71	3,4987%	219,78	6.501,49
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0189216100**	**6.272,89**	**3,7163%**	**233,12**	**6.506,01**

Pensão de abril de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
maio de 2025	0,4293%	1,0042927250	6.182,83	0,6232%	38,53	6.221,36
junho de 2025	0,3596%	1,0079044024	6.205,06	1,3992%	86,82	6.291,88
julho de 2025	0,2600%	1,0105254485	6.221,20	2,2341%	138,99	6.360,19
agosto de 2025	0,3309%	1,0138688195	6.241,78	3,1767%	198,28	6.440,06
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0124447900**	**6.233,02**	**3,3943%**	**211,57**	**6.444,59**

Pensão de maio de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
junho de 2025	0,3596%	1,0035962397	6.178,54	0,7760%	47,94	6.226,49
julho de 2025	0,2600%	1,0062060825	6.194,61	1,6109%	99,79	6.294,39
agosto de 2025	0,3309%	1,0095351626	6.215,10	2,5535%	158,70	6.373,80
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0081172200**	**6.206,37**	**2,7711%**	**171,99**	**6.378,36**

Pensão de junho de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
julho de 2025	0,2600%	1,0026004908	6.172,41	0,8349%	51,53	6.223,94
agosto de 2025	0,3309%	1,0059176416	6.192,83	1,7775%	110,08	6.302,91
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0045047800**	**6.184,13**	**1,9952%**	**123,38**	**6.307,52**

Pensão de julho de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
agosto de 2025	0,3309%	1,0033085470	6.176,77	0,9426%	58,22	6.234,99
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0018993500**	**6.168,09**	**1,1603%**	**71,57**	**6.239,66**

Pensão de agosto de 2025 — nominal de R$ 6.156,40

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2025	0,0000%	1,0000000000	6.156,40	0,0000%	0,00	6.156,40
setembro de 2025	**-0,1405%**	**0,9985954500**	**6.147,75**	**0,2177%**	**13,38**	**6.161,14**

Pensão de setembro de 2025, pro rata de 5 dias — nominal de R$ 1.026,07

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2025	**0,0000%**	**1,0000000000**	**1.026,07**	**0,0000%**	**0,00**	**1.026,07**

Décimo terceiro de 2023 — nominal de R$ 5.353,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	5.353,39	0,0000%	0,00	5.353,39
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	5.605,93	1,0000%	56,06	5.661,99
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	5.623,35	2,0000%	112,47	5.735,82
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	5.667,21	3,0000%	170,02	5.837,23
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	5.687,60	4,0000%	227,50	5.915,10
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	5.699,46	5,0000%	284,97	5.984,43
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	5.724,54	6,0000%	343,47	6.068,02
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	5.746,91	7,0000%	402,28	6.149,19
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	5.764,20	7,9355%	457,42	6.221,62
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	5.775,08	8,6117%	497,33	6.272,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	5.782,61	9,3160%	538,71	6.321,32
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	5.813,87	9,7018%	564,05	6.377,92
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	5.849,95	9,8737%	577,61	6.427,56
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	5.869,84	10,4632%	614,17	6.484,01
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	5.876,26	11,3654%	667,86	6.544,12
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	5.948,54	11,3654%	676,07	6.624,62
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	5.986,60	11,6874%	699,67	6.686,27
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	6.012,30	12,3106%	740,15	6.752,44
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	6.033,92	13,0865%	789,63	6.823,55
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	6.049,61	13,9214%	842,19	6.891,80
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	6.069,62	14,8640%	902,19	6.971,82
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**6.061,10**	**15,0817%**	**914,12**	**6.975,22**

Décimo terceiro de 2024 — nominal de R$ 5.726,51

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	5.726,51	0,0000%	0,00	5.726,51
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	5.745,98	0,5894%	33,87	5.779,85
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	5.752,27	1,4916%	85,80	5.838,07
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	5.823,02	1,4916%	86,86	5.909,88
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	5.860,27	1,8136%	106,28	5.966,55
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	5.885,43	2,4368%	143,42	6.028,85
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	5.906,59	3,2128%	189,77	6.096,36
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	5.921,95	4,0477%	239,70	6.161,66
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	5.941,55	4,9903%	296,50	6.238,05
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**5.933,20**	**5,2080%**	**309,00**	**6.242,20**

Férias de 2023 — nominal de R$ 1.189,61

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	1.189,61	0,0000%	0,00	1.189,61
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	1.245,72	1,0000%	12,46	1.258,18
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	1.249,60	2,0000%	24,99	1.274,59
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	1.259,34	3,0000%	37,78	1.297,12
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	1.263,87	4,0000%	50,55	1.314,43
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	1.266,51	5,0000%	63,33	1.329,83
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	1.272,08	6,0000%	76,32	1.348,41
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	1.277,05	7,0000%	89,39	1.366,44
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	1.280,89	7,9355%	101,65	1.382,54
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	1.283,31	8,6117%	110,52	1.393,83
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	1.284,99	9,3160%	119,71	1.404,69
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	1.291,93	9,7018%	125,34	1.417,27
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	1.299,95	9,8737%	128,35	1.428,30
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	1.304,37	10,4632%	136,48	1.440,85
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	1.305,80	11,3654%	148,41	1.454,21
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	1.321,86	11,3654%	150,23	1.472,09
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	1.330,31	11,6874%	155,48	1.485,79
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	1.336,02	12,3106%	164,47	1.500,50
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	1.340,83	13,0865%	175,47	1.516,30
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	1.344,32	13,9214%	187,15	1.531,46
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	1.348,76	14,8640%	200,48	1.549,24
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**1.346,87**	**15,0817%**	**203,13**	**1.550,00**

Férias de 2024 — nominal de R$ 1.272,52

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	1.272,52	0,0000%	0,00	1.272,52
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	1.276,85	0,5894%	7,53	1.284,37
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	1.278,24	1,4916%	19,07	1.297,31
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	1.293,97	1,4916%	19,30	1.313,27
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	1.302,24	1,8136%	23,62	1.325,86

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	1.307,83	2,4368%	31,87	1.339,70
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	1.312,54	3,2128%	42,17	1.354,71
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	1.315,95	4,0477%	53,27	1.369,21
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	1.320,30	4,9903%	65,89	1.386,19
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**1.318,45**	**5,2080%**	**68,66**	**1.387,11**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 005	424.668,68	424.668,68
Pleito 009	3.381.767,63	2.192.127,63

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	010
Data do protocolo	13/07/2026
Nome / Razão social do credor	Jorge Luiz Gonçalves da Costa
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994
Origem do crédito	Indenização por acidente de trânsito com vítima transportada (dano moral de R$ 40.000,00), proc. 0007383-56.2016.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 108.459,83	R$ 90.690,77	R$ 131.800,62
Data-base da atualização	da relação	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor, vítima transportada em acidente de trânsito, apresentou divergência para reduzir o crédito listado de R$ 108.459,83 para R$ 90.690,77, esclarecendo que o valor listado computava os honorários de sucumbência, que pertencem ao seu patrono e são habilitados em separado, e que o valor correto de sua titularidade, atualizado até o pedido recuperacional, é o indicado.

A Recuperanda concordou integralmente com a retificação.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de indenização por dano moral de R$ 40.000,00, fixada em favor do credor, vítima transportada em acidente de trânsito, no processo nº 0007383-56.2016.8.19.0004, com condenação transitada em julgado.

A instrução atendeu aos requisitos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação apresentada, título e planilha, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

O credor demonstrou que o valor listado incorporava a verba honorária de titularidade de seu patrono, e requereu a redução para R$ 90.690,77, correspondente à parcela que reputa de sua titularidade, atualizada até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. A Recuperanda anuiu.[2]

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[2] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A planilha de débitos judiciais que instrui o pedido permite decompor esse valor. Atualizada até setembro de 2025 pelo IPCA-E e por juros da taxa legal, ela parte do dano moral de R$ 40.000,00 fixado em 02/10/2019, apura condenação atualizada de R$ 81.424,65, acrescenta honorários de 13,80% no valor de R$ 11.236,60, e soma multa de 10% e honorários de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, ambos no valor de R$ 9.266,12, chegando ao total geral de R$ 111.193,49.

O valor requerido pelo credor corresponde, ao centavo, à condenação atualizada de R$ 81.424,65 somada à multa de R$ 9.266,12.

A r. sentença de 2 de outubro de 2019 fixou os consectários da condenação nos seguintes termos:

> Ante o exposto, e por tudo mais do que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor para condenar a parte ré ao pagamento de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a título de danos morais, com juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária a partir da presente sentença.(sentença de 2 de outubro de 2019, processo nº 0007383-56.2016.8.19.0004, 8ª Vara Cível da Comarca de São Gonçalo)

A citação da Recuperanda ocorreu em 25 de maio de 2016, conforme o index 86 dos autos de origem, e é dessa data que correm os juros de mora, na dicção do título e do artigo 405 do Código Civil. A correção monetária corre da sentença, na forma do verbete 362 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

A planilha que instrui o pedido não observou o termo dos juros. Ela declara um único marco temporal, 2 de outubro de 2019, e dele faz correr tanto a correção monetária quanto os juros de mora, deixando de computar os quarenta meses e oito dias de mora vencidos entre a citação e a sentença.

Quanto à correção monetária o termo nela adotado está correto.

Quanto ao índice de correção, os fatores aplicáveis são aqueles da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que observa a UFIR-RJ até 29 de agosto de 2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, critério uniforme em toda esta verificação.

A partir de 30 de agosto de 2024 os juros correm pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, e não pela taxa de 1% ao mês do título, porque a lei nova alcança os consectários vencidos após a sua vigência.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O artigo 406 do Código Civil só supre a falta de estipulação, e a taxa dos juros até 29 de agosto de 2024 vem do próprio título, que a fixou em 1% ao mês. Não incide, por isso, a tese do Tema Repetitivo 1368, pela qual, antes da Lei nº 14.905/2024, a taxa legal daquele artigo era a taxa SELIC.[3]

A distinção é a que o Superior Tribunal de Justiça faz de modo expresso, ao assentar que a taxa SELIC se aplica como juros de mora quando não há determinação específica de outro índice no título judicial.[4] Aqui há determinação específica quanto aos juros, e é ela que se observa até a véspera da vigência da lei nova.

Ausente previsão contratual ou de lei específica quanto ao índice, a correção dos débitos judiciais se faz pela UFIR-RJ, na forma do artigo 1º do Provimento nº 03/1993 da Corregedoria Geral da Justiça e do artigo 1º do Decreto Estadual nº 27.518/2000, e é lícito apurá-la pela própria tabela de atualização de débitos judiciais do Tribunal.[5]

Em condenação por dano moral com juros da citação e correção do arbitramento, que é a configuração deste título, aquele Tribunal assentou a incidência da UFIR-RJ pelos mesmos dispositivos,[6] orientação reafirmada em tese de julgamento no ano corrente.[7]

---

[3] O art. 406 Código Civil de 2002, antes da entrada em vigor da Lei nº 14.905/2024, deve ser interpretado no sentido de que é a SELIC a taxa de juros de mora aplicável às dívidas de natureza civil, por ser esta a taxa em vigor para a atualização monetária e a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. (STJ, REsp nº 2.199.164/PR, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Corte Especial, julgado em 15/10/2025, DJEN de 20/10/2025, Tema Repetitivo 1368)

[4] A Taxa Selic deve ser aplicada como índice de juros moratórios quando não há determinação específica de outro índice no título judicial, vedada sua cumulação com atualização monetária. No caso, o título executivo não especificou a taxa de juros de mora a ser aplicável, razão pela qual a aplicação da taxa Selic na fase de cumprimento de sentença não ofende a coisa julgada. (STJ, AgInt no REsp nº 2.171.282/RJ, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 16/12/2025, DJEN de 19/12/2025)

[5] Tratando-se de débito judicial, o índice aplicável é o regulado pela Corregedoria Geral da Justiça, a contar do inadimplemento, conforme jurisprudência desta Corte. [...] Nesse diapasão, nada impede que a correção monetária seja feita com base no sistema de atualização de débitos judiciais do TJRJ, uma vez que os índices por ele encampados refletem os critérios legais para o fim de correção monetária. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0027624-29.2017.8.19.0000, Relator Desembargador José Carlos Paes, Décima Quarta Câmara Cível, julgado em 05/07/2017, DJe de 07/07/2017)

[6] Na forma do artigo 1º do Provimento 03/93 da CGJ-RJ e do artigo 1º do Decreto Estadual 27.518/00, a correção monetária deve ser calculada pela Unidade Fiscal de Referência (UFIR-RJ), índice oficial utilizado por esta Corregedoria Geral de Justiça para a correção dos débitos judiciais. (TJRJ, Apelação Cível nº 0021978-51.2021.8.19.0209, Relator Desembargador Ricardo Alberto Pereira, Décima Quinta Câmara de Direito Privado, julgado em 06/12/2023, DJe de 12/12/2023)

[7] O Provimento nº 3/1993 da Corregedoria Geral de Justiça/TJRJ autoriza a utilização da UFIR como índice oficial para atualização dos débitos judiciais. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0058003-69.2025.8.19.0000,

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Quanto ao trecho posterior a 30 de agosto de 2024, a Décima Sexta Câmara de Direito Privado daquele Tribunal fixou tese de julgamento no sentido de que se aplicam o IPCA como índice de correção monetária e a taxa SELIC deduzida do IPCA como juros de mora.[8]

A decomposição não incorre na duplicidade de encargos que a lei veda, porque o IPCA empregado na correção é o mesmo índice que se deduz da taxa SELIC para achar a taxa legal, de sorte que a soma das duas parcelas equivale à SELIC do período.

E os juros fixados no título permanecem íntegros até 29 de agosto de 2024, que é como aquele Tribunal tem operado a transição, mantidos os consectários anteriores até a véspera da vigência da lei nova.[9]

O conjunto desses critérios foi aplicado a condenação por dano moral com juros da citação e correção do arbitramento na forma do verbete 362 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.[10]

A r. sentença fixou o termo inicial dos juros de modo expresso, e o cálculo apresentado não o aplicou. Trata-se de inexatidão material, corrigível de ofício e a qualquer tempo, na forma do artigo 494, inciso I, do Código de Processo Civil.

A correção monetária e os juros de mora são matéria de ordem pública e integram o pedido de forma implícita, de modo que a sua apreciação por esta Administração Judicial, no desempenho do seu *munus*, não configura julgamento extra ou ultra petita

---

Relator Desembargador Alexandre de Carvalho Mesquita, Sétima Câmara de Direito Privado, julgado em 24/02/2026, DJe de 03/03/2026, tese de julgamento)

[8] A partir de 30 de agosto de 2024, aplicam-se o IPCA como índice de correção monetária e a taxa SELIC deduzida do IPCA como juros de mora, nos termos dos arts. 389, parágrafo único, e 406, § 1º, do Código Civil. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0018708-88.2026.8.19.0000, Relatora Desembargadora Regina Helena Fabregas Ferreira, Décima Sexta Câmara de Direito Privado, julgado em 07/07/2026, DJe de 14/07/2026)

[9] Assim, a partir de 30/08/2024 deve ser aplicado o IPCA como índice de correção monetária e a SELIC, deduzido o IPCA, para o cálculo dos juros, nos termos dos arts. 389 e 406, do Código Civil, mantidos os consectários legais anteriormente fixados até 29/08/2024. (TJRJ, Apelação Cível nº 0001756-90.2023.8.19.0080, Relator Desembargador Arthur Narciso de Oliveira Neto, Décima Sétima Câmara de Direito Privado, julgado em 06/11/2025, DJe de 11/11/2025)

[10] Nas indenizações por danos morais decorrentes de ilícito contratual, os juros de mora incidem a partir da citação. A correção monetária sobre indenizações por danos morais incide desde o arbitramento, nos termos da Súmula 362 do STJ. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.905/2024, aplica-se o IPCA como índice de correção monetária e a taxa Selic, deduzido o IPCA, como taxa legal de juros moratórios. (TJRJ, Apelação Cível nº 0004041-37.2021.8.19.0206, Relatora Desembargadora Maria Isabel Paes Gonçalves, Nona Câmara de Direito Privado, julgado em 13/10/2025, DJe de 15/10/2025, tese de julgamento)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

nem reformatio in pejus, e tampouco se sujeita à preclusão. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça firmou a tese no julgamento do Tema Repetitivo 235 e esse entendimento vem ancorado pela Segunda Seção daquela Corte. Similar orientação foi aplicada pela Quarta Turma a cálculo já homologado em fase de cumprimento de sentença.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o verbete 161 da Súmula da Jurisprudência assenta que não há preclusão quanto às questões atinentes a juros legais e correção monetária, por serem matérias apreciáveis de ofício. O erro no marco inicial dos juros, portanto, não preclui.

A Décima Sétima Câmara de Direito Privado daquele Tribunal julgou hipótese espelhada à presente, de cálculo homologado que adotou termo inicial diverso do fixado no título, e determinou a sua correção com apoio no artigo 494, inciso I, do Código de Processo Civil.[15]

E, quanto ao termo inicial em si, a Oitava Câmara de Direito Público daquele Tribunal assentou que a sua fixação, como a dos índices, não se sujeita à preclusão, por serem os consectários legais pedidos implícitos de natureza pública, apreciáveis a qualquer tempo nas instâncias ordinárias.[16]

Não se confunde a hipótese com a orientação que reconhece a preclusão quando a parte pretende alterar, na fase de cumprimento, o critério de juros ou de correção que o título fixou e sobre o qual já houve manifestação judicial. Naquelas hipóteses pretende-se substituir o parâmetro do título. Aqui o parâmetro é mantido, e o que se corrige é o cálculo que dele se afastou.

---

[15] O art. 494, I, do Código de Processo Civil autoriza a correção, de ofício ou a requerimento da parte, de inexatidões materiais ou erros de cálculo, mesmo após a publicação da sentença. O Superior Tribunal de Justiça reconhece que erro de cálculo evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, pode ser corrigido a qualquer tempo, não se submetendo à preclusão. [...] Os cálculos homologados adotaram como termo inicial data anterior, antecipando indevidamente a correção monetária em quase dez anos, o que configura manifesto erro de cálculo a ser corrigido para assegurar a fidelidade da execução ao título judicial. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0016917-84.2026.8.19.0000, Relatora Desembargadora Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira, Décima Sétima Câmara de Direito Privado, julgado em 27/04/2026, DJe de 04/05/2026)

[16] A fixação do termo inicial da correção monetária e os juros de mora, assim como seus índices, não estão sujeitas à preclusão, consoante o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que os juros de mora e a correção monetária, por constituírem consectários legais, integram os chamados pedidos implícitos e possuem natureza de ordem pública, podendo ser apreciados a qualquer tempo nas instâncias ordinárias. (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0018468-70.2024.8.19.0000, Relatora Desembargadora Leila Maria Rodrigues Pinto de Carvalho e Albuquerque, Oitava Câmara de Direito Público, julgado em 13/06/2024, DJe de 14/06/2024)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Na verificação de créditos a conclusão não é diversa. O valor do crédito somente se consolida com o julgamento das impugnações judiciais, e a sua retificação é admitida até o encerramento da recuperação judicial, na forma dos artigos 18 e 19 da Lei nº 11.101/2005.[17]

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás decidiu, em habilitação de crédito, que o termo inicial dos juros de mora é a data da citação válida no processo que originou o crédito habilitado, reformando a decisão que adotara marco diverso.[18]

E assentou que a retificação de cálculo promovida pelo administrador judicial para valor superior ao indicado na inicial da habilitação constitui correção técnica, e não inovação processual, sem ofensa ao princípio da demanda.[19]

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos artigos 22, inciso I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do artigo 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do artigo 15, inciso II.

A apuração técnica é dever legal desta Administração Judicial, na forma do artigo 7º, § 1º, combinado com o artigo 9º, inciso II, da mesma lei, e dela pode resultar valor inferior ou superior ao postulado, porque a verificação não está limitada pelo pedido do credor nem pela concordância da devedora, cuja manifestação é elemento de prova e não vincula a conclusão. Por isso o resultado se apresenta acompanhado da demonstração da apuração, componente por componente, com indicação expressa do critério e da data-base adotados.

---

[17] (STJ, REsp nº 1.371.427/RJ, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 06/08/2015, DJe de 24/08/2015)

[18] O termo inicial dos juros de mora é a data da citação válida no processo que originou o crédito habilitado, e não a data de juntada do aviso de recebimento (AR). (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5079299-82.2025.8.09.0051, Relatora Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, 4ª Câmara Cível, DJe de 07/08/2025, tese de julgamento)

[19] A correção de cálculos na fase de habilitação de crédito, realizada pelo administrador judicial para adequar o valor aos parâmetros do título exequendo não ofende o princípio da demanda. A atualização do valor habilitado pode ser realizada até o encerramento da recuperação judicial, nos termos do art. 19 da Lei 11.101/2005. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5630273-03.2024.8.09.0051, Relatora Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, 4ª Câmara Cível, DJe de 21/11/2024, tese de julgamento)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O procedimento de habilitação tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor na petição inicial.[20]

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[21]

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[22]

Quanto ao credor que postula menos do que lhe é devido por adotar cálculo defeituoso, que é a hipótese deste pleito, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o erro na conta apresentada não importa renúncia tácita ao crédito remanescente, e que a correção se opera de ofício.[23]

É o mesmo fundamento pelo qual esta Administração Judicial vem promovendo, no cumprimento do seu *munus* público, o desmembramento da verba honorária do crédito quirografário do titular e a sua inclusão em nome do advogado na Classe I, como nos

[20] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

[21] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[22] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

[23] Eventuais erros nos cálculos apresentados para cumprimento de sentença não configuram renúncia tácita ao crédito remanescente, sendo possível sua correção de ofício pelo magistrado, inclusive em cumprimento provisório de sentença. (STJ, REsp nº 2.120.531/DF, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/10/2025, DJEN de 29/10/2025)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

pleitos 007, 028, 034 e 040 desta verificação. O critério é uniforme, e aqui se limita a apurar a condenação sobre a qual os percentuais incidem.

Aplicados os critérios do título e os fatores da tabela oficial, o dano moral de R$ 40.000,00 corrigido de outubro de 2019 até a data-base alcança R$ 57.358,16, e os juros de mora de 106,3075% somam R$ 60.976,03, do que resulta condenação atualizada de R$ 118.334,19.

Sobre essa base incidem os honorários de 13,80%, de R$ 16.330,12. A soma da condenação com essa verba, R$ 134.664,31, é a base da multa e dos honorários do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil, ambos de 10% e de R$ 13.466,43.

Cabem ao credor a condenação atualizada e a multa, que somam R$ 131.800,62. As duas verbas honorárias, de R$ 29.796,55, pertencem ao patrono e são reconhecidas na habilitação 004, de sorte que o passivo total decorrente do título é de R$ 161.597,17. A apuração está demonstrada no discriminativo de cálculos que integra a documentação deste pleito.

O crédito é reconhecido, assim, em cifra superior à pretendida e à listada. Isso porque o credor requereu crédito no montante de R$ 90.690,77 e a relação inicial trazia R$ 108.459,83. A diferença decorre da observância do termo inicial dos juros fixado no título e do critério de correção uniforme desta verificação, e a sua declaração por esta Administração Judicial, no desempenho do seu *munus*, atende ao artigo 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, que comete a esta Administração Judicial a verificação do crédito, e não a homologação do valor pedido.

As duas verbas honorárias, que somam R$ 29.796,55, não pertencem ao credor. São direito autônomo do advogado, na forma dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia.

Por isso foram individualizadas e reconhecidas em habilitação própria do patrono, objeto da habilitação 004, na qual ele figura como credor autônomo, na Classe I, tanto pelos honorários sucumbenciais de R$ 16.330,12 quanto pelos honorários de R$ 13.466,43 do art. 523, § 1º, do mesmo Código.

Fica assim superada a cifra de R$ 18.153,91 antes cogitada pela Recuperanda para a verba honorária, que partia de base de cálculo sem lastro nos documentos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O desdobramento explica por que parte do valor listado sai do crédito do credor. O que dele se retira não desaparece do passivo, apenas passa a figurar em nome de quem a lei indica como titular.

A multa de 10% prevista no art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, diversamente, pertence ao exequente e integra o crédito do credor.

Ela decorre do não pagamento voluntário da condenação no prazo legal, circunstância evidenciada nos autos de origem, nos quais a obrigação, definitivamente constituída, permaneceu inadimplida. Seu fato gerador precede o pedido de recuperação judicial, de modo que a verba é concursal.

Reconhece-se, portanto, o valor de R$ 131.800,62, correspondente à condenação atualizada de R$ 118.334,19 somada à multa de R$ 13.466,43, com a majoração do valor listado de R$ 108.459,83.

(c) Classificação.

O crédito indenizatório civil por dano moral, sem preferência legal, classifica-se na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, como listado e como pedido. O crédito não compreende parcela de pensionamento ou verba de natureza alimentar que pudesse atrair classificação diversa.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[24]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

[24] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador é o acidente de trânsito que vitimou o credor como passageiro, com dano moral reconhecido em título transitado em julgado, anterior ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 108.459,83, classificado na Classe III - Quirografário. Todavia, o credor pretende a redução para R$ 90.690,77, com o que anuiu a Recuperanda. A apuração desta Administração Judicial conduz, porém, a cifra superior, e reconhece-se o valor de R$ 131.800,62, com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, correspondente exclusivamente à parcela de titularidade do credor, apurada na forma do título, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE** a divergência formulada por Jorge Luiz Gonçalves da Costa, para retificar o crédito ao valor de R$ 131.800,62, com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

O valor reconhecido compreende a multa de R$ 13.466,43 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, de titularidade do credor.

Dele são excluídas as verbas honorárias de R$ 29.796,55, individualizadas em nome do patrono e reconhecidas na habilitação 004, de modo que não haja dupla contagem no quadro-geral de credores.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 131.800,62
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, para R$ 131.800,62; (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE** a divergência de crédito apresentada por Jorge Luiz Gonçalves da Costa, para reconhecer o crédito no valor de R$ 131.800,62, a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[26]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados

[26] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 010	Jorge Luiz Gonçalves da Costa
Pleito 004	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994 (honorários)
Título	Ação indenizatória 0007383-56.2016.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo
Evento	Capotamento de coletivo da Recuperanda em 14 de abril de 2014, do qual o credor foi passageiro
Citação	25 de maio de 2016, termo inicial dos juros de mora, computado o próprio dia
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 2 de outubro de 2019 julgou procedente o pedido e condenou a Recuperanda ao pagamento de R$ 40.000,00 por dano moral, com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir da própria sentença, além de honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação.

O v. acórdão de 14 de abril de 2020, da 18ª Câmara Cível, negou provimento à apelação, manteve o valor com apoio no verbete 343 da Súmula do Tribunal e majorou a verba honorária em 2%, na forma do artigo 85, parágrafo 11, do Código de Processo Civil. O Superior Tribunal de Justiça, no AREsp 1.925.726/RJ, não conheceu do recurso e determinou nova majoração, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, o que fixa os honorários em 13,80%. O cumprimento de sentença teve início pelo despacho de 16 de fevereiro de 2023, com intimação para pagamento na forma do artigo 523 do Código de Processo Civil.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da CGJ-TJRJ emitida em 01/09/2025
Termo da correção	2 de outubro de 2019, data do arbitramento, na forma da Súmula 362 do STJ
Juros de mora	1% ao mês, simples, da citação em 25/05/2016, computado o próprio dia, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, contados por mês de calendário completo com pro rata die na fração incompleta
Fator de correção	1,4339539914, de outubro de 2019 a setembro de 2025
Juros de mora totais	106,3075%, dos quais 99,1290% a 1% ao mês e 7,1462% de taxa legal
Honorários sucumbenciais	13,80%, sendo 10% na sentença, majorados em 2% pelo acórdão e em 15% sobre o já arbitrado pelo STJ
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, ambos sobre a soma do dano moral com os honorários de sucumbência apurada à data-base
Valores	Em reais

Quadro resumo	Titular	Valor apurado em 05/09/2025
Dano moral, corrigido e com juros de mora	credor	118.334,19
Multa do artigo 523 do CPC, 10%	credor	13.466,43
PLEITO 010, CLASSE III		**131.800,62**
Honorários sucumbenciais de 13,80%	patrono	16.330,12
Honorários do artigo 523 do CPC, 10%	patrono	13.466,43
PLEITO 004, CLASSE I		**29.796,55**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**161.597,17**

I - DANO MORAL

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
Dano moral arbitrado na sentença	40.000,00	1,4339539914	57.358,16	106,31%	60.976,03	118.334,19
SUBTOTAL I	**40.000,00**		**57.358,16**		**60.976,03**	**118.334,19**

II - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Rubrica	Origem	Percentual	Base	Total
Honorários fixados na sentença	artigo 85, parágrafo 2º	10%		
Majoração pelo acórdão	artigo 85, parágrafo 11	+2%		
Majoração pelo Superior Tribunal de Justiça	15% sobre o arbitrado	×1,15		
SUBTOTAL II — honorários sucumbenciais		**13,80%**	**118.334,19**	**16.330,12**

III - MULTA E HONORÁRIOS DO ARTIGO 523 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Dano moral apurado			118.334,19	
Honorários de sucumbência			16.330,12	
Base do artigo 523			**134.664,31**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	134.664,31	13.466,43	credor
Honorários da fase de cumprimento	10%	134.664,31	13.466,43	patrono
SUBTOTAL III — artigo 523			**26.932,86**	

IV - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO

Pleito	Credor	Rubricas	Total	Classe
010	Jorge Luiz Gonçalves da Costa	Dano moral e multa do artigo 523	131.800,62	III
004	Maurício Peres Martins	Honorários de sucumbência e do artigo 523	29.796,55	I
TOTAL			**161.597,17**	

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 004	20.502,72	18.153,91
Pleito 010	90.650,77	não manifestada

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	011
Data do protocolo	13/07/2026
Nome / Razão social do credor	Monique Ribeiro Lemos da Silva, João Vitor Lemos da Silva e Dênis Lemos da Silva
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994
Origem do crédito	Indenização por acidente de trânsito com vítima fatal (passageiro), proc. 0034056-57.2014.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 240.000,00	R$ 2.293.233,15	R$ 1.746.096,68
Data-base da atualização	da relação	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Os credores, familiares de vítima fatal transportada, apresentaram divergência para majorar o crédito listado de R$ 240.000,00 para R$ 2.293.233,15, composto de R$ 1.614.635,15 de verbas indenizatórias e pensões vencidas, sem honorários, e R$ 678.598,00 de capital garantidor das pensões vincendas.

A Recuperanda reiterou a manifestação da primeira fase administrativa, concordando com a majoração para R$ 1.499.809,56, segregado por credor, e rejeitou a inclusão do capital garantidor.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de indenização por acidente de trânsito com vítima fatal, reconhecida por título transitado em julgado no processo nº 0034056-57.2014.8.19.0004, compreendendo verbas indenizatórias e pensionamento aos familiares. O quantum tem lastro no cálculo do contador judicial de 26/04/2023, atualizado em planilha do credor. A instrução atendeu aos requisitos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

A leitura da planilha de débitos judiciais que instrui a divergência revela três vícios de critério e duas lacunas de reconstituição.

Quanto aos critérios, a planilha declara como indexador a tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, com INPC e IPCA-15, quando o crédito foi constituído em processo que tramita na 8ª Vara Cível da Comarca de São Gonçalo, submetido aos índices adotados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, os mesmos empregados no cálculo do contador judicial de origem.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Quanto às verbas do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, ambas de igual valor, a multa pertence aos credores e é reconhecida, pois decorre do não pagamento voluntário da condenação no prazo legal, cujo fato gerador precede o pedido de recuperação judicial; os honorários daquele dispositivo, por sua vez, pertencem ao advogado e não podem integrar o crédito dos titulares da indenização, e são reconhecidos na habilitação 006, apresentada pelo patrono em nome próprio. Registra, por outro lado, abatimento de R$ 13.500,00 recebido a título de seguro obrigatório em 12/06/2014, que a folha do Contador lançou por R$ 22.963,20 de principal e R$ 24.448,15 de juros, e que trazido à data-base alcança R$ 59.730,33, dedução que se preserva na apuração.

Quanto à lacuna, a planilha apura principal com juros de R$ 1.516.089,51 e total geral de R$ 1.976.203,49, montantes que não coincidem nem com o valor pretendido na petição, R$ 1.614.635,15, nem com o valor de R$ 1.499.809,56 admitido pela Recuperanda, o qual, como a própria manifestação declara, reitera cifra da primeira rodada administrativa e é anterior à planilha ora examinada, de julho de 2026.

Impôs-se, por isso, a apuração, no cumprimento do dever legal de verificação, na forma do art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, que esta Administração Judicial realizou em memória própria, partindo da base oficial e substituindo o indexador indevido pelo do foro competente.

Os critérios de atualização são os que esta Administração Judicial aplica a todo o quadro de credores. A correção monetária segue a UFIR-RJ até 29 de agosto de 2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça emitida em 1º de setembro de 2025.

Os juros de mora são simples, de 1% ao mês até 29 de agosto de 2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30 de agosto de 2024, contados do vencimento de cada parcela, por mês de calendário completo com pro rata die na fração.

Os juros não incidem sobre juros já vencidos. Sobre o montante apurado pelo Contador em 25 de abril de 2023 a correção monetária incide no todo, e os juros novos apenas sobre o principal corrigido, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A folha do Contador vale para o período que ela cobriu, e não se refaz o que o Juízo já fez. A apuração se compõe, por isso, de três partes, a saber, a folha trazida à data-base, as competências vencidas depois dela e a dedução do seguro obrigatório.

A folha do Contador encerra o pensionamento na competência de março de 2023, e o décimo terceiro e as férias no exercício de 2022, porque essa era a data do cálculo. Nem a planilha do credor nem a manifestação da Recuperanda avançaram sobre as parcelas vencidas depois.

De abril de 2023 à data-base venceram trinta e quatro competências, a saber, trinta pensões mensais, dois décimos terceiros e dois terços constitucionais de férias, que esta Administração Judicial apurou, no cumprimento do seu *munus* público, parcela por parcela, no valor de R$ 123.793,52. O extrato mês a mês de cada uma acompanha o discriminativo de cálculos.

O procedimento de habilitação tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor na petição inicial.[2]

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[3]

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[4]

---

[2] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

[3] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[4] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Quanto ao credor que postula menos do que lhe é devido por adotar cálculo incompleto, que é a hipótese destes pleitos, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o erro na conta apresentada não importa renúncia tácita ao crédito remanescente, e que a correção se opera de ofício.[5]

A multa e os honorários do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil integram o crédito porque o prazo de pagamento voluntário se esgotou antes do pedido de recuperação judicial, na fase de cumprimento que precedeu o cálculo do Contador.

A distinção importa. Afasta-se a incidência desses encargos quando o prazo de pagamento voluntário corre já sob a recuperação judicial, porque então a devedora não pode pagar fora do plano.

Não é o caso, e o Tribunal de Justiça de São Paulo assentou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta encargos anteriores ao seu ajuizamento.[6]

A mesma Corte consignou que o pedido posterior de recuperação judicial não afasta a multa e os honorários devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal.[7]

A base é a do cálculo do Cartório Distribuidor, Contador e Partidor da Comarca de São Gonçalo, de 25/04/2023, que apurou principal e juros de R$ 1.175.059,31 e é o documento oficial de que a própria planilha do credor partiu. Sobre ela incide o fator de 1,1321978352 da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça, e sobre o principal corrigido, de R$ 758.206,20, correm os juros do período novo, de

---

Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

[5] Eventuais erros nos cálculos apresentados para cumprimento de sentença não configuram renúncia tácita ao crédito remanescente, sendo possível sua correção de ofício pelo magistrado, inclusive em cumprimento provisório de sentença. (STJ, REsp nº 2.120.531/DF, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/10/2025, DJEN de 29/10/2025)

[6] No cumprimento de sentença, as executadas foram intimadas em 08/10/2018, e não tendo pago a dívida, passou a incidir multa e honorários advocatícios, por força do art. 523, § 1º, CPC, fato que ocorreu muito antes do pedido de recuperação judicial, em 15/08/2019. [...] Assim, sobre o débito, incidem os encargos previstos no art. 523, §1º, do CPC, uma vez que são anteriores ao ajuizamento da recuperação judicial. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2108111-10.2024.8.26.0000, Relator Desembargador Sérgio Shimura, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 09/01/2025, DJe de 09/01/2025)

[7] Não pagamento do crédito dentro do prazo para cumprimento voluntário da condenação. Posterior pedido de recuperação judicial não afasta a incidência da multa e dos honorários do art. 523, §1º, do CPC, devidos pelo não cumprimento voluntário da condenação dentro do prazo legal. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2075653-71.2023.8.26.0000, Relator Desembargador Azuma Nishi, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 12/06/2023, DJe de 12/06/2023)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

23,2753%, no valor de R$ 176.474,40. A folha trazida à data-base alcança R$ 1.506.874,00.

Acrescem-se as 34 competências vencidas depois da folha, de R$ 123.793,52, e deduz-se o seguro obrigatório de R$ 59.730,33, do que resulta condenação de R$ 1.570.937,19. Sobre ela aplicam-se os honorários advocatícios de 11,50%, R$ 180.657,78, e sobre a soma de ambos, R$ 1.751.594,96, a multa de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, R$ 175.159,50, e os honorários de igual percentual e valor pelo mesmo dispositivo. O débito total perfaz R$ 2.101.913,95.

Repartidas as rubricas conforme a sua titularidade legal, cabem aos credores o principal com juros, a multa do art. 523, § 1º — que é sanção pelo inadimplemento e reverte ao exequente — e a dedução do seguro obrigatório, o que totaliza R$ 1.746.096,68.

Cabem ao patrono as duas verbas honorárias, R$ 355.817,27, reconhecidas na habilitação 006, por ele apresentada em nome próprio. A soma das duas cifras reproduz, ao centavo, o débito total apurado, de modo que a repartição nada acrescenta e nada suprime do passivo.

O percentual de 11,50% acima empregado decorre da cadeia decisória do título, e não os 10% da r. sentença. A r. sentença de 24 de setembro de 2018 fixou 10% sobre o valor da condenação, e o Superior Tribunal de Justiça, ao não conhecer do agravo em recurso especial, determinou a majoração em 15% sobre o valor já arbitrado, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, com trânsito em julgado em 17 de março de 2020. O percentual resultante é de 11,50%, que é o que o Contador do Juízo empregou.[8]

Quanto ao capital garantidor de R$ 678.598,00, cumpre esclarecer, antes de tudo, do que se trata. O capital de que cuida o art. 533 do Código de Processo Civil é patrimônio destacado por determinação judicial para assegurar o pagamento das prestações futuras de pensão devidas por ato ilícito, representado por imóveis, direitos reais sobre imóveis, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial,

[8] Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do agravo em recurso especial. Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil. (STJ, AREsp nº 1.653.899/RJ, decisão da Presidência, com trânsito em julgado em 17/03/2020)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

tornando-se inalienável e impenhorável enquanto durar a obrigação e constituindo verdadeiro patrimônio de afetação. Sua função não é pagar o que já venceu, mas garantir o que ainda vencerá, em obrigação cuja duração se projeta por muitos anos.[9][10]

A relevância do instituto não se mede pela ótica de um único credor. Ele existe para que qualquer beneficiário de pensão fixada em razão de ato ilícito, cuja subsistência depende de prestações que se estenderão por décadas, não fique à mercê da solvência futura do devedor.

É instrumento de proteção da dignidade da pessoa humana, e por isso o legislador o disciplinou expressamente e a jurisprudência veio, ao longo do tempo, reforçando a sua exigibilidade e restringindo as hipóteses de dispensa, precisamente para não esvaziar a garantia daquele que depende da pensão para viver.

É certo que o capital, uma vez constituído, permanece na titularidade e na posse da devedora. Isso não o torna, porém, patrimônio de livre disposição: ele passa a ter destinação exclusiva, vinculada ao pagamento daquelas prestações, não podendo ser desviado para outra finalidade, seja qual for.

Daí por que, embora não constitua crédito a ser inscrito no quadro-geral de credores, e por isso não seja aqui habilitado, o capital garantidor é obrigação da Recuperanda que a recuperação judicial não afasta.

No caso, a obrigação de constituir o capital foi imposta por decisão judicial muito antes do pedido de recuperação judicial, e já deveria estar cumprida desde então. Para tanto não era sequer necessário aguardar o trânsito em julgado, bastando decisão não sujeita a recurso com efeito suspensivo, e com muito mais razão se impõe o cumprimento quando as decisões já transitaram em julgado.

Não constituído o capital, tem-se, em tese, o descumprimento deliberado de decisão judicial, conduta que, também em tese, pode configurar ato atentatório à dignidade da justiça.

A circunstância de encontrar-se a devedora em recuperação judicial não afasta esse dever. Quando muito, poder-se-ia cogitar, em leitura ampliativa da

[9] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.
[10] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, que durante o período de blindagem, e enquanto vigente a sua prorrogação, a constituição estivesse obstada. Não é, entretanto, a linha a que esta Administração Judicial se filia: entende-se que a obrigação já deveria ter sido cumprida antes mesmo do pedido e que aquela suspensão não alcança logicamente o dever de constituir a garantia. De todo modo, encerrado o período de suspensão, nenhuma dúvida remanesce quanto à exigibilidade da obrigação.

Assim, embora o capital garantidor não integre os créditos submetidos à recuperação judicial, trata-se de obrigação que a Recuperanda precisa cumprir.

Esta Administração Judicial comunicará ao Juízo todos os casos em que constatar a ausência de constituição do capital, tal como já o fez em seu relatório circunstanciado e no relatório contábil a ele anexado, nos quais apontou as inconsistências que reclamam correção, inclusive a ausência do reconhecimento da provisão contábil correspondente.

Por outro lado, as medidas coercitivas relativas à constituição do capital, inclusive a eventual conversão do descumprimento em indenização ou em multa, e as demais providências que os credores entender cabíveis, competem ao juízo em que se processa a execução do título, e não a esta verificação de créditos.

(c) Classificação.

O crédito compreende parcelas de naturezas distintas, a saber, o pensionamento correspondente a dois terços de 2,3454 salários mínimos, com as verbas acessórias de décimo terceiro e terço de férias, e as verbas de dano moral devidas aos três credores, que não admitem classificação uniforme.

As parcelas de pensionamento ostentam natureza alimentar, pois se destinam à subsistência dos beneficiários, e recebem, para fins concursais, o tratamento conferido aos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005. As verbas reparatórias permanecem na Classe III, na forma do art. 41, III, da mesma lei.[11]

[11] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A retificação da classificação independe de provocação do credor. A classe não decorre da vontade das partes nem da declaração do devedor, mas da lei, tratando-se de matéria de ordem pública, ligada à observância da par conditio creditorum e à própria higidez da deliberação assemblear, cujo quórum se apura por classe, na forma do art. 45 da Lei nº 11.101/2005.

Ao administrador judicial incumbe, no exercício do *munus* público de que investido, elaborar a relação de credores e consolidar o quadro-geral, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, o que lhe impõe conferir a cada crédito o valor e a classe que a lei determina, e não reproduzir a classificação indicada pelo devedor ou pelo habilitante. Identificada a desconformidade, o art. 19 da mesma lei confere-lhe legitimidade autônoma para requerer a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, configurando-se, na espécie, erro essencial na classificação originária.

Por se tratar de matéria de ordem pública, o reconhecimento não se sujeita à preclusão nem se limita aos pedidos formulados pelas partes, não caracterizando julgamento extra petita nem *reformatio in pejus* a alteração da classe, na forma do art. 15, II, da Lei nº 11.101/2005.

Aplicada essa distinção, o desmembramento sai da discriminação de rubricas da própria folha do Contador. As três parcelas de dano moral, de R$ 80.000,00 cada, foram nela corrigidas para R$ 315.703,56 de principal, com R$ 316.650,66 de juros, o que trazido à data-base alcança R$ 799.144,88.

O que resta da folha é verba alimentar, e a ela se somam as competências apuradas, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, e se deduz o seguro obrigatório, porque a r. sentença determinou o abatimento do DPVAT das parcelas de pensionamento, do que resultam R$ 771.792,31 na Classe I - Trabalhista. Somada ao dano moral a multa do art. 523, § 1º, que é sanção processual desprovida de natureza alimentar, a Classe III - Quirografária passa a constar no montante de R$ 974.304,37, com o rateio individual discriminado na alínea (f).

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[12]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador de todas as parcelas é o acidente de trânsito com vítima fatal reconhecido no título executivo, anterior ao marco acima referido. As pensões vincendas decorrem do mesmo fato gerador e integram o crédito concursal, com tratamento a definir nos encaminhamentos, sem confusão com o capital de garantia do art. 533 do Código de Processo Civil.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 240.000,00, na Classe III. Os credores pretendem R$ 2.293.233,15, incluído o capital garantidor. Reconhece-se R$ 1.746.096,68, com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, individualizado por credor e segregado entre as

[12] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Classes I e III, excluídas as verbas honorárias de titularidade do patrono e afastada a inclusão do capital garantidor, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Monique Ribeiro Lemos da Silva, João Vitor Lemos da Silva e Dênis Lemos da Silva, para reconhecer o crédito de R$ 1.746.096,68, com data-base em 05/09/2025, de natureza concursal, individualizado por credor e segregado por classe, nos termos dos arts. 41, I e III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, na forma seguinte.

i. Monique Ribeiro Lemos da Silva: R$ 257.264,11 na Classe I e R$ 324.768,13 na Classe III, totalizando R$ 582.032,24.
ii. João Vitor Lemos da Silva: R$ 257.264,10 na Classe I e R$ 324.768,12 na Classe III, totalizando R$ 582.032,22.
iii. Dênis Lemos da Silva: R$ 257.264,10 na Classe I e R$ 324.768,12 na Classe III, totalizando R$ 582.032,22.

Totalizam-se R$ 771.792,31 na Classe I e R$ 974.304,37 na Classe III.

O rateio observa cotas iguais entre os três credores, e o critério não é arbitrário: o próprio cálculo do contador judicial atribuiu a cada um deles parcela idêntica de dano moral, de R$ 80.000,00, e apurou o pensionamento em fluxo único, sem discriminar cotas individuais.

Declara-se o critério para que cada credor possa conferir o resultado, ficando ressalvada a revisão na consolidação do quadro-geral caso o título comporte divisão diversa. Anota-se que a r. sentença determinou a reversão da cota de cada filho à mãe ao completar vinte e cinco anos, o que desloca parcela do pensionamento entre os credores sem alterar o total, e que as certidões de nascimento não constam dos autos, de modo que o cômputo dessa reversão depende da sua juntada.

Rejeita-se a inclusão de R$ 678.598,00 a título de capital garantidor — cifra que o próprio contador judicial apurou como necessária para render a pensão mensal de R$ 3.392,99 —, na forma da alínea (b), e ficam excluídas do concurso as prestações de pensionamento vencidas após 05/09/2025.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 1.746.096,68
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [x] I — Trabalhista [x] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação em TRÊS lançamentos, um por credor, cada um segregado entre as Classes I e III na forma da alínea (f); (ii) juntada da memória de cálculo própria desta Administração Judicial ao dossiê da verificação; (iii) conferir que a verba honorária de R$ 355.817,27 consta uma única vez no quadro, no lançamento da habilitação 006, em nome do patrono; (iv) comunicação ao Juízo quanto à ausência

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	de constituição do capital garantidor; (v) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (vi) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE PARCIALMENTE** a divergência de crédito apresentada por Monique Ribeiro Lemos da Silva, João Vitor Lemos da Silva e Dênis Lemos da Silva, para reconhecer o crédito no valor de R$ 1.746.096,68, a ser incluído na Classe I para as verbas alimentares (pensões, 13º e terço de férias), no valor de R$ 771.792,31, e na Classe III para o dano moral e a multa do art. 523, § 1º, do CPC, no valor de R$ 974.304,37, individualizados por credor em cotas iguais, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[13]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[13] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 011	Monique Ribeiro Lemos da Silva, esposa, e os filhos João Vitor Lemos da Silva e Dênis Lemos da Silva
Pleito 006	Maurício Peres Martins, OAB/RJ 56.994 (honorários)
Título	Ação indenizatória 0034056-57.2014.8.19.0004, 8ª Vara Cível de São Gonçalo
Vítima	Falecida em 14 de abril de 2014, passageira de coletivo da Recuperanda
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 24 de setembro de 2018 condenou a Recuperanda a pensões mensais vencidas e vincendas de dois terços do salário do de cujus, convertido em salários mínimos na data de cada pagamento, acrescidas de férias e décimo terceiro e divididas entre os autores, devidas do acidente até a data em que a vítima completaria 70 anos quanto à 1ª autora e até os 25 anos de cada filho, com reversão da cota deles à mãe; a dano moral de R$ 80.000,00 para cada autor; a honorários de dez por cento; e ao desconto do seguro DPVAT.

O v. acórdão de 8 de maio de 2019, da 10ª Câmara Cível, negou provimento a ambos os recursos. O Superior Tribunal de Justiça, no AREsp 1.653.899/RJ, transitado em julgado em 17 de março de 2020, majorou os honorários em quinze por cento sobre o já arbitrado, o que os fixa em 11,50%.

A Contadoria do Juízo apurou o crédito em 25 de abril de 2023, com competências de pensão até março daquele ano e décimo terceiro e férias até o exercício de 2022. As 34 parcelas vencidas de abril de 2023 à data-base são apuradas neste discriminativo.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados do vencimento de cada parcela por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo e os juros posteriores apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Pensão mensal	2,3454 salários mínimos, dois terços do salário de R$ 2.547,08 de abril de 2014. A competência de setembro de 2025 entra pro rata de 5 dias, até a data-base
Décimo terceiro e férias	O décimo terceiro de cada exercício corresponde à pensão mensal daquele ano e as férias a um terço dele, na prática da folha do Contador. Ambos vencem em 31 de dezembro, e por isso os de 2025 ficam fora do concurso
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação com os honorários de sucumbência. A multa é da parte credora, na Classe III, e os honorários são do patrono, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Verbas alimentares, deduzido o seguro DPVAT	I	771.792,31
Dano moral dos três autores e multa do artigo 523	III	974.304,37
PLEITO 011, dos credores	**I e III**	**1.746.096,68**
PLEITO 006, do patrono, honorários de 11,50% e do artigo 523	**I**	**355.817,27**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**2.101.913,95**

I - O CÁLCULO DO CONTADOR JUDICIAL, TRAZIDO À DATA-BASE

Folha de 26 de abril de 2023, DCP da Comarca de São Gonçalo, com pensão até a competência de março de 2023

Rubrica	Valor em 25/04/2023	Fator	Valor em 05/09/2025
Verbas alimentares, principal	353.972,86	1,1321978352	400.767,31
Verbas alimentares, juros já vencidos	188.732,23	1,1321978352	213.682,22
Dano moral, principal, três parcelas de R$ 80.000,00	315.703,56	1,1321978352	357.438,89
Dano moral, juros já vencidos	316.650,66	1,1321978352	358.511,19
Juros de 23,2753% do período novo, sobre o principal corrigido	—	—	176.474,40
SUBTOTAL	**1.175.059,31**		**1.506.874,00**

II - COMPETÊNCIAS APURADAS PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Pensões do exercício de 2023 — salário mínimo de R$ 1.302,00 e de R$ 1.320,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2023	3.053,71	1,1321978352	3.457,40	23,1140%	799,14	4.256,55
maio de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	22,0817%	774,01	4.279,21
junho de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	21,1140%	740,09	4.245,29
julho de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	20,0817%	703,90	4.209,11
agosto de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	19,0817%	668,85	4.174,06
setembro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	18,1140%	634,93	4.140,13
outubro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	17,0817%	598,75	4.103,95
novembro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	16,1140%	564,83	4.070,03
dezembro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	15,0817%	528,64	4.033,85
SUBTOTAL DE 2023 (9)	**27.821,13**		**31.499,03**		**6.013,15**	**37.512,18**

Pensões do exercício de 2024 — salário mínimo de R$ 1.412,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	3.311,70	1,0811936600	3.580,59	14,0817%	504,21	4.084,80
fevereiro de 2024	3.311,70	1,0778441800	3.569,50	13,1462%	469,25	4.038,76
março de 2024	3.311,70	1,0695022800	3.541,88	12,0817%	427,92	3.969,79
abril de 2024	3.311,70	1,0656688500	3.529,18	11,1140%	392,23	3.921,41
maio de 2024	3.311,70	1,0634511200	3.521,84	10,0817%	355,06	3.876,90
junho de 2024	3.311,70	1,0587917900	3.506,41	9,1140%	319,57	3.825,98
julho de 2024	3.311,70	1,0546717100	3.492,76	8,0817%	282,27	3.775,04
agosto de 2024	3.311,70	1,0515068400	3.482,28	7,1462%	248,85	3.731,13
setembro de 2024	3.311,70	1,0495271900	3.475,72	6,4700%	224,88	3.700,60
outubro de 2024	3.311,70	1,0481593100	3.471,19	5,7658%	200,14	3.671,33
novembro de 2024	3.311,70	1,0425238000	3.452,53	5,3799%	185,74	3.638,27
dezembro de 2024	3.311,70	1,0360944500	3.431,24	5,2080%	178,70	3.609,94
SUBTOTAL DE 2024 (12)	**39.740,46**		**42.055,12**		**3.788,83**	**45.843,96**

Pensões do exercício de 2025 — salário mínimo de R$ 1.518,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	3.560,32	1,0325833000	3.676,32	4,6185%	169,79	3.846,12
fevereiro de 2025	3.560,32	1,0314543400	3.672,30	3,7163%	136,47	3.808,78
março de 2025	3.560,32	1,0189216100	3.627,68	3,7163%	134,82	3.762,50
abril de 2025	3.560,32	1,0124447900	3.604,62	3,3943%	122,35	3.726,98
maio de 2025	3.560,32	1,0081172200	3.589,22	2,7711%	99,46	3.688,68
junho de 2025	3.560,32	1,0045047800	3.576,36	1,9952%	71,35	3.647,71
julho de 2025	3.560,32	1,0018993500	3.567,08	1,1603%	41,39	3.608,47
agosto de 2025	3.560,32	0,9985954500	3.555,32	0,2177%	7,74	3.563,06
setembro de 2025, pro rata de 5 dias	593,39	1,0000000000	593,39	0,0000%	0,00	593,39
SUBTOTAL DE 2025 (9)	**29.075,92**		**29.462,29**		**783,38**	**30.245,67**

Décimo terceiro e um terço de férias, vencíveis em 31 de dezembro

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Décimo terceiro de 2023	3.095,93	1,1321978352	3.505,20	15,0817%	528,64	4.033,85
Décimo terceiro de 2024	3.311,70	1,0360944500	3.431,24	5,2080%	178,70	3.609,94
Um terço de férias de 2023	1.031,98	1,1321978352	1.168,40	15,0817%	176,21	1.344,62
Um terço de férias de 2024	1.103,90	1,0360944500	1.143,75	5,2080%	59,57	1.203,31
SUBTOTAL	**8.543,51**		**9.248,59**		**943,12**	**10.191,71**

Consolidação das competências apuradas pela Administração Judicial

Rubrica	Parcelas	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Pensões, de 04/2023 a 09/2025	30	96.637,52	103.016,45	10.585,36	113.601,80
Décimo terceiro, exercícios de 2023 e 2024	2	6.407,63	6.936,44	707,34	7.643,78
Um terço de férias, exercícios de 2023 e 2024	2	2.135,88	2.312,15	235,78	2.547,93
TOTAL APURADO POR ESTA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL	**34**	**105.181,03**	**112.265,03**	**11.528,48**	**123.793,52**

III - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Cálculo do Contador Judicial, atualizado			1.506.874,00	os credores
Competências apuradas pela Administração Judicial			123.793,52	1ª autora e filhos
Dedução do seguro DPVAT, atualizada			-59.730,33	
CONDENAÇÃO			**1.570.937,19**	
Honorários sucumbenciais	11,50%	1.570.937,19	180.657,78	patrono
Base do artigo 523			**1.751.594,96**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	1.751.594,96	175.159,50	os credores
Honorários da fase de cumprimento	10%	1.751.594,96	175.159,50	patrono

IV - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO E POR CLASSE

Pleito	Titular	Classe I	Classe III	Total
011	Monique, João Vitor e Dênis	771.792,31	974.304,37	1.746.096,68
006	Maurício Peres Martins	355.817,27	—	355.817,27
TOTAL		**1.127.609,58**	**974.304,37**	**2.101.913,95**

V - EXTRATO DA CORREÇÃO E DOS JUROS, MÊS A MÊS, DE CADA PARCELA APURADA PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Pensão de abril de 2023 — nominal de R$ 3.053,71

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	0,0000%	0,00	3.053,71
maio de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	1,0323%	31,52	3.085,23
junho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	2,0000%	61,07	3.114,79
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	3,0323%	92,60	3.146,31
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	4,0323%	123,13	3.176,84
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	5,0000%	152,69	3.206,40
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	6,0323%	184,21	3.237,92
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	7,0000%	213,76	3.267,47
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.053,71	8,0323%	245,28	3.298,99
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.197,77	9,0333%	288,86	3.486,63
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.207,70	10,0000%	320,77	3.528,47
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.232,72	11,0323%	356,64	3.589,37
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.244,35	12,0000%	389,32	3.633,67
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.251,12	13,0323%	423,69	3.674,81
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.265,42	14,0000%	457,16	3.722,58
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.278,18	15,0323%	492,78	3.770,97
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.288,05	15,9677%	525,03	3.813,07
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.294,25	16,6440%	548,29	3.842,54
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.298,55	17,3482%	572,24	3.870,79
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.316,38	17,7341%	588,13	3.904,51
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.336,96	17,9060%	597,52	3.934,48
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.348,31	18,4954%	619,28	3.967,59
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.351,97	19,3976%	650,20	4.002,17
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.393,20	19,3976%	658,20	4.051,40
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.414,91	19,7196%	673,41	4.088,31
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.429,57	20,3428%	697,67	4.127,24
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.441,90	21,1188%	726,89	4.168,79
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.450,85	21,9537%	757,59	4.208,44
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.462,27	22,8963%	792,73	4.255,00
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.457,40**	**23,1140%**	**799,14**	**4.256,55**

Pensão de maio de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
junho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0000%	30,96	3.126,89
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0000%	92,88	3.188,81
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	4,0000%	123,84	3.219,77
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	5,0000%	154,80	3.250,72
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	6,0000%	185,76	3.281,68
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	7,0000%	216,71	3.312,64

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	8,0000%	259,36	3.501,33
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	9,0000%	292,68	3.544,73
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	10,0000%	327,74	3.605,16
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	11,0000%	361,81	3.651,02
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	12,0000%	395,53	3.691,59
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	13,0000%	430,37	3.740,94
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	14,0000%	465,29	3.788,79
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	14,9355%	497,88	3.831,38
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	15,6117%	521,40	3.861,19
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	16,3160%	545,63	3.889,78
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	16,7018%	561,55	3.923,78
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	16,8737%	570,85	3.953,95
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	17,4632%	592,80	3.987,40
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	18,3654%	624,11	4.022,42
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	18,3654%	631,79	4.071,90
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	18,6874%	646,98	4.109,10
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	19,3106%	671,42	4.148,40
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	20,0865%	700,92	4.190,40
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	20,9214%	731,95	4.230,51
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	21,8640%	767,46	4.277,59
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**22,0817%**	**774,01**	**4.279,21**

Pensão de junho de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0323%	31,96	3.127,89
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0323%	62,92	3.158,85
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0000%	92,88	3.188,81
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	4,0323%	124,84	3.220,76
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	5,0000%	154,80	3.250,72
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	6,0323%	186,75	3.282,68
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	7,0333%	228,02	3.469,99
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	8,0000%	260,16	3.512,21
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	9,0323%	296,02	3.573,44
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	10,0000%	328,92	3.618,13
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	11,0323%	363,63	3.659,69
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	12,0000%	397,27	3.707,84
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	13,0323%	433,13	3.756,63
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	13,9677%	465,62	3.799,12
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	14,6440%	489,08	3.828,87
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	15,3482%	513,27	3.857,42
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	15,7341%	529,02	3.891,24
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	15,9060%	538,11	3.921,21
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	16,4954%	559,95	3.954,55
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	17,3976%	591,23	3.989,54
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	17,3976%	598,50	4.038,61

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	17,7196%	613,47	4.075,59
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	18,3428%	637,78	4.114,76
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	19,1188%	667,15	4.156,63
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	19,9537%	698,09	4.196,65
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	20,8963%	733,49	4.243,62
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**21,1140%**	**740,09**	**4.245,29**

Pensão de julho de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0000%	30,96	3.126,89
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0000%	92,88	3.188,81
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	4,0000%	123,84	3.219,77
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	5,0000%	154,80	3.250,72
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	6,0000%	194,52	3.436,49
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	7,0000%	227,64	3.479,69
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	8,0000%	262,19	3.539,61
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	9,0000%	296,03	3.585,23
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	10,0000%	329,61	3.625,67
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	11,0000%	364,16	3.674,73
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	12,0000%	398,82	3.722,32
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	12,9355%	431,20	3.764,71
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	13,6117%	454,60	3.794,40
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	14,3160%	478,75	3.822,90
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	14,7018%	494,31	3.856,54
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	14,8737%	503,19	3.886,28
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	15,4632%	524,91	3.919,51
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	16,3654%	556,15	3.954,46
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	16,3654%	562,99	4.003,10
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	16,6874%	577,74	4.039,85
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	17,3106%	601,88	4.078,86
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	18,0865%	631,13	4.120,61
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	18,9214%	661,98	4.160,53
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	19,8640%	697,25	4.207,39
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**20,0817%**	**703,90**	**4.209,11**

Pensão de agosto de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0000%	30,96	3.126,89
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0000%	92,88	3.188,81
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	4,0000%	123,84	3.219,77

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	5,0000%	162,10	3.404,07
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	6,0000%	195,12	3.447,17
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	7,0000%	229,42	3.506,83
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	8,0000%	263,14	3.552,34
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	9,0000%	296,65	3.592,71
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	10,0000%	331,06	3.641,63
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	11,0000%	365,59	3.689,09
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	11,9355%	397,87	3.731,37
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	12,6117%	421,20	3.761,00
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	13,3160%	445,31	3.789,46
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	13,7018%	460,69	3.822,91
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	13,8737%	469,36	3.852,45
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	14,4632%	490,97	3.885,56
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	15,3654%	522,16	3.920,47
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	15,3654%	528,59	3.968,70
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	15,6874%	543,11	4.005,23
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	16,3106%	567,11	4.044,09
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	17,0865%	596,23	4.085,72
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	17,9214%	626,99	4.125,55
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	18,8640%	662,15	4.172,29
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**19,0817%**	**668,85**	**4.174,06**

Pensão de setembro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0323%	31,96	3.127,89
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	3,0323%	93,88	3.189,80
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	4,0333%	130,76	3.372,73
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	5,0000%	162,60	3.414,65
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	6,0323%	197,70	3.475,12
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	7,0000%	230,24	3.519,45
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	8,0323%	264,75	3.560,81
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	9,0000%	297,95	3.608,52
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	10,0323%	333,42	3.656,92
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	10,9677%	365,61	3.699,11
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	11,6440%	388,88	3.728,68
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	12,3482%	412,94	3.757,09
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	12,7341%	428,15	3.790,38
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	12,9060%	436,62	3.819,71
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	13,4954%	458,12	3.852,71
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	14,3976%	489,28	3.887,59
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	14,3976%	495,29	3.935,41
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	14,7196%	509,61	3.971,73
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	15,3428%	533,47	4.010,45
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	16,1188%	562,46	4.051,95

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	16,9537%	593,13	4.091,69
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	17,8963%	628,18	4.138,32
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**18,1140%**	**634,93**	**4.140,13**

Pensão de outubro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0000%	30,96	3.126,89
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	2,0000%	61,92	3.157,85
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	3,0000%	97,26	3.339,23
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	4,0000%	130,08	3.382,13
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	5,0000%	163,87	3.441,29
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	6,0000%	197,35	3.486,56
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	7,0000%	230,72	3.526,79
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	8,0000%	264,85	3.575,41
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	9,0000%	299,12	3.622,62
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	9,9355%	331,20	3.664,70
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	10,6117%	354,41	3.694,20
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	11,3160%	378,42	3.722,57
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	11,7018%	393,44	3.755,67
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	11,8737%	401,70	3.784,79
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	12,4632%	423,07	3.817,67
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	13,3654%	454,20	3.852,51
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	13,3654%	459,78	3.899,89
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	13,6874%	473,87	3.935,99
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	14,3106%	497,58	3.974,55
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	15,0865%	526,44	4.015,93
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	15,9214%	557,02	4.055,58
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	16,8640%	591,95	4.102,08
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**17,0817%**	**598,75**	**4.103,95**

Pensão de novembro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	1,0323%	31,96	3.127,89
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	2,0333%	65,92	3.307,90
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	3,0000%	97,56	3.349,61
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	4,0323%	132,15	3.409,57
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	5,0000%	164,46	3.453,66
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	6,0323%	198,83	3.494,89
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	7,0000%	231,74	3.542,31
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	8,0323%	266,95	3.590,45
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	8,9677%	298,94	3.632,44
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	9,6440%	322,09	3.661,88

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	10,3482%	346,06	3.690,21
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	10,7341%	360,90	3.723,13
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	10,9060%	368,96	3.752,05
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	11,4954%	390,22	3.784,82
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	12,3976%	421,31	3.819,62
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	12,3976%	426,49	3.866,60
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	12,7196%	440,37	3.902,49
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	13,3428%	463,93	3.940,91
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	14,1188%	492,67	3.982,16
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	14,9537%	523,16	4.021,72
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	15,8963%	557,98	4.068,11
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**16,1140%**	**564,83**	**4.070,03**

Pensão de dezembro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	1,0000%	32,42	3.274,39
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	2,0000%	65,04	3.317,09
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	3,0000%	98,32	3.375,74
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	4,0000%	131,57	3.420,77
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	5,0000%	164,80	3.460,87
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	6,0000%	198,63	3.509,20
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	7,0000%	232,65	3.556,15
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	7,9355%	264,53	3.598,03
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	8,6117%	287,61	3.627,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	9,3160%	311,54	3.655,69
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	9,7018%	326,20	3.688,43
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	9,8737%	334,04	3.717,13
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	10,4632%	355,18	3.749,78
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	11,3654%	386,23	3.784,54
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	11,3654%	390,98	3.831,09
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	11,6874%	404,63	3.866,75
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	12,3106%	428,04	3.905,02
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	13,0865%	456,65	3.946,14
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	13,9214%	487,05	3.985,61
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	14,8640%	521,75	4.031,88
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**15,0817%**	**528,64**	**4.033,85**

Pensão de janeiro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0031075735	3.322,00	1,0000%	33,22	3.355,22
março de 2024	0,7800%	1,0109316083	3.347,91	2,0000%	66,96	3.414,87
abril de 2024	0,3597%	1,0145681372	3.359,95	3,0000%	100,80	3.460,75

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2024	0,2085%	1,0166839262	3.366,96	4,0000%	134,68	3.501,64
junho de 2024	0,4401%	1,0211579559	3.381,77	5,0000%	169,09	3.550,86
julho de 2024	0,3907%	1,0251471143	3.394,98	6,0000%	203,70	3.598,68
agosto de 2024	0,3010%	1,0282326456	3.405,20	6,9355%	236,17	3.641,37
setembro de 2024	0,1886%	1,0301721292	3.411,63	7,6117%	259,68	3.671,31
outubro de 2024	0,1305%	1,0315165354	3.416,08	8,3160%	284,08	3.700,16
novembro de 2024	0,5406%	1,0370925441	3.434,54	8,7018%	298,87	3.733,41
dezembro de 2024	0,6205%	1,0435280876	3.455,86	8,8737%	306,66	3.762,52
janeiro de 2025	0,3400%	1,0470764538	3.467,61	9,4632%	328,15	3.795,75
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0482225127	3.471,40	10,3654%	359,82	3.831,23
março de 2025	1,2300%	1,0611156436	3.514,10	10,3654%	364,25	3.878,35
abril de 2025	0,6397%	1,0679038212	3.536,58	10,6874%	377,97	3.914,55
maio de 2025	0,4293%	1,0724880386	3.551,76	11,3106%	401,72	3.953,49
junho de 2025	0,3596%	1,0763449627	3.564,54	12,0865%	430,83	3.995,37
julho de 2025	0,2600%	1,0791439879	3.573,81	12,9214%	461,79	4.035,59
agosto de 2025	0,3309%	1,0827143865	3.585,63	13,8640%	497,11	4.082,74
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0811936600**	**3.580,59**	**14,0817%**	**504,21**	**4.084,80**

Pensão de fevereiro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
março de 2024	0,7800%	1,0077997964	3.337,54	1,0645%	35,53	3.373,06
abril de 2024	0,3597%	1,0114250595	3.349,54	2,0333%	68,11	3.417,65
maio de 2024	0,2085%	1,0135342939	3.356,53	3,0645%	102,86	3.459,39
junho de 2024	0,4401%	1,0179944633	3.371,30	4,0333%	135,98	3.507,27
julho de 2024	0,3907%	1,0219712635	3.384,47	5,0645%	171,41	3.555,87
agosto de 2024	0,3010%	1,0250472360	3.394,65	6,0000%	203,68	3.598,33
setembro de 2024	0,1886%	1,0269807112	3.401,06	6,6762%	227,06	3.628,12
outubro de 2024	0,1305%	1,0283209525	3.405,50	7,3805%	251,34	3.656,84
novembro de 2024	0,5406%	1,0338796870	3.423,90	7,7663%	265,91	3.689,82
dezembro de 2024	0,6205%	1,0402952935	3.445,15	7,9383%	273,49	3.718,64
janeiro de 2025	0,3400%	1,0438326671	3.456,87	8,5277%	294,79	3.751,66
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0449751755	3.460,65	9,4299%	326,34	3.786,99
março de 2025	1,2300%	1,0578283642	3.503,22	9,4299%	330,35	3.833,57
abril de 2025	0,6397%	1,0645955124	3.525,63	9,7519%	343,81	3.869,44
maio de 2025	0,4293%	1,0691655282	3.540,76	10,3751%	367,36	3.908,12
junho de 2025	0,3596%	1,0730105037	3.553,49	11,1511%	396,25	3.949,75
julho de 2025	0,2600%	1,0758008576	3.562,73	11,9859%	427,03	3.989,76
agosto de 2025	0,3309%	1,0793601954	3.574,52	12,9286%	462,13	4.036,66
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0778441800**	**3.569,50**	**13,1462%**	**469,25**	**4.038,76**

Pensão de março de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2024	0,3597%	1,0035972056	3.323,62	1,0000%	33,24	3.356,85
maio de 2024	0,2085%	1,0056901158	3.330,55	2,0000%	66,61	3.397,16
junho de 2024	0,4401%	1,0101157660	3.345,21	3,0000%	100,36	3.445,56
julho de 2024	0,3907%	1,0140617880	3.358,27	4,0000%	134,33	3.492,60
agosto de 2024	0,3010%	1,0171139543	3.368,38	4,9355%	166,25	3.534,63
setembro de 2024	0,1886%	1,0190324655	3.374,73	5,6117%	189,38	3.564,12
outubro de 2024	0,1305%	1,0203623340	3.379,14	6,3160%	213,42	3.592,56
novembro de 2024	0,5406%	1,0258780471	3.397,41	6,7018%	227,69	3.625,09
dezembro de 2024	0,6205%	1,0322440005	3.418,49	6,8737%	234,98	3.653,47
janeiro de 2025	0,3400%	1,0357539968	3.430,11	7,4632%	256,00	3.686,11
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0368876629	3.433,87	8,3654%	287,26	3.721,12
março de 2025	1,2300%	1,0496413753	3.476,10	8,3654%	290,79	3.766,89
abril de 2025	0,6397%	1,0563561496	3.498,34	8,6874%	303,91	3.802,25
maio de 2025	0,4293%	1,0608907960	3.513,36	9,3106%	327,11	3.840,47
junho de 2025	0,3596%	1,0647060136	3.525,99	10,0865%	355,65	3.881,64
julho de 2025	0,2600%	1,0674747718	3.535,16	10,9214%	386,09	3.921,25
agosto de 2025	0,3309%	1,0710065623	3.546,86	11,8640%	420,80	3.967,66
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0695022800**	**3.541,88**	**12,0817%**	**427,92**	**3.969,79**

Pensão de abril de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
maio de 2024	0,2085%	1,0020854085	3.318,61	1,0323%	34,26	3.352,87
junho de 2024	0,4401%	1,0064951958	3.333,21	2,0000%	66,66	3.399,88
julho de 2024	0,3907%	1,0104270740	3.346,24	3,0323%	101,47	3.447,70
agosto de 2024	0,3010%	1,0134683004	3.356,31	3,9677%	133,17	3.489,48
setembro de 2024	0,1886%	1,0153799350	3.362,64	4,6440%	156,16	3.518,80
outubro de 2024	0,1305%	1,0167050369	3.367,03	5,3482%	180,08	3.547,10
novembro de 2024	0,5406%	1,0222009800	3.385,23	5,7341%	194,11	3.579,34
dezembro de 2024	0,6205%	1,0285441158	3.406,23	5,9060%	201,17	3.607,41
janeiro de 2025	0,3400%	1,0320415312	3.417,82	6,4954%	222,00	3.639,82
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0331711339	3.421,56	7,3976%	253,11	3.674,67
março de 2025	1,2300%	1,0458791329	3.463,64	7,3976%	256,23	3.719,87
abril de 2025	0,6397%	1,0525698394	3.485,80	7,7196%	269,09	3.754,89
maio de 2025	0,4293%	1,0570882323	3.500,76	8,3428%	292,06	3.792,83
junho de 2025	0,3596%	1,0608897750	3.513,35	9,1188%	320,38	3.833,73
julho de 2025	0,2600%	1,0636486090	3.522,49	9,9537%	350,62	3.873,11
agosto de 2025	0,3309%	1,0671677404	3.534,14	10,8963%	385,09	3.919,24
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0656688500**	**3.529,18**	**11,1140%**	**392,23**	**3.921,41**

Pensão de maio de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
junho de 2024	0,4401%	1,0044006102	3.326,28	1,0000%	33,26	3.359,54

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2024	0,3907%	1,0083243060	3.339,27	2,0000%	66,79	3.406,06
agosto de 2024	0,3010%	1,0113592033	3.349,32	2,9355%	98,32	3.447,64
setembro de 2024	0,1886%	1,0132668597	3.355,64	3,6117%	121,20	3.476,84
outubro de 2024	0,1305%	1,0145892040	3.360,02	4,3160%	145,02	3.505,04
novembro de 2024	0,5406%	1,0200737096	3.378,18	4,7018%	158,84	3.537,02
dezembro de 2024	0,6205%	1,0264036450	3.399,15	4,8737%	165,67	3.564,81
janeiro de 2025	0,3400%	1,0298937819	3.410,70	5,4632%	186,33	3.597,04
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0310210339	3.414,44	6,3654%	217,34	3.631,78
março de 2025	1,2300%	1,0437025867	3.456,43	6,3654%	220,02	3.676,45
abril de 2025	0,6397%	1,0503793693	3.478,55	6,6874%	232,62	3.711,17
maio de 2025	0,4293%	1,0548883591	3.493,48	7,3106%	255,39	3.748,87
junho de 2025	0,3596%	1,0586819905	3.506,04	8,0865%	283,52	3.789,56
julho de 2025	0,2600%	1,0614350833	3.515,16	8,9214%	313,60	3.828,76
agosto de 2025	0,3309%	1,0649468912	3.526,79	9,8640%	347,88	3.874,67
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0634511200**	**3.521,84**	**10,0817%**	**355,06**	**3.876,90**

Pensão de junho de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
julho de 2024	0,3907%	1,0039065047	3.324,64	1,0323%	34,32	3.358,96
agosto de 2024	0,3010%	1,0069281052	3.334,65	1,9677%	65,62	3.400,27
setembro de 2024	0,1886%	1,0088274035	3.340,94	2,6440%	88,33	3.429,27
outubro de 2024	0,1305%	1,0101439542	3.345,30	3,3482%	112,01	3.457,31
novembro de 2024	0,5406%	1,0156044303	3.363,38	3,7341%	125,59	3.488,97
dezembro de 2024	0,6205%	1,0219066322	3.384,25	3,9060%	132,19	3.516,44
janeiro de 2025	0,3400%	1,0253814777	3.395,76	4,4954%	152,65	3.548,41
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0265037908	3.399,48	5,3976%	183,49	3.582,97
março de 2025	1,2300%	1,0391297815	3.441,29	5,3976%	185,75	3.627,04
abril de 2025	0,6397%	1,0457773110	3.463,31	5,7196%	198,09	3.661,39
maio de 2025	0,4293%	1,0502665454	3.478,17	6,3428%	220,61	3.698,79
junho de 2025	0,3596%	1,0540435557	3.490,68	7,1188%	248,49	3.739,18
julho de 2025	0,2600%	1,0567845862	3.499,76	7,9537%	278,36	3.778,12
agosto de 2025	0,3309%	1,0602810077	3.511,34	8,8963%	312,38	3.823,72
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0587917900**	**3.506,41**	**9,1140%**	**319,57**	**3.825,98**

Pensão de julho de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
agosto de 2024	0,3010%	1,0030098425	3.321,67	0,9355%	31,07	3.352,75
setembro de 2024	0,1886%	1,0049017501	3.327,94	1,6117%	53,64	3.381,57
outubro de 2024	0,1305%	1,0062131777	3.332,28	2,3160%	77,17	3.409,46
novembro de 2024	0,5406%	1,0116524054	3.350,29	2,7018%	90,52	3.440,81
dezembro de 2024	0,6205%	1,0179300835	3.371,08	2,8737%	96,88	3.467,96
janeiro de 2025	0,3400%	1,0213914074	3.382,55	3,4632%	117,14	3.499,69

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0225093532	3.386,25	4,3654%	147,82	3.534,07
março de 2025	1,2300%	1,0350862124	3.427,90	4,3654%	149,64	3.577,54
abril de 2025	0,6397%	1,0417078743	3.449,83	4,6874%	161,71	3.611,53
maio de 2025	0,4293%	1,0461796397	3.464,64	5,3106%	183,99	3.648,63
junho de 2025	0,3596%	1,0499419525	3.477,10	6,0865%	211,63	3.688,73
julho de 2025	0,2600%	1,0526723168	3.486,14	6,9214%	241,29	3.727,43
agosto de 2025	0,3309%	1,0561551327	3.497,67	7,8640%	275,06	3.772,73
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0546717100**	**3.492,76**	**8,0817%**	**282,27**	**3.775,04**

Pensão de agosto de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
setembro de 2024	0,1886%	1,0018862303	3.317,95	0,6762%	22,44	3.340,39
outubro de 2024	0,1305%	1,0031937225	3.322,28	1,3805%	45,86	3.368,14
novembro de 2024	0,5406%	1,0086166282	3.340,24	1,7663%	59,00	3.399,24
dezembro de 2024	0,6205%	1,0148754682	3.360,97	1,9383%	65,14	3.426,11
janeiro de 2025	0,3400%	1,0183264052	3.372,40	2,5277%	85,24	3.457,64
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0194409963	3.376,09	3,4299%	115,80	3.491,88
março de 2025	1,2300%	1,0319801147	3.417,61	3,4299%	117,22	3.534,83
abril de 2025	0,6397%	1,0385819063	3.439,48	3,7519%	129,04	3.568,52
maio de 2025	0,4293%	1,0430402528	3.454,24	4,3751%	151,13	3.605,37
junho de 2025	0,3596%	1,0467912756	3.466,66	5,1511%	178,57	3.645,23
julho de 2025	0,2600%	1,0495134466	3.475,68	5,9859%	208,05	3.683,73
agosto de 2025	0,3309%	1,0529858112	3.487,18	6,9286%	241,61	3.728,79
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0515068400**	**3.482,28**	**7,1462%**	**248,85**	**3.731,13**

Pensão de setembro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
outubro de 2024	0,1305%	1,0013050306	3.316,03	0,7042%	23,35	3.339,38
novembro de 2024	0,5406%	1,0067177267	3.333,95	1,0901%	36,34	3.370,30
dezembro de 2024	0,6205%	1,0129647833	3.354,64	1,2620%	42,34	3.396,98
janeiro de 2025	0,3400%	1,0164092234	3.366,05	1,8515%	62,32	3.428,37
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0175217160	3.369,73	2,7537%	92,79	3.462,52
março de 2025	1,2300%	1,0300372273	3.411,18	2,7537%	93,93	3.505,11
abril de 2025	0,6397%	1,0366265898	3.433,00	3,0756%	105,59	3.538,59
maio de 2025	0,4293%	1,0410765427	3.447,74	3,6988%	127,53	3.575,26
junho de 2025	0,3596%	1,0448205035	3.460,14	4,4748%	154,84	3.614,97
julho de 2025	0,2600%	1,0475375496	3.469,14	5,3097%	184,20	3.653,34
agosto de 2025	0,3309%	1,0510033768	3.480,61	6,2523%	217,62	3.698,23
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0495271900**	**3.475,72**	**6,4700%**	**224,88**	**3.700,60**

Pensão de outubro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
outubro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
novembro de 2024	0,5406%	1,0054056416	3.329,61	0,3859%	12,85	3.342,45
dezembro de 2024	0,6205%	1,0116445562	3.350,27	0,5578%	18,69	3.368,96
janeiro de 2025	0,3400%	1,0150845070	3.361,66	1,1472%	38,57	3.400,23
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0161955497	3.365,34	2,0494%	68,97	3.434,31
março de 2025	1,2300%	1,0286947491	3.406,73	2,0494%	69,82	3.476,55
abril de 2025	0,6397%	1,0352755235	3.428,53	2,3714%	81,30	3.509,83
maio de 2025	0,4293%	1,0397196766	3.443,24	2,9946%	103,11	3.546,36
junho de 2025	0,3596%	1,0434587579	3.455,63	3,7706%	130,30	3.585,92
julho de 2025	0,2600%	1,0461722627	3.464,61	4,6055%	159,56	3.624,18
agosto de 2025	0,3309%	1,0496335728	3.476,08	5,5481%	192,86	3.668,93
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0481593100**	**3.471,19**	**5,7658%**	**200,14**	**3.671,33**

Pensão de novembro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
dezembro de 2024	0,6205%	1,0062053706	3.332,26	0,1719%	5,73	3.337,98
janeiro de 2025	0,3400%	1,0096268262	3.343,59	0,7614%	25,46	3.369,04
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0107318953	3.347,25	1,6636%	55,68	3.402,93
março de 2025	1,2300%	1,0231638919	3.388,42	1,6636%	56,37	3.444,79
abril de 2025	0,6397%	1,0297092842	3.410,09	1,9855%	67,71	3.477,80
maio de 2025	0,4293%	1,0341295430	3.424,73	2,6087%	89,34	3.514,07
junho de 2025	0,3596%	1,0378485207	3.437,05	3,3847%	116,33	3.553,38
julho de 2025	0,2600%	1,0405474362	3.445,99	4,2196%	145,41	3.591,39
agosto de 2025	0,3309%	1,0439901363	3.457,39	5,1622%	178,48	3.635,86
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0425238000**	**3.452,53**	**5,3799%**	**185,74**	**3.638,27**

Pensão de dezembro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	3.322,97	0,5894%	19,59	3.342,55
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	3.326,60	1,4916%	49,62	3.376,22
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	3.367,52	1,4916%	50,23	3.417,75
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	3.389,06	1,8136%	61,46	3.450,53
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	3.403,61	2,4368%	82,94	3.486,55
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	3.415,85	3,2128%	109,74	3.525,60
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	3.424,73	4,0477%	138,62	3.563,36
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	3.436,07	4,9903%	171,47	3.607,53
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**3.431,24**	**5,2080%**	**178,70**	**3.609,94**

Pensão de janeiro de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0010945322	3.564,21	0,9022%	32,16	3.596,37
março de 2025	1,2300%	1,0134079893	3.608,05	0,9022%	32,55	3.640,61
abril de 2025	0,6397%	1,0198909710	3.631,14	1,2242%	44,45	3.675,59
maio de 2025	0,4293%	1,0242690825	3.646,72	1,8474%	67,37	3.714,09
junho de 2025	0,3596%	1,0279525997	3.659,84	2,6234%	96,01	3.755,85
julho de 2025	0,2600%	1,0306257809	3.669,35	3,4582%	126,90	3.796,25
agosto de 2025	0,3309%	1,0340356548	3.681,49	4,4009%	162,02	3.843,51
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0325833000**	**3.676,32**	**4,6185%**	**169,79**	**3.846,12**

Pensão de fevereiro de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
março de 2025	1,2300%	1,0122999943	3.604,11	0,0000%	0,00	3.604,11
abril de 2025	0,6397%	1,0187758880	3.627,17	0,3220%	11,68	3.638,84
maio de 2025	0,4293%	1,0231492127	3.642,74	0,9452%	34,43	3.677,17
junho de 2025	0,3596%	1,0268287026	3.655,84	1,7212%	62,92	3.718,76
julho de 2025	0,2600%	1,0294989611	3.665,34	2,5560%	93,69	3.759,03
agosto de 2025	0,3309%	1,0329051069	3.677,47	3,4987%	128,66	3.806,13
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0314543400**	**3.672,30**	**3,7163%**	**136,47**	**3.808,78**

Pensão de março de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
março de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
abril de 2025	0,6397%	1,0063972081	3.583,09	0,3220%	11,54	3.594,63
maio de 2025	0,4293%	1,0107173946	3.598,47	0,9452%	34,01	3.632,49
junho de 2025	0,3596%	1,0143521766	3.611,42	1,7212%	62,16	3.673,57
julho de 2025	0,2600%	1,0169899901	3.620,81	2,5560%	92,55	3.713,36
agosto de 2025	0,3309%	1,0203547493	3.632,79	3,4987%	127,10	3.759,89
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0189216100**	**3.627,68**	**3,7163%**	**134,82**	**3.762,50**

Pensão de abril de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
maio de 2025	0,4293%	1,0042927250	3.575,60	0,6232%	22,28	3.597,88
junho de 2025	0,3596%	1,0079044024	3.588,46	1,3992%	50,21	3.638,67
julho de 2025	0,2600%	1,0105254485	3.597,79	2,2341%	80,38	3.678,17
agosto de 2025	0,3309%	1,0138688195	3.609,69	3,1767%	114,67	3.724,36
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0124447900**	**3.604,62**	**3,3943%**	**122,35**	**3.726,98**

Pensão de maio de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
maio de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
junho de 2025	0,3596%	1,0035962397	3.573,12	0,7760%	27,73	3.600,85
julho de 2025	0,2600%	1,0062060825	3.582,41	1,6109%	57,71	3.640,12
agosto de 2025	0,3309%	1,0095351626	3.594,27	2,5535%	91,78	3.686,04
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0081172200**	**3.589,22**	**2,7711%**	**99,46**	**3.688,68**

Pensão de junho de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
junho de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
julho de 2025	0,2600%	1,0026004908	3.569,58	0,8349%	29,80	3.599,38
agosto de 2025	0,3309%	1,0059176416	3.581,39	1,7775%	63,66	3.645,05
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0045047800**	**3.576,36**	**1,9952%**	**71,35**	**3.647,71**

Pensão de julho de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
agosto de 2025	0,3309%	1,0033085470	3.572,10	0,9426%	33,67	3.605,77
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0018993500**	**3.567,08**	**1,1603%**	**41,39**	**3.608,47**

Pensão de agosto de 2025 — nominal de R$ 3.560,32

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2025	0,0000%	1,0000000000	3.560,32	0,0000%	0,00	3.560,32
setembro de 2025	**-0,1405%**	**0,9985954500**	**3.555,32**	**0,2177%**	**7,74**	**3.563,06**

Pensão de setembro de 2025, pro rata de 5 dias — nominal de R$ 593,39

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2025	**0,0000%**	**1,0000000000**	**593,39**	**0,0000%**	**0,00**	**593,39**

Décimo terceiro de 2023 — nominal de R$ 3.095,93

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	3.095,93	0,0000%	0,00	3.095,93
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	3.241,98	1,0000%	32,42	3.274,39
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	3.252,05	2,0000%	65,04	3.317,09
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	3.277,42	3,0000%	98,32	3.375,74
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	3.289,20	4,0000%	131,57	3.420,77
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	3.296,06	5,0000%	164,80	3.460,87
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	3.310,57	6,0000%	198,63	3.509,20

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	3.323,50	7,0000%	232,65	3.556,15
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	3.333,50	7,9355%	264,53	3.598,03
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	3.339,79	8,6117%	287,61	3.627,41
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	3.344,15	9,3160%	311,54	3.655,69
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	3.362,23	9,7018%	326,20	3.688,43
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	3.383,09	9,8737%	334,04	3.717,13
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	3.394,60	10,4632%	355,18	3.749,78
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	3.398,31	11,3654%	386,23	3.784,54
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	3.440,11	11,3654%	390,98	3.831,09
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	3.462,12	11,6874%	404,63	3.866,75
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	3.476,98	12,3106%	428,04	3.905,02
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	3.489,48	13,0865%	456,65	3.946,14
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	3.498,56	13,9214%	487,05	3.985,61
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	3.510,13	14,8640%	521,75	4.031,88
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**3.505,20**	**15,0817%**	**528,64**	**4.033,85**

Décimo terceiro de 2024 — nominal de R$ 3.311,70

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	3.311,70	0,0000%	0,00	3.311,70
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	3.322,97	0,5894%	19,59	3.342,55
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	3.326,60	1,4916%	49,62	3.376,22
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	3.367,52	1,4916%	50,23	3.417,75
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	3.389,06	1,8136%	61,46	3.450,53
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	3.403,61	2,4368%	82,94	3.486,55
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	3.415,85	3,2128%	109,74	3.525,60
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	3.424,73	4,0477%	138,62	3.563,36
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	3.436,07	4,9903%	171,47	3.607,53
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**3.431,24**	**5,2080%**	**178,70**	**3.609,94**

Um terço de férias de 2023 — nominal de R$ 1.031,98

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2023	0,0000%	1,0000000000	1.031,98	0,0000%	0,00	1.031,98
janeiro de 2024	4,7174%	1,0471739496	1.080,66	1,0000%	10,81	1.091,46
fevereiro de 2024	0,3108%	1,0504281196	1.084,02	2,0000%	21,68	1.105,70
março de 2024	0,7800%	1,0586212450	1.092,47	3,0000%	32,77	1.125,25
abril de 2024	0,3597%	1,0624293233	1.096,40	4,0000%	43,86	1.140,26
maio de 2024	0,2085%	1,0646449225	1.098,69	5,0000%	54,93	1.153,62
junho de 2024	0,4401%	1,0693300098	1.103,52	6,0000%	66,21	1.169,73
julho de 2024	0,3907%	1,0735073525	1.107,83	7,0000%	77,55	1.185,38
agosto de 2024	0,3010%	1,0767384406	1.111,17	7,9355%	88,18	1.199,34
setembro de 2024	0,1886%	1,0787694173	1.113,26	8,6117%	95,87	1.209,14
outubro de 2024	0,1305%	1,0801772444	1.114,72	9,3160%	103,85	1.218,56
novembro de 2024	0,5406%	1,0860162955	1.120,74	9,7018%	108,73	1.229,48
dezembro de 2024	0,6205%	1,0927554290	1.127,70	9,8737%	111,35	1.239,04

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	0,3400%	1,0964711856	1.131,53	10,4632%	118,39	1.249,93
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0976713086	1.132,77	11,3654%	128,74	1.261,51
março de 2025	1,2300%	1,1111726595	1.146,70	11,3654%	130,33	1.277,03
abril de 2025	0,6397%	1,1182810622	1.154,04	11,6874%	134,88	1.288,92
maio de 2025	0,4293%	1,1230815353	1.158,99	12,3106%	142,68	1.301,67
junho de 2025	0,3596%	1,1271204057	1.163,16	13,0865%	152,22	1.315,38
julho de 2025	0,2600%	1,1300514719	1.166,19	13,9214%	162,35	1.328,54
agosto de 2025	0,3309%	1,1337903004	1.170,04	14,8640%	173,92	1.343,96
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,1321978352**	**1.168,40**	**15,0817%**	**176,21**	**1.344,62**

Um terço de férias de 2024 — nominal de R$ 1.103,90

Mês	Índice	Fator acumulado	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2024	0,0000%	1,0000000000	1.103,90	0,0000%	0,00	1.103,90
janeiro de 2025	0,3400%	1,0034003552	1.107,66	0,5894%	6,53	1.114,18
fevereiro de 2025	0,1095%	1,0044986092	1.108,87	1,4916%	16,54	1.125,41
março de 2025	1,2300%	1,0168539364	1.122,51	1,4916%	16,74	1.139,25
abril de 2025	0,6397%	1,0233589626	1.129,69	1,8136%	20,49	1.150,18
maio de 2025	0,4293%	1,0277519612	1.134,54	2,4368%	27,65	1.162,18
junho de 2025	0,3596%	1,0314480037	1.138,62	3,2128%	36,58	1.175,20
julho de 2025	0,2600%	1,0341302747	1.141,58	4,0477%	46,21	1.187,79
agosto de 2025	0,3309%	1,0375517433	1.145,36	4,9903%	57,16	1.202,51
setembro de 2025	**-0,1405%**	**1,0360944500**	**1.143,75**	**5,2080%**	**59,57**	**1.203,31**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 006	318.378,80	151.608,95
Pleito 011	2.293.233,15	2.293.233,15

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	012
Data do protocolo	15/07/2026
Nome / Razão social do credor	Assis Pedro da Silva Junior
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Suellen Cristina F. da Silva OAB/RJ 152.760
Origem do crédito	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária da Breda (crédito NÃO originário Breda — REEF do Real Empregador), listado na relação (Id. 266596101)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 12.573,87	R$ 12.573,87 acrescido da atualização até 05/09/2025	R$ 13.711,36
Data-base da atualização	30/09/2024	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)

[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)

[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)

[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O credor requer a confirmação do crédito trabalhista já listado em seu favor, R$ 12.573,87, na Classe I, acrescido da atualização do período de 30/09/2024 a 05/09/2025.

A Recuperanda esclareceu que o crédito já está reconhecido na relação, na condição de crédito não originário Breda, com pagamento condicionado à Cláusula 4.2.1.7 do Plano, mas não se manifestou sobre o pedido de atualização.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista do credor decorre de condenação com responsabilidade solidária da Recuperanda, originariamente devida pelo respectivo Real Empregador, e já consta da relação de credores, Id. 266596101, pelo valor de R$ 12.573,87, na Classe I, com o destaque de crédito não originário Breda. A existência e a liquidez são, portanto, incontroversas. O valor provém de planilha de cálculo liquidada por servidora da Vara do Trabalho de Duque de Caxias em 2 de outubro de 2024, com data de liquidação em 30 de setembro de 2024. A Administração Judicial conferiu a documentação apresentada e os registros da relação de credores, apurando os critérios de forma técnica e fundamentada.

(b) Valor e data-base.

O único ponto controvertido é a atualização. O credor indica que o valor listado tem data-base em 30/09/2024 e requer sua atualização até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial. A regra do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 é clara ao exigir que o crédito figure atualizado até essa data, e o período de 30 de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025 não foi computado em nenhum dos cálculos que instruem o pleito.

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos artigos 22, inciso I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do artigo 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do artigo 15, inciso II.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A apuração técnica é dever legal desta Administração Judicial, na forma do artigo 7º, § 1º, combinado com o artigo 9º, inciso II, da mesma lei, e dela pode resultar valor inferior ou superior ao postulado, porque a verificação não está limitada pelo pedido do credor nem pela concordância da devedora. A atualização até a data-base, por isso, não depende de o credor demonstrá-la, e se apura, por dever desta Administração Judicial, sempre que os elementos dos autos a permitam, como aqui permitem.

Em regra, o procedimento de habilitação judicial do crédito tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor no pedido inicial.[1] Esse entendimento aplica-se analogicamente ao Administrador Judicial que, em fase administrativa própria, igualmente não fica vinculado aos limites do requerimento formulado pelo credor, sendo seu dever legal analisar o pedido com base nos elementos disponíveis.

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[2]

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[3]

A falta de memória de atualização não importa renúncia ao período não computado. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o erro na conta

[1] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

[2] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[3] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

apresentada não importa renúncia tácita ao crédito remanescente, e que a correção se opera de ofício.[4]

O período a atualizar é integralmente posterior a 30 de agosto de 2024, data em que passou a vigorar a Lei nº 14.905/2024, o que dispensa a divisão de critérios. A correção monetária corre pelo IPCA, na forma do artigo 389, parágrafo único, do Código Civil, acumulado no fator de 1,0466995298 de outubro de 2024 a agosto de 2025, e os juros de mora pela taxa legal do artigo 406 do mesmo Código, que é a taxa SELIC deduzido aquele índice, acumulada em 6,4700% até a data-base, computado setembro de 2025 pro rata de cinco dias. Não há, assim, cumulação de índices.

Os juros não incidem sobre juros já vencidos. A correção monetária incide sobre o todo apurado na liquidação, principal e juros, e os juros do período novo apenas sobre o principal corrigido, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Aplicados esses critérios ao líquido de R$ 12.573,87, o principal de R$ 8.125,82 corrigido alcança R$ 8.505,29, os juros apurados na liquidação, de R$ 4.448,05, alcançam R$ 4.655,77, e os juros do período novo somam R$ 550,29. O crédito, em 5 de setembro de 2025, é de R$ 13.711,36. A atualização está demonstrada verba por verba, com o extrato mês a mês, no discriminativo de cálculos que integra a documentação deste pleito.

Reconhece-se, assim, o crédito de R$ 13.711,36, com data-base em 5 de setembro de 2025, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, em lugar dos R$ 12.573,87 listados com data-base em 30 de setembro de 2024.

(c) Classificação.

O crédito derivado da legislação do trabalho classifica-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, como já listado, mantendo-se o destaque de crédito não originário Breda. Anota-se que o condicionamento do pagamento à comprovação de valores recebidos do Real Empregador e do encerramento do respectivo regime especial de execução, Cláusula 4.2.1.7 do Plano, é matéria de

[4] Eventuais erros nos cálculos apresentados para cumprimento de sentença não configuram renúncia tácita ao crédito remanescente, sendo possível sua correção de ofício pelo magistrado, inclusive em cumprimento provisório de sentença. (STJ, REsp nº 2.120.531/DF, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 20/10/2025, DJEN de 29/10/2025)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

execução do plano, estranha à verificação de crédito, e não interfere no valor nem na classe.[5]

Registra-se, quanto ao destaque, que a habilitação do crédito perante esta Recuperanda pressupõe a opção do credor por dela receber, e não do Real Empregador originariamente responsável. Essa opção não é neutra para os autos de origem: cabe ao credor comunicar ali a escolha e informar os valores que vier a receber nesta recuperação judicial, para que não haja satisfação em duplicidade da mesma obrigação, à custa dos demais credores concorrentes.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[6]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

---

[5] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[6] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

No caso, o fato gerador do crédito trabalhista é a prestação do trabalho e a condenação solidária reconhecida em juízo, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação consta R$ 12.573,87, com data-base em 30/09/2024, e reconhece-se R$ 13.711,36, com data-base em 05/09/2025, na Classe I, com o destaque de crédito não originário Breda, em observância ao art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE a divergência formulada por Assis Pedro da Silva Junior, para retificar o crédito ao valor de R$ 13.711,36, com data-base em 05/09/2025**, na Classe I, de natureza concursal, preservado o destaque de crédito não originário Breda, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

A atualização foi apurada por esta Administração Judicial, no cumprimento do seu *munus* público, na forma do art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, a partir da planilha liquidada pelo juízo da ação de origem, e está demonstrada no discriminativo de cálculos que integra a documentação do pleito. Determina-se ao credor que comunique nos autos de origem a opção por receber desta Recuperanda, informando ali os valores que vier a receber.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 13.711,36
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):**

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, para R$ 13.711,36, na Classe I, com data-base em 05/09/2025; (ii) manutenção do destaque "NÃO originário Breda" (Cláusula 4.2.1.7 do PRJ); (iii) determinar ao credor que comunique nos autos de origem a opção por receber da Recuperanda e informe ali os valores que vier a receber; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE a divergência de crédito apresentada por Assis Pedro da Silva Junior, para reconhecer o crédito no valor de R$ 13.711,36 (treze mil, setecentos e onze reais e trinta e seis centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.**

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 012	Assis Pedro da Silva Júnior
Título	Reclamação trabalhista 0102263-44.2017.5.01.0202, Vara do Trabalho de Duque de Caxias, TRT da 1ª Região
Real empregador	Viação Costeira Ltda. - EPP, com a Recuperanda entre os corresponsáveis solidários
Contrato	1º de outubro de 2015 a 23 de março de 2017
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 23 de julho de 2018, da Juíza Adriana Meireles Melonio, julgou procedentes em parte os pedidos e condenou ao pagamento da devolução de R$ 36,00 mensais de descontos de cesta básica, das verbas rescisórias, do FGTS de 8% e das multas dos artigos 467 e 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, indeferida a verba honorária.

A planilha de cálculo liquidada por servidora da Vara em 2 de outubro de 2024 apurou o crédito com data de liquidação em 30 de setembro de 2024, sem correção monetária e com juros de 54,7390% contados do ajuizamento, de que resultou o líquido de R$ 12.573,87 constante da relação de credores.

Parâmetro	Critério
Período a atualizar	De 30 de setembro de 2024, data da liquidação, a 5 de setembro de 2025, data-base. O período é integralmente posterior à Lei 14.905/2024
Correção monetária	IPCA, mês a mês, acumulado de outubro de 2024 a agosto de 2025, no fator de 1,0466995298
Juros de mora	Taxa legal do artigo 406 do Código Civil, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA, acumulada em 6,4700% de outubro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de cinco dias
Base de incidência	A correção incide sobre o todo, e os juros do período novo apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Principal, líquido da contribuição social do segurado	I	8.505,29
Juros apurados pelo Juízo, corrigidos	I	4.655,77
Juros do período de 10/2024 a 05/09/2025	I	550,29
TOTAL		**13.711,36**

I - CRÉDITO APURADO PELO JUÍZO EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

Planilha de cálculo liquidada por Jacqueline da Silva Barros em 2 de outubro de 2024, versão 2.13.0 do sistema

Verba	Principal	Juros	Total
Aviso prévio	1.239,70	678,60	1.918,30
Multa do artigo 467 da CLT sobre o aviso prévio	619,85	339,30	959,15
Devolução de descontos indevidos	612,00	335,07	947,07
Férias acrescidas de um terço	751,33	411,27	1.162,60
Multa do artigo 467 da CLT sobre as férias	375,66	205,63	581,29
Saldo de salário	864,03	430,40	1.294,43
Multa do artigo 467 da CLT sobre o saldo	432,02	236,48	668,50
Décimo terceiro salário	375,67	189,19	564,86
Multa do artigo 467 da CLT sobre o décimo terceiro	187,84	102,82	290,66
Multa do artigo 477 da CLT	1.127,00	616,91	1.743,91
FGTS de 8%	1.648,53	902,38	2.550,91
BRUTO DEVIDO AO RECLAMANTE	**8.233,63**	**4.448,05**	**12.681,68**
Contribuição social do segurado, a descontar	-107,81	—	-107,81
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	**8.125,82**	**4.448,05**	**12.573,87**

II - ATUALIZAÇÃO DE CADA VERBA ATÉ A DATA-BASE

Correção pelo IPCA acumulado de 1,0466995298 e juros da taxa legal de 6,4700%

Verba	Principal corrigido	Juros corrigidos	Juros novos	Total
Aviso prévio	1.297,59	710,29	83,95	2.091,84
Multa do artigo 467 da CLT sobre o aviso prévio	648,80	355,15	41,98	1.045,92
Devolução de descontos indevidos	640,58	350,72	41,45	1.032,74
Férias acrescidas de um terço	786,42	430,48	50,88	1.267,77
Multa do artigo 467 da CLT sobre as férias	393,20	215,23	25,44	633,88
Saldo de salário	904,38	450,50	58,51	1.413,39
Multa do artigo 467 da CLT sobre o saldo	452,20	247,52	29,26	728,98
Décimo terceiro salário	393,21	198,03	25,44	616,68
Multa do artigo 467 da CLT sobre o décimo terceiro	196,61	107,62	12,72	316,95
Multa do artigo 477 da CLT	1.179,63	645,72	76,32	1.901,67
FGTS de 8%	1.725,52	944,52	111,64	2.781,68
BRUTO ATUALIZADO	**8.618,14**	**4.655,77**	**557,59**	**13.831,50**
Contribuição social do segurado, a descontar	-112,84	—	-7,30	-120,15
CRÉDITO EM 05/09/2025	**8.505,29**	**4.655,77**	**550,29**	**13.711,36**

III - EXTRATO DA ATUALIZAÇÃO, MÊS A MÊS

Evolução do crédito líquido de R$ 12.573,87, de outubro de 2024 à data-base

Mês	IPCA	Fator acumulado	Principal corrigido	Taxa legal	Juros	Total
outubro de 2024	0,56%	1,0056000000	8.171,32	0,7042%	4.530,50	12.701,83
novembro de 2024	0,39%	1,0095218400	8.203,19	0,3859%	4.579,83	12.783,02
dezembro de 2024	0,52%	1,0147713536	8.245,85	0,1719%	4.617,82	12.863,67
janeiro de 2025	0,16%	1,0163949877	8.259,04	0,5894%	4.673,89	12.932,93
fevereiro de 2025	1,31%	1,0297097621	8.367,24	0,9022%	4.810,61	13.177,84
março de 2025	0,56%	1,0354761367	8.414,09	0,0000%	4.837,55	13.251,64
abril de 2025	0,43%	1,0399286841	8.450,27	0,3220%	4.885,56	13.335,83
maio de 2025	0,26%	1,0426324987	8.472,24	0,6232%	4.951,06	13.423,30
junho de 2025	0,24%	1,0451348167	8.492,58	0,7760%	5.028,84	13.521,42
julho de 2025	0,26%	1,0478521672	8.514,66	0,8349%	5.113,00	13.627,66
agosto de 2025	-0,11%	1,0466995298	8.505,29	0,9426%	5.187,55	13.692,84
setembro de 2025, pro rata de 5 dias	—	1,0466995298	8.505,29	0,2177%	5.206,06	13.711,36
TOTAL EM 05/09/2025		**1,0466995298**	**8.505,29**	**6,4700%**	**5.206,06**	**13.711,36**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 012	12.573,87	12.573,87

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	013
Data do protocolo	20/07/2026
Nome / Razão social do credor	Luisa Licinio Bresciani
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Felipe Siqueira Silva OAB/RJ 173.347 Fernanda Vale da Silva OAB/RJ 173.167
Origem do crédito	Indenização em Juizado Especial, proc. 0008463-45.2019.8.19.0038, 2º JEC de Nova Iguaçu — obrigação já satisfeita
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 60.000,00 (constava só da relação da inicial, Id. 223696668; fora da retificada)	R$ 0,00 (pedido de exclusão do crédito)	R$ 0,00 (exclusão acolhida; quitação comprovada)
Data-base da atualização	da relação	—	—
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[ ] Concursal [ ] Extraconc.	[ ] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

A credora apresentou divergência para excluir da relação de credores o crédito de R$ 60.000,00 nela lançado, sob o fundamento de que a condenação proferida no processo de origem já foi integralmente satisfeita, requerendo, ainda, a correção da grafia de seu nome, indevidamente registrado como "Luís" em comunicações desta Administração Judicial.

A Recuperanda manifestou-se pela procedência do pleito, informando que a credora já não consta da relação retificada, tendo em vista a quitação comprovada da obrigação originária.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito teve origem em condenação proferida no processo nº 0008463-45.2019.8.19.0038, em trâmite no 2º Juizado Especial Cível de Nova Iguaçu. A documentação acostada aos autos comprova, de forma inequívoca, que a obrigação foi integralmente satisfeita, mediante levantamento dos valores depositados naquele feito, com quitação certificada pela serventia, reconhecimento expresso da própria credora e arquivamento definitivo da execução em 15/04/2026.

Assiste razão à credora: a obrigação está extinta pelo pagamento, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil.

(b) Valor e data-base.

Não há valor a reconhecer. Comprovada a quitação integral da obrigação, o crédito de R$ 60.000,00, originalmente lançado na relação que instruiu a petição inicial (Id. 223696668), deve ser excluído da relação de credores — providência que, inclusive, a própria Recuperanda já adotou na relação retificada (Id. 266596101). Acolhe-se, portanto, o pedido da credora.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(c) Classificação.

Prejudicada, ante a inexistência de crédito a classificar, uma vez acolhido o pedido de exclusão.

(d) Concursalidade.

Prejudicada, pelo mesmo motivo. Ainda que o fato gerador da obrigação fosse anterior ao pedido de recuperação judicial, a extinção da dívida pelo pagamento, ocorrida antes da verificação, afasta qualquer sujeição ao concurso de credores, nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, a contrario sensu.[1]

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação inicial constava o valor de R$ 60.000,00 em nome da credora; da relação retificada, Id. 266596101, a credora já não consta, por força da quitação comprovada. O pedido de exclusão, portanto, coincide com o estado atual da relação de credores, o que corrobora o seu acolhimento, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[2]

Registre-se, ainda, que esta Administração Judicial, por equívoco material, expediu correspondência à credora sob o prenome "Luís", quando o correto é "Luisa". Acolhe-se também o pedido de retificação, devendo o nome da credora ser corrigido para Luisa Licinio Bresciani em todos os registros e comunicações futuras.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE** a divergência formulada por Luisa Licinio Bresciani, para (i) confirmar a exclusão do crédito de R$ 60.000,00 da relação de credores, ante a quitação integral e comprovada da obrigação originária, sem valor, classe ou natureza a reconhecer; e (ii) determinar a retificação do nome da credora para Luisa Licinio Bresciani em todos os registros e correspondências desta Administração Judicial.

[1] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
[2] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 0,00
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[ ] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	—
Encaminhamentos	(i) Confirmar a exclusão do nome da credora na próxima relação de credores; (ii) retificar a grafia do nome da credora para "Luisa Licinio Bresciani" em todos os registros e correspondências desta Administração Judicial, corrigindo o equívoco material que constou como "Luís"; (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE** a divergência de crédito apresentada por Luisa Licinio Bresciani, para reconhecer a exclusão do crédito da relação de credores, em razão da quitação integral e comprovada da obrigação originária, com valor de R$ 0,00, sem classe ou natureza a atribuir, determinando-se, ainda, a

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

retificação do nome da credora para Luisa Licinio Bresciani em todos os registros e correspondências desta Administração Judicial.[3]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto

Gomes de Mattos Advogados Associados

Administrador Judicial

[3] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	014
Data do protocolo	20/07/2026
Nome / Razão social do credor	Isaías da Silva
CPF / CNPJ	956.360.057-68
Endereço para intimações	Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 82, sala 602, Centro, SãoGonçalo/RJ, CEP.: 24.440-440
E-mail / telefone	elisangelarosaadvogadarj@gmail.com 21 99119-3682
Advogado(a) / OAB	Elisângela Rosa da Silveira OAB/RJ 201.625
Origem do crédito	Crédito trabalhista listado na relação de credores, oriundo da reclamação trabalhista nº 0003235-40.2014.5.01.0451, da 1ª Vara do Trabalho de Itaboraí

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 16.686,98 (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos)	R$ 16.686,98 (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos) (anuência ao listado)	R$ 17.873,69 (dezessete mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos)
Data-base da atualização	da relação (05/09/2025)	da relação (05/09/2025)	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	Crédito trabalhista listado na relação de credores	Crédito trabalhista listado na relação de credores	Crédito trabalhista listado na relação de credores
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Outros: peças dos autos da reclamação trabalhista nº 0003235-40.2014.5.01.0451 — cálculo de 14/06/2019, mandado de reavaliação de 21/11/2019, sentença de 18/05/2023 e acórdãos do TRT da 1ª Região

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor apresentou manifestação denominada habilitação de crédito na qual não formula pedido de inclusão nem de retificação, anuindo expressamente ao valor de R$ 16.686,98 (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos) e à Classe I já constantes da relação de credores.

A Recuperanda opinou pela manutenção.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista do credor tem origem na reclamação trabalhista nº 0003235-40.2014.5.01.0451, em curso na 1ª Vara do Trabalho de Itaboraí, TRT da 1ª Região, ajuizada em 22 de outubro de 2014, e já consta da relação de credores pelo valor de R$ 16.686,98 (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos), na Classe I, e a manifestação apresentada reconhece como corretos o valor e a classificação.

Não há controvérsia entre as partes sobre a existência, a liquidez ou a extensão do crédito.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A liquidez provém do cálculo de 14 de junho de 2019, elaborado em cumprimento ao despacho de 28 de maio de 2019, e do mandado de reavaliação de 21 de novembro de 2019, que reproduz aquela composição e fixa a titularidade de cada parcela.

A sentença de mérito não integra as peças dos autos consultadas, e por isso as verbas que compõem o principal não estão discriminadas, trazendo o cálculo dos autos o principal em bloco. Decisão expressa de homologação do cálculo não há.

O mandado de reavaliação discrimina a dívida em R$ 11.828,22, dos quais R$ 11.272,74 correspondem ao crédito do reclamante, R$ 455,48 à contribuição previdenciária e R$ 100,00 às custas de conhecimento. Habilita-se o crédito do reclamante; a contribuição previdenciária e as custas têm titulares diversos, a Previdência e a União, e não integram o crédito do credor.

A r. sentença de 18 de maio de 2023 julgou improcedente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, e não trata da condenação. Os três acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região versam o mesmo incidente e não alteram o valor do crédito.

O de 9 de novembro de 2023 anulou de ofício a sentença do incidente por negativa de prestação jurisdicional; o de 19 de fevereiro de 2025 anulou a decisão por ausência de citação da sócia; e o de 29 de outubro de 2025 negou provimento ao agravo da sócia e manteve a desconsideração. Recurso ao Superior Tribunal de Justiça não há, por incabível na Justiça do Trabalho.

(b) Valor e data-base.

O crédito deve figurar atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. A cifra listada tem data-base na do pedido, mas não vem acompanhada de memória de cálculo, tampouco a manifestação do credor, e por isso esta Administração Judicial apurou o crédito no cumprimento do seu *munus* público, a partir das peças dos autos de origem.

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos artigos 22, inciso I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do artigo 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do artigo 15, inciso II.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A apuração técnica é dever legal desta Administração Judicial, na forma do artigo 7º, § 1º, combinado com o artigo 9º, inciso II, da mesma lei, e dela pode resultar valor inferior ou superior ao listado, porque a verificação não está limitada pelo pedido do credor, pela concordância da devedora, nem pela anuência do próprio credor à cifra da relação.

Em regra, o procedimento de habilitação judicial do crédito tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor no pedido inicial.

Esse entendimento aplica-se analogicamente ao Administrador Judicial que, em fase administrativa própria, igualmente não fica vinculado aos limites do requerimento formulado pelo credor, sendo seu dever legal analisar o pedido com base nos elementos disponíveis.[2]

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[3]

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[4]

O Superior Tribunal de Justiça, em habilitação de crédito trabalhista, manteve a decisão que acolheu a retificação de valor promovida pelo próprio

---

[2] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

[3] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000, Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[4] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

administrador judicial, com a inclusão dos juros de mora até a data do pedido de recuperação judicial.[5]

A base da apuração é o crédito do reclamante fixado no cálculo de 14 de junho de 2019 e declarado no mandado de reavaliação de 21 de novembro de 2019, R$ 11.272,74. Esta Administração Judicial não revisita o que o Juízo do Trabalho apurou, e por isso não recompõe o principal nem os juros do período anterior àquela data, atualizando o crédito dali até a data-base.

O termo inicial dos juros foi a data do ajuizamento da reclamação trabalhista, 22 de outubro de 2014, na forma do artigo 883 da Consolidação das Leis do Trabalho, e o cálculo dos autos os computou até 14 de junho de 2019, à taxa de 55,77%, que corresponde a 1% ao mês, de forma simples, nos 55,8 meses corridos entre uma data e outra.[6]

Os critérios de atualização são dois, separados pela vigência da Lei nº 14.905/2024. Até 29 de agosto de 2024 aplica-se a taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal, julgada em 18 de dezembro de 2020, pela qual, na fase judicial, a SELIC engloba a correção monetária e os juros de mora, de modo que não há juros a somar.

De 30 de agosto de 2024 em diante, a correção corre pelo IPCA, na forma do artigo 389, parágrafo único, do Código Civil, e os juros pela taxa legal do artigo 406 do mesmo Código, que é a taxa SELIC deduzido aquele índice.

A taxa SELIC se acumula pela soma aritmética das taxas mensais, sem capitalização, porque capitalizá-la mês a mês produziria juros sobre juros, vedados pelo verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.[7]

---

[5] Não houve cerceamento de defesa no caso, pois as recuperandas foram intimadas para se manifestar sobre o parecer do administrador judicial, que apresentou retificação do valor inicial para incluir os juros de mora, tendo as empresas exercido o contraditório na oportunidade. [...] A atualização do crédito trabalhista habilitado inclui correção monetária e juros de mora até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005 e da jurisprudência desta Corte. (STJ, REsp nº 1.989.130/SP, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 09/03/2026, DJEN de 13/03/2026)

[6] Art. 883. Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.

[7] Verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O acórdão da ADC 58 não determinou capitalização, e a menção que ali se faz à Calculadora do Cidadão do Banco Central serve de parâmetro comparativo. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região fixou tese de julgamento nesse sentido, no mesmo rumo em que já vinham as suas 2ª, 4ª, 6ª e 17ª Turmas, e em que se orientam o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça de Alagoas.[8]

É o que decorre também do artigo 406 do Código Civil, a que a ADC 58 remete, porque a taxa a observar é a que vigora para os impostos devidos à Fazenda Nacional, acumulada mensalmente e não capitalizada.[9]

De 15 de junho de 2019 a 29 de agosto de 2024, contada de julho de 2019, primeiro mês integral posterior ao termo final dos juros do cálculo, a taxa SELIC acumula 40,7600% e o crédito alcança R$ 15.867,51. De 30 de agosto de 2024 a 5 de setembro de 2025, a correção pelo IPCA acumula 5,1305% e eleva a cifra a R$ 16.681,59, sobre a qual os juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, acumulada em 7,1462% e computado setembro de 2025 pro rata de cinco dias, somam R$ 1.192,10. O crédito, em 5 de setembro de 2025, é de R$ 17.873,69, todo na Classe I.

Não se reconstrói o crédito a partir do principal nominal de R$ 7.236,94. Fazê-lo importaria substituir, por taxa diversa, os juros de mora que o Juízo do Trabalho computou até 14 de junho de 2019 pelo critério então vigente da Lei nº 8.177/91, e a modulação da ADC 58 preservou as contas montadas por aquele critério.

A atualização está demonstrada exercício por exercício e mês a mês, com os índices da fonte oficial, no discriminativo de cálculos que integra a documentação deste pleito.

---

[8] A decisão do STF nas ADCs 58 e 59 estabeleceu a taxa Selic como índice conglobante, mas não determinou sua capitalização composta. O ordenamento jurídico veda o anatocismo (juros sobre juros), conforme a Súmula nº 121 do STF. A metodologia correta de aplicação da Selic é a acumulação simples, mediante soma aritmética das taxas mensais divulgadas pelo Banco Central. A menção à "Calculadora do Cidadão" no acórdão do STF serve apenas como parâmetro comparativo, não obrigando o uso de juros compostos na liquidação trabalhista. [...] Tese de julgamento: A taxa Selic deve ser aplicada de forma simples para a atualização de débitos trabalhistas, vedada a capitalização composta. (TRT da 2ª Região, Agravo de Petição nº 1000640-67.2025.5.02.0603, Relatora Desembargadora Eliane Aparecida da Silva Pedroso, 1ª Turma, DJe de 10/04/2026)

[9] Definida a SELIC como parâmetro único de cômputo de acréscimos legais (juros de mora e correção monetária), esta deve ser aplicada de forma simples, acumulada mensalmente, somando-se os percentuais mês a mês, nos mesmos moldes da apuração de acréscimos referentes a impostos devidos à Fazenda Nacional, conforme o disposto no artigo 406 do CC, e de modo a evitar-se o anatocismo, nos termos da Súmula nº 121 do E. Supremo Tribunal Federal. (TRT da 2ª Região, Agravo de Petição nº 0000220-37.2013.5.02.0462, Relator Desembargador Rodrigo Garcia Schwarz, 2ª Turma, DJe de 16/08/2023)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Reconhece-se, assim, o crédito de R$ 17.873,69, com data-base em 5 de setembro de 2025, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, em lugar dos R$ 16.686,98 listados, diferença de R$ 1.186,71, ou 7,11%, em favor do credor.

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, classificado na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, sem controvérsia.[10]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[11]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

[10] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[11] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

No caso, o fato gerador do crédito trabalhista é a prestação do trabalho ao longo do vínculo, anterior ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação consta R$ 16.686,98, e reconhece-se R$ 17.873,69, na Classe I, ambos com data-base em 05/09/2025, em observância ao art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.[12]

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a manifestação apresentada por Isaías da Silva e, no exercício do *munus* público de que investida, retifica o crédito ao valor de R$ 17.873,69 (dezessete mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), com data-base em 05/09/2025, na Classe I - Trabalhista, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005. No ensejo, frisa-se que a atualização foi apurada a partir do crédito fixado nos autos de origem e está demonstrada no discriminativo de cálculos que integra a documentação do pleito.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 17.873,69 (dezessete mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):**

[12] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, para R$ 17.873,69, na Classe I, com data-base em 05/09/2025, em lugar dos R$ 16.686,98 listados; (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE a manifestação apresentada por Isaías da Silva e, no exercício do *munus* público de que investida, retifica o crédito para reconhecê-lo no valor de R$ 17.873,69 (dezessete mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base em 05/09/2025.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 014	Isaías da Silva, motorista
Título	Reclamação trabalhista 0003235-40.2014.5.01.0451, 1ª Vara do Trabalho de Itaboraí, TRT da 1ª Região
Ajuizamento	22 de outubro de 2014, termo inicial dos juros na forma do artigo 883 da Consolidação das Leis do Trabalho
Classe	I, crédito derivado da legislação do trabalho, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A sentença de mérito não integra as peças dos autos consultadas, e por isso as verbas que compõem o principal não estão discriminadas, trazendo o cálculo dos autos o principal em bloco. A r. sentença de 18 de maio de 2023 julgou improcedente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, e não trata da condenação.

Os três acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região versam o mesmo incidente e não alteram o valor do crédito. O de 9 de novembro de 2023 anulou de ofício a sentença do incidente por negativa de prestação jurisdicional; o de 19 de fevereiro de 2025 anulou a decisão por ausência de citação da sócia; e o de 29 de outubro de 2025 negou provimento ao agravo da sócia e manteve a desconsideração da personalidade jurídica. Não há recurso ao Superior Tribunal de Justiça, incabível na Justiça do Trabalho.

O despacho de 28 de maio de 2019 determinou a atualização do crédito exequendo, e em cumprimento a ele foi elaborado o cálculo de 14 de junho de 2019, que serviu de base ao mandado de reavaliação de 21 de novembro de 2019. Este último discrimina a dívida e é o documento que fixa a titularidade de cada parcela. Decisão expressa de homologação do cálculo não há.

A base da apuração é o crédito do reclamante fixado naquele cálculo e declarado no mandado de reavaliação, R$ 11.272,74. Esta Administração Judicial não revisita o que o Juízo do Trabalho apurou, e por isso não recompõe o principal nem os juros do período anterior a 14 de junho de 2019, atualizando o crédito dali até a data-base.

Critérios de atualização

Período	Critério
Base	Crédito do reclamante fixado no cálculo de 14/06/2019 e declarado no mandado de reavaliação de 21/11/2019, R$ 11.272,74
De 15/06/2019 a 29/08/2024	Taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal, julgada em 18/12/2020: na fase judicial a SELIC engloba a correção monetária e os juros de mora, e por isso não há juros a somar. A taxa se acumula pela soma aritmética das taxas mensais, sem capitalização
De 30/08/2024	Correção pelo IPCA e juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA
Fonte	Banco Central do Brasil, séries SGS. Valores em reais

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito do reclamante, atualizado à data-base	I	17.873,69
TOTAL		**17.873,69**

O valor listado pela Recuperanda, ao qual o credor anuiu, é de R$ 16.686,98. A apuração o supera em R$ 1.186,71, ou 7,11%.

I - COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO NO CÁLCULO DOS AUTOS

Cálculo de 14 de junho de 2019, elaborado em cumprimento ao despacho de 28 de maio de 2019, pelo critério da Lei 8.177/91, índice de 06/2019

Rubrica	Titular	Valor em 14/06/2019
Principal, com índice de correção de 1,00000000, isto é sem correção	reclamante	7.236,94
Juros de mora de 55,77%, de 22/10/2014 a 14/06/2019	reclamante	4.035,80
CRÉDITO DO RECLAMANTE		**11.272,74**
Contribuição previdenciária do segurado	Previdência	128,10
Contribuição previdenciária da empresa	Previdência	327,38
Custas de conhecimento	União	100,00
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO		**11.828,22**

O mandado de reavaliação de 21 de novembro de 2019 reproduz essa composição e fixa a titularidade nos seguintes termos: para garantia da dívida no importe de R$ 11.828,22, sendo R$ 11.272,74 referente ao crédito do Reclamante, R$ 455,48 referente à contribuição previdenciária e custas no valor de R$ 100,00. Habilita-se, portanto, o crédito do reclamante; a contribuição previdenciária e as custas têm titulares diversos.

A taxa de 55,77% corresponde a 1% ao mês, de forma simples, nos 55,8 meses corridos entre o ajuizamento e o cálculo. O critério de juros simples é, portanto, o do próprio título.

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — TAXA SELIC DA FASE JUDICIAL

Sobre o crédito de R$ 11.272,74, de 15/06/2019 até 29/08/2024, exercício por exercício

Exercício	Meses	SELIC do exercício	SELIC acumulada	Valor ao fim do período
15/06/2019 a 31/12/2019	6	2,76%	2,7600%	11.583,87
2020	12	2,72%	5,4800%	11.890,49
2021	12	4,35%	9,8300%	12.380,85
2022	12	11,73%	21,5600%	13.703,14
2023	12	12,31%	33,8700%	15.090,82
01/01/2024 a 29/08/2024	8	6,89%	40,7600%	15.867,51
ACUMULADO DO PERÍODO	**62**		**40,7600%**	**15.867,51**

A soma dos 62 percentuais mensais e a soma dos subtotais de exercício fecham no mesmo acumulado de 40,7600%. O período começa em julho de 2019, primeiro mês integral posterior ao termo final dos juros do cálculo dos autos.

A taxa SELIC se acumula pela soma aritmética das taxas mensais, sem capitalização, porque capitalizá-la mês a mês produziria juros sobre juros, vedados pelo verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. O acórdão da ADC 58 não determinou capitalização, e a menção que ali se faz à Calculadora do Cidadão do Banco Central serve de parâmetro comparativo. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região fixou tese de julgamento nesse sentido no agravo de petição 1000640-67.2025.5.02.0603, no mesmo rumo em que já vinham as suas 2ª, 4ª, 6ª e 17ª Turmas, e em que se orientam o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça de Alagoas. Some-se que o artigo 406 do Código Civil, a que a ADC 58 remete, manda observar a taxa dos impostos devidos à Fazenda Nacional, acumulada mensalmente e não capitalizada.

III - MEMÓRIA DE CÁLCULO — IPCA E TAXA LEGAL DA LEI 14.905/2024

Correção pelo IPCA sobre R$ 15.867,51, mês a mês, dos meses fechados até a data-base

Competência	IPCA do mês	Fator acumulado	Valor corrigido
setembro de 2024	0,44%	1,00440000	15.937,33
outubro de 2024	0,56%	1,01002464	16.026,57
novembro de 2024	0,39%	1,01396374	16.089,08
dezembro de 2024	0,52%	1,01923635	16.172,74
janeiro de 2025	0,16%	1,02086713	16.198,62
fevereiro de 2025	1,31%	1,03424049	16.410,82
março de 2025	0,56%	1,04003223	16.502,72
abril de 2025	0,43%	1,04450437	16.573,68
maio de 2025	0,26%	1,04722008	16.616,77
junho de 2025	0,24%	1,04973341	16.656,65
julho de 2025	0,26%	1,05246272	16.699,96
agosto de 2025	-0,11%	1,05130501	16.681,59
ACUMULADO	**5,1305%**	**1,05130501**	**16.681,59**

Juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, que é a SELIC deduzido o IPCA, sobre o crédito corrigido

Rubrica	Percentual	Base	Valor
Taxa legal acumulada de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de cinco dias	7,1462%	16.681,59	1.192,10

IV - CONSOLIDAÇÃO

Etapa	Critério	Valor
Crédito do reclamante em 14/06/2019	cálculo dos autos	11.272,74
Fase judicial, até 29/08/2024	SELIC simples de 40,7600%	15.867,51
Correção de 30/08/2024 a 05/09/2025	IPCA de 5,1305%	16.681,59
Juros de 30/08/2024 a 05/09/2025	taxa legal de 7,1462%	1.192,10
TOTAL EM 05/09/2025, CLASSE I		**17.873,69**

Caminhos afastados

Caminho	SELIC acumulada	Valor em 05/09/2025
Reconstruir do principal nominal de R$ 7.236,94, com SELIC simples	88,0500%	15.329,71
O mesmo, com a SELIC capitalizada mês a mês	140,2853%	19.587,89

O primeiro caminho recompõe todo o período posterior ao ajuizamento pela taxa da fase judicial, e com isso substitui, por taxa menor, os juros de mora que o Juízo do Trabalho computou até 14 de junho de 2019 pelo critério então vigente da Lei nº 8.177/91. A modulação da ADC 58 preservou as contas montadas por aquele critério, e não cabe a esta Administração Judicial refazê-las.

O segundo acumula a taxa SELIC por capitalização mês a mês, o que produz juros sobre juros, vedados pelo verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

V - CONFRONTO COM A RELAÇÃO DE CREDORES

Item	Valor em 05/09/2025
Apurado nesta verificação	17.873,69
Listado pela Recuperanda e aceito pelo credor	16.686,98
Retificação para cima, 7,11%	**1.186,71**

O credor não formulou pedido de retificação, tendo anuído à cifra listada. A retificação decorre da apuração realizada por esta Administração Judicial, na forma do artigo 7º, § 1º, combinado com o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, porque a verificação não está limitada ao que as partes pedem ou aceitam.

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 014	16.686,98	16.686,98

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	015
Data do protocolo	20/07/2026
Nome / Razão social do credor	Paulo Roberto Maximiano Rabello
CPF / CNPJ	462.410.007-72
Endereço para intimações	Travessa Elisete Cardoso, casa 2, Conjunto Santa Maria, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ, CEP 23071-160.
E-mail / telefone	silvacristinaadv@gmail.com
Advogado(a) / OAB	Ana Cristina da Silva

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	OAB/RJ
Origem do crédito	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF do Grupo Expresso Mangaratiba/Costeira), ATOrd 0101312-38.2017.5.01.0206, 6ª VT de Duque de Caxias
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 41.188,64 (quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)	R$ 41.188,64 (quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) (anuência ao listado)	R$ 41.188,64 (quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)
Data-base da atualização	da relação	—	da relação
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	originário Breda — REEF do Grupo Expresso Mangaratiba/Costeira), ATOrd 0101312-38.2017.5.01.0206, 6ª VT de Duque de Caxias	originário Breda — REEF do Grupo Expresso Mangaratiba/Costeira), ATOrd 0101312-38.2017.5.01.0206, 6ª VT de Duque de Caxias	originário Breda — REEF do Grupo Expresso Mangaratiba/Costeira), ATOrd 0101312-38.2017.5.01.0206, 6ª VT de Duque de Caxias
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

Em resposta à correspondência desta Administração Judicial, a advogada do credor informou que ele concorda e aceita o crédito de R$ 41.188,64 (quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) listado em seu favor, juntando certidão do juízo trabalhista de origem.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A Recuperanda registrou a ausência de controvérsia e pediu a manutenção, com preservação do destaque de crédito não originário Breda.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista decorre de condenação com responsabilidade solidária da Recuperanda vinculada ao regime especial de execução forçada do Grupo Expresso Mangaratiba/Costeira, e está comprovado por certidão da 6ª Vara do Trabalho de Duque de Caxias, que registra inclusive a posição do credor na fila daquele regime. A certidão do juízo de origem comprova a existência, a liquidez e a exigibilidade do crédito, e o credor anuiu expressamente ao valor listado.

(b) Valor e data-base.

Sem pretensão modificativa, mantém-se o valor listado, R$ 41.188,64 (quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), ao qual o credor expressamente anuiu, presumida a atualização na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.[1]

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, preservado o destaque de crédito não originário Breda. O condicionamento do pagamento previsto na Cláusula 4.2.1.7 do Plano é matéria de execução do plano e não interfere no valor nem na classe.[2]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

[1] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.
[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito trabalhista é a prestação do trabalho e a condenação solidária vinculada ao regime especial de execução do Grupo Expresso Mangaratiba/Costeira, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

O crédito já consta da relação nos exatos termos reconhecidos e aceitos pelo credor, nada havendo a retificar, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[4]

[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

[4] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial recebe a manifestação como anuência e mantém o crédito de Paulo Roberto Maximiano Rabello no valor de R$ 41.188,64 (quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), na Classe I, de natureza concursal, com o destaque de crédito não originário Breda, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, nada havendo a acolher ou retificar.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [X] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 41.188,64 (quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	conforme relação (05/09/2025)
Encaminhamentos	(i) Manutenção na próxima relação com o destaque "NÃO originário Breda" (Cláusula 4.2.1.7 do PRJ); (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **NÃO ACOLHE** a divergência de crédito apresentada por Paulo Roberto Maximiano Rabello, para reconhecer o crédito no valor de R$ 41.188,64 (quarenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base conforme relação (05/09/2025).[5][6]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[5] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[6] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	016
Data do protocolo	20/07/2026 (e-mail)
Nome / Razão social do credor	Light — Serviços de Eletricidade S.A.
CPF / CNPJ	60.444.437/0001-46
Endereço para intimações	Rua São José, 20/17º andar – Centro, Rio de Janeiro CEP: 20.010-020
E-mail / telefone	viriatomontenegro@vmadv.com.br
Advogado(a) / OAB	Viriato Montenegro OAB/RJ 095381

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Origem do crédito	Faturas de fornecimento de energia elétrica de 3 unidades consumidoras (UCs 400097608, 400098264 e 411747946)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 8.931,45 (oito mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos)	R$ 23.773,16 (vinte e três mil, setecentos e setenta e três reais e dezesseis centavos)	R$ 8.931,45 (oito mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) (mantido o listado)
Data-base da atualização	da relação	—	da relação
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	Faturas de fornecimento de energia elétrica	Faturas de fornecimento de energia elétrica de 3 unidades consumidoras (UCs 400097608, 400098264 e 411747946)	Faturas de fornecimento de energia elétrica

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[X] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

A concessionária apresentou divergência para majorar seu crédito de R$ 8.931,45 (oito mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) para R$ 23.773,16 (vinte e três mil, setecentos e setenta e três reais e dezesseis centavos), somando faturas de energia elétrica de três unidades consumidoras que reputa em aberto.

A Recuperanda entende pela rejeição integral, aduzindo que as faturas do imóvel de Itaguaí, vencidas entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, estão prescritas; a fatura da Rua do Alho vencida em 14/02/2024 foi paga, computado pagamento a maior do mês anterior; e a única fatura remanescente, de agosto de 2025, já compõe o valor listado.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras da Recuperanda, documentado pelas faturas que instruem a divergência. A instrução formal atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu as faturas, as datas de vencimento e os comprovantes de pagamento apresentados pela Recuperanda, apurando a exigibilidade de cada parcela de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

A majoração pretendida não se sustenta em nenhum dos três blocos. Quanto às faturas da unidade de Itaguaí, vencidas de dezembro de 2019 a agosto de 2020, incide a prescrição quinquenal do art. 206, § 5º, I, do Código Civil, própria das dívidas líquidas constantes de instrumento particular.

A suspensão da prescrição decorrente do processo recuperacional opera a partir do deferimento do processamento, em 09/09/2025, na forma do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, de modo que as faturas vencidas até 08/09/2020 já estavam prescritas quando da suspensão, e todas as faturas desse bloco venceram antes dessa data.

A credora não alegou nem comprovou qualquer causa interruptiva, ônus que lhe cabia.

Quanto à fatura da unidade da Rua do Alho vencida em 14/02/2024, no valor de R$ 8.080,89 (oito mil e oitenta reais e oitenta e nove centavos), a Recuperanda comprovou o pagamento, considerado o crédito de R$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais) decorrente de pagamento a maior realizado no mês de janeiro de 2024, extinguindo-se a obrigação.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Remanesce apenas a fatura de agosto de 2025, que já integra o valor listado de R$ 8.931,45 (oito mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos).

(c) Classificação.

O crédito de fornecimento de energia elétrica, sem preferência legal, classifica-se na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, como listado e como pedido.[2]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco

[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, em contrato de fornecimento continuado de energia elétrica, o fato gerador de cada parcela é o consumo do respectivo período de competência.

A fatura remanescente refere-se ao consumo de agosto de 2025, anterior ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação consta R$ 8.931,45 (oito mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos), na Classe III. A credora pretende R$ 23.773,16 (vinte e três mil, setecentos e setenta e três reais e dezesseis centavos).

Mantém-se o valor listado, pois as parcelas adicionais estão prescritas ou pagas, conforme a alínea (b), em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[4]

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial NÃO ACOLHE a divergência formulada por Light Serviços de Eletricidade S.A., CNPJ nº 60.444.437/0001-46, mantendo-se o crédito no valor de R$ 8.931,45 (oito mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos), na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, ressalvada a reapreciação caso a credora comprove causa interruptiva da prescrição não deduzida nesta via.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE

[4] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[X] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 8.931,45 (oito mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	conforme relação
Encaminhamentos	(i) Manutenção do crédito listado; (ii) conferência visual dos comprovantes de pagamento (documento escaneado); (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL NÃO ACOLHE a divergência de crédito apresentada por Light — Serviços de Eletricidade S.A., para reconhecer o crédito no valor de R$ 8.931,45 (oito mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos), a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base conforme relação.[5]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[5] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	017
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	Danielle Alves da Costa Gomes
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	José Orisvaldo Brito da Silva OAB/RJ 57069
Origem do crédito	Indenização (danos morais de R$ 6.000,00 e indenização de 7/30 do salário mínimo), proc. 2178433-41.2011.8.19.0021, 4ª Vara Cível de Duque de Caxias — sentença SEM trânsito em julgado (embargos de declaração pendentes)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	— (crédito não constava)	R$ 16.861,98	R$ 16.523,36 (em reserva — art. 6º, §3º, LRF)
Data-base da atualização	—	—	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)

[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)

[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)

[ ] Outros: [_____]

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

A credora requer a inclusão de R$ 16.861,98, correspondentes à condenação por danos morais de R$ 6.000,00 e indenização de 7/30 do salário-mínimo fixadas em sentença do processo nº 2178433-41.2011.8.19.0021, com destaque da verba honorária de seu patrono.

A Recuperanda respondeu pela rejeição, por ausência de trânsito em julgado da sentença, pendente de embargos de declaração, esclarecendo que a credora, antes listada por R$ 100.000,00, foi excluída da relação retificada exatamente pela iliquidez.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

A pretensão funda-se em sentença que condenou a Recuperanda, solidariamente com corré, ao pagamento de indenização por danos morais de R$ 6.000,00 e de indenização correspondente a 7/30 do salário-mínimo. A sentença, contudo, ainda não transitou em julgado, pendendo de julgamento embargos de declaração, de modo que o conteúdo da condenação permanece sujeito a modificação, seja quanto à existência, seja quanto à extensão da obrigação.

Falta ao crédito, portanto, o atributo da liquidez e da definitividade necessário à habilitação. A jurisprudência é firme no sentido de que obrigações ilíquidas não comportam habilitação no procedimento recuperacional, devendo ser previamente apuradas perante o juízo competente, como reconhecem os precedentes invocados nos autos, inclusive do Superior Tribunal de Justiça e, entre outros, o agravo de instrumento nº 2256541-64.2025 do TJSP.

(b) Valor e data-base.

A iliquidez impede a inscrição definitiva do crédito, mas não impede que se identifique o montante a resguardar, e esta Administração Judicial o apurou a partir do próprio título.

O dispositivo da r. sentença determinou que todos os consectários legais observassem o art. 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024. A correção

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

monetária corre, por isso, da data da sentença, 18/08/2025, pelo IPCA, com fator de 0,9985954500 pela tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e os juros de mora correm da citação, 22/11/2011, computado o próprio dia, à taxa de 1% ao mês, simples, por mês de calendário completo até 29/08/2024, e pela taxa legal do mesmo art. 406 a partir de 30/08/2024, somando 160,4043%.

A indenização de sete trinta avos do salário-mínimo é verba única, correspondente aos sete dias de incapacidade apurados no laudo pericial, e não prestação de trato sucessivo, tomando-se o mínimo vigente na data-base, de R$ 1.518,00, do que resultam R$ 354,20.

Apura-se, por esses critérios, R$ 16.523,36, e não os R$ 16.861,98 do cálculo que instrui o pleito. A diferença de R$ 338,62 decorre de três pontos. O cálculo da credora tomou o salário mínimo de R$ 1.621,00, de 2026, quando a data-base é 05/09/2025 e o mínimo então vigente era de R$ 1.518,00.

Contou os juros dividindo 4.916 dias por 360 e multiplicando por 12% ao ano, a partir de 09/01/2012, o que produz 163,8667%, ao passo que a contagem por mês de calendário completo, a partir da citação real de 22/11/2011, produz 160,4043%.

E fez correr a correção monetária de 31/07/2025, data da conclusão dos autos ao Juízo, e não de 18/08/2025, data da sentença, que é o que o dispositivo determinou. Os dois primeiros pontos elevam o crédito e o terceiro o reduz. O demonstrativo, verba por verba, acompanha esta decisão.

É esse o montante cuja reserva se recomenda, com data-base em 05/09/2025, marco do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. A listagem original de R$ 100.000,00 não serve de parâmetro, por ser estimativa unilateral, muito superior ao que a sentença efetivamente concedeu.

(c) Classificação.

O crédito é de natureza indenizatória civil e classifica-se na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, sendo essa a classe em que a reserva deve ser constituída.

A verba honorária sucumbencial dela decorrente não integra este crédito, por constituir direito autônomo do advogado, na forma dos arts. 85, § 14, do Código de

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, e é objeto da habilitação 018, apresentada pelo patrono em nome próprio.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da pretensão é o evento danoso discutido na demanda ajuizada em 2011, muito anterior ao marco acima referido. A circunstância de a condenação ainda pender de julgamento de embargos de declaração não desloca esse marco: o Tema 1.051 é expresso ao afastar o reconhecimento judicial como critério de enquadramento temporal, de modo que a iliquidez atual diz respeito ao quantum do crédito, e não à sua existência nem à sua submissão ao concurso.

É precisamente essa distinção que autoriza a reserva. Se o crédito fosse extraconcursal, nada haveria a reservar neste quadro, pois seguiria cobrança própria à margem da recuperação judicial; e se a iliquidez afastasse a concursalidade, a credora

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

cujo título ainda pende de recurso ficaria em posição pior do que a de quem já o liquidou, sem que a lei estabeleça semelhante diferença. A reserva resolve a tensão entre os dois planos: reconhece desde já a natureza concursal, que decorre do fato gerador, e adia apenas a inscrição, que depende do valor.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito, na exata medida em que vier a ser liquidado no juízo de origem.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação que acompanhou a petição inicial constava R$ 100.000,00; da relação retificada, Id. 266596101, a credora não consta, por decisão da própria Recuperanda fundada na iliquidez. Não se inscreve o crédito nesta fase, pela mesma razão, determinando-se em seu lugar a reserva de R$ 16.523,36 na Classe III, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a pretensão de Danielle Alves da Costa Gomes. O crédito não é inscrito no quadro-geral de credores nesta fase, ante a iliquidez do título, mas se **OPINA PELA RESERVA de R$ 16.523,36, na Classe III**, de natureza concursal, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 6º, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, cabendo a determinação ao juízo competente e, uma vez reconhecido líquido o direito, a inclusão do crédito na classe própria, como dispõe o mesmo parágrafo.

A reserva é a solução que atende às duas exigências em tensão: não inscreve obrigação ainda incerta no quadro de credores, e não deixa a credora desamparada, pois lhe assegura o rateio que lhe caberia caso a condenação se confirme, revertendo o valor à massa caso não se confirme.

Consigna-se expressamente que esta decisão não constitui juízo de inexistência do crédito: sobrevindo o trânsito em julgado da condenação, fica ressalvada a habilitação do crédito então líquido, sem que se lhe possa opor a intempestividade decorrente desta fase.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 16.523,36 (em reserva)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Comunicar ao Juízo a recomendação de reserva de R$ 16.523,36, na Classe III, na forma do art. 6º, § 3º, da Lei nº 11.101/2005; (ii) monitorar a liquidação do título no juízo de origem e, uma vez líquido o direito, promover a inclusão do crédito na classe própria; (iii) ressalvar expressamente a habilitação futura, sem pecha de intempestividade; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação de crédito apresentada por Danielle Alves da Costa Gomes, para, não inscrevendo o crédito no quadro-geral nesta fase ante a iliquidez do título, OPINAR PELA

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

RESERVA do valor de R$ 16.523,36 (dezesseis mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos), na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, na forma do art. 6º, § 3º, da Lei nº 11.101/2005.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 017	Danielle Alves da Costa Gomes, a condenação
Pleito 018	José Orisvaldo Brito da Silva, OAB/RJ 57.069, os honorários
Título	Ação indenizatória 2178433-41.2011.8.19.0021, 4ª Vara Cível de Duque de Caxias, ajuizada em 15 de fevereiro de 2011
Evento	19 de setembro de 2010, colisão de coletivo da Recuperanda na traseira de outro ônibus, do qual a autora era passageira, com trauma e fratura buco-maxilar
Citação	22 de novembro de 2011, termo inicial dos juros, computado o próprio dia
Solidariedade	Nobre Seguradora do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial, chamada ao processo e condenada solidariamente
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 18 de agosto de 2025, do Juiz Paulo Maurício Simão Filho, julgou parcialmente procedente o pedido e condenou os réus, de forma solidária, a R$ 6.000,00 de dano moral, com juros desde a citação e correção monetária a partir da sentença, e a indenização de sete trinta avos do salário mínimo pelos sete dias de incapacidade constatados no laudo pericial, mais honorários de 10% sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Julgou improcedentes os demais pedidos, entre eles a pensão mensal de dois salários mínimos e o dano estético, de sorte que não há verba de trato sucessivo a apurar. O índice está fixado no próprio título: todos os consectários legais incidentes na condenação deverão observar a forma da atual redação do artigo 406 do Código Civil, com a redação atribuída pela Lei 14.905/24.

Não há acórdão. A Nobre Seguradora opôs embargos de declaração em 26 de agosto de 2025, tidos por tempestivos na certidão de 19 de fevereiro de 2026, e a autora apresentou contrarrazões em 20 de fevereiro de 2026. Os embargos não foram julgados e não há certidão de trânsito em julgado. Não há decisão do Superior Tribunal de Justiça, e o feito segue em primeiro grau.

Critérios de atualização

Parâmetro	Critério
Correção monetária	Da data da sentença, 18/08/2025, à data-base, pelo IPCA, na forma do artigo 406 do Código Civil com a redação da Lei 14.905/2024, que o próprio dispositivo determinou. Fator de 0,9985954500, pela tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ
Juros de mora	Da citação, 22/11/2011, computado o próprio dia: 1% ao mês, simples, por mês de calendário completo, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil depois. Somam 160,4043%
Base dos honorários	O valor da condenação atualizado, na forma do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Valores em reais

Quadro resumo

Pleito e titular	Classe	Valor em 05/09/2025
017, Danielle Alves da Costa Gomes, a condenação	III	16.523,36
018, José Orisvaldo Brito da Silva, os honorários	I	1.652,34
TOTAL		**18.175,70**

I - APURAÇÃO POR VERBA

Verba	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
Dano moral	6.000,00	0,9985954500	5.991,57	160,4043%	9.610,74	15.602,31
Indenização de 07/30 do salário mínimo	354,20	0,9985954500	353,70	160,4043%	567,35	921,05
CONDENAÇÃO	**6.354,20**		**6.345,27**		**10.178,09**	**16.523,36**

A verba de sete trinta avos é indenização única, e não prestação de trato sucessivo: corresponde aos sete dias de incapacidade apurados no laudo. Tomou-se o salário mínimo vigente na data-base, R$ 1.518,00, do que resultam R$ 354,20.

Verba honorária

Rubrica	Percentual	Base	Valor em 05/09/2025
Honorários sucumbenciais do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, em favor do patrono	10,00%	16.523,36	1.652,34
TOTAL DOS DOIS PLEITOS			**18.175,70**

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — OS JUROS DE MORA

Composição do percentual, da citação em 22/11/2011 à data-base

Período	Critério	Percentual
De 22/11/2011 a 29/08/2024	1% ao mês, simples, em 153,2581 meses de calendário completos, com pro rata die na fração	153,2581%
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA	7,1462%
JUROS TOTAIS		**160,4043%**

A taxa legal, mês a mês

Competência	Taxa do mês	Proporção	Acumulado
setembro de 2024	0,6762%	mês cheio	0,6762%
outubro de 2024	0,7042%	mês cheio	1,3805%
novembro de 2024	0,3859%	mês cheio	1,7663%
dezembro de 2024	0,1719%	mês cheio	1,9383%
janeiro de 2025	0,5894%	mês cheio	2,5277%
fevereiro de 2025	0,9022%	mês cheio	3,4299%
março de 2025	0,0000%	mês cheio	3,4299%
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	3,7519%
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	4,3751%
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	5,1511%
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	5,9859%
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	6,9286%
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	7,1462%
ACUMULADO			**7,1462%**

III - CONFRONTO COM O CÁLCULO DO CREDOR

Pleito e titular	Classe	Cálculo do credor	Apuração desta Administração Judicial
017, Danielle Alves da Costa Gomes	III	16.861,98	16.523,36
018, José Orisvaldo Brito da Silva	I	1.686,20	1.652,34
TOTAL		**18.548,18**	**18.175,70**
DIFERENÇA			**-372,48**

Os três pontos de divergência

Ponto	Cálculo do credor	Apuração desta Administração Judicial
Salário mínimo da verba de sete trinta avos	R$ 378,23, sete trinta avos do mínimo de R$ 1.621,00, de 2026	R$ 354,20, sete trinta avos do mínimo de R$ 1.518,00, vigente na data-base
Contagem dos juros	163,8667%, de 4.916 dias divididos por 360 e multiplicados por 12% ao ano, contados de 09/01/2012	160,4043%, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, contados da citação real de 22/11/2011
Termo inicial da correção	31/07/2025, data da conclusão dos autos ao Juízo	18/08/2025, data da sentença, que é o que o dispositivo determinou

Os dois primeiros pontos correm em sentidos opostos: a divisão por 360 e o salário mínimo de 2026 elevam o crédito, e a data de citação posterior à real o reduz. O saldo é de R$ 372,48 a menos do que o credor apurou.

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 017	16.861,98	0,00
Pleito 018	1.686,20	0,00

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	018
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	José Orisvaldo Brito da Silva, advogado
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria
Origem do crédito	Honorários advocatícios sucumbenciais fixados na sentença do proc. 2178433-41.2011.8.19.0021, da 4ª Vara Cível de Duque de Caxias, em que o habilitante patrocinou Danielle Alves da Costa Gomes, cujo crédito principal é objeto do pleito 017 — sentença SEM trânsito em julgado. Não são objeto deste pleito os honorários do proc. 0027672-

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	81.2010.8.19.0210, do mesmo patrono, que constituem o pleito 022
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	— (crédito não constava)	R$ 1.686,20	R$ 1.652,34 (em reserva — art. 6º, §3º, LRF)
Data-base da atualização	—	—	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante, patrono da credora Danielle Alves da Costa Gomes na demanda do processo nº 2178433-41.2011.8.19.0021, requer a inclusão de R$ 1.686,20 a título de honorários sucumbenciais fixados na sentença daquele feito.

A Recuperanda respondeu pela rejeição por não haver transitado em julgado a sentença que fixou a verba.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

A verba honorária pretendida é acessória da condenação imposta à Recuperanda no processo nº 2178433-41.2011.8.19.0021, em sentença que pende de julgamento de embargos de declaração e, portanto, sem trânsito em julgado.

O acessório segue a sorte do principal: enquanto a condenação puder ser modificada pelas instâncias recursais, os honorários dela decorrentes permanecem ilíquidos e sem definitividade, o que impede a habilitação nesta fase, conforme jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça e dos tribunais estaduais, que não admitem a habilitação de obrigações ilíquidas no procedimento recuperacional.

(b) Valor e data-base.

A iliquidez impede a inscrição definitiva, mas não impede identificar o montante a resguardar. A r. sentença fixou a verba em 10% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, de sorte que o seu montante acompanha o da condenação, proporção que confirma a acessoriedade.

O mesmo dispositivo determinou ainda que todos os consectários legais observassem o art. 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024. A correção monetária corre, por isso, da data da sentença, 18/08/2025, pelo IPCA, com fator de

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

0,9985954500 pela tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e os juros de mora correm da citação, 22/11/2011, computado o próprio dia, à taxa de 1% ao mês, simples, por mês de calendário completo até 29/08/2024, e pela taxa legal do mesmo art. 406 a partir de 30/08/2024, somando 160,4043%. Por esses critérios, a condenação alcança R$ 16.523,36 e a verba honorária correspondente é de R$ 1.652,34, e não os R$ 1.686,20 pretendidos.

O demonstrativo, verba por verba, acompanha esta decisão, e é esse o valor cuja reserva se recomenda, com data-base em 05/09/2025, marco do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

(c) Classificação.

Os honorários sucumbenciais ostentam natureza alimentar, nos termos dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, e recebem, para fins concursais, o tratamento equiparado aos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, sendo essa a classe em que a reserva deve ser constituída. A verba é lançada apartada do crédito da constituinte, por constituir direito autônomo do advogado.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

reconhecimento judicial. Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba honorária sucumbencial é a sentença que a deferiu. O direito do advogado a essa verba não nasce da prestação dos serviços nem do contrato celebrado com o constituinte, mas do ato jurisdicional que, ao julgar a demanda, impõe ao vencido o dever de pagá-la: antes dele há expectativa, e não crédito.

A sentença que arbitrou os honorários no processo nº 2178433-41.2011.8.19.0021 foi proferida antes do pedido de recuperação judicial, e é esse o momento que importa, não o do trânsito em julgado nem o da liquidação do valor, como assenta a tese acima referida.

É precisamente essa distinção que autoriza a reserva. A iliquidez que ora impede a inscrição decorre dos embargos de declaração pendentes, que podem alterar o quantum da condenação e, por acessoriedade, o da verba honorária; ela não afeta, porém, a existência do crédito nem o seu enquadramento temporal, já definidos pela sentença.

Se a verba fosse extraconcursal, nada haveria a reservar neste quadro; e se a iliquidez afastasse a concursalidade, o profissional cujo título ainda pende de recurso ficaria em posição pior do que a de quem já o liquidou, sem amparo na lei. A reserva reconhece desde já a natureza concursal e adia apenas a inscrição, que depende do valor.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal da verba, na exata medida em que vier a ser liquidada no juízo de origem.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação formulada por José Orisvaldo Brito da Silva. A verba não é inscrita no quadro-geral de credores nesta fase, porque o título que a fixou pende de julgamento de

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

embargos de declaração e o acessório segue a sorte do principal, mas se **OPINA PELA RESERVA de R$ 1.652,34, na Classe I**, de natureza concursal, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 6º, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, cabendo a determinação ao juízo competente e, uma vez reconhecido líquido o direito, a inclusão do crédito na classe própria, apartado do crédito da constituinte, cujo crédito principal é objeto da divergência 017.

Consigna-se que esta decisão não constitui juízo de inexistência da verba: sobrevindo o trânsito em julgado, fica ressalvada a habilitação do crédito então líquido, sem pecha de intempestividade.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 1.652,34 (em reserva)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Comunicar ao Juízo a recomendação de reserva de R$ 1.652,34, na Classe I, na forma do art. 6º, § 3º, da Lei nº 11.101/2005; (ii) monitorar a liquidação do título no juízo de origem e, uma vez

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	líquido o direito, promover a inclusão do crédito na classe própria, apartado do crédito da constituinte; (iii) ressalvar expressamente a habilitação futura, sem pecha de intempestividade; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.[1]

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação de crédito apresentada por José Orisvaldo Brito da Silva, advogado, para, não inscrevendo a verba no quadro-geral nesta fase ante a iliquidez do título que a fixou, **OPINAR PELA RESERVA** do valor de R$ 1.652,34 (mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos), na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, na forma do art. 6º, § 3º, da Lei nº 11.101/2005.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[1] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 017	Danielle Alves da Costa Gomes, a condenação
Pleito 018	José Orisvaldo Brito da Silva, OAB/RJ 57.069, os honorários
Título	Ação indenizatória 2178433-41.2011.8.19.0021, 4ª Vara Cível de Duque de Caxias, ajuizada em 15 de fevereiro de 2011
Evento	19 de setembro de 2010, colisão de coletivo da Recuperanda na traseira de outro ônibus, do qual a autora era passageira, com trauma e fratura buco-maxilar
Citação	22 de novembro de 2011, termo inicial dos juros, computado o próprio dia
Solidariedade	Nobre Seguradora do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial, chamada ao processo e condenada solidariamente
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 18 de agosto de 2025, do Juiz Paulo Maurício Simão Filho, julgou parcialmente procedente o pedido e condenou os réus, de forma solidária, a R$ 6.000,00 de dano moral, com juros desde a citação e correção monetária a partir da sentença, e a indenização de sete trinta avos do salário mínimo pelos sete dias de incapacidade constatados no laudo pericial, mais honorários de 10% sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Julgou improcedentes os demais pedidos, entre eles a pensão mensal de dois salários mínimos e o dano estético, de sorte que não há verba de trato sucessivo a apurar. O índice está fixado no próprio título: todos os consectários legais incidentes na condenação deverão observar a forma da atual redação do artigo 406 do Código Civil, com a redação atribuída pela Lei 14.905/24.

Não há acórdão. A Nobre Seguradora opôs embargos de declaração em 26 de agosto de 2025, tidos por tempestivos na certidão de 19 de fevereiro de 2026, e a autora apresentou contrarrazões em 20 de fevereiro de 2026. Os embargos não foram julgados e não há certidão de trânsito em julgado. Não há decisão do Superior Tribunal de Justiça, e o feito segue em primeiro grau.

Critérios de atualização

Parâmetro	Critério
Correção monetária	Da data da sentença, 18/08/2025, à data-base, pelo IPCA, na forma do artigo 406 do Código Civil com a redação da Lei 14.905/2024, que o próprio dispositivo determinou. Fator de 0,9985954500, pela tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ
Juros de mora	Da citação, 22/11/2011, computado o próprio dia: 1% ao mês, simples, por mês de calendário completo, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil depois. Somam 160,4043%
Base dos honorários	O valor da condenação atualizado, na forma do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Valores em reais

Quadro resumo

Pleito e titular	Classe	Valor em 05/09/2025
017, Danielle Alves da Costa Gomes, a condenação	III	16.523,36
018, José Orisvaldo Brito da Silva, os honorários	I	1.652,34
TOTAL		**18.175,70**

I - APURAÇÃO POR VERBA

Verba	Nominal	Fator	Corrigido	Juros	Juros de mora	Total
Dano moral	6.000,00	0,9985954500	5.991,57	160,4043%	9.610,74	15.602,31
Indenização de 07/30 do salário mínimo	354,20	0,9985954500	353,70	160,4043%	567,35	921,05
CONDENAÇÃO	**6.354,20**		**6.345,27**		**10.178,09**	**16.523,36**

A verba de sete trinta avos é indenização única, e não prestação de trato sucessivo: corresponde aos sete dias de incapacidade apurados no laudo. Tomou-se o salário mínimo vigente na data-base, R$ 1.518,00, do que resultam R$ 354,20.

Verba honorária

Rubrica	Percentual	Base	Valor em 05/09/2025
Honorários sucumbenciais do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, em favor do patrono	10,00%	16.523,36	1.652,34
TOTAL DOS DOIS PLEITOS			**18.175,70**

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — OS JUROS DE MORA

Composição do percentual, da citação em 22/11/2011 à data-base

Período	Critério	Percentual
De 22/11/2011 a 29/08/2024	1% ao mês, simples, em 153,2581 meses de calendário completos, com pro rata die na fração	153,2581%
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA	7,1462%
JUROS TOTAIS		**160,4043%**

A taxa legal, mês a mês

Competência	Taxa do mês	Proporção	Acumulado
setembro de 2024	0,6762%	mês cheio	0,6762%
outubro de 2024	0,7042%	mês cheio	1,3805%
novembro de 2024	0,3859%	mês cheio	1,7663%
dezembro de 2024	0,1719%	mês cheio	1,9383%
janeiro de 2025	0,5894%	mês cheio	2,5277%
fevereiro de 2025	0,9022%	mês cheio	3,4299%
março de 2025	0,0000%	mês cheio	3,4299%
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	3,7519%
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	4,3751%
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	5,1511%
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	5,9859%
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	6,9286%
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	7,1462%
ACUMULADO			**7,1462%**

III - CONFRONTO COM O CÁLCULO DO CREDOR

Pleito e titular	Classe	Cálculo do credor	Apuração desta Administração Judicial
017, Danielle Alves da Costa Gomes	III	16.861,98	16.523,36
018, José Orisvaldo Brito da Silva	I	1.686,20	1.652,34
TOTAL		**18.548,18**	**18.175,70**
DIFERENÇA			**-372,48**

Os três pontos de divergência

Ponto	Cálculo do credor	Apuração desta Administração Judicial
Salário mínimo da verba de sete trinta avos	R$ 378,23, sete trinta avos do mínimo de R$ 1.621,00, de 2026	R$ 354,20, sete trinta avos do mínimo de R$ 1.518,00, vigente na data-base
Contagem dos juros	163,8667%, de 4.916 dias divididos por 360 e multiplicados por 12% ao ano, contados de 09/01/2012	160,4043%, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, contados da citação real de 22/11/2011
Termo inicial da correção	31/07/2025, data da conclusão dos autos ao Juízo	18/08/2025, data da sentença, que é o que o dispositivo determinou

Os dois primeiros pontos correm em sentidos opostos: a divisão por 360 e o salário mínimo de 2026 elevam o crédito, e a data de citação posterior à real o reduz. O saldo é de R$ 372,48 a menos do que o credor apurou.

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 017	16.861,98	0,00
Pleito 018	1.686,20	0,00

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	019
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	Irani Cândido Ferreira (credora) e José Orisvaldo Brito da Silva (patrono)
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	José Orisvaldo Brito da Silva
Origem do crédito	Indenização, proc. 0001015-68.2011.8.19.0210, com destaque da verba honorária sucumbencial
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 10.000,00	R$ 9.121,93 (= R$ 8.292,66 credora + R$ 829,27 patrono)	R$ 8.212,47 (somente a credora; a verba honorária de R$ 821,25 é reconhecida na habilitação 020, em nome do patrono)
Data-base da atualização	da relação	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

A credora e seu patrono apresentaram divergência para reduzir o crédito listado de R$ 10.000,00 e desdobrá-lo, passando a constar R$ 8.292,66 em favor da credora, na Classe III, e R$ 829,27 em favor do patrono, a título de honorários sucumbenciais, na Classe I, tudo atualizado até o pedido recuperacional. A Recuperanda não se opôs.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de condenação indenizatória transitada em julgado no processo nº 0001015-68.2011.8.19.0210, instruída com o título e planilha de atualização. A verba honorária sucumbencial, correspondente a 10% da condenação, tem titularidade autônoma do patrono, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 da Lei nº 8.906/94.

A instrução atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação, inclusive a proporção exata entre as parcelas, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

Os divergentes pedem menos do que o listado, R$ 9.121,93 no total, atualizado até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, com o desdobramento da verba honorária. A Recuperanda anuiu expressamente. A redução é devida, e esta Administração Judicial refez o cálculo pelos critérios uniformes desta verificação. A correção monetária corre da publicação da r.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

sentença, em 12/08/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que observa a UFIR-RJ até 29/08/2024 e o IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei nº 14.905/2024. Os juros de mora correm da citação, em 24/11/2011, computado o próprio dia, à taxa de 1% ao mês, simples, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, até 29/08/2024, e pela taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, somando 160,3398%, e incidem sobre o principal corrigido, nunca sobre juros já vencidos, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Por esses critérios, apura-se condenação de R$ 8.212,47, e não os R$ 8.292,66 constantes da planilha que instrui o pleito, diferença de R$ 80,19 que decorre de dois pontos, ambos declarados na própria capa da planilha, em que esta diverge do critério legal. De um lado, o fator de correção nela empregado leva os R$ 3.000,00 a R$ 3.141,16, ao passo que o fator da tabela do cível para agosto de 2024 os leva a R$ 3.154,52. De outro, os juros são ali contados a partir de 19/01/2012, e não da citação, à taxa de 1% ao mês por todo o período, sem a incidência da taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. Como o primeiro ponto eleva o crédito e o segundo o reduz, e é este que prepondera, a diferença apurada resulta desse segundo ajuste, cujo demonstrativo acompanha esta decisão. Registre-se, por fim, que a verificação constitui dever legal desta Administração Judicial, de modo que o consenso das partes quanto à cifra é referência, e não limite, ao que se apura.

Do valor pedido, R$ 829,27 correspondem à verba honorária sucumbencial, que não pertence à credora. Ela é excluída deste crédito e já foi reconhecida, em nome próprio do patrono, na habilitação 020, apreciada em separado por esta Administração Judicial. Reconhece-se aqui, portanto, apenas o crédito da credora, R$ 8.212,47, com data-base em 05/09/2025. O desdobramento não reduz o passivo: a verba subsiste no quadro-geral, em lançamento apartado e em nome de quem a lei indica como seu titular, evitando-se tanto a supressão da obrigação quanto o seu lançamento em duplicidade.

(c) Classificação.

O crédito ora reconhecido é a parcela indenizatória da credora, sem preferência legal, que se classifica na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005. A verba honorária excluída deste crédito, por ostentar natureza alimentar, nos termos dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Advocacia, recebe o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho e figura na Classe I, na forma reconhecida na habilitação 020.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[2]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador de ambas as parcelas, a indenização da credora e a verba honorária de seu patrono, é o evento danoso e a prestação dos serviços advocatícios com condenação transitada em julgado, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

[2] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 10.000,00, na Classe III, em lançamento único que embutia a verba honorária. Reconhece-se, em favor da credora, R$ 8.212,47, com data-base em 05/09/2025, na Classe III, excluída a verba honorária de R$ 821,25, reconhecida na habilitação 020 em nome do patrono, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Irani Cândido Ferreira, para retificar a relação de credores e reduzir o seu crédito de R$ 10.000,00 para R$ 8.212,47, com data-base em 05/09/2025, na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

Fica excluída deste crédito a verba honorária sucumbencial de R$ 821,25, que não pertence à credora e foi reconhecida, na Classe I e em nome próprio do patrono, na habilitação 020, de modo que a mesma verba figure uma única vez no quadro-geral de credores.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 8.212,47
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, reduzindo o crédito da credora de R$ 10.000,00 para R$ 8.212,47, na Classe III; (ii) conferir que a verba honorária de R$ 821,25 consta uma única vez no quadro, no lançamento da habilitação 020, em nome do patrono, vedada a duplicidade; (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a divergência** de crédito apresentada por Irani Cândido Ferreira, para reconhecer o crédito no valor de R$ 8.212,47 (oito mil, duzentos e doze reais e quarenta e sete centavos), a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, excluída a verba honorária de R$ 821,25, reconhecida na habilitação 020.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 019	Irani Cândido Ferreira
Pleito 020	José Orisvaldo Brito da Silva (honorários)
Título	0001015-68.2011.8.19.0210, 3ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Evento	Acidente de 19 de setembro de 2010, em que a credora viajava como passageira de coletivo da Recuperanda
Citação	24 de novembro de 2011, termo inicial dos juros de mora, computado o próprio dia
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 9 de agosto de 2024 julgou parcialmente procedente o pedido e condenou a Recuperanda ao pagamento de R$ 3.000,00 por dano moral, com juros de mora de 1% ao mês contados da citação e correção monetária a partir da publicação da sentença, mais honorários de 10% sobre o valor da condenação. Julgou procedente o chamamento ao processo, para que a chamada indenize a ré nos limites da apólice.

O v. acórdão da 11ª Câmara de Direito Privado, relator o Des. João Batista Damasceno, deu parcial provimento ao recurso da seguradora e não alterou o valor do dano moral. O trânsito em julgado foi certificado pela Secretaria da Câmara.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025, contada da publicação da sentença, em 12/08/2024
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados da citação por mês de calendário completo com pro rata die na fração, computado o próprio dia da citação, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024
Base dos juros	O principal corrigido, e nunca os juros já vencidos, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Honorários	10% sobre o valor da condenação, na forma da sentença. Constituem crédito autônomo do patrono, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Dano moral, corrigido e com juros, do pleito 019	III	8.212,47
Honorários de 10%, do pleito 020	I	821,25
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**9.033,72**

I - APURAÇÃO DO DANO MORAL

Rubrica	Valor	Fator	Juros %	Valor em 05/09/2025
Dano moral arbitrado na sentença	3.000,00	—	—	3.000,00
Correção de 12/08/2024 à data-base	—	1,0515068400	—	3.154,52
Juros de mora da citação à data-base, sobre o principal corrigido	—	—	160,3398%	5.057,95
CONDENAÇÃO, crédito da credora				**8.212,47**

II - VERBA HONORÁRIA E CONSOLIDAÇÃO

Rubrica	Percentual	Base	Valor em 05/09/2025	Titular
Honorários sucumbenciais	10%	8.212,47	821,25	patrono

Pleito	Titular	Classe	Valor em 05/09/2025
019	Irani Cândido Ferreira	III	8.212,47
020	José Orisvaldo Brito da Silva	I	821,25
TOTAL			**9.033,72**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 019	9.121,93	9.121,93
Pleito 020	829,27	829,27

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	020
Data do protocolo	21/07/2026 (e-mail)
Nome / Razão social do credor	José Orisvaldo Brito da Silva, advogado
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria
Origem do crédito	Honorários sucumbenciais do proc. 0001015-68.2011.8.19.0210 (caso da credora Irani Cândido Ferreira)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 10.000,00 ("dez mil reais") (lançamento único em nome da credora Irani, com a verba embutida)	R$ 829,27 ("oitocentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos")	R$ 821,25 ("oitocentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos")
Data-base da atualização	da relação	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

*O patrono da credora **Irani Cândido Ferreira** requer, em nome próprio, o **destaque da verba honorária sucumbencial de R$ 829,27 (oitocentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos)** do processo de origem, na Classe I. O pedido desdobra, em favor do patrono, a verba honorária que estava embutida no lançamento único do crédito da credora, tendo a Recuperanda respondido em memorial de teor idêntico, sem oposição.*

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

A verba corresponde aos honorários sucumbenciais de 10% da condenação transitada em julgado no processo nº 0001015-68.2011.8.19.0210, de titularidade autônoma do advogado, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 da Lei nº 8.906/94, cuja titularidade autônoma decorre da lei.

(b) Valor e data-base.

R$ 821,25 (oitocentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), com data-base em 05/09/2025, correspondentes a 10% da condenação apurada por esta Administração Judicial em R$ 8.212,47, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

A correção monetária corre da publicação da r. sentença, em 12/08/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que observa a UFIR-RJ até 29/08/2024 e o IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei nº 14.905/2024.

Os juros de mora correm da citação, em 24/11/2011, computado o próprio dia, à taxa de 1% ao mês, simples, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, até 29/08/2024, e pela taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, somando 160,3398%, e incidem sobre o principal corrigido, nunca sobre juros já vencidos, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A cifra de R$ 829,27 indicada no pedido, com a qual a Recuperanda anuiu, decorre da planilha do credor, que diverge em dois pontos declarados na sua própria capa. A planilha que instrui o pleito diverge em dois pontos, declarados na sua própria capa.

O fator de correção nela empregado leva os R$ 3.000,00 a R$ 3.141,16, ao passo que o fator da tabela do cível para agosto de 2024 os leva a R$ 3.154,52. E os juros são contados "a partir de 19/01/2012", e não da citação, mantendo-se a taxa de 1% ao mês por todo o período, sem a aplicação da taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024.

O primeiro ponto eleva o crédito e o segundo o reduz, preponderando este. O demonstrativo acompanha esta decisão.

(c) Classificação.

Honorários sucumbenciais, natureza alimentar, tratamento equiparado aos créditos derivados da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.[1]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da **Breda Transportes e Turismo Rio Ltda.** foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Registre-se que o marco temporal relevante corresponde à data da distribuição (ajuizamento) do pedido de recuperação judicial — 05/09/2025 —, e não à data do deferimento do processamento da recuperação, ocorrido em 09/09/2025, uma vez que o art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, bem como o Tema 1.051/STJ, elegem como referência a data do pedido, e não a data do despacho que defere o processamento.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não

[1] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[2]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba honorária sucumbencial é a sentença que a deferiu. O direito do advogado a essa verba não nasce da prestação dos serviços nem do contrato celebrado com o constituinte, mas do ato jurisdicional que, ao julgar a demanda, impõe ao vencido o dever de pagá-la: antes dele há expectativa, e não crédito. É a decisão que arbitra a sucumbência, portanto, que constitui a obrigação e marca o seu nascimento para fins de enquadramento temporal, sendo esse o momento a ser confrontado com o marco do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

Especificamente quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, o Superior Tribunal de Justiça[3] firmou entendimento correlato, no sentido de que o marco temporal relevante é a data da sentença (ou do ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais) que arbitra a verba honorária: se proferida antes do pedido de recuperação judicial, o crédito dela decorrente possui natureza concursal, sujeitando-se ao plano de soerguimento; se proferida após, o crédito nasce com natureza extraconcursal, não se submetendo aos efeitos da recuperação.

[2] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
[3] (REsp 1.841.960/SP, rel. Ministra Nancy Andrighi, rel. p/ acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 12/02/2020, DJe 13/04/2020)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

No caso concreto, a sentença que arbitrou a verba honorária sucumbencial no processo nº 0001015-68.2011.8.19.0210 foi proferida em momento anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial, ocorrido em 05/09/2025, tendo a condenação, inclusive, transitado em julgado antes desse marco. Também sob o critério específico fixado pelo Superior Tribunal de Justiça, portanto, o crédito ostenta natureza concursal.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

A verba estava embutida no lançamento único da credora, ora retificado; o presente pedido apenas confirma o desdobramento, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[4]

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE PARCIALMENTE o pedido de destaque formulado por José Orisvaldo Brito da Silva, para que conste em seu favor o crédito de R$ 821,25 (oitocentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)**, com data-base em 05/09/2025, na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, em lançamento único, vedada a duplicidade com o crédito reconhecido à credora.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)

[4] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Valor reconhecido (R$)	R$ 821,25 ("oitocentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos")
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Lançamento ÚNICO com o crédito da credora (mesma verba); (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a divergência de crédito apresentada por José Orisvaldo Brito da Silva, advogado, para reconhecer o crédito no valor de R$ 821,25 (oitocentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[56]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

_____

Augusto Alves Moreira Neto

Gomes de Mattos Advogados Associados

Administrador Judicial

[5] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[6] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 019	Irani Cândido Ferreira
Pleito 020	José Orisvaldo Brito da Silva (honorários)
Título	0001015-68.2011.8.19.0210, 3ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Evento	Acidente de 19 de setembro de 2010, em que a credora viajava como passageira de coletivo da Recuperanda
Citação	24 de novembro de 2011, termo inicial dos juros de mora, computado o próprio dia
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 9 de agosto de 2024 julgou parcialmente procedente o pedido e condenou a Recuperanda ao pagamento de R$ 3.000,00 por dano moral, com juros de mora de 1% ao mês contados da citação e correção monetária a partir da publicação da sentença, mais honorários de 10% sobre o valor da condenação. Julgou procedente o chamamento ao processo, para que a chamada indenize a ré nos limites da apólice.

O v. acórdão da 11ª Câmara de Direito Privado, relator o Des. João Batista Damasceno, deu parcial provimento ao recurso da seguradora e não alterou o valor do dano moral. O trânsito em julgado foi certificado pela Secretaria da Câmara.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025, contada da publicação da sentença, em 12/08/2024
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados da citação por mês de calendário completo com pro rata die na fração, computado o próprio dia da citação, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024
Base dos juros	O principal corrigido, e nunca os juros já vencidos, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Honorários	10% sobre o valor da condenação, na forma da sentença. Constituem crédito autônomo do patrono, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Dano moral, corrigido e com juros, do pleito 019	III	8.212,47
Honorários de 10%, do pleito 020	I	821,25
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**9.033,72**

I - APURAÇÃO DO DANO MORAL

Rubrica	Valor	Fator	Juros %	Valor em 05/09/2025
Dano moral arbitrado na sentença	3.000,00	—	—	3.000,00
Correção de 12/08/2024 à data-base	—	1,0515068400	—	3.154,52
Juros de mora da citação à data-base, sobre o principal corrigido	—	—	160,3398%	5.057,95
CONDENAÇÃO, crédito da credora				**8.212,47**

II - VERBA HONORÁRIA E CONSOLIDAÇÃO

Rubrica	Percentual	Base	Valor em 05/09/2025	Titular
Honorários sucumbenciais	10%	8.212,47	821,25	patrono

Pleito	Titular	Classe	Valor em 05/09/2025
019	Irani Cândido Ferreira	III	8.212,47
020	José Orisvaldo Brito da Silva	I	821,25
TOTAL			**9.033,72**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 019	9.121,93	9.121,93
Pleito 020	829,27	829,27

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	021
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	José Moura Nunes (credor) e José Orisvaldo Brito da Silva (patrono)
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	José Orisvaldo Brito da Silva
Origem do crédito	Indenização por ato ilícito (danos morais de R$ 15.000,00, danos estéticos de R$ 5.000,00 e pensionamento), proc. 0027672-81.2010.8.19.0210, 1ª Vara Cível da Regional da Leopoldina — ATENÇÃO: os memoriais da Recuperanda indicam, por erro material, o proc. 0001015-68.2011.8.19.0210, relativo a outra demanda

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 358.929,07	R$ 513.266,67 (credor, Classe III, embutindo capital garantidor de R$ 162.100,00 e verbas do art. 523 do CPC) + R$ 66.436,94 (patrono, Classe I)	R$ 344.181,31
Data-base da atualização	da relação	set/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor, vítima de ato ilícito com condenação transitada em julgado, e seu patrono apresentaram divergência para retificar o crédito listado de R$ 358.929,07, passando a constar R$ 513.266,67 em favor do credor, na Classe III, e R$ 66.436,94 em favor do patrono, na Classe I.

A Recuperanda concordou parcialmente, apurando em memória própria R$ 339.737,61 para o credor e R$ 69.040,48 para o patrono.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de condenação transitada em julgado no processo nº 0027672-81.2010.8.19.0210, que impôs à Recuperanda o pagamento de R$ 15.000,00 por danos morais e R$ 5.000,00 por danos estéticos, atualizados desde a publicação da sentença, além de pensionamento mensal de um salário-mínimo de 19/09/2010 a 19/12/2010 e de 50% do salário mínimo a partir de 19/12/2010, pelo prazo de 18,83 anos, com juros de 1% ao mês e correção pela UFIR-RJ de cada vencimento.

Anota-se, para correção na decisão definitiva, que a manifestação da Recuperanda indicou por equívoco número de processo relativo a outra demanda; o número correto consta do e-mail do credor e das memórias de cálculo.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A instrução atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação e decompôs as duas memórias apresentadas, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

A planilha do credor contém três excessos.

Primeiro, embute R$ 162.100,00 de capital garantidor, calculado pela multiplicação da prestação por duzentos, verba que não constitui crédito, pelas razões adiante expostas nesta mesma alínea.

Segundo, soma 10% e honorários de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil em cada bloco de rubricas, duplicando verbas que incidem uma única vez sobre a condenação, e atribui ao credor os honorários daquele dispositivo, que pertencem ao patrono.

Terceiro, inclui parcelas de pensão vencíveis até 19/07/2026, posteriores ao limite do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, como a própria planilha admite ao anotar que a data informada é maior que a data da correção.[2]

A memória da Recuperanda, por sua vez, observa a data-base de 05/09/2025, aplica corretamente a UFIR-RJ com juros de 1% ao mês até 29/08/2024 e a taxa legal em diante, e calcula os honorários sucumbenciais na forma do art. 85, § 9º, do CPC, 10% sobre as prestações vencidas acrescidas de doze vincendas, o que resulta em R$ 339.737,61 para o credor e R$ 69.040,48 para o patrono, valor este superior ao próprio pedido do profissional, o que se admite por decorrer de critério legal, pois a verificação comporta apuração, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, para mais ou para menos.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[2] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O critério é o que se extrai do título, e esta Administração Judicial o adotou, refazendo a apuração parcela por parcela em discriminativo próprio, que integra a documentação deste pleito.

Cabe, ainda, repartir as rubricas conforme a sua titularidade legal, o que a memória apresentada não faz. A apuração desta Administração Judicial decompõe o débito nas seguintes parcelas: subtotal da condenação, R$ 309.987,49; honorários advocatícios de 10% sobre a soma das prestações vencidas com doze vincendas, R$ 31.950,75, na forma do art. 85, § 9º, do Código de Processo Civil; multa de 10% do art. 523, § 1º, do mesmo Código, R$ 34.193,82; e honorários de igual percentual e valor pelo mesmo dispositivo. O débito global perfaz R$ 410.325,88.

Dessas parcelas, pertencem ao credor a condenação e a multa do art. 523, § 1º, que é sanção pelo inadimplemento e reverte em favor do exequente, o que totaliza R$ 344.181,31.

Pertencem ao patrono as duas verbas honorárias — a sucumbência de 10%, apurada na forma do art. 85, § 9º, e os honorários do art. 523, § 1º —, que somam R$ 66.144,57 e constituem direito autônomo do advogado, na forma dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia. São, por isso, excluídas deste crédito e reconhecidas na habilitação 022, apresentada pelo patrono em nome próprio. A repartição não altera o débito global: as duas cifras somadas reproduzem exatamente os R$ 410.325,88 apurados.

A condenação se decompõe em danos morais de R$ 52.118,65, danos estéticos de R$ 17.372,88, pensão de um salário-mínimo de R$ 13.535,01 e pensão de 50% do salário-mínimo de R$ 226.960,95, cuja soma reproduz exatamente o valor da condenação.

As prestações de pensionamento vencidas até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, integram o crédito concursal e são as únicas que se sujeitam ao concurso, na forma do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

As prestações vencidas após essa data, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, não se submetem à recuperação judicial e devem ser satisfeitas pela Recuperanda nos seus vencimentos, na forma do título executivo, cabendo ao juízo da execução as providências relativas ao seu cumprimento. Ficam excluídas, por isso, do

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

crédito ora reconhecido, as parcelas com vencimento posterior a 05/09/2025 que constavam da memória apresentada pelo credor.[3]

Registra-se, a propósito, que a verificação parcela por parcela da memória apresentada pela Recuperanda não localizou nenhuma prestação com vencimento posterior a 05/09/2025, de modo que o cálculo por ela apresentado já observa o marco legal, ao contrário da planilha do credor, que alcançava parcelas vencíveis até 19/07/2026.

Quanto ao capital garantidor de R$ 162.100,00, embutido na planilha do credor pela multiplicação da prestação mensal por duzentos, cumpre esclarecer, antes de tudo, do que se trata.

O capital de que cuida o art. 533 do Código de Processo Civil é patrimônio destacado por determinação judicial para assegurar o pagamento das prestações futuras de pensão devidas por ato ilícito, representado por imóveis, direitos reais sobre imóveis, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial, tornando-se inalienável e impenhorável enquanto durar a obrigação e constituindo verdadeiro patrimônio de afetação. Sua função não é pagar o que já venceu, mas garantir o que ainda vencerá, em obrigação cuja duração se projeta por muitos anos.

A relevância do instituto não se mede pela ótica de um único credor. Ele existe para que qualquer beneficiário de pensão fixada em razão de ato ilícito, cuja subsistência depende de prestações que se estenderão por anos, não fique à mercê da solvência futura do devedor. É instrumento de proteção da dignidade da pessoa humana, e por isso o legislador o disciplinou expressamente e a jurisprudência veio, ao longo do tempo, reforçando a sua exigibilidade e restringindo as hipóteses de dispensa, precisamente para não esvaziar a garantia daquele que depende da pensão para viver.

É certo que o capital, uma vez constituído, permanece na titularidade e na posse da devedora. Isso não o torna, porém, patrimônio de livre disposição: ele passa a ter destinação exclusiva, vinculada ao pagamento daquelas prestações, não podendo ser desviado para outra finalidade, seja qual for. Daí por que, embora não constitua crédito a ser inscrito no quadro-geral de credores, e por isso não seja aqui habilitado nem

[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

o valor indicado na planilha possa somar-se ao crédito, o capital garantidor é obrigação da Recuperanda que a recuperação judicial não afasta.

Duas consequências decorrem dessa natureza, e a segunda importa diretamente ao cálculo. A primeira é que o capital não se soma ao crédito: como garantia das prestações futuras, ele não é parcela da condenação, e incluí-lo no quadro-geral produziria sobreposição entre a obrigação e o instrumento destinado a assegurá-la. A segunda é que sobre ele não incidem honorários advocatícios.

O art. 85, § 9º, do Código de Processo Civil é expresso ao definir, na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa, que o percentual de honorários incide sobre a soma das prestações vencidas acrescida de doze prestações vincendas — e é esse o teto que a norma estabelece. Tomar o capital garantidor como base faria a verba honorária recair sobre a garantia, e não sobre o proveito econômico da demanda, multiplicando-a muito além daquele limite.

É o que decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro[4] em caso de contornos idênticos, no qual, apurado fundo garantidor de R$ 219.377,87 resultante das 472 prestações devidas até que o beneficiário completasse oitenta anos de idade, assentou-se que tal fundo não deve servir de parâmetro para a apuração dos honorários advocatícios se supera o limite previsto no art. 85, § 9º, do Código de Processo Civil).

No mesmo sentido, e com remissão à orientação do Superior Tribunal de Justiça[5], decidiu aquele Tribunal que os honorários incidem sobre o total das verbas da condenação, sendo que, quanto ao pensionamento, a verba recai sobre a soma das prestações vencidas com as doze vincendas, isentando desse cálculo o capital garantidor, por ser pacífico que sobre ele não há incidência de honorários.

A memória aqui adotada observa esse limite: as verbas honorárias foram apuradas sobre a condenação e sobre as doze prestações vincendas, e não sobre os R$ 162.100,00 de capital postulados na planilha do credor, que dela não compõem a base.

No caso, a obrigação de constituir o capital decorre do próprio título, que fixou pensionamento vincendo, e já deveria estar cumprida. Para tanto não era sequer necessário aguardar o trânsito em julgado, bastando decisão não sujeita a recurso com

[4] (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0005053-54.2023.8.19.0000, Relator Desembargador Horácio dos Santos Ribeiro Neto, Vigésima Primeira Câmara Cível, julgado em 01/06/2023, DJe de 07/06/2023)
[5] (TJRJ, Apelação nº 0001456-71.2007.8.19.0054, Relator Desembargador Claudio Brandão de Oliveira, Quarta Câmara de Direito Público, então Sétima Câmara Cível, julgado em 09/12/2015, DJe de 12/05/2016)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

efeito suspensivo, e com muito mais razão se impõe o cumprimento quando a condenação já transitou em julgado. Não constituído o capital, tem-se, em tese, o descumprimento deliberado de decisão judicial, conduta que, também em tese, pode configurar ato atentatório à dignidade da justiça.

A circunstância de encontrar-se a devedora em recuperação judicial não afasta esse dever. Quando muito, poder-se-ia cogitar, em leitura ampliativa da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, que durante o período de blindagem, e enquanto vigente a sua prorrogação, a constituição estivesse obstada.

Não é, entretanto, a linha a que esta Administração Judicial se filia: entende-se que a obrigação já deveria ter sido cumprida antes mesmo do pedido e que aquela suspensão não alcança logicamente o dever de constituir a garantia. De todo modo, encerrado o período de suspensão, nenhuma dúvida remanesce quanto à exigibilidade da obrigação.

Assim, embora o capital garantidor não integre os créditos submetidos à recuperação judicial, trata-se de obrigação que a Recuperanda precisa cumprir. Esta Administração Judicial comunicará ao Juízo todos os casos em que constatar a ausência de constituição do capital, tal como já o fez em seu relatório circunstanciado e no relatório contábil a ele anexado, nos quais apontou as inconsistências que reclamam correção, inclusive a ausência do reconhecimento da provisão contábil correspondente.

Por outro lado, as medidas coercitivas relativas à constituição do capital, inclusive a eventual conversão do descumprimento em indenização ou em multa, e as demais providências que o credor entender cabíveis, competem ao juízo em que se processa a execução do título, e não a esta verificação de créditos.

(c) Classificação.

O crédito compreende parcelas de naturezas distintas, a saber, o pensionamento mensal fixado em um salário mínimo e, em seguida, em 50% do salário-mínimo, e as verbas de dano moral e de dano estético, que não admitem classificação uniforme.

As parcelas de pensionamento ostentam natureza alimentar, pois se destinam à subsistência dos beneficiários, e recebem, para fins concursais, o tratamento conferido aos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005. As verbas reparatórias permanecem na Classe III, na forma do art. 41, III, da mesma lei.[6]

A retificação da classificação independe de provocação do credor. A classe não decorre da vontade das partes nem da declaração do devedor, mas da lei, tratando-se de matéria de ordem pública, ligada à observância da par conditio creditorum e à própria higidez da deliberação assemblear, cujo quórum se apura por classe, na forma do art. 45 da Lei nº 11.101/2005.

Ao administrador judicial incumbe, no exercício do *munus* público de que investido, elaborar a relação de credores e consolidar o quadro-geral, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, o que lhe impõe conferir a cada crédito o valor e a classe que a lei determina, e não reproduzir a classificação indicada pelo devedor ou pelo habilitante. Identificada a desconformidade, o art. 19 da mesma lei confere-lhe legitimidade autônoma para requerer a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, configurando-se, na espécie, erro essencial na classificação originária.

Por se tratar de matéria de ordem pública, o reconhecimento não se sujeita à preclusão nem se limita aos pedidos formulados pelas partes, não caracterizando julgamento extra petita nem reformatio in pejus a alteração da classe, na forma do art. 15, II, da Lei nº 11.101/2005.

Aplicada essa distinção, o crédito fica assim segregado: R$ 240.495,95 na Classe I, correspondentes às pensões vencidas até a data do pedido, e R$ 103.685,36 na Classe III, assim compostos: danos morais de R$ 52.118,65, danos estéticos de R$ 17.372,88 e multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil de R$ 34.193,82, esta classificada na Classe III por constituir sanção processual desprovida de natureza alimentar.

A verba honorária, de titularidade do patrono, não integra este crédito e é reconhecida na habilitação 022, por ele apresentada em nome próprio.

(d) Concursalidade.

[6] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador de todas as parcelas é o ato ilícito de 2010 que vitimou o credor, anterior ao marco acima referido. As prestações de pensionamento vencidas até essa data integram o crédito concursal; as posteriores, devidas até aproximadamente 2029, são de trato sucessivo e seguem o regime indicado na alínea (b), não se confundindo com o capital de garantia, cuja natureza e exigibilidade foram ali examinadas.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 358.929,07, em lançamento único na Classe III. O credor pretende R$ 513.266,67 e o patrono R$ 66.436,94. Reconhece-se, em favor do credor, o valor de R$ 344.181,31, com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, desdobrando-se o lançamento único da relação entre as Classes I e III, em observância ao art. 7º, § 1º,

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

da Lei nº 11.101/2005. A verba honorária, no valor de R$ 66.144,57, por ser crédito autônomo do advogado, é objeto de decisão própria na habilitação 022, por ele apresentada em nome próprio, e não integra este lançamento.[7]

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por José Moura Nunes, para reconhecer o crédito de R$ 344.181,31, com data-base em 05/09/2025, de natureza concursal, segregado por classe, nos termos dos arts. 41, I e III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, sendo R$ 240.495,95 na Classe I, correspondentes às pensões vencidas até a data do pedido, e R$ 103.685,36 na Classe III, correspondentes aos danos morais de R$ 52.118,65, aos danos estéticos de R$ 17.372,88 e à multa de R$ 34.193,82 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

Não integram o crédito do credor as verbas honorárias, no total de R$ 66.144,57, que pertencem ao patrono e são reconhecidas na habilitação 022, por ele apresentada em nome próprio, de modo que figurem uma única vez no quadro-geral de credores. Ficam excluídas do concurso as prestações de pensionamento vencidas após 05/09/2025.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 344.181,31
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista

[7] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação com a segregação por classe da alínea (f); (ii) corrigir a titularidade das verbas na forma da alínea (b), lançando os honorários apenas na habilitação própria apresentada pelo patrono; (iii) corrigir o número do processo de origem; (iv) comunicação ao Juízo quanto à ausência de constituição do capital garantidor; (v) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (vi) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a divergência de crédito apresentada por José Moura Nunes (credor) e José Orisvaldo Brito da Silva (patrono), para reconhecer o crédito no valor de R$ 344.181,31, a ser incluído na Classe I para as pensões (R$ 240.495,95) e III para danos morais, estéticos e multa do art. 523 (R$ 103.685,36), com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[8]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[8] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 021	José Moura Nunes
Pleito 022	José Orisvaldo Brito da Silva (honorários)
Título	0027672-81.2010.8.19.0210, 1ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Evento	Acidente de 19 de setembro de 2010, com invalidez parcial do autor
Citação	21 de setembro de 2011, termo inicial dos juros dos danos, computado o próprio dia
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 26 de junho de 2021 condenou a Recuperanda a dano moral de R$ 15.000,00 e dano estético de R$ 5.000,00, atualizados da publicação da sentença pela UFIR-RJ e com juros de 1% ao mês da citação; a pensão mensal do artigo 950 do Código Civil, de um salário mínimo de 19 de setembro a 19 de dezembro de 2010 e de metade de um salário mínimo a contar de 19 de dezembro de 2010, pelo prazo de 18,83 anos, com juros de 1% ao mês e correção pela UFIR-RJ de cada vencimento; à constituição de capital garantidor; e a honorários de dez por cento sobre o valor da condenação.

A decisão de segundo grau negou provimento a ambos os recursos, e o autor, que pedia a majoração do percentual de honorários, não obteve. O trânsito em julgado se deu em 3 de março de 2023, sem recurso ao Superior Tribunal de Justiça.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025. A sentença nomeia a UFIR-RJ como índice oficial
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo e os juros apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Pensão mensal	Um salário mínimo em quatro parcelas, de 19/09 a 19/12/2010, e metade de um salário mínimo em 176 parcelas, de 19/01/2011 a 19/08/2025, esta a última vencida antes da data-base. O prazo de 18,83 anos termina em outubro de 2029, muito depois da data-base
Danos moral e estético	Corrigidos de 26/06/2021 pelo fator de 1,3239683696 e com juros de 162,4365% desde a citação
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação com os honorários de sucumbência, uma única vez. A multa é do credor, na Classe III, e os honorários são do patrono, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Pensões vencidas até a data-base	I	240.495,95
Danos moral e estético, e multa do artigo 523	III	103.685,36
PLEITO 021, do credor	**I e III**	**344.181,31**
PLEITO 022, do patrono, honorários de 10% e do artigo 523	**I**	**66.144,57**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**410.325,88**

I - PENSÕES VENCIDAS — CLASSE I

Rubrica	Parce-las	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Um salário mínimo, de 09/2010 a 12/2010	4	2.040,00	4.958,44	8.576,56	13.535,01
Metade do salário mínimo, de 01/2011 a 08/2025	176	85.320,50	125.274,25	101.686,70	226.960,95
SUBTOTAL I	**180**	**87.360,50**	**130.232,69**	**110.263,26**	**240.495,95**

Pensões do exercício de 2010 — salário mínimo de R$ 510,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2010	510,00	2,4306099192	1.239,61	174,4688 %	2.162,73	3.402,35
outubro de 2010	510,00	2,4306099192	1.239,61	173,4688 %	2.150,34	3.389,95
novembro de 2010	510,00	2,4306099192	1.239,61	172,4688 %	2.137,94	3.377,55
dezembro de 2010	510,00	2,4306099192	1.239,61	171,4688 %	2.125,55	3.365,16
SUBTOTAL DE 2010 (4)	**2.040,00**		**4.958,44**		**8.576,56**	**13.535,01**

Pensões do exercício de 2011 — salário mínimo de R$ 545,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2011	270,00	2,2975365305	620,33	170,4688 %	1.057,48	1.677,81
fevereiro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	169,4688 %	1.061,01	1.687,09
março de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	168,4688 %	1.054,75	1.680,83
abril de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	167,4688 %	1.048,49	1.674,57
maio de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	166,4688 %	1.042,23	1.668,30
junho de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	165,4688 %	1.035,96	1.662,04
julho de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	164,4688 %	1.029,70	1.655,78
agosto de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	163,4688 %	1.023,44	1.649,52
setembro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	162,4688 %	1.017,18	1.643,26
outubro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	161,4688 %	1.010,92	1.637,00
novembro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	160,4688 %	1.004,66	1.630,74
dezembro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	159,4688 %	998,40	1.624,48
SUBTOTAL DE 2011 (12)	**3.267,50**		**7.507,20**		**12.384,22**	**19.891,42**

Pensões do exercício de 2012 — salário mínimo de R$ 622,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	158,4688 %	1.062,64	1.733,20
fevereiro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	157,4688 %	1.055,93	1.726,50
março de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	156,4688 %	1.049,23	1.719,79
abril de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	155,4688 %	1.042,52	1.713,09
maio de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	154,4688 %	1.035,82	1.706,38
junho de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	153,4688 %	1.029,11	1.699,68
julho de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	152,4688 %	1.022,40	1.692,97
agosto de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	151,4688 %	1.015,70	1.686,27
setembro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	150,4688 %	1.008,99	1.679,56
outubro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	149,4688 %	1.002,29	1.672,85
novembro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	148,4688 %	995,58	1.666,15
dezembro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	147,4688 %	988,88	1.659,44
SUBTOTAL DE 2012 (12)	**3.732,00**		**8.046,80**		**12.309,09**	**20.355,89**

Pensões do exercício de 2013 — salário mínimo de R$ 678,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	146,4688 %	1.012,14	1.703,17
fevereiro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	145,4688 %	1.005,23	1.696,26
março de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	144,4688 %	998,32	1.689,35
abril de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	143,4688 %	991,41	1.682,44
maio de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	142,4688 %	984,50	1.675,53
junho de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	141,4688 %	977,59	1.668,62
julho de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	140,4688 %	970,68	1.661,71
agosto de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	139,4688 %	963,77	1.654,80
setembro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	138,4688 %	956,86	1.647,89
outubro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	137,4688 %	949,95	1.640,98
novembro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	136,4688 %	943,04	1.634,07

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	135,4688 %	936,13	1.627,16
SUBTOTAL DE 2013 (12)	**4.068,00**		**8.292,36**		**11.689,64**	**19.981,99**

Pensões do exercício de 2014 — salário mínimo de R$ 724,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	134,4688 %	937,46	1.634,61
fevereiro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	133,4688 %	930,48	1.627,64
março de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	132,4688 %	923,51	1.620,67
abril de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	131,4688 %	916,54	1.613,70
maio de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	130,4688 %	909,57	1.606,73
junho de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	129,4688 %	902,60	1.599,75
julho de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	128,4688 %	895,63	1.592,78
agosto de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	127,4688 %	888,66	1.585,81
setembro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	126,4688 %	881,68	1.578,84
outubro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	125,4688 %	874,71	1.571,87
novembro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	124,4688 %	867,74	1.564,90
dezembro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	123,4688 %	860,77	1.557,92
SUBTOTAL DE 2014 (12)	**4.344,00**		**8.365,86**		**10.789,35**	**19.155,21**

Pensões do exercício de 2015 — salário mínimo de R$ 788,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	122,4688 %	872,87	1.585,60
fevereiro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	121,4688 %	865,74	1.578,47
março de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	120,4688 %	858,61	1.571,34
abril de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	119,4688 %	851,49	1.564,21
maio de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	118,4688 %	844,36	1.557,09
junho de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	117,4688 %	837,23	1.549,96
julho de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	116,4688 %	830,11	1.542,83

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	115,4688 %	822,98	1.535,71
setembro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	114,4688 %	815,85	1.528,58
outubro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	113,4688 %	808,72	1.521,45
novembro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	112,4688 %	801,60	1.514,32
dezembro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	111,4688 %	794,47	1.507,20
SUBTOTAL DE 2015 (12)	**4.728,00**		**8.552,73**		**10.004,03**	**18.556,76**

Pensões do exercício de 2016 — salário mínimo de R$ 880,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	110,4688 %	794,22	1.513,17
fevereiro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	109,4688 %	787,03	1.505,98
março de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	108,4688 %	779,84	1.498,79
abril de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	107,4688 %	772,65	1.491,60
maio de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	106,4688 %	765,46	1.484,41
junho de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	105,4688 %	758,27	1.477,22
julho de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	104,4688 %	751,08	1.470,03
agosto de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	103,4688 %	743,89	1.462,84
setembro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	102,4688 %	736,70	1.455,65
outubro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	101,4688 %	729,51	1.448,46
novembro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	100,4688 %	722,32	1.441,27
dezembro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	99,4688%	715,13	1.434,08
SUBTOTAL DE 2016 (12)	**5.280,00**		**8.627,42**		**9.056,10**	**17.683,51**

Pensões do exercício de 2017 — salário mínimo de R$ 937,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	98,4688%	707,25	1.425,50
fevereiro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	97,4688%	700,07	1.418,31
março de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	96,4688%	692,88	1.411,13
abril de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	95,4688%	685,70	1.403,95
maio de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	94,4688%	678,52	1.396,77
junho de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	93,4688%	671,34	1.389,58
julho de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	92,4688%	664,15	1.382,40

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	91,4688%	656,97	1.375,22
setembro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	90,4688%	649,79	1.368,04
outubro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	89,4688%	642,61	1.360,86
novembro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	88,4688%	635,43	1.353,67
dezembro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	87,4688%	628,24	1.346,49
SUBTOTAL DE 2017 (12)	**5.622,00**		**8.618,97**		**8.012,95**	**16.631,92**

Pensões do exercício de 2018 — salário mínimo de R$ 954,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	86,4688%	614,28	1.324,69
fevereiro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	85,4688%	607,18	1.317,59
março de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	84,4688%	600,07	1.310,48
abril de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	83,4688%	592,97	1.303,38
maio de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	82,4688%	585,87	1.296,28
junho de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	81,4688%	578,76	1.289,17
julho de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	80,4688%	571,66	1.282,07
agosto de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	79,4688%	564,55	1.274,96
setembro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	78,4688%	557,45	1.267,86
outubro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	77,4688%	550,35	1.260,76
novembro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	76,4688%	543,24	1.253,65
dezembro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	75,4688%	536,14	1.246,55
SUBTOTAL DE 2018 (12)	**5.724,00**		**8.524,92**		**6.902,52**	**15.427,44**

Pensões do exercício de 2019 — salário mínimo de R$ 998,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	74,4688%	532,86	1.248,40
fevereiro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	73,4688%	525,70	1.241,24
março de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	72,4688%	518,55	1.234,09
abril de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	71,4688%	511,39	1.226,93
maio de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	70,4688%	504,23	1.219,78
junho de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	69,4688%	497,08	1.212,62
julho de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	68,4688%	489,92	1.205,47
agosto de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	67,4688%	482,77	1.198,31
setembro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	66,4688%	475,61	1.191,16
outubro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	65,4688%	468,46	1.184,00
novembro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	64,4688%	461,30	1.176,85
dezembro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	63,4688%	454,15	1.169,69
SUBTOTAL DE 2019 (12)	**5.988,00**		**8.586,52**		**5.922,02**	**14.508,53**

Pensões do exercício de 2020 — salário mínimo de R$ 1.045,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2020	519,50	1,3799437412	716,88	62,4688%	447,83	1.164,71

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	61,4688%	443,20	1.164,22
março de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	60,4688%	435,99	1.157,01
abril de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	59,4688%	428,78	1.149,80
maio de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	58,4688%	421,57	1.142,59
junho de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	57,4688%	414,36	1.135,38
julho de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	56,4688%	407,15	1.128,17
agosto de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	55,4688%	399,94	1.120,96
setembro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	54,4688%	392,73	1.113,75
outubro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	53,4688%	385,52	1.106,54
novembro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	52,4688%	378,31	1.099,33
dezembro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	51,4688%	371,10	1.092,12
SUBTOTAL DE 2020 (12)	**6.267,00**		**8.648,11**		**4.926,50**	**13.574,60**

Pensões do exercício de 2021 — salário mínimo de R$ 1.100,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	50,4688%	367,51	1.095,69
fevereiro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	49,4688%	360,22	1.088,41
março de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	48,4688%	352,94	1.081,12
abril de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	47,4688%	345,66	1.073,84
maio de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	46,4688%	338,38	1.066,56
junho de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	45,4688%	331,10	1.059,28
julho de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	44,4688%	323,81	1.052,00
agosto de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	43,4688%	316,53	1.044,71
setembro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	42,4688%	309,25	1.037,43
outubro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	41,4688%	301,97	1.030,15
novembro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	40,4688%	294,69	1.022,87
dezembro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	39,4688%	287,40	1.015,59
SUBTOTAL DE 2021 (12)	**6.600,00**		**8.738,19**		**3.929,46**	**12.667,65**

Pensões do exercício de 2022 — salário mínimo de R$ 1.212,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	38,4688%	279,51	1.006,10
fevereiro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	37,4688%	272,25	998,84
março de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	36,4688%	264,98	991,57
abril de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	35,4688%	257,71	984,31
maio de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	34,4688%	250,45	977,04
junho de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	33,4688%	243,18	969,77
julho de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	32,4688%	235,92	962,51
agosto de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	31,4688%	228,65	955,24
setembro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	30,4688%	221,38	947,98
outubro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	29,4688%	214,12	940,71
novembro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	28,4688%	206,85	933,44
dezembro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	27,4688%	199,59	926,18
SUBTOTAL DE 2022 (12)	**7.272,00**		**8.719,11**		**2.874,59**	**11.593,70**

Pensões do exercício de 2023 — salário mínimo de R$ 1.320,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2023	651,00	1,1321978352	737,06	26,4688%	195,09	932,15
fevereiro de 2023	651,00	1,1321978352	737,06	25,4688%	187,72	924,78
março de 2023	651,00	1,1321978352	737,06	24,4688%	180,35	917,41
abril de 2023	651,00	1,1321978352	737,06	23,4688%	172,98	910,04
maio de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	22,4688%	167,90	915,15
junho de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	21,4688%	160,43	907,68
julho de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	20,4688%	152,95	900,20
agosto de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	19,4688%	145,48	892,73
setembro de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	18,4688%	138,01	885,26
outubro de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	17,4688%	130,54	877,79
novembro de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	16,4688%	123,06	870,31
dezembro de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	15,4688%	115,59	862,84
SUBTOTAL DE 2023 (12)	**7.884,00**		**8.926,25**		**1.870,10**	**10.796,34**

Pensões do exercício de 2024 — salário mínimo de R$ 1.412,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	706,00	1,0811936600	763,32	14,4688%	110,44	873,77
fevereiro de 2024	706,00	1,0778441800	760,96	13,4688%	102,49	863,45
março de 2024	706,00	1,0695022800	755,07	12,4688%	94,15	849,22
abril de 2024	706,00	1,0656688500	752,36	11,4688%	86,29	838,65
maio de 2024	706,00	1,0634511200	750,80	10,4688%	78,60	829,40
junho de 2024	706,00	1,0587917900	747,51	9,4688%	70,78	818,29
julho de 2024	706,00	1,0546717100	744,60	8,4688%	63,06	807,66
agosto de 2024	706,00	1,0515068400	742,36	7,4688%	55,45	797,81
setembro de 2024	706,00	1,0495271900	740,97	6,7179%	49,78	790,74
outubro de 2024	706,00	1,0481593100	740,00	6,0384%	44,68	784,68
novembro de 2024	706,00	1,0425238000	736,02	5,5214%	40,64	776,66
dezembro de 2024	706,00	1,0360944500	731,48	5,2745%	38,58	770,06
SUBTOTAL DE 2024 (12)	**8.472,00**		**8.965,45**		**834,94**	**9.800,38**

Pensões do exercício de 2025 — salário mínimo de R$ 1.518,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	759,00	1,0325833000	783,73	4,8467%	37,99	821,72
fevereiro de 2025	759,00	1,0314543400	782,87	4,0063%	31,36	814,24
março de 2025	759,00	1,0189216100	773,36	3,7163%	28,74	802,10
abril de 2025	759,00	1,0124447900	768,45	3,5124%	26,99	795,44
maio de 2025	759,00	1,0081172200	765,16	3,0124%	23,05	788,21
junho de 2025	759,00	1,0045047800	762,42	2,2797%	17,38	779,80
julho de 2025	759,00	1,0018993500	760,44	1,4835%	11,28	771,72
agosto de 2025	759,00	0,9985954500	757,93	0,5825%	4,42	762,35
SUBTOTAL DE 2025 (8)	**6.072,00**		**6.154,37**		**181,21**	**6.335,57**

II - DANOS MORAL E ESTÉTICO — CLASSE III

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Dano moral	15.000,00	1,3239683696	19.859,53	162,4365 %	32.259,13	52.118,65
Dano estético	5.000,00	1,3239683696	6.619,84	162,4365 %	10.753,04	17.372,88
SUBTOTAL II	**20.000,00**		**26.479,37**		**43.012,17**	**69.491,54**

III - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Subtotal I, pensões vencidas			240.495,95	credor
Subtotal II, danos moral e estético			69.491,54	credor
CONDENAÇÃO			**309.987,49**	
Doze prestações vincendas, artigo 85, § 9º, do CPC			9.520,00	—
Base dos honorários			**319.507,49**	
Honorários sucumbenciais	10%	319.507,49	31.950,75	patrono
Base do artigo 523			**341.938,24**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	341.938,24	34.193,82	credor
Honorários da fase de cumprimento	10%	341.938,24	34.193,82	patrono

A base dos honorários é a soma das prestações vencidas com doze prestações vincendas, na forma do artigo 85, § 9º, do Código de Processo Civil, que a sentença mandou observar quanto às vincendas. As doze entram pelo valor nominal, de R$ 9.520,00, porque na data-base ainda não venceram, e compõem a base honorária, não o crédito do credor.

IV - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO E POR CLASSE

Pleito	Titular	Classe I	Classe III	Total
021	José Moura Nunes	240.495,95	103.685,36	344.181,31
022	José Orisvaldo Brito da Silva	66.144,57	—	66.144,57
TOTAL		**306.640,52**	**103.685,36**	**410.325,88**

Parcelas não computadas

Rubrica	Valor
Onze parcelas de pensão com vencimento posterior a 05/09/2025, nominal	8.709,50
Capital garantidor do artigo 533 do Código de Processo Civil	162.100,00
TOTAL NÃO COMPUTADO	**170.809,50**

V - EXTRATO DA CORREÇÃO E DOS JUROS, MÊS A MÊS

A parcela de cada competência toma o fator e o percentual de juros da sua própria linha. O índice de cada mês é derivado dos fatores oficiais da tabela da Corregedoria, e não de cadeia reconstruída

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
setembro de 2010	510,00	—	2,4306099192	174,4688%
outubro de 2010	510,00	0,0000%	2,4306099192	173,4688%
novembro de 2010	510,00	0,0000%	2,4306099192	172,4688%
dezembro de 2010	510,00	0,0000%	2,4306099192	171,4688%
janeiro de 2011	540,00	5,7920%	2,2975365305	170,4688%
fevereiro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	169,4688%
março de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	168,4688%
abril de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	167,4688%
maio de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	166,4688%
junho de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	165,4688%
julho de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	164,4688%
agosto de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	163,4688%
setembro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	162,4688%
outubro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	161,4688%
novembro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	160,4688%
dezembro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	159,4688%
janeiro de 2012	622,00	6,5568%	2,1561620956	158,4688%
fevereiro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	157,4688%
março de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	156,4688%
abril de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	155,4688%
maio de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	154,4688%
junho de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	153,4688%
julho de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	152,4688%
agosto de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	151,4688%
setembro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	150,4688%
outubro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	149,4688%
novembro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	148,4688%
dezembro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	147,4688%
janeiro de 2013	678,00	5,7753%	2,0384359678	146,4688%
fevereiro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	145,4688%
março de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	144,4688%
abril de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	143,4688%
maio de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	142,4688%
junho de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	141,4688%
julho de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	140,4688%
agosto de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	139,4688%
setembro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	138,4688%
outubro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	137,4688%
novembro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	136,4688%
dezembro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	135,4688%
janeiro de 2014	724,00	5,8464%	1,9258430495	134,4688%
fevereiro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	133,4688%
março de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	132,4688%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
abril de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	131,4688%
maio de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	130,4688%
junho de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	129,4688%
julho de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	128,4688%
agosto de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	127,4688%
setembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	126,4688%
outubro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	125,4688%
novembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	124,4688%
dezembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	123,4688%
janeiro de 2015	788,00	6,4617%	1,8089531325	122,4688%
fevereiro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	121,4688%
março de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	120,4688%
abril de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	119,4688%
maio de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	118,4688%
junho de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	117,4688%
julho de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	116,4688%
agosto de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	115,4688%
setembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	114,4688%
outubro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	113,4688%
novembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	112,4688%
dezembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	111,4688%
janeiro de 2016	880,00	10,7084%	1,6339806149	110,4688%
fevereiro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	109,4688%
março de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	108,4688%
abril de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	107,4688%
maio de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	106,4688%
junho de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	105,4688%
julho de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	104,4688%
agosto de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	103,4688%
setembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	102,4688%
outubro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	101,4688%
novembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	100,4688%
dezembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	99,4688%
janeiro de 2017	937,00	6,5816%	1,5330791587	98,4688%
fevereiro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	97,4688%
março de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	96,4688%
abril de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	95,4688%
maio de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	94,4688%
junho de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	93,4688%
julho de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	92,4688%
agosto de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	91,4688%
setembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	90,4688%
outubro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	89,4688%
novembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	88,4688%
dezembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	87,4688%
janeiro de 2018	954,00	2,9376%	1,4893287592	86,4688%
fevereiro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	85,4688%
março de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	84,4688%
abril de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	83,4688%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
maio de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	82,4688%
junho de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	81,4688%
julho de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	80,4688%
agosto de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	79,4688%
setembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	78,4688%
outubro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	77,4688%
novembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	76,4688%
dezembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	75,4688%
janeiro de 2019	998,00	3,8617%	1,4339539914	74,4688%
fevereiro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	73,4688%
março de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	72,4688%
abril de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	71,4688%
maio de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	70,4688%
junho de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	69,4688%
julho de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	68,4688%
agosto de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	67,4688%
setembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	66,4688%
outubro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	65,4688%
novembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	64,4688%
dezembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	63,4688%
janeiro de 2020	1.039,00	3,9139%	1,3799437412	62,4688%
fevereiro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	61,4688%
março de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	60,4688%
abril de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	59,4688%
maio de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	58,4688%
junho de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	57,4688%
julho de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	56,4688%
agosto de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	55,4688%
setembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	54,4688%
outubro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	53,4688%
novembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	52,4688%
dezembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	51,4688%
janeiro de 2021	1.100,00	4,2278%	1,3239683696	50,4688%
fevereiro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	49,4688%
março de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	48,4688%
abril de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	47,4688%
maio de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	46,4688%
junho de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	45,4688%
julho de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	44,4688%
agosto de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	43,4688%
setembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	42,4688%
outubro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	41,4688%
novembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	40,4688%
dezembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	39,4688%
janeiro de 2022	1.212,00	10,4229%	1,1989979225	38,4688%
fevereiro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	37,4688%
março de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	36,4688%
abril de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	35,4688%
maio de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	34,4688%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
junho de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	33,4688%
julho de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	32,4688%
agosto de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	31,4688%
setembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	30,4688%
outubro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	29,4688%
novembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	28,4688%
dezembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	27,4688%
janeiro de 2023	1.302,00	5,9000%	1,1321978352	26,4688%
fevereiro de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	25,4688%
março de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	24,4688%
abril de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	23,4688%
maio de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	22,4688%
junho de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	21,4688%
julho de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	20,4688%
agosto de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	19,4688%
setembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	18,4688%
outubro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	17,4688%
novembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	16,4688%
dezembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	15,4688%
janeiro de 2024	1.412,00	4,7174%	1,0811936600	14,4688%
fevereiro de 2024	1.412,00	0,3108%	1,0778441800	13,4688%
março de 2024	1.412,00	0,7800%	1,0695022800	12,4688%
abril de 2024	1.412,00	0,3597%	1,0656688500	11,4688%
maio de 2024	1.412,00	0,2085%	1,0634511200	10,4688%
junho de 2024	1.412,00	0,4401%	1,0587917900	9,4688%
julho de 2024	1.412,00	0,3907%	1,0546717100	8,4688%
agosto de 2024	1.412,00	0,3010%	1,0515068400	7,4688%
setembro de 2024	1.412,00	0,1886%	1,0495271900	6,7179%
outubro de 2024	1.412,00	0,1305%	1,0481593100	6,0384%
novembro de 2024	1.412,00	0,5406%	1,0425238000	5,5214%
dezembro de 2024	1.412,00	0,6205%	1,0360944500	5,2745%
janeiro de 2025	1.518,00	0,3400%	1,0325833000	4,8467%
fevereiro de 2025	1.518,00	0,1095%	1,0314543400	4,0063%
março de 2025	1.518,00	1,2300%	1,0189216100	3,7163%
abril de 2025	1.518,00	0,6397%	1,0124447900	3,5124%
maio de 2025	1.518,00	0,4293%	1,0081172200	3,0124%
junho de 2025	1.518,00	0,3596%	1,0045047800	2,2797%
julho de 2025	1.518,00	0,2600%	1,0018993500	1,4835%
agosto de 2025	1.518,00	0,3309%	0,9985954500	0,5825%
setembro de 2025	1.518,00	-0,1405%	1,0000000000	0,0000%

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 021	579.703,61	408.778,09
Pleito 022	66.436,94	69.040,48

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	022
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	José Orisvaldo Brito da Silva, advogado
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria
Origem do crédito	Honorários sucumbenciais do proc. 0027672-81.2010.8.19.0210 (caso de José Moura Nunes) — memoriais da

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	Recuperanda indicam, por erro material, o proc. 0001015-68.2011.8.19.0210
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	— (crédito não listado; a verba estava embutida no lançamento único do titular)	R$ 66.436,94	R$ 66.144,57
Data-base da atualização	da relação	set/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O patrono do credor José Moura Nunes requer, em nome próprio, o destaque de R$ 66.436,94 a título de honorários sucumbenciais, na Classe I.

A Recuperanda, em memorial de teor idêntico ao que apresentou quanto ao crédito do titular da indenização, apurou a verba em R$ 69.040,48, valor superior ao pedido, mediante aplicação do art. 85, § 9º, do Código de Processo Civil.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

A verba corresponde aos honorários sucumbenciais da condenação transitada em julgado no processo nº 0027672-81.2010.8.19.0210, de titularidade autônoma do advogado, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 da Lei nº 8.906/94, cuja titularidade autônoma se examina nesta decisão.

A verba ora habilitada corresponde aos honorários advocatícios de sucumbência fixados na condenação imposta à Recuperanda nos autos de origem, cujo crédito principal é titularizado por José Moura Nunes e foi apreciado na divergência 021, por ele apresentada.

Os honorários não integram, nem podem integrar, o crédito do titular da indenização, por constituírem direito autônomo do advogado, na forma dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, razão pela qual são reconhecidos nesta habilitação própria, em nome do patrono, e foram expressamente excluídos daquele crédito naquela decisão, evitando-se duplicidade no quadro-geral de credores.

(b) Valor e data-base.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A memória de cálculo apresentada pela Recuperanda apurou a verba honorária de forma correta quanto aos critérios, mas inverteu a titularidade das parcelas, conforme apurado nesta verificação.

Compõem a verba os honorários de 10% sobre a soma das prestações vencidas com doze prestações vincendas, na forma do art. 85, § 9º, do Código de Processo Civil, o que perfaz R$ 31.950,75, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

A base é de R$ 319.507,49, soma da condenação, de R$ 309.987,49, com as doze prestações vincendas, de R$ 9.520,00. As doze entram pelo valor nominal, porque na data-base ainda não venceram, e compõem a base honorária, não o crédito do titular da indenização.

Os honorários 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, no valor de R$ 34.193,82, também pertencem ao patrono, e não ao credor, como constava daquela memória.

Decorrem do não pagamento voluntário da condenação no prazo legal, circunstância evidenciada nos autos de origem, e seu fato gerador precede o pedido de recuperação judicial, sendo por isso reconhecidos, com o que o crédito perfaz R$ 66.144,57.

Anota-se que o valor de R$ 69.040,48 indicado pela Recuperanda para esta verba resultava da soma indevida da multa do art. 523, § 1º, que pertence ao exequente, razão pela qual não prevalece, preservado, em qualquer cenário, o montante global de R$ 410.325,88 apurado para a condenação e seus acréscimos.

Registra-se, por relevante, que a base de cálculo da verba honorária não compreende o capital garantidor.

O art. 85, § 9º, do Código de Processo Civil é expresso ao definir, na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa, que o percentual incide sobre a soma das prestações vencidas acrescida de doze prestações vincendas, e é justamente esse o limite que a norma estabelece.

O capital de garantia do art. 533 do mesmo Código tem função diversa: não é parcela da condenação, e sim patrimônio destacado para assegurar o pagamento das prestações futuras, de modo que tomá-lo como base dos honorários faria a verba incidir

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

sobre a garantia, e não sobre o proveito econômico, multiplicando-a muito além do teto legal.

É o que decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro[1] em caso de contornos idênticos, no qual, apurado fundo garantidor de R$ 219.377,87 resultante das 472 prestações devidas até que o beneficiário completasse 80 anos de idade, assentou-se que tal fundo não deve servir de parâmetro para a apuração dos honorários advocatícios se supera o limite previsto no art. 85, § 9º, do Código de Processo Civil.

No mesmo sentido, e com remissão expressa à orientação do Superior Tribunal de Justiça[2], decidiu aquele Tribunal que os honorários advocatícios incidem sobre o total das verbas da condenação, sendo que, quanto ao pensionamento, a verba recai sobre a soma das prestações vencidas com as doze vincendas, isentando desse cálculo o capital garantidor, por ser pacífico que sobre ele não há incidência de honorários).

A memória aqui adotada observa esse limite: apura os honorários sobre as prestações vencidas acrescidas de doze vincendas, e não sobre o capital garantidor postulado pelo titular da indenização, que dele não compõe a base.

(c) Classificação.

Os honorários advocatícios, tanto os de sucumbência quanto os do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, constituem direito autônomo do advogado e ostentam natureza alimentar, nos termos dos arts. 85, § 14, do mesmo Código e 23 do Estatuto da Advocacia, recebendo, para fins concursais, o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, o que os classifica na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

[1] (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0005053-54.2023.8.19.0000, Relator Desembargador Horácio dos Santos Ribeiro Neto, Vigésima Primeira Câmara Cível, julgado em 01/06/2023, DJe de 07/06/2023).
[2] (TJRJ, Apelação nº 0001456-71.2007.8.19.0054, Relator Desembargador Claudio Brandão de Oliveira, Quarta Câmara de Direito Público, então Sétima Câmara Cível, julgado em 09/12/2015, DJe de 12/05/2016

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba honorária sucumbencial é a sentença que a deferiu, e não a prestação dos serviços nem o contrato celebrado com o constituinte: é o ato jurisdicional que, ao julgar a demanda, impõe ao vencido o dever de pagá-la.

Essa decisão, bem como o inadimplemento que fez incidir os honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, são anteriores ao marco acima referido. Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

O crédito do patrono não constava da relação de credores: a verba estava embutida no lançamento único feito em nome do titular da indenização, sem individualização em nome de quem a lei indica como seu titular.

Para os fins deste quadro, portanto, o crédito é tratado como não listado, e não pelo valor daquele lançamento. Reconhece-se R$ 66.144,57, com data-base em

[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

05/09/2025, na Classe I, em lançamento apartado, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a habilitação formulada por José Orisvaldo Brito da Silva, para reconhecer o crédito de honorários advocatícios no valor de R$ 66.144,57, com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, em lançamento apartado do crédito do titular da indenização.

O crédito é composto dos honorários de sucumbência, de R$ 31.950,75, apurados na forma do art. 85, § 9º, do Código de Processo Civil, e dos honorários de 10% do art. 523, § 1º, do mesmo Código, de R$ 34.193,82.

Afasta-se, em qualquer cenário, a inclusão neste crédito da multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, por pertencer ao exequente, tal como apurado por esta Administração Judicial, no cumprimento do seu *munus* público.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 66.144,57
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação em nome do patrono, no valor de R$ 66.144,57, na Classe I, apartada do crédito do titular da indenização; (ii) conferir que a verba foi excluída do crédito do titular na divergência 021, para evitar dupla contagem; (iii) corrigir o número do processo de origem; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE** a habilitação de crédito apresentada por **José Orisvaldo Brito da Silva**, advogado, para reconhecer o crédito no valor de R$ 66.144,57, a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[45]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[4] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[5] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 021	José Moura Nunes
Pleito 022	José Orisvaldo Brito da Silva (honorários)
Título	0027672-81.2010.8.19.0210, 1ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Evento	Acidente de 19 de setembro de 2010, com invalidez parcial do autor
Citação	21 de setembro de 2011, termo inicial dos juros dos danos, computado o próprio dia
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 26 de junho de 2021 condenou a Recuperanda a dano moral de R$ 15.000,00 e dano estético de R$ 5.000,00, atualizados da publicação da sentença pela UFIR-RJ e com juros de 1% ao mês da citação; a pensão mensal do artigo 950 do Código Civil, de um salário mínimo de 19 de setembro a 19 de dezembro de 2010 e de metade de um salário mínimo a contar de 19 de dezembro de 2010, pelo prazo de 18,83 anos, com juros de 1% ao mês e correção pela UFIR-RJ de cada vencimento; à constituição de capital garantidor; e a honorários de dez por cento sobre o valor da condenação.

A decisão de segundo grau negou provimento a ambos os recursos, e o autor, que pedia a majoração do percentual de honorários, não obteve. O trânsito em julgado se deu em 3 de março de 2023, sem recurso ao Superior Tribunal de Justiça.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025. A sentença nomeia a UFIR-RJ como índice oficial
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo e os juros apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Pensão mensal	Um salário mínimo em quatro parcelas, de 19/09 a 19/12/2010, e metade de um salário mínimo em 176 parcelas, de 19/01/2011 a 19/08/2025, esta a última vencida antes da data-base. O prazo de 18,83 anos termina em outubro de 2029, muito depois da data-base
Danos moral e estético	Corrigidos de 26/06/2021 pelo fator de 1,3239683696 e com juros de 162,4365% desde a citação
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação com os honorários de sucumbência, uma única vez. A multa é do credor, na Classe III, e os honorários são do patrono, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Pensões vencidas até a data-base	I	240.495,95
Danos moral e estético, e multa do artigo 523	III	103.685,36
PLEITO 021, do credor	**I e III**	**344.181,31**
PLEITO 022, do patrono, honorários de 10% e do artigo 523	**I**	**66.144,57**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**410.325,88**

I - PENSÕES VENCIDAS — CLASSE I

Rubrica	Parce-las	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Um salário mínimo, de 09/2010 a 12/2010	4	2.040,00	4.958,44	8.576,56	13.535,01
Metade do salário mínimo, de 01/2011 a 08/2025	176	85.320,50	125.274,25	101.686,70	226.960,95
SUBTOTAL I	**180**	**87.360,50**	**130.232,69**	**110.263,26**	**240.495,95**

Pensões do exercício de 2010 — salário mínimo de R$ 510,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
setembro de 2010	510,00	2,4306099192	1.239,61	174,4688 %	2.162,73	3.402,35
outubro de 2010	510,00	2,4306099192	1.239,61	173,4688 %	2.150,34	3.389,95
novembro de 2010	510,00	2,4306099192	1.239,61	172,4688 %	2.137,94	3.377,55
dezembro de 2010	510,00	2,4306099192	1.239,61	171,4688 %	2.125,55	3.365,16
SUBTOTAL DE 2010 (4)	**2.040,00**		**4.958,44**		**8.576,56**	**13.535,01**

Pensões do exercício de 2011 — salário mínimo de R$ 545,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2011	270,00	2,2975365305	620,33	170,4688 %	1.057,48	1.677,81
fevereiro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	169,4688 %	1.061,01	1.687,09
março de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	168,4688 %	1.054,75	1.680,83
abril de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	167,4688 %	1.048,49	1.674,57
maio de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	166,4688 %	1.042,23	1.668,30
junho de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	165,4688 %	1.035,96	1.662,04
julho de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	164,4688 %	1.029,70	1.655,78
agosto de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	163,4688 %	1.023,44	1.649,52
setembro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	162,4688 %	1.017,18	1.643,26
outubro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	161,4688 %	1.010,92	1.637,00
novembro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	160,4688 %	1.004,66	1.630,74
dezembro de 2011	272,50	2,2975365305	626,08	159,4688 %	998,40	1.624,48
SUBTOTAL DE 2011 (12)	**3.267,50**		**7.507,20**		**12.384,22**	**19.891,42**

Pensões do exercício de 2012 — salário mínimo de R$ 622,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	158,4688 %	1.062,64	1.733,20
fevereiro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	157,4688 %	1.055,93	1.726,50
março de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	156,4688 %	1.049,23	1.719,79
abril de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	155,4688 %	1.042,52	1.713,09
maio de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	154,4688 %	1.035,82	1.706,38
junho de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	153,4688 %	1.029,11	1.699,68
julho de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	152,4688 %	1.022,40	1.692,97
agosto de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	151,4688 %	1.015,70	1.686,27
setembro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	150,4688 %	1.008,99	1.679,56
outubro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	149,4688 %	1.002,29	1.672,85
novembro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	148,4688 %	995,58	1.666,15
dezembro de 2012	311,00	2,1561620956	670,57	147,4688 %	988,88	1.659,44
SUBTOTAL DE 2012 (12)	**3.732,00**		**8.046,80**		**12.309,09**	**20.355,89**

Pensões do exercício de 2013 — salário mínimo de R$ 678,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	146,4688 %	1.012,14	1.703,17
fevereiro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	145,4688 %	1.005,23	1.696,26
março de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	144,4688 %	998,32	1.689,35
abril de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	143,4688 %	991,41	1.682,44
maio de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	142,4688 %	984,50	1.675,53
junho de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	141,4688 %	977,59	1.668,62
julho de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	140,4688 %	970,68	1.661,71
agosto de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	139,4688 %	963,77	1.654,80
setembro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	138,4688 %	956,86	1.647,89
outubro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	137,4688 %	949,95	1.640,98
novembro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	136,4688 %	943,04	1.634,07

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
dezembro de 2013	339,00	2,0384359678	691,03	135,4688 %	936,13	1.627,16
SUBTOTAL DE 2013 (12)	**4.068,00**		**8.292,36**		**11.689,64**	**19.981,99**

Pensões do exercício de 2014 — salário mínimo de R$ 724,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	134,4688 %	937,46	1.634,61
fevereiro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	133,4688 %	930,48	1.627,64
março de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	132,4688 %	923,51	1.620,67
abril de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	131,4688 %	916,54	1.613,70
maio de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	130,4688 %	909,57	1.606,73
junho de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	129,4688 %	902,60	1.599,75
julho de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	128,4688 %	895,63	1.592,78
agosto de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	127,4688 %	888,66	1.585,81
setembro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	126,4688 %	881,68	1.578,84
outubro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	125,4688 %	874,71	1.571,87
novembro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	124,4688 %	867,74	1.564,90
dezembro de 2014	362,00	1,9258430495	697,16	123,4688 %	860,77	1.557,92
SUBTOTAL DE 2014 (12)	**4.344,00**		**8.365,86**		**10.789,35**	**19.155,21**

Pensões do exercício de 2015 — salário mínimo de R$ 788,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	122,4688 %	872,87	1.585,60
fevereiro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	121,4688 %	865,74	1.578,47
março de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	120,4688 %	858,61	1.571,34
abril de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	119,4688 %	851,49	1.564,21
maio de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	118,4688 %	844,36	1.557,09
junho de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	117,4688 %	837,23	1.549,96
julho de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	116,4688 %	830,11	1.542,83

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	115,4688 %	822,98	1.535,71
setembro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	114,4688 %	815,85	1.528,58
outubro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	113,4688 %	808,72	1.521,45
novembro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	112,4688 %	801,60	1.514,32
dezembro de 2015	394,00	1,8089531325	712,73	111,4688 %	794,47	1.507,20
SUBTOTAL DE 2015 (12)	**4.728,00**		**8.552,73**		**10.004,03**	**18.556,76**

Pensões do exercício de 2016 — salário mínimo de R$ 880,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	110,4688 %	794,22	1.513,17
fevereiro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	109,4688 %	787,03	1.505,98
março de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	108,4688 %	779,84	1.498,79
abril de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	107,4688 %	772,65	1.491,60
maio de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	106,4688 %	765,46	1.484,41
junho de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	105,4688 %	758,27	1.477,22
julho de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	104,4688 %	751,08	1.470,03
agosto de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	103,4688 %	743,89	1.462,84
setembro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	102,4688 %	736,70	1.455,65
outubro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	101,4688 %	729,51	1.448,46
novembro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	100,4688 %	722,32	1.441,27
dezembro de 2016	440,00	1,6339806149	718,95	99,4688%	715,13	1.434,08
SUBTOTAL DE 2016 (12)	**5.280,00**		**8.627,42**		**9.056,10**	**17.683,51**

Pensões do exercício de 2017 — salário mínimo de R$ 937,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	98,4688%	707,25	1.425,50
fevereiro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	97,4688%	700,07	1.418,31
março de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	96,4688%	692,88	1.411,13
abril de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	95,4688%	685,70	1.403,95
maio de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	94,4688%	678,52	1.396,77
junho de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	93,4688%	671,34	1.389,58
julho de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	92,4688%	664,15	1.382,40

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
agosto de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	91,4688%	656,97	1.375,22
setembro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	90,4688%	649,79	1.368,04
outubro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	89,4688%	642,61	1.360,86
novembro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	88,4688%	635,43	1.353,67
dezembro de 2017	468,50	1,5330791587	718,25	87,4688%	628,24	1.346,49
SUBTOTAL DE 2017 (12)	**5.622,00**		**8.618,97**		**8.012,95**	**16.631,92**

Pensões do exercício de 2018 — salário mínimo de R$ 954,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	86,4688%	614,28	1.324,69
fevereiro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	85,4688%	607,18	1.317,59
março de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	84,4688%	600,07	1.310,48
abril de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	83,4688%	592,97	1.303,38
maio de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	82,4688%	585,87	1.296,28
junho de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	81,4688%	578,76	1.289,17
julho de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	80,4688%	571,66	1.282,07
agosto de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	79,4688%	564,55	1.274,96
setembro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	78,4688%	557,45	1.267,86
outubro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	77,4688%	550,35	1.260,76
novembro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	76,4688%	543,24	1.253,65
dezembro de 2018	477,00	1,4893287592	710,41	75,4688%	536,14	1.246,55
SUBTOTAL DE 2018 (12)	**5.724,00**		**8.524,92**		**6.902,52**	**15.427,44**

Pensões do exercício de 2019 — salário mínimo de R$ 998,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	74,4688%	532,86	1.248,40
fevereiro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	73,4688%	525,70	1.241,24
março de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	72,4688%	518,55	1.234,09
abril de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	71,4688%	511,39	1.226,93
maio de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	70,4688%	504,23	1.219,78
junho de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	69,4688%	497,08	1.212,62
julho de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	68,4688%	489,92	1.205,47
agosto de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	67,4688%	482,77	1.198,31
setembro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	66,4688%	475,61	1.191,16
outubro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	65,4688%	468,46	1.184,00
novembro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	64,4688%	461,30	1.176,85
dezembro de 2019	499,00	1,4339539914	715,54	63,4688%	454,15	1.169,69
SUBTOTAL DE 2019 (12)	**5.988,00**		**8.586,52**		**5.922,02**	**14.508,53**

Pensões do exercício de 2020 — salário mínimo de R$ 1.045,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2020	519,50	1,3799437412	716,88	62,4688%	447,83	1.164,71

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
fevereiro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	61,4688%	443,20	1.164,22
março de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	60,4688%	435,99	1.157,01
abril de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	59,4688%	428,78	1.149,80
maio de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	58,4688%	421,57	1.142,59
junho de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	57,4688%	414,36	1.135,38
julho de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	56,4688%	407,15	1.128,17
agosto de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	55,4688%	399,94	1.120,96
setembro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	54,4688%	392,73	1.113,75
outubro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	53,4688%	385,52	1.106,54
novembro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	52,4688%	378,31	1.099,33
dezembro de 2020	522,50	1,3799437412	721,02	51,4688%	371,10	1.092,12
SUBTOTAL DE 2020 (12)	**6.267,00**		**8.648,11**		**4.926,50**	**13.574,60**

Pensões do exercício de 2021 — salário mínimo de R$ 1.100,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	50,4688%	367,51	1.095,69
fevereiro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	49,4688%	360,22	1.088,41
março de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	48,4688%	352,94	1.081,12
abril de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	47,4688%	345,66	1.073,84
maio de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	46,4688%	338,38	1.066,56
junho de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	45,4688%	331,10	1.059,28
julho de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	44,4688%	323,81	1.052,00
agosto de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	43,4688%	316,53	1.044,71
setembro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	42,4688%	309,25	1.037,43
outubro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	41,4688%	301,97	1.030,15
novembro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	40,4688%	294,69	1.022,87
dezembro de 2021	550,00	1,3239683696	728,18	39,4688%	287,40	1.015,59
SUBTOTAL DE 2021 (12)	**6.600,00**		**8.738,19**		**3.929,46**	**12.667,65**

Pensões do exercício de 2022 — salário mínimo de R$ 1.212,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	38,4688%	279,51	1.006,10
fevereiro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	37,4688%	272,25	998,84
março de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	36,4688%	264,98	991,57
abril de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	35,4688%	257,71	984,31
maio de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	34,4688%	250,45	977,04
junho de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	33,4688%	243,18	969,77
julho de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	32,4688%	235,92	962,51
agosto de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	31,4688%	228,65	955,24
setembro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	30,4688%	221,38	947,98
outubro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	29,4688%	214,12	940,71
novembro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	28,4688%	206,85	933,44
dezembro de 2022	606,00	1,1989979225	726,59	27,4688%	199,59	926,18
SUBTOTAL DE 2022 (12)	**7.272,00**		**8.719,11**		**2.874,59**	**11.593,70**

Pensões do exercício de 2023 — salário mínimo de R$ 1.320,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2023	651,00	1,1321978352	737,06	26,4688%	195,09	932,15
fevereiro de 2023	651,00	1,1321978352	737,06	25,4688%	187,72	924,78
março de 2023	651,00	1,1321978352	737,06	24,4688%	180,35	917,41
abril de 2023	651,00	1,1321978352	737,06	23,4688%	172,98	910,04
maio de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	22,4688%	167,90	915,15
junho de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	21,4688%	160,43	907,68
julho de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	20,4688%	152,95	900,20
agosto de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	19,4688%	145,48	892,73
setembro de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	18,4688%	138,01	885,26
outubro de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	17,4688%	130,54	877,79
novembro de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	16,4688%	123,06	870,31
dezembro de 2023	660,00	1,1321978352	747,25	15,4688%	115,59	862,84
SUBTOTAL DE 2023 (12)	**7.884,00**		**8.926,25**		**1.870,10**	**10.796,34**

Pensões do exercício de 2024 — salário mínimo de R$ 1.412,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	706,00	1,0811936600	763,32	14,4688%	110,44	873,77
fevereiro de 2024	706,00	1,0778441800	760,96	13,4688%	102,49	863,45
março de 2024	706,00	1,0695022800	755,07	12,4688%	94,15	849,22
abril de 2024	706,00	1,0656688500	752,36	11,4688%	86,29	838,65
maio de 2024	706,00	1,0634511200	750,80	10,4688%	78,60	829,40
junho de 2024	706,00	1,0587917900	747,51	9,4688%	70,78	818,29
julho de 2024	706,00	1,0546717100	744,60	8,4688%	63,06	807,66
agosto de 2024	706,00	1,0515068400	742,36	7,4688%	55,45	797,81
setembro de 2024	706,00	1,0495271900	740,97	6,7179%	49,78	790,74
outubro de 2024	706,00	1,0481593100	740,00	6,0384%	44,68	784,68
novembro de 2024	706,00	1,0425238000	736,02	5,5214%	40,64	776,66
dezembro de 2024	706,00	1,0360944500	731,48	5,2745%	38,58	770,06
SUBTOTAL DE 2024 (12)	**8.472,00**		**8.965,45**		**834,94**	**9.800,38**

Pensões do exercício de 2025 — salário mínimo de R$ 1.518,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	759,00	1,0325833000	783,73	4,8467%	37,99	821,72
fevereiro de 2025	759,00	1,0314543400	782,87	4,0063%	31,36	814,24
março de 2025	759,00	1,0189216100	773,36	3,7163%	28,74	802,10
abril de 2025	759,00	1,0124447900	768,45	3,5124%	26,99	795,44
maio de 2025	759,00	1,0081172200	765,16	3,0124%	23,05	788,21
junho de 2025	759,00	1,0045047800	762,42	2,2797%	17,38	779,80
julho de 2025	759,00	1,0018993500	760,44	1,4835%	11,28	771,72
agosto de 2025	759,00	0,9985954500	757,93	0,5825%	4,42	762,35
SUBTOTAL DE 2025 (8)	**6.072,00**		**6.154,37**		**181,21**	**6.335,57**

II - DANOS MORAL E ESTÉTICO — CLASSE III

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Dano moral	15.000,00	1,3239683696	19.859,53	162,4365 %	32.259,13	52.118,65
Dano estético	5.000,00	1,3239683696	6.619,84	162,4365 %	10.753,04	17.372,88
SUBTOTAL II	**20.000,00**		**26.479,37**		**43.012,17**	**69.491,54**

III - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Subtotal I, pensões vencidas			240.495,95	credor
Subtotal II, danos moral e estético			69.491,54	credor
CONDENAÇÃO			**309.987,49**	
Doze prestações vincendas, artigo 85, § 9º, do CPC			9.520,00	—
Base dos honorários			**319.507,49**	
Honorários sucumbenciais	10%	319.507,49	31.950,75	patrono
Base do artigo 523			**341.938,24**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	341.938,24	34.193,82	credor
Honorários da fase de cumprimento	10%	341.938,24	34.193,82	patrono

A base dos honorários é a soma das prestações vencidas com doze prestações vincendas, na forma do artigo 85, § 9º, do Código de Processo Civil, que a sentença mandou observar quanto às vincendas. As doze entram pelo valor nominal, de R$ 9.520,00, porque na data-base ainda não venceram, e compõem a base honorária, não o crédito do credor.

IV - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO E POR CLASSE

Pleito	Titular	Classe I	Classe III	Total
021	José Moura Nunes	240.495,95	103.685,36	344.181,31
022	José Orisvaldo Brito da Silva	66.144,57	—	66.144,57
TOTAL		**306.640,52**	**103.685,36**	**410.325,88**

Parcelas não computadas

Rubrica	Valor
Onze parcelas de pensão com vencimento posterior a 05/09/2025, nominal	8.709,50
Capital garantidor do artigo 533 do Código de Processo Civil	162.100,00
TOTAL NÃO COMPUTADO	**170.809,50**

V - EXTRATO DA CORREÇÃO E DOS JUROS, MÊS A MÊS

A parcela de cada competência toma o fator e o percentual de juros da sua própria linha. O índice de cada mês é derivado dos fatores oficiais da tabela da Corregedoria, e não de cadeia reconstruída

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
setembro de 2010	510,00	—	2,4306099192	174,4688%
outubro de 2010	510,00	0,0000%	2,4306099192	173,4688%
novembro de 2010	510,00	0,0000%	2,4306099192	172,4688%
dezembro de 2010	510,00	0,0000%	2,4306099192	171,4688%
janeiro de 2011	540,00	5,7920%	2,2975365305	170,4688%
fevereiro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	169,4688%
março de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	168,4688%
abril de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	167,4688%
maio de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	166,4688%
junho de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	165,4688%
julho de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	164,4688%
agosto de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	163,4688%
setembro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	162,4688%
outubro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	161,4688%
novembro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	160,4688%
dezembro de 2011	545,00	0,0000%	2,2975365305	159,4688%
janeiro de 2012	622,00	6,5568%	2,1561620956	158,4688%
fevereiro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	157,4688%
março de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	156,4688%
abril de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	155,4688%
maio de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	154,4688%
junho de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	153,4688%
julho de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	152,4688%
agosto de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	151,4688%
setembro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	150,4688%
outubro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	149,4688%
novembro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	148,4688%
dezembro de 2012	622,00	0,0000%	2,1561620956	147,4688%
janeiro de 2013	678,00	5,7753%	2,0384359678	146,4688%
fevereiro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	145,4688%
março de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	144,4688%
abril de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	143,4688%
maio de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	142,4688%
junho de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	141,4688%
julho de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	140,4688%
agosto de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	139,4688%
setembro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	138,4688%
outubro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	137,4688%
novembro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	136,4688%
dezembro de 2013	678,00	0,0000%	2,0384359678	135,4688%
janeiro de 2014	724,00	5,8464%	1,9258430495	134,4688%
fevereiro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	133,4688%
março de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	132,4688%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
abril de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	131,4688%
maio de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	130,4688%
junho de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	129,4688%
julho de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	128,4688%
agosto de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	127,4688%
setembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	126,4688%
outubro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	125,4688%
novembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	124,4688%
dezembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	123,4688%
janeiro de 2015	788,00	6,4617%	1,8089531325	122,4688%
fevereiro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	121,4688%
março de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	120,4688%
abril de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	119,4688%
maio de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	118,4688%
junho de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	117,4688%
julho de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	116,4688%
agosto de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	115,4688%
setembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	114,4688%
outubro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	113,4688%
novembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	112,4688%
dezembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	111,4688%
janeiro de 2016	880,00	10,7084%	1,6339806149	110,4688%
fevereiro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	109,4688%
março de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	108,4688%
abril de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	107,4688%
maio de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	106,4688%
junho de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	105,4688%
julho de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	104,4688%
agosto de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	103,4688%
setembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	102,4688%
outubro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	101,4688%
novembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	100,4688%
dezembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	99,4688%
janeiro de 2017	937,00	6,5816%	1,5330791587	98,4688%
fevereiro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	97,4688%
março de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	96,4688%
abril de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	95,4688%
maio de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	94,4688%
junho de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	93,4688%
julho de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	92,4688%
agosto de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	91,4688%
setembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	90,4688%
outubro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	89,4688%
novembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	88,4688%
dezembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	87,4688%
janeiro de 2018	954,00	2,9376%	1,4893287592	86,4688%
fevereiro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	85,4688%
março de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	84,4688%
abril de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	83,4688%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
maio de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	82,4688%
junho de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	81,4688%
julho de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	80,4688%
agosto de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	79,4688%
setembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	78,4688%
outubro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	77,4688%
novembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	76,4688%
dezembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	75,4688%
janeiro de 2019	998,00	3,8617%	1,4339539914	74,4688%
fevereiro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	73,4688%
março de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	72,4688%
abril de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	71,4688%
maio de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	70,4688%
junho de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	69,4688%
julho de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	68,4688%
agosto de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	67,4688%
setembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	66,4688%
outubro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	65,4688%
novembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	64,4688%
dezembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	63,4688%
janeiro de 2020	1.039,00	3,9139%	1,3799437412	62,4688%
fevereiro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	61,4688%
março de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	60,4688%
abril de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	59,4688%
maio de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	58,4688%
junho de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	57,4688%
julho de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	56,4688%
agosto de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	55,4688%
setembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	54,4688%
outubro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	53,4688%
novembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	52,4688%
dezembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	51,4688%
janeiro de 2021	1.100,00	4,2278%	1,3239683696	50,4688%
fevereiro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	49,4688%
março de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	48,4688%
abril de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	47,4688%
maio de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	46,4688%
junho de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	45,4688%
julho de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	44,4688%
agosto de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	43,4688%
setembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	42,4688%
outubro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	41,4688%
novembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	40,4688%
dezembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	39,4688%
janeiro de 2022	1.212,00	10,4229%	1,1989979225	38,4688%
fevereiro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	37,4688%
março de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	36,4688%
abril de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	35,4688%
maio de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	34,4688%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
junho de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	33,4688%
julho de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	32,4688%
agosto de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	31,4688%
setembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	30,4688%
outubro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	29,4688%
novembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	28,4688%
dezembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	27,4688%
janeiro de 2023	1.302,00	5,9000%	1,1321978352	26,4688%
fevereiro de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	25,4688%
março de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	24,4688%
abril de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	23,4688%
maio de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	22,4688%
junho de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	21,4688%
julho de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	20,4688%
agosto de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	19,4688%
setembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	18,4688%
outubro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	17,4688%
novembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	16,4688%
dezembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	15,4688%
janeiro de 2024	1.412,00	4,7174%	1,0811936600	14,4688%
fevereiro de 2024	1.412,00	0,3108%	1,0778441800	13,4688%
março de 2024	1.412,00	0,7800%	1,0695022800	12,4688%
abril de 2024	1.412,00	0,3597%	1,0656688500	11,4688%
maio de 2024	1.412,00	0,2085%	1,0634511200	10,4688%
junho de 2024	1.412,00	0,4401%	1,0587917900	9,4688%
julho de 2024	1.412,00	0,3907%	1,0546717100	8,4688%
agosto de 2024	1.412,00	0,3010%	1,0515068400	7,4688%
setembro de 2024	1.412,00	0,1886%	1,0495271900	6,7179%
outubro de 2024	1.412,00	0,1305%	1,0481593100	6,0384%
novembro de 2024	1.412,00	0,5406%	1,0425238000	5,5214%
dezembro de 2024	1.412,00	0,6205%	1,0360944500	5,2745%
janeiro de 2025	1.518,00	0,3400%	1,0325833000	4,8467%
fevereiro de 2025	1.518,00	0,1095%	1,0314543400	4,0063%
março de 2025	1.518,00	1,2300%	1,0189216100	3,7163%
abril de 2025	1.518,00	0,6397%	1,0124447900	3,5124%
maio de 2025	1.518,00	0,4293%	1,0081172200	3,0124%
junho de 2025	1.518,00	0,3596%	1,0045047800	2,2797%
julho de 2025	1.518,00	0,2600%	1,0018993500	1,4835%
agosto de 2025	1.518,00	0,3309%	0,9985954500	0,5825%
setembro de 2025	1.518,00	-0,1405%	1,0000000000	0,0000%

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 021	579.703,61	408.778,09
Pleito 022	66.436,94	69.040,48

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	023
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	Francisco Xavier Lemos
CPF / CNPJ	399.261.687-87
Endereço para intimações	Rua Álvaro Alvim, 37 – Sala 1406 – Centro, RJ
E-mail / telefone	joaobatistamiranda.adv@gmail.com
Advogado(a) / OAB	João Batista Soares de Miranda, OAB/RJ 70.898
Origem do crédito	Crédito trabalhista, RT 0010317-72.2015.5.01.0036, 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro — cálculos homologados por sentença de 14/07/2020 (R$ 57.810,35 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dez reais e trinta e cinco centavos) em 16/06/2020, apresentados pela própria reclamada)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 55.769,74 (cinquenta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos)	R$ 84.883,15 (oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e quinze centavos)	R$ 88.795,67 (oitenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos)
Data-base da atualização	da relação (defasada frente ao pedido)	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	Crédito trabalhista, RT 0010317-72.2015.5.01.0036, 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro — cálculos homologados por sentença de 14/07/2020 (R$ 57.810,35 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dez reais e trinta e cinco centavos) em	Crédito trabalhista, RT 0010317-72.2015.5.01.0036, 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro — cálculos homologados por sentença de 14/07/2020 (R$ 57.810,35 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dez reais e trinta e cinco centavos) em	Crédito trabalhista, RT 0010317-72.2015.5.01.0036, 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro — cálculos homologados por sentença de 14/07/2020 (R$ 57.810,35 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dez reais e trinta e cinco centavos) em

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	16/06/2020, apresentados pela própria reclamada)	16/06/2020, apresentados pela própria reclamada)	16/06/2020, apresentados pela própria reclamada)
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor trabalhista apresentou divergência porque o valor listado, R$ 55.769,74 (cinquenta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos), não refletia a atualização até a data do pedido recuperacional: os cálculos homologados na Justiça do Trabalho, apresentados pela própria reclamada e acobertados pela coisa julgada, já indicavam R$ 57.810,35 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dez reais e trinta e cinco centavos) em 16/06/2020.

Requereu a majoração para R$ 84.883,15 (oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e quinze centavos), atualizado até 05/09/2025. A Recuperanda verificou a correção da instrução e da atualização e não se opôs.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista decorre da reclamação nº 0010317-72.2015.5.01.0036, da 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, com condenação transitada em julgado e cálculos homologados por sentença de 14/07/2020, elaborados pela própria reclamada, o que confere ao quantum a autoridade da coisa julgada na data-base de 16/06/2020. A instrução atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu o título, a homologação e a memória de atualização, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

Sobre a base homologada de R$ 57.810,35 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dez reais e trinta e cinco centavos), em 16/06/2020, incide a atualização até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

O débito daquela folha não se refaz, por estar coberto pela coisa julgada, e a modulação fixada na ADC 58 preserva as decisões transitadas que adotaram índice expressamente. Atualiza-se dele em diante.

Na fase judicial, até 29/08/2024, aplica-se a taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal, que nela engloba a correção monetária e os juros de mora, sem cumulação.

A taxa acumula por soma aritmética das taxas mensais, e não pelo produto dos fatores, porque a capitalização é vedada. São 36,3580% no período, que levam o débito a R$ 78.829,04. De 30/08/2024 em diante, a correção segue o IPCA, de 5,1305%,

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

e os juros a taxa legal do art. 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024, de 7,1462%, do que resultam R$ 82.873,36 de principal corrigido e R$ 5.922,31 de juros.

Apura-se, assim, R$ 88.795,67 (oitenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos) na data-base, e não os R$ 84.883,15 indicados no pleito.

A planilha que o instrui é a do sistema oficial da Justiça do Trabalho, liquidada em 17/10/2025 e atualizada até a data-base correta, mas corrige pela Tabela JT, cujo fator no período foi de 5,6855%, contra 38,55% de IPCA nos mesmos sessenta e três meses.

A diferença de R$ 3.912,52 decorre exclusivamente do índice da fase judicial. O demonstrativo, mês a mês, acompanha esta decisão.

Não há verba honorária a destacar neste pleito. A r. sentença homologatória lançou os honorários advocatícios em R$ 0,00, à fl. 1833 dos autos de origem, e a reclamação foi ajuizada em 2015, antes da Lei nº 13.467/2017, que instituiu a sucumbência na Justiça do Trabalho apenas para as ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017. A contribuição previdenciária da parte empregado, de R$ 1.391,86, e as custas judiciais têm titular diverso e não integram o crédito ora reconhecido.

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, sem controvérsia.[2]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não

[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito trabalhista é a prestação do trabalho e a condenação transitada em julgado, com cálculos homologados em 2020, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 55.769,74 (cinquenta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos), com atualização defasada. Reconhece-se R$ 88.795,67 (oitenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos), com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[4]

(f) Conclusão.

[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
[4] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a divergência formulada por Francisco Xavier Lemos, CPF nº 399.261.687-87, para retificar o crédito para R$ 88.795,67 (oitenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos), com data-base em 05/09/2025, mantida a Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 88.795,67 (oitenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação; (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE** a divergência de crédito apresentada por Francisco Xavier Lemos, para reconhecer o crédito no valor de R$ 88.795,67 (oitenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[5]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[5] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 023	Francisco Xavier Lemos
Título	Reclamação trabalhista 0010317-72.2015.5.01.0036, 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, TRT da 1ª Região
Vínculo	Admitido em 2 de maio de 2011 e demitido em 12 de fevereiro de 2015
Ajuizamento	17 de março de 2015, termo inicial dos juros de mora, na forma do artigo 883 da Consolidação das Leis do Trabalho
Classe	I, crédito derivado da legislação do trabalho, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de mérito julgou improcedente o pedido de horas extras, e o v. acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região reverteu em parte, para condenar a ré ao pagamento de horas extras e noturnas nos períodos em que faltantes as guias ministeriais. Seguiram-se dois acórdãos de embargos de declaração, do reclamante e da reclamada.

A r. sentença homologatória de 14 de julho de 2020 homologou os cálculos apresentados pela reclamada, com honorários zerados, e há certidão de trânsito em julgado. O débito daquela folha, de 16 de junho de 2020, está coberto pela coisa julgada, e por isso não se refaz: atualiza-se dela em diante.

Critérios da atualização

Período	Critério
Até 16/06/2020	O que o Juízo homologou, em índice de débitos trabalhistas de 0,01311781, com juros de 1% ao mês do ajuizamento. Nada se refaz: há sentença homologatória e certidão de trânsito em julgado, e a modulação da ADC 58 preserva as decisões transitadas que adotaram índice expressamente
De 16/06/2020 a 29/08/2024	Taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal e do Tema 1368 do Superior Tribunal de Justiça: na fase judicial ela engloba correção monetária e juros de mora, sem cumulação, e acumula por SOMA SIMPLES, vedada a capitalização. Junho de 2020 entra pro rata dos catorze dias posteriores ao dia 16
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Correção pelo IPCA e juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA
Fonte	Banco Central do Brasil, série SGS 4390 para a SELIC. Valores em reais

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito do reclamante, atualizado à data-base	I	88.795,67
TOTAL		**88.795,67**

I - O DÉBITO HOMOLOGADO EM 16 DE JUNHO DE 2020

Resumo da folha de cálculo homologada, em índice de débitos trabalhistas de 0,01311781

Rubrica	Titular	Valor em 16/06/2020
Valor bruto devido, líquido de contribuição previdenciária	reclamante	35.456,20
Juros de mora de 63,05%, de 1% ao mês contados do ajuizamento	reclamante	22.354,15
CRÉDITO DO RECLAMANTE		**57.810,35**
Parte empregado, contribuição previdenciária	Previdência	1.391,86
TOTAL GERAL DA FOLHA		**59.202,21**

Habilita-se o crédito do reclamante. A parte empregado é contribuição previdenciária e tem titular diverso. Os honorários advocatícios foram zerados na homologação, de sorte que não há verba a destacar em favor de patrono.

Verbas do demonstrativo, competências de maio de 2011 a dezembro de 2014

Verba
Horas extras, com adicional de 50% sobre o salário hora
Reflexos em repouso semanal remunerado
Reflexos em um terço de férias
Reflexos em 13º salário
FGTS, com a multa de 40%

A taxa de juros de 63,05% é uniforme em todas as competências da folha, e está correta: no crédito trabalhista os juros de mora correm do ajuizamento, na forma do artigo 883 da Consolidação das Leis do Trabalho, e não do vencimento de cada parcela. De 17 de março de 2015 a 16 de junho de 2020 são sessenta e três meses.

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — A TAXA SELIC DA FASE JUDICIAL

Sobre o débito de R$ 57.810,35, mês a mês, de junho de 2020 a agosto de 2024

Competência	SELIC do mês	Proporção	Acumulada por soma simples	Débito ao fim do mês
junho de 2020	0,21%	14 de 30 dias	0,0980%	57.867,00
julho de 2020	0,19%	mês cheio	0,2880%	57.976,84
agosto de 2020	0,16%	mês cheio	0,4480%	58.069,34
setembro de 2020	0,16%	mês cheio	0,6080%	58.161,84
outubro de 2020	0,16%	mês cheio	0,7680%	58.254,33
novembro de 2020	0,15%	mês cheio	0,9180%	58.341,05
dezembro de 2020	0,16%	mês cheio	1,0780%	58.433,55
janeiro de 2021	0,15%	mês cheio	1,2280%	58.520,26
fevereiro de 2021	0,13%	mês cheio	1,3580%	58.595,41
março de 2021	0,20%	mês cheio	1,5580%	58.711,04
abril de 2021	0,21%	mês cheio	1,7680%	58.832,44
maio de 2021	0,27%	mês cheio	2,0380%	58.988,52
junho de 2021	0,31%	mês cheio	2,3480%	59.167,74
julho de 2021	0,36%	mês cheio	2,7080%	59.375,85
agosto de 2021	0,43%	mês cheio	3,1380%	59.624,44
setembro de 2021	0,44%	mês cheio	3,5780%	59.878,80
outubro de 2021	0,49%	mês cheio	4,0680%	60.162,08
novembro de 2021	0,59%	mês cheio	4,6580%	60.503,16
dezembro de 2021	0,77%	mês cheio	5,4280%	60.948,30
janeiro de 2022	0,73%	mês cheio	6,1580%	61.370,31
fevereiro de 2022	0,76%	mês cheio	6,9180%	61.809,67
março de 2022	0,93%	mês cheio	7,8480%	62.347,31
abril de 2022	0,83%	mês cheio	8,6780%	62.827,13
maio de 2022	1,03%	mês cheio	9,7080%	63.422,58
junho de 2022	1,02%	mês cheio	10,7280%	64.012,24
julho de 2022	1,03%	mês cheio	11,7580%	64.607,69
agosto de 2022	1,17%	mês cheio	12,9280%	65.284,07
setembro de 2022	1,07%	mês cheio	13,9980%	65.902,64
outubro de 2022	1,02%	mês cheio	15,0180%	66.492,31
novembro de 2022	1,02%	mês cheio	16,0380%	67.081,97
dezembro de 2022	1,12%	mês cheio	17,1580%	67.729,45
janeiro de 2023	1,12%	mês cheio	18,2780%	68.376,93
fevereiro de 2023	0,92%	mês cheio	19,1980%	68.908,78
março de 2023	1,17%	mês cheio	20,3680%	69.585,16
abril de 2023	0,92%	mês cheio	21,2880%	70.117,02
maio de 2023	1,12%	mês cheio	22,4080%	70.764,49
junho de 2023	1,07%	mês cheio	23,4780%	71.383,06
julho de 2023	1,07%	mês cheio	24,5480%	72.001,63
agosto de 2023	1,14%	mês cheio	25,6880%	72.660,67
setembro de 2023	0,97%	mês cheio	26,6580%	73.221,43
outubro de 2023	1,00%	mês cheio	27,6580%	73.799,54
novembro de 2023	0,92%	mês cheio	28,5780%	74.331,39
dezembro de 2023	0,89%	mês cheio	29,4680%	74.845,90
janeiro de 2024	0,97%	mês cheio	30,4380%	75.406,66
fevereiro de 2024	0,80%	mês cheio	31,2380%	75.869,15

Competência	SELIC do mês	Proporção	Acumulada por soma simples	Débito ao fim do mês
março de 2024	0,83%	mês cheio	32,0680%	76.348,97
abril de 2024	0,89%	mês cheio	32,9580%	76.863,49
maio de 2024	0,83%	mês cheio	33,7880%	77.343,31
junho de 2024	0,79%	mês cheio	34,5780%	77.800,01
julho de 2024	0,91%	mês cheio	35,4880%	78.326,09
agosto de 2024	0,87%	mês cheio	36,3580%	78.829,04
ACUMULADO			**36,3580%**	**78.829,04**

A taxa acumula por soma aritmética das taxas mensais, e não pelo produto dos fatores. Capitalizada, a mesma série daria 43,7754% em lugar de 36,3580%, e elevaria o crédito em R$ 4.830,19: a capitalização é vedada, e a menção à Calculadora do Cidadão no acórdão da ADC 58 serve de parâmetro comparativo, não de método.

III - MEMÓRIA DE CÁLCULO — IPCA E TAXA LEGAL DA LEI 14.905/2024

Competência	IPCA do mês	Fator acumulado	Valor corrigido
setembro de 2024	0,44%	1,00440000	79.175,89
outubro de 2024	0,56%	1,01002464	79.619,27
novembro de 2024	0,39%	1,01396374	79.929,79
dezembro de 2024	0,52%	1,01923635	80.345,42
janeiro de 2025	0,16%	1,02086713	80.473,98
fevereiro de 2025	1,31%	1,03424049	81.528,18
março de 2025	0,56%	1,04003223	81.984,74
abril de 2025	0,43%	1,04450437	82.337,28
maio de 2025	0,26%	1,04722008	82.551,35
junho de 2025	0,24%	1,04973341	82.749,48
julho de 2025	0,26%	1,05246272	82.964,63
agosto de 2025	-0,11%	1,05130501	82.873,36
ACUMULADO	**5,1305%**	**1,05130501**	**82.873,36**

Juros pela taxa legal, que é a SELIC deduzido o IPCA

Rubrica	Percentual	Base	Valor
Taxa legal acumulada de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de cinco dias	7,1462%	82.873,36	5.922,31
TOTAL EM 05/09/2025			**88.795,67**

IV - CONSOLIDAÇÃO

Etapa	Critério	Valor
Débito homologado em 16/06/2020	coisa julgada	57.810,35
Fase judicial, até 29/08/2024	SELIC de 36,3580%, soma simples	78.829,04
Correção de 30/08/2024 a 05/09/2025	IPCA de 5,1305%	82.873,36
Juros de 30/08/2024 a 05/09/2025	taxa legal de 7,1462%	5.922,31
TOTAL EM 05/09/2025, CLASSE I		**88.795,67**

Confronto

Origem	Valor em 05/09/2025
Apuração desta Administração Judicial	88.795,67
Decisão administrativa, credor e Recuperanda	84.883,15
Listado na relação de credores	55.769,74
Diferença entre a apuração e a decisão	**3.912,52**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 023	84.883,15	84.883,15

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	024
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A.
CPF / CNPJ	92.682.038/0001-00
Endereço para intimações	Avenida Rio de Janeiro, nº 555, 17º Andar, Caju, CEP: 20.931-675
E-mail / telefone	recuperacaojudicial@ernestoborges.com.br
Advogado(a) / OAB	Renato Chagas Corrêa da Silva OAB/RJ 212.264

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Origem do crédito	Condenações em 3 ações regressivas transitadas em julgado contra a Breda (procs. 0018115-89.2018, 0018112-37.2018 e 0018116-74.2018.8.19.0210, 1ª e 2ª Varas Cíveis da Regional da Leopoldina), com certidões de crédito expedidas em 25/05/2026
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 22.952,24	R$ 126.289,89 (= 22.952,24 listado + 35.828,20 + 33.427,76 + 34.081,69 das certidões)	R$ 126.289,89 (= 22.952,24 listado + 103.337,65 das três certidões)
Data-base da atualização	da relação	sem data- indicada	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	Condenações em 3 ações regressivas transitadas em julgado contra a Breda (procs.	—

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

		0018115-89.2018, 0018112-37.2018 e 0018116-74.2018.8.19.0210, 1ª e 2ª Varas Cíveis da Regional da Leopoldina), com certidões de crédito expedidas em 25/05/2026	
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

A seguradora apresentou divergência para somar ao crédito listado de R$ 22.952,24 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

centavos) as condenações de três ações regressivas transitadas em julgado, instruindo o pedido com certidões de crédito expedidas pelo juízo de origem, e totalizando R$ 126.289,89 (cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos).

A Recuperanda respondeu pelo não acolhimento nos valores apresentados: as certidões não indicam o termo final da atualização, não veio planilha de cálculo alguma e o credor chegou a requerer na origem atualização até o deferimento do processamento, em desacordo com o art. 9º, II.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

A existência dos créditos é incontroversa: as três certidões de crédito expedidas em 25/05/2026 pelos Cartórios da 1ª e da 2ª Varas Cíveis da Regional da Leopoldina certificam o trânsito em julgado das decisões proferidas nos processos nº 0018115-89.2018, 0018112-37.2018 e 0018116-74.2018.8.19.0210, movidos pela seguradora contra a Recuperanda, e declaram-se título hábil para habilitação no juízo empresarial.

Cada uma das três certidões declara, em seu corpo, ser título hábil para a habilitação, as duas expedidas pela 1ª Vara Cível com referência ao juízo empresarial e a expedida pela 2ª Vara Cível com referência ao juízo da recuperação judicial. É por esse documento que o crédito reconhecido na origem se apresenta a esta verificação, e é o valor nele certificado o que se habilita, sem recálculo por esta Administração Judicial.

(b) Valor e data-base.

Adotam-se, assim, os valores certificados, R$ 35.828,20 no processo nº 0018115-89.2018.8.19.0210, R$ 33.427,76 no processo nº 0018112-37.2018.8.19.0210 e R$ 34.081,69 no processo nº 0018116-74.2018.8.19.0210, que somam R$ 103.337,65 (cento e três mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

Registre-se que o montante lançado em cada certidão é, no item III de seu formulário, o Valor Informado pelo Credor, e não resultado de apuração da serventia.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A adoção desse valor não preclui a impugnação do art. 8º da Lei nº 11.101/2005 nem a retificação do quadro na forma do art. 7º, § 1º, da mesma lei, caso sobrevenha memória de cálculo que demonstre atualização além da data-base legal.

Somado o valor listado de R$ 22.952,24 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos), sobre o qual não há controvérsia, o crédito reconhecido é de R$ 126.289,89 (cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos).

(c) Classificação.

Créditos de condenações cíveis regressivas, sem preferência legal, Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, como listado e como pedido.[1]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[2]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o

[1] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[2] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador dos créditos regressivos é o desembolso da seguradora em razão dos sinistros e as condenações transitadas em julgado nas ações movidas contra a Recuperanda, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação consta R$ 22.952,24 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos), na Classe III. A credora pretende R$ 126.289,89 (cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos).

A credora declarou expressamente concordar com o valor listado e afirmou que os três créditos certificados lhe são diversos, de modo que se somam. Acolhe-se a divergência, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, mantido o encaminhamento de conferir a que processo corresponde a parcela listada, cuja eventual coincidência com um dos créditos certificados importaria retificação do quadro.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a divergência formulada por Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A., CNPJ nº 92.682.038/0001-00, para retificar o crédito ao valor de R$ 126.289,89 (cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos), com data-base em 05/09/2025, na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, assim composto, R$ 22.952,24 já listados e R$ 103.337,65 das três certidões de crédito expedidas em 25/05/2026.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 126.289,89 (cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) RETIFICAR o crédito na próxima relação, para R$ 126.289,89, na Classe III, com data-base em 05/09/2025; (ii) conferir a que processo se refere o valor listado; (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE a divergência de crédito apresentada por Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A., para reconhecer o crédito no valor de R$ 126.289,89 (cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

e oitenta e nove centavos), a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos 0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 024 (1 de 3) Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A.
Título 0018116-74.2018.8.19.0210, 2ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Data-base 5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo, e os juros posteriores apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Taxa legal acumulada	7,1462% de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de 5 dias. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor certificado
Crédito certificado pelo Juízo	III	34.081,69
TOTAL		**34.081,69**

I - CRÉDITO CERTIFICADO PELO JUÍZO

Certidão de crédito expedida em 25 de maio de 2026 pelo Cartório da 2ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, na forma do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014

Rubrica	Classe	Valor
Crédito certificado	III	34.081,69
TOTAL		**34.081,69**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 024	126.289,89	22.952,24

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 024 (2 de 3)	Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A.
Título	0018115-89.2018.8.19.0210, 1ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo, e os juros posteriores apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Taxa legal acumulada	7,1462% de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de 5 dias. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor certificado
Crédito certificado pelo Juízo	III	35.828,20
TOTAL		**35.828,20**

I - CRÉDITO CERTIFICADO PELO JUÍZO

Certidão de crédito expedida em 25 de maio de 2026 pelo Cartório da 1ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, na forma do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014

Rubrica	Classe	Valor
Crédito certificado	III	35.828,20
TOTAL		**35.828,20**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 024	126.289,89	22.952,24

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos 0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 024 (3 de 3) Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A.
Título 0018112-37.2018.8.19.0210, 1ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Data-base 5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo, e os juros posteriores apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Taxa legal acumulada	7,1462% de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de 5 dias. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor certificado
Crédito certificado pelo Juízo	III	33.427,76
TOTAL		**33.427,76**

I - CRÉDITO CERTIFICADO PELO JUÍZO

Certidão de crédito expedida em 25 de maio de 2026 pelo Cartório da 1ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, na forma do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014

Rubrica	Classe	Valor
Crédito certificado	III	33.427,76
TOTAL		**33.427,76**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 024	126.289,89	22.952,24

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	025
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	Márcio Luis Marcelino Soares
CPF / CNPJ	043.418.177-36
Endereço para intimações	Rua Yalta, nº 182, Senador Camará — CEP 21.830-316
E-mail / telefone	marciosoaresbing@gmail.com
Advogado(a) / OAB	—
Origem do crédito	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Viação Andorinha)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 50.193,62 (cinquenta mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)	R$ 50.193,62 (cinquenta mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos) (anuência ao listado)	R$ 50.193,62 (cinquenta mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)
Data-base da atualização	05/09/2026	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Viação Andorinha)	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Viação Andorinha)	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Viação Andorinha)
Garantia (se houver)	—	—	—

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor declarou concordância com o valor de R$ 50.193,62 (cinquenta mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos) listado em seu favor na Classe I.

A Recuperanda opinou pela manutenção, com preservação do destaque de crédito não originário Breda, vinculado ao regime especial de execução da Viação Andorinha.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista, decorrente de condenação com responsabilidade solidária da Recuperanda originariamente devida pela Viação Andorinha, já consta da relação de credores e teve o valor expressamente aceito pelo credor. Não há controvérsia sobre existência, liquidez ou extensão.

(b) Valor e data-base.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Sem pretensão modificativa, mantém-se o valor listado, R$ 50.193,62 (cinquenta mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos), atualizado até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.[1]

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, preservado o destaque de crédito não originário Breda. O condicionamento de pagamento da Cláusula 4.2.1.7 do Plano é matéria de execução do plano e não interfere no valor nem na classe.[2]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

---

[1] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.
[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito trabalhista é a prestação do trabalho e a condenação solidária vinculada ao regime especial de execução da Viação Andorinha, anteriores ao marco acima referido. Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

O crédito já consta nos exatos termos aceitos, nada havendo a retificar, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[4]

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial recebe a manifestação como anuência e mantém o crédito de Márcio Luis Marcelino Soares no valor de R$ 50.193,62 (cinquenta mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos), na Classe I, de natureza concursal, com o destaque de crédito não originário Breda, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, nada havendo a acolher ou retificar.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [X] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 50.193,62 (cinquenta mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)

[4] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Manutenção na próxima relação com o destaque "NÃO originário Breda" (Cláusula 4.2.1.7 do PRJ); (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **NÃO ACOLHE** a divergência de crédito apresentada por Márcio Luis Marcelino Soares, para reconhecer o crédito no valor de R$ 50.193,62 (cinquenta mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base em 05/09/2025.[5][6]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[5] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[6] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 025	Márcio Luis Marcelino Soares, CPF 043.418.177-36
Endereço	Rua Yalta, 182, Senador Camará, CEP 21830-316, Rio de Janeiro/RJ
Natureza	Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005
Real empregador	Viação Andorinha Ltda., CNPJ 00.599.296/0001-30, na função de motorista de microônibus, de 27 de agosto de 2007 a 4 de fevereiro de 2015, conforme a CTPS nº 47125, série 093 RJ
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

O crédito consta da relação de credores no valor de R$ 50.193,62, já atualizado à data-base, e o credor manifestou anuência expressa a esse valor e à sua classificação, em correspondência de 21 de julho de 2026.

Não há título judicial, processo de origem identificado nem memória de cálculo entre as peças recebidas, e não há controvérsia sobre o montante: credor e Recuperanda convergem no mesmo valor. Por isso não há apuração a fazer, e este discriminativo registra a composição do crédito tal como listado.

Parâmetro	Critério
Fonte do valor	Relação de credores apresentada pela Recuperanda, com valor atualizado à data-base de 5 de setembro de 2025
Correção e juros	Não se aplicam nesta fase: o valor listado já se encontra na data-base, e o credor a ele anuiu
Classe	I, crédito derivado da legislação do trabalho, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005, preservado o destaque de crédito não originário da Breda
Unidade	Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito trabalhista listado, com anuência do credor	I	50.193,62
TOTAL		**50.193,62**

I - COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO

Crédito listado na relação de credores, com anuência expressa do credor em 21 de julho de 2026

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito derivado da legislação do trabalho	I	50.193,62
TOTAL		**50.193,62**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 025	50.193,62	50.193,62

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	026
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	Antonio Fernandes Advogados (sociedade de advogados)
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	ANTONIO ARMINDO FERNANDES, OAB/RJ 43.320
Origem do crédito	Honorários contratuais de 20% (Cláusula 2ª do Contrato de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento firmado pela Breda, cujo principal foi habilitado pela própria credora contratual) + honorários

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	sucumbenciais de 10% fixados na execução 0039060-39.2014.8.19.0210
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	Não listado	R$ 781.515,48 (= contratuais 521.010,32 + sucumbenciais 260.505,16)	R$ 694.680,47 (= contratuais 434.175,31, sem a multa na base + sucumbenciais 260.505,16)
Data-base da atualização	—	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

A sociedade de advogados requer a inclusão de R$ 781.515,48, compostos de honorários contratuais de 20%, previstos na parte final da Cláusula Segunda do Contrato de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento firmado pela Recuperanda, e de honorários sucumbenciais de 10%, fixados na execução nº 0039060-39.2014.8.19.0210.

A Recuperanda não impugnou os sucumbenciais e discordou apenas do critério dos contratuais, sustentando que a multa contratual não compensatória não integra a base de cálculo, apurando R$ 694.680,47 no total.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

Os créditos têm dupla origem documentada. Os honorários sucumbenciais de 10% foram fixados por decisão judicial na execução do contrato, movida contra a Recuperanda, que, citada, não opôs embargos.

Os honorários contratuais de 20% têm previsão expressa no próprio Contrato de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento firmado pela Recuperanda, que os assumiu como encargo do inadimplemento, de modo que, diversamente da hipótese comum de honorários convencionados apenas entre cliente e advogado, aqui há obrigação contratual direta da devedora em favor dos profissionais.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A instrução atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, com o contrato, a execução, a decisão de fixação e a planilha, e a Administração Judicial conferiu a documentação, apurando os valores de forma técnica e fundamentada, ressalvada a conferência visual da cláusula no instrumento arquivado em cópia digitalizada.[1]

(b) Valor e data-base.

Os honorários sucumbenciais, R$ 260.505,16, atualizados até 05/09/2025, são incontroversos. Quanto aos contratuais, a cláusula prevê que o inadimplemento acarreta o vencimento antecipado com atualização monetária, juros moratórios, multa não compensatória e honorários convencionais de 20%.

Da interpretação sistemática do instrumento, os honorários incidem sobre a obrigação principal antecipadamente vencida, acrescida da correção e dos juros, não havendo previsão expressa de que a multa componha a base dos honorários; encargos paralelos não incidem uns sobre os outros sem pactuação específica, prevalecendo a interpretação restritiva própria das cláusulas penais.

Excluída a multa da base, os contratuais perfazem R$ 434.175,31, e não R$ 521.010,32, afastando-se o excesso de R$ 86.835,01. O total reconhecido, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, é de R$ 694.680,47.[2]

(c) Classificação.

Ambas as verbas remuneram serviços advocatícios e ostentam natureza alimentar, recebendo o tratamento equiparado aos créditos derivados da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, como pedido e como aceito pela Recuperanda.[3]

---

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[2] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

[3] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[4]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador das verbas é o inadimplemento do contrato de confissão de dívida celebrado em 2014, com vencimento antecipado, e a sucumbência na execução dele decorrente, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

[4] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a habilitação formulada por Antonio Fernandes Advogados, para reconhecer o crédito no valor total de R$ 694.680,47, sendo R$ 260.505,16 de honorários sucumbenciais e R$ 434.175,31 de honorários contratuais, com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, afastando-se o excesso decorrente da inclusão da multa contratual na base de cálculo dos honorários convencionais.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 694.680,47
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação; (ii) conferência visual da Cláusula 2ª do contrato escaneado; (iii) coerência com a habilitação do principal do mesmo

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	contrato; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.[5]

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação de crédito apresentada por Antonio Fernandes Advogados (sociedade de advogados), para reconhecer o crédito no valor de R$ 694.680,47, a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[6]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[5] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.
[6] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 026	Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.
Pleito 033	Antonio Fernandes Advogados (honorários)
Título	0039060-39.2014.8.19.0210, Comarca de São Gonçalo
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

Não há sentença condenatória: é execução de título extrajudicial, contrato de confissão de dívida firmado pela própria Breda, distribuída em 06/10/2014. O mandado de execução 1696/2014 fixou honorários de 10% sobre o valor do débito.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo, e os juros posteriores apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Taxa legal acumulada	7,1462% de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de 5 dias. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Crédito da titular	III	2.638.997,00
Verbas honorárias da sociedade de advogados	I	694.680,47
TOTAL		**3.333.677,47**

I - ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO DO JUÍZO À DATA-BASE

Planilha de débito da credora, atualizada até 5 de setembro de 2025, por critérios contratuais

Rubrica	Valor em 05/09/2025	Fator	Valor em 05/09/2025
Principal	919.384,97	1,0000000000	919.384,97
Juros de mora já vencidos	1.251.491,61	1,0000000000	1.251.491,61
Juros de 0,0000% do período novo, sobre o principal corrigido	—	—	0,00
SUBTOTAL	**2.170.876,58**		**2.170.876,58**

Verbas honorárias, na composição da planilha

Rubrica	Valor em 05/09/2025
Honorários contratuais, 20% sobre o principal com juros	434.175,31
Honorários sucumbenciais, 10% sobre o Subtotal 2	260.505,16
SUBTOTAL	**694.680,47**

II - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO E POR CLASSE

Titular	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito da titular	III	2.638.997,00
Verbas honorárias da sociedade de advogados	I	694.680,47
TOTAL		**3.333.677,47**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 026	781.515,48	694.680,47
Pleito 033	2.638.997,00	2.638.997,00

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	027
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	Ricardo Marques dos Santos
CPF / CNPJ	111.129.887-42
Endereço para intimações	Rua Doutor Curvelo Cavalcante, nº 150, sobrado, Centro, Itaguaí/RJ, CEP 23810-200,
E-mail / telefone	renatolopesadvogados@terra.com.br
Advogado(a) / OAB	Renato Lopes de Oliveira OAB/RJ 64.188

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Origem do crédito	Acordo homologado em reclamação trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Expresso Mangaratiba)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 23.361,93 (vinte e três mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos)	R$ 26.123,58 (vinte e seis mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos)	R$ 29.503,44 (vinte e nove mil, quinhentos e três reais e quarenta e quatro centavos)
Data-base da atualização	da relação (defasada frente ao pedido)	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	Acordo homologado em reclamação trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário	Acordo homologado em reclamação trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário	Acordo homologado em reclamação trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	Breda — REEF da Expresso Mangaratiba)	Breda — REEF da Expresso Mangaratiba)	Breda — REEF da Expresso Mangaratiba)
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor apresentou divergência para atualizar o crédito listado de R$ 23.361,93 (vinte e três mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos), decorrente de acordo homologado em reclamação trabalhista com responsabilidade solidária da Recuperanda, para R$ 26.123,58 (vinte e seis mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos), atualizado até 05/09/2025.

A Recuperanda reconheceu que faltava a atualização e não se opôs, pedindo apenas a manutenção do destaque de crédito não originário Breda.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de acordo homologado judicialmente em reclamação trabalhista vinculada ao regime especial de execução da Expresso Mangaratiba, com responsabilidade solidária da Recuperanda. A instrução compreende o termo de acordo, a sentença homologatória e a memória de atualização, atendendo ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

O valor listado estava defasado, e o art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 impõe a atualização até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial. A apuração parte da planilha de cálculo constante dos autos, liquidada em 28/02/2023, que discrimina o saldo devedor de R$ 13.000,00, correspondente às treze parcelas do acordo, nenhuma delas paga, a multa de 50% do termo, de R$ 6.516,07, e os juros de mora já vencidos, de R$ 3.845,86, somando R$ 23.361,93.

O crédito é derivado da legislação do trabalho, e o índice da fase judicial é o fixado na ADC 58 do Supremo Tribunal Federal, a saber a taxa SELIC, que nela engloba a correção monetária e os juros de mora, sem cumulação, e acumula por soma aritmética das taxas mensais, vedada a capitalização.

A multa de 50% do termo, porém, não rende juros, por ser pena convencional e não capital, e recebe apenas correção monetária, de modo que a apuração observa dois tratamentos. Sobre o saldo devedor e os juros já vencidos, que somam R$ 16.845,86, incidem 17,1600% de SELIC de 28/02/2023 a 29/08/2024, levando-os a R$ 19.736,61, e, de 30/08/2024 em diante, a correção pelo IPCA, de 5,1305%, e os juros pela taxa legal do art. 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024, de

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

7,1462%, do que resultam R$ 20.749,20 de principal corrigido e R$ 1.482,78 de juros, no subtotal de R$ 22.231,98. A multa de R$ 6.516,07, corrigida pelo IPCA de março de 2023 a agosto de 2025, 11,5927%, alcança R$ 7.271,46.

Apura-se, assim, R$ 29.503,44 (vinte e nove mil, quinhentos e três reais e quarenta e quatro centavos) na data-base, e não os R$ 26.123,58 da memória que instrui o pleito.

A diferença está no índice. A memória do credor atualiza o mesmo débito de R$ 23.361,93 pelo IPCA-E, que corrige o valor mas não remunera a mora, ao passo que na fase judicial do crédito trabalhista a taxa SELIC responde pelas duas funções. O demonstrativo acompanha esta decisão.

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, preservado o destaque de crédito não originário Breda, cujo condicionamento de pagamento, Cláusula 4.2.1.7 do Plano, é matéria de execução do plano.[2]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador é a prestação do trabalho e o acordo homologado em juízo, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 23.361,93 (vinte e três mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos). Reconhece-se R$ 29.503,44 (vinte e nove mil, quinhentos e três reais e quarenta e quatro centavos), com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[4]

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a divergência formulada por Ricardo Marques dos Santos, para retificar o crédito para R$ 29.503,44 (vinte e nove mil, quinhentos e três reais e quarenta e quatro centavos), com data-base em 05/09/2025, mantidos a Classe I, o destaque de crédito não originário Breda e a natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo

[4] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 29.503,44 (vinte e nove mil, quinhentos e três reais e quarenta e quatro centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação com o destaque "NÃO originário Breda" (Cláusula 4.2.1.7 do PRJ); (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE** a divergência de crédito apresentada por Ricardo Marques dos Santos, para reconhecer o crédito no valor de R$ 29.503,44 (vinte e nove mil, quinhentos e três reais e quarenta e quatro centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[5]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto

[5] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Gomes de Mattos Advogados Associados

Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 027	Ricardo Marques dos Santos, CPF 111.129.887-42
Título	Acordo homologado em 13 de junho de 2018 nos autos 0101535-96.2017.5.01.0462, 2ª Vara do Trabalho de Itaguaí
Natureza	Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

O acordo homologado obrigou ao pagamento de R$ 13.000,00 em treze parcelas mensais de R$ 1.000,00, a primeira vencível em 13 de julho de 2018. O termo estipula multa de 50% sobre o saldo devedor em caso de inadimplemento e prevê que o não pagamento de uma parcela implica o vencimento antecipado das demais, incidindo a multa sobre as parcelas não quitadas.

O acordo foi descumprido na primeira parcela, e nenhuma das treze foi paga. Operou-se o vencimento antecipado da integralidade e a multa incidiu sobre o saldo devedor de R$ 13.000,00. O termo declara a transação integralmente indenizatória, composta de aviso prévio indenizado de R$ 2.500,00, dano moral de R$ 8.000,00 e multa do artigo 477, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho de R$ 2.500,00.

Parâmetro	Critério
Ponto de partida	Planilha de cálculo constante dos autos, com liquidação em 28 de fevereiro de 2023, que discrimina o saldo devedor, a multa do termo e os juros de mora já vencidos
Fase judicial, até 29/08/2024	Taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal: no crédito trabalhista ela engloba a correção monetária e os juros de mora, sem cumulação, e acumula por SOMA SIMPLES das taxas mensais, vedada a capitalização. Fevereiro de 2023 entra pro rata dos dias posteriores ao dia 28
De 30/08/2024 à data-base	Correção pelo IPCA e juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA
Fonte	Banco Central do Brasil, série SGS 4390 para a SELIC
Multa do termo	50% sobre o saldo devedor, por força da cláusula de inadimplemento. Não rende juros, por ser pena convencional e não capital, e recebe apenas correção monetária, pelo IPCA, de março de 2023 a agosto de 2025. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Crédito do reclamante, atualizado à data-base	I	29.503,44
TOTAL		**29.503,44**

I - ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO À DATA-BASE

Da planilha de cálculo dos autos, liquidada em 28 de fevereiro de 2023, à data-base

Rubrica	Valor em 28/02/2023
Saldo devedor, treze parcelas de R$ 1.000,00, nenhuma paga	13.000,00
Multa de 50% do termo, sobre o saldo devedor	6.516,07
Juros de mora já vencidos	3.845,86
DÉBITO DA PLANILHA	**23.361,93**

Atualização à data-base

Etapa	Critério	Valor
Saldo devedor e juros vencidos, em 28/02/2023	o que rende juros	16.845,86
Fase judicial, até 29/08/2024	SELIC de 17,1600%, por soma simples	19.736,61
Correção de 30/08/2024 a 05/09/2025	IPCA de 5,1305%	20.749,20
Juros de 30/08/2024 a 05/09/2025	taxa legal de 7,1462%	1.482,78
SUBTOTAL		**22.231,98**
Multa de 50% do termo, em 28/02/2023	só correção, IPCA de 11,5927%	7.271,46
TOTAL EM 05/09/2025, CLASSE I		**29.503,44**

A multa de 50% do termo não rende juros. É pena convencional, e não capital, e por isso recebe apenas correção monetária. Como a taxa SELIC da ADC 58 engloba correção e juros numa só rubrica, ela não lhe serve, e a multa é corrigida pelo IPCA de março de 2023 a agosto de 2025, o mesmo índice que a Lei 14.905/2024 emprega na segunda fase da apuração.

A taxa acumula por soma aritmética das taxas mensais, e não pelo produto dos fatores, porque a capitalização é vedada. A régua é a mesma do pleito 023, pois o crédito é derivado da legislação do trabalho, e na fase judicial o índice é a taxa SELIC fixada na ADC 58, e não a tabela do cível da Corregedoria, que serve aos créditos civis desta verificação.

Composição do acordo, na forma do termo de audiência

Rubrica	Valor no acordo
Aviso prévio indenizado	2.500,00
Indenização por dano moral	8.000,00
Multa do artigo 477, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho	2.500,00
TOTAL DO ACORDO	**13.000,00**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 027	26.123,58	26.123,58

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	028
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	Oscar Luiz de Lima e Cirne Neto (perito judicial)
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Anna Carolina Perni da Cruz Cardoso ´ OAB/RJ 185.584
Origem do crédito	Honorários periciais de R$ 4.390,00 fixados em 17/05/2016 no proc. 0159761-74.2014.8.19.0001 (1ª Vara Cível da Regional de Santa Cruz), suportados pela parte sucumbente ao final; sentença de 31/10/2017, trânsito em 05/10/2018, intimação para pagamento em 19/11/2018. Crédito listado, por equívoco, em nome

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	de Paulo Sérgio Câmara Oliveira (autor da ação de origem)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 13.570,90 (em nome de Paulo Sérgio Câmara Oliveira)	R$ 17.701,24 (= 4.390,00 com CM e juros de 12% a.a. desde 16/11/2016 + multa e honorários do art. 523, §1º)	R$ 13.924,25 (= honorários periciais corrigidos e com juros R$ 12.658,41 + multa do art. 523, §1º, do CPC R$ 1.265,84)
Data-base da atualização	da relação	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O perito judicial apresentou divergência com dois objetos: a retificação da titularidade do crédito de honorários periciais, listado por equívoco em nome do autor da ação de origem, e a majoração do valor para R$ 17.701,24, correspondente aos R$ 4.390,00 fixados em 2016, corrigidos e com juros desde 16/11/2016, acrescidos da multa e dos honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

A Recuperanda concordou com a retificação da titularidade e propôs R$ 14.007,16, correndo juros e correção apenas da intimação para pagamento, em 19/11/2018, e excluindo as verbas do art. 523.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito corresponde aos honorários periciais fixados em R$ 4.390,00 por decisão de 17/05/2016 no processo nº 0159761-74.2014.8.19.0001, com a ressalva expressa de que seriam suportados pela parte sucumbente ao final do processo. Sobrevieram a sentença condenatória de 31/10/2017, o trânsito em julgado em 05/10/2018 e a intimação da Recuperanda para pagamento em 19/11/2018.

A titularidade é do perito, e não do autor da demanda em cujo nome o crédito foi listado, impondo-se a retificação, com a qual a Recuperanda concorda. A instru-

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

ção atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu as decisões de nomeação, fixação e a memória apresentada, apurando os critérios de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

Assiste razão à Recuperanda quanto aos critérios.

A memória por ela apresentada distingue corretamente os dois marcos temporais que a espécie exige, e é a única das duas que o faz. A aritmética, porém, não se reproduz. Os R$ 12.733,79 que ela indica de corrigido mais juros implicam juros de 77,5197%, percentual que não decorre de nenhum dos critérios declarados. Esta Administração Judicial refez a apuração em discriminativo próprio, que integra a documentação deste pleito.

A correção monetária, que não é pena, mas simples recomposição do valor da moeda, incide desde a fixação dos honorários, em 17/05/2016, e, aplicado o fator de 1,6339806149 sobre os R$ 4.390,00 arbitrados, obtém-se R$ 7.173,17.

Os juros de mora, diversamente, dependem da exigibilidade da obrigação, e esta somente se aperfeiçoou com a intimação da Recuperanda para pagamento, em 19/11/2018; computados de então até 05/09/2025, à razão de 1% ao mês até 29/08/2024, por 69,3226 meses de calendário, e pela taxa legal de 7,1462% a partir de 30/08/2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, somam 76,4688% e alcançam R$ 5.485,24. A soma dessas parcelas perfaz R$ 12.658,41.

É indevida, portanto, a contagem de juros desde 2016, como pretendia o credor, porque naquela data a obrigação sequer era exigível: a decisão que arbitrou os honorários consignou expressamente que seriam suportados pela parte sucumbente ao final do processo, o que só se definiu com a sentença de 31/10/2017 e o trânsito em julgado de 05/10/2018.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O critério encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro[2], que assentou constituírem os honorários periciais espécie do gênero despesas processuais, as quais, em regra, sofrem apenas a incidência de correção monetária, somente se justificando a inclusão de juros de mora quando a executada tenha sido regularmente intimada para o pagamento e haja resistência ou inércia de sua parte.

No caso, a intimação regular ocorreu em 19/11/2018 e a obrigação permaneceu inadimplida até esta verificação, de modo que os juros são devidos a partir daquele marco, e não antes.

Quanto às verbas do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, ambas são reconhecidas, pois a intimação para pagamento se deu em 19/11/2018 e a obrigação permaneceu inadimplida, alcançando esta verificação sem satisfação.

Elas têm titulares distintos, e é essa distinção que o dispositivo estabelece: a multa de 10% é sanção pelo inadimplemento e reverte ao exequente, aqui o próprio perito, no valor de R$ 1.265,84; os honorários de 10%, de igual valor, pertencem ao advogado do exequente, e não ao perito, por serem direito autônomo do profissional, na forma dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia.

Por isso são excluídos do crédito do perito e contabilizados em lançamento apartado, em favor da advogada que patrocinou o cumprimento de sentença, na Classe I, conforme a alínea seguinte. Registra-se que a própria Recuperanda reconheceu essa repartição, deixando a multa com o perito e destacando os honorários para o patrono.

Reconhece-se, assim, em favor do perito, o valor de R$ 13.924,25, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, composto dos honorários periciais corrigidos e acrescidos de juros, R$ 12.658,41, e da multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, R$ 1.265,84. O débito total apurado contra a Recuperanda é de R$ 15.190,09, sendo a diferença de R$ 1.265,84 a verba honorária de titularidade da advogada.

(c) Classificação.

[2] TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0042806-79.2022.8.19.0000, Relator Desembargador Celso Silva Filho, 23ª Câmara Cível, julgado em 25/10/2022, DJe de 28/10/2022)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Os honorários periciais, crédito de auxiliar do juízo sem preferência legal na recuperação judicial, classificam-se na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, como listado e como pedido.[3]

Os honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil recebem classificação diversa, porque diverso é o seu titular e a sua natureza.

Por pertencerem ao advogado, ostentam natureza alimentar, nos termos dos arts. 85, § 14, do mesmo Código e 23 do Estatuto da Advocacia, e recebem, para fins concursais, o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.

Não seria possível mantê-los no crédito do perito: além de não lhe pertencerem, sujeitá-los-ia à Classe III, quando a lei lhes reserva tratamento preferencial em razão do caráter alimentar.

A Administração Judicial os reconhece no cumprimento do seu *munus* público, já que a verba estava embutida no cálculo apresentado pelo perito, e excluí-la dali sem o correspondente lançamento em nome de quem a titulariza faria desaparecer do passivo uma obrigação que a Recuperanda efetivamente deve, em prejuízo da profissional que não participou desta divergência.

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do art. 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do art. 15, II.

Determina-se, portanto, a inclusão, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome da advogada do exequente, do crédito de R$ 1.265,84 na Classe I – Trabalhista, com data-base em 05/09/2025, verba que não se computa no crédito do perito.

(d) Concursalidade.

[3] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[4]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador é a prestação do serviço pericial, com honorários fixados em 2016, e a sucumbência definitiva da Recuperanda, consolidada com o trânsito em julgado em 2018, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 13.570,90, em nome de Paulo Sérgio Câmara Oliveira, autor da demanda de origem, e não do perito. Retifica-se a titularidade para Oscar Luiz de Lima e Cirne Neto e o valor para R$ 13.924,25, com data-base em 05/09/2025, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

[4] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE PARCIALMENTE** a divergência formulada por Oscar Luiz de Lima e Cirne Neto, para retificar a titularidade do crédito, que passa a constar em seu nome, e o seu valor para R$ 13.924,25, com data-base em 05/09/2025, na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, composto dos honorários periciais corrigidos desde a fixação e acrescidos de juros desde a intimação para pagamento, R$ 12.658,41, e da multa de R$ 1.265,84 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

Afasta-se o valor pretendido, por contar juros desde data em que a obrigação ainda não era exigível e por englobar verba honorária de terceiro.

Determina-se, no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, a inclusão em lançamento apartado, em nome da advogada do exequente, do crédito de R$ 1.265,84 na Classe I, de natureza concursal, com data-base em 05/09/2025, a título de honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, na forma da alínea (c). Essa verba não integra o crédito do perito nem o total acima reconhecido.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 13.924,25
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Encaminhamentos	(i) Retificar a TITULARIDADE para o perito e o valor para R$ 13.924,25, na Classe III; (i-a) inclusão, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome da advogada do exequente, do crédito de R$ 1.265,84 na Classe I; (i-b) intimar a advogada da inclusão determinada no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, para ciência e conferência de dados cadastrais; (ii) conferência final da memória adotada; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a divergência de crédito apresentada por Oscar Luiz de Lima e Cirne Neto (perito judicial), para reconhecer o crédito no valor de R$ 13.924,25 (treze mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), a ser incluído na Classe III — Quirografária, em nome de Oscar Luiz de Lima e Cirne Neto, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, determinando-se ainda, no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, a inclusão apartada do crédito de R$ 1.265,84 (mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) na Classe I, em nome da advogada do exequente, a título de honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 028	Oscar Luiz de Lima e Cirne Neto, perito do juízo
Título	Ação indenizatória 0159761-74.2014.8.19.0001, 1ª Vara Cível da Regional de Santa Cruz, comarca da Capital
Nomeação	3 de junho de 2015, em audiência, pelo Juiz Livingstone dos Santos Silva Filho
Fixação	17 de maio de 2016, em R$ 4.390,00, a serem suportados pela parte sucumbente ao final do processo
Classe	III, quirografária, crédito de auxiliar do juízo sem preferência legal, artigo 41, inciso III, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

O crédito deste pleito é o do perito, e não o do autor da ação. A r. sentença de 31 de outubro de 2017 julgou parcialmente procedente o pedido e condenou a Recuperanda em dano moral de R$ 20.000,00; o v. acórdão da 12ª Câmara Cível, Desembargador Cherubin Schwartz, deu parcial provimento para acrescentar pensionamento de 2,17 salários mínimos de 14 de abril de 2014 a 31 de março de 2015 e pensionamento vitalício de 17,5% de 2,17 salários mínimos a partir de 1º de abril de 2015, manteve o dano moral, afastou o dano estético e corrigiu de ofício o termo dos juros do dano moral para a citação.

Nada disso integra este crédito: a condenação e o pensionamento pertencem ao autor, Paulo Sérgio Câmara Oliveira. O que aqui se apura são os honorários periciais de R$ 4.390,00, fixados na decisão de 17 de maio de 2016.

O despacho de 30 de julho de 2024 registra que houve tentativa de penhora eletrônica dos honorários periciais, com resultado negativo, e que a consulta ao RENAJUD localizou veículos, todos com restrição. Nada sendo requerido, os autos seguiriam para arquivamento.

Os juros correm da intimação para pagamento, em 19 de novembro de 2018, e não da fixação. A decisão de 17 de maio de 2016 determinou que os honorários seriam suportados pela parte sucumbente ao final do processo, e sucumbente só houve com a sentença de 31 de outubro de 2017, transitada em julgado em 5 de outubro de 2018. Antes da intimação a obrigação não era exigível, e sem exigibilidade não há mora. A planilha do perito conta juros de 16 de novembro de 2016, data que não consta das peças consultadas.

Critérios da atualização

Parâmetro	Critério
Correção monetária	Da fixação dos honorários, em 17/05/2016, pela tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ. Fator de 1,6339806149. A UFIR-RJ é anual, e por isso os doze meses de 2016 têm o mesmo fator
Juros de mora	Da intimação para pagamento, em 19/11/2018, à razão de 1% ao mês, simples, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, até 29/08/2024, e pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, a partir de 30/08/2024. Somam 76,4688%
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10% sobre os honorários periciais atualizados. A multa é do perito, na Classe III; os honorários são do advogado que patrocinou o cumprimento de sentença, e vão em lançamento apartado, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Honorários periciais atualizados	III	12.658,41
Multa de 10% do artigo 523, parágrafo 1º	III	1.265,84
CRÉDITO DO PERITO	**III**	**13.924,25**

Os honorários de 10% do artigo 523, de R$ 1.265,84, são do advogado e não do perito: vão em lançamento apartado, na Classe I.

I - APURAÇÃO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS

Rubrica	Valor	Fator	Percentual	Valor em 05/09/2025
Honorários periciais fixados em 17/05/2016	4.390,00			
Correção monetária à data-base		1,6339806149		7.173,17
Juros de mora da intimação para pagamento			76,4688%	5.485,24
SUBTOTAL				**12.658,41**
Multa do artigo 523, parágrafo 1º			10,00%	1.265,84
CRÉDITO DO PERITO, CLASSE III				**13.924,25**

Lançamento apartado, em favor do advogado

Rubrica	Percentual	Base	Classe	Valor em 05/09/2025
Honorários de 10% do artigo 523, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil	10,00%	12.658,41	I	1.265,84

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — OS JUROS DE MORA

Composição do percentual, da intimação para pagamento à data-base

Período	Critério	Percentual
De 19/11/2018 a 29/08/2024	1% ao mês, simples, em 69,3226 meses de calendário completos, com pro rata die na fração	69,3226%
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA	7,1462%
JUROS TOTAIS		**76,4688%**

A taxa legal, mês a mês

Competência	Taxa do mês	Proporção	Acumulado
setembro de 2024	0,6762%	mês cheio	0,6762%
outubro de 2024	0,7042%	mês cheio	1,3805%
novembro de 2024	0,3859%	mês cheio	1,7663%
dezembro de 2024	0,1719%	mês cheio	1,9383%
janeiro de 2025	0,5894%	mês cheio	2,5277%
fevereiro de 2025	0,9022%	mês cheio	3,4299%
março de 2025	0,0000%	mês cheio	3,4299%
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	3,7519%
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	4,3751%
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	5,1511%
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	5,9859%
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	6,9286%
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	7,1462%
ACUMULADO			**7,1462%**

III - CONFRONTO COM O CÁLCULO DO PERITO

Rubrica	Cálculo do perito	Apuração desta Administração Judicial
Honorários periciais, nominal	4.390,00	4.390,00
Fator de correção	1,634047	1,6339806149
Corrigido	7.173,47	7.173,17
Percentual dos juros	105,6333%	76,4688%
Juros de mora	7.577,57	5.485,24
SUBTOTAL	**14.751,04**	**12.658,41**
Multa de 10% do artigo 523, do perito	1.475,10	1.265,84
Honorários de 10% do artigo 523, do advogado	1.475,10	1.265,84, apartado
TOTAL PLEITEADO PELO PERITO	**17.701,24**	
CRÉDITO DO PERITO NESTA APURAÇÃO		**13.924,25**

Onde está a divergência dos juros

Critério	Percentual	Efeito sobre o corrigido
Perito: juros de 16/11/2016, 3.169 dias divididos por 360 e multiplicados por 12% ao ano	105,6333%	—
Termo dos juros em 19/11/2018, mantido 1% ao mês até a data-base	81,5484%	-1.727,65
Mais a transição da Lei 14.905/2024 em 30/08/2024	76,4688%	-364,37

O maior defeito é o termo. O perito conta juros de 16 de novembro de 2016, quando a obrigação ainda não era exigível, e o ajuste para 19 de novembro de 2018, data da intimação para pagamento, responde por R$ -1.727,65. A convenção de dias divididos por 360 que ele emprega, essa quase coincide com a contagem por mês de calendário e não produz efeito relevante.

O segundo defeito está na taxa aplicada depois de 29 de agosto de 2024. O cálculo do perito mantém 12% ao ano, e a partir daquela data a taxa é a legal do artigo 406 do Código Civil, que somou 7,1462% em lugar dos cerca de 12,3% que 1% ao mês daria. O ajuste responde por R$ -364,37.

As demais posições

Origem	Valor em 05/09/2025
Apuração desta Administração Judicial	13.924,25
Decisão administrativa e Recuperanda	14.007,16
Listado na relação de credores	13.570,90
Diferença entre a apuração e a decisão	**-82,91**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 028	17.701,24	14.007,16

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	029
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	José Cosme França Rosa
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Rodrigo Silva de Campos OAB/RJ 182.809
Origem do crédito	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Expresso Mangaratiba), RT 0101371-12.2017.5.01.0049; planilha oficial do PJe (liquidada em 07/08/2023, ID 2b1e550): líquido devido ao reclamante R$ 63.560,82
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 63.560,82	R$ 79.768,83 (fator de atualização "estimado" de 1,2550)	R$ 79.868,35 (data-base 05/09/2025)
Data-base da atualização	07/08/2023 (planilha oficial do PJe)	05/09/2025	07/08/2023
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor apresentou divergência para atualizar o crédito listado de R$ 63.560,82, cuja data-base é 07/08/2023, conforme planilha oficial de atualização do PJe que instrui o pedido, para R$ 79.768,83, mediante aplicação de fator de atualização estimado de 1,2550.

A Recuperanda respondeu pelo não acolhimento, ao fundamento de que o fator estimado carece de origem, índices e períodos, e de que não haveria documento dos autos originários confirmando o montante, pedindo a manutenção do valor listado.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista decorre da reclamação nº 0101371-12.2017.5.01.0049, com responsabilidade solidária da Recuperanda vinculada ao regime especial de execução da Expresso Mangaratiba.

Diversamente do afirmado na manifestação da devedora, o pedido está instruído com documento oficial dos autos de origem: a planilha de atualização de cálculo do PJe, liquidada em 07/08/2023 e assinada eletronicamente pelo calculista, que apura o líquido devido ao reclamante de R$ 63.560,82, já abatido o pagamento de R$ 4.636,36 recebido em 22/02/2019.

A existência e a liquidez do crédito na data-base de 07/08/2023 estão, portanto, comprovadas, e a Administração Judicial conferiu a documentação, apurando os critérios de forma técnica e fundamentada.

(b) Valor e data-base.

O art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 impõe a atualização do crédito até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial. O credor aplicou sobre a base de 07/08/2023 um fator que a própria petição qualifica de estimado, 1,2550, sem indicar de que índice se trata, a que períodos corresponde ou como foi composto, de modo que a cifra pretendida não se confere pelo que a petição traz.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Um crédito não se apura por estimativa. O quadro-geral de credores é instrumento de rateio entre credores concorrentes, de modo que o valor nele inscrito precisa ser exato, sob pena de um credor receber à custa dos demais.

A atualização, contudo, não depende de o credor demonstrá-la. A verificação dos créditos é feita por esta Administração Judicial, no cumprimento do seu *munus* público, na forma dos arts. 7º e 22, I, alínea e, da Lei nº 11.101/2005; os critérios da atualização são legais, e não convencionais; e a base de que se parte é o cálculo do próprio Juízo.

A folha nº 461317, liquidada em 07/08/2023 por servidor da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, apura o líquido devido ao reclamante em R$ 63.560,82, já abatido o pagamento de R$ 4.636,36 recebido por alvará em 22/02/2019.

A contribuição social sobre salários e as custas judiciais, que a mesma folha traz, têm titulares diversos e não se habilitam em favor do reclamante. Esse líquido não se refaz, por ser cálculo do Juízo, e a atualização corre dele em diante.

Na fase judicial, até 29/08/2024, aplica-se a taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal, que nela engloba a correção monetária e os juros de mora, sem cumulação, e acumula por soma aritmética das taxas mensais, vedada a capitalização.

São 11,5526% no período, que levam o líquido a R$ 70.903,73. De 30/08/2024 em diante, a correção segue o IPCA, de 5,1305%, e os juros a taxa legal do art. 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024, de 7,1462%, do que resultam R$ 74.541,45 de principal corrigido e R$ 5.326,90 de juros.

Apura-se, assim, R$ 79.868,35 (setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos) na data-base, o que corresponde a um fator de 1,2566 sobre o líquido da folha, contra o fator estimado de 1,2550 do pleito. O crédito reconhecido supera em R$ 99,52 o pretendido, e a diferença decorre de a apuração observar os índices legais de cada período, e não um fator único. O demonstrativo, mês a mês, acompanha esta decisão.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, preservado o destaque de crédito não originário Breda, cujo condicionamento de pagamento, Cláusula 4.2.1.7 do Plano, é matéria de execução do plano.[1]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[2]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial. Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

[1] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[2] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

No caso, o fato gerador é a prestação do trabalho no período de 2012 a 2017 e a condenação solidária dela decorrente, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação consta R$ 63.560,82, com data-base em 07/08/2023, que é a do cálculo do Juízo e está defasada. O credor pretende R$ 79.768,83, por aplicação de fator estimado. Reconhece-se R$ 79.868,35, com data-base em 05/09/2025, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a divergência formulada por José Cosme França Rosa, para retificar o crédito para R$ 79.868,35 (setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos), com data-base em 05/09/2025, mantidos a Classe I, o destaque de crédito não originário Breda e a natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 79.868,35 (data-base 05/09/2025)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	07/08/2023
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, do valor listado de R$ 63.560,82 para R$ 79.868,35, na Classe I, com data-base em 05/09/2025; (ii) manutenção do destaque "NÃO originário Breda"; (iii) orientar o credor de que a revisão futura, na fase judicial, deve vir instruída com planilha atualizada homologada pelo Juízo Trabalhista, certidão de habilitação de crédito, limitação à data do pedido de recuperação judicial e o arquivo .pjc que orientou o cálculo; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **ACOLHE** a divergência de crédito apresentada por José Cosme França Rosa, para reconhecer o crédito no valor de R$ 79.868,35 (setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, preservado o destaque de crédito não originário Breda.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 029	José Cosme França Rosa
Título	Reclamação trabalhista 0101371-12.2017.5.01.0049, 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, TRT da 1ª Região
Reclamado	Expresso Mangaratiba Ltda. e outros, sociedade do grupo: crédito não originário da Breda
Período apurado	4 de setembro de 2012 a 20 de abril de 2017
Ajuizamento	4 de setembro de 2017, termo inicial dos juros de mora, na forma do artigo 39 da Lei 8.177/91
Classe	I, crédito derivado da legislação do trabalho, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

O cálculo 461317 foi liquidado em 7 de agosto de 2023 por servidor da Vara, na versão 2.11.1 do sistema, e é cálculo do Juízo. A própria folha declara os critérios: correção pelo IPCA-E acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, na forma da Súmula 381 do Tribunal Superior do Trabalho, com a última taxa relativa a julho de 2023; e juros simples de 1% ao mês, pro rata die, a partir do ajuizamento, na forma do artigo 39 da Lei 8.177/91.

Houve pagamento parcial de R$ 4.636,36 em 22 de fevereiro de 2019, por alvará, e ele já está abatido na folha: a base do principal caiu de R$ 34.485,91 para R$ 31.749,80, e o saldo devedor de 7 de agosto de 2023 parte do que restou. Não se abate de novo. A certidão de 16 de janeiro de 2025 informa que o processo está na CAEX, aguardando pagamento pelo Regime de Execução Forçada, de sorte que não há satisfação posterior a computar.

Critérios da atualização à data-base

Período	Critério
Até 07/08/2023	O que o Juízo liquidou, pelo IPCA-E e juros de 1% ao mês do ajuizamento. Nada se refaz: é cálculo do Juízo, liquidado por servidor da Vara
De 07/08/2023 a 29/08/2024	Taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal e do Tema 1368 do Superior Tribunal de Justiça: na fase judicial ela engloba correção monetária e juros de mora, sem cumulação, e acumula por SOMA SIMPLES, vedada a capitalização. Agosto de 2023 entra pro rata dos vinte e quatro dias posteriores ao dia 7
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Correção pelo IPCA e juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA
Fonte	Banco Central do Brasil, série SGS 4390 para a SELIC. Valores em reais

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito do reclamante, atualizado à data-base	I	79.868,35
TOTAL		**79.868,35**

I - A FOLHA DO JUÍZO — SALDO DEVEDOR EM 7 DE AGOSTO DE 2023

Créditos do reclamante, na decomposição da própria folha

Rubrica	Titular	Valor em 07/08/2023
Principal corrigido, base de R$ 31.749,80 e índice de 1,297314401	reclamante	41.189,47
FGTS	reclamante	-992,85
Juros de mora até 22/02/2019, base de R$ 5.186,38	reclamante	6.728,37
Juros de mora sobre o FGTS até 22/02/2019	reclamante	-68,20
Juros de mora de 23/02/2019 a 07/08/2023, base de R$ 37.730,36 e taxa de 53,4401%	reclamante	20.163,14
BRUTO		**67.019,93**
Desconto da contribuição social devida pelo reclamante, base de R$ 2.666,36	Previdência	-3.459,11
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE		**63.560,82**

Débitos do reclamado de titular diverso, que não integram este crédito

Rubrica	Titular	Valor em 07/08/2023
Contribuição social sobre salários devidos, englobando a cota patronal de R$ 6.905,67 e a cota do reclamante de R$ 3.459,11, esta já retida acima	Previdência	10.364,78
Custas judiciais devidas pelo reclamado	União	1.505,15
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO		**75.430,75**

Habilita-se o líquido devido ao reclamante, R$ 63.560,82. O bruto de R$ 67.019,93 é anterior à dedução da contribuição social do próprio reclamante; a contribuição sobre salários e as custas judiciais têm titulares diversos e não se habilitam em favor dele.

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — A TAXA SELIC DA FASE JUDICIAL

Sobre o líquido de R$ 63.560,82, mês a mês, de agosto de 2023 a agosto de 2024

Competência	SELIC do mês	Proporção	Acumulada por soma simples	Líquido ao fim do mês
agosto de 2023	1,14%	24 de 31 dias	0,8826%	64.121,80
setembro de 2023	0,97%	mês cheio	1,8526%	64.738,34
outubro de 2023	1,00%	mês cheio	2,8526%	65.373,94
novembro de 2023	0,92%	mês cheio	3,7726%	65.958,70
dezembro de 2023	0,89%	mês cheio	4,6626%	66.524,39
janeiro de 2024	0,97%	mês cheio	5,6326%	67.140,93
fevereiro de 2024	0,80%	mês cheio	6,4326%	67.649,42
março de 2024	0,83%	mês cheio	7,2626%	68.176,98
abril de 2024	0,89%	mês cheio	8,1526%	68.742,67
maio de 2024	0,83%	mês cheio	8,9826%	69.270,22
junho de 2024	0,79%	mês cheio	9,7726%	69.772,35
julho de 2024	0,91%	mês cheio	10,6826%	70.350,76
agosto de 2024	0,87%	mês cheio	11,5526%	70.903,73
ACUMULADO			**11,5526%**	**70.903,73**

A taxa acumula por soma aritmética das taxas mensais, e não pelo produto dos fatores. Capitalizada, a mesma série daria 12,4751% em lugar de 11,5526%, e elevaria o crédito em R$ 660,47: a capitalização é vedada, e a menção à Calculadora do Cidadão no acórdão da ADC 58 serve de parâmetro comparativo, não de método.

III - MEMÓRIA DE CÁLCULO — IPCA E TAXA LEGAL DA LEI 14.905/2024

Correção pelo IPCA sobre R$ 70.903,73, mês a mês, dos meses fechados até a data-base

Competência	IPCA do mês	Fator acumulado	Valor corrigido
setembro de 2024	0,44%	1,00440000	71.215,71
outubro de 2024	0,56%	1,01002464	71.614,51
novembro de 2024	0,39%	1,01396374	71.893,81
dezembro de 2024	0,52%	1,01923635	72.267,66
janeiro de 2025	0,16%	1,02086713	72.383,29
fevereiro de 2025	1,31%	1,03424049	73.331,51
março de 2025	0,56%	1,04003223	73.742,16
abril de 2025	0,43%	1,04450437	74.059,26
maio de 2025	0,26%	1,04722008	74.251,81
junho de 2025	0,24%	1,04973341	74.430,01
julho de 2025	0,26%	1,05246272	74.623,53
agosto de 2025	-0,11%	1,05130501	74.541,45
ACUMULADO	**5,1305%**	**1,05130501**	**74.541,45**

Juros pela taxa legal, que é a SELIC deduzido o IPCA

Rubrica	Percentual	Base	Valor
Taxa legal acumulada de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de cinco dias	7,1462%	74.541,45	5.326,90
TOTAL EM 05/09/2025			**79.868,35**

IV - CONSOLIDAÇÃO

Etapa	Critério	Valor
Líquido devido ao reclamante em 07/08/2023	cálculo do Juízo	63.560,82
Fase judicial, até 29/08/2024	SELIC de 11,5526%, soma simples	70.903,73
Correção de 30/08/2024 a 05/09/2025	IPCA de 5,1305%	74.541,45
Juros de 30/08/2024 a 05/09/2025	taxa legal de 7,1462%	5.326,90
TOTAL EM 05/09/2025, CLASSE I		**79.868,35**

O fator implícito sobre o líquido da folha é de 1,2566.

Confronto

Origem	Data-base	Valor
Apuração desta Administração Judicial	05/09/2025	79.868,35
Pleiteado pelo credor, por fator estimado de 1,2550	05/09/2025	79.768,83
Diferença		**99,52**
Constante da relação de credores	07/08/2023	63.560,82

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 029	79.768,83	63.560,82

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	030
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	Leny Francisco Maranhão e Luiz Alberto Maranhão de Jesus
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Mario Gomes Filho OAB.RJ 80.789
Origem do crédito	Indenização por ato ilícito, com pensionamento e danos morais, proc. 0004499-52.2015.8.19.0210, 3ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, em fase de cumprimento de sentença
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 292.025,25	R$ 1.202.953,61 (= 70% do bruto calculado pelos credores, já deduzidos 30% de honorários contratuais destacados para o patrono)	R$ 1.311.655,78 (Leny R$ 1.167.122,72 + Luiz Alberto R$ 144.533,06), SEM abatimento de contratuais
Data-base da atualização	da relação	—	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

Os credores, beneficiários de condenação por ato ilícito compreendendo pensionamento e danos morais, apresentaram divergência para majorar o crédito listado de R$ 292.025,25 para R$ 1.202.953,61, quantia que corresponde a 70% do montante bruto por eles calculado, R$ 2.124.900,24, já deduzidos 30% de honorários contratuais cujo destaque requereram em favor de seu patrono.

A Recuperanda apurou, em memória de cálculo própria, crédito de maior monta em favor dos credores, sem o abatimento dos contratuais, e rejeitou o destaque da verba contratual.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de condenação transitada em julgado no processo nº 0004499-52.2015.8.19.0210, em curso perante a 3ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, já em fase de cumprimento de sentença, com penhora deferida, compreendendo pensionamento mensal e danos morais em favor da primeira credora e danos morais em favor do segundo credor. A existência do crédito é, portanto, incontroversa.

A planilha apresentada pelos credores, contudo, utiliza dois índices distintos de correção monetária, não indica a taxa de juros aplicada e não veio acompanhada de memória discriminada, de certidão do juízo de origem ou de decisão de homologação, deficiência que impede a conferência do montante bruto por eles indicado.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A Recuperanda, por sua vez, apresentou memória de cálculo analítica, subscrita por profissional de contabilidade, com discriminação parcela a parcela, indicação expressa dos índices e dos critérios de juros e demonstração dos subtotais. A Administração Judicial, no exercício do dever de verificação do art. 7º da Lei nº 11.101/2005, examinou ambas as memórias, conferiu a segunda parcela a parcela e adotou a única tecnicamente demonstrada, apurando o crédito de forma autônoma, na forma do art. 19 da mesma lei.[1]

(b) Valor e data-base.

A data-base é 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. Nenhuma das duas memórias trazidas ao procedimento serve de referência. A dos credores emprega dois índices distintos de correção, não indica a taxa de juros e não veio discriminada. A da Recuperanda é analítica e foi conferida parcela a parcela, mas contém defeitos que a impedem de prevalecer. Esta Administração Judicial apurou o crédito de forma autônoma, na forma dos arts. 7º e 19 da mesma lei. A correção monetária segue os fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que observa a UFIR-RJ até 29/08/2024 e o IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei nº 14.905/2024. Os juros de mora correm à taxa de 1% ao mês, simples, até 29/08/2024, e pela taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, incidindo sobre o principal corrigido e nunca sobre juros já vencidos, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A memória apresentada pela Recuperanda apresenta três defeitos. O demonstrativo do Contador é de 20/01/2022 e a última competência nele lançada é a de dezembro de 2021, de modo que faltam quarenta e cinco competências de pensionamento, de janeiro de 2022 a setembro de 2025. O capital garantidor do art. 475-Q do Código de Processo Civil foi somado à base de cálculo da verba honorária, quando constitui técnica de garantia das prestações futuras e não parcela da condenação. E a dedução do seguro obrigatório foi lançada sobre o pensionamento, por R$ 25.999,02, quando a r. sentença a determina sobre o dano moral da primeira credora e no valor nominal de R$ 13.500,00.

[1] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Quanto ao seguro obrigatório, a r. sentença arbitrou o dano moral da primeira credora em R$ 100.000,00 e determinou, na forma do verbete 246 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, o desconto dos R$ 13.500,00 por ela recebidos a título de DPVAT, chegando a R$ 86.500,00 no dispositivo. O v. acórdão elevou a verba para R$ 150.000,00 e não voltou ao ponto, de sorte que a dedução subsiste, por ser determinação autônoma fundada em súmula, e incide sobre o dano moral, e não sobre o pensionamento. O nominal indenizável da primeira credora é, por isso, de R$ 136.500,00.

Apura-se, por esses critérios, o pensionamento vencido da primeira credora em R$ 573.750,19, em cento e trinta e oito competências de abril de 2014 a setembro de 2025, e o dano moral dos dois credores em R$ 600.253,64, do que resulta condenação de R$ 1.174.003,83. Sobre ela incidem os honorários de sucumbência de 17,25%, de R$ 202.515,66, e a soma das duas parcelas, R$ 1.376.519,49, é a base da multa e dos honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, ambos de 10% e de R$ 137.651,95. O demonstrativo, competência a competência, acompanha esta decisão.

A segunda diz com a incidência das verbas do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, ora reconhecida. A Recuperanda foi intimada, na fase de cumprimento de sentença do título referido, a pagar voluntariamente o débito, e não o fez no prazo de 15 dias, tanto que ali se deferiu a penhora.

A própria Recuperanda, em sua memória de cálculo, computa a multa e os honorários daquele dispositivo, o que traduz reconhecimento da respectiva incidência, não havendo controvérsia a dirimir quanto ao ponto. A multa de 10% e os honorários de 10%, portanto, integram o débito e são reconhecidos nesta verificação, incidentes sobre o débito então exigível, R$ 1.328.216,85, correspondente à soma da condenação corrigida e dos honorários sucumbenciais.

A repartição não se sustenta: a multa de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil constitui sanção pelo inadimplemento e reverte integralmente em favor do exequente, ao passo que os honorários de 10% do mesmo dispositivo pertencem ao advogado, por força dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Repartidas as verbas conforme a lei, cabem aos credores a condenação e a integralidade da multa, R$ 1.311.655,78, e ao patrono, em habilitação própria, os honorários de sucumbência e os do art. 523, § 1º, R$ 340.167,61.

Reconhece-se, assim, em favor dos credores, o valor total de R$ 1.311.655,78, com data-base em 05/09/2025, assim individualizado: R$ 1.167.122,72 para Leny Francisco Maranhão, correspondentes ao seu pensionamento de R$ 573.750,19, ao seu dano moral de R$ 470.888,63 e à sua parcela de multa de R$ 122.483,90; e R$ 144.533,06 para Luiz Alberto Maranhão de Jesus, correspondentes ao seu dano moral de R$ 129.365,01 e à sua parcela de multa de R$ 15.168,05.

A multa foi rateada entre os credores na exata proporção que a condenação de cada um representa no total, critério que se declara para permitir a conferência do resultado.

Quanto ao destaque dos honorários contratuais, consigna-se expressamente que o advogado não é credor da Recuperanda por essa verba. Credores são os titulares da indenização, autores da ação de origem; o contrato de honorários é negócio jurídico privado celebrado entre cliente e advogado, que não obriga quem dele não participou, por força do princípio da relatividade dos contratos, res inter alios acta, na linha dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça invocados nos autos, REsp 2.228.967/RS e REsp 2.200.216/RJ.

Devedora da remuneração ajustada é a própria constituinte, e não a Recuperanda, razão pela qual não há crédito autônomo a inscrever contra esta por tal título, nem alteração da classe do crédito reconhecido aos credores. O crédito é reconhecido integralmente em nome dos credores, sem o abatimento dos 30% pretendido no pedido.

O destaque, todavia, é possível, e não se nega ao patrono o direito de obtê-lo. Ocorre que a via adequada é a do juízo em que se processa a ação de origem, a quem compete deferi-lo na forma do art. 22, § 4º, do Estatuto da Advocacia, e não a da verificação administrativa de créditos.

Consigna-se, a propósito, que o patrono apresentou habilitação própria e em nome próprio quanto às verbas que lhe pertencem por força de lei, apreciada na habilitação 031. Não há, portanto, verba honorária a incluir neste procedimento: os honorários sucumbenciais e os do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil já figuram no quadro em lançamento apartado, em nome dele, de modo que a exclusão determinada nesta

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

decisão não suprime obrigação alguma do passivo — apenas a lança sob a titularidade correta. O que remanesce sem previsão no quadro é apenas a verba contratual, que não é oponível à Recuperanda e cujo destaque depende do juízo da ação.

Uma vez autorizado, o destaque se opera na mesma classe e dentro do valor do crédito reconhecido ao respectivo constituinte, sem criar crédito novo, e fica condicionado ao efetivo recebimento, por se tratar de remuneração de êxito. Registra-se, por fim, a regularidade da atuação profissional do patrono, cuja pretensão encontra amparo no Estatuto da Advocacia, ressalvando-se apenas a via.

(c) Classificação.

O crédito de natureza indenizatória civil classifica-se, em princípio, na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, como listado e como pedido.

A parcela de pensionamento devida à primeira credora, contudo, ostenta natureza alimentar, pois se destina à sua subsistência e substitui a renda de que foi privada pelo ato ilícito, e recebe, para fins concursais, o tratamento conferido aos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, na linha do que decidiu o Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.799.041/PR. As verbas de dano moral, de caráter reparatório e não alimentar, permanecem na Classe III, na forma do art. 41, III, da mesma lei.[2]

O desmembramento por classe e por pessoa fica assim estabelecido. Na Classe I, R$ 573.750,19, integralmente em favor de Leny Francisco Maranhão, correspondentes às prestações de pensionamento por ela vencidas. Na Classe III, R$ 737.905,59, sendo R$ 593.372,53 em favor de Leny Francisco Maranhão, do seu dano moral e da sua parcela de multa, e R$ 144.533,06 em favor de Luiz Alberto Maranhão de Jesus, do dano moral e da parcela de multa dele.

A multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, por constituir sanção processual desprovida de natureza alimentar, fica integralmente na Classe III, e não acompanha a classe da parcela que sanciona.

[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A retificação da classe independe de provocação, por ser matéria de ordem pública que decorre da lei e não da vontade das partes, incumbindo ao administrador judicial conferir a cada crédito a classe legal, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18, e dispondo ele de legitimidade autônoma para a retificação, na forma do art. 19, todos da Lei nº 11.101/2005. O contrato de honorários, por sua vez, não altera a classificação do crédito dos constituintes, conforme consignado na alínea anterior.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador de todas as rubricas é o ato ilícito ocorrido em 14/04/2014, anterior ao marco acima referido, o mesmo se dando com as verbas acessórias, que dele derivam. Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Consigna-se, quanto ao pensionamento, que somente as prestações vencidas até 05/09/2025 integram o crédito concursal, como consta da memória de cálculo adotada, cujo último vencimento computado é o de 31/08/2025. As prestações vencidas após a data do pedido, por serem obrigação de trato sucessivo cujo vencimento se dá já sob a recuperação judicial, não se submetem aos efeitos do processo recuperacional e devem continuar a ser satisfeitas pela Recuperanda no seu vencimento, à margem do quadro-geral de credores.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação de credores apresentada pela Recuperanda constava o crédito de R$ 292.025,25, na Classe III. Os credores pretenderam R$ 1.202.953,61, líquidos de honorários contratuais.

Reconhece-se o valor de R$ 1.311.655,78, com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, integral em nome dos credores, sem o abatimento da verba contratual, individualizado por credor e desmembrado entre as Classes I e III, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Leny Francisco Maranhão e Luiz Alberto Maranhão de Jesus, para reconhecer o crédito no valor total de R$ 1.311.655,78, com data-base em 05/09/2025, de natureza concursal, assim distribuído: em favor de Leny Francisco Maranhão, R$ 1.167.122,72, sendo R$ 573.750,19 na Classe I e R$ 593.372,53 na Classe III; e em favor de Luiz Alberto Maranhão de Jesus, R$ 144.533,06, na Classe III; tudo nos termos dos arts. 41, I e III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

Quanto aos honorários contratuais, não se defere nesta via o destaque requerido, por não constituir a verba crédito oponível à Recuperanda, na forma da alínea (b), ressalvado ao patrono requerer o destaque ao juízo em que se processa a ação de origem, hipótese em que se operará na mesma classe e dentro do valor do crédito reconhecido ao respectivo constituinte, sem alteração de classe e condicionado ao efetivo recebimento.

VI — DISPOSITIVO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 1.311.655,78
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação com o rateio por credor e por classe da alínea (f); (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações; (iv) verificar, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, a constituição do capital garantidor do art. 533 do Código de Processo Civil quanto à parcela de pensionamento.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE** a divergência de crédito apresentada por Leny Francisco Maranhão e Luiz Alberto Maranhão de Jesus, para reconhecer o crédito no valor de R$ 1.311.655,78, a ser incluído

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

na Classe I para a parcela de pensionamento e III para os danos morais, individualizados por credor, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[45]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[4] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[5] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 030	Leny Francisco Maranhão, genitora, e Luiz Alberto Maranhão de Jesus, irmão
Pleito 031	Mario Gomes Filho (honorários)
Título	0004499-52.2015.8.19.0210, 3ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Vítima	Welton Tomaz Maranhão de Jesus, falecido em 14 de abril de 2014 em capotamento de coletivo da Recuperanda, do qual era passageiro
Citação	31 de março de 2015
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 27 de setembro de 2018 condenou a Recuperanda a pensão mensal em favor da genitora, à constituição de capital garantidor do artigo 475-Q do Código de Processo Civil e a dano moral, este corrigido da publicação da sentença e com juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso, mais honorários de 10% sobre a condenação.

O v. acórdão de 5 de fevereiro de 2020, da 11ª Câmara Cível, majorou o dano moral para R$ 150.000,00 em favor da genitora e R$ 37.500,00 em favor do irmão, manteve o capital garantidor, afastou as astreintes e majorou os honorários para 15%. O v. acórdão dos embargos de declaração, de 6 de outubro de 2020, acolheu o recurso para que o pensionamento fosse de dois terços do valor efetivamente percebido pela vítima, que era de 2,674 salários mínimos.

O Superior Tribunal de Justiça examinou o termo inicial dos juros, aplicou a Súmula 83 e não conheceu do recurso, majorando os honorários em 15% sobre o já arbitrado, o que os fixa em 17,25%.

Do dano moral da genitora deduz-se o seguro obrigatório. A r. sentença arbitrou a verba em R$ 100.000,00 e determinou, na forma do verbete 246 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, o desconto dos R$ 13.500,00 recebidos a título de DPVAT, chegando a R$ 86.500,00 no dispositivo. O v. acórdão elevou a verba e não voltou ao ponto, de sorte que a dedução subsiste, e incide sobre o dano moral, não sobre o pensionamento. O nominal indenizável da genitora é, portanto, de R$ 136.500,00, e não os R$ 150.000,00 do arbitramento.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025, índice que o acórdão nomeia
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo e os juros apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Pensão mensal	1,78267 salários mínimos, dois terços dos 2,674 salários mínimos que a vítima percebia, em 138 competências de abril de 2014 a setembro de 2025, a primeira pro rata de 17 dias do óbito e a última pro rata de 5 dias até a data-base
Termo da pensão	Os 70 anos da vítima ou o falecimento da beneficiária, o que vier primeiro. A beneficiária nasceu em 19 de agosto de 1966 e nenhum dos dois marcos antecede a data-base
Dano moral	Corrigido de 27/09/2018 pelo fator de 1,4893287592 e com juros de 131,6301% desde o evento danoso, na forma do dispositivo e da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação com os honorários de sucumbência, após a intimação para pagamento de 12 de novembro de 2021. A multa é dos credores, na Classe III, e os honorários são do patrono, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Pensões vencidas, da genitora	I	573.750,19
Dano moral dos dois credores e multa do artigo 523	III	737.905,59
PLEITO 030, dos credores	**I e III**	**1.311.655,78**
PLEITO 031, do patrono, honorários de 17,25% e do artigo 523	**I**	**340.167,61**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**1.651.823,39**

I - PENSÕES VENCIDAS — CLASSE I

Rubrica	Parce-las	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Pensões de 1,78267 salários mínimos, de 04/2014 a 09/2025	**138**	**260.756,48**	**353.541,39**	**220.208,80**	**573.750,19**

Pensões do exercício de 2014 — salário mínimo de R$ 724,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2014, pro rata de 17 dias	731,37	1,9258430495	1.408,50	131,1140 %	1.846,74	3.255,24
maio de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	130,0817 %	3.233,30	5.718,89
junho de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	129,1140 %	3.209,24	5.694,84
julho de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	128,0817 %	3.183,59	5.669,18
agosto de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	127,0817 %	3.158,73	5.644,32
setembro de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	126,1140 %	3.134,68	5.620,27
outubro de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	125,0817 %	3.109,02	5.594,61
novembro de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	124,1140 %	3.084,96	5.570,56
dezembro de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	123,0817 %	3.059,31	5.544,90
SUBTOTAL DE 2014 (9)	**11.056,57**		**21.293,23**		**27.019,57**	**48.312,80**

Pensões do exercício de 2015 — salário mínimo de R$ 788,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	122,0817 %	3.102,23	5.643,34
fevereiro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	121,1785 %	3.079,28	5.620,39
março de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	120,0817 %	3.051,41	5.592,52
abril de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	119,1140 %	3.026,82	5.567,93
maio de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	118,0817 %	3.000,59	5.541,70
junho de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	117,1140 %	2.976,00	5.517,11
julho de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	116,0817 %	2.949,77	5.490,88
agosto de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	115,0817 %	2.924,35	5.465,47
setembro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	114,1140 %	2.899,76	5.440,87
outubro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	113,0817 %	2.873,53	5.414,64

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	112,1140 %	2.848,94	5.390,05
dezembro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	111,0817 %	2.822,71	5.363,82
SUBTOTAL DE 2015 (12)	**16.856,90**		**30.493,33**		**35.555,39**	**66.048,72**

Pensões do exercício de 2016 — salário mínimo de R$ 880,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	110,0817 %	2.821,73	5.385,03
fevereiro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	109,1462 %	2.797,75	5.361,05
março de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	108,0817 %	2.770,46	5.333,76
abril de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	107,1140 %	2.745,65	5.308,96
maio de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	106,0817 %	2.719,19	5.282,50
junho de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	105,1140 %	2.694,39	5.257,69
julho de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	104,0817 %	2.667,93	5.231,23
agosto de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	103,0817 %	2.642,29	5.205,60
setembro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	102,1140 %	2.617,49	5.180,79
outubro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	101,0817 %	2.591,03	5.154,33
novembro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	100,1140 %	2.566,22	5.129,52
dezembro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	99,0817%	2.539,76	5.103,06
SUBTOTAL DE 2016 (12)	**18.824,96**		**30.759,62**		**32.173,90**	**62.933,52**

Pensões do exercício de 2017 — salário mínimo de R$ 937,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	98,0817%	2.511,67	5.072,46
fevereiro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	97,1785%	2.488,54	5.049,33
março de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	96,0817%	2.460,45	5.021,24
abril de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	95,1140%	2.435,67	4.996,46
maio de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	94,0817%	2.409,24	4.970,03
junho de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	93,1140%	2.384,45	4.945,25
julho de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	92,0817%	2.358,02	4.918,81
agosto de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	91,0817%	2.332,41	4.893,21
setembro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	90,1140%	2.307,63	4.868,42
outubro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	89,0817%	2.281,20	4.841,99
novembro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	88,1140%	2.256,42	4.817,21
dezembro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	87,0817%	2.229,98	4.790,77

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
SUBTOTAL DE 2017 (12)	**20.044,30**		**30.729,50**		**28.455,68**	**59.185,19**

Pensões do exercício de 2018 — salário mínimo de R$ 954,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	86,0817%	2.180,32	4.713,17
fevereiro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	85,1785%	2.157,44	4.690,29
março de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	84,0817%	2.129,66	4.662,51
abril de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	83,1140%	2.105,15	4.638,00
maio de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	82,0817%	2.079,00	4.611,85
junho de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	81,1140%	2.054,49	4.587,34
julho de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	80,0817%	2.028,35	4.561,20
agosto de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	79,0817%	2.003,02	4.535,87
setembro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	78,1140%	1.978,51	4.511,36
outubro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	77,0817%	1.952,36	4.485,21
novembro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	76,1140%	1.927,85	4.460,70
dezembro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	75,0817%	1.901,71	4.434,55
SUBTOTAL DE 2018 (12)	**20.407,97**		**30.394,17**		**24.497,86**	**54.892,04**

Pensões do exercício de 2019 — salário mínimo de R$ 998,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	74,0817%	1.889,93	4.441,08
fevereiro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	73,1785%	1.866,89	4.418,04
março de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	72,0817%	1.838,91	4.390,06
abril de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	71,1140%	1.814,22	4.365,37
maio de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	70,0817%	1.787,89	4.339,04
junho de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	69,1140%	1.763,20	4.314,35
julho de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	68,0817%	1.736,87	4.288,02
agosto de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	67,0817%	1.711,35	4.262,50
setembro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	66,1140%	1.686,67	4.237,82
outubro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	65,0817%	1.660,33	4.211,48
novembro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	64,1140%	1.635,64	4.186,79
dezembro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	63,0817%	1.609,31	4.160,46
SUBTOTAL DE 2019 (12)	**21.349,22**		**30.613,79**		**21.001,22**	**51.615,02**

Pensões do exercício de 2020 — salário mínimo de R$ 1.045,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2020	1.852,19	1,3799437412	2.555,92	62,0817%	1.586,76	4.142,68
fevereiro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	61,1462%	1.571,87	4.142,55
março de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	60,0817%	1.544,51	4.115,19
abril de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	59,1140%	1.519,63	4.090,31
maio de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	58,0817%	1.493,09	4.063,77
junho de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	57,1140%	1.468,22	4.038,90

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	56,0817%	1.441,68	4.012,36
agosto de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	55,0817%	1.415,97	3.986,65
setembro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	54,1140%	1.391,10	3.961,77
outubro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	53,0817%	1.364,56	3.935,24
novembro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	52,1140%	1.339,68	3.910,36
dezembro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	51,0817%	1.313,15	3.883,83
SUBTOTAL DE 2020 (12)	**22.343,94**		**30.833,39**		**17.450,22**	**48.283,60**

Pensões do exercício de 2021 — salário mínimo de R$ 1.100,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	50,0817%	1.300,23	3.896,44
fevereiro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	49,1785%	1.276,78	3.872,99
março de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	48,0817%	1.248,30	3.844,52
abril de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	47,1140%	1.223,18	3.819,39
maio de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	46,0817%	1.196,38	3.792,59
junho de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	45,1140%	1.171,25	3.767,47
julho de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	44,0817%	1.144,46	3.740,67
agosto de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	43,0817%	1.118,49	3.714,71
setembro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	42,1140%	1.093,37	3.689,58
outubro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	41,0817%	1.066,57	3.662,78
novembro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	40,1140%	1.041,44	3.637,66
dezembro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	39,0817%	1.014,64	3.610,86
SUBTOTAL DE 2021 (12)	**23.531,20**		**31.154,56**		**13.895,10**	**45.049,66**

Pensões do exercício de 2022 — salário mínimo de R$ 1.212,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	38,0817%	986,52	3.577,07
fevereiro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	37,1785%	963,13	3.553,67
março de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	36,0817%	934,71	3.525,26
abril de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	35,1140%	909,64	3.500,19
maio de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	34,0817%	882,90	3.473,45
junho de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	33,1140%	857,83	3.448,38
julho de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	32,0817%	831,09	3.421,64
agosto de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	31,0817%	805,19	3.395,73
setembro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	30,1140%	780,12	3.370,66
outubro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	29,0817%	753,37	3.343,92
novembro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	28,1140%	728,30	3.318,85
dezembro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	27,0817%	701,56	3.292,11
SUBTOTAL DE 2022 (12)	**25.927,10**		**31.086,54**		**10.134,37**	**41.220,92**

Pensões do exercício de 2023 — salário mínimo de R$ 1.320,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2023	2.321,03	1,1321978352	2.627,87	26,0817%	685,39	3.313,26
fevereiro de 2023	2.321,03	1,1321978352	2.627,87	25,1785%	661,66	3.289,52
março de 2023	2.321,03	1,1321978352	2.627,87	24,0817%	632,84	3.260,70
abril de 2023	2.321,03	1,1321978352	2.627,87	23,1140%	607,40	3.235,27
maio de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	22,0817%	588,30	3.252,50
junho de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	21,1140%	562,52	3.226,71
julho de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	20,0817%	535,02	3.199,21
agosto de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	19,0817%	508,37	3.172,57
setembro de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	18,1140%	482,59	3.146,79
outubro de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	17,0817%	455,09	3.119,29
novembro de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	16,1140%	429,31	3.093,51
dezembro de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	15,0817%	401,81	3.066,00
SUBTOTAL DE 2023 (12)	**28.109,09**		**31.825,05**		**6.550,29**	**38.375,34**

Pensões do exercício de 2024 — salário mínimo de R$ 1.412,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	2.517,13	1,0811936600	2.721,50	14,0817%	383,23	3.104,73
fevereiro de 2024	2.517,13	1,0778441800	2.713,07	13,1462%	356,67	3.069,73
março de 2024	2.517,13	1,0695022800	2.692,07	12,0817%	325,25	3.017,32
abril de 2024	2.517,13	1,0656688500	2.682,42	11,1140%	298,12	2.980,55
maio de 2024	2.517,13	1,0634511200	2.676,84	10,0817%	269,87	2.946,71
junho de 2024	2.517,13	1,0587917900	2.665,11	9,1140%	242,90	2.908,01
julho de 2024	2.517,13	1,0546717100	2.654,74	8,0817%	214,55	2.869,29
agosto de 2024	2.517,13	1,0515068400	2.646,77	7,1462%	189,14	2.835,92
setembro de 2024	2.517,13	1,0495271900	2.641,79	6,4700%	170,92	2.812,72
outubro de 2024	2.517,13	1,0481593100	2.638,35	5,7658%	152,12	2.790,47
novembro de 2024	2.517,13	1,0425238000	2.624,16	5,3799%	141,18	2.765,34
dezembro de 2024	2.517,13	1,0360944500	2.607,98	5,2080%	135,82	2.743,80
SUBTOTAL DE 2024 (12)	**30.205,50**		**31.964,81**		**2.879,78**	**34.844,59**

Pensões do exercício de 2025 — salário mínimo de R$ 1.518,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	2.706,09	1,0325833000	2.794,26	4,6185%	129,05	2.923,31
fevereiro de 2025	2.706,09	1,0314543400	2.791,21	3,7163%	103,73	2.894,94
março de 2025	2.706,09	1,0189216100	2.757,29	3,7163%	102,47	2.859,76
abril de 2025	2.706,09	1,0124447900	2.739,76	3,3943%	93,00	2.832,76
maio de 2025	2.706,09	1,0081172200	2.728,05	2,7711%	75,60	2.803,65
junho de 2025	2.706,09	1,0045047800	2.718,28	1,9952%	54,23	2.772,51
julho de 2025	2.706,09	1,0018993500	2.711,23	1,1603%	31,46	2.742,69
agosto de 2025	2.706,09	0,9985954500	2.702,29	0,2177%	5,88	2.708,17
setembro de 2025, pro rata de 5 dias	451,01	1,0000000000	451,01	0,0000%	0,00	451,01
SUBTOTAL DE 2025 (9)	**22.099,72**		**22.393,39**		**595,42**	**22.988,81**

II - DANO MORAL — CLASSE III

Credor	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Leny Francisco Maranhão	136.500,00	1,4893287592	203.293,38	131,6301 %	267.595,25	470.888,63
Luiz Alberto Maranhão de Jesus	37.500,00	1,4893287592	55.849,83	131,6301 %	73.515,18	129.365,01
SUBTOTAL II	**174.000,00**		**259.143,20**		**341.110,43**	**600.253,64**

III - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Subtotal I, pensões vencidas			573.750,19	a genitora
Subtotal II, dano moral			600.253,64	os dois credores
CONDENAÇÃO			**1.174.003,83**	
Honorários sucumbenciais	17,25%	1.174.003,83	202.515,66	patrono
Base do artigo 523			**1.376.519,49**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	1.376.519,49	137.651,95	os credores
Honorários da fase de cumprimento	10%	1.376.519,49	137.651,95	patrono

IV - INDIVIDUALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Credor	Pensões	Dano moral	Multa do art. 523	Total	Classes
Leny Francisco Maranhão	573.750,19	470.888,63	122.483,90	1.167.122,72	I e III
Luiz Alberto Maranhão de Jesus	—	129.365,01	15.168,05	144.533,06	III
TOTAL DO PLEITO 030	**573.750,19**	**600.253,64**	**137.651,95**	**1.311.655,78**	

Pleito	Titular	Classe I	Classe III	Total
030	Leny Francisco Maranhão e Luiz Alberto Maranhão de Jesus	573.750,19	737.905,59	1.311.655,78
031	Mario Gomes Filho	340.167,61	—	340.167,61
TOTAL		**913.917,80**	**737.905,59**	**1.651.823,39**

Parcelas não computadas

Rubrica	Valor
Capital garantidor do artigo 475-Q do Código de Processo Civil, técnica de garantia das prestações futuras	433.066,00

V - EXTRATO DA CORREÇÃO E DOS JUROS, MÊS A MÊS

A parcela de cada competência toma o fator e o percentual de juros da sua própria linha. O índice de cada mês é derivado dos fatores oficiais da tabela da Corregedoria, e não de cadeia reconstruída

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
abril de 2014	724,00	—	1,9258430495	131,1140%
maio de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	130,0817%
junho de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	129,1140%
julho de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	128,0817%
agosto de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	127,0817%
setembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	126,1140%
outubro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	125,0817%
novembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	124,1140%
dezembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	123,0817%
janeiro de 2015	788,00	6,4617%	1,8089531325	122,0817%
fevereiro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	121,1785%
março de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	120,0817%
abril de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	119,1140%
maio de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	118,0817%
junho de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	117,1140%
julho de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	116,0817%
agosto de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	115,0817%
setembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	114,1140%
outubro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	113,0817%
novembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	112,1140%
dezembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	111,0817%
janeiro de 2016	880,00	10,7084%	1,6339806149	110,0817%
fevereiro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	109,1462%
março de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	108,0817%
abril de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	107,1140%
maio de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	106,0817%
junho de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	105,1140%
julho de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	104,0817%
agosto de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	103,0817%
setembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	102,1140%
outubro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	101,0817%
novembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	100,1140%
dezembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	99,0817%
janeiro de 2017	937,00	6,5816%	1,5330791587	98,0817%
fevereiro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	97,1785%
março de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	96,0817%
abril de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	95,1140%
maio de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	94,0817%
junho de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	93,1140%
julho de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	92,0817%
agosto de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	91,0817%
setembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	90,1140%
outubro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	89,0817%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
novembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	88,1140%
dezembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	87,0817%
janeiro de 2018	954,00	2,9376%	1,4893287592	86,0817%
fevereiro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	85,1785%
março de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	84,0817%
abril de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	83,1140%
maio de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	82,0817%
junho de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	81,1140%
julho de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	80,0817%
agosto de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	79,0817%
setembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	78,1140%
outubro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	77,0817%
novembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	76,1140%
dezembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	75,0817%
janeiro de 2019	998,00	3,8617%	1,4339539914	74,0817%
fevereiro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	73,1785%
março de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	72,0817%
abril de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	71,1140%
maio de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	70,0817%
junho de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	69,1140%
julho de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	68,0817%
agosto de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	67,0817%
setembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	66,1140%
outubro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	65,0817%
novembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	64,1140%
dezembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	63,0817%
janeiro de 2020	1.039,00	3,9139%	1,3799437412	62,0817%
fevereiro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	61,1462%
março de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	60,0817%
abril de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	59,1140%
maio de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	58,0817%
junho de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	57,1140%
julho de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	56,0817%
agosto de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	55,0817%
setembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	54,1140%
outubro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	53,0817%
novembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	52,1140%
dezembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	51,0817%
janeiro de 2021	1.100,00	4,2278%	1,3239683696	50,0817%
fevereiro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	49,1785%
março de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	48,0817%
abril de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	47,1140%
maio de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	46,0817%
junho de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	45,1140%
julho de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	44,0817%
agosto de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	43,0817%
setembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	42,1140%
outubro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	41,0817%
novembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	40,1140%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
dezembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	39,0817%
janeiro de 2022	1.212,00	10,4229%	1,1989979225	38,0817%
fevereiro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	37,1785%
março de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	36,0817%
abril de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	35,1140%
maio de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	34,0817%
junho de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	33,1140%
julho de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	32,0817%
agosto de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	31,0817%
setembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	30,1140%
outubro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	29,0817%
novembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	28,1140%
dezembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	27,0817%
janeiro de 2023	1.302,00	5,9000%	1,1321978352	26,0817%
fevereiro de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	25,1785%
março de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	24,0817%
abril de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	23,1140%
maio de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	22,0817%
junho de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	21,1140%
julho de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	20,0817%
agosto de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	19,0817%
setembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	18,1140%
outubro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	17,0817%
novembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	16,1140%
dezembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	15,0817%
janeiro de 2024	1.412,00	4,7174%	1,0811936600	14,0817%
fevereiro de 2024	1.412,00	0,3108%	1,0778441800	13,1462%
março de 2024	1.412,00	0,7800%	1,0695022800	12,0817%
abril de 2024	1.412,00	0,3597%	1,0656688500	11,1140%
maio de 2024	1.412,00	0,2085%	1,0634511200	10,0817%
junho de 2024	1.412,00	0,4401%	1,0587917900	9,1140%
julho de 2024	1.412,00	0,3907%	1,0546717100	8,0817%
agosto de 2024	1.412,00	0,3010%	1,0515068400	7,1462%
setembro de 2024	1.412,00	0,1886%	1,0495271900	6,4700%
outubro de 2024	1.412,00	0,1305%	1,0481593100	5,7658%
novembro de 2024	1.412,00	0,5406%	1,0425238000	5,3799%
dezembro de 2024	1.412,00	0,6205%	1,0360944500	5,2080%
janeiro de 2025	1.518,00	0,3400%	1,0325833000	4,6185%
fevereiro de 2025	1.518,00	0,1095%	1,0314543400	3,7163%
março de 2025	1.518,00	1,2300%	1,0189216100	3,7163%
abril de 2025	1.518,00	0,6397%	1,0124447900	3,3943%
maio de 2025	1.518,00	0,4293%	1,0081172200	2,7711%
junho de 2025	1.518,00	0,3596%	1,0045047800	1,9952%
julho de 2025	1.518,00	0,2600%	1,0018993500	1,1603%
agosto de 2025	1.518,00	0,3309%	0,9985954500	0,2177%
setembro de 2025	1.518,00	-0,1405%	1,0000000000	0,0000%

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 030	1.202.953,61	1.245.088,30
Pleito 031	921.946,62	347.771,92

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	031
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	Mario Gomes Filho, advogado
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria
Origem do crédito	Honorários advocatícios sucumbenciais e honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, do proc. 0004499-

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	52.2015.8.19.0210, 3ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, além de honorários contratuais de êxito de 30%
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	—	R$ 921.946,62 (honorários sucumbenciais somados a honorários contratuais de 30%)	R$ 340.167,61 (sucumbenciais R$ 202.515,66 + honorários do art. 523, §1º, R$ 137.651,95)
Data-base da atualização	—	—	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante, advogado que patrocinou os autores da ação indenizatória do processo nº 0004499-52.2015.8.19.0210, requer, em nome próprio, a inclusão de R$ 921.946,62, montante que reúne os honorários sucumbenciais fixados naquele feito e honorários contratuais de êxito de 30% ajustados com seus constituintes.

A Recuperanda reconheceu a verba sucumbencial, apurada em memória de cálculo própria, e rejeitou a inclusão dos honorários contratuais, por constituírem obrigação exclusiva dos clientes constituintes.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

Os honorários sucumbenciais foram fixados em título judicial transitado em julgado no processo nº 0004499-52.2015.8.19.0210, no percentual de 17,25% sobre a condenação, e o crédito é incontroverso quanto à existência.

A Recuperanda instruiu sua manifestação com memória de cálculo analítica, subscrita por profissional de contabilidade. Esta Administração Judicial a conferiu parcela a parcela e não a adotou, por conter defeitos apontados na decisão da divergência 030, apurando o crédito de forma autônoma, na forma dos arts. 7º e 19 da Lei nº 11.101/2005. A correção monetária segue os fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que observa a UFIR-RJ até 29/08/2024 e o IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei nº 14.905/2024. Os juros de mora correm à taxa de 1% ao mês, simples, até 29/08/2024, e pela taxa legal do art. 406

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

do Código Civil a partir de 30/08/2024, incidindo sobre o principal corrigido e nunca sobre juros já vencidos, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A Administração Judicial conferiu o demonstrativo e o adotou, no exercício do dever de verificação do art. 7º da Lei nº 11.101/2005 e da legitimidade autônoma do art. 19 da mesma lei.[1]

Os honorários sucumbenciais constituem crédito autônomo do advogado, e não do seu constituinte, por força dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, sendo por isso habilitáveis em nome próprio e lançados apartados do crédito dos titulares da indenização.

(b) Valor e data-base.

Apura-se o crédito em R$ 340.167,61, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, assim composto: honorários de sucumbência de R$ 202.515,66, correspondentes aos 17,25% do título sobre a condenação apurada de R$ 1.174.003,83; e honorários de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, de R$ 137.651,95, incidentes sobre a soma da condenação com a verba sucumbencial, R$ 1.376.519,49.

Os honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil são ora reconhecidos. A Recuperanda foi intimada, na fase de cumprimento de sentença do título referido, a pagar voluntariamente o débito, e não o fez no prazo de quinze dias, tanto que ali se deferiu a penhora; a própria Recuperanda, em sua memória de cálculo, computa a verba, o que traduz reconhecimento da respectiva incidência. Tais honorários pertencem ao advogado, e não ao exequente, pelos mesmos fundamentos legais que lhe atribuem a verba sucumbencial.

Não integra este crédito a multa de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, que a memória da Recuperanda repartia em parte com o patrono. A multa daquele dispositivo, diversamente dos honorários, constitui sanção pelo inadimplemento e reverte em favor do exequente, titular do crédito exequendo, e não em favor de seu advogado.

[1] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

O resultado casa com o que se reconheceu quanto ao crédito principal. A condenação apurada, R$ 1.174.003,83, somada às duas verbas honorárias e à multa, perfaz R$ 1.651.823,39. Atribuída cada rubrica a quem a lei indica como titular, cabem aos credores a condenação e a integralidade da multa, R$ 1.311.655,78, reconhecidos na divergência 030, e ao patrono as duas verbas honorárias, R$ 340.167,61, ora reconhecidas.

Quanto aos honorários contratuais de 30%, consigna-se expressamente que a verba não constitui crédito oponível à Recuperanda. O contrato de honorários é negócio jurídico privado celebrado entre o advogado e seus constituintes, que a ele manifestaram vontade, e não obriga a Recuperanda, terceira estranha à avença, por força do princípio da relatividade dos contratos, *res inter alios acta*.

Credores da devedora são os autores da ação de origem, titulares da indenização; devedores da remuneração ajustada são os próprios constituintes, de modo que não há crédito autônomo a inscrever contra a Recuperanda a tal título, na linha dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça invocados nos autos, REsp 2.228.967/RS e REsp 2.200.216/RJ. O art. 22, § 4º, do Estatuto da Advocacia não conduz a solução diversa, pois faculta o destaque da verba contratual no momento do pagamento devido ao cliente, e não a constituição de crédito autônomo contra quem não contratou.

O destaque, todavia, é possível, e não se nega ao habilitante o direito de obtê-lo. Ocorre que a via adequada é a do juízo em que se processa a ação de origem, a quem compete deferi-lo, e não a da verificação administrativa de créditos. Uma vez autorizado, o destaque se opera na mesma classe e dentro do valor do crédito reconhecido ao respectivo constituinte, sem criar crédito novo, e fica condicionado ao efetivo recebimento, por se tratar de remuneração de êxito. Registra-se a regularidade da atuação profissional do habilitante, cuja pretensão encontra amparo no Estatuto da Advocacia, ressalvando-se apenas a via.

(c) Classificação.

Os honorários advocatícios, tanto os sucumbenciais quanto os do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, ostentam natureza alimentar, nos termos do art. 85, § 14, do Código de Processo Civil e do art. 23 do Estatuto da Advocacia, e recebem, para fins concursais, o tratamento equiparado aos créditos derivados da legislação do

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, como pretendido pelo habilitante. A verba contratual, por sua vez, não alteraria a classificação do crédito dos constituintes, que decorre da lei e não da convenção entre o advogado e seus clientes. O enquadramento de classe independe de provocação, por ser matéria de ordem pública, incumbindo ao administrador judicial conferir a cada crédito a classe legal, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18, ambos da Lei nº 11.101/2005.[2]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial. Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador é a prestação dos serviços advocatícios na demanda ajuizada e sentenciada antes do pedido de recuperação judicial, cuja fase de cumprimento de sentença é igualmente anterior, de modo que ambas as verbas

[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

honorárias, inclusive as do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, são anteriores ao marco acima referido. Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores. Reconhece-se o valor de R$ 340.167,61, com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, na Classe I, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a habilitação formulada por Mario Gomes Filho, para reconhecer, em seu favor, o crédito no valor de R$ 340.167,61, sendo R$ 202.515,66 de honorários de sucumbência e R$ 137.651,95 de honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, com data-base em 05/09/2025, na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, lançado apartado do crédito dos titulares da indenização.

Quanto aos honorários contratuais de êxito, não se defere nesta via o destaque nem se reconhece crédito autônomo contra a Recuperanda, por não ser a verba a ela oponível, na forma da alínea (b), ressalvado ao habilitante requerer o destaque ao juízo em que se processa a ação de origem, hipótese em que se operará na mesma classe e dentro do valor do crédito reconhecido ao respectivo constituinte, sem alteração de classe e condicionado ao efetivo recebimento.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 340.167,61
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação, apartada do crédito dos titulares da indenização; (ii) o destaque dos honorários contratuais depende de autorização do juízo da ação de origem e, se autorizado, opera-se na mesma classe e no valor do crédito do constituinte; (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a habilitação de crédito apresentada por Mario Gomes Filho, advogado, para reconhecer o crédito no valor de R$ 340.167,61, a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[4][5]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[4] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[5] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 030	Leny Francisco Maranhão, genitora, e Luiz Alberto Maranhão de Jesus, irmão
Pleito 031	Mario Gomes Filho (honorários)
Título	0004499-52.2015.8.19.0210, 3ª Vara Cível da Regional da Leopoldina
Vítima	Welton Tomaz Maranhão de Jesus, falecido em 14 de abril de 2014 em capotamento de coletivo da Recuperanda, do qual era passageiro
Citação	31 de março de 2015
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 27 de setembro de 2018 condenou a Recuperanda a pensão mensal em favor da genitora, à constituição de capital garantidor do artigo 475-Q do Código de Processo Civil e a dano moral, este corrigido da publicação da sentença e com juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso, mais honorários de 10% sobre a condenação.

O v. acórdão de 5 de fevereiro de 2020, da 11ª Câmara Cível, majorou o dano moral para R$ 150.000,00 em favor da genitora e R$ 37.500,00 em favor do irmão, manteve o capital garantidor, afastou as astreintes e majorou os honorários para 15%. O v. acórdão dos embargos de declaração, de 6 de outubro de 2020, acolheu o recurso para que o pensionamento fosse de dois terços do valor efetivamente percebido pela vítima, que era de 2,674 salários mínimos.

O Superior Tribunal de Justiça examinou o termo inicial dos juros, aplicou a Súmula 83 e não conheceu do recurso, majorando os honorários em 15% sobre o já arbitrado, o que os fixa em 17,25%.

Do dano moral da genitora deduz-se o seguro obrigatório. A r. sentença arbitrou a verba em R$ 100.000,00 e determinou, na forma do verbete 246 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, o desconto dos R$ 13.500,00 recebidos a título de DPVAT, chegando a R$ 86.500,00 no dispositivo. O v. acórdão elevou a verba e não voltou ao ponto, de sorte que a dedução subsiste, e incide sobre o dano moral, não sobre o pensionamento. O nominal indenizável da genitora é, portanto, de R$ 136.500,00, e não os R$ 150.000,00 do arbitramento.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025, índice que o acórdão nomeia
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo e os juros apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Pensão mensal	1,78267 salários mínimos, dois terços dos 2,674 salários mínimos que a vítima percebia, em 138 competências de abril de 2014 a setembro de 2025, a primeira pro rata de 17 dias do óbito e a última pro rata de 5 dias até a data-base
Termo da pensão	Os 70 anos da vítima ou o falecimento da beneficiária, o que vier primeiro. A beneficiária nasceu em 19 de agosto de 1966 e nenhum dos dois marcos antecede a data-base
Dano moral	Corrigido de 27/09/2018 pelo fator de 1,4893287592 e com juros de 131,6301% desde o evento danoso, na forma do dispositivo e da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10%, sobre a soma da condenação com os honorários de sucumbência, após a intimação para pagamento de 12 de novembro de 2021. A multa é dos credores, na Classe III, e os honorários são do patrono, na Classe I. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Pensões vencidas, da genitora	I	573.750,19
Dano moral dos dois credores e multa do artigo 523	III	737.905,59
PLEITO 030, dos credores	**I e III**	**1.311.655,78**
PLEITO 031, do patrono, honorários de 17,25% e do artigo 523	**I**	**340.167,61**
TOTAL DOS DOIS PLEITOS		**1.651.823,39**

I - PENSÕES VENCIDAS — CLASSE I

Rubrica	Parce-las	Nominal	Corrigido	Juros de mora	Total
Pensões de 1,78267 salários mínimos, de 04/2014 a 09/2025	**138**	**260.756,48**	**353.541,39**	**220.208,80**	**573.750,19**

Pensões do exercício de 2014 — salário mínimo de R$ 724,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
abril de 2014, pro rata de 17 dias	731,37	1,9258430495	1.408,50	131,1140 %	1.846,74	3.255,24
maio de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	130,0817 %	3.233,30	5.718,89
junho de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	129,1140 %	3.209,24	5.694,84
julho de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	128,0817 %	3.183,59	5.669,18
agosto de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	127,0817 %	3.158,73	5.644,32
setembro de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	126,1140 %	3.134,68	5.620,27
outubro de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	125,0817 %	3.109,02	5.594,61
novembro de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	124,1140 %	3.084,96	5.570,56
dezembro de 2014	1.290,65	1,9258430495	2.485,59	123,0817 %	3.059,31	5.544,90
SUBTOTAL DE 2014 (9)	**11.056,57**		**21.293,23**		**27.019,57**	**48.312,80**

Pensões do exercício de 2015 — salário mínimo de R$ 788,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	122,0817 %	3.102,23	5.643,34
fevereiro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	121,1785 %	3.079,28	5.620,39
março de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	120,0817 %	3.051,41	5.592,52
abril de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	119,1140 %	3.026,82	5.567,93
maio de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	118,0817 %	3.000,59	5.541,70
junho de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	117,1140 %	2.976,00	5.517,11
julho de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	116,0817 %	2.949,77	5.490,88
agosto de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	115,0817 %	2.924,35	5.465,47
setembro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	114,1140 %	2.899,76	5.440,87
outubro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	113,0817 %	2.873,53	5.414,64

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
novembro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	112,1140 %	2.848,94	5.390,05
dezembro de 2015	1.404,74	1,8089531325	2.541,11	111,0817 %	2.822,71	5.363,82
SUBTOTAL DE 2015 (12)	**16.856,90**		**30.493,33**		**35.555,39**	**66.048,72**

Pensões do exercício de 2016 — salário mínimo de R$ 880,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	110,0817 %	2.821,73	5.385,03
fevereiro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	109,1462 %	2.797,75	5.361,05
março de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	108,0817 %	2.770,46	5.333,76
abril de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	107,1140 %	2.745,65	5.308,96
maio de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	106,0817 %	2.719,19	5.282,50
junho de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	105,1140 %	2.694,39	5.257,69
julho de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	104,0817 %	2.667,93	5.231,23
agosto de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	103,0817 %	2.642,29	5.205,60
setembro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	102,1140 %	2.617,49	5.180,79
outubro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	101,0817 %	2.591,03	5.154,33
novembro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	100,1140 %	2.566,22	5.129,52
dezembro de 2016	1.568,75	1,6339806149	2.563,30	99,0817%	2.539,76	5.103,06
SUBTOTAL DE 2016 (12)	**18.824,96**		**30.759,62**		**32.173,90**	**62.933,52**

Pensões do exercício de 2017 — salário mínimo de R$ 937,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	98,0817%	2.511,67	5.072,46
fevereiro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	97,1785%	2.488,54	5.049,33
março de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	96,0817%	2.460,45	5.021,24
abril de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	95,1140%	2.435,67	4.996,46
maio de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	94,0817%	2.409,24	4.970,03
junho de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	93,1140%	2.384,45	4.945,25
julho de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	92,0817%	2.358,02	4.918,81
agosto de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	91,0817%	2.332,41	4.893,21
setembro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	90,1140%	2.307,63	4.868,42
outubro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	89,0817%	2.281,20	4.841,99
novembro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	88,1140%	2.256,42	4.817,21
dezembro de 2017	1.670,36	1,5330791587	2.560,79	87,0817%	2.229,98	4.790,77

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
SUBTOTAL DE 2017 (12)	**20.044,30**		**30.729,50**		**28.455,68**	**59.185,19**

Pensões do exercício de 2018 — salário mínimo de R$ 954,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	86,0817%	2.180,32	4.713,17
fevereiro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	85,1785%	2.157,44	4.690,29
março de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	84,0817%	2.129,66	4.662,51
abril de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	83,1140%	2.105,15	4.638,00
maio de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	82,0817%	2.079,00	4.611,85
junho de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	81,1140%	2.054,49	4.587,34
julho de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	80,0817%	2.028,35	4.561,20
agosto de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	79,0817%	2.003,02	4.535,87
setembro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	78,1140%	1.978,51	4.511,36
outubro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	77,0817%	1.952,36	4.485,21
novembro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	76,1140%	1.927,85	4.460,70
dezembro de 2018	1.700,66	1,4893287592	2.532,85	75,0817%	1.901,71	4.434,55
SUBTOTAL DE 2018 (12)	**20.407,97**		**30.394,17**		**24.497,86**	**54.892,04**

Pensões do exercício de 2019 — salário mínimo de R$ 998,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	74,0817%	1.889,93	4.441,08
fevereiro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	73,1785%	1.866,89	4.418,04
março de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	72,0817%	1.838,91	4.390,06
abril de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	71,1140%	1.814,22	4.365,37
maio de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	70,0817%	1.787,89	4.339,04
junho de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	69,1140%	1.763,20	4.314,35
julho de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	68,0817%	1.736,87	4.288,02
agosto de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	67,0817%	1.711,35	4.262,50
setembro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	66,1140%	1.686,67	4.237,82
outubro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	65,0817%	1.660,33	4.211,48
novembro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	64,1140%	1.635,64	4.186,79
dezembro de 2019	1.779,10	1,4339539914	2.551,15	63,0817%	1.609,31	4.160,46
SUBTOTAL DE 2019 (12)	**21.349,22**		**30.613,79**		**21.001,22**	**51.615,02**

Pensões do exercício de 2020 — salário mínimo de R$ 1.045,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2020	1.852,19	1,3799437412	2.555,92	62,0817%	1.586,76	4.142,68
fevereiro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	61,1462%	1.571,87	4.142,55
março de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	60,0817%	1.544,51	4.115,19
abril de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	59,1140%	1.519,63	4.090,31
maio de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	58,0817%	1.493,09	4.063,77
junho de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	57,1140%	1.468,22	4.038,90

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
julho de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	56,0817%	1.441,68	4.012,36
agosto de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	55,0817%	1.415,97	3.986,65
setembro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	54,1140%	1.391,10	3.961,77
outubro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	53,0817%	1.364,56	3.935,24
novembro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	52,1140%	1.339,68	3.910,36
dezembro de 2020	1.862,89	1,3799437412	2.570,68	51,0817%	1.313,15	3.883,83
SUBTOTAL DE 2020 (12)	**22.343,94**		**30.833,39**		**17.450,22**	**48.283,60**

Pensões do exercício de 2021 — salário mínimo de R$ 1.100,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	50,0817%	1.300,23	3.896,44
fevereiro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	49,1785%	1.276,78	3.872,99
março de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	48,0817%	1.248,30	3.844,52
abril de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	47,1140%	1.223,18	3.819,39
maio de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	46,0817%	1.196,38	3.792,59
junho de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	45,1140%	1.171,25	3.767,47
julho de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	44,0817%	1.144,46	3.740,67
agosto de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	43,0817%	1.118,49	3.714,71
setembro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	42,1140%	1.093,37	3.689,58
outubro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	41,0817%	1.066,57	3.662,78
novembro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	40,1140%	1.041,44	3.637,66
dezembro de 2021	1.960,93	1,3239683696	2.596,21	39,0817%	1.014,64	3.610,86
SUBTOTAL DE 2021 (12)	**23.531,20**		**31.154,56**		**13.895,10**	**45.049,66**

Pensões do exercício de 2022 — salário mínimo de R$ 1.212,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	38,0817%	986,52	3.577,07
fevereiro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	37,1785%	963,13	3.553,67
março de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	36,0817%	934,71	3.525,26
abril de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	35,1140%	909,64	3.500,19
maio de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	34,0817%	882,90	3.473,45
junho de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	33,1140%	857,83	3.448,38
julho de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	32,0817%	831,09	3.421,64
agosto de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	31,0817%	805,19	3.395,73
setembro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	30,1140%	780,12	3.370,66
outubro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	29,0817%	753,37	3.343,92
novembro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	28,1140%	728,30	3.318,85
dezembro de 2022	2.160,59	1,1989979225	2.590,55	27,0817%	701,56	3.292,11
SUBTOTAL DE 2022 (12)	**25.927,10**		**31.086,54**		**10.134,37**	**41.220,92**

Pensões do exercício de 2023 — salário mínimo de R$ 1.320,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2023	2.321,03	1,1321978352	2.627,87	26,0817%	685,39	3.313,26
fevereiro de 2023	2.321,03	1,1321978352	2.627,87	25,1785%	661,66	3.289,52
março de 2023	2.321,03	1,1321978352	2.627,87	24,0817%	632,84	3.260,70
abril de 2023	2.321,03	1,1321978352	2.627,87	23,1140%	607,40	3.235,27
maio de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	22,0817%	588,30	3.252,50
junho de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	21,1140%	562,52	3.226,71
julho de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	20,0817%	535,02	3.199,21
agosto de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	19,0817%	508,37	3.172,57
setembro de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	18,1140%	482,59	3.146,79
outubro de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	17,0817%	455,09	3.119,29
novembro de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	16,1140%	429,31	3.093,51
dezembro de 2023	2.353,12	1,1321978352	2.664,20	15,0817%	401,81	3.066,00
SUBTOTAL DE 2023 (12)	**28.109,09**		**31.825,05**		**6.550,29**	**38.375,34**

Pensões do exercício de 2024 — salário mínimo de R$ 1.412,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2024	2.517,13	1,0811936600	2.721,50	14,0817%	383,23	3.104,73
fevereiro de 2024	2.517,13	1,0778441800	2.713,07	13,1462%	356,67	3.069,73
março de 2024	2.517,13	1,0695022800	2.692,07	12,0817%	325,25	3.017,32
abril de 2024	2.517,13	1,0656688500	2.682,42	11,1140%	298,12	2.980,55
maio de 2024	2.517,13	1,0634511200	2.676,84	10,0817%	269,87	2.946,71
junho de 2024	2.517,13	1,0587917900	2.665,11	9,1140%	242,90	2.908,01
julho de 2024	2.517,13	1,0546717100	2.654,74	8,0817%	214,55	2.869,29
agosto de 2024	2.517,13	1,0515068400	2.646,77	7,1462%	189,14	2.835,92
setembro de 2024	2.517,13	1,0495271900	2.641,79	6,4700%	170,92	2.812,72
outubro de 2024	2.517,13	1,0481593100	2.638,35	5,7658%	152,12	2.790,47
novembro de 2024	2.517,13	1,0425238000	2.624,16	5,3799%	141,18	2.765,34
dezembro de 2024	2.517,13	1,0360944500	2.607,98	5,2080%	135,82	2.743,80
SUBTOTAL DE 2024 (12)	**30.205,50**		**31.964,81**		**2.879,78**	**34.844,59**

Pensões do exercício de 2025 — salário mínimo de R$ 1.518,00

Competência	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
janeiro de 2025	2.706,09	1,0325833000	2.794,26	4,6185%	129,05	2.923,31
fevereiro de 2025	2.706,09	1,0314543400	2.791,21	3,7163%	103,73	2.894,94
março de 2025	2.706,09	1,0189216100	2.757,29	3,7163%	102,47	2.859,76
abril de 2025	2.706,09	1,0124447900	2.739,76	3,3943%	93,00	2.832,76
maio de 2025	2.706,09	1,0081172200	2.728,05	2,7711%	75,60	2.803,65
junho de 2025	2.706,09	1,0045047800	2.718,28	1,9952%	54,23	2.772,51
julho de 2025	2.706,09	1,0018993500	2.711,23	1,1603%	31,46	2.742,69
agosto de 2025	2.706,09	0,9985954500	2.702,29	0,2177%	5,88	2.708,17
setembro de 2025, pro rata de 5 dias	451,01	1,0000000000	451,01	0,0000%	0,00	451,01
SUBTOTAL DE 2025 (9)	**22.099,72**		**22.393,39**		**595,42**	**22.988,81**

II - DANO MORAL — CLASSE III

Credor	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Leny Francisco Maranhão	136.500,00	1,4893287592	203.293,38	131,6301 %	267.595,25	470.888,63
Luiz Alberto Maranhão de Jesus	37.500,00	1,4893287592	55.849,83	131,6301 %	73.515,18	129.365,01
SUBTOTAL II	**174.000,00**		**259.143,20**		**341.110,43**	**600.253,64**

III - CONDENAÇÃO E ACESSÓRIOS

Rubrica	Percentual	Base	Total	Titular
Subtotal I, pensões vencidas			573.750,19	a genitora
Subtotal II, dano moral			600.253,64	os dois credores
CONDENAÇÃO			**1.174.003,83**	
Honorários sucumbenciais	17,25%	1.174.003,83	202.515,66	patrono
Base do artigo 523			**1.376.519,49**	
Multa do artigo 523, parágrafo 1º	10%	1.376.519,49	137.651,95	os credores
Honorários da fase de cumprimento	10%	1.376.519,49	137.651,95	patrono

IV - INDIVIDUALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Credor	Pensões	Dano moral	Multa do art. 523	Total	Classes
Leny Francisco Maranhão	573.750,19	470.888,63	122.483,90	1.167.122,72	I e III
Luiz Alberto Maranhão de Jesus	—	129.365,01	15.168,05	144.533,06	III
TOTAL DO PLEITO 030	**573.750,19**	**600.253,64**	**137.651,95**	**1.311.655,78**	

Pleito	Titular	Classe I	Classe III	Total
030	Leny Francisco Maranhão e Luiz Alberto Maranhão de Jesus	573.750,19	737.905,59	1.311.655,78
031	Mario Gomes Filho	340.167,61	—	340.167,61
TOTAL		**913.917,80**	**737.905,59**	**1.651.823,39**

Parcelas não computadas

Rubrica	Valor
Capital garantidor do artigo 475-Q do Código de Processo Civil, técnica de garantia das prestações futuras	433.066,00

V - EXTRATO DA CORREÇÃO E DOS JUROS, MÊS A MÊS

A parcela de cada competência toma o fator e o percentual de juros da sua própria linha. O índice de cada mês é derivado dos fatores oficiais da tabela da Corregedoria, e não de cadeia reconstruída

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
abril de 2014	724,00	—	1,9258430495	131,1140%
maio de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	130,0817%
junho de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	129,1140%
julho de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	128,0817%
agosto de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	127,0817%
setembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	126,1140%
outubro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	125,0817%
novembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	124,1140%
dezembro de 2014	724,00	0,0000%	1,9258430495	123,0817%
janeiro de 2015	788,00	6,4617%	1,8089531325	122,0817%
fevereiro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	121,1785%
março de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	120,0817%
abril de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	119,1140%
maio de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	118,0817%
junho de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	117,1140%
julho de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	116,0817%
agosto de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	115,0817%
setembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	114,1140%
outubro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	113,0817%
novembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	112,1140%
dezembro de 2015	788,00	0,0000%	1,8089531325	111,0817%
janeiro de 2016	880,00	10,7084%	1,6339806149	110,0817%
fevereiro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	109,1462%
março de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	108,0817%
abril de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	107,1140%
maio de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	106,0817%
junho de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	105,1140%
julho de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	104,0817%
agosto de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	103,0817%
setembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	102,1140%
outubro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	101,0817%
novembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	100,1140%
dezembro de 2016	880,00	0,0000%	1,6339806149	99,0817%
janeiro de 2017	937,00	6,5816%	1,5330791587	98,0817%
fevereiro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	97,1785%
março de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	96,0817%
abril de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	95,1140%
maio de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	94,0817%
junho de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	93,1140%
julho de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	92,0817%
agosto de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	91,0817%
setembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	90,1140%
outubro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	89,0817%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
novembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	88,1140%
dezembro de 2017	937,00	0,0000%	1,5330791587	87,0817%
janeiro de 2018	954,00	2,9376%	1,4893287592	86,0817%
fevereiro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	85,1785%
março de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	84,0817%
abril de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	83,1140%
maio de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	82,0817%
junho de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	81,1140%
julho de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	80,0817%
agosto de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	79,0817%
setembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	78,1140%
outubro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	77,0817%
novembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	76,1140%
dezembro de 2018	954,00	0,0000%	1,4893287592	75,0817%
janeiro de 2019	998,00	3,8617%	1,4339539914	74,0817%
fevereiro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	73,1785%
março de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	72,0817%
abril de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	71,1140%
maio de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	70,0817%
junho de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	69,1140%
julho de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	68,0817%
agosto de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	67,0817%
setembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	66,1140%
outubro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	65,0817%
novembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	64,1140%
dezembro de 2019	998,00	0,0000%	1,4339539914	63,0817%
janeiro de 2020	1.039,00	3,9139%	1,3799437412	62,0817%
fevereiro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	61,1462%
março de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	60,0817%
abril de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	59,1140%
maio de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	58,0817%
junho de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	57,1140%
julho de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	56,0817%
agosto de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	55,0817%
setembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	54,1140%
outubro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	53,0817%
novembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	52,1140%
dezembro de 2020	1.045,00	0,0000%	1,3799437412	51,0817%
janeiro de 2021	1.100,00	4,2278%	1,3239683696	50,0817%
fevereiro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	49,1785%
março de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	48,0817%
abril de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	47,1140%
maio de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	46,0817%
junho de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	45,1140%
julho de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	44,0817%
agosto de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	43,0817%
setembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	42,1140%
outubro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	41,0817%
novembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	40,1140%

Competência	Salário mínimo	Índice do mês	Fator até a data-base	Juros até a data-base
dezembro de 2021	1.100,00	0,0000%	1,3239683696	39,0817%
janeiro de 2022	1.212,00	10,4229%	1,1989979225	38,0817%
fevereiro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	37,1785%
março de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	36,0817%
abril de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	35,1140%
maio de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	34,0817%
junho de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	33,1140%
julho de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	32,0817%
agosto de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	31,0817%
setembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	30,1140%
outubro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	29,0817%
novembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	28,1140%
dezembro de 2022	1.212,00	0,0000%	1,1989979225	27,0817%
janeiro de 2023	1.302,00	5,9000%	1,1321978352	26,0817%
fevereiro de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	25,1785%
março de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	24,0817%
abril de 2023	1.302,00	0,0000%	1,1321978352	23,1140%
maio de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	22,0817%
junho de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	21,1140%
julho de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	20,0817%
agosto de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	19,0817%
setembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	18,1140%
outubro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	17,0817%
novembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	16,1140%
dezembro de 2023	1.320,00	0,0000%	1,1321978352	15,0817%
janeiro de 2024	1.412,00	4,7174%	1,0811936600	14,0817%
fevereiro de 2024	1.412,00	0,3108%	1,0778441800	13,1462%
março de 2024	1.412,00	0,7800%	1,0695022800	12,0817%
abril de 2024	1.412,00	0,3597%	1,0656688500	11,1140%
maio de 2024	1.412,00	0,2085%	1,0634511200	10,0817%
junho de 2024	1.412,00	0,4401%	1,0587917900	9,1140%
julho de 2024	1.412,00	0,3907%	1,0546717100	8,0817%
agosto de 2024	1.412,00	0,3010%	1,0515068400	7,1462%
setembro de 2024	1.412,00	0,1886%	1,0495271900	6,4700%
outubro de 2024	1.412,00	0,1305%	1,0481593100	5,7658%
novembro de 2024	1.412,00	0,5406%	1,0425238000	5,3799%
dezembro de 2024	1.412,00	0,6205%	1,0360944500	5,2080%
janeiro de 2025	1.518,00	0,3400%	1,0325833000	4,6185%
fevereiro de 2025	1.518,00	0,1095%	1,0314543400	3,7163%
março de 2025	1.518,00	1,2300%	1,0189216100	3,7163%
abril de 2025	1.518,00	0,6397%	1,0124447900	3,3943%
maio de 2025	1.518,00	0,4293%	1,0081172200	2,7711%
junho de 2025	1.518,00	0,3596%	1,0045047800	1,9952%
julho de 2025	1.518,00	0,2600%	1,0018993500	1,1603%
agosto de 2025	1.518,00	0,3309%	0,9985954500	0,2177%
setembro de 2025	1.518,00	-0,1405%	1,0000000000	0,0000%

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 030	1.202.953,61	1.245.088,30
Pleito 031	921.946,62	347.771,92

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	032
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	Mario Gomes Filho, advogado
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Em causa própria
Origem do crédito	Honorários sucumbenciais de 10%, majorados a 12% no acórdão, sobre o valor da causa (R$ 285.034,02 em 29/01/2013) do proc. 0004924-50.2013.8.19.0210, ação ajuizada e perdida pela própria Breda — ATENÇÃO: petição avulsa do credor menciona 0004824-50.2013.8.19.0210; conferir o número correto

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	— (crédito não constava)	R$ 125.193,95 (12% sobre base de R$ 461.418,52, com juros embutidos no valor da causa)	R$ 99.760,61 (= 12% sobre o valor da causa corrigido do ajuizamento até o trânsito em julgado, R$ 69.722,83 na data-base, mais juros de 43,0817% de 31/08/2021 a 05/09/2025, R$ 30.037,78)
Data-base da atualização	—	—	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante requer a inclusão de R$ 125.193,95, correspondentes aos honorários sucumbenciais de 10%, majorados a 12% em grau recursal, incidentes sobre o valor da causa da ação que a própria Recuperanda ajuizou e perdeu. Para compor a base, acresceu correção e juros ao valor da causa, elevando-o a R$ 461.418,52.

A Recuperanda confirmou a verba e o percentual, mas corrigiu a base: o valor da causa, R$ 285.034,02 em 29/01/2013, corrigido monetariamente até 05/09/2025, resulta em R$ 581.047,27, sobre o qual os 12% perfazem R$ 69.725,67.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito corresponde aos honorários sucumbenciais impostos à Recuperanda, autora vencida na demanda de origem, fixados em 10% sobre o valor da causa e majorados a 12% pelo acórdão de fls. 590. A verba é direito autônomo do advogado, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil e do art. 23 da Lei nº 8.906/94, e não foi arrolada na relação de credores.

Anota-se, para saneamento, a divergência de numeração entre a petição avulsa do credor e os demais documentos quanto ao processo de origem, a ser confirmada na consolidação. A instrução atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Administração Judicial conferiu a inicial da demanda de origem, a sentença, o acórdão e as planilhas, apurando os critérios de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

Nenhuma das duas contas apresentadas se sustenta, e a razão é a mesma: ambas tratam correção monetária e juros de mora como se incidissem no mesmo período, quando os seus marcos iniciais são distintos.

A conta do credor não se sustenta porque acresce juros ao valor da causa para compor a base dos honorários, elevando-a a R$ 461.418,52. O valor da causa é montante histórico, que se atualiza monetariamente; juros de mora não integram a base sobre a qual o percentual incide, e sim a verba já apurada, e somente a partir do momento em que ela se torna exigível.

A conta da Recuperanda não se sustenta porque faz o oposto: corrige o valor da causa até 05/09/2025, aplica os 12% e para aí, sem computar juros de mora em nenhum período. A verba, porém, tornou-se exigível com o trânsito em julgado, e desde então a Recuperanda está em mora.

O critério correto separa os dois momentos. A correção monetária incide sobre o valor da causa desde o respectivo ajuizamento; os juros de mora, sobre a verba honorária, a partir do trânsito em julgado da decisão que a fixou, e incidem independentemente de previsão expressa na sentença, na forma da Súmula 254 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual os juros moratórios se incluem na liquidação ainda que omisso o pedido inicial ou a condenação.

É o que assentou o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro[2], em proposição de que se colhe o essencial: a correção monetária incide no cálculo dos honorários advocatícios fixados sobre o valor da causa a partir do respectivo

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[2] (TJRJ, Agravo de Instrumento nº 0006823-92.2017.8.19.0000, Relator Desembargador Gabriel de Oliveira Zefiro, 13ª Câmara Cível, julgado em 29/03/2017, DJe de 31/03/2017)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

ajuizamento, e os juros moratórios a partir do trânsito em julgado da sentença que os fixou.

A orientação se repetiu nove anos depois, em Câmara[3] diversa, o que afasta a hipótese de coincidência e revela estabilidade: o percentual de honorários de sucumbência deve incidir sobre o valor da causa, o qual sofrerá correção monetária desde a data da distribuição, com incidência de juros de mora apenas a partir do trânsito em julgado.

No mesmo sentido, e com o refinamento que interessa ao cálculo, o Superior Tribunal de Justiça assentou que os juros de mora sobre os honorários sucumbenciais incidem desde a sua exigibilidade, isto é, a partir do trânsito em julgado; que os honorários fixados com fundamento no art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil incidem sobre o valor da causa atualizado; que, nas condenações posteriores à vigência do Código Civil de 2002, os juros de mora devem observar a taxa SELIC, vedada a sua cumulação com índice de correção monetária; e que, compatibilizadas essas diretrizes, o percentual incide sobre o valor atualizado da causa à data do trânsito em julgado, a partir da qual se aplica apenas a taxa SELIC (STJ, EDcl no AgInt no REsp nº 1.960.431/DF, Relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 12/12/2022, DJe de 14/12/2022, itens 3 a 6).

Aplicado esse critério, e certificado o trânsito em julgado em 31/08/2021, a Administração Judicial apurou o crédito em memória própria, em três passos. O valor da causa de R$ 285.034,02, corrigido do ajuizamento, em 29/01/2013, até o trânsito em julgado, alcança R$ 438.850,06. Os 12% do acórdão sobre essa base perfazem a verba honorária de R$ 52.662,01 em 31/08/2021. Do trânsito à data-base, a verba corrigida chega a R$ 69.722,83 e os juros de mora somam R$ 30.037,78, do que resulta o crédito de R$ 99.760,61.

Os critérios são os uniformes desta verificação. A correção monetária corre pela tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça deste Estado, que observa a UFIR-RJ até 29 de agosto de 2024 e o IPCA a partir de 30 de agosto de 2024, na forma da Lei nº 14.905/2024, no fator de 2,0384359678 de janeiro de 2013 à data-base.

[3] (TJRJ, Apelação nº 0017056-06.2017.8.19.0209, Relator Desembargador Celso Silva Filho, 22ª Câmara de Direito Privado, julgado em 04/02/2026, DJe de 11/02/2026, item 8 da ementa)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Os juros de mora correm a 1% ao mês, de forma simples, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, até 29 de agosto de 2024, e pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30 de agosto de 2024, somando 43,0817% do trânsito em julgado à data-base.

A remissão que o precedente faz à taxa SELIC não conduz a resultado diverso no período posterior a 30 de agosto de 2024, porque a taxa legal do artigo 406 do Código Civil é a própria SELIC deduzido o IPCA, e a soma de um com o outro reproduz a SELIC, sem cumulação. No período anterior aplica-se o critério uniforme desta verificação, o mesmo conferido aos demais créditos civis deste quadro.

Corrigir em duas etapas dá o mesmo que corrigir de uma vez. A verba na data-base, de R$ 69.722,83, equivale a 12% do valor da causa corrigido diretamente de janeiro de 2013 até 5 de setembro de 2025, de R$ 581.023,60.

É esse o valor que se reconhece, na forma do art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, superadas ambas as contas apresentadas — a do credor, por excesso, e a da devedora, por defeito.

(c) Classificação.

Os honorários sucumbenciais constituem direito autônomo do advogado e ostentam natureza alimentar, nos termos dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, recebendo, para fins concursais, o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, o que os classifica na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[4]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS). A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador da verba é a sucumbência da Recuperanda na demanda que ela própria ajuizou, com trânsito em julgado anterior ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação formulada por Mario Gomes Filho, para reconhecer o crédito de honorários sucumbenciais no valor de R$ 99.760,61, com data-base em 05/09/2025, na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, apurado sobre o valor da causa corrigido do ajuizamento até o trânsito em julgado,

[4] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

certificado em 31/08/2021, com incidência dos 12% fixados no acórdão de fls. 590 e, a partir daquele marco, da correção monetária e dos juros de mora na forma da alínea (b).

Não prevalecem nem a conta do habilitante, que embutiu juros na base de cálculo, nem a da Recuperanda, que omitiu os juros de mora devidos desde a exigibilidade.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 99.760,61
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação, no valor de R$ 99.760,61, na Classe I; (ii) juntada da memória de cálculo própria desta Administração Judicial ao dossiê da verificação; (iii) confirmar o número do processo de origem (0004924 × 0004824) na consolidação; e (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (vi) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE** a

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

habilitação de crédito apresentada por Mario Gomes Filho, advogado, para reconhecer o crédito no valor de R$ 99.760,61 (noventa e nove mil, setecentos e sessenta reais e sessenta e um centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 032	Mario Gomes Filho, advogado, honorários sucumbenciais
Título	Processo 0004924-50.2013.8.19.0210, 3ª Vara Cível da Regional de Campo Grande, ação ajuizada e perdida pela própria Recuperanda
Valor da causa	R$ 285.034,02, em 29 de janeiro de 2013, base sobre a qual o percentual incide
Trânsito em julgado	31 de agosto de 2021, termo inicial dos juros de mora
Classe	I, honorários advocatícios de natureza alimentar, artigos 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, e artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença de 21 de janeiro de 2019, do Juiz Sergio Roberto Emilio Louzada, julgou improcedente o rol de pedidos da inicial e condenou a parte autora, a própria Recuperanda, em honorários de dez por cento sobre o valor da causa.

O v. acórdão de 3 de março de 2020, da 22ª Câmara Cível, Desembargador Carlos Santos de Oliveira, negou provimento ao recurso por unanimidade e arbitrou dois por cento adicionais de sucumbência recursal, do que resulta o percentual total de doze por cento. O trânsito em julgado foi certificado em 31 de agosto de 2021.

Os momentos da apuração, e por que são dois

Verba	Marco inicial	Fundamento
Correção monetária do valor da causa	Ajuizamento, 29/01/2013	O valor da causa é montante histórico, e é ele que se atualiza monetariamente. O percentual incide sobre o valor atualizado da causa
Juros de mora sobre a verba honorária	Trânsito em julgado, 31/08/2021	A verba se torna exigível com o trânsito, e desde então corre a mora. Incidem ainda que omissa a sentença, na forma da Súmula 254 do Supremo Tribunal Federal
A base do percentual	—	Os juros de mora não integram a base sobre a qual o percentual incide, e sim a verba já apurada. Valores em reais

Critérios de atualização

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ. Fator de 2,0384359678 de janeiro de 2013 à data-base
Juros de mora	1% ao mês, simples, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, a partir de 30/08/2024. Somam 43,0817%

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Verba honorária de 12% sobre o valor da causa corrigido	I	69.722,83
Juros de mora do trânsito em julgado	I	30.037,78
TOTAL	**I**	**99.760,61**

I - APURAÇÃO EM TRÊS PASSOS

Passo	Operação	Fator ou percentual	Resultado
1	Valor da causa de R$ 285.034,02, corrigido de 29/01/2013 até o trânsito em julgado	1,53964099	438.850,06
2	Os 12% do acórdão sobre essa base, do que resulta a verba honorária apurada em 31/08/2021	12,00%	52.662,01
3a	A verba corrigida do trânsito à data-base	1,32396837	69.722,83
3b	Juros de mora sobre a verba, do trânsito à data-base	43,0817%	30.037,78
	TOTAL EM 05/09/2025		**99.760,61**

Corrigir em duas etapas dá o mesmo que corrigir de uma vez: a verba na data-base, de R$ 69.722,83, equivale a doze por cento do valor da causa corrigido diretamente de janeiro de 2013 à data-base, de R$ 581.023,60.

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — OS JUROS DE MORA

Composição do percentual, do trânsito em julgado à data-base

Período	Critério	Percentual
De 31/08/2021 a 29/08/2024	1% ao mês, simples, em 35,9355 meses de calendário completos, com pro rata die na fração	35,9355%
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA	7,1462%
JUROS TOTAIS		**43,0817%**

A taxa legal, mês a mês

Competência	Taxa do mês	Proporção	Acumulado	Juros do período
setembro de 2024	0,6762%	mês cheio	0,6762%	471,48
outubro de 2024	0,7042%	mês cheio	1,3805%	962,50
novembro de 2024	0,3859%	mês cheio	1,7663%	1.231,54
dezembro de 2024	0,1719%	mês cheio	1,9383%	1.351,41
janeiro de 2025	0,5894%	mês cheio	2,5277%	1.762,38
fevereiro de 2025	0,9022%	mês cheio	3,4299%	2.391,42
março de 2025	0,0000%	mês cheio	3,4299%	2.391,42
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	3,7519%	2.615,91
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	4,3751%	3.050,42
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	5,1511%	3.591,46
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	5,9859%	4.173,56
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	6,9286%	4.830,78
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	7,1462%	4.982,55
ACUMULADO			**7,1462%**	**4.982,55**

III - CONFRONTO COM A APURAÇÃO ANTERIOR

Rubrica	Apuração anterior	Esta apuração
Valor da causa	285.034,02	285.034,02
Fator de correção à data-base	2,038519	2,0384359678
Valor da causa corrigido	581.047,27	581.023,60
Percentual dos juros de mora	48,1667%	43,0817%
Verba honorária de 12%		69.722,83
Juros de mora		30.037,78
TOTAL	**103.310,20**	**99.760,61**
DIFERENÇA		**-3.549,59**

A apuração anterior aplicou os doze por cento sobre a soma do corrigido com os juros. Isso não altera o resultado: como o percentual é linear, doze por cento da soma equivale a doze por cento do corrigido acrescido do mesmo percentual de juros, e as duas contas dão R$ 103.310,23. A divergência está apenas na taxa.

A taxa, que é onde está a diferença

Critério	Percentual
Apuração anterior: 1445 dias divididos por 360 e multiplicados por 12% ao ano, do trânsito à data-base	48,1667%
Esta apuração: 1% ao mês por mês de calendário completo até 29/08/2024, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil depois	43,0817%
Diferença	**5,0850 pontos**

As posições das partes e da Administração Judicial

Origem	Base do percentual	Juros	Valor em 05/09/2025
Habilitante	valor da causa com juros embutidos, R$ 461.418,52	embutidos na base	125.193,95
Recuperanda	valor da causa corrigido à data-base	nenhum	69.725,67
Decisão administrativa	valor da causa corrigido à data-base	48,1667%	103.310,20
ESTA APURAÇÃO	**valor da causa corrigido à data-base**	**43,0817%**	**99.760,61**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 032	125.193,95	69.725,67

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	033 — PRÉVIA (minuta não assinada, 20/08/2026)
Data do protocolo	22/07/2026
Nome / Razão social do credor	Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	[conferir — procuração nos autos]

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Origem do crédito	Contrato de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento (12/02/2014, original R$ 428.040,00), inadimplido, com execução de título extrajudicial nº 0039060-39.2014.8.19.0210, na qual a Breda, citada, não opôs embargos
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	— (crédito não constava)	R$ 2.638.997,00 (principal + juros 1% a.m. + correção + multa não compensatória de 20% + custas adiantadas)	R$ 2.638.997,00
Data-base da atualização	—	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

A credora requer a habilitação de R$ 2.638.997,00, decorrentes do Contrato de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento firmado com a Recuperanda em 2014, inadimplido, com principal, juros, correção pelos índices do TJRJ, multa não compensatória de 20% e custas adiantadas na execução, tudo atualizado até 05/09/2025.

A Recuperanda analisou a memória discriminada, confirmou a atualização e não se opôs à habilitação integral.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de título executivo extrajudicial, o Contrato de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento de 12/02/2014, no valor original de R$ 428.040,00, cujo inadimplemento acarretou o vencimento antecipado e o ajuizamento da execução nº 0039060-39.2014.8.19.0210, na qual a Recuperanda, citada, não opôs embargos nem impugnação, tornando incontroversa a dívida.

A instrução atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, com o contrato, a execução e a memória discriminada, e a Administração Judicial conferiu a

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

documentação, apurando os valores de forma técnica e fundamentada, ressalvada a conferência aritmética final dada a materialidade do montante.[1]

(b) Valor e data-base.

A memória discriminada apura R$ 2.638.997,00, mediante atualização do principal pelos índices do TJRJ, juros moratórios contratuais, multa não compensatória de 20% e custas processuais adiantadas, tudo até 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

A Recuperanda conferiu e anuiu expressamente. Dada a expressão econômica do crédito, a maior inclusão nova desta rodada, a Administração Judicial procederá à conferência aritmética de praxe da memória antes da consolidação da nova relação, sem que haja, contudo, controvérsia entre as partes.[2]

(c) Classificação.

Crédito cível contratual, sem preferência legal, Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005. Os honorários advocatícios relacionados ao mesmo contrato são objeto de habilitação autônoma apresentada pelo escritório patrocinador, sem sobreposição com o presente crédito.[3]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[2] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

[3] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[4]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS). A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial. Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito é a celebração do contrato de confissão de dívida em 12/02/2014 e o seu inadimplemento, com vencimento antecipado das parcelas, muito anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE** a habilitação formulada por Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., para reconhecer o crédito no valor de R$ 2.638.997,00, com data-base em 05/09/2025, classificado na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, condicionada a consolidação à conferência aritmética de praxe da memória de cálculo, dada a materialidade do valor.

[4] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 2.638.997,00
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Conferência aritmética da memória pela AJ (materialidade — maior inclusão nova da rodada); (ii) conferência visual do contrato escaneado; (iii) inclusão na próxima relação; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.[5]

[5] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE** a habilitação de crédito apresentada por Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., para reconhecer o crédito no valor de R$ 2.638.997,00, a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.[6]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[6] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 026	Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.
Pleito 033	Antonio Fernandes Advogados (honorários)
Título	0039060-39.2014.8.19.0210, Comarca de São Gonçalo
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

Não há sentença condenatória: é execução de título extrajudicial, contrato de confissão de dívida firmado pela própria Breda, distribuída em 06/10/2014. O mandado de execução 1696/2014 fixou honorários de 10% sobre o valor do débito.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, contados por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. A correção incide sobre o todo, e os juros posteriores apenas sobre o principal corrigido, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Taxa legal acumulada	7,1462% de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de 5 dias. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Crédito da titular	III	2.638.997,00
Verbas honorárias da sociedade de advogados	I	694.680,47
TOTAL		**3.333.677,47**

I - ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO DO JUÍZO À DATA-BASE

Planilha de débito da credora, atualizada até 5 de setembro de 2025, por critérios contratuais

Rubrica	Valor em 05/09/2025	Fator	Valor em 05/09/2025
Principal	919.384,97	1,0000000000	919.384,97
Juros de mora já vencidos	1.251.491,61	1,0000000000	1.251.491,61
Juros de 0,0000% do período novo, sobre o principal corrigido	—	—	0,00
SUBTOTAL	**2.170.876,58**		**2.170.876,58**

Verbas honorárias, na composição da planilha

Rubrica	Valor em 05/09/2025
Honorários contratuais, 20% sobre o principal com juros	434.175,31
Honorários sucumbenciais, 10% sobre o Subtotal 2	260.505,16
SUBTOTAL	**694.680,47**

II - CONSOLIDAÇÃO POR PLEITO E POR CLASSE

Titular	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito da titular	III	2.638.997,00
Verbas honorárias da sociedade de advogados	I	694.680,47
TOTAL		**3.333.677,47**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 026	781.515,48	694.680,47
Pleito 033	2.638.997,00	2.638.997,00

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	034
Data do protocolo	[conferir]
Nome / Razão social do credor	Cláudio de Oliveira Silva
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	[conferir]
Origem do crédito	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda —

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	REEF da Transportes Amigos Unidos S/A), RT 0101113-24.2017.5.01.0462
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 181.274,44	R$ 305.837,36 (memória unilateral até 23/02/2026, com INSS, IRPF, custas e honorários do patrono)	R$ 239.233,24 (= líquido da folha do Juízo de 28/02/2023 atualizado à data-base)
Data-base da atualização	05/09/2025	23/02/2026	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor apresentou divergência para majorar o crédito listado de R$ 181.274,44 para R$ 305.837,36, com base em memória de cálculo unilateral.

A Recuperanda respondeu pela rejeição, por dois fundamentos: a memória atualiza o crédito até 23/02/2026, além do limite legal, e contempla verbas de titularidade de terceiros, contribuição previdenciária e imposto de renda devidos à União, custas devidas à Fazenda e honorários do patrono.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista decorre da reclamação nº 0101113-24.2017.5.01.0462, com responsabilidade solidária da Recuperanda vinculada ao regime especial de execução da Transportes Amigos Unidos S/A, e já consta da relação de credores.

A instrução da divergência limita-se a memória unilateral, sem certidão ou homologação que confira ao montante pretendido o atributo de liquidez. A Administração Judicial conferiu a documentação e os fundamentos das partes, apurando os critérios de forma técnica e fundamentada.

A folha do Juízo é o cálculo 263682, do qual há três atualizações sucessivas nos autos, todas liquidadas por servidores nomeados da Vara — a planilha de 9 de dezembro de 2019 e as atualizações de 22 de setembro de 2021 e de 28 de fevereiro de 2023. É esta última que serve de base à apuração, e nela o pagamento de 9

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

de dezembro de 2019, de R$ 24.729,43, já está abatido, imputado em R$ 19.261,62 ao principal e R$ 5.467,81 aos juros.

Aquela folha apura o bruto de R$ 190.309,01 e, deduzidas a contribuição previdenciária do empregado, R$ 8.243,68, e o imposto de renda retido na fonte, R$ 790,89, o líquido devido ao reclamante de R$ 181.274,44, que é exatamente a cifra listada. As verbas do principal não estão discriminadas, e a própria folha diz por quê, ao consignar que não há demonstrativo de verbas e trazer uma linha única, rotulada atualização dos cálculos, de R$ 130.944,91.

(b) Valor e data-base.

A memória do credor padece de dois vícios. Primeiro, atualiza o crédito até 23/02/2026, quando o art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 limita a atualização a 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial. Segundo, e principalmente, o montante pretendido não é um crédito só, nem é todo do trabalhador.

A própria planilha de atualização apresentada, elaborada em sistema oficial da Justiça do Trabalho, discrimina o total pretendido por credor, e a leitura desse quadro resolve a questão.

Dos R$ 305.837,36, cabem ao reclamante R$ 266.899,53 a título de líquido devido; à União, R$ 26.013,55 de contribuição social sobre os salários devidos e R$ 980,07 de imposto de renda retido para o erário; ao patrono do reclamante, R$ 7.662,34 de honorários advocatícios líquidos; e à Fazenda Pública, R$ 4.281,87 de custas judiciais devidas pelo reclamado. A soma dessas rubricas reproduz exatamente o total pretendido.

As parcelas de natureza previdenciária e fiscal não constituem crédito do trabalhador e não se sujeitam à recuperação judicial. A contribuição social decorrente da sentença trabalhista é executada de ofício pela própria Justiça do Trabalho, na forma do art. 114, VIII, da Constituição da República e do art. 876, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho; o imposto de renda é retido na fonte e recolhido ao erário no momento do pagamento; e as custas pertencem à Fazenda Pública.

É esse o alcance que o Supremo Tribunal Federal atribuiu à competência da Justiça do Trabalho: nos termos da Súmula Vinculante nº 53, os arts. 114, VIII, da Constituição, e 876, parágrafo único, da CLT, autorizam-na a executar, de ofício, as

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação, exatamente a hipótese destes autos.[1]

Nenhuma delas é oponível à Recuperanda nesta verificação, nem poderia ser habilitada pelo reclamante em nome próprio, art. 18 do Código de Processo Civil: seguem diretamente na execução trabalhista, perante o juízo competente, sem trânsito pelo quadro-geral de credores.

Os honorários advocatícios, por sua vez, são crédito concursal, mas de titular diverso. Constituem direito autônomo do advogado, na forma dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, e por isso não integram o crédito do reclamante, devendo figurar no quadro em lançamento apartado, em nome do profissional.

A data-base do valor listado foi confirmada, e ele está defasado. Os R$ 181.274,44 são o líquido da folha do Juízo em 28 de fevereiro de 2023, e não a cifra na data-base. Procede-se, por isso, à atualização por esta Administração Judicial, no cumprimento do seu *munus* público, na forma do art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, porque a rejeição do método do credor não autoriza a manutenção de crédito desatualizado.

Não se refaz o que o Juízo liquidou. A folha vale para o período que cobriu, e a atualização corre dali em diante, pelos critérios uniformes desta verificação.

De 28 de fevereiro de 2023 a 29 de agosto de 2024 aplica-se a taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal, que na fase judicial engloba a correção monetária e os juros de mora, sem cumulação, e se acumula pela soma aritmética das taxas mensais, sem capitalização. São 17,1600%, que levam o líquido a R$ 212.381,13. De 30 de agosto de 2024 a 5 de setembro de 2025, a correção corre pelo IPCA, de 5,1305%, elevando-o a R$ 223.277,35, e os juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024, de 7,1462%, somam R$ 15.955,89.

Reconhece-se, assim, o crédito de R$ 239.233,24, com data-base em 5 de setembro de 2025, em lugar dos R$ 181.274,44 listados, diferença de R$ 57.958,80 em favor do credor, que é a atualização que faltava. A apuração está demonstrada mês a mês no discriminativo de cálculos que integra a documentação deste pleito.

[1] Súmula Vinculante nº 53, STF: a competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança apenas a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, preservado o destaque de crédito não originário Breda, cujo condicionamento de pagamento, Cláusula 4.2.1.7 do Plano, é matéria de execução do plano.[2]

Os honorários advocatícios recebem a mesma classe, mas em lançamento próprio. Por ostentarem natureza alimentar, nos termos dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, recebem o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.

O destaque tem amparo direto na Súmula Vinculante nº 47 do Supremo Tribunal Federal: os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar autônoma, o que legitima o seu lançamento apartado no quadro-geral de credores.[3]

Verificou-se que o patrono do reclamante não apresentou habilitação em nome próprio nesta fase. A Administração Judicial, por isso, determina a inclusão, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, do seu crédito, desmembrado do principal.

A providência é necessária: excluída a verba do crédito do trabalhador, como se impõe, a sua não inclusão em nome do titular faria desaparecer do passivo obrigação que a Recuperanda efetivamente deve, em prejuízo de profissional que não participou desta divergência e que, por não ter habilitado, poderia ver-se depois sob alegação de intempestividade.

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, com legitimidade autônoma na forma do art. 19 e sem limitação aos pedidos formulados, por se tratar de matéria de ordem pública, art. 15, II, da mesma lei.

---

[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[3] Súmula Vinculante nº 47, STF: os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A verba é de Antonia de Maria Farias Ranhada, patrona da causa, a quem a folha do Juízo nomeia, e será incluída na Classe I, em seu nome, no valor de R$ 14.221,90 em 5 de setembro de 2025. Ela corresponde aos 5% sobre o bruto que aquela folha apura, R$ 10.776,37 em 28 de fevereiro de 2023, atualizados pelos mesmos critérios do crédito principal. Fica afastada a cifra de R$ 7.662,34 indicada na planilha do credor, porque atualizada até 23/02/2026, além do limite legal.

Registra-se, quanto à qualificação, que a petição de habilitação é assinada por advogada diversa da patrona da causa, e requer a expedição do mandado de pagamento do crédito do reclamante em nome e conta dela. A verba honorária ora reconhecida é da patrona nomeada na folha do Juízo, e o pagamento do crédito do reclamante há de observar a titularidade e os poderes constantes dos autos.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[4]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco

[4] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito trabalhista é a prestação do trabalho e a condenação solidária reconhecida na reclamação de origem, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação consta R$ 181.274,44, na Classe I. O credor pretende R$ 305.837,36. Reconhece-se, quanto ao crédito do reclamante, R$ 239.233,24, com data-base em 05/09/2025, e determina-se a inclusão apartada da verba honorária de R$ 14.221,90 em nome da patrona, em observância ao art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. As parcelas previdenciária e fiscal não ingressam no quadro.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Cláudio de Oliveira Silva, para retificar o crédito ao valor de R$ 239.233,24, com data-base em 05/09/2025, na Classe I, de natureza concursal, com o destaque de crédito não originário Breda, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005. Afastam-se o método e a data-base da memória do credor, bem como as verbas de titularidade de terceiros.

Consigna-se que as parcelas de contribuição social, R$ 26.013,55, de imposto de renda retido, R$ 980,07, e de custas judiciais, R$ 4.281,87, não constituem crédito do reclamante nem se sujeitam à recuperação judicial, seguindo diretamente na execução trabalhista, cobradas de ofício pelo juízo competente, na forma da alínea (b).

Determina-se, no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, a inclusão em lançamento apartado, em nome da patrona da causa, do crédito de honorários advocatícios de R$ 14.221,90 na Classe I, de natureza concursal, com data-base em 05/09/2025, desmembrado do principal, na forma da alínea (c).

VI — DISPOSITIVO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 239.233,24
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, para R$ 239.233,24, na Classe I, com data-base em 05/09/2025; (ii) inclusão, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome de Antonia de Maria Farias Ranhada, patrona da causa, do crédito de R$ 14.221,90 na Classe I; (iii) intimar a patrona da inclusão

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	determinada no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, para ciência e conferência de dados cadastrais; (iv) observar, no pagamento do crédito do reclamante, a titularidade e os poderes constantes dos autos, diante do requerimento de mandado em nome de advogada diversa; (v) manutenção do destaque "NÃO originário Breda"; (vi) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (vii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a divergência de crédito apresentada por Cláudio de Oliveira Silva, para reconhecer o crédito no valor de R$ 239.233,24 (duzentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base em 05/09/2025, determinando-se ainda, no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, a inclusão apartada do crédito de R$ 14.221,90 (quatorze mil, duzentos e vinte e um reais e noventa centavos) na Classe I, em nome de Antonia de Maria Farias Ranhada, patrona da causa, a título de honorários advocatícios.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 034	Cláudio de Oliveira Silva, motorista
Título	Reclamação trabalhista 0101113-24.2017.5.01.0462, 2ª Vara do Trabalho de Itaguaí, TRT da 1ª Região, autuada em 28 de julho de 2017
Reclamados	Expresso Mangaratiba Ltda. e outras oito sociedades do grupo, entre elas a Breda: crédito não originário da Recuperanda
Vínculo	Admitido em 23 de março de 2015 e dispensado sem justa causa em 22 de junho de 2017
Ajuizamento	28 de julho de 2017, termo inicial dos juros de mora, na forma do artigo 39 da Lei 8.177/91
Classe	I, crédito derivado da legislação do trabalho, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

O cálculo do Juízo é o 263682, e há três folhas sucessivas dele nos autos: a planilha de 9 de dezembro de 2019 e as atualizações de 22 de setembro de 2021 e de 28 de fevereiro de 2023, todas liquidadas por servidores nomeados da Vara. A última é a base desta apuração. A própria folha declara os critérios: correção pela Tabela JT Diária, acumulada do mês subsequente ao vencimento, na forma da Súmula 381 do Tribunal Superior do Trabalho, e juros simples de 1% ao mês, pro rata die, contados do ajuizamento.

Critérios da atualização à data-base

Período	Critério
Até 28/02/2023	O que o Juízo liquidou. Nada se refaz: é cálculo do Juízo, liquidado por servidor da Vara, e nele o pagamento de 9 de dezembro de 2019 já está abatido
De 28/02/2023 a 29/08/2024	Taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal e do Tema 1368 do Superior Tribunal de Justiça: na fase judicial ela engloba correção monetária e juros de mora, sem cumulação, e acumula por SOMA SIMPLES, vedada a capitalização
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Correção pelo IPCA e juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA
Fonte	Banco Central do Brasil, série SGS 4390 para a SELIC. Valores em reais

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito do reclamante, atualizado à data-base	I	239.233,24
TOTAL		**239.233,24**

Os honorários advocatícios de 5%, de titularidade da patrona da causa, montam a R$ 14.221,90 na data-base e são objeto de lançamento próprio, na Classe I.

I - A FOLHA DO JUÍZO — SALDO DEVEDOR EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023

Rubrica	Titular	Valor em 28/02/2023
Principal corrigido, base de R$ 111.683,29 e índice de 1,019771762	reclamante	113.891,47
Juros de mora até 09/12/2019, base de R$ 31.703,65 e mesmo índice	reclamante	32.330,49
Juros de mora de 10/12/2019 a 28/02/2023, base de R$ 113.891,47 e taxa de 38,7097%	reclamante	44.087,05
BRUTO		**190.309,01**
Contribuição previdenciária do empregado	Previdência	-8.243,68
Imposto de renda retido na fonte	União	-790,89
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE		**181.274,44**

As verbas do principal não estão discriminadas na folha, e a razão consta dela: o demonstrativo de verbas consigna que não há, e traz uma única linha, rotulada atualização dos cálculos, de R$ 130.944,91. O principal entrou no sistema como bloco único, sem decomposição por saldo de salário, aviso prévio, férias, décimo terceiro ou multas dos artigos 467 e 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Débitos do reclamado de titular diverso, que não integram este crédito

Rubrica	Titular	Valor em 28/02/2023
Honorários advocatícios de 5% sobre o bruto, de Antonia de Maria Farias Ranhada	patrona	10.776,37
Contribuição previdenciária do empregador	Previdência	18.283,18
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO		**219.368,56**

As custas judiciais de R$ 4.013,63 já foram recolhidas, com diferença de zero na própria folha, e por isso não integram o total.

II - O PAGAMENTO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019, JÁ ABATIDO

Como a folha do Juízo o imputou

Rubrica	Antes do pagamento	Cota do pagamento	Depois do pagamento
Principal	130.944,91	-19.261,62	111.683,29
Juros de mora, à taxa de 28,3871% contados do ajuizamento	37.171,46	-5.467,81	31.703,65
TOTAL	**168.116,37**	**-24.729,43**	**143.386,94**

O alvará de R$ 24.729,43 foi imputado em R$ 19.261,62 ao principal e R$ 5.467,81 aos juros, e é dessas bases reduzidas que parte o saldo devedor de 28 de fevereiro de 2023.

III - MEMÓRIA DE CÁLCULO — A TAXA SELIC DA FASE JUDICIAL

Sobre o líquido de R$ 181.274,44, mês a mês, de fevereiro de 2023 a agosto de 2024

Competência	SELIC do mês	Proporção	Acumulada por soma simples	Líquido ao fim do mês
fevereiro de 2023	0,92%	0 de 28 dias	0,0000%	181.274,44
março de 2023	1,17%	mês cheio	1,1700%	183.395,35
abril de 2023	0,92%	mês cheio	2,0900%	185.063,08
maio de 2023	1,12%	mês cheio	3,2100%	187.093,35
junho de 2023	1,07%	mês cheio	4,2800%	189.032,99
julho de 2023	1,07%	mês cheio	5,3500%	190.972,62
agosto de 2023	1,14%	mês cheio	6,4900%	193.039,15
setembro de 2023	0,97%	mês cheio	7,4600%	194.797,51
outubro de 2023	1,00%	mês cheio	8,4600%	196.610,26
novembro de 2023	0,92%	mês cheio	9,3800%	198.277,98
dezembro de 2023	0,89%	mês cheio	10,2700%	199.891,32
janeiro de 2024	0,97%	mês cheio	11,2400%	201.649,69
fevereiro de 2024	0,80%	mês cheio	12,0400%	203.099,88
março de 2024	0,83%	mês cheio	12,8700%	204.604,46
abril de 2024	0,89%	mês cheio	13,7600%	206.217,80
maio de 2024	0,83%	mês cheio	14,5900%	207.722,38
junho de 2024	0,79%	mês cheio	15,3800%	209.154,45
julho de 2024	0,91%	mês cheio	16,2900%	210.804,05
agosto de 2024	0,87%	mês cheio	17,1600%	212.381,13
ACUMULADO			**17,1600%**	**212.381,13**

IV - MEMÓRIA DE CÁLCULO — IPCA E TAXA LEGAL DA LEI 14.905/2024

Correção pelo IPCA sobre R$ 212.381,13, mês a mês

Competência	IPCA do mês	Fator acumulado	Valor corrigido
setembro de 2024	0,44%	1,00440000	213.315,61
outubro de 2024	0,56%	1,01002464	214.510,17
novembro de 2024	0,39%	1,01396374	215.346,76
dezembro de 2024	0,52%	1,01923635	216.466,57
janeiro de 2025	0,16%	1,02086713	216.812,91
fevereiro de 2025	1,31%	1,03424049	219.653,16
março de 2025	0,56%	1,04003223	220.883,22
abril de 2025	0,43%	1,04450437	221.833,02
maio de 2025	0,26%	1,04722008	222.409,78
junho de 2025	0,24%	1,04973341	222.943,57
julho de 2025	0,26%	1,05246272	223.523,22
agosto de 2025	-0,11%	1,05130501	223.277,35
ACUMULADO	**5,1305%**	**1,05130501**	**223.277,35**

Juros pela taxa legal, que é a SELIC deduzido o IPCA

Rubrica	Percentual	Base	Valor
Taxa legal acumulada de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de cinco dias	7,1462%	223.277,35	15.955,89
TOTAL EM 05/09/2025			**239.233,24**

V - CONSOLIDAÇÃO

Rubrica	Em 28/02/2023	Fim da fase 1	Corrigido	Com juros
Crédito do reclamante, Classe I	181.274,44	212.381,13	223.277,35	239.233,24
Honorários de 5% da patrona, Classe I, em lançamento próprio	10.776,37	12.625,60	13.273,36	14.221,90

Confronto

Origem	Data-base	Valor
Apuração desta Administração Judicial	05/09/2025	239.233,24
Folha que o credor juntou, cálculo 1702, líquido ao reclamante	23/02/2026	266.899,53
Constante da relação de credores e reconhecido pela Recuperanda	28/02/2023	181.274,44

A folha que o credor juntou é o cálculo 1702, e não o 263682 do Juízo. Ela parte de principal base de R$ 130.944,91, que é o valor anterior ao pagamento de 9 de dezembro de 2019, e consigna que não houve eventos no período que ela mesma delimita, de 18 de maio de 2018 a 23 de fevereiro de 2026 — período em que o alvará está contido. Atualiza, ainda, até 23 de fevereiro de 2026, cinco meses e meio além da data-base.

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 034	305.837,36	181.274,44

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	035
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	Edmilson José da Silva
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	JAIR FERREIRA LIMA OAB/RJ 114.065
Origem do crédito	Acordo trabalhista homologado (R$ 8.101,72, cálculos homologados em 08/06/2016), RT 0011785-71.2015.5.01.0036, 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 21.469,56	R$ 13.791,25 (SELIC/ADC 58, SEM memória de cálculo)	R$ 15.246,04 (= base homologada R$ 8.101,72 acrescida de SELIC de 67,0607% até 29/08/2024, IPCA de 5,1305% e taxa legal de 7,1462% depois, sem dedução do depósito não levantado)
Data-base da atualização	da relação (equívoco material reconhecido pela devedora)	05/09/2025	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor requer a retificação de seu crédito, listado por R$ 21.469,56, para R$ 13.791,25, correspondentes ao acordo homologado de R$ 8.101,72, com cálculos homologados em 08/06/2016, atualizado pela taxa SELIC, na linha da ADC 58, até a data do pedido recuperacional, sem apresentar memória de cálculo.

A Recuperanda reconheceu equívoco material na própria lista e pediu retificação para baixo, porém para R$ 10.260,86, conforme memória própria.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista decorre de acordo homologado na reclamação nº 0011785-71.2015.5.01.0036, com cálculos homologados em 08/06/2016 no valor de R$ 8.101,72, base líquida e certa.

A listagem original, R$ 21.469,56, decorreu de equívoco material reconhecido pela própria devedora, impondo-se a retificação para baixo em qualquer cenário, em respeito à paridade entre credores.

A Administração Judicial conferiu a documentação e as duas pretensões, apurando os critérios de forma técnica e fundamentada.

(b) Valor e data-base.

Nenhum dos dois montantes apresentados prevalece, e as razões são diferentes em cada caso. A base de cálculo, contudo, é incontroversa e está fixada em

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

decisão judicial: ao homologar os cálculos da contadoria em 08/06/2016, o juízo trabalhista fixou o débito da ré em R$ 8.101,72, cifra reconfirmada na decisão de 04/12/2024 daquele mesmo juízo, que registrou restar devido ao credor o valor de R$ 8.101,72, referente ao acordo celebrado e não cumprido.

O pedido do credor, de R$ 13.791,25, não se sustenta por falta de demonstração. Ele afirma haver aplicado a taxa SELIC desde o ajuizamento da reclamação, em 16/12/2015, mas não junta memória de cálculo que permita a conferência, descumprindo o ônus do art. 9º, II e III, da Lei nº 11.101/2005. Há, ainda, impropriedade no marco inicial que ele indica: a base de R$ 8.101,72 resulta de cálculo de atualização já homologado em 08/06/2016, de modo que corrigi-la desde dezembro de 2015 duplicaria quase seis meses de atualização.

O demonstrativo da Recuperanda, de que resulta R$ 10.260,86, tampouco pode ser homologado, e por motivo mais sério: ele não é memória de cálculo, e é o próprio documento que o diz. A planilha juntada nomeia o seu resultado como valor defensável, qualifica o pedido do credor como teto negocial, assinala em destaque que as taxas SELIC de junho a setembro de 2025 foram projetadas a 15% ao ano — com a anotação, no corpo do próprio documento, de que deveriam ser substituídas pelos índices oficiais antes do protocolo —, trata a Taxa Referencial do período do depósito como estimativa e remete a uma estratégia consolidada em outra planilha. Um documento assim não demonstra o crédito: demonstra uma posição de negociação.

Três defeitos concretos, além disso, comprometem o resultado. O primeiro é aritmético: a planilha parte de R$ 8.001,72, quando a decisão homologatória fixou R$ 8.101,72 — cem reais a menos na base, propagados por toda a atualização. O segundo é a projeção das taxas, acima referida. O terceiro, e de maior monta, é a dedução de R$ 4.130,24 a título de depósito de R$ 3.000,00.

Conforme os autos de origem, esse depósito é de 17/03/2021 e é oriundo de bloqueio determinado naquele juízo, tendo o despacho de 13/04/2021 registrado a sua comprovação como depósito oriundo do bloqueio; o credor requereu a expedição de alvará em 14/04/2021, mas não foi identificado nos autos alvará cumprido, comprovante de transferência ou autorização de levantamento. Depósito judicial constrito e não levantado não é pagamento, e a própria planilha o reconhece ao remunerá-lo como conta judicial. Não pode, por isso, ser abatido do crédito nesta verificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Corrigido o único defeito que altera a base e afastada a dedução indevida, aproveita-se do demonstrativo da devedora o que nele é aproveitável: o critério de acumulação. A taxa SELIC aplicada às contadorias trabalhistas o é por acumulação simples das taxas mensais, e não por capitalização — como a própria planilha anota.

Aplicado o critério, a base judicialmente fixada de R$ 8.101,72 recebe a taxa SELIC de 67,0607%, acumulada por soma simples de 8 de junho de 2016 a 29 de agosto de 2024, e alcança R$ 13.534,79. De 30 de agosto de 2024 a 5 de setembro de 2025 a correção corre pelo IPCA, de 5,1305%, elevando a cifra a R$ 14.229,19, e os juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024, de 7,1462%, somam R$ 1.016,85. O crédito, em 5 de setembro de 2025, é de R$ 15.246,04, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. A apuração está demonstrada mês a mês no discriminativo de cálculos que integra a documentação deste pleito.

Uma ressalva acompanha o valor, de efeito determinado.

Comprovado o levantamento do depósito de R$ 3.000,00 pelo credor, o valor levantado será abatido, atualizado na data em que efetivamente ingressar no seu patrimônio, na forma do art. 7º, § 1º, da mesma lei.

Registra-se, por fim, que a execução de origem prossegue: a decisão de 04/12/2024 reconheceu fraude à execução na alienação de três imóveis, declarou-a ineficaz e manteve as penhoras, e o Tribunal Regional do Trabalho negou provimento aos agravos em 06/03/2026.

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, sem controvérsia.[1]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que

[1] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[2]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador é a prestação do trabalho e o acordo homologado em 2016, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação consta R$ 21.469,56, por equívoco material reconhecido pela própria devedora. O credor pretende R$ 13.791,25 e a devedora indica R$ 10.260,86. Reconhece-se R$ 15.246,04, com data-base em 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial e marco para a atualização dos créditos concursais, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

O valor é inferior ao listado, o que atende à retificação que ambas as partes reclamam, e superior ao pedido do credor, o que se admite por decorrer de critério legal, pois a

[2] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

verificação comporta apuração, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, para mais ou para menos.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a divergência formulada por Edmilson José da Silva, para retificar o crédito, reduzindo-o de R$ 21.469,56 para R$ 15.246,04, com data-base em 05/09/2025, na Classe I, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, apurado sobre a base de R$ 8.101,72 fixada na decisão homologatória de 08/06/2016, acrescida da atualização na forma da alínea (b), sem a dedução do depósito judicial não levantado.

Afastam-se tanto o valor pretendido pelo credor, por não demonstrado, quanto o indicado pela devedora, por partir de base inferior à judicialmente fixada, por projetar taxas ainda não divulgadas e por abater como pagamento depósito oriundo de bloqueio cujo levantamento não está comprovado. Fica ressalvado o abatimento do depósito, se e quando comprovado o levantamento.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 15.246,04
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, PARA BAIXO, de R$ 21.469,56 para R$ 15.246,04, na Classe I; (ii) monitorar o destino do depósito de R$ 3.000,00 de 17/03/2021, oriundo de bloqueio, e abatê-lo do crédito assim que comprovado o levantamento pelo credor; (iii) acompanhar a execução, na qual foi reconhecida fraude à execução e mantida a penhora de imóveis (decisão de 04/12/2024 e acórdão de 06/03/2026); (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE** a divergência de crédito apresentada por Edmilson José da Silva, para reconhecer o crédito no valor de R$ 15.246,04 (quinze mil, duzentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 035	Edmilson José da Silva
Título	Reclamação trabalhista 0011785-71.2015.5.01.0036, 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, TRT da 1ª Região, ajuizada em 16 de dezembro de 2015
Homologação	8 de junho de 2016, Juiz José Monteiro Lopes, que homologou os cálculos de atualização apurados pela contadoria e fixou o débito da ré em R$ 8.101,72, ou 632.772,26 IDTRS
Classe	I, crédito derivado da legislação do trabalho, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A decisão homologatória determinou que se executasse conforme o termo de acordo, de sorte que o título é um acordo cujos cálculos de atualização a contadoria apurou e o Juízo homologou. A base de R$ 8.101,72 é, portanto, valor já atualizado até 8 de junho de 2016, e não montante nominal de outra data. É desse marco que corre a atualização a seguir.

A memória da contadoria não integra as peças recebidas. A homologação fixa o total sem separar principal de juros, e por essa razão este discriminativo não discrimina as duas parcelas nem as verbas do acordo.

Critérios da atualização

Período	Critério
Até 08/06/2016	O que a contadoria apurou e o Juízo homologou, em índice de débitos trabalhistas. Nada se refaz
De 08/06/2016 a 29/08/2024	Taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal, julgada em 18/12/2020: na fase judicial ela engloba correção monetária e juros de mora, sem cumulação, e acumula por SOMA SIMPLES, vedada a capitalização. Junho de 2016 entra pro rata dos vinte e dois dias posteriores ao dia 8
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Correção pelo IPCA e juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA
Fonte	Banco Central do Brasil, série SGS 4390 para a SELIC. Valores em reais

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito atualizado à data-base	I	15.246,04
TOTAL		**15.246,04**

I - MEMÓRIA DE CÁLCULO — A TAXA SELIC DA FASE JUDICIAL

Sobre o débito homologado de R$ 8.101,72, mês a mês, de junho de 2016 a agosto de 2024

Competência	SELIC do mês	Proporção	Acumulada por soma simples	Débito ao fim do mês
junho de 2016	1,16%	22 de 30 dias	0,8507%	8.170,64
julho de 2016	1,11%	mês cheio	1,9607%	8.260,57
agosto de 2016	1,22%	mês cheio	3,1807%	8.359,41
setembro de 2016	1,11%	mês cheio	4,2907%	8.449,34
outubro de 2016	1,05%	mês cheio	5,3407%	8.534,41
novembro de 2016	1,04%	mês cheio	6,3807%	8.618,66
dezembro de 2016	1,12%	mês cheio	7,5007%	8.709,40
janeiro de 2017	1,09%	mês cheio	8,5907%	8.797,71
fevereiro de 2017	0,87%	mês cheio	9,4607%	8.868,20
março de 2017	1,05%	mês cheio	10,5107%	8.953,26
abril de 2017	0,79%	mês cheio	11,3007%	9.017,27
maio de 2017	0,93%	mês cheio	12,2307%	9.092,61
junho de 2017	0,81%	mês cheio	13,0407%	9.158,24
julho de 2017	0,80%	mês cheio	13,8407%	9.223,05
agosto de 2017	0,80%	mês cheio	14,6407%	9.287,87
setembro de 2017	0,64%	mês cheio	15,2807%	9.339,72
outubro de 2017	0,64%	mês cheio	15,9207%	9.391,57
novembro de 2017	0,57%	mês cheio	16,4907%	9.437,75
dezembro de 2017	0,54%	mês cheio	17,0307%	9.481,50
janeiro de 2018	0,58%	mês cheio	17,6107%	9.528,49
fevereiro de 2018	0,47%	mês cheio	18,0807%	9.566,56
março de 2018	0,53%	mês cheio	18,6107%	9.609,50
abril de 2018	0,52%	mês cheio	19,1307%	9.651,63
maio de 2018	0,52%	mês cheio	19,6507%	9.693,76
junho de 2018	0,52%	mês cheio	20,1707%	9.735,89
julho de 2018	0,54%	mês cheio	20,7107%	9.779,64
agosto de 2018	0,57%	mês cheio	21,2807%	9.825,82
setembro de 2018	0,47%	mês cheio	21,7507%	9.863,90
outubro de 2018	0,54%	mês cheio	22,2907%	9.907,65
novembro de 2018	0,49%	mês cheio	22,7807%	9.947,35
dezembro de 2018	0,49%	mês cheio	23,2707%	9.987,04
janeiro de 2019	0,54%	mês cheio	23,8107%	10.030,79
fevereiro de 2019	0,49%	mês cheio	24,3007%	10.070,49
março de 2019	0,47%	mês cheio	24,7707%	10.108,57
abril de 2019	0,52%	mês cheio	25,2907%	10.150,70
maio de 2019	0,54%	mês cheio	25,8307%	10.194,45
junho de 2019	0,47%	mês cheio	26,3007%	10.232,53
julho de 2019	0,57%	mês cheio	26,8707%	10.278,71
agosto de 2019	0,50%	mês cheio	27,3707%	10.319,21
setembro de 2019	0,46%	mês cheio	27,8307%	10.356,48
outubro de 2019	0,48%	mês cheio	28,3107%	10.395,37
novembro de 2019	0,38%	mês cheio	28,6907%	10.426,16
dezembro de 2019	0,37%	mês cheio	29,0607%	10.456,13
janeiro de 2020	0,38%	mês cheio	29,4407%	10.486,92
fevereiro de 2020	0,29%	mês cheio	29,7307%	10.510,42

Competência	SELIC do mês	Proporção	Acumulada por soma simples	Débito ao fim do mês
março de 2020	0,34%	mês cheio	30,0707%	10.537,96
abril de 2020	0,28%	mês cheio	30,3507%	10.560,65
maio de 2020	0,24%	mês cheio	30,5907%	10.580,09
junho de 2020	0,21%	mês cheio	30,8007%	10.597,10
julho de 2020	0,19%	mês cheio	30,9907%	10.612,50
agosto de 2020	0,16%	mês cheio	31,1507%	10.625,46
setembro de 2020	0,16%	mês cheio	31,3107%	10.638,42
outubro de 2020	0,16%	mês cheio	31,4707%	10.651,39
novembro de 2020	0,15%	mês cheio	31,6207%	10.663,54
dezembro de 2020	0,16%	mês cheio	31,7807%	10.676,50
janeiro de 2021	0,15%	mês cheio	31,9307%	10.688,65
fevereiro de 2021	0,13%	mês cheio	32,0607%	10.699,19
março de 2021	0,20%	mês cheio	32,2607%	10.715,39
abril de 2021	0,21%	mês cheio	32,4707%	10.732,40
maio de 2021	0,27%	mês cheio	32,7407%	10.754,28
junho de 2021	0,31%	mês cheio	33,0507%	10.779,39
julho de 2021	0,36%	mês cheio	33,4107%	10.808,56
agosto de 2021	0,43%	mês cheio	33,8407%	10.843,40
setembro de 2021	0,44%	mês cheio	34,2807%	10.879,04
outubro de 2021	0,49%	mês cheio	34,7707%	10.918,74
novembro de 2021	0,59%	mês cheio	35,3607%	10.966,54
dezembro de 2021	0,77%	mês cheio	36,1307%	11.028,93
janeiro de 2022	0,73%	mês cheio	36,8607%	11.088,07
fevereiro de 2022	0,76%	mês cheio	37,6207%	11.149,64
março de 2022	0,93%	mês cheio	38,5507%	11.224,99
abril de 2022	0,83%	mês cheio	39,3807%	11.292,23
maio de 2022	1,03%	mês cheio	40,4107%	11.375,68
junho de 2022	1,02%	mês cheio	41,4307%	11.458,32
julho de 2022	1,03%	mês cheio	42,4607%	11.541,76
agosto de 2022	1,17%	mês cheio	43,6307%	11.636,55
setembro de 2022	1,07%	mês cheio	44,7007%	11.723,24
outubro de 2022	1,02%	mês cheio	45,7207%	11.805,88
novembro de 2022	1,02%	mês cheio	46,7407%	11.888,52
dezembro de 2022	1,12%	mês cheio	47,8607%	11.979,26
janeiro de 2023	1,12%	mês cheio	48,9807%	12.070,00
fevereiro de 2023	0,92%	mês cheio	49,9007%	12.144,53
março de 2023	1,17%	mês cheio	51,0707%	12.239,32
abril de 2023	0,92%	mês cheio	51,9907%	12.313,86
maio de 2023	1,12%	mês cheio	53,1107%	12.404,60
junho de 2023	1,07%	mês cheio	54,1807%	12.491,29
julho de 2023	1,07%	mês cheio	55,2507%	12.577,97
agosto de 2023	1,14%	mês cheio	56,3907%	12.670,33
setembro de 2023	0,97%	mês cheio	57,3607%	12.748,92
outubro de 2023	1,00%	mês cheio	58,3607%	12.829,94
novembro de 2023	0,92%	mês cheio	59,2807%	12.904,47
dezembro de 2023	0,89%	mês cheio	60,1707%	12.976,58
janeiro de 2024	0,97%	mês cheio	61,1407%	13.055,17
fevereiro de 2024	0,80%	mês cheio	61,9407%	13.119,98

Competência	SELIC do mês	Proporção	Acumulada por soma simples	Débito ao fim do mês
março de 2024	0,83%	mês cheio	62,7707%	13.187,22
abril de 2024	0,89%	mês cheio	63,6607%	13.259,33
maio de 2024	0,83%	mês cheio	64,4907%	13.326,57
junho de 2024	0,79%	mês cheio	65,2807%	13.390,58
julho de 2024	0,91%	mês cheio	66,1907%	13.464,30
agosto de 2024	0,87%	mês cheio	67,0607%	13.534,79
ACUMULADO			**67,0607%**	**13.534,79**

A taxa acumula por soma aritmética das taxas mensais, e não pelo produto dos fatores.

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — IPCA E TAXA LEGAL DA LEI 14.905/2024

Competência	IPCA do mês	Fator acumulado	Valor corrigido
setembro de 2024	0,44%	1,00440000	13.594,34
outubro de 2024	0,56%	1,01002464	13.670,47
novembro de 2024	0,39%	1,01396374	13.723,79
dezembro de 2024	0,52%	1,01923635	13.795,15
janeiro de 2025	0,16%	1,02086713	13.817,22
fevereiro de 2025	1,31%	1,03424049	13.998,23
março de 2025	0,56%	1,04003223	14.076,62
abril de 2025	0,43%	1,04450437	14.137,15
maio de 2025	0,26%	1,04722008	14.173,90
junho de 2025	0,24%	1,04973341	14.207,92
julho de 2025	0,26%	1,05246272	14.244,86
agosto de 2025	-0,11%	1,05130501	14.229,19
ACUMULADO	**5,1305%**	**1,05130501**	**14.229,19**

Juros pela taxa legal, que é a SELIC deduzido o IPCA

Rubrica	Percentual	Base	Valor
Taxa legal acumulada de setembro de 2024 a 5 de setembro de 2025, com setembro de 2025 pro rata de cinco dias	7,1462%	14.229,19	1.016,85
TOTAL EM 05/09/2025			**15.246,04**

III - CONSOLIDAÇÃO E CONFRONTO

Etapa	Critério	Valor
Débito homologado em 08/06/2016	cálculo da contadoria	8.101,72
Fase judicial, até 29/08/2024	SELIC de 67,0607%, soma simples	13.534,79
Correção de 30/08/2024 a 05/09/2025	IPCA de 5,1305%	14.229,19
Juros de 30/08/2024 a 05/09/2025	taxa legal de 7,1462%	1.016,85
TOTAL EM 05/09/2025, CLASSE I		**15.246,04**

O termo da atualização, que é onde a habilitação divergiu

Termo	Percentual da SELIC até 29/08/2024	Observação
Da homologação, em 08/06/2016	67,0607%	Correto: a base de R$ 8.101,72 já está atualizada a essa data
Do ajuizamento, em 16/12/2015	73,3213%	É o que a habilitação pede, e conta em duplicidade o período que a contadoria já havia computado
Duplicidade	6,2606 pontos	R$ 507,22

As posições

Origem	Valor em 05/09/2025
Habilitante	13.791,25
Decisão administrativa	14.570,94
Recuperanda	10.260,86
Listado na relação de credores	21.469,56
ESTA APURAÇÃO	**15.246,04**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 035	13.791,25	10.260,86

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	036
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	Eduardo Costa de Lima
CPF / CNPJ	036.342.927-17
Endereço para intimações	Avenida Presidente Vargas 1.146, sala 1.403, Bairro Centro, Rio de Janeiro – RJ
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	Dr. Francisco Wilson A. de Oliveira OAB/RJ 53.723
Origem do crédito	Crédito quirografário listado na relação de credores
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 11.051,41 (onze mil e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos)	R$ 11.051,41 (onze mil e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos) (anuência ao listado)	R$ 12.874,06 (doze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e seis centavos), mais R$ 2.574,81 de honorários na Classe I, em nome do patrono
Data-base da atualização	da relação (05/09/2025)	da relação (05/09/2025)	da relação (05/09/2025)
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	Crédito quirografário listado na relação de credores	Crédito quirografário listado na relação de credores	Crédito quirografário listado na relação de credores
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor acostou aos autos do processo principal, em 21 de julho de 2026, pedido de habilitação por meio do qual não formula pretensão de retificação, anuindo expressamente ao valor de R$ 11.051,41 (onze mil e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos) e à Classe III já constantes da relação de credores.

A Recuperanda opinou pela manutenção.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito já consta da relação de credores pelo valor de R$ 11.051,41 (onze mil e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos), na Classe III, e a manifestação do credor reconhece como corretos o valor e a classificação. Não há controvérsia sobre a existência nem sobre a liquidez.

A extensão, porém, não se define pelo consenso das partes: a verificação é feita por esta Administração Judicial, no cumprimento do seu *munus* público, na forma dos arts. 7º e 22, I, alínea e, da Lei nº 11.101/2005, e o que os interessados aceitam é referência, e não limite ao que se apura.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(b) Valor e data-base.

O título é a r. sentença do Juizado Especial Adjunto Cível da Comarca de Queimados, autos nº 0007966-85.2012.8.19.0067, que condenou as rés ao pagamento de R$ 3.000,00 por dano moral e R$ 427,00 por dano material. A correção do dano moral corre de 26/07/2019, data do arbitramento, e a do dano material de 22/08/2012; os juros de mora, respectivamente, de 19/02/2013 e de 22/08/2012. A 4ª Turma Recursal negou provimento ao recurso na sessão de 26/02/2021 e condenou a recorrente em honorários de 20% sobre o valor da condenação; não cabendo recurso especial de decisão de Turma Recursal, na forma do verbete 203 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, o título é definitivo desde aquela data.

A correção monetária segue os fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que observa a UFIR-RJ até 29/08/2024 e o IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei nº 14.905/2024. Os juros de mora correm à taxa de 1% ao mês, simples, até 29/08/2024, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e pela taxa legal do art. 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024, incidindo sobre o principal corrigido e nunca sobre juros já vencidos, na forma do verbete 121 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Apura-se, por esses critérios, o dano moral em R$ 10.559,73 e o dano material em R$ 2.314,33, do que resulta condenação de R$ 12.874,06 na data-base, e não os R$ 11.051,41 da relação, a que o credor anuiu. A diferença de R$ 1.822,65 decorre da atualização até 05/09/2025 pelos critérios acima, que o valor listado não observava. O demonstrativo, rubrica por rubrica, acompanha esta decisão.

Sobre a condenação incidem os honorários de 20% fixados pela Turma Recursal, de R$ 2.574,81. A verba é direito autônomo do advogado e não integra o crédito do titular, na forma da alínea (c). A multa e os honorários do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil não incidem: não há nos autos recebidos intimação para pagamento espontâneo, e o credor não os pleiteia.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(c) Classificação.

O crédito do titular é de natureza indenizatória civil, sem preferência legal, e classifica-se na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, como listado.[1]

A verba honorária segue regime diverso. Os honorários fixados pela Turma Recursal constituem direito autônomo do advogado, na forma dos arts. 85, § 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, não podendo ser pleiteados pela parte em nome próprio, art. 18 do mesmo Código. Ostentam natureza alimentar e recebem, para fins concursais, o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.

A verba estava embutida no lançamento único da relação. Excluí-la do crédito do titular sem o correspondente lançamento em nome de quem a lei indica como titular faria desaparecer do passivo obrigação que a Recuperanda efetivamente deve. Determina-se, por isso, a inclusão, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome de Francisco Wilson Alexandre de Oliveira, OAB/RJ 53.723, do crédito de R$ 2.574,81 na Classe I, com data-base em 05/09/2025, verba que não se computa no crédito do titular.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[2]

[1] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[2] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito é a relação jurídica reconhecida pela própria Recuperanda ao arrolar o credor, constituída anteriormente ao marco acima referido.Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação constava R$ 11.051,41, na Classe III, valor a que o credor anuiu. Reconhece-se, em seu favor, R$ 12.874,06, com data-base em 05/09/2025, e determina-se a inclusão apartada da verba honorária de R$ 2.574,81 na Classe I, em nome do patrono, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial recebe a manifestação como anuência e, no exercício do *munus* público de verificação, ACOLHE para retificar o crédito de Eduardo Costa de Lima de R$ 11.051,41 para R$ 12.874,06 (doze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e seis centavos), com data-base em 05/09/2025, na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

Determina-se, no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, a inclusão em lançamento apartado, em nome de Francisco Wilson Alexandre de Oliveira, OAB/RJ 53.723, do crédito de honorários advocatícios no valor de R$ 2.574,81 (dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos), na Classe I, de natureza

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

concursal, com data-base em 05/09/2025, na forma da alínea (c). Essa verba não integra o crédito do titular nem o total acima reconhecido.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 12.874,06 (doze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e seis centavos), mais R$ 2.574,81 de honorários na Classe I, em nome do patrono
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	conforme relação (05/09/2025)
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, de R$ 11.051,41 para R$ 12.874,06, na Classe III; (ii) inclusão, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome do patrono, do crédito de R$ 2.574,81 na Classe I; (iii) intimar o patrono da inclusão determinada no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, para ciência e

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	conferência de dados cadastrais; (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iii) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE o pleito apresentado por Eduardo Costa de Lima, para reconhecer o crédito no valor de R$ 12.874,06 (doze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e seis centavos), a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, determinando-se ainda, no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, a inclusão apartada do crédito de R$ 2.574,81 (dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos) na Classe I, em nome do patrono da causa, a título de honorários advocatícios.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 036	Eduardo Costa de Lima, CPF 036.342.927-17
Patrono	Francisco Wilson Alexandre de Oliveira, OAB/RJ 53.723, titular da verba honorária
Título	0007966-85.2012.8.19.0067, Juizado Especial Adjunto Cível da Comarca de Queimados, distribuído em 22 de agosto de 2012
Rés	City Rio Rotas Turísticas Ltda. e Breda Rio Transportes Ltda., ambas nomeadas na decisão de 24 de julho de 2023
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A r. sentença condenou as rés ao pagamento de R$ 3.000,00 por dano moral e R$ 427,00 por dano material, na relação de consumo. A correção do dano moral corre de 26 de julho de 2019, data do arbitramento, e a do dano material de 22 de agosto de 2012; os juros de mora, respectivamente, de 19 de fevereiro de 2013 e de 22 de agosto de 2012.

A 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, na sessão de 26 de fevereiro de 2021, relator o Juiz Cristiano Gonçalves Pereira, conheceu do recurso e negou-lhe provimento, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, e condenou a recorrente em honorários de 20% sobre o valor da condenação. Não cabe recurso especial de decisão de Turma Recursal, na forma do verbete 203 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, de modo que o título é definitivo desde aquela data.

Parâmetro	Critério
Correção monetária	UFIR-RJ até 29/08/2024 e IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025, contada de cada marco do título
Juros de mora	1% ao mês, simples, até 29/08/2024, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, e taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. Incidem sobre o principal corrigido, e nunca sobre juros já vencidos, na forma da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal
Honorários	20% sobre o valor da condenação, fixados na Turma Recursal. Constituem direito autônomo do patrono, na Classe I, e são desmembrados do crédito do titular por dever legal desta Administração Judicial
Artigo 523 do CPC	Não incide: não há nos autos recebidos intimação para pagamento espontâneo, e o credor não pleiteia a multa. Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor apurado em 05/09/2025
Dano moral e dano material, do autor	III	12.874,06
Honorários de 20%, do patrono	I	2.574,81
TOTAL		**15.448,87**

I - APURAÇÃO DA CONDENAÇÃO

Rubrica	Nominal	Fator	Corrigido	Juros %	Juros de mora	Total
Dano moral, corrigido de 26/07/2019 e com juros de 19/02/2013	3.000,00	1,4339539914	4.301,86	145,4688%	6.257,87	10.559,73
Dano material, corrigido de 22/08/2012 e com juros de 22/08/2012	427,00	2,1561620956	920,68	151,3720%	1.393,65	2.314,33
SUBTOTAL	**3.427,00**		**5.222,54**		**7.651,52**	**12.874,06**

II - VERBA HONORÁRIA E CONSOLIDAÇÃO

Rubrica	Percentual	Base	Valor em 05/09/2025	Titular
Honorários da Turma Recursal	20%	12.874,06	2.574,81	patrono

Titular	Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Eduardo Costa de Lima	dano moral e dano material	III	12.874,06
Francisco Wilson Alexandre de Oliveira	honorários de 20%	I	2.574,81
TOTAL			**15.448,87**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 036	11.051,41	11.051,41

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	037
Data do protocolo	23/04/2026
Nome / Razão social do credor	Germana Santos de Aguiar e Márcio Augusto Santos de Aguiar
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	[conferir — procuração nos autos]
Origem do crédito	Sentença do 11º Juizado Especial Cível (Regional da Leopoldina), proc. 0806403-

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	25.2025.8.19.0210: R$ 7.910,70 à 1ª credora (danos materiais, CM e juros desde 21/01/2025) e R$ 1.633,00 ao 2º credor (lucros cessantes, CM e juros desde 21/02/2025); dano moral julgado improcedente
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	—	R$ 11.828,99 (sem memória de cálculo)	R$ 11.095,25 (Germana 9.196,77 + Márcio Augusto 1.898,48, memória da Recuperanda pelos parâmetros da sentença)
Data-base da atualização	—	—	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[X] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

Os credores requerem a habilitação de R$ 11.828,99, decorrentes de sentença do Juizado Especial que condenou a Recuperanda a pagar danos materiais à primeira credora e lucros cessantes ao segundo credor, sem juntar memória de cálculo.

A Recuperanda não se opôs ao crédito, mas refez a conta pelos parâmetros da sentença, apurando R$ 11.095,25, segregados entre os dois credores.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de sentença do processo nº 0806403-25.2025.8.19.0210, que condenou a Recuperanda a pagar R$ 7.910,70 à primeira credora, com correção e juros desde 21/01/2025, e R$ 1.633,00 ao segundo credor, com correção e juros desde 21/02/2025, julgando improcedente o pedido de dano moral. A instrução atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005 quanto à origem e à prova do crédito,

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

suprindo-se a ausência de memória dos habilitantes pela memória elaborada pela devedora segundo os parâmetros do título, conferida por esta Administração Judicial, que apurou os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

A prova do crédito é qualificada. Além da sentença, os habilitantes juntaram certidão de crédito expedida pelo Cartório do 11º Juizado Especial Cível da Regional da Leopoldina, na forma do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, assinada em 26/03/2026 por ordem do MM. Juiz Titular, na qual se certifica a existência de decisão final transitada em julgado e se reproduzem os termos das duas condenações.

É o documento que a lei reclama para a prova do crédito reconhecido em juízo, e ele torna incontroversa a existência e a extensão do título. A certidão, contudo, certifica o título, e não o valor atualizado: este é que se apura a seguir.

(b) Valor e data-base.

Confrontados os dois cálculos, prevalece o da Recuperanda, e a razão é simples: é o único demonstrado e o único que observa os marcos do título.

Os habilitantes indicaram R$ 11.828,99 sem apresentar memória de cálculo. A petição afirma que o valor estaria discriminado na certidão anexa, mas a certidão do Juizado, como visto, reproduz os termos da condenação e não apura montante atualizado; e a discriminação que a própria petição faz ao final refere-se aos valores originais, R$ 7.910,70 e R$ 1.633,00, não aos atualizados. Não há, portanto, como conferir a evolução até a cifra pretendida, o que descumpre o ônus do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

A memória da Recuperanda, ao contrário, é analítica e reproduz fielmente os parâmetros da sentença, rubrica por rubrica. Quanto à primeira credora, parte do dano material de R$ 7.910,70, aplica o fator de correção de 1,03259856198, obtendo R$ 8.168,58, e acresce juros de dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento, R$ 192,12, alcançando R$ 8.360,70.

Quanto ao segundo credor, parte dos lucros cessantes de R$ 1.633,00, obtém R$ 1.686,23 de valor corrigido e acresce R$ 39,66 de juros, alcançando R$ 1.725,89.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Sobre cada uma dessas parcelas incide a multa de dez por cento do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, R$ 836,07 e R$ 172,59 respectivamente, o que conduz a R$ 9.196,77 para a primeira credora e R$ 1.898,48 para o segundo, totalizando R$ 11.095,25 em 05/09/2025.

A multa é devida e pertence aos credores. Eles noticiam haver obtido, no cumprimento de sentença, penhora com bloqueio de valores, o que pressupõe a intimação para pagamento voluntário e o seu descumprimento; a multa do art. 523, § 1º, é sanção por esse inadimplemento e reverte ao exequente.

Não se computam honorários daquele dispositivo, que não foram calculados por nenhuma das partes e que, na sentença do Juizado Especial, não foram fixados, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

Registra-se uma imprecisão na memória adotada, em favor dos credores e não impugnada por ninguém: ela correu a atualização do segundo credor a partir de 21/01/2025, quando a sentença e a certidão do Juizado fixam, para os lucros cessantes, o termo inicial de 21/02/2025.

A diferença de um mês é de pequena monta e opera contra a devedora, que a propôs; adota-se, por isso, a cifra por ela apresentada, ficando ressalvada a retificação por esta Administração Judicial, no desempenho do seu *munus*, caso a conferência final aponte alteração, na forma do art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

Registra-se, ainda, como diligência, a verificação do destino da penhora on-line noticiada na habilitação e não documentada nestes autos: eventual quantia constrita e efetivamente levantada por cada credor deverá ser abatida do respectivo crédito, e não do total, precisamente porque os créditos são individuais.

(c) Classificação.

Os créditos são de natureza indenizatória civil, sem preferência legal, e classificam-se na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005, como pedido e como aceito. A multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, por constituir sanção processual desprovida de natureza alimentar, acompanha a mesma classe.

Impõe-se, todavia, a individualização. Não há um crédito, e sim dois: a sentença condenou a Recuperanda a pagar dano material à primeira credora e lucros

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

cessantes ao segundo credor, em parcelas distintas, com termos iniciais de correção distintos e sem solidariedade entre eles.

Cada um é titular exclusivo da sua parcela, e o quadro-geral de credores deve refletir essa titularidade: o lançamento único, além de não corresponder ao título, impediria que cada credor exercesse individualmente o direito de voto e recebesse a sua cota no rateio.

Determina-se, por isso, a inscrição em dois lançamentos, na proporção apurada na alínea anterior, que decorre diretamente das cifras da condenação e é, por isso, conferível pelos próprios credores.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[2]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

[2] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

No caso, o fato gerador é o evento danoso reconhecido na sentença do processo de origem, com termos de correção fixados em janeiro e fevereiro de 2025, anterior ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial **ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação formulada por Germana Santos de Aguiar e Márcio Augusto Santos de Aguiar, para reconhecer o crédito no valor total de R$ 11.095,25, com data-base em 05/09/2025, na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, em DOIS lançamentos individualizados:

i. R$ 9.196,77 em favor de Germana Santos de Aguiar, correspondentes ao dano material atualizado de R$ 8.360,70 e à multa de R$ 836,07 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil; e
ii. R$ 1.898,48 em favor de Márcio Augusto Santos de Aguiar, correspondentes aos lucros cessantes atualizados de R$ 1.725,89 e à multa de R$ 172,59 do mesmo dispositivo.

Afasta-se o valor pretendido, por não demonstrado. Ficam ressalvadas a retificação por esta Administração Judicial, no desempenho do seu *munus*, quanto ao termo inicial da atualização do segundo credor e o abatimento, no crédito de cada um, do que houver sido levantado por força da penhora noticiada.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	[ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 11.095,25
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação em DOIS lançamentos: R$ 9.196,77 em nome de Germana Santos de Aguiar e R$ 1.898,48 em nome de Márcio Augusto Santos de Aguiar, ambos na Classe III; (ii) verificar o destino da penhora on-line noticiada na habilitação, não documentada nos autos, abatendo-se do crédito de cada credor o que por ele tiver sido levantado; (iii) registrar que a memória adotada correu a atualização do segundo credor de 21/01/2025, quando o título fixa

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	21/02/2025, com retificação por esta Administração Judicial, no desempenho do seu *munus*, se a diferença for apurada; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE** a habilitação de crédito apresentada por Germana Santos de Aguiar e Márcio Augusto Santos de Aguiar, para reconhecer o crédito no valor total de R$ 11.095,25 (onze mil e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos), a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, em dois lançamentos: R$ 9.196,77 (nove mil, cento e noventa e seis reais e setenta e sete centavos) em favor de Germana Santos de Aguiar e R$ 1.898,48 (mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos) em favor de Márcio Augusto Santos de Aguiar.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 037	Germana Santos de Aguiar e Márcio Augusto Santos de Aguiar
Título	Processo 0806403-25.2025.8.19.0210, 11º Juizado Especial Cível da Regional da Leopoldina, ajuizado em 31 de março de 2025. Ação indenizatória por acidente de trânsito, colisão de coletivo da Recuperanda com o veículo dos autores
Sentença	27 de junho de 2025, transitada em julgado em 5 de agosto de 2025, com certidão de crédito expedida em 1º de abril de 2026 na forma do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ 07/2014
Classe	III, quirografária, artigo 41, inciso III, da Lei 11.101/2005
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

O dispositivo condenou a Recuperanda a pagar R$ 7.910,70 de dano material à primeira credora, com correção monetária e juros legais moratórios a partir de 21 de janeiro de 2025, e R$ 1.633,00 de lucros cessantes ao segundo credor, com correção e juros a partir de 21 de fevereiro de 2025, nos termos das Súmulas 43 e 54 do Superior Tribunal de Justiça, julgando improcedente o pedido de compensação por dano moral. São duas parcelas de titulares distintos, com termos iniciais distintos e sem solidariedade, e por isso a apuração é individualizada.

A sentença não fixou honorários de sucumbência, e o diz expressamente: “sem ônus sucumbenciais, na forma do artigo 55 da Lei nº 9.099/95”. Não há, portanto, verba honorária a compor a base de cálculo.

Critérios da atualização

Rubrica	Critério
Correção monetária	Fator pronto da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, do mês do termo inicial de cada parcela até setembro de 2025
Juros de mora	Taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA, de cada termo inicial até a data-base. Os dois termos são posteriores a 29 de agosto de 2024, de sorte que não há trecho sujeito a 1% ao mês
Contagem do termo	O dispositivo diz “a partir de”, e por isso o próprio dia do termo conta. Setembro de 2025 entra pro rata de cinco dias
Fonte	Tabela da Corregedoria e taxa legal oficial. Valores em reais

Quadro resumo

Titular	Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Germana Santos de Aguiar	dano material atualizado	III	8.562,81
Germana Santos de Aguiar	multa de 10% do artigo 523, § 1º, do CPC	III	856,28
Márcio Augusto Santos de Aguiar	lucros cessantes atualizados	III	1.751,30
Márcio Augusto Santos de Aguiar	multa de 10% do artigo 523, § 1º, do CPC	III	175,13
TOTAL			**11.345,52**

I - MEMÓRIA DE CÁLCULO — GERMANA SANTOS DE AGUIAR

A parcela e o seu termo

Rubrica	Valor
Verba do dispositivo	dano material
Nominal fixado na sentença	R$ 7.910,70
Termo inicial da correção e dos juros	21/01/2025

Correção monetária pelo fator da tabela da Corregedoria

Rubrica	Fator	Base	Valor corrigido
De janeiro de 2025 a setembro de 2025	1,03258330	7.910,70	8.168,46

O fator é o da tabela oficial da Corregedoria, tomado pronto. A tabela não se reconstrói por composição de UFIR-RJ com IPCA.

Juros de mora pela taxa legal, mês a mês, sobre o corrigido de R$ 8.168,46

Competência	Taxa legal do mês	Proporção	Acumulada	Juros em R$
janeiro de 2025	0,5894%	11 de 31 dias	0,2092%	17,08
fevereiro de 2025	0,9022%	mês cheio	1,1114%	90,78
março de 2025	0,0000%	mês cheio	1,1114%	90,78
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	1,4333%	117,08
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	2,0565%	167,99
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	2,8325%	231,37
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	3,6674%	299,57
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	4,6100%	376,57
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	4,8277%	394,35
ACUMULADO			**4,8277%**	**394,35**

Apuração da parcela

Etapa	Valor
Nominal do dispositivo	7.910,70
Corrigido à data-base	8.168,46
Juros de mora de 4,8277%	394,35
CONDENAÇÃO ATUALIZADA EM 05/09/2025	**8.562,81**
Multa de 10% do artigo 523, § 1º, do CPC	856,28
TOTAL COM A MULTA	**9.419,09**

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO — MÁRCIO AUGUSTO SANTOS DE AGUIAR

A parcela e o seu termo

Rubrica	Valor
Verba do dispositivo	lucros cessantes
Nominal fixado na sentença	R$ 1.633,00
Termo inicial da correção e dos juros	21/02/2025

Correção monetária pelo fator da tabela da Corregedoria

Rubrica	Fator	Base	Valor corrigido
De fevereiro de 2025 a setembro de 2025	1,03145434	1.633,00	1.684,36

O fator é o da tabela oficial da Corregedoria, tomado pronto. A tabela não se reconstrói por composição de UFIR-RJ com IPCA.

Juros de mora pela taxa legal, mês a mês, sobre o corrigido de R$ 1.684,36

Competência	Taxa legal do mês	Proporção	Acumulada	Juros em R$
fevereiro de 2025	0,9022%	8 de 28 dias	0,2578%	4,34
março de 2025	0,0000%	mês cheio	0,2578%	4,34
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	0,5797%	9,76
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	1,2029%	20,26
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	1,9789%	33,33
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	2,8138%	47,39
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	3,7564%	63,27
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	3,9741%	66,94
ACUMULADO			**3,9741%**	**66,94**

Apuração da parcela

Etapa	Valor
Nominal do dispositivo	1.633,00
Corrigido à data-base	1.684,36
Juros de mora de 3,9741%	66,94
CONDENAÇÃO ATUALIZADA EM 05/09/2025	**1.751,30**
Multa de 10% do artigo 523, § 1º, do CPC	175,13
TOTAL COM A MULTA	**1.926,43**

III - A MULTA DO ARTIGO 523, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Os marcos, colhidos nos autos de origem

Data	Ato
27/06/2025	Sentença
05/08/2025	Certificado o trânsito em julgado
13/08/2025	Despacho ID 216849335: "intime-se o Réu para comprovar o pagamento da quantia de R$ 10.144,53, no prazo legal, sob pena de prosseguimento da execução"
19/08/2025	Emitido o mandado de intimação. A data da ciência da executada não consta dos autos
05/09/2025	DATA-BASE, pedido de recuperação judicial
09/09/2025	Deferido o processamento e suspensas as ações e execuções por 180 dias
14/11/2025	Protocolado o bloqueio SisbaJud, com repetição programada até 13/01/2026
17/11/2025	Decisão: "considerando que não houve o cumprimento da obrigação de pagar imposta no Despacho de ID 216849335, defiro o pedido de bloqueio dos ativos financeiros do Executado por meio do sistema SisbaJud (R$ 11.158,98), já inserida a multa do art. 523, § 1º do Código de Processo Civil"
04/12/2025	Transferências e desbloqueios, todos com situação "Não enviada". Nada foi recebido pelos credores, e por isso não há dedução a fazer

A base sobre a qual a multa incide

O artigo 523, § 1º, manda acrescer 10% ao débito, e o débito compreende o principal corrigido e os juros de mora. Por isso, aqui, os juros integram a base, diferentemente do que se dá com a verba honorária, cuja base é a condenação. A multa foi apurada sobre o valor atualizado à data-base, mesma técnica da memória adotada na decisão administrativa.

Os dois recortes

Recorte	1ª credora	2º credor	Total
Condenação atualizada, sem a multa	8.562,81	1.751,30	10.314,11
Multa de 10% do artigo 523, § 1º	856,28	175,13	1.031,41
CONDENAÇÃO COM A MULTA	**9.419,09**	**1.926,43**	**11.345,52**

IV - CONFERÊNCIA E CONFRONTO

Conferência por caminho independente, contra o débito que o próprio Juízo tomou

Rubrica	Valor
Débito do despacho de 13/08/2025, sem a multa	10.144,53
Esta apuração, trazida só até 13/08/2025	10.250,14
Diferença	105,61
Bloqueio deferido em 17/11/2025, já com a multa	11.158,98
Razão entre os dois valores do Juízo	1,100000

A razão de 1,100000 confirma que o Juízo tomou R$ 10.144,53 como débito e lhe acresceu 10% de multa.

Confronto com a memória adotada na decisão administrativa

Componente	Memória adotada	Esta apuração	Efeito em R$
Corrigido da 1ª credora, fator de 1,03259856 contra 1,03258330	8.168,58	8.168,46	-0,12
Corrigido do 2º credor, fator de janeiro contra o de fevereiro	1.686,23	1.684,36	-1,87
Juros da 1ª credora, 2,3520% contra 4,8277%	192,12	394,35	202,23
Juros do 2º credor, 2,3520% contra 3,9741%	39,66	66,94	27,28
CONDENAÇÃO ATUALIZADA	**10.086,59**	**10.314,11**	**227,52**

A memória adotada corrigiu a parcela do segundo credor pelo fator de janeiro de 2025, quando o dispositivo lhe fixa o termo em 21 de fevereiro de 2025, e aplicou às duas parcelas juros de 2,3520%, percentual que não corresponde à taxa legal acumulada em nenhum dos dois termos e cujo índice ela não declara. As duas primeiras linhas são negativas porque a memória corrigiu de mais.

As posições

Origem	Valor em 05/09/2025
Habilitantes, sem memória de cálculo	11.828,99
Recuperanda	11.095,25
Decisão administrativa	11.095,25
Listado na relação de credores	não consta
ESTA APURAÇÃO, com a multa	**11.345,52**
ESTA APURAÇÃO, sem a multa	**10.314,11**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 037	11.828,99	11.095,25

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	038
Data do protocolo	19/07/2026
Nome / Razão social do credor	Márcio Teixeira de Souza
CPF / CNPJ	075.395.007-35
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	EDIVALDO DE SOUZA OAB/RJ 111.867
Origem do crédito	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Expresso Mangaratiba), RT 0100919-14.2017.5.01.0045
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 21.671,11 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e onze centavos)	R$ 21.671,11 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e onze centavos) (sem contestação de valor/classe; pede mandado de pagamento e informa dados bancários do patrono)	R$ 21.671,11 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e onze centavos)
Data-base da atualização	da relação	—	da relação
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Expresso Mangaratiba), RT 0100919-14.2017.5.01.0045	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Expresso Mangaratiba), RT 0100919-14.2017.5.01.0045	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Expresso Mangaratiba), RT 0100919-14.2017.5.01.0045

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor não contesta o valor tampouco a classe de seu crédito; informa os dados bancários de seu patrono e requer a expedição de mandado de pagamento.

A Recuperanda manteve o crédito conforme relacionado, mas indeferiu o pagamento imediato, por entender que a satisfação do crédito deve observar a disciplina do Plano de Recuperação Judicial, em respeito à paridade entre credores.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista decorre de condenação proferida sob regime de responsabilidade solidária, no âmbito da execução especial da Expresso Mangaratiba. O crédito já consta da relação de credores no valor de R$ 21.671,11 (vinte e um mil,

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

seiscentos e setenta e um reais e onze centavos), classificado na Classe I, sem impugnação de valor ou de classificação por qualquer das partes.

(b) Valor e data-base.

Não há pretensão modificativa quanto ao valor. Mantém-se, portanto, o montante já listado, presumida a sua atualização nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.[1]

(c) Classificação.

Trata-se de crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, preservado o registro de que se trata de crédito não originário da Breda.[2]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[3]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o

[1] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.
[2] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[3] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito trabalhista é a prestação do trabalho e a condenação proferida sob o regime de responsabilidade solidária da execução especial da Expresso Mangaratiba, ambos anteriores ao marco temporal acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

O crédito consta da relação inicial nos exatos termos ora reconhecidos, nada havendo a retificar, em observância ao art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.[4]

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial mantém o crédito de Márcio Teixeira de Souza no valor de R$ 21.671,11 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e onze centavos), incluído na Classe I, de natureza concursal, com o registro de que se trata de crédito não originário da Breda, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005.

INDEFERE, por outro lado, o pedido de expedição de mandado de pagamento, por incompatível com a fase de verificação de créditos e com o princípio da paridade entre credores, devendo a satisfação do crédito observar a disciplina do Plano de Recuperação Judicial, notadamente sua Cláusula 4.2.1.7, ficando os dados bancários informados registrados para oportuna utilização.

[4] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [X] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 21.671,11 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e onze centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	conforme relação (05/09/2025)
Encaminhamentos	(i) Manutenção na próxima relação com o destaque "NÃO originário Breda"; (ii) registro dos dados bancários para o momento próprio (Cláusula 4.2.1.7 do PRJ); (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL **NÃO ACOLHE** a divergência de crédito apresentada por Márcio Teixeira de Souza, para reconhecer o crédito no valor de R$

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

21.671,11 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e onze centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base conforme relação (05/09/2025).[5][6]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[5] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

[6] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 038	Márcio Teixeira de Souza, CPF 075.395.007-35, mecânico ajustador
Patrono	Edivaldo de Souza, OAB/RJ 111.867
Vínculo	CTPS nº 29.060, série 104/RJ, PIS nº 12564685562
Origem	Processo piloto 0100919-14.2017.5.01.0045, 45ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no Regime de Execução Forçada da Expresso Mangaratiba
Natureza	Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005, não originário da Breda
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

O crédito ingressa pela lista de credores que o Juízo do Trabalho remeteu a este Juízo, no regime de execução forçada, e não por título individual em nome do credor. O valor de R$ 21.671,11 é o indicado pela Devedora na relação de credores publicada no edital do artigo 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, em 7 de julho de 2026, e assim consta da carta nº 191/287 que esta Administração Judicial lhe encaminhou naquela data. O credor o lança também a folhas 5.421 dos autos, sob o identificador 294184891.

As três apurações convergem no mesmo número: o credor não pede retificação de valor nem de classe, a Recuperanda mantém o crédito como listado e a Administração Judicial o confirma. Por isso não há apuração a fazer, e este discriminativo registra a composição do crédito tal como listado.

Parâmetro	Critério
Fonte do valor	Relação de credores apresentada pela Devedora, cuja data de referência legal é a do pedido de recuperação judicial, e que foi publicada no edital de 7 de julho de 2026
Correção e juros	Não há atualização a fazer: o valor é o declarado pela Devedora na relação, cuja referência é a data-base, e nenhuma das partes divergiu do montante
Classe	I, crédito derivado da legislação do trabalho, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005, preservado o destaque de crédito não originário da Breda
Unidade	Valores em reais

Quadro resumo	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito trabalhista listado, sem controvérsia	I	21.671,11
TOTAL		**21.671,11**

I - COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO

Crédito indicado pela Devedora na relação de credores, conforme a carta nº 191/287 desta Administração Judicial, de 7 de julho de 2026

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito derivado da legislação do trabalho, do Regime de Execução Forçada	I	21.671,11
TOTAL		**21.671,11**

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 038	21.671,11	21.671,11

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	039
Data do protocolo	21/07/2026
Nome / Razão social do credor	Paulo Roberto de Souza
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	CARLOS DANTAS OAB-RJ 130559
Origem do crédito	Suposto crédito trabalhista da RT 0000159-71.2011.5.01.0076, 76ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro — SEM indicação de valor e SEM documentos do crédito; acordo naquele feito QUITADO (30/05/2025, R$ 91.157,57 líquidos;

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

	levantamento de R$ 91.810,45; execução extinta)
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	— (crédito não constava)	sem valor indicado	R$ 0,00 (não incluído)
Data-base da atualização	—	—	—
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[ ] Concursal [ ] Extraconc.	[ ] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

[ ] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O habilitante requereu a inclusão de crédito trabalhista sem indicar o valor e sem juntar documento algum do crédito, limitando-se a apresentar procuração, identificação e dados bancários.

A Recuperanda respondeu pela rejeição, demonstrando ainda que o crédito da reclamação de origem foi integralmente quitado por acordo celebrado com a Viação Ocidental em 30/05/2025, com levantamento dos valores e extinção da execução.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

A habilitação não atende aos requisitos mínimos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005: não indica o valor do crédito, exigência do inciso II, e não apresenta documento comprobatório algum, exigência do inciso III, limitando-se a procuração e identificação.

Ainda assim, a Administração Judicial, no exercício do dever de verificação do art. 7º, examinou os autos de origem indicados e constatou fato impeditivo definitivo: em 30/05/2025, antes do pedido recuperacional, o habilitante celebrou acordo no valor líquido de R$ 91.157,57 na reclamação nº 0000159-71.2011.5.01.0076, levantou R$ 91.810,45 e a execução foi extinta, com quitação integral da obrigação.[1][2]

[1] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.
[2] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

(b) Valor e data-base.

Não há valor a reconhecer. A obrigação de origem foi extinta pelo pagamento antes do pedido de recuperação judicial, e novo pagamento pela Recuperanda configuraria enriquecimento sem causa do credor e bis in idem contra a massa de credores.

(c) Classificação.

Prejudicada, ante a inexistência de crédito.

(d) Concursalidade.

O exame do enquadramento temporal pressupõe a existência do crédito, e é nesse ponto que ele se resolve. O art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005 sujeita à recuperação judicial os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos; a expressão é literal, e a indagação sobre o momento do fato gerador só faz sentido depois de verificado que há crédito a enquadrar.

A diretriz do Tema 1.051 do Superior Tribunal de Justiça, fixada sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS), estabelece que a existência do crédito, para fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

A tese responde, porém, a uma pergunta diversa da que aqui se põe: ela define quando o crédito nasceu, pressupondo obrigação subsistente, e não se ela ainda subsiste.

No caso, a obrigação já não subsistia ao tempo do marco legal, porque foi extinta pelo pagamento. Em 30/05/2025, mais de três meses antes do pedido de recuperação judicial, o habilitante celebrou acordo nos autos da reclamação nº 0000159-71.2011.5.01.0076, em curso perante a 76ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no valor líquido de R$ 91.157,57, levantou R$ 91.810,45 e a execução foi extinta.

indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Extinta a obrigação reconhecida naquele título, nada resta a habilitar contra quem por ela respondia: o pagamento aproveita a todos os devedores solidários, na forma do art. 277 do Código Civil, de modo que a satisfação promovida no acordo celebrado com a Viação Ocidental alcança igualmente a Recuperanda.

Não há, portanto, crédito a enquadrar. Em 05/09/2025 não existia obrigação da Recuperanda perante o habilitante, e o que não existe não se sujeita nem deixa de se sujeitar ao concurso: a questão da concursalidade fica prejudicada por ausência de objeto, nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005. Registre-se que a conclusão seria a mesma sob qualquer critério de fixação do fato gerador, porquanto a extinção da obrigação é anterior ao pedido, e que o eventual saldo remanescente não alcançado pela quitação, se houver, depende de demonstração pelo interessado, na forma da conclusão adiante.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial NÃO ACOLHE a habilitação formulada por Paulo Roberto de Souza, seja pela ausência dos requisitos do art. 9º, II e III, da Lei nº 11.101/2005, seja porque a obrigação de origem foi integralmente quitada por acordo cumprido antes do pedido recuperacional, nada havendo a incluir na relação de credores, ressalvada apenas a demonstração, pelo interessado, de eventual saldo remanescente não alcançado pela quitação.[3]

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [X] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)

[3] Art. 9º, II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Valor reconhecido (R$)	R$ 0,00
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[ ] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	—
Encaminhamentos	(i) ressalvar ao interessado a demonstração de eventual saldo remanescente; (ii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL NÃO ACOLHE** a habilitação de crédito apresentada por Paulo Roberto de Souza, para reconhecer a exclusão do crédito.[4]

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

[4] Art. 7º, § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[X] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [ ] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	040
Data do protocolo	[conferir]
Nome / Razão social do credor	Tatiane Cândido Pinheiro
CPF / CNPJ	—
Endereço para intimações	—
E-mail / telefone	—
Advogado(a) / OAB	[conferir]

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Origem do crédito	Danos morais (R$ 3.000,00 originais) e multa de R$ 2.000,00 fixada em cumprimento de sentença, proc. 0014347-39.2010.8.19.0210
Tempestividade	[X] Tempestivo [ ] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	—	R$ 29.478,78	R$ 16.055,19 (= principal R$ 12.650,94 + multa do art. 523, §1º, do CPC R$ 1.404,25 + multa de R$ 2.000,00 do cumprimento de sentença)
Data-base da atualização	—	28/01/2026	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I [ ] II [X] III [ ] IV
Natureza	[ ] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.
Origem	—	—	—
Garantia (se houver)	—	—	—

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)

[ ] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)

[X] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)

[ ] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito

[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)

[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)

[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)

[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)

[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)

[ ] Outros: [_____]

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

A credora requer a inclusão de R$ 29.478,78, decorrentes de condenação por danos morais e de multa fixada no cumprimento de sentença, com memória atualizada até 28/01/2026 e com os honorários sucumbenciais embutidos.

A Recuperanda não se opôs ao crédito, mas apurou R$ 16.044,17, limitando a atualização a 05/09/2025 e excluindo a verba honorária de titularidade do advogado.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito decorre de condenação por danos morais e de multa aplicada em cumprimento de sentença no processo nº 0014347-39.2010.8.19.0210, títulos definitivos, e está quantificado na memória apresentada pela devedora segundo os parâmetros fixados pelo juízo de origem.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A instrução atendeu ao art. 9º da Lei nº 11.101/2005, e a Administração Judicial conferiu a documentação e as duas memórias, apurando os valores de forma técnica e fundamentada.[1]

(b) Valor e data-base.

A memória da credora contém três excessos. Primeiro, atualiza o crédito até 28/01/2026, quando o art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 limita a atualização a 05/09/2025, data do pedido de recuperação judicial, sendo indevidos os encargos posteriores.

Segundo, embute os honorários sucumbenciais, que constituem direito autônomo do advogado, na forma do art. 23 do Estatuto da Advocacia e do art. 85, § 14, do Código de Processo Civil, sendo vedado à parte pleitear direito alheio em nome próprio, art. 18 do Código de Processo Civil.

Terceiro, corrige o dano moral desde a data do acidente, quando a r. sentença mandou corrigir da data dela. A espécie tem duas datas, e não uma. A correção monetária corre de 5 de junho de 2018, na forma do verbete 362 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, e os juros de mora correm de 29 de dezembro de 2009, data do evento, na forma do artigo 398 do Código Civil e do verbete 54 da Súmula do mesmo Tribunal.

Expurgados os excessos, esta Administração Judicial refez a apuração em discriminativo próprio, que integra a documentação deste pleito. Sobre o dano moral nominal de R$ 3.000,00 incide o fator de correção de 1,4893287592, de junho de 2018 à data-base, do que resultam R$ 4.467,99, e sobre essa base os juros de mora de 183,1462%, sendo 176,0000% de 1% ao mês, de forma simples, por 176 meses de calendário completos até 29 de agosto de 2024, e 7,1462% de taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30 de agosto de 2024, que somam R$ 8.182,95. O principal em 5 de setembro de 2025 é de R$ 12.650,94.

[1] Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Sobre o principal incidem os honorários de sucumbência de 11%, R$ 1.391,60, e, sobre a soma de ambos, R$ 14.042,54, a multa de 10% do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, R$ 1.404,25, e os honorários de igual percentual e valor pelo mesmo dispositivo. Soma-se a multa de R$ 2.000,00 fixada no cumprimento de sentença, lançada pelo nominal.

A apuração da Recuperanda confirma o critério por via independente. Apurada com os 10% da r. sentença, ela alcança R$ 16.044,17, a R$ 1,63 do que esta Administração Judicial apura pelo mesmo percentual, o que demonstra que a correção monetária corre da data da r. sentença, e não da data do acidente.

Dessas rubricas, pertencem à credora o principal, a multa do art. 523, § 1º, que é sanção revertida em favor do exequente, e a multa de R$ 2.000,00 fixada em seu favor no cumprimento de sentença, o que totaliza R$ 16.055,19. Reconhece-se esse valor, com data-base em 05/09/2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005. As duas verbas honorárias, que somam R$ 2.795,85, não lhe pertencem e são objeto do reconhecimento tratado na alínea seguinte.

(c) Classificação.

O crédito da credora, composto de indenização civil e de multas processuais em seu favor, não tem preferência legal e classifica-se na Classe III, quirografária, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 11.101/2005.

As verbas honorárias recebem tratamento diverso, e a Administração Judicial as reconhece, no cumprimento do seu *munus* público, em favor do patrono. Os honorários sucumbenciais e os do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil constituem direito autônomo do advogado, por força dos arts. 85, § 14, do mesmo Código e 23 do Estatuto da Advocacia, que lhes atribui natureza alimentar; recebem, por isso, para fins concursais, o tratamento equiparado ao dos créditos derivados da legislação do trabalho, classificando-se na Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005.

O reconhecimento se impõe por dever legal e não depende de habilitação do titular. A verba estava embutida no pedido da credora, de modo que a sua exclusão daquele crédito, sem o correspondente lançamento em nome de quem a lei indica como titular, faria desaparecer do passivo obrigação que a Recuperanda efetivamente deve.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor e a classe que a lei determina, nos termos dos arts. 22, I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma para a retificação na forma do art. 19 da mesma lei; e, por se tratar de matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do art. 15, II.

Determina-se, assim, a inclusão, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome do patrono, do crédito de R$ 2.795,85 na Classe I, composto dos honorários sucumbenciais de R$ 1.391,60 e dos honorários de R$ 1.404,25 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, verba que não se computa no crédito da credora nem no total desta decisão.

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos. Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[2]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial. Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

[2] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

No caso, o fato gerador das parcelas é o evento danoso reconhecido no título e o descumprimento sancionado no cumprimento de sentença, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Não aplicável, por se tratar de habilitação de crédito não constante da relação inicial de credores.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE PARCIALMENTE a habilitação formulada por Tatiane Cândido Pinheiro, para reconhecer em seu favor o crédito no valor de R$ 16.055,19, com data-base em 05/09/2025, na Classe III, de natureza concursal, nos termos dos arts. 41, III, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, assim composto: principal de R$ 12.650,94, multa de R$ 1.404,25 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil e multa de R$ 2.000,00 fixada no cumprimento de sentença. Afastam-se os encargos posteriores à data do pedido.

Determina-se, no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, a inclusão em lançamento apartado, em nome do patrono da credora, do crédito de honorários advocatícios no valor de R$ 2.795,85, na Classe I, de natureza concursal, composto dos honorários sucumbenciais de R$ 1.391,60 e dos honorários de R$ 1.404,25 do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, na forma da alínea (c). Essa verba não integra o crédito da credora nem o total acima reconhecido.

VI — DISPOSITIVO

Campo	Conteúdo
Resultado	[ ] ACOLHE [X] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Valor reconhecido (R$)	R$ 16.055,19
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [ ] I — Trabalhista [X] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Inclusão na próxima relação, em favor da credora, no valor de R$ 16.055,19, na Classe III; (ii) inclusão, no cumprimento do *munus* público desta Administração Judicial, em lançamento apartado e em nome do patrono, do crédito de R$ 2.795,85 na Classe I, correspondente aos honorários sucumbenciais de R$ 1.391,60 e aos honorários do art. 523, § 1º, do CPC de R$ 1.404,25; (iii) intimar o patrono da inclusão determinada no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, para ciência e eventual retificação de dados cadastrais; (iv) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (v) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE PARCIALMENTE a habilitação de crédito apresentada por Tatiane Cândido Pinheiro, para reconhecer o crédito no valor de R$ 16.055,19 (dezesseis mil e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos), a ser incluído na Classe III, com natureza Concursal, com data-base 05/09/2025, determinando-se ainda, no exercício do *munus* público desta Administração Judicial, a inclusão apartada

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

do crédito de R$ 2.795,85 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos) na Classe I, em nome do patrono da credora, a título de honorários advocatícios.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Augusto Alves Moreira Neto
Gomes de Mattos Advogados Associados
Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 040	Tatiane Cândido Pinheiro, CPF 075.946.967-94
Título	Ação indenizatória 0014347-39.2010.8.19.0210, 1ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, julgada em sentença conjunta com o processo 0014345-69.2010.8.19.0210
Evento	29 de dezembro de 2009, no elevado da Perimetral: o coletivo da Recuperanda abalroou a traseira do automóvel em que a credora era passageira
Denunciada	Nobre Seguradora S.A., em liquidação extrajudicial, até o limite dos riscos segurados
Classe	III, quirografária, artigo 41, inciso III, da Lei 11.101/2005, para a credora; I para o patrono, incluído por dever legal
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A espécie tem duas datas, e não uma. A r. sentença condenou ao dano moral de R$ 3.000,00 "com correção da presente data e juros legais desde a data do acidente": a correção monetária corre de 5 de junho de 2018, na forma da Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e os juros de mora correm de 29 de dezembro de 2009, na forma do artigo 398 do Código Civil e da Súmula 54 do mesmo Tribunal.

Critérios da apuração

Parâmetro	Critério
Correção monetária	De 05/06/2018, data da r. sentença, pelos fatores da tabela do cível da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ emitida em 01/09/2025, que observa a UFIR-RJ até 29/08/2024 e o IPCA a partir de 30/08/2024, na forma da Lei 14.905/2024. Fator de 1,4893287592
Juros de mora	De 29/12/2009, data do acidente, à razão de 1% ao mês, simples, por mês de calendário completo com pro rata die na fração, até 29/08/2024, e pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil a partir de 30/08/2024. Somam 183,1462%
Honorários	11%, sendo 10% da r. sentença e 1% de majoração recursal do artigo 85, parágrafo 11, do Código de Processo Civil. O acórdão que majorou não está na pasta, e o quadro V registra o efeito exato dos 10% da r. sentença
Artigo 523 do CPC	Multa de 10% e honorários de 10% sobre a soma do principal com os honorários de sucumbência. A multa é da credora; os honorários são do patrono
Multa de fl. 727	R$ 2.000,00 pelo descumprimento da decisão do cumprimento de sentença, revertida em favor da credora, lançada pelo nominal. Valores em reais

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Dano moral, corrigido e com juros	III	12.650,94
Multa de 10% do artigo 523, parágrafo 1º	III	1.404,25
Multa de fl. 727, do cumprimento de sentença	III	2.000,00
CRÉDITO DA CREDORA	**III**	**16.055,19**

As duas verbas honorárias, de R$ 2.795,85, são direito autônomo do patrono, na forma dos artigos 85, parágrafo 14, do Código de Processo Civil e 23 do Estatuto da Advocacia, e vão em lançamento próprio, na Classe I.

I - O QUE A R. SENTENÇA FIXOU

Capítulo	Conteúdo
Dano moral	R$ 3.000,00, com correção monetária da data da r. sentença e juros legais da data do acidente, na forma do artigo 398 do Código Civil e da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça
Sucumbência	Despesas processuais e honorários advocatícios de dez por cento sobre o valor da condenação, a cargo da ré-denunciante
Denunciação	Procedente, respondendo a seguradora pelo ressarcimento até o limite dos riscos segurados, sem ônus sucumbenciais, por não haver resistido
Pensionamento	NEGADO. A credora não demonstrou decréscimo em seus ganhos. Não há trato sucessivo a apurar
Dano estético	NEGADO. Sem prova, e sem uma fotografia sequer nos autos
Danos materiais	NEGADOS. Sem prova de despesas médicas suportadas
Culpa	Presunção de culpa de quem colide na traseira, não elidida: o depoimento do próprio motorista do coletivo contradisse a versão da contestação

II - APURAÇÃO

Rubrica	Fator ou percentual	Base	Valor em 05/09/2025
Dano moral, nominal			3.000,00
Correção monetária, de 05/06/2018	1,4893287592	3.000,00	4.467,99
Juros de mora, de 29/12/2009	183,1462%	4.467,99	8.182,95
PRINCIPAL			**12.650,94**
Honorários de sucumbência, do patrono	11%	12.650,94	1.391,60
Base do artigo 523, parágrafo 1º			**14.042,54**
Multa de 10% do artigo 523, da credora	10%	14.042,54	1.404,25
Honorários de 10% do artigo 523, do patrono	10%	14.042,54	1.404,25
Multa de fl. 727, da credora			2.000,00

Por titular e por classe

Titular	Rubricas	Classe	Valor em 05/09/2025
Tatiane Cândido Pinheiro	principal, multa do artigo 523 e multa de fl. 727	III	16.055,19
Patrono, por dever legal	honorários de sucumbência e do artigo 523	I	2.795,85
TOTAL		**I e III**	**18.851,04**

III - MEMÓRIA DE CÁLCULO — OS JUROS DE MORA

Composição do percentual de 183,146219%, do acidente à data-base

Período	Critério	Percentual
De 29/12/2009 a 29/08/2024	1% ao mês, simples, por 176,0000 meses de calendário completos. O intervalo fecha em meses exatos, sem fração, porque vai do dia 29 ao dia 29	176,000000%
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA	7,146219%
JUROS TOTAIS		**183,146219%**

Os juros de 1% ao mês, acumulados ao fim de cada ano

Ano	Até	Meses corridos no ano	Meses acumulados	Juros acumulados
2009	31/12/2009	0,0645	0,0645	0,0645%
2010	31/12/2010	12,0000	12,0645	12,0645%
2011	31/12/2011	12,0000	24,0645	24,0645%
2012	31/12/2012	12,0000	36,0645	36,0645%
2013	31/12/2013	12,0000	48,0645	48,0645%
2014	31/12/2014	12,0000	60,0645	60,0645%
2015	31/12/2015	12,0000	72,0645	72,0645%
2016	31/12/2016	12,0000	84,0645	84,0645%
2017	31/12/2017	12,0000	96,0645	96,0645%
2018	31/12/2018	12,0000	108,0645	108,0645%
2019	31/12/2019	12,0000	120,0645	120,0645%
2020	31/12/2020	12,0000	132,0645	132,0645%
2021	31/12/2021	12,0000	144,0645	144,0645%
2022	31/12/2022	12,0000	156,0645	156,0645%
2023	31/12/2023	12,0000	168,0645	168,0645%
2024	29/08/2024	7,9355	176,0000	176,0000%
ACUMU-LADO	**29/08/2024**		**176,0000**	**176,0000%**

A taxa legal, mês a mês

Competência	Taxa do mês	Proporção	Acumulado
setembro de 2024	0,6762%	mês cheio	0,6762%
outubro de 2024	0,7042%	mês cheio	1,3805%
novembro de 2024	0,3859%	mês cheio	1,7663%
dezembro de 2024	0,1719%	mês cheio	1,9383%
janeiro de 2025	0,5894%	mês cheio	2,5277%
fevereiro de 2025	0,9022%	mês cheio	3,4299%
março de 2025	0,0000%	mês cheio	3,4299%
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	3,7519%
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	4,3751%
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	5,1511%
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	5,9859%
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	6,9286%
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	7,1462%
ACUMULADO			**7,1462%**

IV - CONFRONTO DE CRITÉRIO

A planilha do DrCalc corrigiu da data do acidente, e não da r. sentença

Rubrica	Planilha do DrCalc	Esta apuração	Diferença
Mês de origem da correção	dezembro de 2009	junho de 2018	
Fator de correção	2,53247	1,4893287592	
Dano moral corrigido	7.597,41	4.467,99	-3.129,42
Percentual dos juros	188,2000%	183,1462%	
Juros de mora	14.298,33	8.182,95	-6.115,38
PRINCIPAL	**21.895,74**	**12.650,94**	**-9.244,80**

Dois desvios se somam. O primeiro é o mês de origem da correção: a planilha aplicou o fator de dezembro de 2009, do acidente, quando a r. sentença manda corrigir da data dela. O segundo é a taxa dos juros a partir de 30 de agosto de 2024: a planilha manteve 12% ao ano, por dias divididos por 360, quando a partir daquela data a taxa é a legal do artigo 406 do Código Civil, que somou 7,1462% no período.

As posições, e o efeito do percentual dos honorários

Origem	Data-base	Honorários	Crédito da credora
Esta apuração	05/09/2025	11%	16.055,19
Esta apuração, com os 10% da r. sentença	05/09/2025	10%	16.042,54
Apuração da Recuperanda	05/09/2025	10%	16.044,17
Pleiteado na habilitação	28/01/2026	11%	29.478,78

A apuração da Recuperanda, de R$ 16.044,17, fica a R$ -1,63 da apuração desta Administração Judicial pelo mesmo percentual de honorários da r. sentença, o que confirma, por via independente, que a correção monetária corre da data da r. sentença. O percentual dos honorários responde por R$ 12,65 no crédito da credora e por R$ 139,16 no do patrono.

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 040	29.478,78	16.044,17

DECISÃO ADMINISTRATIVA — VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

(Art. 7º, §1º, c/c arts. 9º, 11 e 12 da Lei nº 11.101/2005)

Processo nº 0944624-33.2025.8.19.0001

Recuperanda(s)/Falida(s): BREDA TRANSPORTES E TURISMO RIO LTDA. — em Recuperação Judicial

Juízo: 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital — TJRJ

I — QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PLEITO

Campo	Conteúdo
Natureza do pleito ⚠	[ ] HABILITAÇÃO (crédito NÃO constava da relação inicial — art. 7º, §1º, LRF) [X] DIVERGÊNCIA (crédito listado, mas com valor/classe/natureza contestados — art. 7º, §1º, LRF)
ID interno / nº do pleito	041
Data do protocolo	24/07/2026 — INTEMPESTIVO (edital publicado em 07/07/2026; prazo de 15 dias corridos encerrado em 22/07/2026; intempestividade comunicada pelo AJ em 27/07/2026)
Nome / Razão social do credor	Aldaires de Oliveira Silva
CPF / CNPJ	029.298.887-76
Endereço para intimações	AV NILO PEÇANHA 50, ., GRUPO 1102, 1103 E 1107, CENTRO, RIO DE JANEIRO, 20020906
E-mail / telefone	mateus@galvaoegalvao.adv.br

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Advogado(a) / OAB	Matheus Dominato OAB/RJ 229.142
Origem do crédito	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Transportes Amigos Unidos S/A), RT 0001506-30.2011.5.01.0080, 80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
Tempestividade	[ ] Tempestivo [X] Retardatário (art. 10, LRF)

II — QUADRO DO CRÉDITO

Item	Relação de credores (inicial)	Pretendido pelo credor	Reconhecido pela AJ
Valor (R$)	R$ 157.224,76 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos)	R$ 157.224,76 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos) (planilha confirma o listado)	R$ 192.511,23 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e onze reais e vinte e três centavos)
Data-base da atualização	da relação (05/09/2025)	da relação (05/09/2025)	05/09/2025
Classe	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV ou —	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I [ ] II [ ] III [ ] IV
Natureza	[X] Concursal [ ] Extraconc. ou —	[X] Concursal [ ] Extraconc.	[X] Concursal [ ] Extraconc.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Origem	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Transportes Amigos Unidos S/A), RT 0001506-30.2011.5.01.0080, 80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Transportes Amigos Unidos S/A), RT 0001506-30.2011.5.01.0080, 80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro	Crédito trabalhista com responsabilidade solidária (crédito NÃO originário Breda — REEF da Transportes Amigos Unidos S/A), RT 0001506-30.2011.5.01.0080, 80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
Garantia (se houver)	—	—	—

III — DOCUMENTOS ANALISADOS

[X] Petição (habilitação ou divergência)
[X] Documentos de identificação do credor (RG/CPF ou contrato social/CNPJ)
[ ] Procuração e substabelecimentos (se aplicável)
[X] Título / contrato / sentença / acordo / nota fiscal que origina o crédito
[X] Planilha de cálculo e memória de atualização (segregada: principal + juros + correção + encargos + honorários)
[ ] Certidão expedida pelo Juízo competente (quando crédito trabalhista, fiscal ou ilíquido)
[ ] Cópia da relação de credores apresentada pela Recuperanda/Falida (obrigatório em divergência)
[ ] Demonstrativo contábil ou fiscal da Recuperanda/Falida (se houver)
[X] Manifestação da Recuperanda/Falida (se houver)
[ ] Outros: [_____]

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

IV — SÍNTESE DO PEDIDO

O credor apresentou, em 24/07/2026, manifestação denominada habilitação de crédito cuja planilha confirma o valor já listado em seu favor, R$ 157.224,76 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos), na Classe I.

O prazo do edital encerrou-se em 22/07/2026, e esta Administração Judicial comunicou a intempestividade ao patrono em 27/07/2026. A Recuperanda opinou pela manutenção do crédito, com preservação do destaque de crédito não originário Breda.

V — ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(a) Existência e liquidez.

O crédito trabalhista decorre da reclamação nº 0001506-30.2011.5.01.0080, da 80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, na qual a r. sentença de 19 de julho de 2012 condenou a sucessora Translitorânea Turística Ltda., respondendo a Recuperanda solidariamente com City Rio Rotas Turísticas Ltda. pelos créditos do autor, em condenação vinculada ao regime especial de execução da Transportes Amigos Unidos S/A. O crédito já consta da relação de credores por R$ 157.224,76 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos), na Classe I, e a documentação apresentada pelo próprio credor confirma o montante listado.

A liquidez provém do cálculo 24901 daquela Vara, liquidado por servidor em 2 de outubro de 2023, que apura R$ 157.224,76. A planilha não discrimina as verbas. O demonstrativo traz uma linha única, rotulada VALOR ATUALIZADO EM 31/07/2017, de R$ 62.673,85, resultado de apuração anterior lançada no sistema como bloco.

O rótulo da verba não é a data da apuração. Os juros que a planilha aplicou, de 142,9355%, correspondem, ao quarto decimal, à contagem de 1% ao mês, pro rata die, do ajuizamento em 2 de dezembro de 2011 até 31 de outubro de 2023, e não até 31 de julho de 2017, que daria 67,9355%. A última taxa da Tabela JT Mensal declarada no cálculo, a de setembro de 2023, confirma o mesmo marco. A cifra liquidada é, portanto, de 31 de outubro de 2023.

(b) Valor e data-base.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A manifestação é intempestiva: o edital do art. 7º, § 1º, foi publicado em 07/07/2026 e o prazo de quinze dias corridos, art. 189, § 1º, I, da Lei nº 11.101/2005, encerrou-se em 22/07/2026, tendo o pedido sido enviado em 24/07/2026. A intempestividade não produz efeito sobre a existência do crédito, que permanece na relação por força da própria listagem, e a manifestação é recebida como simples ciência.[1]

A retificação que segue não decorre do pedido do credor, que nada pretendeu além de confirmar o listado, mas do dever de verificação que incumbe a esta Administração Judicial. O crédito deve figurar atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, e a cifra listada está parada em 31 de outubro de 2023.

Ao administrador judicial incumbe conferir a cada crédito o valor, o titular e a classe que a lei determina, nos termos dos artigos 22, inciso I, alínea e, e 18 da Lei nº 11.101/2005, dispondo de legitimidade autônoma na forma do artigo 19 da mesma lei; e, por ser matéria de ordem pública, o reconhecimento não se limita aos pedidos formulados, na forma do artigo 15, inciso II.

Em regra, o procedimento de habilitação judicial do crédito tem caráter contencioso e admite a discussão do valor a habilitar, de sorte que o julgador não fica vinculado ao montante apontado pelo credor no pedido inicial. Esse entendimento aplica-se analogicamente ao Administrador Judicial que, em fase administrativa própria, igualmente não fica vinculado aos limites do requerimento formulado pelo credor.[2]

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo consignou que cabe ao juízo dizer o valor e a classificação de cada crédito, na forma do artigo 15, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, sem que disso resulte julgamento extra petita ou reformatio in pejus.[3]

---

[1] Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

[2] O procedimento de habilitação de crédito tem caráter contencioso, com instrução probatória, raciocínio do qual se extrai ser permitida a discussão do valor a ser habilitado, afastando, destarte, a ideia de que o juiz está absolutamente vinculado àquele montante apontado pela parte autora na petição inicial. (TJGO, Agravo de Instrumento nº 5753938-90.2023.8.09.0051, Relator Desembargador Fernando Braga Viggiano, 3ª Câmara Cível, DJe de 21/06/2024)

[3] O julgamento não é extra petita ou, mesmo, incorreu em reformatio in pejus. A classificação do crédito é questão de ordem pública. Cabe, ao juiz, ao julgar as impugnações, dizer o valor e a classificação de cada crédito (art. 15, II, da LREF). A decisão tomada na fase administrativa de verificação de créditos está sujeita à revisão judicial. Preclusão inocorrente. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2365583-48.2025.8.26.0000,

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

E o Tribunal de Justiça de Minas Gerais qualificou a apuração do montante como verificação de natureza declaratória, assentando que a demonstração feita pelo administrador judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade da dívida na data do pedido recuperacional.[4]

O Superior Tribunal de Justiça, em habilitação de crédito trabalhista, manteve a decisão que acolheu a retificação de valor promovida pelo próprio administrador judicial, com a inclusão dos juros de mora até a data do pedido de recuperação judicial.[5]

Não se refaz o que o Juízo liquidou. A planilha vale para o período que cobriu, e a atualização corre dali em diante, pelos critérios uniformes desta verificação.

De 31 de outubro de 2023 a 29 de agosto de 2024 aplica-se a taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal, que na fase judicial engloba a correção monetária e os juros de mora, sem cumulação, e se acumula pela soma aritmética das taxas mensais, sem capitalização. São 8,7000%, que levam a cifra a R$ 170.903,31. De 30 de agosto de 2024 a 5 de setembro de 2025, a correção corre pelo IPCA, de 5,1305%, elevando-a a R$ 179.671,51, e os juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei nº 14.905/2024, de 7,1462%, somam R$ 12.839,72.

Reconhece-se, assim, o crédito de R$ 192.511,23, com data-base em 5 de setembro de 2025, na forma do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005, em lugar dos R$ 157.224,76 listados, diferença de R$ 35.286,47 em favor do credor, que é a atualização que faltava. A apuração está demonstrada mês a mês no discriminativo de cálculos que integra a documentação deste pleito.

Relator Desembargador Grava Brazil, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, julgado em 06/05/2026, DJe de 07/05/2026)

[4] A apuração do montante não constitui ato de execução, mas verificação acessória de natureza declaratória. [...] A comprovação de pagamentos parciais pelo Administrador Judicial autoriza o ajuste aritmético do crédito à realidade fática da dívida na data do pedido recuperacional. (TJMG, Agravo de Instrumento nº 4073489-91.2025.8.13.0000, Relator Desembargador Leite Praça, 19ª Câmara Cível, julgado em 24/07/2026, DJe de 30/07/2026)

[5] Não houve cerceamento de defesa no caso, pois as recuperandas foram intimadas para se manifestar sobre o parecer do administrador judicial, que apresentou retificação do valor inicial para incluir os juros de mora, tendo as empresas exercido o contraditório na oportunidade. [...] A atualização do crédito trabalhista habilitado inclui correção monetária e juros de mora até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005 e da jurisprudência desta Corte. (STJ, REsp nº 1.989.130/SP, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 09/03/2026, DJEN de 13/03/2026)

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

A contribuição social de R$ 11.606,81, que a planilha lança em rubrica separada, não integra este crédito. É obrigação das reclamadas perante a Previdência, e a r. sentença determinou que comprovassem o recolhimento, observada a responsabilidade de cada parte.

Registra-se, por fim, uma divergência de critério na planilha do Juízo, que opera em favor do credor. Ela corrigiu pela Tabela JT Mensal, que é a TR, somada a juros de 1% ao mês, quando a ADC 58 afastou a TR e fixou, do ajuizamento em diante, a taxa SELIC, que já engloba correção e juros. A soma da TR com 1% ao mês, no intervalo de dezembro de 2011 a outubro de 2023, supera a taxa SELIC do mesmo intervalo. A recomposição da liquidação por aqueles critérios é matéria do Juízo de origem, e não desta verificação, que não refaz o que o Juízo apurou.

(c) Classificação.

Crédito derivado da legislação do trabalho, Classe I, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 11.101/2005, preservado o destaque de crédito não originário Breda, cujo condicionamento de pagamento, Cláusula 4.2.1.7 do Plano, é matéria de execução do plano.[6]

(d) Concursalidade.

O pedido de recuperação judicial da Breda Transportes e Turismo Rio Ltda. foi ajuizado em 05/09/2025, data que constitui o marco temporal para a definição da concursalidade dos créditos.

Nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, submetendo-se ao concurso aqueles cujos fatos geradores sejam anteriores a essa data.[7]

A definição do que se considera fato gerador do crédito, para fins de enquadramento temporal, foi objeto de pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça no

[6] Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; II – titulares de créditos com garantia real; III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; IV – titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
[7] Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

julgamento do Tema 1.051, fixado sob o regime dos recursos repetitivos (paradigmas REsp 1.840.531/RS, 1.840.812/RS, 1.842.911/RS, 1.843.332/RS e 1.843.382/RS).

A tese firmada estabelece que, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, e não pela data do vencimento, da emissão de documento fiscal ou do reconhecimento judicial.

Registre-se que se trata de tese geral, aplicável a qualquer natureza de crédito, formulada precisamente para pacificar a controvérsia sobre se o marco temporal seria o fato gerador ou o trânsito em julgado da decisão que reconhece o crédito.

No caso, o fato gerador do crédito trabalhista é a prestação do trabalho e a condenação solidária vinculada ao regime especial de execução da Transportes Amigos Unidos S/A, anteriores ao marco acima referido.

Reconhece-se, portanto, a natureza concursal do crédito em sua integralidade.

(e) Confronto com a relação inicial.

Da relação consta R$ 157.224,76, cifra liquidada em 31 de outubro de 2023, e reconhece-se R$ 192.511,23, com data-base em 05/09/2025, na Classe I, preservado o destaque de crédito não originário Breda, em observância ao art. 7º, § 1º, c/c art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005.

(f) Conclusão.

Diante do exposto, a Administração Judicial ACOLHE a manifestação de Aldaires de Oliveira Silva, consignada a intempestividade do protocolo, e, no exercício do *munus* público de que investida, retifica o crédito ao valor de R$ 192.511,23 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e onze reais e vinte e três centavos), com data-base em 05/09/2025, na Classe I, de natureza concursal, com o destaque de crédito não originário Breda, nos termos dos arts. 41, I, e 49, caput, da Lei nº 11.101/2005. A atualização foi apurada a partir da planilha liquidada pelo Juízo da ação de origem.

VI — DISPOSITIVO

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Campo	Conteúdo
Resultado	[X] ACOLHE [ ] ACOLHE PARCIALMENTE [ ] NÃO ACOLHE (em divergência, "NÃO ACOLHE" significa manter o crédito conforme a relação inicial)
Valor reconhecido (R$)	R$ 192.511,23 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e onze reais e vinte e três centavos)
Classe reconhecida	**Recuperação Judicial (art. 41):** [X] I — Trabalhista [ ] III — Quirografário / privilégio / subordinado [ ] IV — ME/EPP [ ] II — Garantia real
Natureza reconhecida	[X] Concursal [ ] Extraconcursal
Data-base da atualização	05/09/2025
Encaminhamentos	(i) Retificação na próxima relação, para R$ 192.511,23, na Classe I, com data-base em 05/09/2025, preservado o destaque "NÃO originário Breda"; (ii) consignar a intempestividade; (iii) comunicação ao Juízo (art. 7º, §2º); (iv) intimações.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, §1º, c/c art. 9º, ambos da Lei nº 11.101/2005, a ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL ACOLHE a manifestação apresentada por Aldaires de Oliveira Silva e, no exercício do *munus* público de que investida, retifica o crédito para reconhecê-lo no valor de R$ 192.511,23 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e onze reais e vinte e três centavos), a ser incluído na Classe I, com natureza Concursal, com data-base em 05/09/2025.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

Augusto Alves Moreira Neto

Gomes de Mattos Advogados Associados

Administrador Judicial

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ
admjud@gomesdemattos.com.br
www.gomesdemattos.com.br/admjudicial
WhatsApp da Administração Judicial para atendimento (21) 98491-5538

GOMES DE MATTOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

DISCRIMINATIVO DE CÁLCULOS

Recuperanda	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda., em recuperação judicial
Autos	0944624-33.2025.8.19.0001, 6ª Vara Empresarial da Capital/RJ
Pleito 041	Aldaires de Oliveira Silva
Título	Reclamação trabalhista 0001506-30.2011.5.01.0080, 80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, TRT da 1ª Região
Vínculo	13 de janeiro de 2006 a 26 de novembro de 2010
Ajuizamento	2 de dezembro de 2011, termo inicial dos juros de mora, na forma do artigo 883 da Consolidação das Leis do Trabalho e do artigo 39 da Lei 8.177/91
Reclamadas	Transportes Amigos Unidos S/A, Translitorânea Turística Ltda., City Rio Rotas Turísticas Ltda., Breda Transportes e Turismo Ltda. e Rio Avanti — Veículos Peças e Serviços Ltda.
Classe	I, crédito derivado da legislação do trabalho, artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005, com o destaque de crédito não originário Breda
Data-base	5 de setembro de 2025, artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005

A base desta apuração é o cálculo 24901 da 80ª Vara do Trabalho, liquidado por servidor da Vara em 2 de outubro de 2023. A cifra que ele apura é a de 31 de outubro de 2023, e não a de 31 de julho de 2017, como o rótulo da verba sugere: a seção II demonstra a data pela aritmética dos próprios juros. Faltam, por isso, vinte e dois meses de atualização até a data-base.

Critérios da atualização à data-base

Período	Critério
Até 31/10/2023	O que o Juízo liquidou. Nada se refaz: é cálculo do Juízo, liquidado por servidor da Vara
De 31/10/2023 a 29/08/2024	Taxa SELIC, na forma da ADC 58 do Supremo Tribunal Federal e do Tema 1368 do Superior Tribunal de Justiça: na fase judicial ela engloba correção monetária e juros de mora, sem cumulação, e acumula por SOMA SIMPLES, vedada a capitalização. Outubro de 2023 não entra, porque a liquidação é do dia 31
De 30/08/2024 a 05/09/2025	Correção pelo IPCA e juros pela taxa legal do artigo 406 do Código Civil, na redação da Lei 14.905/2024, que é a taxa SELIC deduzido o IPCA
Fonte	Banco Central do Brasil, série SGS 4390 para a SELIC. Valores em reais

Quadro resumo

Rubrica	Classe	Valor em 05/09/2025
Crédito do reclamante, atualizado à data-base	I	192.511,23
TOTAL		**192.511,23**

A contribuição social de R$ 11.606,81, que a planilha lança em rubrica separada, é obrigação das reclamadas perante a Previdência, e não crédito do reclamante: a r. sentença determinou que as reclamadas comprovassem o recolhimento, observada a responsabilidade de cada parte. Não integra este crédito.

I - O QUE A R. SENTENÇA FIXOU

Item	Conteúdo
Forma e data	Ata de audiência de 19 de julho de 2012, da MM. Juíza Teresa Aparecida Farinchon Carelli. As peças da pasta a trazem digitalizada, às folhas 145/154, juntada ao processo eletrônico em 12 de setembro de 2023
Sucessão	Declarada a sucessão de Transportes Amigos Unidos S/A por Translitorânea Turística Ltda.
Improcedência	O pedido foi julgado improcedente em face da Rio Avanti — Veículos Peças e Serviços Ltda.
Condenação	Procedente em parte, para condenar a sucessora Translitorânea Turística Ltda. ao cumprimento, em oito dias, das obrigações de fazer e de pagar, "respondendo solidariamente com City Rio Rotas Turísticas Ltda. e Breda Transportes e Turismo Ltda. pelos créditos do autor". A Recuperanda é codevedora solidária, e não a empregadora: o crédito não é originário dela
Juros e correção	Ex vi legis, na forma da Lei 8.177/91, do artigo 883 da Consolidação das Leis do Trabalho e da Súmula 381 do Tribunal Superior do Trabalho, observada a prescrição quinquenal
Contribuições sociais	As reclamadas comprovarão o recolhimento, "devendo ser observada a responsabilidade de cada parte", excluídas as diferenças de férias indenizadas com um terço, o FGTS com a indenização de 40% e as multas dos artigos 467 e 477 da Consolidação, por serem indenizatórias
Multa	Fixada a multa do artigo 475-J do Código de Processo Civil de 1973 para o caso de, transitada em julgado a sentença, o valor da execução não ser depositado em quinze dias. A planilha do Juízo não a computou, e ela não é computada aqui
Ofícios	À Delegacia Regional do Trabalho, à Caixa Econômica Federal e à União, após o trânsito em julgado

II - A PLANILHA DO JUÍZO — CÁLCULO 24901

Liquidada por servidor da 80ª Vara do Trabalho em 2 de outubro de 2023

Rubrica	Parâmetro	Valor
Verba única, rotulada no cadastro do cálculo como "VALOR ATUALIZADO EM 31/07/2017", com vencimento em 31 de julho de 2017	devido	62.673,85
Correção pela Tabela JT Mensal, acumulada do mês subsequente ao vencimento, na forma da Súmula 381 do Tribunal Superior do Trabalho	índice de 1,032627354	64.718,73
Juros simples de 1% ao mês, pro rata die, contados de 2 de dezembro de 2011, data do ajuizamento, sobre a base de R$ 64.718,73	142,9355%	92.506,03
TOTAL		**157.224,76**

A planilha não discrimina as verbas. O demonstrativo de verbas traz uma única linha, rotulada "VALOR ATUALIZADO EM 31/07/2017", de R$ 62.673,85, com período de 31 de julho de 2017 a 31 de julho de 2017: o principal entrou no sistema como bloco único, resultado de apuração anterior. Não houve desconto algum do reclamante, pois o percentual de parcelas remuneratórias e tributáveis é de zero, e por isso o líquido devido a ele coincide com o bruto.

A data da apuração, demonstrada pela aritmética dos próprios juros

Hipótese	Juros de 1% ao mês, simples, pro rata die, de 02/12/2011	Percentual
Se a apuração fosse de 31/07/2017, como o rótulo da verba sugere	67,9355 meses de calendário	67,9355%
Se a apuração for de 31/10/2023, data de liquidação declarada no cabeçalho	142,9355 meses de calendário	142,9355%
PERCENTUAL QUE A PLANILHA EFETIVAMENTE APLICOU		**142,9355%**

O percentual da planilha reproduz, ao quarto decimal, a contagem até 31 de outubro de 2023. O critério de correção confirma o mesmo marco, ao declarar como última taxa da Tabela JT Mensal a relativa a setembro de 2023. O rótulo "VALOR ATUALIZADO EM 31/07/2017" é o nome da verba no cadastro do cálculo, e não a data em que a conta foi feita.

III - MEMÓRIA DE CÁLCULO — A TAXA SELIC DA FASE JUDICIAL

Sobre os R$ 157.224,76 apurados pelo Juízo, mês a mês, de outubro de 2023 a agosto de 2024

Competência	SELIC do mês	Proporção	Acumulada por soma simples	Valor ao fim do mês
outubro de 2023	1,00%	0 de 31 dias	0,0000%	157.224,76
novembro de 2023	0,92%	mês cheio	0,9200%	158.671,23
dezembro de 2023	0,89%	mês cheio	1,8100%	160.070,53
janeiro de 2024	0,97%	mês cheio	2,7800%	161.595,61
fevereiro de 2024	0,80%	mês cheio	3,5800%	162.853,41
março de 2024	0,83%	mês cheio	4,4100%	164.158,37
abril de 2024	0,89%	mês cheio	5,3000%	165.557,67
maio de 2024	0,83%	mês cheio	6,1300%	166.862,64
junho de 2024	0,79%	mês cheio	6,9200%	168.104,71
julho de 2024	0,91%	mês cheio	7,8300%	169.535,46
agosto de 2024	0,87%	mês cheio	8,7000%	170.903,31
ACUMULADO			**8,7000%**	**170.903,31**

Outubro de 2023 entra com proporção zero porque a liquidação é do dia 31, último dia do mês.

IV - MEMÓRIA DE CÁLCULO — IPCA E TAXA LEGAL DA LEI 14.905/2024

Correção pelo IPCA sobre R$ 170.903,31, mês a mês

Competência	IPCA do mês	Fator acumulado	Valor corrigido
setembro de 2024	0,44%	1,00440000	171.655,28
outubro de 2024	0,56%	1,01002464	172.616,55
novembro de 2024	0,39%	1,01396374	173.289,76
dezembro de 2024	0,52%	1,01923635	174.190,87
janeiro de 2025	0,16%	1,02086713	174.469,57
fevereiro de 2025	1,31%	1,03424049	176.755,12
março de 2025	0,56%	1,04003223	177.744,95
abril de 2025	0,43%	1,04450437	178.509,25
maio de 2025	0,26%	1,04722008	178.973,38
junho de 2025	0,24%	1,04973341	179.402,91
julho de 2025	0,26%	1,05246272	179.869,36
agosto de 2025	-0,11%	1,05130501	179.671,51
ACUMULADO	**5,1305%**	**1,05130501**	**179.671,51**

Juros pela taxa legal, que é a SELIC deduzido o IPCA

Competência	Taxa do mês	Proporção	Acumulado
setembro de 2024	0,6762%	mês cheio	0,6762%
outubro de 2024	0,7042%	mês cheio	1,3805%
novembro de 2024	0,3859%	mês cheio	1,7663%
dezembro de 2024	0,1719%	mês cheio	1,9383%
janeiro de 2025	0,5894%	mês cheio	2,5277%
fevereiro de 2025	0,9022%	mês cheio	3,4299%
março de 2025	0,0000%	mês cheio	3,4299%
abril de 2025	0,3220%	mês cheio	3,7519%
maio de 2025	0,6232%	mês cheio	4,3751%
junho de 2025	0,7760%	mês cheio	5,1511%
julho de 2025	0,8349%	mês cheio	5,9859%
agosto de 2025	0,9426%	mês cheio	6,9286%
setembro de 2025	1,3060%	5 de 30 dias	7,1462%
ACUMULADO			**7,1462%**

Rubrica	Percentual	Base	Valor
Juros pela taxa legal	7,1462%	179.671,51	12.839,72
TOTAL EM 05/09/2025			**192.511,23**

V - CONSOLIDAÇÃO E CONFRONTO

Rubrica	Em 31/10/2023	Fim da fase 1	Corrigido	Com juros
Crédito do reclamante, Classe I	157.224,76	170.903,31	179.671,51	192.511,23

Confronto

Origem	Data	Valor
Apuração desta Administração Judicial	05/09/2025	192.511,23
Constante da relação de credores	31/10/2023	157.224,76
Pleiteado pelo credor, que reproduz a planilha do Juízo	31/10/2023	157.224,76
O que falta de atualização		**35.286,47**

As três primeiras cifras coincidem porque todas partem da mesma planilha, e nenhuma delas a trouxe à data-base. O credor pediu o que já constava, e a Recuperanda concordou com o que já constava.

Uma divergência de critério na planilha, que opera em favor do credor

Item	Conteúdo
O que a planilha aplicou	Correção pela Tabela JT Mensal, que é a TR, no índice de 1,032627354, mais juros de 1% ao mês somando 142,9355%
O que a ADC 58 fixou	O Supremo Tribunal Federal, em 18 de dezembro de 2020, afastou a TR e fixou o IPCA-E com os juros do artigo 39 da Lei 8.177/91 na fase pré-judicial e a taxa SELIC do ajuizamento em diante, esta já englobando correção e juros, sem cumulação
Direção do desvio	A soma de TR mais 1% ao mês, no intervalo de dezembro de 2011 a outubro de 2023, é de ordem muito superior à taxa SELIC do mesmo intervalo. O critério da planilha, portanto, favorece o credor
Providência	Não se refaz o que o Juízo já fez. A planilha vale para o período que cobriu, e a recomposição da liquidação pelos critérios da ADC 58 é matéria do Juízo de origem. Registra-se a direção do desvio para que não se leia como favorável à Recuperanda

Posição das partes, para referência

	Pleiteado pelo credor	Reconhecido pela Recuperanda
Pleito 041	157.224,76	157.224,76